

JOÃO JOSÉ VERAS DE SOUZA

**SERINGALIDADE:**

A colonialidade no Acre e os condenados da floresta

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, para obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Marcos Fábio Freire Montysuma  
Coorientador: Prof. Armando de Melo Lisboa

Florianópolis-SC  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, João José Veras de  
SERINGALIDADE: : A colonialidade no Acre e os  
condenados da floresta / João José Veras de Souza ;  
orientador, Marcos Fábio Freire Montysuma ; coorientador,  
Armando de Melo Lisboa. - Florianópolis, SC, 2016.  
414 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

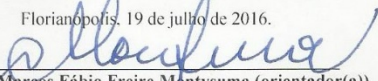
1. Ciências Humanas. 2. Acre. 3. Colonialidade. 4.  
Seringalidade. 5. Condenados da Floresta. I. Freire  
Montysuma, Marcos Fábio . II. de Melo Lisboa, Armando.  
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV.  
Título.

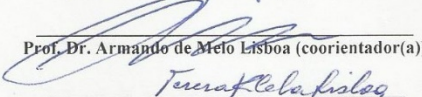
**JOÃO JOSÉ VERAS DE SOUZA**

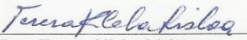
**Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 19 de julho de 2016, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

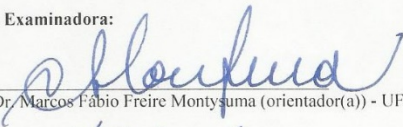
Florianópolis, 19 de julho de 2016.

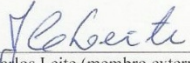
  
 Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma (orientador(a))

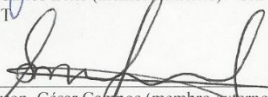
  
 Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa (coorientador(a))

  
 Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa  
 Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

**Banca Examinadora:**

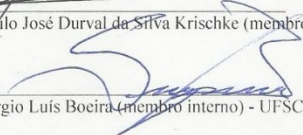
  
 Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma (orientador(a)) - UFSC

  
 Prof. Dr. José Carlos Leite (membro externo) - Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

  
 Prof. Dr. Emerson César Campos (membro externo) - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

  
 Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (membro interno) - UFSC

  
 Prof. Dr. Paulo José Durval da Silva Krischke (membro interno) - UFSC

  
 Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira (membro interno) - UFSC

Para Maria José Veras de Souza, minha mãe, que nasceu no Ceará e foi levada para viver no Acre.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao orientador e ao coorientador que aceitaram, também como manifestação de confiança e estímulo, me apoiar nesta empreitada do conhecimento tão cara para mim; aos professores, às professoras, ao corpo administrativo e de direção do Programa (PPICH); a cada um dos/as colegas da turma DICH/2012 que possibilitaram um convívio terno e inesquecível; às instituições públicas UFSC e CAPES que proporcionaram as condições para a feitura desta pesquisa. Também agradeço aos/às mais próximos/as de meu convívio, os/as de casa - e a todos/as aqueles/as outros/as - amigos/as, conhecidos/as e desconhecidos/as - que também contribuíram de alguma forma para a realização da pesquisa. Todos/as foram/são importantes para os/as quais lanço este profundo e grato reconhecimento.

*“Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo  
um museu de grandes novidades.”*  
(Trecho da música O Tempo Não Para, de  
Araldo Brandão e Cazuza)

## RESUMO

Tendo como manifesta a existência do padrão global de poder colonial – categorizado, nos marcos da teoria crítica decolonial, como colonialidade - pelo qual se tem operado regimes heterárquicos moderno-coloniais de poder, de saber e de ser, num tempo histórico de longa duração, desde o século XVI, no contexto geopolítico do sistema mundo moderno colonial - esta tese busca demonstrar e problematizar o modo como e com que substância tal padrão é instituído, se mantém e se desenvolve, em escala local, no Estado do Acre, assim como os efeitos que busca produzir. Para tanto, foram realizadas leituras genealógicas com vistas à constituição do percurso teórico e empírico, com o que foram engendradas análises a partir especialmente da teoria crítica decolonial, de vasta bibliografia a respeito, da historiografia local e de documentos oficiais, como planos e programas de governos, estes voltados para a consecução, especificamente desde o final dos anos de 1990, de políticas de desenvolvimento sustentável do Acre financiadas e condicionalizadas por instituições financeiras multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. A realização da pesquisa e suas conclusões dependeram ainda de categorias analíticas configuradas e atualizadas no curso da pesquisa como categorias essenciais ao esforço de explicação/compreensão de tudo o quanto se desejou nela problematizar, caso de seringalismo, seringalidade e condenados da floresta. Ao final, foi possível apontar que a colonialidade se manifesta no Acre, contemporaneamente, sob o regime da seringalidade, a sua escala local, utilizando de dois dispositivos básicos – o do desenvolvimento sustentável, de escopo maior na esfera do saber, e o da florestania, de escopo maior na esfera do poder – os quais atualizam e revigoram sua expressão iniciada no seringalismo para substanciar a estrutura mantenedora dos processos - que lhes são inerentes - seja de exploração mercantil dos produtos da natureza, seja de exploração, dominação e racialização das populações colonizadas, caso dos indígenas e seringueiros, os condenados da floresta.

Palavras-Chave: Acre; colonialidade; seringalismo; seringalidade; condenados da floresta.

## RESUMEN

Teniendo como manifiesta la existencia del estándar global de poder colonial – categorizado en los marcos de la teoría crítica decolonial como colonialidad – por el cual se han operado regímenes heterárquicos moderno-coloniales de poder, de saber y de ser, en un tiempo histórico de larga duración desde el siglo XVI en el contexto geopolítico del sistema mundo moderno colonial – esta tesis busca demostrar y problematizar el modo cómo y con qué sustancia tal estándar es establecido, se mantiene y se desarrolla, en escala local, en el Estado del Acre, bien como los efectos que busca producir. Para tanto fueron realizadas lecturas genealógicas con vistas a la constitución del curso teórico y empírico, con lo que fueron engendradas análisis a partir especialmente de la teoría crítica decolonial, de amplia bibliografía al respecto, de la historiografía local y de documentos oficiales, como planes y programas de gobiernos, estos dirigidos hacia la consecución, específicamente desde el final de los años 90, de políticas de desarrollo sostenible del Acre financiadas y condicionadas por instituciones financieras multilaterales como el Banco Interamericano de Desarrollo y el Banco Mundial. La realización de la investigación y sus conclusiones dependieron además de categorías analíticas configuradas y actualizadas en el correr de la investigación como categorías esenciales en el esfuerzo de explicación/comprensión de todo cuanto se deseó en ella problematizar, como el caso del seringalismo, de la seringalide y de los condenados de la selva. Al final fue posible apuntar que la colonialidad se manifiesta en el Acre, contemporáneamente, bajo el régimen de la seringalide, a su escala local, utilizando de dos dispositivos básicos – el del desarrollo sostenible, de mayor alcance en la esfera del saber, y el de la florestanía, de mayor alcance en la esfera del poder – los cuales actualizan y fortalecen su expresión iniciada en el seringalismo para sustanciar la estructura mantenedora de los procesos – que les son inherentes – sea de explotación mercantil de los productos de la naturaleza, sea de explotación, dominación y racialización de las poblaciones colonizadas, caso de los indígenas y sirigueros, los condenados de la selva.

Palabras clave: Acre; colonialidad; seringalismo; seringalide; condenados de la selva.



## ABSTRACT

Assuming the manifestation of a global pattern of colonial power, categorized in the marks of the decolonial critical theory, as coloniality – in which it has been operated by heterarchical modern-colonial of power, knowing and being, in a long-term historical time, since the XVI century, on the geopolitical context of the colonial modern world-system – this theses searches to demonstrate and problematize the way how and with which substance this pattern is institutionalized, perpetuated and developed in a local scale, in the state of Acre, likewise the effects that this search produces. Therefore, genealogical readings were carried out aiming the constitution of the theoretical and empirical path, wherewith has been engineered an analysis from the decolonial critical theory, of vast bibliography regarding the theme, including also the local historiography and official documents, as government programs and plans, these aimed at achieving, especially since de 90's, Acre's sustainable development policies conditioned and financed by multilateral finance institutions, such as Inter-American Development Bank and World Bank. This research realization and its findings depended on analytical categories configured and updated on the course of this research, understand as essential to the explanation/comprehension of all that was wished to render this problematic effort, the case of seringalismo, seringalidade and the “wretched of the forest”. By the end, it was possible to point out that coloniality manifests itself in the contemporary Acre, under a seringalidade regime, in its local scale, using two basic dispositives – the sustainable development, of greater scope in the sphere of knowing – which updated its initial expression in seringalismo to substantiating the maintaining structure of the process – which is attached from them - whether in commercial exploitation of products of nature, whether of exploitation, domination and racialization of colonized peoples, the case of indigenous people and rubber tappers, the wretched of the forest.

Keywords: Acre; coloniality; seringalismo; seringalidade; wretched of the forest.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A TEORIA CRÍTICA DECOLONIAL.....	25
1.1 A teoria social e seus lugares de enunciação.....	26
1.1.1 Crítica à modernidade na geopolítica do conhecimento.....	29
1.2 O coletivo modernidade/colonialidade.....	38
1.2.1 Algumas fontes teóricas latino americanas.....	44
1.3 A Colonialidade.....	51
1.4 O sistema mundo moderno colonial.....	61
2 DA AMÉRICA À AMAZÔNIA: TEMPO/ESPAÇO DA COLONIALIDADE.....	68
2.1 A América como construída.....	68
2.2 Amazônia e suas tantas ocupações.....	81
2.3 Amazônia e suas epistemologias moderno coloniais básicas.....	84
2.4 As Amazônias da modernidade.....	90
3 AS HISTÓRIAS DO ACRE E DOS CONDENADOS DA FLORESTA.....	99
3.1 Sumários de uma historiografia colonial.....	100
3.2 O longo percurso da condição moderno-colonial dos povos da floresta no Acre.....	103
3.2.1 Dos momentos históricos moderno-coloniais acreanos.....	106
3.2.1.1 Na era dos desbravadores da floresta.....	108
3.2.1.2 Construindo uma república patriarcal dos proprietários.....	111
3.2.1.2.1 A primeira insurreição da Junta Revolucionária dos proprietários.....	113
3.2.1.2.2 A segunda insurreição ou a República Independente do Acre.....	116
3.2.1.2.3 A expedição dos poetas?.....	119
3.2.1.2.4 A terceira insurreição - A revolução acreana.....	122
3.2.1.3 Os chamados ciclos da exploração dos humanos na floresta.....	131
3.2.1.3.1 Os soldados da borracha ou “a volta dos que não foram”.....	134
3.2.1.4 No contexto do Acre território federal e dos autonomistas.....	142
3.2.1.5 O sopro de resistência coletiva dos povos da floresta.....	147
3.2.1.6 O terceiro breve ciclo de exploração - O caso dos colonos paranaenses.....	166
3.2.1.7 A revolução dos proprietários, revolução de sua sustentabilidade.....	172
4. O SERINGALISMO.....	174
4.1 A modernidade/colonialidade na Amazônia.....	174

4.2 Os atributos do seringalismo.....	177
4.2.1 Racialização.....	177
4.2.1.1 Sobre a racialização dos indígenas.....	184
4.2.1.2 Sobre a racialização dos seringueiros.....	188
4.2.2 Sistema de exploração, o aviamento.....	196
4.2.3 A propriedade e sua concentração .....	200
4.3 Discutindo o seringalismo como categoria analítica.....	208
4.4 O seringalismo como colonialidade .....	220
5. A SERINGALIDADE.....	231
5.1 Seringalidade, a escala local da colonialidade.....	231
5.1.1 O que é um dispositivo e suas funções.....	237
5.1.2 A modernidade e seus movimentos de apropriação e representação.....	239
5.2 O desenvolvimento.....	241
5.2.1 Aspecto teórico-discursivo: desenvolvimento sustentável.....	245
5.2.2 Das origens e suas heranças locais.....	249
5.2.3 Como ele realmente é no discurso governamental.....	254
5.2.4 Os planos plurianuais-PPAs.....	257
5.2.5 Os programas de desenvolvimento.....	284
5.2.6 Aspecto empírico-simbólico: reserva extrativista.....	297
5.2.7 As reservas da seringalidade.....	298
5.2.8 As “colocações” de Mauro.....	300
5.2.9 O começo da resistência e as reservas.....	305
5.2.10 Nos passos de Frantz Fanon – A RESEX no contexto da propriedade.....	315
5.2.11 Sobre sob escolhas.....	318
5.2.12 O movimento social em questão.....	351
5.2.13 As RESEXs e o discurso da crise.....	355
5.3 A Florestania.....	365
5.3.1 A florestania de início como conceito.....	365
5.3.2 A florestania segundo a florestania.....	378
5.3.3 A dimensão estrutural da florestania.....	396
5.3.4 Aspecto da historiografia.....	400
5.3.5 Da florestânia funcional – O caso da modernidade de Hugo Carneiro, de Guiomard dos Santos e da florestania.....	412
5.4 Notas quase derradeiras.....	425
6 OS CONDENADOS DA FLORESTA.....	433
6.1 A colonialidade do ser e os condenados da floresta.....	435
6.2 Ainda os racismos, suas feitura.....	444
6.2.1 A sentença de Plácido de Castro.....	455
6.2.2 Os caboclos do Juruá.....	459

6.2.3 Os silenciamentos e armadilhas da historiografia oficial.....	465
6.2.3.1 Índios, os estorvos (in) úteis da história e uma certa historiografia indígena.....	465
6.2.3.2 Os seringueiros sem cor.....	477
6.3 Sobre algumas estratégias da seringalidade.....	481
6.3.1 As reservas do presente – brevíssimo panorama por dentro das RESEX.....	481
6.3.2 Estratégias de modelização: planos e agentes de desenvolvimento e empreendedores.....	490
6.3.2.1 A inclusão social.....	492
6.3.2.2 A inclusão ontológica pela epistêmica.....	500
6.3.2.3 Os agentes de desenvolvimento.....	503
6.3.2.4 O empreendedorismo do governo parceiro e do povo empreendedor .....	507
6.3.3 Os condenados de segunda geração – as políticas de inclusão excludente.....	512
6.4 Certas tensões decoloniais.....	524
6.4.1 Contra a condenação “perpétua” – o ocaso dos ex-soldados da borracha.....	524
6.4.2 A tensão da decolonialidade ontológica: caso Ywmonyry Cândido.....	532
6.4.2.1 A experiência de um ser racializado.....	535
6.4.2.2 Tem uma aldeia no meio da estrada ou tem uma estrada no meio da aldeia.....	542
6.4.2.3 Os programas e projetos criados na carona da BR 364.....	546
6.4.2.4 Exercícios de decolonialidade epistêmica.....	547
6.4.2.5 As histórias e falas dos condenados.....	550
6.4.2.6 A re-existência decolonial.....	558
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	561
BIBLIOGRAFIA.....	572
Fontes documentais.....	615

## INTRODUÇÃO

Com a minha dissertação de mestrado – “*O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional*” - defendida perante o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (SOUZA, 2008), analisei os discursos produzidos em torno das ideias de desenvolvimento sustentável e de cooperação dentro do espectro das relações internacionais e do aludido programa de governo, na sua fase I, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. Estava ali a gênese dos rumos da *florestânia* como modelo de governo empregado pela Frente Popular do Acre-FPA, grupo de legendas partidárias que o Partido dos Trabalhadores-PT reuniu em torno de si para governar o Estado a partir do ano de 1999 e que se mantém até a presente data. Havia algo mais profundo que naquela oportunidade não tive condições de perceber embora já prenhe de indícios.

Pela pesquisa, pude observar um nítido dissenso entre o discurso empregado no programa (seus objetivos) e a sua efetiva realização. Também constatei que os textos do contrato e do programa eram na verdade da lavra e língua exclusivas da instituição financiadora e que sofriam tradução somente no seu aspecto linguístico. Foi quando entendi melhor a importância das condicionalidades impostas pelo BID. Elas estavam fincadas quase que exclusivamente em objetivos econômicos, e não sociais e ambientais, como martelava a propaganda governamental

do auto proclamado *Governo da Floresta* - lema da primeira gestão da FPA (1999/2004).

Na época, o programa publicava na internet os seus relatórios de progresso e também de avaliação intermediária, o que me possibilitou fazer comparações entre o projeto (as promessas) e as suas realizações, razão pela qual a conclusão da pesquisa, em grande medida, se fundou nos dados empíricos – coletados do próprio programa na sua página da internet. Por eles, foi possível constatar a importância das instituições financeiras multilaterais como difusoras na Amazônia brasileira de uma concepção de desenvolvimento que, na prática, e não no discurso programático - era utilizada para impossibilitar exatamente o seus expressos objetivos – aqueles prometidos no corpo discursivo do programa: o de melhorar a qualidade de vida da população acreana e de preservar a natureza.

Pude melhor compreender que a propalada “internacionalização da Amazônia” – no sentido de sua ocupação estrangeira, da intervenção em sua soberania etc - se dava antes de tudo pelas ideias, uma das quais, senão a mais fundamental - a de desenvolvimento sustentável, na acepção não da propaganda mas do que, em relação a ele, é silenciado. O que me fez deduzir que tal “ocupação” vem ocorrendo muito mais pela difusão e controle do conhecimento - é epistêmica - que material, visível. Não por acaso, ainda ali na dissertação, também por questionar a ideia de cooperação, decidi cunhar o BID de um “Cavalo de Tróia” na Amazônia. Mesmo com tais constatações, ficou em mim a impressão de que o marco teórico que utilizei impunha limites à minha análise. Por exemplo, por

ele, eu pensava o projeto geopolítico de desenvolvimentismo, tão-somente a partir do fim da Segunda-Guerra Mundial com a chamada Guerra Fria. Mesmo me apontando a existência – no plano das relações internacionais – de organismos multilaterais compromissados com a defesa de ideias e interesses das nações consideradas desenvolvidas, este marco não me dava uma dimensão sistêmica e estrutural, de âmbito global, tampouco histórica de duração para bem antes do século XX e, principalmente, sobre a manutenção da relação colonial inaugurada no século XVI no âmbito da Europa em sua conexão heterárquica com a América Latina, em torno da qual vigia um padrão de poder global.

Mais. Restringia a minha crítica quanto aos interesses exógenos, mesmo que por meios epistêmicos, limitada ao plano dos interesses materiais. Nesse sentido, o espectro de análise que eu dispunha naquela ocasião estava relacionada a um pressuposto teórico cujo lugar de enunciação era, em grande medida, um certo pensamento crítico europeu, aquele do tipo que circunscreve a visão de mundo a uma ótica puramente economicista e bilateral nas relações internacionais pelas quais a Amazônia é reduzida a fonte de recursos naturais.

O fato é que, num *continuum*, cada vez mais, a cada ano que passa, o estado do Acre tem alimentado seus planos de governo, suas políticas desenvolvimentistas e suas ações efetivas – no uso de seus recursos e no controle social local - com as condicionalidades impostas pelas instituições financeiras multilaterais, como o BID e o Banco Mundial.

Diante disto, eu precisava entender que as condicionalidades vinculadas às operações de empréstimos podem atender a outra lógica – a lógica

colonizadora de longa data - que é a de determinar nas substâncias dos programas de governo os interesses de quem elas representam – não necessariamente uma nação. Precisava aprofundar e problematizar mais o fato da racionalidade do mercado da natureza – sob a capa de desenvolvimento sustentável - tem se incrustado na floresta – o lócus preferido destes programas - como saber científico-tecnológico e por isso tido como superior e moderno para fazer com que a floresta seja usada “com sabedoria” (como o discurso da propaganda do governo local gosta de afirmar) – o que supõe/induz que se acredite que os seus habitantes locais/originais assim não a usem, nunca a usaram.

Eu precisava entender essa lógica colonizadora para além da ideia do colonialismo como fenômeno histórico tido como (ultra)passado. Também para além do interesse econômico imediato. Me faltava perceber que algo mais complexo e estrutural estava em jogo. Que havia ali uma historicidade de um tempo inacabado. O tempo moderno-colonial. Entender que para além da lógica econômica, que reduzia o poder aos seus intentos, havia uma lógica epistêmica e ontológica a ser compreendida. Que haviam outros elementos tão determinantes quanto ou mais que o econômico.

Para tanto, precisei me valer das ferramentas conceituais da *teoria crítica decolonial*-TCD, desenvolvida pelo Coletivo Modernidade/Colonialidade-CMC, com a qual tem sido possível se ter uma visão interdisciplinar e histórica mais estruturada e produzida a partir de categorias originais com vistas a dá conta de que a América Latina, desde a origem, é envolvida/dominada por um padrão de poder colonial



de âmbito mundial que subsistiu – sendo seu produto - ao período histórico do colonialismo e que se mantém sob a capa de modernidade.

Com este marco teórico, procurei avistar que tal padrão, denominado pelo sociólogo peruano Anibal Quijano de *Colonialidade*, vem, no curso da história da formação desse território, estabelecendo/impondo modos de poder, de saber e de ser, que se conformam hegemônicos sob a retórica da modernidade no contexto do *sistema-mundo moderno colonial*, nos seus processos com vistas à exploração e domínio do social e do natural.

Com estes pressupostos teóricos, os quais não dispunha no trabalho dissertativo, aquele olhar de outrora ganha outra dimensão de análise. O ponto de partida, embora continue sendo – em especial – os programas desenvolvimentistas que o estado do Acre reproduz dos prepostos do *sistema mundo moderno colonial*, as ferramentas conceituais certamente que partirão de outro patamar teórico.

A presente pesquisa trata exatamente desse nova perspectiva teórica que avança sobre o empírico dos lugares enunciados e de enunciação para possibilitar um outro modo de perceber os fenômenos históricos sociais, políticos, econômicos, culturais tanto no contexto global quanto no local.

No geral, tendo como fato a existência desse padrão global de poder colonial, o que pretendo nesta pesquisa é responder quanto ao modo como e com que substância o mesmo opera, ao longo da história, no território acreano, com vista à definição de um tipo de poder, de saber e de ser - e seus efeitos - que lhes confira particularidades.

Com isso, buscarei entender os eventos governamentais locais – como as políticas de desenvolvimento sustentável - a partir da historicidade tanto deste padrão de poder global quanto de sua inserção no território acreano, enquanto modo estrutural de definir e organizar a sociedade local. Para tanto, as fontes básicas documentais da pesquisa partirão de planos e políticas voltadas para o desenvolvimento da região - dando relevo para os programas de desenvolvimento financiados pelo BID e pelo Banco Mundial - isto é, na produção discursiva operada no *corpus* documental governamental (especialmente do período de 1999 até 2016) e também da historiografia local com os quais se possa registrar/analisar/problematizar as construções epistêmicas em questão, objetivando apontar seu desenho institucional, e procurando, com isso, analisar as formas pelas quais se opera a produção da existência social nos processos históricos globais e, especialmente, locais.

De maneira mais específica, o presente trabalho parte da hipótese primeira de que a *colonialidade se* manifesta no Acre com categorias, atributos, dispositivos e historicidade próprias cuja manifesta e relativa particularidade dialoga com aquela e é por ela determinada em grande medida. Para tanto, buscarei levantar e problematizar:

1 - O modo estruturante - e sua substância - como a matriz colonial do poder se instaura, se mantém e se desenvolve na região acreana.

Com esta questão, especulo que: a) a princípio, tal padrão de poder se vale na origem, como sua base local territorial e epistêmica, do território do seringal (unidade de produção da borracha), aqui entendido como célula

social e econômica de onde emerge e se desenvolve, sob o aspecto colonial, um regime de dominação, exploração e racialização. É quando utilizarei a categoria analítica *seringalismo* que atualizo para dar conta de entender e problematizar a instauração da colonialidade na região acreana e seus atributos e efeitos, e b) Contemporaneamente, tal espaço é ocupado pelo estado que, mediante dois de seus dispositivos - o *desenvolvimento sustentável* e a *florestania* - vai revigorar o padrão de poder colonial que, em escala local, passo, com a presente pesquisa, a denominar de *seringalidade*, uma segunda categoria analítica fundamental na pesquisa.

2 – O percurso histórico, no *seringalismo* e na *seringalidade*, dos indígenas e seringueiros (povos da floresta) que vai instituir e mantê-los sob a condição de *condenados da floresta* – como sujeitos naturalmente inferiores frente à racionalidade moderna. Esta a terceira categoria analítica instaurada também no curso da pesquisa.

Deste modo, o presente trabalho perseguirá o êxito em demonstrar que existe um padrão de poder que estabelece e faz mover processos de domínio, exploração e racialização em face dos povos da floresta e da natureza e seus produtos. Também que esse padrão tem uma história de longa duração, tem uma origem e que não se limita ao território local senão é alimentado (e alimenta) pelo *sistema mundo moderno colonial*. E que tal padrão persegue também, com igual ou maior interesse e profundidade, a instituição de um constructo mental que internalize, no condenado, a racionalidade do domínio, da exploração e da racialização, o que significa dizer que o interesse da *seringalidade*, a partir e para além do poder e do saber, é também ontológico.

Com esta tese, pretendo contribuir para o rol de interpretações que se tem produzido em torno das realidades locais, inclusive em suas relações com as globais. O que faço utilizando um marco teórico de índole original - posto que de um lugar de enunciação latino americano e caribenho - frente aos marcos até aqui provados pela produção acadêmica brasileira, ainda hegemônicos, de forte caráter eurocêntrico.

Para tamanho intento, o presente trabalho será desenvolvido em seis capítulos. No Capítulo I, apresentarei o meu marco teórico - a *teoria crítica decolonial* - seus pressupostos conceituais antecedentes, suas principais categorias analíticas, seus mais expressivos autores, a história da formação do coletivo modernidade/colonialidade em torno do qual a teoria se desenvolveu, de modo a justificar tal marco como adequado para a fundamentação da tese.

No Capítulo II, farei uma breve incursão, já utilizando pressupostos do marco teórico adotado, nos processos geohistóricos e geopolíticos que levaram a América Latina e a Amazônia a serem tratadas, sobretudo no plano da produção de conhecimento e de poder, na história e contexto do *sistema mundo moderno colonial* e do padrão colonial de poder.

No Capítulo III, farei uma leitura a partir dos relatos sobre a formação do território acreano – em torno da instituição estado e do vários movimentos da sociedade - com ênfase para o percurso dos indígenas e seringueiros - de modo a procurar demonstrar – como releitura dos eventos - que a historiografia local como oferecida – tradicional e oficial – se expressa em relação aos mesmos basicamente por três relatos sincrônicos. Num

primeiro, retira a possibilidade de protagonismo histórico em razão de considerá-los inferiores epistêmico e ontologicamente. Num segundo, justifica tal impossibilidade quando institui e reforça a ideia de que tal inferioridade os revela enquanto o que são, ou seja, enquanto não-ser e também enquanto o que sabem (ou melhor, o que não sabem de acordo com aquele tipo de saber tido como superior), razão pela qual – por supostas natureza e incapacidade epistêmica - não poderiam ocupar na história qualquer protagonismo, o que lhes condena, aqui o terceiro relato, ao papel/condição de subalternidade no mundo social, como colonizado/racializado, eis porque, no contexto local, *condenados da floresta*.

No Capítulo IV, analisarei a estrutura histórica, social e econômica – que se presta a funcionar como regime de poder moderno-colonial – sob a qual essa construção do condenado é produzida e normatizada nas suas fases iniciais. Tal expressão inicial local da colonialidade vou denominar de *seringalismo*. Para tanto, buscarei demonstrar que tal fenômeno se mantém baseado em três elementos que lhes são essenciais para a sua constituição e eficácia, que são a propriedade e seu regime de concentração; o sistema de exploração do trabalho denominado aviamento e a racialização dos indígenas e nordestinos tornados seringueiros, todos presas do sistema de exploração e vítimas das desterritorialização e do impedimento de ser proprietário e tratado abaixo da linha do humano.

No Capítulo V, imprimi esforços em conceituar e analisar a fase contemporânea da colonialidade em escala local, fase esta que vou cunhar de *seringalidade* como categoria analítica com a qual procuro entender e

problematizar não só a continuidade histórica do *seringalismo* mas a forma pela qual tal padrão atual se mantém e se desenvolve, mormente por seus dois dispositivos - *desenvolvimento sustentável*, com seu aspecto empírico-simbólico reserva extrativista, e *florestania* – com seu aspecto historiográfico, os quais vão lhes imprimir substância para que se possa compreender a dimensão de seus efeitos especialmente em relação à população local.

No Capítulo VI e último, procurei me deter na categoria posta pelo meu marco teórico - de *colonialidade do ser* - procurando fazê-la dialogar com aquela que cunho – a de *condenado da floresta* – com o propósito de relacioná-los como expressões teórica e empírica no contexto histórico do *seringalismo/seringalidade*, o que faço por meio da exposição de um leque de situações históricas em que se expressam os modos/substâncias que manufaturam os *povos da floresta* em *condenados da floresta*. É quando a pesquisa busca entender como se processa a dimensão ontológica da *seringalidade* cuja estratégia fundamental, como avento em toda a pesquisa, é a de ajustar suas vidas, especialmente, ao sistema exógeno de produção mercantil em face da floresta e em razão dela. Neste capítulo, busco fazer com que seja percebido um embate, pouco observável à primeira vista, expresso no modo decolonial de resistir, sobretudo no campo ontológico, o que de fato realizo, especialmente, ao dar ênfase ao que chamo de *Caso Ywmonyry Cândido*, relatado e analisado como manifestação decolonial dos condenados, seu suspiro de resistência.

## 1. A TEORIA CRÍTICA DECOLONIAL

Este capítulo pretende responder a uma questão que é ao mesmo tempo teórica e política. A de qual teoria crítica pode melhor contribuir para fundamentar a análise a respeito do que se propõe aqui pesquisar. A hipótese é a de que essa teoria é a Teoria Crítica Decolonial-TCD (SOLIS, 2010, p. 96) ou *teoria decolonial* (MIGNOLO, 2005, p. 25) – localizada no âmbito das chamadas teorias pós-coloniais – em razão de que situa seus pressupostos em outros paradigmas de conhecimento/interpretação da realidade latino americana diversas das dos euro-norte-eurocêntricos, estes localizados geográfica e sistemicamente em lugares/posições cujos conhecimento/interpretação estão comprometidos historicamente com a modernidade eurocêntrica, conforme se pretende demonstrar neste capítulo.

A TCD vem sendo desenvolvida pelo *Coletivo Modernidade/Colonialidade-CMC* – rede de pensadores em sua maioria latino-americanos que, envolto à questões pós-coloniais/decoloniais, propõe e realiza um conjunto interdisciplinar de questionamentos histórico-político-epistemológicos, a partir da América Latina e Caribe, consubstanciados como um novo/outro modo de ver e problematizar os saberes construídos no âmbito da geopolítica do poder do *sistema-mundo moderno colonial*, desde o processo de colonização da América Latina e a formação da ideia de Modernidade a partir do Séc. XVI.

Por este marco teórico, se buscará examinar o modo como se constroem e se difundem os saberes os quais determinam certos exercícios de poder

na relação norte/sul, bem como se constroem – nos planos simbólico e ontológico – sujeitos sociais, o que vale dizer no espectro da geopolítica do conhecimento e do poder que se processa no *sistema-mundo moderno colonial*. Para tanto, se buscará entender o significado da *TCD* neste contexto epistemológico, bem como a formação do CMC, sua genealogia, seus autores de base, seus pressupostos teóricos, suas categorias principais e também seus questionamentos atuais. Antes, porém, se buscará, pelo início, compreender a qualidade de teoria crítica – especialmente fruto do pensamento social latino americano em sua diversidade - que o referido programa se propõe a produzir.

### **1.1 A teoria social e seus lugares de enunciação**

A teoria, especialmente no campo social, tem servido para fazer com que possamos, de alguma maneira, apreender o mundo em que vivemos. Com a teoria de índole crítica o saber não é o limite. A crítica serve para que possamos cognitivamente e reflexivamente desejar como poderia e, mais que isso, deveria ser aquilo sobre o qual nos preocupamos e nos afeta no mundo social. Tal teoria de índole crítica se realiza na medida em que analisa “...o funcionamento concreto das coisas à luz de uma emancipação...” (NOBRE, 2008, p. 17), sendo, nesse exato sentido, “...a própria perspectiva de emancipação que torna possível a teoria” (idem).

É neste campo da crítica que a teoria tem nos oferecido ferramentas epistemológicas que possibilitam ir para além do saber, o que vale dizer: pensar o conhecimento como meio de transformação (e de manutenção) do mundo conhecido, prático e também teórico.



Dependendo do lugar em que determinada crítica se posiciona e se enuncia, haverá perspectivas diversas de saber, pensar e desejar no mundo. Obter-se-á, assim, qualidades de críticas. Não se pode afirmar que a teoria crítica europeia a partir da chamada Escola de Frankfurt seja semelhante àquela que se tem originalmente desenvolvido, por exemplo, na América Latina, não obstante haver aqueles que duvidam da existência de algum pensamento social que dirá crítico fora da Europa e dos Estados Unidos da América, vale dizer de origem latino-americana, africana, asiática...

A ideia de que a produção teórica de característica crítica e produzida fora do espaço europeu mereça carregar consigo o adjetivo *crítica* é defendida por pensadores como Ángel Octavio Álvarez Solís (2010, p. 96) em razão de que, segundo seu entendimento, os programas clássicos desta linha teórica, a par do que ocorre no perfil das três gerações da denominada Escola de Frankfurt, possuem “*um espectro mais amplo de pesquisa e recepção, bem como de desenvolvimento institucional*”, sendo, por conta destas condições, que as teorias pós-coloniais devem ser compreendidas teórica e institucionalmente dentro deste quadro com as suas devidas especificidades.

Walter D. Mignolo, que a cunha de *teoria decolonial*, a concebe como “*uma teoria crítica que transcende a história da Europa em si e se situa na história colonial da América (ou da Ásia ou África ou inclusive na perspectiva dos imigrantes que, dentro da Europa e dos Estados Unidos, têm quebrado a homogeneidade) ...*” (MIGNOLO, 2005, p. 25)

No sentido de atualização, Santiago Castro-Gomes (CASTRO-GOMES, 2001), usando como parâmetro a distinção feita por Max Horkheimer (1975) entre *teoria tradicional* e *teoria crítica*, apresenta o que vai denominar de teorias modernas da cultura classificando-as em dois grupos. O da *teoria tradicional da cultura*, pela qual o mundo é resultado de uma facticidade natural que coloca o homem e sua liberdade diante da tirania da natureza, e o da *teoria crítica da cultura*, segundo a qual o mundo nada mais que é uma construção social que resulta num “*entramado de relações de poder que produz valores, crenças e formas de conhecimento*”. Para o autor, o pós-colonialismo, no contexto da globalização, se insere na classificação da *teoria política da cultura*, pela qual “*a teoria não é vista como um conjunto de proposições analíticas não contaminadas pelas práxis, senão como parte integral da luta pelo controle social dos significados*”. (Idem, p. 117)

Marcos Nobre, tratando a respeito da ideia de tradição em relação aos modelos de teoria crítica, defende que esta “*só tem vida e interesse se for permanentemente reformulada e repensada em vista de novas condições históricas*” (2008, p. 18). Para este autor, a teoria crítica produzida hoje não se limita mais a se manifestar por meio dos modelos do passado, ela tem se expressado, desta feita, baseada em novos diagnósticos do tempo assim como novas formulações daquilo que se pode apontar como princípios que lhes são inerentes (idem, p. 19). Ademais, para Nobre, um dos elementos básicos que caracterizam a teoria crítica é justamente o trabalho interdisciplinar em que

É possível não apenas porque os diversos colaboradores se colocam em um mesmo campo

teórico, demarcados pelos princípios norteadores da Teoria Crítica, mas também e simultaneamente porque colaboram com um objetivo comum: o de produzir um diagnóstico do tempo capaz de fornecer uma compreensão acurada e complexa do momento histórico e de suas potencialidades emancipatórias. (Ibidem, p. 19)

Interdisciplinaridade como característica fundamental do pensamento teórico - crítico, cuja ocorrência é observada no processo de produção intelectual do CMC, bem assim a busca de compreensão do momento histórico e de suas potencialidades, no caso, mais libertárias (libertação como categoria específica do pensamento latino americano) que emancipatórias (emancipação como categoria europeia), conforme se verá adiante.

Partindo destas premissas, pretende-se, na sequência, recorrer às manifestações do pensamento social crítico que se tem praticado fora do mundo epistêmico europeu-norte americano e, por distinção, dentro de outros territórios diversos destes. Será a partir deles, como não-espaço eurocêntricos, em particular daquele produzido no CMC e sua teoria crítica decolonial - que a presente tese se fundamentará para pensar o lugar geopolítico e epistêmico - e suas respectivas problemáticas - de onde se pretende falar e desejar a respeito do que tem ocorrido nos espaços sociais da América Latina e, de modo específico, de sua Amazônia acreana.

### **1.1.1 Crítica à modernidade na geopolítica do conhecimento**

Especialmente com a queda do Muro de Berlim, e junto a ela a da ideia do socialismo dito real, a teoria crítica social e os pensamentos

emancipatório e libertário, no sentido genérico, sofreram um substancial abalo de credibilidade em razão de que perderam uma forte referência concreta de horizonte teórico como alternativa, sobretudo, ao capitalismo e seu projeto neoliberal. Com isso, passou-se a se falar no fim da história e, assim, na consagração da naturalização do triunfo do capitalismo.

A reação do pensamento social latino americano - que nunca deixou de se expressar, embora invisibilizado pela hegemonia do pensamento, inclusive, crítico importado da Europa - foi de modo a recuperar e atualizar a crítica para além das categorias eurocêntricas (inclusive de teor marxistas), propor esquemas analíticos que superasse este novo quadro e enquadrasse a geopolítica do conhecimento da América Latina sobretudo a fazer uma leitura não eurocêntrica da chamada modernidade.

Para muitos pensadores críticos, a dificuldade de se encontrar alternativas teóricas e políticas ao que se apresenta então como hegemônico ocorre sobretudo em razão da redução dos fenômenos analisados à esfera econômica e dentro do cercado do Estado-Nação, ambos como totalidades, não se observando que o que se apresenta é muito mais que isso, é, segundo Edgardo Lander (LANDER, 2000, p. 21), um modelo civilizatório constante de valores básicos da sociedade liberal que engloba outras esferas para além da ideia de mercado e de estado-nação. Com tal redução, tanto ao econômico quanto ao espaço nacional, tem sido de fato difícil se livrar do esquadro do modo de conceber o mundo, visto que a economia e a ideia de estado isolado assumem, na sua essência, a visão de mundo liberal tal qual ele deseja ser compreendido (LANDER, 2000, p. 21).

Nessa linha de dificuldades, vale também chamar atenção para o tipo de leitura que se tem feito dos fenômenos sociais normalmente limitada aos parâmetros teóricos e históricos da ideia de modernidade intra-européia, com os quais as categorias e os fatos da história estão presos à versão construída no arcabouço do pensamento eurocêntrico-ocidental-universalista, o qual institui não somente a crença de que a sociedade liberal é a desejável como, ainda, desde depois do fenômeno das quedas, a única possível. (LANDER, 2000, p. 22).

Pensar diferente, sair desta armadilha epistemológica, tem sido a missão daqueles que não se entregaram ao conformismo político, social e intelectual, o que requer um grande esforço para poder ultrapassar a barreira da naturalização da ordem social que, no dizer de Lander (Idem), o senso comum da sociedade moderna impõe no dia a dia. Para este pensador, não há como assumir este projeto de desnaturalização do controle social sem conhecer e questionar os saberes produzidos e difundidos pelas ciências sociais. (LANDER, 2000, p. 22)

Nesse passo, segundo o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, a ciência social como a conhecemos se confunde historicamente com o pensamento eurocêntrico desde a sua instituição no sistema universitário, sendo, assim, um produto do *sistema-mundo moderno colonial* na medida em que seu surgimento se deve à necessidade da Europa resolver seus problemas no contexto da dominação na esfera geopolítica. (WALLERSTEIN, 2002, p. 205)

Wallerstein entende que o *eurocentrismo*, como pretensão sistema de produção de verdades, precisa ser melhor analisado devendo-se, no entanto, procurar fazê-lo, para não cair em ciladas, compreendendo de modo crítico suas categorias fundamentais. Para o autor, a ciência social expressa basicamente seu eurocentrismo através de cinco categorias: 1) a *historiografia*, que mostra a Europa como o centro da história; 2) o *universalismo*, que estabelece verdades universais, as procedentes do pensamento europeu, válidas para todos e em qualquer tempo; 3) a *civilização*, expressão do modo de viver (melhor, ideal, avançado...) cujo polo extremo e negativo se encontra no primitivismo e barbarismo; 4) o *orientalismo*, que se apresenta como a forma de ver eurocêntrica daquilo que se encontra fora, do que não é europeu, o resto, e 5) o *progresso*, que funciona como metáfora de evolução e desenvolvimento das sociedades – o ideal a ser perseguido - que aparece tanto como descrição quanto prescrição e imposição pelo pensamento eurocêntrico. (WALLERSTEIN, 2002, p. 206)

Para o sociólogo norte-americano, esse sistema de produção de verdades que, com o tempo passou a ser denominada de Modernidade, é que tem dominado o *sistema mundo moderno colonial* desde há muito tempo, pelo menos a partir do século XVI com as chamadas conquistas das Américas pela Espanha e Portugal, alterando suas estratégias em momentos históricos precisos como quando das chamadas revoluções burguesas e industrial, nos séculos XVIII e XIX, do pós segunda guerra do século XX e, por fim, da queda do Muro de Berlim etc. (WALLESTEIN, 2002).

Ainda para Wallerstein, ocorre que, especialmente com os processos de independência das colônias asiáticas e africanas no período histórico pós-1945, tanto o *sistema mundo moderno colonial* quanto as ciências sociais, então dominadas pela Europa, passaram a sofrer importantes e sistemáticas resistências e questionamentos (o que não quer dizer que antes não houvesse tido resistência), tanto em relação ao saber quanto ao poder, afetando, com isso, o sistema de conhecimento posto pelas ciências sociais até 1945 (WALLERSTEIN, 2002).

Para Walter Mignolo (MIGNOLO, 2010, p. 11), existem atual e precisamente dois tipos de crítica à modernidade e ao capitalismo. Um é eurocentrado, posto que advém da Escola de Frankfurt, do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. O outro provém do mundo não europeu, dividido entre um pós-colonialismo ante a colonização britânica (estudos culturais e subalternos) e uma crítica decolonial, surgida a partir dos questionamentos a respeito da colonização iniciada no século XVI da América Latina e Caribe, pela qual o CMC é hoje uma das suas maiores expressões.

Segundo Karina Bidaseca (BIDASECA, 2010, p. 93), nas últimas três décadas, pensadores de diversas disciplinas e oriundos dos países localizados nos continentes africanos, asiáticos e latino-americanos, que sofreram a condição colonial, passaram a levantar temas em torno do que ficou genericamente conhecido como *crítica pós-colonial ou projetos de descolonização do saber*. São questionamentos sistemáticos - nos planos éticos, político e teórico - do pensamento eurocêntrico construído e mantido sob o manto da ideia de modernidade. Com aludidos projetos, a

autora chama atenção para a importância da *teoria do sistema-mundo*, trazida pelo americano Immanuel Wallerstein e o egípcio Samir Amin. São, segundo Bidaseca, novidades teórico-metodológicas na construção de uma nova teoria crítica que ela denomina de teorias da contra modernidade ou contra racionalidade moderna ocidental.

A *crítica pós-colonial*, conforme Karina Bidaseca (BIDASECA, 2010, p. 96), se constitui em “*um conjunto de ideias que surge nos espaços acadêmicos ocidentais e transnacionais, em contexto histórico em que se desenrolam fenômenos culturais específicos.*” A referida crítica, também conhecida como *estudos pós-coloniais*, segundo Angel Octavio Álvarez Solis (SOLIS, 2010), se constitui em “*reflexões históricas, filosóficas e políticas de intelectuais que lograram articular de maneira crítica as experiências coloniais de seus países (...) com os marcos categóricos ocidentais*”. Por sua vez, Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2004) prefere definir como um conjunto de correntes teóricas e analíticas que se encontra presente nas ciências sociais e que dá relevo, para explicar o mundo contemporâneo, à relação desigual entre o norte e o sul global.

Walter Mignolo (MIGNOLO, 1996) defende que os *estudos pós-coloniais* se fundamentam na “razão pós-colonial” – entendendo tal razão como “*um grupo diverso de práticas teóricas cruzando a história moderna europeia com as histórias contra modernas coloniais*” – que, para ser emancipatório, deve funcionar como um dispositivo crítico.

Antônio Sousa Ribeiro (RIBEIRO, 2010, p. 114/115), por sua vez, prefere denominar de pensamento pós-colonial o qual, como entende, “*fornece*



*modelo de crítica à modernidade que atravessa transversalmente todo o campo de conhecimento*”, modelo este que, segundo defende, possibilita a revisão de conceitos e perspectivas de saberes de modo a romper epistemologicamente o mundo do conhecimento.

Num exercício de síntese, este autor elenca seis aspectos que caracterizam o modelo desta epistemologia pós-colonial: 1) a partir da perspectiva do colonizado, ela reclama a “*noção de pluralidade do mundo e da pluralidade dos modos de conhecer*”; 2) nesse passo, busca a pluralização do próprio conceito de pós colonialismo; 3) busca auto reflexão; 4) o colonialismo está no coração da modernidade europeia, visto que ao mesmo tempo que implica alterar o mundo do colonizado o faz também em relação ao colonizador; 5) a colonialidade “*permite analisar a prevalência do modelo de relação colonial para além do momento histórico que o produziu*”; e 6) tem vocação transversal na análise da sociedade se revelando uma “*vertente fundamental na teoria crítica contemporânea*”(RIBEIRO, 2010, p. 114/115)

Seja como crítica pós-colonial, seja como estudos pós-coloniais, seja como pensamento pós-colonial, essa linha de pensamento crítico produziu tendências distintas nominadas como *estudos culturais*, *estudos subalternos* e *giro decolonial* (esta última que, no presente trabalho, assumimos como teoria crítica decolonial) as quais emergem, assim, sobretudo como teorias críticas então alternativas ao marxismo (que se apresentava como resistência crítica ao Capitalismo, mas não à Modernidade) propondo, tais linhas de pensamento, a fazer análises históricas e epistemológicas das relações centro-periferia instituídas pelo

colonialismo e mantida/difundida pelo *sistema mundo moderno colonial*. (BIDASECA, 2010, p. 93)

Segundo entende Bidaseca (Idem), a gênese dessa virada intelectual - que questiona “*os princípios da racionalidade moderna ocidental*” e as suas ciências sociais – parte, como expressões mais importantes, mas não as únicas, das questões lançadas na obra *Orientalismo*, do palestino Edward Said; no *Grupo de Estudos Subalternos da Índia*, coordenado por Renajit Guha; no *afrocentrismo* constituído por vários intelectuais africanos; no *Informe Gulbenkian Abrir as Ciências Sociais*, coordenado por Immanuel Wallestein, e nas discussões em torno da idéia de *pos-ocidentalismo*, em obra coordenada por Edgard Lander.

De outro modo, Julia Almeida (ALMEIDA, 2013, p. 12) nos apresenta como vertentes do pensamento pós-colonial, na cena cultural de língua inglesa, Edward Said, com o *Orientalismo*, Gayatri Chakravorty Spivak, com o *Pode o subalterno falar?* e Hommi Bhabha, com *Local da Cultura* que têm, como sujeitos colonizados, respectivamente, o sujeito oriental, o sujeito feminino e o sujeito híbrido.

O certo é que a influência da crítica pós-colonial vem de longa data, de obras e de territórios diversos, a exemplo dos clássicos como Frantz Fanon, pensador de Martinica, com as suas obras *Pele Negra, Máscara Branca* (de 1952) e *Os Condenados da Terra* (de 1961), Aimé Césaire, poeta e político também de Martinica, com o *Discurso sobre o Colonialismo* (de 1950) e Alberti Memmi, escritor e professor da Tunísia,

com *O Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador* (de 1947).

Os *estudos culturais*, que não se confundem com os estudos *pós-coloniais*, embora tenham fontes teóricas comuns, se expressam, sobretudo, a partir da interpretação da produção cultural sob uma ótica vinculada à teoria marxista. Alimenta-se do marxismo, do pós-estruturalismo, da psicanálise, da teoria da performatividade e dos estudos pós-coloniais – tem marcos conceituais fincados na visão eurocêntrica do saber (Edward Said e Hommi Bhabha são expressões mais importantes). Na América Latina, os *estudos culturais* centram-se na ideia de modernidade a partir da periferia. Seus principais autores: Canclini, Barbero, Yúdice e Mato (CASTRO-GOMES, 2005, p. 11; RESTREPO e ROJAS, 2010, p. 23)

Por sua vez, o *Grupo de Estudos Subalternos* foi formado por estudiosos da Índia que buscavam questionar as vertentes dominantes da historiografia elitista de seu país, isto a partir da perspectiva do subalterno influenciado pelo pensamento de Gramsci e do pós-estruturalismo. Seus principais membros foram Renagit Guha, Dipesh Chacrabarty, Gayatri Spivak entre outros (RESTREPO e ROJAS, 2010, p. 23). Esse grupo ganhou uma versão latino americana, esta que pensou a ideia de subalterno a partir do lugar de enunciação da América Latina – participaram do grupo John Berveley, Robert Carr, Ileana Rodriguez, Jose Rabasa e Javier Sanjines entre outros. (BIDASECA, 2010, p. 108)

A terceira manifestação teórica crítica não eurocêntrica advém originalmente do espaço geopolítico da América Latina e do Caribe que se pode denominar de *teoria crítica decolonial* produzida pelo CMC que traz a categoria *colonialidade* como estruturante.

Para muitos pensadores latinos, era preciso partir de um pensamento social crítico latino americano concentrado na sua experiência histórica tendo como lócus de enunciação a colonização da América Latina e Caribe, por Portugal e Espanha, no século XVI a XVIII. (RESTREPO e ROJAS, 2010) Walter Mignolo irá assim apontar alguns de seus elementos essenciais:

Uma teoria crítica que transcenda a história da Europa em si e se situe na história colonial da América (ou da Ásia ou da África, ou inclua a perspectiva dos imigrantes que, dentro da Europa e dos Estados Unidos, tem quebrado a homogeneidade) passa a ser uma teoria decolonial. (MIGNOLO, 2005, p. 25)

## **1.2 O coletivo modernidade/colonialidade**

Partindo da ideia de que o “*pensamiento social dominante en America Latina no es latinoamericano*” (SILVA, 2008), desde a década de noventa, um grupo de pensadores latino americanos e latino americanistas tem desenvolvido, por meio de encontros e publicações, uma série de reflexões teóricas, nos vários campos do conhecimento, com vistas a pensar a América Latina e o mundo das ciências sociais e humanas em seu conjunto, numa perspectiva de defender ser possível um outro pensamento, um outro conhecimento e um outro mundo. Sua orientação principal tem como núcleo a reflexão sobre a realidade cultural e política

da América Latina a partir especialmente do ponto de vista histórico dos explorados, oprimidos, subalternos e excluídos. É um projeto tanto intelectual quanto político que vem construindo categorias e problemas de argumentação que, no conjunto, começam a se estabelecer como uma teoria crítica questionadora da Modernidade, como outra maneira de pensamento diverso, o que lhe atribui característica não eurocêntrica de pensamento (ESCOBAR, 2003).

O que esse grupo tem produzido se apresenta como uma teoria crítica contemporânea vinculada às tradições das ciências sociais e humanas próprias da América Latina e Caribe. É um pensamento que se articula a partir da América Latina, mas, todavia, não se circunscreve a ela. Retoma de maneira crítica e dialoga de forma construtiva com outros projetos intelectuais e políticos latino americanos, constituindo-se como uma alternativa de reflexão teórica das especificidades históricas e políticas de nossas sociedades, buscando desconstruir, de acordo com Edgardo Lander, o caráter universal e natural da sociedade capitalista, frente ao quadro de dificuldades para a formulação de alternativas teóricas e políticas à hegemonia total do mercado. (LANDER, 2005)

Conforme Escobar (ESCOBAR, 2003), a genealogia desse *pensamento advém da teologia da libertação, da filosofia da libertação, da teoria da dependência*, dos debates latino-americanos sobre modernidade e pós-modernidade nos anos oitenta; das discussões sobre hibridez em antropologia, comunicação e nos estudos culturais dos anos noventa; do pensamento do grupo latino-americano sobre estudos subalternos nos Estados Unidos. Para o mesmo autor, o grupo tem se inspirado em um

amplo número de fontes, vale dizer desde as teorias críticas europeias e norte americanas da modernidade até grupos suasiáticos de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana, de modo que, continua Escobar, sua orientação tem se fincado na *“reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos”*, reflexão essa compreendida como *“uma maneira diferente de pensamento, contrária às grandes narrativas modernistas – o cristianismo, o liberalismo e o marxismo”* (ESCOBAR, 2003), servindo-se, assim, como verdadeira perspectiva para analisar e compreender os processos, as formações e o ordenamento hegemônicos *“del proyecto universal del sistema-mundo (a la vez moderno y colonial) y, por el otro, para visibilizar, desde la diferencia colonial, las historias, subjetividades, conocimientos y lógicas de pensamiento y vida que desafían esta hegemonía”* (WALSH, 2007).

Nesse sentido, parte basicamente do questionamento das origens, espaciais e temporais, da modernidade. De acordo com Escobar (2003), a teoria crítica decolonial tem origem na modernidade com a conquista da América e o controle do Atlântico, a partir de 1492 e não no final do século XVIII; que o colonialismo, o pós-colonialismo e o imperialismo são constitutivos dessa ideia de modernidade; que tal ideia tem uma perspectiva global, ao invés da perspectiva somente intra-européia, tendo como uma das suas dimensões a dominação dos “outros” localizados fora do eixo europeu, o que constitui o eurocentrismo como uma forma de conhecimento da modernidade/colonialidade – uma representação hegemônica e modo de conhecimento de pretensão universal.

Para Luis Martinez-Andrade (MARTINEZ-ANDRADE, 2008), a *colonialidade* é a dominação colonial que perdura mesmo sem a permanência do instituto jurídico-político da colônia e impregna cada uma das áreas da existência social, constituindo-se como a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, sendo a forma mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder, e que dar conta da dependência histórico-estrutural assim como das características específicas da forma societal na América Latina. Para este autor, mesmo que os processos de independência resultassem numa ruptura com o padrão de dominação colonial, a libertação política, econômica e cultural latino americana nunca se efetivou. O cordão umbilical da dependência estrangeira não foi cortado no talo, o jugo imperial da América Latina teve sequência histórica. Como afirma Ramon Grosfoguel (GROSFOGUEL, 2008): “*continuamos a viver sob a mesma matriz do poder colonial. Com a descolonização jurídica-política saímos de um período de colonialismo global para entrar num período de colonialidade global.*” A colonialidade do poder se fortaleceu com a colonialidade do saber, o que ocorreu graças à ideologia do progresso e as ciências sociais (WALLERSTEIN, 2007) que, com o seu positivismo e dogmatismo, serviu-se de instrumento a serviço do poder colonial (MARTINEZ-ANDRADE, 2008).

Com isso, segundo Ramon Grosfoguel, a *colonialidade* “*permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais.*” Para o mesmo autor, “*os Estados-Nação periféricos e os povos não europeus vivem hoje sob o regime da colonialidade global imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo*

*Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN” (GROSFOGUEL, 2008).*

As críticas do CMC centram-se basicamente em relação à modernidade, ao capitalismo, ao eurocentrismo e à globalização, tendo como questionamento básico fatos históricos, sociais, econômicos, culturais – as epistemologias construídas e difundidas em torno - que se apresentam naturalizadas, pelas quais se entende a superioridade étnica de uns sobre outros, como de certos saberes sobre outros e de certos lugares também.

O CMC procura problematizar um conjunto sistemático de enunciados teóricos relativos ao poder no âmbito da modernidade, de modo a apontar as suas origens a partir das conquistas da América pela Europa no século XVI, e não a partir do iluminismo e da Revolução Industrial. Defende que historicamente o poder passou a se estruturar como *sistema mundo moderno colonial* por meio do colonialismo e no âmbito global de exploração e acumulação, razão pela qual, entende, a Modernidade passou a ser compreendida como um fenômeno global constituído por relações desiguais de poder - e não como fenômeno produzido no interior da Europa e depois difundido para o resto do planeta. Tem que a relação assimétrica entre a Europa Moderna e os outros tidos não modernos é parte da modernidade e implica necessariamente um nexo de subordinação destes em relação àquela, de modo que tal subalternização imposta a maioria da população mundial ocorre com base no controle mundial do trabalho e da intersubjetividade. O programa concebe o eurocentrismo/ocidentalismo como forma específica de produção de conhecimento e de subjetividade na modernidade. (GESCO, 2008)



Numa síntese, as características mais presentes no CMC são: 1) o seu caráter interdisciplinar – alguns campos se destacam: a filosofia, economia política, teoria literária, história, sociologia, antropologia, teoria feminista e a ecologia política; 2) ter a epistemologia como o lugar de sua enunciação – ele se expressa não necessariamente da América Latina mas também de outros lugares geográficos – a América Latina deve ser entendida mais como espaço epistemológico do que como uma região; 3) ser uma comunidade de argumentação – ele trabalha coletivamente com conceitos e estratégias de forma aberta; 4) sua produção teórica - crítica advêm de três lugares de produção privilegiados: dos agentes e movimentos subalternos; dos intelectuais-ativistas e das universidades em que se busca a transformação de práticas normativas e cânones acadêmicos; 5) buscar apontar as origens da modernidade na Conquista, pelos europeus, do continente americano a partir de 1492 e não no iluminismo ou final do século XVIII; 6) tem como constitutivos da modernidade o colonialismo e o desenvolvimento mundial do capitalismo; 7) buscar apontar uma perspectiva global da ideia de modernidade ao invés de vê-la tão só como um fenômeno intra-europeu; 8) chamar atenção, como mais uma característica da Modernidade, para o desejo de dominar e subalternizar os conhecimentos dos outros fora do esquadro europeu; 9) apontar o eurocentrismo como forma de conhecimento da modernidade/colonialidade – forma esta que se impõe como representação hegemônica e modo de conhecimento que se quer universalista; 10) tem, como unidade analítica apropriada para analisar a modernidade, a modernidade/colonialidade – tendo em vista que uma não existe sem a outra – uma explica a outra; 11) ver na “diferença colonial” um espaço epistemológico e político privilegiado,

haja vista que é a partir dele que se pode questionar a subalternização do conhecimento e das culturas; e 12) dar ênfase no *sistema mundo moderno colonial* para permitir que se observe os conflitos entre os poderes da mesma visão de mundo (GESCO, 2008).

São muitos aqueles pensadores contemporâneos que têm produzido reflexões a respeito dos temas e categorias colocados pelo CMC. Podemos anotar os seguintes: o Filósofo argentino Enrique Dussel; o Sociólogo peruano Aníbal Quijano; o semiólogo argentino Walter Mignolo; o antropólogo colombiano Arturo Escobar (estes dois últimos radicados nos Estados Unidos); a pedagoga norte-americana radicada no Equador Catherine Wash; o portoriquenho Ramon Grosfoguel também radicado nos Estados Unidos; o filósofo portoriquenho Nelson Madonaldo-Torres; o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomes; o sociólogo venezuelano Edgardo Lander; o crítico literário boliviano Javier Sanjinés; o antropólogo venezuelano Fernando Caronil (já falecido); o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein; a argentina Zulma Palermo; a antropóloga argentina radicada no Brasil Rita Laura Segato; o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, entre outros. Dentre todos estes pensadores, têm-se destacado Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Walter Mignolo, especialmente pelo volume e importância de produção teórica.

### **1.2.1 Algumas fontes teóricas latino americanas**

Para Escobar (2003); Restrepo e Rojas (2010, p. 43), o CMC se vale basicamente das seguintes contribuições latino americanas originais do século XX, das quais se apresenta como herdeira: a Teoria da

Dependência; a Filosofia da Libertação, com as reflexões de Enrique Dussel; a Pedagogia do Oprimido, com Paulo Freire; a Pesquisa Ação Participativa, com Orlando Fals Borda, bem como os pensadores caribenhos da Martinica Aimé Cesaire e Frantz Fanon.

Quanto aos ensinamentos absorvidos a partir da *Teoria da Dependência*, de acordo com Restrepo e Rojas (2010, p. 63/64), a sua ideia central está na “*concepção de dependência em termos de um sistema global de desigualdades estruturais, que são estruturantes da relação entre centro e periferia.*” Para estes autores, o CMC parte do pressuposto de que o desenvolvimento não é resultante de uma série de fases de economias nacionais, conforme suas limitações no mercado internacional – como defende a Teoria da Modernização – também não decorre dos limites culturais – do tradicional ao moderno – de cada Estado-Nação – conforme explicações sociológicas eurocêntricas.

De acordo com os aludidos autores, para a Teoria da Dependência, “*o desenvolvimento é produto das relações de subordinação estruturais as que têm sido submetidos certos países no processo mesmo de desenvolvimento de outros países.*” Tal explicação apresenta uma perspectiva sistêmica de relações de dominação num contexto geopolítico em que ocorre desigualdades de posições e funções dentro da estrutura global de produção. No plano do sistema global, a posição estrutural centro/periferia, da Teoria da Dependência, pode ser relacionada à modernidade/colonialidade do CMC. Ambos os pares servem para explicar a configuração da totalidade de alcance global. A análise do

*sistema mundo moderno colonial* é herdeira direta desta configuração da teoria da Dependência (RESTREPO e ROJAS, 2010, p. 64).

Para Walter Mignolo (MIGNOLO, 2011, p. 22), a teoria da dependência, apesar do tempo e das críticas, ainda não perdeu a sua força originária, tendo em vista que apontou a presença da dupla modernidade/colonialidade nos projetos de modernização e desenvolvimento. Desde lá, esta teoria já afirmava que a exterioridade (periferia) ao sistema (centro) não é ontológica senão construída pela colonialidade do poder (idem, p. 23).

Muito embora a *Filosofia da Libertação* tenha sido desenvolvida por vários pensadores, todavia, para os efeitos de uma herança específica, se dará aqui mais atenção ao pensamento de *Enrique Dussel* com quem o CMC melhor dialoga. Paulo Freire, com a sua *Pedagogia do Oprimido* é também um grande autor de quem o coletivo absorveu elementos teóricos de grande valia para as reflexões por ele produzidas.

Restrepo e Rojas apontam que o oprimido é a categoria central em Paulo Freire e Enrique Dussel. Para o filósofo argentino, a condição de possibilidade da filosofia da libertação se encontra na exterioridade à totalidade do sistema – a exterioridade é o oprimido que se apresenta como os povos da periferia, na mulher popular, na juventude oprimida, no pobre... A filosofia da libertação só é possível a partir das classes exploradas. O discurso a partir do oprimido faz um caminho distinto do da filosofia do centro. Freire tem o oprimido como chave para entender o funcionamento do poder. A luta do oprimido não é só contra o poder mas

pela descoberta de si próprio e também do opressor. Não basta a libertação do oprimido se não houver a libertação do opressor. Para o educador brasileiro, a criação do homem novo requer a ausência da figura opressora e oprimida e a superação da funcionalidade domesticadora da realidade opressora. Tal tarefa requer reflexão crítica e práxis além do verbalismo e do ativismo. A pedagogia é fundamental nesse processo, a Pedagogia da Libertação e não aquela que só serve ao interesse do opressor. Para Dussel e Freire, o oprimido é um sujeito privilegiado na medida em que ele se porta na condição de exterioridade e sujeito da emancipação tanto de si como do opressor, o que faz romper com o sistema que os produz (RESTREPO e ROJAS, 2010).

Ainda de acordo com Restrepo e Rojas (2010), para parte do CMC, o sujeito exterior à totalidade não é exatamente o sujeito oprimido de classe - Freire e Dussel pensam a América Latina da periferia do capitalismo das décadas de 60/70 - mas o sujeito racializado, como o indígena e o negro. Enquanto o protagonista da resistência é, para Dussel e Freire, o pobre oprimido, para o CMC são sobretudo os sujeitos racializados. Tal visão se deve especialmente pela influência do pensamento dos dois Martiniquês Aimé Césaire e Frantz Fanon.

Aimé Césaire, que se destaca pela luta em favor dos negros, foi criador do conceito de *negritude* que foi desenvolvido como uma das formas de resgate da cultura africana frente aos processos de dominação política e cultural perpetrados pelo ocidente. Exerceu grande influência em intelectuais negros como Frantz Fanon e Edouard Glissant. Suas críticas

estão marcadas num tempo histórico de lutas anti-imperialistas e anticolonialistas geradas depois da Segunda Guerra Mundial.

Seu legado tem sido fundamental para a formulação de um pensamento crítico latino americano, sobretudo porque alia o sentido do colonialismo ao de racismo. Seu ensaio *Discurso Sobre o Colonialismo* se destaca entre tantas obras, sobretudo as poéticas que produziu. Neste ensaio, Cesaire aponta o colonialismo como ato de barbárie sob o nome de processo civilizatório europeu. Para ele, o colonialismo cumpria dupla função: (1) a de destruir e separar os colonizados de suas culturas a fim de formar corpos e subjetividades dóceis e acumular riqueza; e (2) a de salvar a Europa colonizadora da bestialização do colonizador. Segundo aponta, o colonialismo é a coisificação do colonizado e também do colonizador que se desumaniza ao tratar o outro como tal. Aimé entende que o nazismo não é um desvio histórico do europeu senão expressão do colonialismo contra ela própria. Afirma, nesse sentido, que o maior crime de Hitler foi ter operado a prática comum do colonialismo contra o branco, o que só era aceitável contra os índios, negros... (RESTREPO e ROJAS, 2010)

Frantz Fanon, psiquiatra e ensaísta, lutou pela independência da Argélia e foi um influente pensador do século XX sobre colonização, racismo e lutas de independência das colônias francesas analisando teórica e politicamente seus aspectos sociológicos, filosóficos e psiquiátricos. Fanon, na mesma linha de Aimé, entende que não é só o presente do colonizado que é afetado mas também o seu passado que é expropriado e desvalorizado. Fanon, como Cesaire, defende que o colonialismo afeta tanto o colonizado quanto o colonizador. Ambos são sujeitos coloniais

produzidos no contexto colonial os quais devem ser pensados na sua relacionalidade. Nesse sentido, o colonialismo deve ser entendido como uma experiência estruturante que a todos envolve (RESTREPO e ROJAS, 2010)

Para ambos, o colonialismo é a matriz sob a qual surge e funciona o racismo, sendo este fenômeno produto daquele. Ele é operado não só como um dispositivo militar e administrativo para assegurar o controle físico mas também como discursos que inferiorizam e buscam dominar as mentes com a imposição da cultura do colonizador para o fim de descivilizar o colonizado (RESTREPO e ROJAS, 2010)

Nessa linha de pensamento, o racismo é meio pelo qual a inferiorização se expressa. A escravidão só funciona com a inferiorização do escravo. O racismo é a justificativa emocional, afetiva e intelectual desta condição de inferiorizado do colonizado. Nesse diapasão, o racismo é um dos componentes da imposição colonial, constitutivo da formação social colonial, que se expressa tanto como biológico quanto como cultural. Segundo Fanon: “*o objeto do racismo deixa de ser o homem particular para ser uma certa maneira de existir*” (RESTREPO e ROJAS, 2010).

Nos colonizados, o racismo produz ao mesmo tempo o desapareço de si, pela desventura que produz a sua condição, e o desejo de ser como o colonizador, única maneira de sair daquela condição. Cesaire e Fanon também entendem que o racismo e o colonialismo produzem subjetividades no sujeito colonial - colonizado e colonizador - (RESTREPO e ROJAS, 2010).

Pela análise de Fanon, o negro é colocado numa “zona de não ser”. Por esta zona o negro é tido como não-ser o que, segundo Maldonado-Torres (MALDONALDO-TORRES, 2007, p. 158) “*se refere a carência do peso ontológico de um sujeito diante do outro, neste caso do “negro” frente aos olhos do branco*”. Tal condição, ainda para Maldonado-Torres (idem, p. 159), “*gera subjetividades específicas que mantém ‘negro’ como exceção da ordem ontológica e simbólica do humano*”. Nesse passo, ele, o negro, “*se apresenta ou como ausência ou como mais que presença porém nunca ou raramente como meramente humano*” (idem, p. 158)

Ainda como um marco latino americano influente do CMC, temos Orlando Fals Borda, um dos fundadores do método de Pesquisa Ação Participativa, quem trabalha com a relação entre conhecimento e poder. Ele parte da ideia de que o conhecimento científico só tem sentido se estiver a serviço da transformação da sociedade em função de um projeto político popular. Assim, Fals questiona o colonialismo cultural, a dependência intelectual e institucional das academias em relação aqueles países ditos desenvolvidos, condição que impedem a possibilidade de mudança social (RESTREPO e ROJAS, 2010)

Este pensador questiona o eurocentrismo que está intimamente ligado ao colonialismo que aponta a Europa não só como centro do poder mas, também, como centro de produção de saber. O colonialismo intelectual (o que pode se relacionar com a colonialidade do saber) é uma forma de dependência da periferia (colônias) em relação ao centro (Europa) que se expressa como ciência e conhecimento. Ele defende o que se pode



denominar de uma ciência social própria, uma ciência social autônoma, uma sociologia da libertação ou investigação ação participativa (RESTREPO e ROJAS, 2010)

### **1.3 A Colonialidade**

Tendo em vista ser a colonialidade a categoria em torno da qual a teoria crítica decolonial se sustenta, sobretudo nos planos históricos, sociológicos, antropológicos e filosóficos, centraremos a seguir o nosso estudo a seu respeito.

Para o CMC, há uma clara distinção entre colonialismo e colonialidade. Aquele significa o regime de poder instalado por ocasião dos processos históricos da colonização das Américas e também dos países africanos e asiáticos, que se servia para a dominação institucional e cultural dos europeus sobre os povos originários daqueles continentes. Tal regime jurídico-político teve fim com os processos de independência. Já colonialidade é a herança que se mantém até hoje daquele regime desta feita como um padrão uma matriz colonial de poder global. É o construto mental deixado pelo regime colonial de poder e de saber que perpassa por todos os âmbitos de relações sociais e de poder mundial. É o lugar epistêmico de enunciação em que se descreve e se legitima o poder colonial. Tal lugar nasce junto com a modernidade, sendo desta o seu lado obscuro.

Todavia, é o que torna, sob o ponto de vista crítico, a modernidade como ela realmente se apresenta. Para Walter Mignolo, “a *matriz colonial de poder é em última instância uma rede de crenças sobre as quais se atua*

*e se racionaliza a ação, se tira vantagem dela e sofre de suas consequências.”* (MIGNOLO, 2010, p.12) A colonialidade, fundamentalmente, segundo Mignolo, *“é uma totalidade que nega, exclui opaca a diferença e as possibilidades de outras totalidades”* (Idem p. 13) Para Restrepo e Rojas, a colonialidade é um

fenômeno histórico muito mais complexo[que o colonialismo] que se estende até o nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a reprodução de relações de dominação; este padrão de poder não só garante a exploração pelo capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, como também a subalternização e obliteração dos conhecimentos, experiências e formas de vidas de quem são assim dominados e explorados. (RESTREPO e ROJAS, 2010, p. 15)

Para Grosfoguel

É uma “interseccionalidade (...) de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (‘heterarquias’) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. O que a perspectiva da ‘colonialidade do poder’ tem de novo é o modo como a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo. (GROSFOGUEL, 2008. p. 123)

Ainda hoje, de acordo com Grosfoguel

As zonas centrais da economia-mundo capitalista coincidem com sociedades predominantemente brancas/europeias/euro-americanas, tais como a Europa Ocidental, o Canadá, a Austrália e os Estados Unidos, enquanto as zonas periféricas coincidem com povos não-europeus outrora colonizados. O Japão é a única exceção que confirma a regra, na medida em que nunca foi colonizado nem dominado pelos europeus e, à semelhança do Ocidente,

desempenhou um papel ativo na construção do seu próprio império colonial. (idem p. 127)

A CMC tem como indiscutível que a categoria *colonialidade* foi cunhada pelo sociólogo peruano Anibal Quijano o qual, em seu projeto teórico de busca da compreensão de tal fenômeno, carrega, segundo Mignolo (2010, p. 14), duas orientações básicas: uma analítica, a que se opera na crítica à totalidade moderna e que se dirige à decolonialidade – resistência política-epistêmica à colonialidade - com a reconstrução e restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia daquela totalidade denominada de modernidade/racionalidade. E outra pragmática, pela qual há uma orientação programática no sentido do desprendimento político (poder), epistêmico (saber) e ontológico (ser).

A colonialidade, pelo ensino de Quijano, se sustenta a partir da combinação de dois eixos estruturantes: 1) o racismo – a classificação social hierárquica da população a partir da ideia de raça, depois de classe, de gênero... faz criar novas identidades geoculturais; 2) e o controle do trabalho – a reunião de todas as formas de exploração do trabalho num único sistema de produção para o mercado mundial – o capitalismo. A lógica da colonialidade se expressa basicamente em três níveis: no político e econômico – a colonialidade do poder; no epistêmico, filosófico, científico e linguístico – a colonialidade do saber – e na da subjetividade, controle da sexualidade e do gênero – a colonialidade do ser.

Segundo entendimento do sociólogo peruano, com a colonialidade se estabeleceu: 1) uma classificação social hierárquica baseada na ideia de raça pela qual alguns humanos (suas sociedades, culturas, cosmologias) foram/são considerados inferiores. A ideia de raça coloca as pessoas como naturalmente superiores e naturalmente inferiores. Os primeiros humanos vítimas dessa classificação racial foram os ameríndios, seguidos dos povos africanos. Também outras classificações sociais prévias foram colocadas como a relacionada ao sexo – pelo patriarcalismo, as mulheres consideradas inferiores aos homens; e 2) - Ao mesmo tempo, são associadas todas as formas conhecidas de exploração e de controle do trabalho (escravidão, servidão, reciprocidade e salário). Cada uma dessas formas de exploração e controle do trabalho foram organizadas em torno do mercado mundial de mercadorias (QUIJANO, 2000, p. 228).

Pela lógica da colonialidade, os saberes não europeus são declarados como pertencentes ao passado da ciência moderna, como doxa que enganava os sentidos, como superstição, como impedimento à maioria intelectual, como obstáculo à obtenção da certeza. Nesse diapasão, os conhecimentos humanos foram ordenados em uma escala que vai desde o tradicional até o moderno, desde a barbárie até a civilização, desde a comunidade até o indivíduo, desde a tirania até a democracia, desde o individual até o universal, desde o oriente até o ocidente.

Para Anibal Quijano, pelo menos três categorias são essenciais para entender o modo como a colonialidade se estabelece no plano epistemológico latino-americano. Uma é a do *sistema-mundo colonial moderno* que definiu a dependência histórico-estrutural da América

Latina e constituiu a Europa Ocidental como centro mundial de controle desse sistema – o que só foi possível graças à modernidade, esta, a segunda categoria, que estabeleceu os elementos materiais e subjetivos que fundaram a nova forma de existência social por meio do eurocentrismo, este, a terceira categoria, como modo hegemônico de produção e de controle da subjetividade e em especial do conhecimento. O *sistema-mundo moderno colonial*, a modernidade e o eurocentrismo vigem na mentalidade de todos ocupando as suas subjetividades.

Para Enrique Dussel, a modernidade eurocêntrica – provinciana e regional - se expressa como “*uma emancipação, uma saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII.*” (DUSSEL, 2000, p. 60) A sua natureza eurocêntrica se deve ao fato de que, segundo seus defensores, basta a Europa para explicar o processo cujos fenômenos são intra-europeus.

E é essa modernidade eurocêntrica que sustenta a cosmovisão ocidental basicamente por meio de quatro dimensões básicas: a) “*a visão universal da história associada à ideia de progresso*” com a qual se hierarquiza povos, territórios, histórias, saberes...b) a naturalização da sociedade liberal capitalista; c) “*a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade*”, e d) o conhecimento que essa sociedade produz posto como superior em relação aos demais (LANDER, 2000, p. 33).

Quijano faz, ainda, um desenho histórico da forma pela qual as colônias e a colonialidade foram sendo construídas na América Latina. Para ele, a produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, com a desintegração dos padrões de poder e de civilização, com o extermínio físico de mais da metade da população dessas sociedades, com a eliminação deliberada de muitos dos seus produtores – seus dirigentes intelectuais, e com a continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes até submeter à condição de iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes – até o desaparecimento de qualquer padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, imagens e símbolos. É daí que se pode observar a produção do novo padrão de poder – a colonialidade – que se ergue sobre os escombros do colonialismo como pilares do novo sistema de dominação e exploração social (QUIJANO, 2006, p. 60/61)

O sociólogo peruano defende que a ideia de raça se constitui um elemento fundamental desse novo padrão de poder na medida em que raça é a primeira categoria social da modernidade. Por ela “*os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim como inferiores em sua natureza material e por isso em sua capacidade de produção histórico-cultural*” (p. 62). Nesse passo, Quijano aponta que tão profunda ficou essa ideia de raça que a mesma passou a relacionar não só quanto à materialidade das relações sociais mas em relação à materialidade das próprias pessoas. É quando a plural história dos dominados foi restrita a uma única identidade formada pelo conquistador: a dos indígenas – a eles foi imposta uma identidade racial que os colocou no novo lugar no universo do poder. E assim, desde então, nesses mais de

500 anos de colonialidade, foi se ensinando a olhar o mundo com os olhos do dominador (p. 62)

Mas, acrescenta o sociólogo, as vítimas também são os habitantes sequestrados da África que, escravizados, foram racializados como negros cujas experiências de civilização eram igualmente ricas, complexas e sofisticadas. E assim foram se produzindo novas identidades originadas do novo padrão de poder: além dos índios e negros, os brancos e mestiços de modo que, a partir da conquista da América Latina, a história da humanidade passou a conhecer a classificação social e universal dos indivíduos em espécie. Oportunidade em que também começa a surgir uma nova classificação geográfica do mundo: Europa, Europa Ocidental, América, África, Ásia e também Ocidente, Oriente e suas respectivas culturas (p. 63)

Mas a questão não se limita a isso. Quijano afirma que com a dominação social nasce também o novo sistema de exploração social ou de controle do trabalho, de seus recursos e produtos. “*A escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil independente, reciprocidade e capital foram associados num único sistema de produção de mercadorias para o mercado mundial...*” (p. 68). Nesse sentido, continua Quijano, estes dois sistemas precisavam um do outro, tanto que em algum momento chegaram a ser virtualmente simétricos a ponto de a divisão do trabalho se apresentar como classificação racial da população de modo que os negros (dominação social) por definição eram escravos (exploração social), os índios eram os criados, os brancos, os patrões, amos, administradores... os senhores que detinham o poder (p. 68)

Em volta da categoria raça, Quijano entende que também se redefinem outras formas de dominação já provadas anteriormente como as entre sexos, etnicidades, nacionalidades e culturas, quando emerge desse contexto: “*O primeiro sistema global de dominação social historicamente conhecido*” (2006, p. 69), do qual ninguém pode ficar de fora, em benefício exclusivo dos exploradores, quando daí surge também “*o primeiro sistema global de exploração da história: o capitalismo mundial.*” (2006, p. 70.) Portanto, continua o autor, a eurocentralização do novo padrão de poder constitui a colonialidade que implica na dominação colonial combinada com a racialização, a re-identificação geocultural e ainda na exploração do trabalho gratuito. Para ele, a dependência histórico-estrutural criada pelo padrão de poder, no contexto do *sistema mundo-moderno colonial*, não só é uma marca da materialidade das relações sociais (exploração...) mas, sobretudo, das novas relações subjetivas e intersubjetivas. Tal padrão implica a invisibilidade sociológica dos não-europeus. Nesse compasso, o sociólogo peruano afirma que os elementos mais persistentes da colonialidade estão envoltos da racialização – relação social hierárquica de superioridade/inferioridade entre brancos, negros, índios...; da relação ente o europeu e o não-europeu – a modernização como ocidentalização; do aspecto da resistência das vítimas da colonialidade do poder e, nesse sentido, do convívio com as diversas versões do europeu que os movimentos político-culturais dos indígenas e dos afro-latino-americanos vem pondo em questão. (2006. p. 71/74)

Para Anibal Quijano, o atual padrão de poder é o primeiro global da história por que: 1) nele, em todos os âmbitos da existência social, estão



presentes as formas de controle social; 2) é o primeiro em que cada uma das estruturas sociais está sob a hegemonia de uma instituição criada nesse padrão de poder. Assim, no controle do trabalho, a empresa capitalista; no controle do sexo, a família burguesa; no controle da autoridade, o Estado-Nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo; 3) estas instituições funcionam como um sistema; 4) é o primeiro padrão que cobre a totalidade da população mundial (QUIJANO, 2000, p. 241/242)

Este sistema-mundo global, de acordo com Quijano (p. 242), se apresenta como uma novidade na medida em que até então nenhum outro - seja o chinês, o hindu, o egípcio, o helênico-românico, o maia-astecas... - teve algum elemento em comum a não ser um dominador colonial-imperial sem o interesse de homogeneizar as formas básicas de existência social de todas as populações de seus domínios. O atual, no entanto, tem em comum três elementos básicos que afetam toda a população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. A sua globalidade, segundo entende o pensador decolonial, implica: em um *“... piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo”*, em *“uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto”*. (p. 242) Tudo, de acordo com o autor, objetivando tornar como modelo intersubjetivos as instituições hegemônicas universais: o Estado-Nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica. Não abrindo brecha para serem contestadas como conceitos eurocêntricos de modernidade.

Segundo o sociólogo peruano, a modernidade estabeleceu um modo de produzir conhecimento denominado eurocentrismo (QUIJANO, 2006, p. 57). Para ele, não se trata de reunir todo o pensamento produzido na Europa em todos os tempos, mas de uma perspectiva de conhecimento que se tornou mundialmente hegemônica sobrepondo-se sobre as demais tanto na Europa como noutros lugares do globo. O autor aponta o que segundo entende serem os três elementos mais importantes do eurocentrismo: 1) a articulação entre o dualismo e o evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado da natureza à sociedade moderna; 2) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos a partir da ideia de raça, e 3) a realocização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que não é europeu é passado.

A perspectiva eurocêntrica de conhecimento, no entendimento de Quijano, funciona, na América Latina, como um espelho que distorce o que reflete. Disto, aponta, resulta uma dificuldade nossa de identificar e resolver nossos problemas, eis que se apresentam distorcidos e parciais. Assim, os países latinos promoveram processos de independência sem, no entanto, descolonizar a sociedade, o que tem impossibilitado os seus desenvolvimentos e em seu lugar a colonialidade se rearticula sobre novas bases institucionais.

Para Walter Mignolo (MIGNOLO, 2010, p. 79/80), a colonialidade se expressa através de, basicamente, cinco domínios. Os quatro nomeados por Anibal Quijano, quais sejam: 1) a privatização e exploração da terra e da exploração da mão de obra; 2) o controle da autoridade. 3) o controle do gênero e da sexualidade, e o 4) o controle da subjetividade (fé cristã...)

e do conhecimento. E aquele que Edgard Lander e Vandana Shiva apontam: o controle da natureza e dos recursos naturais. Mignolo entende que o que relaciona tais domínios uns com os outros é o “*conhecimento (a justificação racional da ordem do mundo) a enunciação (o racismo e o patriarcado que subjaz a classe-étnica – europeus, brancos e cristãos) e a composição genérica e preferências sexuais da elite que fundou a manteve certa ‘ordem do mundo’ mediante o controle do conhecimento*” (idem)

De acordo com Quijano, hoje ainda não se pode dizer que existe país latino plenamente nacionalizado e genuinamente Estado-Nação. É que lhes falta um processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado com a descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças... A estrutura de poder ainda continua sendo organizada ao redor do eixo colonial que se caracteriza por uma estrutura de poder que se volta contra a maioria da população representada por negros, índios e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação, afirma o sociólogo peruano (QUIJANO, 2006).

#### **1.4 O sistema mundo moderno colonial**

De acordo com a teoria crítica decolonial, a unidade básica de análise que pode melhor possibilitar que se aviste a coerência dos métodos e conteúdos usados no bojo do padrão mundial de poder global tem sido a do *sistema mundo*, que tal teoria irá a grupar o *moderno colonial* afim de adaptar os seus pressupostos ao sentido original de sistema mundo adotado principalmente por Immanuel Wallerstein. Sob tal unidade de

análise, o padrão mundial de poder global não se efetiva através de um estado-nação – aquele que venha a ser considerado superior aos demais - mas de um sistema denominado de *sistema mundo moderno colonial*, que nasceu com as conquistas coloniais do século XVI (WALLESTEIN e QUIJANO, 1992), conquistas estas fundadas na ideia supostamente universal de modernidade à qual as colônias europeias de então devem aderir. Ocupando a partir daí o planeta, a história do sistema se confunde com a história da expansão de povos e estados europeus pelo resto do mundo, disseminando, segundo Wallerstein (2007, p. 29), ideias tidas como universais, tais como civilização, crescimento e desenvolvimento ou progresso – como se oriundas de leis naturais.

Wallerstein desenvolveu uma tipologia de três modos de sistemas históricos. Os minissistemas, que são homogêneos como estruturas culturais e políticas, tendo como lógica básica de troca a reciprocidade. Os impérios mundiais, que já são constituídos de uma ampla variedade de padrões culturais tendo como lógica básica a extração de tributo de quem produz. E as economias mundos, que são formadas por uma vasta cadeia de estruturas de produção, cuja lógica básica está fundada no capitalismo (WALLERSTEIN, 1999. p. 459-460)

Pela perspectiva da análise do sistema mundo moderno colonial, este traz em si três características básicas que lhe dão qualidades que o diferem das outras formas de análise geopolítica: 1) os estado-nações e suas sociedades não são estruturas autônomas e de desenvolvimento interno. Pelo contrário, *“eles foram e continuam sendo em primeiro lugar estruturas criadas por processos de escala mundial e moldadas com*

*relação a eles*” (WALLERSTEIN, 2005, apud Restrepo e Rojas, p. 70), portanto não valem como unidade de análise, visto que não são suficientes para explicar a geopolítica hodierna; 2) é um sistema que tem uma história de longa duração, e 3) está centrado na economia mundo capitalista.

Na sua constituição e manutenção, foi preciso que se criassem meios no campo do conhecimento para que o domínio material se mantivesse, se expandisse, se aprofundasse. Nesse sentido, para Wallerstein (WALLERSTEIN, 2005), as ciências sociais e a divisão do conhecimento em forma de disciplinas tiveram um papel preponderante para explicar, ou melhor, justificar o poderio/superioridade da Europa sobre o resto, visando como aponta Boaventura “*reduzir a compreensão do mundo à compreensão ocidental do mundo*” (SANTOS, 2005) O sociólogo americano deposita no olhar disciplinar – o que chama de compartimentos estanques de análise das academia – um obstáculo para a compreensão do mundo. Para ele “*a realidade em que vivemos determina quais são as nossas opções não tem sido as dos múltiplos estados nacionais dos quais somos cidadãos senão algo, maior, que temos chamado sistema mundo*” (WALLERSTEIN, 2005, p. 10)

De fato, tal sistema, num plano de relações entre nações, se encontra fundado numa lógica de poder baseada em hierarquias interestatais que estabelece um status de desigualdade estruturais entre as nações de modo a manter aquelas que dominam na condição de Centro e as que são dominadas na posição de Periferia e Semiperiferia, o que manifesta processos de exploração da economia mundo. O seu surgimento ocorreu quando a Europa, que era uma região periférica, conseguiu desenvolver

um centro interno de nações capitalistas, o que fez com que houvesse uma dominação das organizações políticas das outras regiões do planeta. (CHASE-DUNN e KWON, 2012, p. 99). Com ele, a América Latina se constituiu como a primeira periferia da Europa, ou melhor, a mais antiga periferia da economia mundo (BECKER, 2003. P. 29).

Sob uma ótica economicista, o *sistema mundo moderno colonial* se caracteriza por ser “*uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão de trabalho e, portanto, um intercambio significativo de bens básicos ou essenciais assim como um fluxo de capital e trabalho.*” (WALLERSTEIN, 2005, p. 40). Para o sociólogo americano, há neste sistema muitas unidades políticas – e não apenas uma – que estão vinculadas entre si, o que vale dizer que o mesmo compreende muitas culturas e grupos que, inclusive, chegam a produzir padrões culturais comuns – as geoculturas. Nessa linha, ele se constitui de uma coleção de instituições que, no caso, se apresentam como os mercados, as empresas que competem nos mercados, os múltiplos estados e as unidades domésticas, as classes e os grupos de status ou de identidade (idem)

Na prática, as zonas centrais são assim consideradas, sob o ponto de vista econômico, “*porque dominam os processos de exploração e concentração da mais valia*”, assim como as periferias “*são definidas por sua condição de exploradas pelo centro e subordinadas a seus processos centralizadores e concentradores de recursos.*” (PRECIADO, 2008, p. 255), enquanto que as semiperiferias se caracterizam pela combinação daquelas zonas, de modo a exercer a exploração da periferia e sofrer exploração do centro (idem)

Para Anibal Quijano, a “*América, a modernidade e o capitalismo nasceram no mesmo dia*” (QUIJANO, 2000). Com isso, o “*Sistema-mundo e colonialidade são coetâneos na formação da subjetividade moderna, posto que seu logos hegemônico está mediado por relações sociais de controle, dominação e exploração*” (MARTINEZ-ANDRADE, 2008).

Desde sua criação, o sistema mundo já passou por quatro hegemonias: a partir do século XV, com a união entre capitalista financeiros genoveses e a coroa portuguesa; no século XVII, com os holandeses; no século XVIII, com os ingleses e, no século XX, com os Estados Unidos (CHASE-DUNN e KWON, 2012, p. 99).

Ramon Grosfoguel chama atenção para o fato de que, como no passado, “*as zonas centrais da economia mundo capitalista coincidem com sociedades predominantemente brancas/europeias/euro-americanas (...) enquanto as zonas periféricas coincidem com povos não-europeus outrora colonizados*”. (GROSGOQUEL, 2008, p. 128)

Insiste o autor que “*o eixo colonial entre europeus/euro-americanos e não-europeus inscreve-se não só nas relações de exploração (entre capital e trabalho) e nas relações de dominação (entre Estados metropolitanos e Estados periféricos), mas também na produção de subjetividades e conhecimento*” (Idem)

Grosfoguel se insurge contra o que chama de visão reducionista do sistema mundo. Segundo entende, o integram também, para além dos

elementos constitutivos da acumulação capitalista em escala global, várias hierarquias de cunho etnografia, patriarcal, religiosa, linguística, epistêmica etc. O que vale dizer que o aspecto econômico não é o mais importante e que, com isso, o sistema comporta uma análise histórico-estrutural mais complexa. Defende que sem a destruição de todas as hierarquias, e não somente a econômica, o sistema não será transformado. Para este autor, pode-se conceituar o sistema como um todo histórico estrutural heterogêneo o qual afeta, conforme Quijano (QUIJANO, 2000), a todas as dimensões da vida social (GROSFOGUEL, 2008, 2013)

Problematizando a relação existente entre o *sistema mundo moderno colonial* e a colonialidade, Mignolo é enfático em afirmar que, embora façam parte da mesma complexidade histórica, não são sinônimos. O sistema mundo pressupõe a existência da matriz colonial de poder e não ao contrário. Para o semiólogo, a ideia de colonialidade, formulada por Anibal Quijano, traz em si a história e a subjetividade colonial da América do Sul, o que não acontece quanto à noção de Wallerstein de sistema mundo, cujas preocupações estão mais relacionadas aos campos sociológicos e econômicos, mais nos planos da modernidade do colonialismo, enquanto Quijano mais no da colonialidade. De qualquer modo, Mignolo reconhece que ambos coincidem em um ponto capital, no entendimento de que “*não foi o ‘descobrimento’ que integrou a América a uma existente economia capitalista*”, mas, ao contrário, foi a América (na verdade tudo dela que a Europa pilhou: terra, mão de obra, matéria prima...) que fez surgir a Europa e o capitalismo como entendemos hoje (MIGNOLO, 2010, p. 76)



A presente pesquisa tem como claro - e por isso tem como pressuposto básico - a existência deste padrão com o qual se operam, como fenômeno histórico iniciado no século XVI, os domínios sociais sobre o poder, o saber e o ser no contexto do *sistema-mundo moderno colonial*.

## 2. DA AMÉRICA À AMAZÔNIA: TEMPO/ESPAÇO DA COLONIALIDADE

Neste capítulo, farei uma breve exposição a respeito das condições geohistórica e geopolítica com que a América Latina e a região amazônica têm sido manipuladas epistemicamente no contexto da modernidade/colonialidade e seu *sistema mundo moderno colonial*.

### 2.1 A América como construída

A existência da América (ou das Índias Ocidentais ou Novo Mundo) é uma das consequências dos processos expansionistas coloniais e seus relatos a partir da perspectiva europeia – “*uma extensão da invenção imperial/colonial*” (MIGNOLO, 2007). Para Walter Mignolo (Idem, p. 29), *descobrimento* e *invenção*, antes de serem duas interpretações diferentes sobre um só acontecimento, são dois paradigmas distintos que vão, em relação ao primeiro, apontar a perspectiva imperialista da história mundial sob o manto da modernidade, e, em relação ao segundo, dizer a partir da ótica de todo o “resto” que tem sofrido as consequências históricas do lado obscuro da modernidade, a colonialidade.

Segundo o semiólogo argentino, a colonização europeia sobre a América vai criar e processar, fundado na ideia de modernidade, toda uma estrutura física e mental a orientar regimes de poder e de saber que vem se consolidando, desde o século XVI, em um padrão global de poder – que mantém a lógica oculta por trás de todo discurso de salvação, de progresso e de modernização vigente sob o *sistema mundo moderno colonial*. (Idem, p. 29)

E será justamente tal ideia de modernidade – com a qual, de acordo com Santiago Castro-Gomes, se busca “*submeter a vida inteira ao controle do homem [ou melhor: de certo homem] sob direção segura do conhecimento*” - que vai colocar a natureza como algo a ser dominada pela ciência e pela técnica através do Estado – a instância de controle central que não só possui o monopólio do uso da violência, mas também dirige a sociedade a partir de critérios científicos (CASTRO-GOMES, 2000, p. 170/171), como bem afirma, neste aspecto, Olver Quijano Valência,

Assim, a ‘invenção’, ‘ficção’ e construção cultural do ‘outro’ se apresenta como pretexto para a instalação de tecnologias de controle e disciplinamento, técnicas de domesticação e administração social da alteridade, e a instauração da barbárie como forma de humanização e elaboração de novas ordens de realidade. (VALENCIA, 2002, p. 29)

Nesse passo, como entendem os teóricos decoloniais, as narrativas dos cronistas conquistadores - fortemente influenciadas pelas ciências sociais impregnadas pelo imaginário eurocêntrico e, por isso, em grande parte, destinadas a justificar as colonizações (WALLERSTEIN, 2002) servindo de fundamento ao ajuste dos colonizados aos novos regimes de produção e de alteridade instalados (CASTRO-GOMES, 2000, p. 172), com a quais “...dá-se o processo de cientifização da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização” (LANDER, 2000, p. 35) - vão difundir uma ideia de oposição entre civilização e natureza de modo a colocar o Novo Mundo como o não civilizado, portanto numa fase histórica inferior e atrasada – de natural e selvagem –

em relação à já alcançada pelo Velho Mundo, este tido como superior, adiantado, portanto, moderno.

Enquanto, com isso, a natureza é inventada como algo exterior à civilização, o ser que a habita (o “selvagem”) será visto como inferior aos civilizados. Eis que justificado, segundo o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, todo movimento “justo” que por esta visão busca civilizar o colonizado e o seu meio natural. Desta forma, a mesma violência que se exerce sobre a natureza, se exerce sobre o “selvagem”, o que ocorre com o processo de objetivação de ambos, processo esse fundado nas suas dominações/explorações (SANTOS, 2005, p. 29), nessa linha, aponta Mignolo que

Desde Bartolomeu de Las Casas, no século XVI, até Hegel, no século XIX, e desde Marx até Tonybee, no século XX, os textos que se tem escrito e os mapas que se tem traçado sobre o lugar que ocupa a América na ordem mundial não se apartam de uma perspectiva europeia que se apresenta como universal. É certo que os autores reconhecem que há um mundo e povos fora da Europa [o que equivale dizer, fora do centro do sistema mundo] porém também é certo que vêem esses povos e esses continentes em que habitam como “objetos” e não como sujeitos, e em certa medida os deixam fora da história. (MIGNOLO, 2005, p. 17)

Anibal Quijano, numa bela síntese, nos informa como essa objetivação do ser colonizado é construída socialmente no processo de colonização da América, produção essa ocorrida, basicamente, em seis estágios. Num primeiro, o colonizador reprimiu a manifestação cultural do colonizado transformando-as “*em subculturas camponesas iletradas, condenadas à oralidade*”; num segundo, o colonizador impôs a sua cultura; num terceiro, ele impôs uma imagem mitificada de seus padrões culturais; num

quarto, colocou seus padrões culturais inacessíveis aos colonizados; num quinto, possibilitou acesso parcial e seletivo à sua cultura a uns poucos colonizados cooptados e, num sexto estágio, a cultura do colonizador vira sedução, um modo, senão o único, de participar do poder colonial. Foi assim que “a *cultura europeia passou a ser um modelo cultural universal. O imaginário nas culturas não europeias hoje dificilmente poderia existir e, sobretudo, reproduzir-se fora dessas relações.*” (QUIJANO, 1992, p. 417/418)

Tais estágios de objetivação - que os processos de colonização produziram – representaram, ainda de acordo com Quijano,

... primeiro, a desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em 100 milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não apenas portadores, daquelas experiências, seus dirigentes intelectuais, engenheiros, cientistas, artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os seguintes séculos, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes. Ou seja, até o desaparecimento de qualquer padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, imagens, símbolos. Em outras palavras, de símbolos, alfabetos, escrita, artes visuais, sonoras e audiovisuais. (QUIJANO, 2006, p. 60/61)

A ideia de civilização ali adotada nada mais era que “*uma descrição que os europeus fazem de seu próprio papel na história*” (MIGNOLO, 2006, p. 22) e também do papel dos Outros, que nas descrições se apresentam

como seu polo negativo. Segundo Edgardo Lander “*os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o fardo do homem branco, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal*” (LANDER, 2000, p. 36).

Com isso, como demonstra Quijano, as histórias, as experiências, as culturas dos povos ameríndios são silenciadas como se não existissem – na verdade condenadas violentamente à inexistência concreta - ou, ainda que existentes, consideradas inferiores e sub-humanas (padrão civilizatório inferior e anormal), a merecerem, por isso, a colonização e a evangelização - quanto aos povos nativos ameríndios - e a escravidão - quanto aos povos africanos sequestrados de suas terras originais.

Nesse sentido, Mignolo aponta que “*a invenção da América foi um dos pontos nodais que permitiram criar as condições necessárias para a expansão imperial e para a existência de um estilo de vida europeu que funcionou como modelo de progresso para a humanidade*” (MIGNOLO, 2006, p. 32). Tal expansão, na consciência do europeu, representava uma América vista (reduzida) como grande extensão de terra (portanto portadora de riquezas naturais) pronta para ser apropriada e explorada, com um povo (mão-de-obra) também pronto para ser dominado, evangelizado e igualmente explorado. Afinal, “*desde tempos coloniais, a ‘periferia’ tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato*” (CORONIL, 2000, p. 110).

A propósito, Fernando Coronil defende que se inclua a terra na dialética capital/trabalho para que seja reconhecido o papel da natureza como força geradora de riqueza e de modernidade, o que, como entende, ajuda a compreender os processos que deram desde o início forma à constituição mútua da Europa e suas colônias, com o que também se aproveita para neutralizar as afirmativas históricas de que a modernidade (toda a riqueza e conhecimento por ela produzida) é fruto tão-somente da razão europeia e as américas reduzidas ao resultado de seus (bons) feitos.

Um enfoque que privilegie a relação constitutiva entre capitalismo e colonialismo nos permite reconhecer os papéis fundamentais que o trabalho e a natureza colonial desempenharam na formação do mundo moderno. Desta perspectiva, o capitalismo aparece como o produto não só da engenhosidade de empresários e inventores europeus, da racionalidade dos Estados metropolitanos, ou do suor do proletariado europeu, mas também da criatividade, do trabalho e da riqueza natural sob o controle dos europeus em seus territórios de ultramar. Em vez de vê-lo como um fenômeno europeu autogerado que se difunde ao resto do mundo – a história comum de seu nascimento dentro das entranhas de uma sociedade feudal, seu crescimento dentro dos limites da Europa, e sua expansão no estrangeiro – a modernidade capitalista aparece como resultado desde seus primórdios de transações transcontinentais cujo caráter verdadeiramente global só começou com a conquista e colonização das Américas. (CORONIL, 2000, p. 109/112)

De qualquer modo, para que a expansão e o domínio coloniais se efetivassem - para a constituição da colonialidade - não eram suficientes as armas, a violência física, a coerção. Segundo Anibal Quijano, no mesmo movimento daquela violência histórica sem precedentes, um novo padrão de poder global emergiu (foi erguido no mesmo movimento das invenções) constituindo, de um lado, um sistema de dominação social e,

de outro, de exploração social. O de dominação, segue Quijano, se funda na ideia de raça, pela qual todos os povos originários e sobreviventes das invasões à América passam a ter uma única identidade racial, colonial e derogatória: índios. Também são reduzidas, segundo o sociólogo, a uma só identidade aquelas pessoas sequestradas da África – de sofisticação tão rica e complexa quanto os nativos americanos - para viverem na condição de escravos no Novo Mundo: negros. Assim, prossegue Quijano, a classificação social pela ideia de raça torna os racializados de cor negra naturalmente inferiores em relação aos europeus de cor branca, o que passou a definir o lugar de cada um na divisão social do trabalho. Também mesma distinção de superioridade é praticada no que diz respeito ao gênero (homem naturalmente superior à mulher) assim como quanto aos espaços geográficos: Europa em relação à América, à África, à Ásia...Centro, periferia...no campo dos significados manipulados no espectro do *sistema mundo moderno colonial*. (QUIJANO, 2006, p. 61/69)

Já o sistema de exploração social, segundo Quijano, passou a vigorar na medida em que “*todos os modos historicamente conhecidos de controle de trabalho e de exploração (...) foram associados, articulados num único conjunto de produção de mercadorias para o mercado mundial*” (QUIJANO, 2006, p. 68). Ainda segundo o sociólogo peruano, ambos os sistemas de dominação e de exploração passaram a conviver de tal modo que, como já se disse anteriormente, a matriz racial era o que definia o lugar de cada pessoa na divisão social do trabalho: aos negros cabia tão-só a função de escravos; aos índios, de criados/servos; e aos não-índios e não-negros, de amos, patrões, administradores públicos, comerciantes...



os que detinham o controle do poder. (QUIJANO, 2006, p. 68). Como diz Quijano: “o fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram [tidas como] raças inferiores” (QUIJANO, 2005, p. 234)

Junto ao novo padrão de poder e seus sistemas de dominação e exploração social, era necessário manter estratégias de domínio pelo discurso, o que significa a difusão de um conhecimento hegemônico e de caráter universal com o qual fosse possível não só convencer, mas, sobretudo, seduzir, estabelecer no colonizado o desejo de ser tal como o modelo, o colonizador: amo, patrão, administrador público, comerciante...

Tal padrão de poder será a partir daí a base fundacional das relações de poder no *sistema mundo moderno colonial* que vai se expressar - no caso específico da experiência histórica de que estamos aqui a tratar da relação da Europa com a América Latina - não só na dominação econômica como também na colonização do imaginário e dos corpos, na epistêmica dos conhecimentos dos colonizados, “em cuja subjetividade se interiorizam os conhecimentos e valores, o ethos do colonizador, o que viabiliza sua legitimação e reprodução” (ARIAS, 2004, p. 33/34).

E assim, para se impor e continuar o exercício da violência física e subjetiva, o padrão colonial de poder vai depender muito fortemente da criação e difusão de valores tidos como universais que foram e continuam sendo utilizados para justificar os domínios no *sistema mundo moderno colonial*. Segundo Immanuel Wallerstein, a história de tal sistema

“envolveu igualmente um constante debate intelectual sobre a moralidade do próprio sistema” (WALLERSTEIN, 2007, p. 30)

Aponta Wallerstein que no percurso das chamadas conquistas coloniais, a Europa utilizava ora a justificativa teológica, ora a justificativa filosófica secular. Nesse sentido, lembra o autor o debate realizado, no contexto da conquista espanhola, entre os religiosos Bartolomeu de Las Casas, que defendia que os ameríndios não poderiam ser escravizados e que sua evangelização se desse por meios pacíficos, e Juan Ginés de Sepulveda que, por seu vez, partia da premissa de que os ameríndios, por serem naturalmente bárbaros, mereciam ser governados pelos civilizados, o que significava a sua evangelização, pela vontade divina, em nome de suas salvações, para o que deveria ser plenamente usada toda a violência necessária. (WALLERSTEIN, 2007, p. 30)

Para Wallerstein, de fato, desde o início da expansão colonial europeia, as justificativas para os processos violentos de colonização e suas manutenções continuam praticamente as mesmas: em nome da missão civilizadora projetada pelo ocidente (centro do sistema mundo Europa e depois Estados Unidos) para a salvação do resto (idem)

O sociólogo aduz que, frente aos movimentos de descolonização ocorridos no século XX - pelos quais as antigas colônias se tornaram nações independentes e, assim, membros da Organização das Nações Unidas-ONU – poder-se-ia se fazer crer que as interferências deixariam de ser norma no *sistema mundo moderno colonial*, em vista do que não mais cabia a justificativa dura de evangelização ou de missão civilizadora

no sentido genérico. Todavia, para ele, não foi o que ocorreu, não é o que ocorre. Novos fundamentos, novas retóricas de ordem planetária vão ser criadas e mantidas. A retórica dos direitos humanos, por exemplo, surge imediatamente após a Segunda Guerra Mundial para justificar as interferências em estados-nações (invariavelmente a partir dos de centros sobre os periféricos) no contexto do *sistema mundo moderno colonial*. Com tal retórica, os civilizados (naturalmente do centro) voltam, com a legitimidade da violência, a exercer o “direito” de civilizar os bárbaros que, a seu critério, ainda não aprenderam a lidar com os humanos (WALLERSTEIN, 2007, p. 43).

O direito de intervir, segundo Wallerstein, toca na estrutura moral e política do *sistema mundo* que, quando questionado, sempre é justificado a partir de valores tidos como universais – oriundos de uma suposta lei natural - quando, na verdade, trata-se de um universalismo europeu, ou seja, “*um conjunto de doutrinas e pontos de vistas éticos que derivam do contexto europeu e ambicionam ser valores universais globais*”, como se tais valores fossem dados e não construídos socialmente (WALLERSTEIN, 2007, p. 60)

Walter Mignolo vai elencar os tipos de valores europeus, os quais denomina de retóricas salvacionistas da modernidade no contexto, desde o seu início, do *sistema mundo moderno colonial*, o que faz numa ordem cronológica nos seguintes termos: a) no começo a ênfase na *fé ou evangelização* com vista à *conversão ao cristianismo*, que fundamenta as invasões europeias e criação de suas colônias no século XVI; b) depois a ênfase se volta para a *conversão secular ou seja à civilização*, o que

justifica as ocupações epistêmicas com as exportações das ideias de revolução burguesa e o modelo secular de estado e cidadania do século XVIII; c) já logo após a Segunda Guerra Mundial, a ênfase se afirma na *conversão ao desenvolvimento* como condição de modernização com as estratégias geopolíticas de cooperação internacional difundidas especialmente pelos EUA e a URSS ao longo da Guerra Fria e, por último, d) contemporaneamente a ênfase ainda se centra nas ideias economicista *de desenvolvimento, democracia e mercado*, no período pós guerra fria, com a queda do Muro de Berlim, ainda no século XX. (MIGNOLO, 2008, p. 243)

É de fundamental importância, como chama atenção Ramon Grosfoguel, lembrar que – quanto ao processo histórico de invenção/ocupação da América - não se trata de tratar tão-somente da imposição geopolítica de um sistema econômico de capital e trabalho e suas hierarquias políticas. Para este autor, o pacote é mais complexo e enredado que aquele normalmente descrito pelos paradigmas da economia política e da análise do sistema mundo. Às américas, afirma, o que chegou “*foi uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta*” (GROSGOQUEL, 2010, p. 463)

Nesse sentido, para o autor, sob o olhar do lugar estrutural de uma mulher indígena das américas - radicalmente diverso do lugar de enunciação de um homem europeu - o que chegou em 1492 foi o “*homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu com suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo...*” (GROSGOQUEL, 2010, p. 463). Nesse passo, Grosfoguel entende que, desde a formação do sistema mundo moderno colonial, a

acumulação de capital sempre esteve envolvida com ideias homofóbicas, sexistas e racistas, posto que a colonização sempre se deu por homens heterossexuais brancos os quais instituíam invariavelmente aonde chegassem estruturas hierárquicas de gênero, sexo e raça. (Idem, p. 476), até e sobretudo porque muito da riqueza extraída das américas se deram graças à exploração de seus homens e mulheres racializadas/inferiorizadas.

É certo, todavia, que, sob o olhar do homem europeu moderno, a história sempre será contada a partir de seu lugar de enunciação, que é o lugar de seu interesse, a rigor, fundamentalmente econômico, sob o qual qualquer outra dimensão da vida estará subordinada, como se isto fosse um evento natural. E assim, sua gramática de saber – com suas epistemologias próprias - estará invariavelmente circunscrita e pautada pela lógica dos interesses econômicos. Estes que, não se pode duvidar, têm estado a serviço da produção e difusão cultural de certa espécie (a eurocêntrica) que inventa alteridades para consumo de seus domínios e explorações.

Nesse passo, a mais recente retórica da modernidade apontada para a América latina – num esforço de investir em palavras amenas, no caso adjetivos supostamente inocentes - tem se apresentado, sob o rótulo de desenvolvimento sustentável, em torno do qual organismos internacionais, que tratam de questões econômicas e ambientais, junto com instituições financeiras multilaterais têm sido forjados afim de servir ao *sistema mundo moderno colonial*, sob a base de estados-nacionais, do mesmo modo aos costumes históricos sob o fundamento salvacionista da humanidade.

Tais retóricas não só desconsideram a existência de valores diversos dos europeus, como, sobretudo, a vontade delas, em suas soberanias. Mas, como pontifica Wallerstein, “*na prática, a intervenção é um direito apropriado pelos fortes*” (WALLERSTEIN, 2007, p. 59), o que justifica os modos violentos, normalmente militarizados, com o que nações centrais têm agido em bloco ou não historicamente. Sem dúvida, com o tempo, as estratégias de intervenção foram se tornando sutis, invisíveis ou, quando expressas, a ter a máscara de cooperação ou de ajuda humanitária legitimadas pelas normas internacionais e nacionais (todas alimentadas por retóricas supostamente universais) para o quê o *sistema mundo moderno colonial* tem criado instituições voltadas ao cumprimento daqueles artifícios retóricos com vistas ao exercício dos domínios materiais e subjetivos. Tais retóricas constituem o projeto de produção de conhecimento que as ciências sociais europeias, como um dos produtos do *sistema mundo moderno colonial*, passaram a difundir como saberes universais (WALLERSTEIN, 2002).

São aquelas retóricas, como dispositivos de produção de subjetividades, mormente baseadas em estratégias discursivas das ciências sociais eurocêntricas, que, em grande medida, ajudarão a sustentar, como será demonstrado ao longo deste trabalho, os discursos justificadores das práticas de ocupação moderno-colonial epistêmica, econômica, política, social e cultural que ainda perdura também em relação à América Latina e suas regiões. São elas que têm, de fato, contribuído para manter os processos históricos de invasão e manutenção dos domínios moderno coloniais desde o começo da colonização, processos esses que valem –

dizem respeito indistintamente - tanto para o espaço macrorregional da América Latina, como os dos seus estados-nações, ajustados no sistema mundo como periféricos, e suas regiões internas, caso da Amazônia.

## **2.2 Amazônia e suas tantas ocupações**

Hoje parece indiscutível ter como certo que a ocupação humana do território amazônico ocorreu muito antes do chamado período colonial há, pelo menos, quinze mil anos (SOUZA, 2001, p. 17). Todavia, os movimentos migratórios de ocupação com vistas à exploração sistemática de seus recursos naturais e também de suas populações originárias – o que quer dizer fundamentalmente a partir daí ocupações epistêmicas e produtoras de subjetividades - se intensificam com vigor a partir dos processos de colonização iniciados no século XVI com seus conquistadores e cronistas. Partindo de onde se tem notícia, diz-se que a primeira expedição a adentrar neste território foi comandada por Alonso Mercadillo, que chegou à “Província dos Maina”, hoje Amazônia brasileira, em 1538, conforme a pena do primeiro cronista da região, o português Diogo Nunes (UGARTE, 2009, p. 35). A partir de tal data se sucederam outros tantos como Vicente Yanes Pinzon, Francisco Orelana, Gonzalo Pizarro, Pedro de Ursua, Guzman, Lope de Aguirre, só para citar os primeiros, que, em regra, munidos de espada e fé, objetivavam, em nome de quem representavam, sempre o mesmo: a cobiça, a exploração, a dominação, a evangelização, a rapinagem.

No mesmo movimento, os colonizadores-cronistas, no plano discursivo, criando amazônias para chamar de suas (GONDIM, 1994), de acordo com

as expectativas, dando origem as mais diversas/contraditórias - como inferno e paraíso - imagens e rótulos que, com o tempo, vão, de alguma forma, se dissipando, se transmutando, se refazendo e se fortalecendo, sempre de maneira a justificar domínios territoriais, econômicos, políticos, culturais e epistêmicos sobre a região e suas sociedades.

Foram várias as experiências de exploração na Amazônia colonial – a exemplo de toda a América - até a sua efetiva inclusão institucional no status da modernidade como integrante marginal (periferia) do *sistema mundo moderno colonial*. Como aponta Marcio Souza, tem-se o modelo holandês de colônia-empresa; o francês, de caráter feudal e violento; o espanhol, fundado na criação de cidade de onde se operava a administração dos seus negócios, o que inclui o comando dos nativos, tudo no afã do enriquecimento rápido, e o modelo português, aquele com o qual a Amazônia brasileira sofreu de maneira mais duradoura e sistemática. (SOUZA, 2001, p. 63)

Segundo Samuel Bechimol, ao final do processo de disputas coloniais entre os europeus (para o domínio dos escravos potenciais, dos mercados, das rotas, das terras e das matérias primas), os portugueses findaram dominando o delta e a maior parte da calha central do rio Amazonas e seus principais afluentes. Os espanhóis se consolidaram na periferia setentrional dos vales dos rios Içá, Japurá e alto rio Negro. Enquanto os franceses, ingleses e holandeses ficaram confinados na região das Guianas (BECHIMOL, 2009, p. 73)



De acordo com Márcio Souza, a administração portuguesa de sua colônia brasileira, que vai de 1600 a 1823, sofria influência direta da experiência de gestão do próprio reino português. Em nome de sua proteção contra os outros europeus, o controle sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará passa a ser feito diretamente da metrópole portuguesa. O período do domínio colonial português na Amazônia pode ser dividido em quatro etapas históricas: a que começa com a expulsão dos demais europeus e a ocupação e consolidação do poder lusitano, quando a região passa a ser denominada de Estado do Maranhão e Grão Pará (1600 a 1700); quando, na sequência, a coroa instala missões religiosas e organizações políticas (1700 a 1755); com o estabelecimento dos sistemas de diretorias de índios e a busca de integração da região ao capitalismo internacional (1757 a 1798), e, por último, com a crise e estagnação do sistema colonial (1800 a 1832). (SOUZA, 2009)

E assim o Estado português – como manifestação da primeira modernidade europeia (DUSSEL, 2000, p. 61) - constitui a sua colônia na América e, no caso, de sua Amazônia, dentro de uma estrutura política-administrativa, imaginária e epistêmica incluindo-a no campo da modernidade/colonialidade do poder, do saber e do ser. Tal inclusão integra logicamente aquela de dimensão maior sofrida pelo continente geopolítico-cultural ameríndio (apontada ali como o Novo Mundo), territorialmente depois nominado americano/latino americano, e, no caso específico, pelo brasileiro.

### 2.3 Amazônia e suas epistemologias moderno coloniais básicas

A partir de políticas governamentais, historicamente tem sido prática na Amazônia um modo de operação *continuum*, no que diz respeito aos tratamentos empregados nos seus projetos desenvolvimentistas que são sustentados pela lógica da modernidade com as suas retóricas. Walter Mignolo aponta que as retóricas de *salvação, novidade, progresso e desenvolvimento* ganham um novo rumo no período pós Segunda Guerra Mundial, quando os EUA iniciam seu projeto geopolítico civilizacional de exportar, às nações por ele consideradas subdesenvolvidas, tecnologia e promessa de modernização (MIGNOLO, s/d, p. 43)

De fato, o desenvolvimento, da maneira que é comumente denotado nos dias de hoje (relacionado a crescimento, progresso, capital, tecnologia, modernização... ), tem sido apontado como contemporâneo do período imediatamente ao fim da Segunda Guerra Mundial, sobretudo quando manifestado, em 1949, no discurso de posse do presidente dos EUA, Harry S. Truman, que enuncia os princípios de sua política externa, como padrão civilizatório, dirigidos aos países considerados subdesenvolvidos, aqueles enquadrados na categoria geopolítica de terceiro mundo (ESTEVA, 2000, p. 60; VALÊNCIA, 2002, p. 10 ). Com isso, o conceito de desenvolvimento, desde então, passou a “*referir-se, sobretudo, à ‘ocidentalização’ do mundo. Isto é, de alguma forma, obrigar o resto do mundo a conforma-se às regras econômicas, socioculturais e políticas desenvolvidas no ‘ocidente’*” (XABA, 2005, p. 380).

Os projetos desenvolvimentistas, então, passam a produzir efeitos com o início da chamada guerra fria e subsistindo ao seu término. Sob tal contexto, o Brasil, para alcançar o status de desenvolvido, a exemplo de todas as nações consideradas subdesenvolvidas, passou a atender aos receituários euro-norte-americanos, naquele início precisamente com os governos de Getúlio Vargas – e seus discursos de progresso e modernização - seguido do de Juscelino Kubitschek, com seus marcos desenvolvimentistas (CASTRO, 2010, p. 109). Na região amazônica, as investidas do governo federal no sentido de seu desenvolvimento também datam da época destes governos (e se maximizando, sobretudo, com os governos militares que lhes seguiram), coincidindo, no plano interno, com a replicação das orientações/condicionalidades dos países europeus e norte-americanos autodenominados desenvolvidos, especialmente via instituições internacionais financeiras multilaterais, pelas quais as “ajudas” e empréstimos financeiros estão condicionadas à adoção, pelo “ajudado”, dos receituários, sobretudo econômicos, do “ajudante”. (SOUZA, 2008)

A ocupação a cargo de políticas públicas, para fins de exploração econômica, mais propriamente planejada e de espectro mais amplo, é fato considerado recente na história da Amazônia. Por exemplo, já a partir dos anos 60, do século XX, os planos de integração territorial, com vista, especialmente, a se agregar o interesse econômico ao da segurança nacional, distingue esse novo período de ocupação em relação aos demais. Tal fenômeno pode ser explicado pela chegada dos militares ao poder não só no Brasil mas em outras nações latino-americanas (MELLO, 2002, p. 44) No caso específico da Amazônia brasileira, esta frente pioneira de

ocupação “*não teve vínculo com a agricultura tradicional mas sim com grupos industriais nacionais, estrangeiros e multinacionais, sociedades anônimas e de capitais urbanos, cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais*” (MELLO, 2002, p. 46) Também, tal frente se fundou numa política de colonização oficial cuja noção de propriedade (de direito de propriedade) foi fundamental para estabelecer conflitos sociais em razão da concentração de terra em mãos de poucos e pela sua transformação fundamentalmente em valor pecuniário, o que, segundo Mello, serviu em muito para definir o estágio atual em que se encontra a região (MELLO, 2002, p. 46).

Para Castro, “*esse ideário está presente nos atuais governos e pode ser lido nas suas macropolíticas para a Amazônia*”. De fato, no Brasil, com a chamada Nova República, que deu fim ao regime político de exceção de 20 anos, a marcha para o desenvolvimento não perdeu o seu ritmo, tampouco sua meta e sempre atual conteúdo - só tendo que alterar seus adjetivos (econômico, social, sustentável...). Do governo de Fernando Collor de Mello, passando pelo de Fernando Henrique Cardoso até os governos de Luís Inácio Lula da Silva e o de sua sucessora Dilma Rousseff, todos pautados pelo pensamento neoliberal, a promessa é uma só: colocar o País nos trilhos do desenvolvimento/crescimento, cujo espelho e orientação advêm da genialidade dos atores internacionais de sempre, sejam eles de que cor for (CASTRO, 2010, p. 109)

No âmbito desta questão, é consenso a importância da Amazônia para os interesses nacionais e, sobretudo, internacionais. De acordo com Berta K. Becker, a Amazônia, os fundos oceânicos e a Antártica se constituem, hoje, os três grandes eldorados em disputa pelo capital

mundial. No caso da Amazônia - continua a autora - seu valor patrimonial se expressa de duas formas: pela terra propriamente dita e pelo imenso capital natural de que é portadora. Este fato é determinante quando o caso se volta para a adoção de estratégias de desenvolvimento para esta região (BECKER, 2006, p. 35)

Segundo Violeta Refkalefsky Loureiro, a Amazônia brasileira, como *locus* “privilegiado” deste ambiente de ocupação epistêmica, face à sua peculiaridade de ser portadora de incomensurável “capital natural”, portanto de franco interesse do capitalismo global, tem se caracterizado por uma história de perdas e danos em razão de alguns elementos fundadores e também estruturantes: i) “*a persistência de políticas de caráter elitista, patrimonialista e voltada especificamente para a acumulação de capital*”; ii) as “*tensões e antagonismos visíveis por parte das elites e do Estado em relação*” às populações locais; iii) a resistência dessas populações; iv) uma economia pautada na exploração da natureza secularmente excessiva e predatória; v) uma economia “*articulada por relações sociais de exploração solidamente estruturadas*”; e vi) “*persistência de uma visão de mundo ou de uma mentalidade colonial que impregna a vida cultural, política e econômica da região e mesmo do país*” (LOUREIRO, 2009), quadro esse integrante do projeto neoliberal de “*...incorporação do ‘sertão’ ao mercado e ao movimento de racionalização do capital.*” (CASTRO, 2010)

É certo que, desde a Idade Média, com a ideologia do progresso, que o mundo ocidental persegue a ideia de que a humanidade deve buscar um dado aperfeiçoamento gradual e acumulativo. Mas é no contexto da modernidade que essa ideologia consegue transformar a busca pelo

progresso - este mais vinculado a nexos espiritual que material - em busca pelo desenvolvimento, o econômico, em razão do advento do capitalismo, portanto mais material que espiritual (VALÊNCIA, 2002, p. 12).

Na América Latina, a adoção de projetos desenvolvimentistas fundados na noção de progresso, data desde a condição de colônia portuguesa, em relação ao Brasil, e espanhola, em relação aos demais países da América Latina. Num sentido genérico, a ideia dos colonizadores era “humanizar”, o que quer dizer adestrar, os colonizados – considerados bárbaros e primitivos - nem que para isso fosse necessário - e foi - a força das armas para a imposição de saber, de modo de vida e de fé.

O fato é que com capa de ajuda (a dimensão moral da colonização/desenvolvimento), o colonizador/desenvolvido tem se comportado como o libertador daquelas condições – o que se opera há mais de 500 anos por meio de um conjunto sistemático de práticas de subordinação e exploração econômica e cultural, sustentado por uma forte base de mentalidade colonial que se renova, sob o discurso da modernidade, a cada projeto de desenvolvimento imposto. (SACHS, 2000)

No caso da Amazônia brasileira, especificamente, a colonização portuguesa, segundo Lucia Helena Mendes Pereira, ocorreu em duas etapas distintas. Na primeira, que vai do século XVI ao século XVIII, a ocupação se dá em menor intensidade em relação à segunda, que começa a partir de meados do século XVIII. Neste, o esforço desenvolvimentista

ocorre de maneira mais determinada e explícita do que naquele, sob o comando do então primeiro Ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. (PEREIRA, 2010, p. 11)

Aduz ainda a autora que, nesse período da colonização portuguesa, a Amazônica brasileira prova de certo crescimento econômico e demográfico, segundo as medidas da época e que, apesar de investimentos da coroa portuguesa para a região, o fato é que a mesma não chegou a “prosperar” como o esperado. Ainda segundo Pereira, de qualquer sorte, esta ocupação socioeconômica colonial na Amazônia, sob a direção de Pombal, demonstrou já à época existir

Uma visão absolutamente mercantilista de exploração dos recursos naturais das florestas, dos cerrados e de outros biomas, incluindo aqui o povo da terra – o índio – em terras nortistas proporcionada pela ideia desenvolvimentista linear de progresso infinito, própria da mentalidade da época pombalina. (PEREIRA, 2010, p. 22)

Comparando os projetos desenvolvimentistas, em relação a Amazônia, do estado colonial português com os da república brasileira desde Getúlio Vargas, Pereira chega à conclusão de que o objetivo de ambos sempre foi o mesmo: a de tornar a região uma reserva econômica de território, o que equivale à reserva de floresta e tudo que nela está dentro. Na colônia, a reserva se destinava ao governo colonial português, hoje se destina aos governos coloniais europeus e norte-americanos. (PEREIRA, 2010, p. 25)

Tudo isso, na visão de Castro, em função da construção de uma ideia de nação/estado nacional – que significaria um projeto nacional de

integração associado ao de desenvolvimento - e de brasilidade com vista a incorporar a região “...ao mercado e ao movimento de racionalização do capital.” (CASTRO, 2010, p. 111)

Para a mesma autora, é difícil ver os projetos de integração desenvolvimentistas postos nesta região (a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA) como um projeto de sociedade, isto porque, o que se vê por trás são articulações de grandes grupos privados e importantes interesses de mercado, segundo afirma, “*coerentes com as relações de dominação atualmente hegemônicas*”. (CASTRO, 2010, p. 121)

Nesse aspecto, para Becker, o interesse sobre a Amazônia, a partir da geopolítica mundial, agora não é mais a apropriação do território senão “*o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso.*”, (BECKER, 2006, p. 34), o que dá no mesmo, ou melhor, o que dá no pior do mesmo, eis que, desta feita, se efetiva, a um só tempo e espaço, a ocupação-domínio material e imaterial. É quando o colonialismo - regime de poder colonial - se encontra e se amálgama – é contemporâneo- com a colonialidade.

## **2.4 As Amazônias da Modernidade**

Vale o competente esforço do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves quando aponta, nas expressões mais contemporâneas daquelas retóricas, as várias amazônias dos discursos da modernidade que, no caso, são



reduzidas à importância econômica que a tem como uma unidade territorial cuja maior, senão a única, característica considerada é fornecer para o mundo recursos naturais que, pelas formas e velocidade em que têm sido extraídos, se encontram cada vez mais escassos. Segundo o autor, tal perfil de Amazônia não é o mesmo que os seus habitantes costumam ver. Para ele, nesse sentido é fato que a Amazônia continua sendo vista pelo Brasil (na verdade a sua porção não amazônica, a porção colonizadora) como uma colônia cuja importância se deve tão-somente às riquezas naturais que possui. Mesma concepção tem sido mantida, na verdade é produto direto da colonialidade, no âmbito geopolítico, sobretudo. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 17/19)

Segundo Porto-Gonçalves, há, de fato, uma visão já consagrada mundialmente, fruto de invenção histórica, do que seja a região amazônica: ela tem sido reduzida àquele amplo território coberto por uma densa floresta tropical úmida, constituído por uma extensa bacia hidrográfica, e habitada por uma população rarefeita de índios e caboclos, abrigando, o que se destaca como mais importante por este conceito, riquezas naturais incalculáveis (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 17).

De tal conceito, tem sido concebida, conforme Porto-Gonçalves, várias amazônias: uma Amazônia que é tida fundamentalmente *como natureza* em oposição à cultura, tal como no binário tradicional/atrasado em relação a civilizado/desenvolvido. Por esta concepção do Outro, o que vale para o território também vale para as populações que são identificadas como selvagens e por isto atrasadas. O que tem sido fortalecido/reafirmado ao longo de toda a trajetória de colonização e colonialidade da Europa em

relação à América latina (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 20/23). Como é fácil ver, o quadro desenhado pela versão da modernidade - que reflete o par atraso/inferior como condição inerente à região amazônica - tem a função precípua de justificar o remédio receitado de salvação com o novo, o moderno e, assim, o superior.

Por este prisma, por esta posição de inferior e também de exterior, o território amazônico, aponta Carlos Walter Porto Gonçalves, é tido *como periférico*, que se encontra à margem, mesmo internamente no contexto nacional – em razão dos blocos de poder e seu colonialismo/colonialidade interno - que, por sua vez, como integrante da América Latina, continua periférico em relação à Europa/Estados Unidos, países centrais no contexto do *sistema mundo moderno colonial*. Como pontua o autor, a Amazônia “é uma região periférica de países periféricos” (p. 23/25). À condição periférica se oferece a salvação, que, no caso, significa a saída para o bloco central do *sistema mundo moderno colonial*. Para tanto, basta seguir os rumos do progresso e do desenvolvimento ofertados.

Nesta posição, continua o autor, a Amazônia – pela sua importância acima de tudo econômica - será sempre posta, no plano interno, *como uma questão nacional*. Aponta o geógrafo que isto vem desde o período colonial, quando Portugal (que a vinculava diretamente à coroa portuguesa e não ao vice-reinado do Brasil) já a tinha como território estratégico, pelo menos do ponto de vista das potencialidades para o futuro. Por esta característica, ela tem sido sempre vista como uma porção territorial nacional ameaçada pela cobiça internacional. Para Porto-Gonçalves, a Amazônia é considerada como uma *questão nacional* mais

sob o ponto de vista territorial (para a sua defesa) do que social (para os interesses de sua população). Segundo o autor, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo federal criou os territórios federais, todas áreas de fronteira, do Amapá, Rio Branco (Roraima) e Guaporé (Rondônia) além de manter o Acre como território. Deste modo, a região se apresenta como um desafio de soberania e integridade da extensão nacional, o que representa as preocupações da ideologia territorialista das forças armadas que a partir dos governos ditatoriais iniciados nos anos 60, se expressam com mais vigor sobretudo com as políticas voltadas para a integração física da região, pela via de construção de estradas às demais regiões do País e políticas de incentivos para a sua ocupação populacional. (p. 25/33)

Segundo José Fernandes do Rego, tal preocupação de soberania em meados do século XX advém mais pelos temores geopolíticos criados pela “Guerra Fria”, que via nos espaços territoriais vazios a possibilidade de penetração de forças políticas adversárias - guerrilheiros comunistas internos e externos - à ideologia ocidental capitalista a qual o governo militar brasileiro se encontrava vinculado (REGO, 2002, p. 272) Com isso, para este autor, “a geopolítica funda uma política de segurança nacional apoiada na doutrina de segurança nacional. Nesta, todas as ações do Estado tornam-se elementos de uma contraofensiva geral à investida do ‘comunismo internacional’” (idem, p. 273). Sob a análise do sistema mundo moderno colonial, o mais adequado seria entender tal questão nacional como uma questão internacional (aqui só para aproveitar os termos dessa distinção), posto que muito mais fruto dos interesses amplos (não limitados ao local), aqueles oriundos dos interesses centrais do sistema mundo moderno colonial, o que é prática desde o colonialismo.

E será exatamente através das políticas de ocupação populacional da região que se expressam, conforme Porto-Gonçalves (2001, p. 33/38), como justificativa, a outra visão de Amazônia desta feita *como um vazio demográfico*, o que está intimamente relacionado também com a ideia de proteção territorial (inclusive ideológica), de escassez de mão-de-obra e também pela insistente invisibilidade demográfica e cultural que se insistia (e ainda se insiste) em relação às populações indígenas, caboclas e negras que viviam (e ainda vivem) na região mas continuavam (e continuam sob outras estratégias) sendo desconsiderados pelas políticas públicas. A ocupação do vazio demográfico – logicamente com vistas à sua exploração econômica - é apresentada como garantia de que a região será salva – assim como suas populações - da condição adversa pela qual têm passado.

Outra visão amplamente construída sobre a Amazônia se funda, de acordo Porto-Gonçalves, na sua redução à mera *reserva de recursos naturais*, o que tem reforçado, desde a época colonial, a ideia de que a região se encontra permanentemente aberta à conquista e exploração, servível senão para intentos econômicos. Para o autor, esta visão desconsidera que exista, antes de tudo, um patrimônio cultural fincado no vasto e profundo conhecimento que aquelas populações têm do ambiente, o que retira a ideia de que a floresta seja algo estritamente natural, mas também cultural. O fato é que a história da exploração da Amazônia, pelo poderio empresarial nacional (como o Bradesco, entre outros) e internacional (como a Volkswagen, entre outros), e a ocupação concentrada em mãos de poucos de suas terras – tudo isso sob as bênçãos do Estado, se confunde

com a história, desde sempre, das condições adversas de vida de sua população despossuída de bens e direitos, mormente as extrativistas e indígenas que vivem em permanente luta pela defesa de direitos e vida dignas. (2001, p. 39/58)

Também a região tem sido propalada *como uma reserva ecológica do planeta*. Porto-Gonçalves entende que a região historicamente sempre foi objeto de interesses geopolítico desde a gestão da coroa portuguesa. A novidade quanto ao presente é que *“ocorre uma internalização do grande capital internacional que, sob a tutela do próprio governo, se faz presente diretamente no interior do próprio espaço amazônico.”* (2001, p. 60). Com isso, a exploração não se dá mais de fora, como ocorria até a década de 60, mas a partir de dentro. Deste modo, a questão ecológica, por sua dimensão planetária (a exemplo do capital, conforme Karl Marx), faz com que o território amazônico seja descontextualizado de seus estados nacionais emergindo daí uma visão que busca uma expropriação simbólica da região em nome de supostos interesses universais do planeta (de equilíbrio ecológico, mas, no entanto, destituído de sua dimensão sociopolítica), interesses esses estabelecidos, como já dito alhures, a partir da perspectiva dos centros *do sistema mundo moderno colonial*. (2001, p. 58/65)

Por último, Porto-Gonçalves trata de uma outra forma de se conceber, no mapa mental dominante, a Amazônia. Por esta, parte-se da premissa de que a mesma é uma região atrasada, o que impõe sua saída deste estágio para o polo contrário, o da modernização europeia, tido como melhor e superior. Tal pecha se deve, segundo o autor, a uma velha tradição colonizadora - agora atualizada sobretudo pelas ideias de progresso e

desenvolvimento - de se estabelecer, de maneira unilateral e como referência única (o eurocentrismo, por exemplo), um padrão de se conceber o mundo a partir do qual todos devem seguir.

Para Porto-Gonçalves, tal estágio concebido como de atraso é decorrente exatamente dos processos históricos de modernização postos pelos países centrais, os colonizadores, os quais, enquanto se modernizavam (em suas metrópoles) com os frutos da exploração da periferia (especialmente com extração de matéria prima e a escravidão de seres humanos), mantinha estas como tais. Com efeito, “*o atraso é um produto da modernização e, assim, é uma categoria inerente a ela*”. O autor lembra que “*a Amazônia sempre foi ocupada e explorada pelo que havia de mais moderno em cada momento histórico*” (2001, p 65/69).

Nesse sentido, lembra o autor que

Foi a modernidade que criou os primeiros fortes militares na Amazônia; que saqueou suas entranhas para retirar ‘as drogas do sertão’; que destribilizou os índios, aldeando-os e desespirtualizando-os. Foi a modernidade que inventou a escravidão com Pombal. Foi a modernidade que se expropriou das ‘bolas que contrariavam a lei da gravidade’, como a ignorância de um moderno colonizador se expressou a respeito da borracha, lhes deu outros múltiplos usos, com destaque para a indústria de pneumáticos, parte do símbolo maior do individualismo do mundo moderno: o automóvel. É hoje a modernidade que devassa o seu subsolo para extrair seus minérios; devasta suas florestas com o auxílio do fogo, da indústria química, de tratores, de motosserras e correntões, além de barrar os seus rios para produzir energias e, assim, aumentar sua capacidade no trabalho de revolver suas entranhas. (PORTO-GONÇALVES, p. 67)

Numa síntese, pelo que constata o geógrafo brasileiro, não há como não perceber a indissociabilidade histórica-estrutural entre modernidade e colonialidade. Nesse passo, toda ou quase toda ação nomeadamente moderna praticada pelos europeus em territórios amazônicos terá inapelavelmente a marca da colonialidade. É quando concluímos que todo ou quase todo ato moderno terá um fim colonial. É da substância da modernidade a colonialidade.

Assim, aquelas marcas de cunho conceituais – versões retóricas da colonialidade - de que trata o geógrafo brasileiro – *Amazônia como natureza, periferia, atrasada, como questão nacional, vazio demográfico, reservas de recursos naturais e da ecologia planetária* – que têm sido, desde o período colonial, amplamente produzidas, difundidas e fincadas como expressões distintivas essenciais à compreensão tanto do território amazônico quanto de suas populações autóctones, antes (e na concomitância) de instituir regimes de poder, estabelecem, com maior profundidade e complexidade, regimes de saberes, estes que, ao mesmo tempo em que servem para justificar/legitimar o exercício dos domínios políticos, econômicos, sociais e culturais praticados sobre, buscam cumprir efeitos de sentido muito mais potentes e importantes para a manutenção desse esquadro de saberes mantenedores da colonialidade no espectro do *sistema mundo moderno colonial*.

Parte-se aqui da premissa de que a organização do espaço geográfico em Estados não é um fenômeno natural senão uma criação histórica, na verdade, “*uma invenção histórica europeia que, depois, se generalizou para o mundo como parte do colonialismo e do imperialismo, enfim,*

*como parte da constituição de um grande sistema estatal, o sistema mundo moderno colonial*” (HAESBAERT e GONÇALVES, 2006, p. 13) Na perspectiva do *sistema mundo moderno colonial*, como unidade de análise, nenhum território pode ser analisado e compreendido por si só senão em relação e dentro do espectro de tal sistema, no qual há um centro que busca subordinar o resto, ou seja, territórios semiperiféricos e periféricos. É que, por esta estrutura, o sistema gera uma hierarquia de dependência e subordinação que comanda os processos políticos, econômicos, sociais, culturais...

Deste modo, todo o território latino americano, seus estados-nações, como o Brasil, suas regiões, como a Amazônia, e unidades federativas, como o Acre, são espaços geopolíticos e epistêmicos nos quais e através dos quais o *sistema mundo moderno colonial* opera a colonialidade nos planos do poder econômicos (exploração da mão de obra e da natureza), do saber (estabelecendo epistemologias dominantes como o desenvolvimento sustentável e toda a carga de saber científico-mercadológico, por exemplo) e do ser (buscando tornar os povos da floresta, para manter-lhes na condição colonial, reprodutores da racionalidade econômica e racial...). Foi o que o presente capítulo procurou apontar no aspecto geopolítico (tendo a América Latina e Amazônia como cenários) e o que ainda perseguirá demonstrar, quanto aos demais aspectos, na sequência deste trabalho.



### 3 AS HISTÓRIAS DO ACRE E DOS CONDENADOS DA FLORESTA

O colono [*o mesmo que colonizador*] faz a história. Sua vida é uma epopeia, uma odisseia. Ele é o começo absoluto. 'Esta terra fomos nós que a fizemos. Ele é a causa contínua. Se partimos tudo estará perdido, esta terra voltará à Idade Média.

O colono faz a história e sabe que a faz. E, porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica claramente que ele é, aqui, o prolongamento dessa metrópole. A história que ele escreve não é pois a história do país que ele despoja, mas a história da sua nação, quando rouba, viola e esfomeia. (FANON, 2005, p. 68)

A terra subornava, o senhor oprimia. Em vez de divisão, o latifúndio. Em vez do reino popular, o reino dos proprietários. (Abguar Bastos, 1960, p. 14)

No presente capítulo buscarei perseguir o percurso histórico pelo qual foi se formando – não naturalmente – a condição de *condenados da floresta* imposta aos *povos da floresta* na região geohistórica do Acre. Por ele, buscarei entender as formas pelas quais tal condição se expressa empírica e discursivamente. O empírico, de acordo com os processos concretos de dominação, exploração e efetiva racialização de indígenas e seringueiros. Discursiva, pelas narrativas historiográficas tradicionais e oficiais de tal percurso e o diálogo destas com outras vozes dissonantes. Este capítulo será determinante para o que irei desenvolver nos capítulos seguintes, tendo em vista sobretudo a sua base historiográfica – como uma historiografia colonial acreana - com a qual se poderá discutir e

compreender a constituição do *seringalismo* (capítulo 4), da *seringalidade* (capítulo 5) e dos *condenados da floresta* (capítulo 6).

Antes de seguir, valem duas advertências que dizem respeito a toda a tese e a este capítulo em especial. As categorias que titulam os três últimos capítulos serão melhor desenvolvidas – e assim compreendidas - na oportunidade de suas respectivas leituras, embora, antes disso, sejam mencionadas ao longo do presente texto inclusive titulando o presente capítulo. Também importa adiantar que os usos das denominações *nordestinos*, *paulistas*, *índios/indígenas*, *seringueiros* e outras do gênero não têm a intenção nem de reduzir a uma só denominação frente a heterogeneidade inerente a tais grupos/etnias como, também nem de longe, reforçar sobre os mesmos máculas racializantes. Muito pelo contrário.

### **3.1 Sumários de uma historiografia colonial**

Numa síntese, a história do Acre - do “início” à sua elevação à categoria de Estado da federação brasileira - tem sido contada, em publicação oficial do Estado, nestes exatos termos:

A ocupação do território do Acre inicia-se por volta de 1878, com a chegada de brasileiros, a maioria nordestinos, numa área ainda indefinida quanto aos limites com a Bolívia e o Peru, visando a exploração econômica da borracha. Os brasileiros criam na prática um território independente e exigem sua anexação ao Brasil. Devido a riqueza gerada pelo comércio da borracha, em 1899, a Bolívia ocupa a área, começa a recolher impostos e funda Puerto Alonso (hoje Porto Acre) na tentativa de assegurar o

domínio das terras, na época, com o reconhecimento do governo brasileiro. Os brasileiros se revoltam e os conflitos só terminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17/11/1903. Pelo tratado, o Brasil recebe a posse definitiva da região em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a estrada - de ferro Madeira-Mamoré. Integrado ao Brasil como território, o Acre é subdividido em: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, este último desmembrado em 1912 para formar o Alto Tarauacá. Unificado em 1920, elege representantes para o Congresso Nacional a partir de 1934. Em 15/06/1962, o presidente João Goulart sanciona lei que eleva o território à categoria de Estado. (ACRE, 2009)

Pelo que se pode ver, por esta versão da história: i) antes da ocupação pelos brasileiros, o território hoje acreano era um deserto aonde não existia nada; ii) dessa história não participam as populações indígenas (nem para o bem nem para o mal); iii) os brasileiros que chegam são todos iguais; iv) os brasileiros que chegam têm os mesmos objetivos; v) os motivos da defesa do território pelos brasileiros seriam a defesa das riquezas locais e contra a ocupação de estrangeiros.

Este texto é repetido em todas as edições da revista oficial do Estado do Acre denominada *Acre em Números*, publicada nos anos de 1999, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007/2008, 2009 e 2011. Somente na última edição, a de 2013, é que sofreu alteração para completar o relato até à fase atual da sua história, conforme se transcreve:

Breve Histórico (um salto de qualidade) A presença de nordestinos no Acre se dá por volta de 1840. Antes a região era ocupada por povos indígenas. O grande fluxo migratório de reocupação do Acre por brancos (brabos e arigós) esteve focada na extração de látex nas terras até então bolivianas. Foi esse movimento que gerou o fortalecimento da economia através do

“sistema de aviamento” e incidiu na disputa territorial com o movimento pela anexação da área ao Brasil, denominado “Revolução Acreana”. Dessa forma, o povo do Acre lutou para ser brasileiro. Em decorrência do processo de pecuarização implementado a partir da década de 70, os massacres indígenas nas chamadas “correrias” do primeiro fluxo de reocupação foram substituídas e nesse segundo momento deram lugar aos conflitos entre grileiros e posseiros na disputa pela posse da terra gerando os “empates” dos extrativistas. Os empates resultaram de uma aliança entre os “povos da floresta” (indígenas e seringueiros) para se contrapor ao poder do Latifúndio. Dessa experiência de resistência surgiu a proposta de Reservas Extrativistas. A contribuição da teologia da libertação, e de diversos outros setores progressistas nos anos 70, acumulou um capital político e social que permitiu o redirecionamento da economia e da política acreana a partir da década de 90, com a ascensão e o protagonismo de novos atores políticos identificados com os ideais de Chico Mendes. Assim passou a ser implementado no Acre uma nova perspectiva de desenvolvimento. Projeto esse que vem avançando a passos largos. O estado foi reorganizado e preparado para cumprir um novo papel no desenvolvimento da economia regional. Nessa fase atual o estado tem protagonizado o processo de consolidação das bases do desenvolvimento estratégico de uma economia moderna e com um profundo sentimento de responsabilidade socioambiental. (ACRE, 2013)

Desta feita, são acrescentados novas informações: i) somente em 2013, por esta publicação, o governo descobriu que “*Antes a região era ocupada por indígenas*”; ii) a migração era formada por [homens] brancos, como se não migraram também mulheres e negros; iii) reduz a ideia de brancos aos nordestinos que se tornaram seringueiros - brabos e arigós – eliminando, com isso, o branco como invasor do território nativo – o invasor nesse sentido posto passa a ser entendido como o miserável

nordestino ; iv) reforça o mito de que “*O povo do Acre lutou para ser brasileiro*”; v) cita o sistema de aviação como se fosse algum fenômeno natural; vi); faz à alusão ao período da pecuarização, na década de 70, como um processo natural; também aos “empates”, às “correrias”, à aliança dos “povos da floresta” de onde “*surgiu a proposta de Reserva Extrativista*”; vi) alude ao redirecionamento da política e da economia a partir de década de 90 fundados nos “*ideais de Chico Mendes*”, a partir de que “*passou a ser implementado no Acre uma nova perspectiva de desenvolvimento*” “*estratégico de uma economia moderna e com um profundo sentimento de responsabilidade socioambiental.*”

A intenção com estes acréscimos, como supõe, é fechar o ciclo da narrativa histórica oficial - cujo tom epopeico e colonial já é dado desde há muito pelos historiadores da região, o que o texto anterior só fazia em parte, pois limitava-se até à elevação do então território acreano à categoria de Estado. Entendo que, tanto na anterior quanto nesta versão, este relato tem um compromisso íntimo com o projeto de colonização do território e das suas populações que vige desde o início na região. Noutras palavras, esta historiografia tem uma importante função na manutenção do padrão de poder local, conforme será demonstrado ao longo da pesquisa.

### **3.2 O longo percurso da condição moderno-colonial dos povos da floresta no Acre**

O presente capítulo intenciona discutir os propósitos moderno-coloniais na medida em que propõe uma outra leitura da história acreana. É que a

historiografia sob a qual se sustenta o relato oficial do projeto moderno-colonial instaurado e mantido no Estado do Acre, se encontra baseada, como já indicam as sínteses reproduzidas acima, numa versão da história acreana que busca tornar invisível a colonialidade a ela inerente – as consequências modernas coloniais que produz - enquanto expressa e dá relevo à modernidade com seu alegado – melhor dizer: sua promessa de - progresso civilizatório na floresta.

Na sequência, vou procurar olhar para tal historiografia de modo a não só apontar seus truques narrativos como buscar fazer emergir sobre eles outra leitura diante dos fatos e suas consequências para a manutenção do status colonial sob o qual se permanece ali adstrito e pelo qual o poder moderno-colonial se mantém intocável desde sua gênese, na América, no século XVI. Tal empresa objetiva apontar na presente pesquisa a base historiográfica sobre a qual se sustenta a colonialidade que vige, em escala local, na Amazônia acreana, cujo foco, com que se orienta todo o relato, está centrado, por exemplo, no plano ontológico, isto é, no tratamento colonial dispensado aos chamados povos da floresta, seringueiros e indígenas, na condição de racializados como seres não humanos ou quase humanos, desde o início.

A história do Acre, especialmente aquela versão que se passou a difundir sistêmica e massivamente - sobretudo a partir do final dos anos 90 do século passado, está assentada, fundamentalmente, em eventos cuja narrativa historiográfica opta pelo tom fortemente epopeico, com seus feitos bélicos de sucessão extraordinária e de heroísmos sem par que, segundo a versão oficial, culminaram com a vitória do patriotismo (defesa

da soberania brasileira) o que ocorreu com a nacionalização de parte dos territórios antes boliviano e peruano e agora brasileiro do Acre. Tal história – por seus eventos heroicos do “povo brasileiro do Acre” está centrada na ideia de um percurso de construção de uma identidade acreana – a *acreanidade* (MORAIS, 2008) – culminando, segundo e de acordo com o projeto de governo inaugurado em 1999, com a *florestania*, o fundamento governamental principal das políticas de desenvolvimento implantadas sob os rumos dados por organismos financeiros multilaterais de desenvolvimento, os prepostos do *sistema mundo moderno colonial*.

Por outro olhar, a história é outra. A nação será outra, o povo será outro. A história do Acre, a exemplo de todo o território latino americano – tem sido contada, em grande parte, pela voz da colonização dita civilizadora empreendida em nome de seu desenvolvimento e progresso. Todavia esse tipo de historiografia, embora se esforce em não parecer - tem se projetado em face de muitos humanos que vivem na Amazônia desde remotos tempos – e também os mais recentes ali incluídos – suas terras vastas e suas fauna e flora (a dita natureza) – todos comumente considerados como coisas/objetos prenhes de valor dispostos à livre exploração.

Suas histórias não tiveram início quando os colonizadores europeus, em nome de um projeto civilizatório, passaram a lhe nomear, cercar e explorar. Sob o olhar de quem ali vivia, antes da “civilização” existia vida na floresta. Com a “civilização” na floresta a vida correu perigo. A sua ocupação colonizadora se deu, originalmente nos mesmos moldes: às custas de genocídio e exploração dos indígenas, da escravidão dos africanos, da destruição dos recursos naturais e outras formas de violência

também epistêmicas que ainda ocorrem em nome de um progresso/desenvolvimento que – desde sempre - promete melhorar (para tanto mudar) a vida de todos.

O que aqui se pretende é dar relevo à forma como os amazônidas do Acre - indígenas e seringueiros - foram e continuam sendo tratados colonialmente nos planos material e subjetivo. Como têm sido – antes e também no contexto das políticas públicas de desenvolvimento, portanto num tempo nem tão distante – dominados, explorados e racializados. Isto será determinante para se possa observar como se opera a colonialidade, em escala local.

### **3.2.1 Dos momentos históricos moderno-coloniais acreanos**

Para tanto, no intuito não de contar uma outra história, mas de - das contadas – extrair os seus outros lados – as suas partes invisíveis - podemos dividir a historiografia do projeto civilizatório inacabado que se investe na Amazônia, caso do Acre, em sete momentos históricos coloniais distintos, aqui postos em separado mas que integram um todo nos processos da condição moderno-colonial.

O primeiro ocorre com o fenômeno da colonização em que o “ser amazônico”, no caso os indígenas e os seringueiros, é tratado enquanto não-ser através da sua invisibilidade, enquanto humanidade, e instrumentalidade, enquanto mão-de-obra. É o período primevo dos contatos ditos civilizatórios e suas correrias e catequizações, para os indígenas, e regimes de semiescravidão dos seringueiros.



O segundo momento a ter vigência para além da continuada invisibilidade dos indígenas com a incorporação através de eventos históricos determinados dos “nordestinos” à vida na floresta de mão-de-obra semiescrava. Enquanto novos *condenados* e seus usos – especialmente como soldados de frente de trincheiras de trabalho e de guerra na “Revolução dos Proprietários” e, ainda, massa popular de legitimação - nos processos políticos de incorporação dos territórios de fronteira boliviano e peruano ao Brasil, caso do evento histórico que ficou conhecido como a *Questão do Acre*.

O terceiro está inserido no período em que são os nordestinos transformados na Amazônia em “Soldados da borracha”.

O quarto momento histórico colonial diz respeito ao período em que o Acre é transformado em território da União, com ênfase ao chamado “Movimento Autonomista”.

O quinto momento diz respeito à breve e significativa experiência de resistência social dos povos da floresta à sua histórica condição colonizada/racializada

O sexto vai tratar do que se pode chamar de terceiro ciclo de migração em que chegam - um pouco antes um pouco depois com capital e latifúndio agropecuários (os “paulistas”) – as famílias pobres do sul assentadas nos projetos de colonização do INCRA.

No sétimo e atual, o Estado aliado ao mercado (sob a condução epistêmica dos prepostos do *sistema mundo moderno colonial*) investe em eliminar aquela fagulha de resistência e passa a dominar com o seu projeto de

modelação do ser amazônico, que consiste na sua inclusão nos cercados materiais e imateriais da colonialidade na Amazônia (e por isto mantendo-o na faixa de exclusão) a partir basicamente de dois dispositivos disciplinares/modelares básicos: o *desenvolvimento sustentável e a florestania*.

Na sequência do presente capítulo, tratarei destes momentos históricos, exceção ao último que será objeto de exposição e análise no capítulo quinto do presente trabalho.

### **3.2.1.1 Na era dos desbravadores da floresta – o primeiro momento histórico**

A ocupação do território amazônico por não indígenas faz parte dos processos históricos de “desbravamentos” dos colonizadores em busca de riquezas, processo esse iniciado, no caso do Brasil, já por volta de 1500. Segundo Edna Castro, tal processo que se apresenta como civilizatório,

...empreendido – no Brasil, na Amazônia – em busca de novos territórios de recursos e de subordinação de povos e línguas ali existentes, ignorados como cultura, catalogados como incivilização, não se fez independentemente das ideias e da racionalidade presentes entre atores da ação, protagonistas das novas conquistas contemporâneas. (CASTRO, 2010, p. 108)

A exemplo do que aconteceu no litoral invadido, também nas matas adentro do território amazônico brasileiro, sociedades nativas “*foram dizimadas pelos conquistadores e seus remanescentes foram obrigados a buscar isolamento ou aceitar a subserviência*” (SOUZA, 2001, p. 23)

Na região, que depois viria a ser tornar o Estado do Acre, várias foram as viagens realizadas por “desbravadores” afim de, nestes primeiros contatos, buscar produtos e informações, período histórico que passou a ser conhecido como fase geográfica. (TOCANTINS, 1973, p. 97)

João Rodrigues Cameté, como encarregado de pacificação de índios, fez, em 1852, a considerada primeira expedição oficial à região do Purus. A segunda, no mesmo ano, foi realizada por Serafim Salgado, a mando do presidente da província do Amazonas, João Batista Tenreiro Aranha. A terceira se deu em 1861, desta feita por ordem do presidente da Província do Amazonas, Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Esta expedição foi chefiada pelo encarregado de índios Manoel Urbano da Encarnação. A quarta expedição aconteceu no ano seguinte ao da terceira e foi chefiada pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho acompanhado por Manuel Urbano. A quinta, de novo chefiada por Manoel Urbano, ocorreu em 1866. Na região do Juruá, a primeira expedição oficial aconteceu em 1852 ordenada por Tenreiro Aranha e realizada pelo prático Romão José de Oliveira com a missão de pacificar os índios. (TOCANTINS, 1973, p. 94/96)

Pela ocupação por parte desses desbravadores – muitos dos quais exercendo as funções de *encarregados de índios* - é fácil ver que as suas missões tinham também como objetivo – para além do conhecimento geográfico da região - o domínio dos povos que ali viviam (os indígenas), haja vista serem eles considerados, num primeiro instante, entraves – por

suas resistências - para a ocupação, e, num segundo, mão de obra útil para a exploração.

Segundo Tocantins, o devassamento do Purus, Acre e Juruá, nesse primeiro instante, não se caracteriza como a colonização propriamente dita. O que só vem a ocorrer numa segunda fase em que predomina o extrativismo da borracha, oportunidade em que *“o povoamento tomará vulto surpreendente.”* (TOCANTINS, 1973, p. 97). É quando “nordestinos”, em sua grande maioria oriundos do Ceará, são convencidos, em razão de suas necessidades, a aventurar-se na floresta amazônica para tornar-se seringueiro, o extrator do látex, produto considerado, pela demanda dos mercados internacionais, o “ouro negro”.

E assim tem início – com a exploração da seringa e também do seu extrator - um processo de instituição de uma nova relação social naquele território visto, pelo olhar dos indígenas, como invadido por estrangeiros, estrangeiros estes divididos entre aqueles *“que tinham o poder da propriedade, do crédito dos aviadores na capital, logo enobrecidos com o título de coronel ou de comendador, o que significava a passagem para a casta privilegiada e toda poderosa dos patrões, e os que viviam subordinado àqueles, pelo vínculo do contrato econômico.”* (TOCANTIS, 1973, p. 136)

Com esta ocupação eminentemente econômica é que a região, de fato, passa a conhecer uma outra forma de relação social fundada na exploração humana e da natureza até então inexistente ali. É quando naquele território – em razão do regime do seringal, o *seringalismo* (categoria objeto de

análise do capítulo seguinte) - se instala a divisão instaurada pelo regime moderno-colonial entre seres humanos (os patrões), seres sub-humanos (os seringueiros) e seres não humanos (animais, plantas e indígenas).

Deste então, estes – os colocados na zona do não-ser - serão os *condenados da floresta*, cuja condenação ultrapassará os tempos e será mantida, num *continuum*, mudando aqui ali uma roupagem nova, sem, no entanto, perder a raiz moderno-colonial em que se funda, conforme procuraremos demonstrar na presente pesquisa.

Com a intensa colonização, para fins específicos de exploração da borracha, a região passa a ser disputada geopoliticamente face aos tratados internacionais que estabeleciam a repartição das suas propriedades entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. É quando aqueles proprietários e comerciantes que ocupavam economicamente as terras em questão resolvem, com apoio das oligarquias dos estados do Amazonas e Pará – que representavam os interesses do capital internacional - brigar por suas permanências e privilégios, fatos que ficaram registrados na história como a *Questão do Acre*. Na sequência, seguiremos as várias etapas em que a disputa se deu, dando relevo para os reais interesses em jogo, bem como o papel dos condenados nos eventos.

### **3.2.1.2 Construindo uma república patriarcal dos proprietários – o segundo**

Em todos os relatos que dizem respeito aos processos históricos da ocupação institucional ou não do território acreano, de sua colonização, é

patente a ausência da voz dos seringueiros que dela participaram e dos índios, bem como das mulheres – são versões a partir e em volta dos interesses de quem detinha (e procurava deter) sobretudo o poder econômico, com hierarquias raciais e patriarcais na ocasião: os proprietários patrões, os comerciantes e aviadores e os governos dirigidos por oligarquias regionais e nacionais que lhes representavam, todos homens. O que se apresenta naturalizado – como se fosse algo inquestionável – é que a história oficial – o que vale dizer quase que todo relato histórico como o produzido a pretexto de difundir o que se passou (e ainda se passa) na Amazônia – sai da voz do “conquistador”.

Nesse sentido, fácil ver que as ações organizadas e realizadas a pretexto patrióticos (defesa da soberania brasileira) – desde o primeiro evento liderado por José de Carvalho, passando pelo da proclamação da República do Acre, liderada por Luiz Galvez Rodriguez Ária, a chamada Expedição dos Poetas que investe em Rodrigo de Carvalho e culminando com a festejada Revolução Acreana, tendo à sua frente José Plácido de Castro – todos ocorrem objetivando fundamentalmente a defesa dos interesses econômicos, da partes do proprietários, comerciantes e aviadores, e também fiscais dos governos amazonense e paraense, especialmente deste último (suas oligarquias) e sob as suas ordens. Interesses esses sempre vinculados – senão subordinados – aos do *sistema mundo moderno colonial* e seu padrão mundial de poder baseado – em essência – na manutenção de hierarquias raciais, econômicas, epistêmicas, religiosas, sexuais... É o que pretendo demonstrar na sequência.

### **3.2.1.2.1 A primeira insurreição da Junta Revolucionária dos proprietários**

A primeira reação organizada contra a ocupação institucional do governo boliviano no seu território então ocupado por brasileiros, ocorreu através da formação de uma Junta Revolucionária, a partir de Belém e Manaus, constituída, sob a liderança do jornalista José Carvalho, pelos proprietários de seringais locais afetados diretamente em seus interesses econômicos, pelas medidas tomadas pela chamada Missão Paravacini (TOCANTINS, 1973, p. 174).

A intervenção do governo boliviano na região provocou, sobretudo com a instalação da Aduana na cidade de Puerto Alonso, não só os interesses do proprietários de seringais locais e dos aviadores do Pará e do Amazonas como também do Governo Amazonense em sua arrecadação de impostos e taxas provenientes do comércio da borracha naquele território. Segundo Tocantins, referida intervenção

...iria, é evidente, impor mudanças radicais àquela sociedade tumultuária, mas caracterizada por um forte interesse econômico, que ia paulatinamente se associando a um sentimento nacional, a uma reação patriótica, até chegar a confundir-se com a ideia do solo patriótico invadido pelo estrangeiro opressor. (TOCANTINS, 1973, p. 176)

E como os decretos bolivianos diziam respeito a toda ordem de questões governamentais, sobretudo relacionada com o direito de propriedade dos seringalistas, das relações de trabalho, inclusive regulando sobre os

métodos adequados de extração de finalidade preventiva e defesa do patrimônio florestal, a nenhum deles interessava, neste caso, observar as orientações preservacionistas, “*mesmo para assegurar o futuro. Só importava o bem presente, com as perspectivas imediatas do lucro certo, do dinheiro e do crédito fácil.*” (TOCANTINS, 1973, p. 181)

Os proprietários, usando os préstimos do Juiz de Direito, José Martins de Souza Brazil, da Comarca do município amazonense de Floriano Peixoto (Antimary), a quem aquela região acreana estava sob jurisdição, fazem com que este encaminhe, em 1º de maio de 1899, ao então Delegado do Governo Boliviano em Puerto Alonso, José Martins Santivanez, uma espécie de intimação, em nome do “povo brasileiro”, para que deixe a região.

Segundo o aludido documento - que fora assinado “*por mais de cinquenta prestigiosos proprietários, um bacharel em direito e um engenheiro civil*” (CALIXTO, 2003, p. 145), e era calçado em suposto patriotismo - as medidas tomadas pelo governo boliviano eram um insulto à soberania brasileira. Dizia um dos seus significativos trechos:

O povo brasileiro, representado por nós abaixo assinados, solidariamente responsáveis, no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimar-vos para que abandoneis o governo ilegal que vos achais exercendo atualmente neste território, desbravado, habitado e hoje defendido, por milhares de brasileiros, que até a vossa invasão aparentemente ilegal viviam à sombra das leis de seu país, e nelas confiavam. (Apud CALIXTO, p. 145)

Já aqui nesta primeira investida dos proprietários brasileiros do Acre, a causa patriótica dava o tom público do movimento revolucionário, tom



esse que iria ser explorado nas outras investidas insurretas seguintes. E não era à toa, pois, segundo Calixto, “*A justeza de causa tão patriótica estava solidamente implantada na consciência nacional, por isso a posse boliviana era um insulto ‘a nossa (sic) soberania’, declaravam os patrões*” (Idem, p. 147)

Apesar de que a delegação boliviana tenha atendido ao final a intimação, pouco tempo depois tal medida deixou de produzir qualquer efeito, tendo em vista a censura àquela insurreição pelo governo brasileiro, o que fez com que o governador do Amazonas demitisse todas as autoridades de Floriano Peixoto/Antimary (RIBEIRO, 2008, p. 57) e processasse por crime de lesa-pátria seu líder José Carvalho. Segundo Calixto, tais medidas tomadas pelo governo amazonense contra os membros desta primeira insurreição, especialmente José Carvalho, se deve ao fato de que a mesma não se dera em nome específicos dos interesses oligárquicos então representados pelo Governador do Amazonas José Ramalho (CALIXTO, 2003, p. 151)

O que interessa, para os fins da presente pesquisa, é o registro da gênese do que depois vai ser conhecida pela historiografia como a Revolução Acreana tão propalada como uma genuína ação do povo brasileiro, quando, na verdade, desde então, foi a primeira reação autodenominada de revolucionária – em nome de uma Junta Revolucionária - em defesa dos interesses econômicos dos proprietários e aviadores bem como fiscais do governo amazonense, reação esta que Leandro Tocantins vai denominar significativamente de *insurreição branca* (TOCANTINS, 1973, p, 398).

Como afirma Carneiro, desde o início:

Quem clamou pelo “direito à nacionalidade, ao exercício da cidadania e à escolha de seu próprio caminho [...], sobretudo, o direito de ser brasileiro”, não foi o “povo” como afirma NEVES (1999, p.12), mas aqueles que se colocavam como porta vozes dele. Naquela época, a ideia de povo “era abstrata” (CARVALHO, 1990, p.26). O “nós” do discurso revolucionário não inclui o seringueiro, e quando assim o fez foi para promover e reforçar os interesses e ideais da elite gomífera. Os revolucionários não tinham compromisso com o seringueiro, assim como não tinham com os nativos. Um e outro eram para eles nada. Aos primeiros mandavam matar, aos segundos exploravam até a morte. E o interessante foi que após a “gloriosa” revolução acreana nada mudaria, pois, os nativos continuariam sendo assassinados aos montes e o seringueiro permaneceria trabalhando para se escravizar. (CARNEIRO, 2008, p. 84)

### **3.2.1.2.2 A segunda insurreição ou a República Independente do Acre**

De novo, as forças econômicas locais juntamente com os interesses das casas aviadoras de Belém e Manaus e, desta feita com mais vigor, partir dos interesses oligárquicos do governo amazonense, investem na derrubada do governo boliviano que se instalara na região.

Mais uma vez a chamada Junta Revolucionária – *“formada por donos de seringais e comerciantes que se opunham ao domínio da Bolívia”* (TOCANTINS, 1973, p. 236) ali se instala sob a liderança de Luiz Galvez - então seu representante no Estado do Pará e do Amazonas - que chegara à região a pretexto de fazer negócio com seringais levando, como seus empregados, vinte seringueiros, tudo sob o secreto financiamento do

governo amazonense (TOCANTINS, 1973, p. ) ou, na expressão de Calixto, da oligarquia dos Ramalhos (CALIXTO, 2003) e da disposição de realizar uma segunda insurreição em defesa dos alegados interesses patrióticos do povo brasileiro. Segundo Tocantins,

Existiam razões de Estado, interesses superiores a defender, e o Governador Ramalho Junior, apesar das dificuldades políticas de seu mandato, não titubeou em influir no preparo e financiamento de um corpo expedicionário destinado não só a ir em auxílio dos brasileiros que mantinham a soberania do país no Acre, como também agitar o caso, criar uma atmosfera de emoção nacional, chamando a atenção dos Poderes da República para o desastre que seria a perda desse território. (TOCANTINS, 1973)

Desta feita, a Junta Revolucionária resolve proclamar, mais uma vez em nome do povo e do seu amor cívico, o território como um estado independente, a República Independente do Acre, nomeando como seu Presidente Luiz Galvez e membros de seu ministério todos “*ricos proprietários de seringais ou comerciantes do produto*” (TOCANTINS, 1973, p. 240) enquanto os distritos militares, seus comandos, foram confiados a “*peçasas prestigiosas, na qualidade de proprietários ou gerentes de seringais, ou ainda comerciantes.*” (Idem, p. 247), a quem eram outorgadas patentes militares.

Outros motivos dados como importantes - que a Junta Revolucionária usou para justificar esta segunda insurreição - estavam fundados na lógica colonial, inaugurada no século XVI, da sequência estratégica que vai da descoberta, ocupação e exploração. Está escrito na proclamação da Junta: “*Tal era o nosso fim. Infelizmente e contra tudo que nos fora dado prever, estes magnificentes territórios que descobrimos, ocupamos e*

*exploramos...*” (apud TOCANTIS, 1973, p. 240). Os “revolucionários” defendiam, em seus favores, uma espécie de direito natural: “*Ora, a verdade é afinal quem tem irrefragável direito de posse a estes terrenos, somos nós que os descobrimos e os povoamos*”. (Idem)

O que importava para os proprietários naquele instante, segundo Calixto, era que os atos daquela república independente não obstassem “*o fluir da riqueza advinda da exploração da força de trabalho nos seringais*” (CALIXTO, 2003, p. 158) sempre de modo a resguardar “*os interesses dos proprietários dos seringais*.” (Idem, p. 159) O que eles, “*...os proprietários mais abastados e esclarecidos sabiam [era] que, sem Ordem (...) mais difícil se tornaria a acumulação e circulação de capital.*” (Ibidem, p. 158) E tal ordem tanto insistentemente buscada naquele território “de ninguém” havia que ser por eles inventada e controlada.

A exemplo da primeira, esta insurreição não durou muito tempo. Para Calixto, a República Independente do Acre não conseguiu “*resistir às articulações entre o Capital – sobretudo o representado pelas grandes Casas Aviadoras – o governo estadual do Amazonas e o próprio Governo Federal...*” (CALIXTO, 2003, p. 169)

O que importa para o que nos dispomos a analisar no presente trabalho é apontar este dado extremamente relevante para a história desta região, o que vale dizer, pela segunda vez, a insurreição da Junta Revolucionária que criara um Estado Independente, em nada alterou, nem tinha interesse, quanto a estrutura colonial de dominação e exploração dos seringueiros

extratores da leite da seringa como também dos povos indígenas que ali viviam e as mulheres de maneira geral. Todos, como se pode extrair dos relatos, simplesmente não existem senão, no caso dos seringueiros, como mão-de-obra e frente de batalha e, nas decisões políticas sob a alcunha de povo, para legitimar, em seus nomes, as decisões tomadas pelos homens patrões comumente em seus desfavor.

A história de insurreições de proprietários e patrões coloniais não acaba aí.

### **3.2.1.2.3 A expedição dos poetas?**

Antes da entrada em cena daquela considerada a mais importante das insurreições, “a Grande Revolução”, no dizer de Tocantins (p. 447) – a comandada por Plácido de Castro – vale fazer uma breve referência à chamada *Expedição dos Poetas* ou *Expedição Floriano Peixoto*, movimento de intelectuais, jornalistas e poetas em defesa “patriótica” da soberania brasileira naquela região: “*eram o escol da inteligência moça de Manaus, que empolgava a cidade com artigos patrióticos...*” (TOCANTINS, 1973, p. 365)

Movimento esse também patrocinado pelo governo amazonense e apoiado por seringalistas e casas aviadoras de Manaus e Belém (TOCANTINS, 1973, p. 366 e 368), referência essa que se faz apenas para deixar ainda mais claro o fato de que a vontade e a ação dos proprietários não sofreram, em nenhum momento, solução de continuidade – é que tais insurreições, desde a primeira até a última

daquele período, insistiam em proteger, de mão-em-mão, os interesses econômicos daqueles que só tinham a ganhar.

Neste evento, vale citar duas informações extremamente simbólicas em relação ao que temos dito sobre o caráter das insurreições registradas em ata da reunião ocorrida, em dois de dezembro de 1900, no salão da Intendência Municipal da cidade de Lábrea – parada da expedição à caminho do Acre – na qual fora aclamado o coronel Rodrigo de Carvalho como “Presidente do Acre, no Governo Revolucionário”.

A primeira informação diz respeito aos participantes da reunião dos “revolucionários, citados nominalmente na Ata com as suas respectivas funções. Além dos membros da expedição, autoridades locais: o juiz de direito, o juiz municipal, o promotor público, o superintendente e o seu substituto, o prefeito, o subprefeito, o secretário da intendência, dois intendentess, o tesoureiro da municipalidade, o comandante do destacamento local, o tabelião e o escrivão, bacharéis e advogados e, inclusive, o maestro. (Apud TOCANTINS, 1973, p. 371).

Nenhum seringueiro, que dirá indígena (mesmo que locais) são citados como participantes da reunião. E assim, arremata o historiador Leandro Tocantins: *“Sancionaram a ata trinta e seis assinaturas. Triunfo completo: os três poderes do Estado e o poder espiritual da igreja referendaram, perante Deus e os homens, o acontecimento histórico.”* (TOCANTINS, 1973, p. 371) Mais uma vez, tratava-se de uma “revolução” de caráter institucional em defesa sempre de interesses privados.

A segunda informação oferece, de forma expressa, o tom das finalidades e a quem interessava o movimento insurreto (proprietários ricos da região), como se poder ver do seguinte registro da ata em questão:

Recebida entre aplausos e aclamações, que significam verdadeiramente o reconhecimento dos expedicionários ao velho lutador do Acre [Rodrigo de Carvalho] que nunca recuou na defesa de um direito territorial, garantido pelo trabalho e constância dos nossos irmãos que, em longo tempo, constituíram ali, as suas propriedades e as suas riquezas... (apud TOCANTINS, 1973, p. 371)

A propósito, o então governador do Amazonas Silvério Nery, em mensagem dirigida ao legislativo amazonense, em 15 de janeiro de 1901, assim se expressou em defesa dos insurretos e de sua causa maior: a propriedade:

Por mais ilegal que pareça, este proceder dos insurretos traduz um belo movimento de patriotismo e os sentimentos apurados do direito de propriedade que, no dizer de Von Ihering, é um prolongamento da personalidade mesma, parte integrante do indivíduo, porque é a sua condição de existência social. (TOCANTINS, 1973, p. 451).

Descendo mais um pouco, importa também o registro das intenções mais pessoais e mesquinhas dos chamados poetas revolucionários, conforme o testemunho de dois de seus participantes, Joaquim Domingos Carneiro e Joaquim Vitor, segundo os quais a expedição dos poetas “*outra coisa não era senão uma grande ladroeira bem planejada...*” e também de seu aclamado presidente: “[Rodrigo de] *Carvalho considerava a elite dos expedicionários atraída unicamente pelas vantagens da pecúnia, pela ideia de enriquecer o mais depressa possível.*” (TOCANTINS, 1973, p. 457/458).

### 3.2.1.2.4 A terceira insurreição - A revolução acreana

Também nos relatos dos eventos históricos relacionados à chamada Revolução Acreana, persiste a versão de que tudo ali, a exemplo do que aconteceu nas insurreições anteriores, fora realizado pelo conjunto do povo brasileiro, especialmente aquela parcela que ali vivia e em seu favor. Justificável seria tão propalada revolução, sob o ponto de vista da libertação da condição seringueira e indígena, visto que, de fato, como afirma o historiador Valdir de Oliveira Calixto *“Até a ocupação, de jure, por parte da Bolívia, as únicas leis vigentes no Aquiri eram aquelas que, emanadas dos barracões, se faziam cumprir através de coerção, - física, econômica e ideológica – ou pela imposição da ‘Manulicher’”* (CALIXTO, 2003, p. 140). O fato é que a ordem colonial se mantinha ali intacta.

O então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olinto de Magalhães, tinha isso, ao seu modo, de maneira bem clara, conforme se pode ver do relatório da pasta produzido em 1899, cuja passagem a tal exato respeito se transcreve abaixo:

Singular espetáculo nos oferece esse Estado Independente. O seu território é habitado não por bolivianos, por brasileiros que nenhum interesse real têm na sua independência, porque não lhes muda a sorte.

Eles são como antes, simples instrumento na exploração dos seringais, mais sujeitos à fatal consequência da insalubridade do clima que enriquecidos pelo seu trabalho. (Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1899, apud TOCANTINS, 1973, p. 365)



Parece óbvio a respeito de quem o Ministro Olinto estava se referindo. Não exatamente aos grandes proprietários e patrões seringalistas e aviadores e a oligarquia das metrópoles locais - quem tinha, sem dúvida, interesse econômico na questão de Acre. De fato, fosse quem fosse a pátria a deter aquele território, em nada *“muda[ria] a sorte” “[d]aqueles simples instrumentos na exploração dos seringais”* – no caso os seringueiros despossuídos e escravos *“mais sujeitos à fatal consequência da insalubridade do clima que enriquecidos pelo seu trabalho”*.

Parece igualmente indiscutível ainda que se no comando da tal revolução estivessem os “condenados da floresta” - seringueiros e indígenas – outra pauta dirigiria o movimento, neste caso efetivamente revolucionário, que não a pauta da manutenção do *status quo ante* da condição colonial (dos proprietários e patrões colonizadores) a que os eternos condenados continuaram – apesar de tantas “revoluções” em seu nome - a se subjugar. De fato, o papel dos seringueiros estava bem determinado pelos patrões. Carneiro afirma que

Os seringueiros que foram incorporados ao exército de Plácido de Castro certamente não o fizeram voluntariamente. O seringueiro não era dono de si mesmo. Estava sempre endividado e não podia abandonar o patrão sem antes saldar a dívida. O mais provável é que o ingresso dos seringueiros no exército revolucionário se dava quando o seringalista aderiu à revolução e colocava à disposição daquela causa alguns patriotas. Todos os transferidos para as trincheiras tinham a mesma esperança: se libertarem das dívidas após a vitória contra os bolivianos. Escravo da gleba e escravo do seringalista tuchaua, o nordestino tinha duas saídas: fugir do “centro” ou fugir do Acre (CARNEIRO, 2008, p. 87)

É que, o que se buscou ali instalar, pela tal revolução, a exemplo das demais experiências ditas revolucionárias, não objetivava, a exemplo das anteriores, favorecer e alterar as condições sob as quais viviam e trabalhavam os seringueiros e os indígenas. Já no seu início, a manifestação de vontade que apontava para a alteração do *status quo* pré-revolução vinha justamente dos proprietários dos seringais, das casas aviadoras e os políticos aliados, os patrões escravagistas que se autoproclamavam representante do povo brasileiro. Depois, o governo amazonense aliado aos patrões seringalistas locais investe no jornalista e ex-diplomata espanhol Luiz Galvez de Ária para, em nome dos “*altivos e nobres cidadãos, sempre respeitadores das leis e das autoridades constituídas*” (CALIXTO, 2003, p. 153) declarasse a independência do Acre, desta feita não só em relação à Bolívia, mas também em relação ao Brasil.

Ainda na saga histórica rumo à alegada libertação do povo acreano, sucede outro líder – o gaúcho José Plácido de Castro – nomeado, no início de 1900, também pela então permanente Junta Revolucionária sempre “*composta de vários cidadãos acreanos de reais merecimentos, isto é, grandes proprietários de seringais (...) [que na ocasião eram] apoiados pela oligarquia [amazonense] dos Nery, representada, na área conflitante por Rodrigo de Carvalho*” (ibidem, p. 199) Para Calixto, via-se ali “*o consciente comprometimento de José Plácido de Castro com aquele movimento de contestação encampado pelos proprietários mais abastados do Aquiri*” (CALIXTO, 2003, p. 176)

É de se destacar o conteúdo de um ofício que a Junta Revolucionária, através de um de seus membros – o Coronel Rodrigo de Carvalho - enviara a um abastado comerciante da cidade de Xapuri no intuito de obter deste recursos financeiros para a empreitada dita revolucionária. Em tal documento, a Junta assegura ao comerciante que

...finda a guerra ele [o comandante em chefe Plácido de Castro] nos chamará a formamos Governo, elegendo ou aclamando um Governador, que seja pessoa residente no Acre, revolucionário e proprietário no mesmo. O aclamado escolherá quatro secretários para as pastas de Guerra, Indústria, Justiça e Fazenda... (RIBEIRO, 2008, p. 108)

Vê-se que a cúpula da revolução já havia decidido, antes da vitória, os três requisitos essenciais para a ocupação do cargo de Governador, o que valeria certamente para os de secretários: o de residência no Acre, o de ser revolucionário (provavelmente a cúpula de alta patente) e o da condição de ser nele proprietário.

Pelos relatos diretos de quem do evento histórico participou e de seus historiadores, é fato que todos os movimentos ditos revolucionários eram constituídos de três tipos claros: i) o daqueles que investiam - isto é, tinham interesse econômico direto - nas pessoas dos grandes proprietários seringalistas, dos comerciantes e aviadores, assim como as oligarquias especialmente da metrópole manauara que tinha como representantes os então governadores Ramalho e Nery; ii) os comandantes locais, muitos dos quais se confundiam com os proprietários seringalistas ou tinha interesse em auferir ao final da revolução vitoriosa dividendos econômicos – propriedades no caso, e iii) na ponta, conduzidos para a

frente das batalhas e comandados, os seringueiros, que, na condição de subordinados dos patrões seringalistas, eram empurrados para as trincheiras sem perder o status subalterno, haja vista que seus patrões integravam invariavelmente postos de comandos na revolução. Nesse sentido:

Os revolucionários achavam que sob as leis brasileiras, suas propriedades estariam seguras. A revolução foi, então, estritamente reacionária. O objetivo dela foi conservar a ordem contra quaisquer mudanças vindas de um governo boliviano na região. O emprego do signo revolução não revela o caráter revolucionário do movimento, e sim um diálogo interdiscursivo que os letrados mantinham com o discurso liberal europeu. Qualquer movimento social de contestação naquela região passou a ser indiscriminadamente chamado de revolução. (CARNEIRO, 2008, p. 86)

O historiador Marcos Montysuma chama atenção para o fato de que a participação dos seringalistas e comerciantes nos eventos ditos revolucionários nada mais era do que investimentos, verdadeiros *“empréstimos e vendas a crédito, porque passado os confrontos, logo se puseram a recuperar suas despesas.”* Segundo o historiador, as cobranças *“ocorrem até 1904 e representam a estabilidade econômica da empresa prejudicada por um período de baixa produção, provocada pela suspensão dos trabalhos de extração do látex, durante a ‘Revolução’”*. O fato é que os proprietários não queriam perder de nenhuma maneira. Nesse sentido, para eles, em suas ganas de acúmulo, *“Não bastava reconquistar o território [e suas propriedades], era preciso recuperar a empresa das baixas sofridas”* (MONTYSUMA, 1989, p. 102)

Por isto, como conclui o historiador Eduardo Carneiro, também por outras razões:

Não houve nada de revolucionário na “Revolução Acriana”, ao contrário, os objetivos dela foram conservadores. Lutaram para manter a sociedade econômica acriana como estava, pois essa (des) ordem era a garantia dos ganhos da elite gomífera local e do governo amazonense. Os seringalistas não liberaram parte dos seus semiescravos para as trincheiras por amor ao Brasil. Não! Eles assim fizeram para salvaguardarem as suas propriedades e as suas rendas, pois o que estava em jogo não era a nacionalidade deles e sim a dos seus seringais, a das suas borrachas e a dos seus impostos. Portanto, a defesa de um “Acre brasileiro” não foi um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar objetivos reacionários, qual seja, o da conservação do *status quo*. (CARNEIRO, 2015, p. 61/62)

Indubitável o interesse específico da Junta Revolucionária. Tanto que o primeiro decreto do Estado Independente do Acre, da lavra de seu governador Plácido de Castro, “*adoptava a língua portuguesa como a oficial do estado e reconhecia as propriedades e posses de terras ocupadas*” (CASTRO, 2005, p. 73)

Montysuma, afim de dar uma melhor dimensão do tipo de caráter “revolucionário” do comandante, expõe que foi nessa condição de autoridade mais importante da região que

José Plácido de Castro, seringalista ocupando o cargo de Governador do Estado, logo tratou de expedir registros de propriedade que lhe foram encaminhados. Esse ato foi sem sombra de dúvida, a maior expressão desse governo que representava a ascensão da oligarquia da borracha ao poder local, e não poderia ser diferente.

Partindo desse prisma, fácil entender que há uma mudança de prioridade no governo. Se a Bolívia tinha como prioridade, solidificar seu governo no Acre, com Plácido a prioridade é expedir registro para assegurar as terras, nas mãos daqueles que o colocaram no governo. (MONTYSUMA, 1989, p. 82)

Ainda, segundo Montysuma, “*registrar terras ocupadas com seringal em produção foi o grande objetivo perseguido pelos seringalistas em todos os instantes junto as administrações que por ali passaram, porque o instrumento jurídico impunha respeito e estabilidade à empresa*” (idem, p. 102)

Podemos observar em Leandro Tocantins, aqui e ali, passagens da história em que fica patente os papéis exercidos nos chamados movimentos revolucionários. Além das já citadas alhures, vejamos as que fazem também referência aos proprietários seringalistas e aos seringueiros:

Urgia a reunião de todos os proprietários nacionais no Acre para o objetivo comum de forçar à Bolívia a sair definitivamente daquelas circunscrição. (p. 454)  
Os revolucionários das jornadas precedentes estavam dispersos. Uns em Belém e Manaus, tratando de negócios, outros nos seringais, cuidando da safra da borracha... (p. 455)

No mês de fevereiro de 1902, o agente fiscal de Caquetá [Rodrigo de Carvalho] resolveu ir à Manaus entender-se com o Governador Silvério Néry. Desejava esclarecê-lo, viva voz, sobre a disposição dos principais proprietários do rio em tentar outro movimento libertador. (p. 464)

Estava-se em junho, e dentro em pouco algumas pessoas de crédito no rio deveriam reunir-se para tomar as primeiras medidas tendentes à deflagração do movimento. E Plácido de Castro vinha juntar-se a elas. (p. 472)

[Plácido de Castro] procurava sondar o ânimo das pessoas mais influentes do rio na hipótese de lhes ser pedido apoio revolucionário... (p. 475)

Pelo menos em Xapuri, nas entrevistas com os brasileiros de projeção social na vila... (p. 475)

No percurso, ia incitando os proprietários de barracões a unirem-se na luta pela libertação do Acre... (p. 476)

Outros comerciantes e proprietários no rio vieram juntar-se ao grupo [que depois formou a Junta Revolucionária] ... (p. 476)

...pois a organização de seu [de Plácido de Castro] exército dependia essencialmente da boa vontade dos proprietários dos seringais. (p. 489)

O Insucesso podia causar a debandada dos proprietários de seringais, que sustentavam a revolução com recursos materiais e humanos. (p. 496)

Escassear a borracha feria os interesses dos patrões que, afinal, sustentavam a revolução com homens e recursos materiais, e, também, os das casas aviadoras de Manaus e Belém, privadas de receber o produto de suas transações comerciais. (p. 503)

...os coronéis proprietários dos latifúndios da borracha – quase todos envolvidos no movimento revolucionário. (p. 68”)

Todo o seu pessoal [os soldados de Plácido] ‘era de recrutas roubados aos serviços da seringa, um só não entendia de coisas militares, muito menos de guerra. (p. 489)

...saiba que não há tuxauas desde que um dono de barracão me entregue o pessoal, este é militarizado... (p. 492)

Essa dimensão de interesse privado da tal revolução pode ser melhor explicitada quando se volta para entender melhor o seu comando, especialmente para os reais interesses de seu considerado maior herói, justamente aquele mais festejado pela historiografia oficial do presente. Segundo o biógrafo de Plácido, Claudio de Araújo Lima (LIMA, 1993), o ex-chefe da revolução e agora “*Senhor do Capatará*”, tornara-se um seringalista que “*enriquece com espantosa rapidez*” (p. 257) agora

“*senhor dos imensos latifúndios, que vão de uma margem do Acre às ribanceiras bolivianas do rio Abunã*” (p. 264), cuja personalidade passa a ser, desta feita, dominada e marcada pelo “*gênio mercantil*” (p. 256):

Porque, hoje, é a fortuna que o preocupa. Só a ânsia de enriquecer enche o horizonte do seu futuro imediato. Dia a dia mais apaixonadamente, à medida que seus domínios se alargam em fabulosos latifúndios circunvizinhos, que incorporando à propriedade inicial. Abrindo novas ‘estradas’ de seringa. Atraindo novos ‘fregueses’. Furando vias de comunicação. Alastrando o seu domínio pessoal. (p. 248)

Personalidade que, registra Lima, só não se altera “*nas relações de patrão e freguês, o espírito ditatorial do novo senhor. O caudilho continua a impor sua autoridade e seus pontos de vista*”. (P. 247) Autoridade como a de qualquer outro patrão da época – “*que impõe aos seringueiros um regime de trabalho intensivo*” (p. 248) - e pontos de vista em relação ao freguês – o seringueiro – a quem atribui a condição de “*homem sempre inculto*” e oriundo “*das classes inferiores da sociedade, ignorantes e supersticiosos...*” (PLÀCIDO, 2003, p. 40).

Aquela liderança exercida no campo revolucionário passa a ser também praticada no campo privado – quando, por exemplo, preside a “*assembleia dos proprietários*” (encontro realizado no Seringal Bagé, em 1906, com todos os proprietários da região para, em nome do povo acreano, questionar o papel do governo federal no Acre) - e também público – quando é, ainda no ano de 1906, elevado à autoridade mais importante da região com a nomeação, pelo Governo Federal, de Prefeito do Alto Acre. (LIMA, p. 262 e 266)



Ao final, a história oficial acreana e também nacional possibilitou que fosse elevado à condição de *Herói da Pátria e Libertador do Acre*, José Plácido de Castro, o ex militar e agrimensor que se tornaria, após a chamada Revolução Acreana, um dos maiores comerciantes e proprietários de seringais nos territórios acreano e boliviano a assim padrão de seringueiros.

Para reafirmar a verdadeira intenção da chamada revolução, Carneiro questiona:

Finda a Questão do Acre, bem que os ‘chefes da revolução’ podiam ter denunciado o sistema de aviamento como engrenagem imperialista anglo-yanque que sugava o ouro-negro da Amazônia. Afinal, o capital internacional foi quem abriu as “veias” acreanas. Também podiam ter combatido a situação miserável em que viviam e trabalhavam os seringueiros, ou, quem sabe, podiam ter iniciado uma campanha em prol da extração racional do látex. No entanto, os “heróis” preferiram lutar entre si em busca de poder. Optaram em pugnar contra a Pátria, por ela insistir em cobrar impostos e nomear outros brasileiros, que não eles, para ocuparem os cargos públicos do recém criado Território do Acre. Para o seringueiro, nada mudou, a “revolução” faltou-lhe ao encontro, ele continuou “expatriado” e, o que é pior, “trabalhando para se escravizar (CUNHA, 2000, p. 152). (CARNEIRO, 2014)

### **3.2.1.3 Os chamados ciclos da exploração dos humanos na floresta – o terceiro momento histórico**

Após a dita revolução, sem mudanças significativas a seu favor, mormente quanto à condição semiescrava em que viviam na floresta, a sobrevivência dos seringueiros e indígenas segue conduzida pela

manutenção de sua racialização justificada pelo domínio e exploração de suas mãos-de-obra na extração da seringa.

O capital estrangeiro chega junto com a procura pelos mercados mundiais da matéria-prima borracha, na Amazônia do final do século dezanove virada do vinte, o que o torna a base da economia na região, seja como provedor de créditos para as exportações e importações, seja como capital de giro para as casas aviadoras, seja como fundos de empréstimos aos governos locais, seja como instituidor de infraestrutura para o transporte fluvial do produto, caso da construção dos portos de Belém e Manaus (MARTINELLO, 1988, p. 31). Com isso, foi criado todo um sistema de comércio em volta deste produto que colocava os exportadores na sua cúpula (normalmente representados por firmas inglesas, americanas, belgas e francesas), seguidos dos importadores, dos aviadores, dos produtores seringalistas e, por último, dos extratores, os seringueiros. (Idem, p. 33)

Não há dúvida de que o Brasil, desde a colônia, já cumpria a função periférica na divisão internacional do trabalho, próprio do *sistema mundo moderno colonial*, na sua face econômica. Por esta,

...uma parte dele [do mundo] altamente capitalizada, concentrando grande parcela de sua atividade industrial e da produção de equipamento e máquinas, monopolizando a infraestrutura dos meios de transporte, do comércio internacional e se constituindo na grande importadora de matérias-primas; e uma outra parte, produtora de matérias-primas minerais e agrícolas, constituindo-se no mercado importador dos manufaturados e dos bens

de consumo das regiões industrializadas.  
(MARTINELLO, 1988, p. 24)

A formação do mercado internacional da borracha na Amazônia é parte desse sistema que continua a limitar o Brasil ao seu papel histórico de colônia, isto é, de periferia produtora de matéria-prima e importadora de manufaturado dos centros financeiros e industriais do capitalismo mundial. Assim, *“foi o capital monopolista internacional que, como já se assinalou, comandou todo o processo de formação e expansão da economia gomífera na Amazônia, bem como a utilização do trabalho compulsório nos seringais”* (idem, p. 44)

E é exata e fundamentalmente por isto que tal sistema continua a servir-se da mão-de-obra, mais que barata, semiescrava (como afirma Martinello, *“o verdadeiro braço de sustentação de todo empreendimento da borracha”*, Ibidem, p. 38), que vai suportar, como sempre, a parte mais importante do processo da produção de riquezas que é concebido e tratado pelo mesmo sistema como se fosse a ponta sem valor de toda a sua cadeia de produção de lucro, mão-de-obra esta formada pelos mesmos de sempre miseráveis racializados que, no território amazônico, estamos a denominar de “condenados da floresta”.

Os economistas e historiadores chamam de primeiro ciclo da economia da borracha o período inicial da exploração do látex na Amazônia – que, de algum modo, veio substituir a primeira e consistente atividade econômica da conhecida como ciclo das “drogas do sertão”. Com o ciclo da borracha, o látex -produto natural extraído da floresta - passa a ser a matéria prima fundamental para a crescente indústria pneumática e seus

derivados, ciclo este que provocou, por sua vez, o primeiro ciclo migratório de nordestinos – a mão-de-obra da borracha - para a Amazônia, contribuindo de forma decisiva, ambos os ciclos, especialmente em nome de interesses econômicos, para, em primeiro lugar, engendrar ações colonizadoras violentas contra as populações indígenas amazônicas e expansão/domínio territorial do Brasil de terras estrangeiras (Bolívia e Peru) pela qual a chamada *Questão do Acre* é exemplo mais eloquente.

Sobre os movimentos de brasileiros e também das instituições da república em torno dos interesses econômicos na região do Acre ao longo do primeiro ciclo econômico da borracha– especificamente quanto às consequências para os “condenados da floresta” - já tivemos aqui oportunidade de analisar neste capítulo.

O que nos cabe na sequência é analisar o período conhecido como o segundo ciclo da borracha - que sucedeu o primeiro em razão da crise deste com o declínio das exportações brasileiras do produto – análise esta a ser feita ainda sob o ponto de vista dos interesses que o moveu e suas consequências para os “condenados” em questão.

### **3.2.1.3.1 Os soldados da borracha ou “a volta dos que não foram”**

Sem poder concorrer com a produção de borracha das colônias inglesas da Ásia- e sobretudo com os preços dessa produção - em que, diferentemente da região amazônica, as seringueiras eram cultivadas - o

Brasil perde, a partir de 1912, a supremacia do comércio mundial do látex causando uma quebraadeira geral nas casas aviadoras e seringais.

As consequências mais devastadoras dessa crise vitimaram aquela massa de seringueiros que agora migrava no sentido inverso, dos seringais aos grandes centros da região, a procura de empregos. No entanto “*estes centros só puderam oferecer miséria, desemprego ou subemprego a toda esta população desesperada que chegava a estas cidades em levadas de retirante.*” (MARTINELO, 1988, p. 57). Outros também “*Sem meios para regressar [aos seus estados de origem] e, na ignorância do que se passava na economia mundial do produto, lá [nos seringais] foram ficando*”. (FURTADO, 1974, apud LINS NETO et ali, 2013, p. 55) Resultando, segundo Celso Furtado, “*em um enorme desgaste humano*”. (Idem). Assim, “*a economia amazônica mergulharia num período de 30 anos de colapso e estagnação* (LINS NETO et ali, 2013, p. 54)

Em 1942, quando os Estados Unidos iniciam a sua participação na Segunda Guerra Mundial, o Brasil, através dos “Acordos de Washington” passa a cooperar com as forças aliadas especialmente produzindo matérias primas estratégicas, caso da borracha (LINS NETO et ali, 2013, p. 56), isto porque, o sudeste asiático, dominado então pelos japoneses, havia deixado de fornecer a sua borracha aos países não aliados. (KUPFER, 2010, p. 199). Com isso, a borracha da Amazônia iria, com o movimento bélico, voltar aos mercados internacionais e os nordestinos que então sofriam, nos anos de 1941 e 1942, uma das piores secas de sua região, iriam como flagelados ensejar “*uma farta mão-de-obra para os seringais da Amazônia*”. (MARTINELLO, 1988, p. 210)

Pedro Martinello retrata a motivação e o perfil dessa massa que foi a primeira migração de soldados da borracha:

Este primeiro movimento migratório da batalha da borracha retratava as grandes levas de flagelados nordestinos e, tangidos pela seca, demandavam, à maneira tradicional, a Amazônia e os Altos Rios. Constituíam-se, na sua grande maioria, de cearenses, homens do sertão, do agreste e das caatingas que, escoraçados pela estiagem e já no limite de suas forças e da própria sobrevivência, deslocava-se com a família para a capital, Fortaleza, no intuito de emigrar. Tratava-se, portanto, de uma imigração familiar. Os homens chegavam acompanhados de suas esposas e filhos e, embora tivessem maiores dificuldades para se integrarem na Amazônia, eram os que tinham menos chances de retornar.

Seu principal movente para migrar, portanto, não era o sabor da aventura, nem as miragens de um novo El Dourado e nem as promessas de um enriquecimento fácil. Emigravam por questão de sobrevivência e porque a seca já não lhes havia deixado nenhuma outra alternativa. (MARTINELLO, 1988, p. 210)

Houve ainda uma segunda migração, desta feita em 1943 e provinda de diversas regiões do País, *“inclusive dos centros urbanos, era formada na sua maior parte de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida.”* (Idem, p. 226)

O Boletim da Associação Comercial do Amazonas publica em 1949 a seguinte informação sobre esse segundo ciclo migratório dos soldados da borracha:

O que a Amazônia, naquela oportunidade viu constituindo a maioria de soldados da borracha que aqui chegaram não foi a fina flor dos sertões, nada disso, e sim a lama do asfalto, o rebotalho das grandes cidades, egressos de presídios, inclusive, e que, aqui chegados, roubando e matando, saqueando

e ferindo, usando de todos os processos de violência, iniciaram uma etapa de terror e crime gravando seriamente os hábitos pacatos da população. O que a Amazônia viu, salvo pequenas e honrosas exceções, foi o malandro dos morros cariocas, foi o sangrador das caatingas, o foi o assassino que cumprira pena em Fernando de Noronha ou na Ilha das Flores, enfim, o lodo das ruas, a escória social brasileira. (Apud MARTINELLO, 1988, P. 226/227)

Há, porém, uma diferença importante, entre outras, em relação ao primeiro ciclo da borracha, no que diz respeito aos métodos de arregimentação da mão-de-obra e seus processos de produção. Desta vez, o recrutamento dos nordestinos, suas locomoções, a produção, comercialização e industrialização da borracha passariam a ser controlados pelo governo federal e também pelo governo norte americano que financiava grande parte das ações governamentais para tais finalidades.

O que não diferia do passado era que, de um lado, os miseráveis nordestinos – a “fina flor do sertão” - e os ditos párias urbanos – “*a escória social brasileira*” - estavam sendo levados de novo a lutar e morrer por pátrias alheias em uma guerra que não era sua, e, de outro, que as condições de trabalho – aquele regime semi-escravocrata - continuaria a ser o mesmo malgrado o contrato padrão de trabalho estipulado pelo governo. Vejamos estas duas questões.

Segundo Martinello, os nordestinos eram aliciados para se engajar no exército da borracha como alternativa – única saída – à convocação para a Força Expedicionária Brasileira que estava em batalha no front da Itália (idem, p. 235) E assim, de fato e de direito, os nordestinos eram, por

decreto transformados soldados, como se pode ver do art. 1º, do Decreto Presidencial número 5.225, de 14/02/1943, que abaixo se transcreve:

O Presidente da República, usando da sua atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que a produção da borracha é essencial ao esforço de guerra e a defesa militar do país decreta:

Art 1º – os trabalhadores nacionais encaminhados ao Vale amazônico para extração e exploração da borracha, devidamente contratado nessas atividades, são considerados de incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou em quanto se dedicarem àquela atividade. (Apud SILVA, 2005, p. 44)

A imprensa também participava das estratégias de convencimento à adesão dos brasileiros miseráveis à batalha da borracha, o que se pode ver a exemplo do que o Jornal O Acre publicara em maio de 1943. Observe que a retórica de convencimento – e suas razões sobretudo cívicas e patrióticas - é similar àquela empregada no tempo das investidas bélicas dos movimentos da Junta Revolucionária no Acre:

(...) O instante que atravessa a Pátria não deixa a nenhum filho do Brasil o direito de esquivar-se do cumprimento do dever. O esforço de guerra que empreendemos para derrotar os soldados tiranos, e as batalhas que travamos nos campos, nas fábricas, mares, céus, escolas, lares, templos de fé e etc estão a exigir de todos nós soldados da liberdade uma contribuição maior e melhor para a vitória do Brasil e dos aliados. Todas as nossas atenções e preocupações devem estar voltadas neste momento grave de nacionalidade para a voz de comando do chefe nacional Getúlio Vargas obedecendo com energia e boa vontade, afim de que mais tarde, vitoriosos olhemos com orgulho o passado de cabeça erguida, entreguemos a nossos filhos e legado de



nossos maiores: A Pátria estremeçada, com sua história acrescida do nosso exercício e do amor ao Brasil. (Jornal, O ACRE. Rio Branco: nº 47, 01/05/1943, Apud SILVA, 2005, p. 45)

O mesmo jornal acreano publicaria, vinte dias depois, a mensagem do então presidente Getúlio Vargas, cujos princípios se fundariam naqueles ideais revolucionários de civismo e patriotismo manipulados retoricamente também na chamada revolução acreana:

Seringueiros! Dediquei todas as energias à batalha de borracha, precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna. Pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidas sem repouso, (...) nas guerras modernas não fazem parte somente soldados que estão no campo de batalha, mas, toda a nação: homens mulheres, velhos e crianças. A vós desbravadores da Amazônia, sois mais importantes soldados, Unidos veremos sibilar a bandeira do Brasil. (Jornal, O ACRE. Rio Branco: 20/05/1943, Apud SILVA, 2005, p. 46)

É claro que a apelação aos sentimentos cívicos e patrióticos – para o recrutamento de nordestinos para guerras alheias - tanto no primeiro quanto no segundo ciclos da borracha- funcionava como estratégia de propaganda que por si só não teria resposta positiva não fosse a condição miserável e, por isso, o estado de necessidade em que se encontrava a massa condenada, verdadeiro “exército industrial de reserva” a mercê de toda “sorte” de exploração.

No que diz respeito ao regime de trabalho, de fato, o governo brasileiro levado pelo norte-americano – ambos supostamente não dispostos a reproduzir o sistema de aviação então vigente, pelo qual colocava o

seringueiro em condições diametricamente inferior semelhantes às dispensadas a um escravo - estipulou outras condições contratuais que iriam reger a relação seringalista/seringueiro. Para tanto, emitiu um contrato-padrão de trabalho em que, no papel, diminuía, mas não extinguiu no todo, aquelas condições até então impostas pelos seringalistas.

Todavia, como atesta o historiador Pedro Martinello, após fazer profunda análise de documentos da época, nada mudara efetivamente na relação. Primeiro, porque, *“muitos dos resquícios do autoritarismo primitivo permaneceram ainda neste contrato”*. É que, aponta o historiador, o seringueiro continuava *“tolhido na sua liberdade e autonomia”*, na medida em que estava proibido de vender a borracha *“a não ser para o seringalista-padrão”* e os preços eram estipulados pelo governo brasileiro juntamente com o americano – o comprador - aquele mais interessado em que os preços fossem baixos. Segundo, porque a vontade dos seringalistas se sobrepunha àquelas cláusulas contratuais que lhes era desfavoráveis, e a falta de qualquer fiscalização do governo federal contribuía ainda mais para a sua inaplicação na prática da vida de exploração nos seringais durante a segunda guerra mundial (MARTNELLO, 1988, p 256). E conclui o historiador: *“embora o momento histórico já não se apresentasse tão permissivo para a repetição da tragédia humana que ocorrera nos seringais no início do século, os seringueiros continuavam escravos deste sistema de exploração”* (idem, p. 267)

Martinello, fazendo um balanço, de quem ganha e quem perde, diante da falência do que ele vai chamar de *“a mais séria tentativa de desestabilizar*

*o sistema creditício e o comércio aviador que secularmente operava na Amazônia”, vai apontar “como o grande perdedor de sempre, sobrava a figura patética do pobre seringueiro-extrator, que em pouco tempo viu triplicarem de preço os gêneros que lhes eram fornecidos, fazendo com que a exploração nos seringais fosse maior e mais brutal que antes dos acordos” (MARTINELLO, 1988, p. 282/283)*

Após o final da segunda guerra mundial, os seringueiros, então soldados da borracha, voltariam a ser, na expressão de José Guiomard dos Santos, uma “*verdadeira coluna de fracassados*”, como se pode ver do relatório produzido pelo político acreano, como governador nomeado do território federal do Acre, em 1946. Observe-se que antes de sua conclusão, o político descreve as condições em que se dera a imigração de nordestino para o Acre, para ele, “*desprovida de senso humano*”.

É que a imigração foi mais desprovida de senso humano que se possa imaginar. Sem prévia ambientação do indivíduo ao meio em que vinha a viver, sem imunização perfeita contra os males e endemias comuns e previstas no percurso da jornada a empreender; atirados em horrível promiscuidade a bordo das gaiolas; subnutridos; sem higiene; sem defesa orgânica e material; esses patriotas marcharam para o front, acenados por uma bandeira de delícias, de riquezas fáceis que jamais alcançariam. Agora, os chamados ‘soldados da borracha’ constituem uma verdadeira coluna de fracassados, mas que ainda demanda tempo e recursos. (SANTOS, José Guiomard. Território Federal do Acre, Relatório de Administração, 1946, apud KLEIN, 2002, p. 22)

O político, um dos coronéis da política da época, que será considerado anos depois pelo Governo da Floresta, como um dos heróis da continuada

Revolução Acreana (no capítulo dos Autonomista) muito embora considere inumana a migração realizada pelo governo federal, neste segundo ciclo da borracha, aponta a responsabilidade aos seringueiros soldados da borracha pelos seus , destes, insucessos na busca “*de riquezas fáceis que jamais alcançariam*”, reduzindo os mesmos na história como uma “*verdadeira coluna de fracassados*”, o que vale dizer responsáveis pela sua própria miséria - o político deve ter suas razões históricas: talvez pela ganância, talvez pela “incivilização” que lhe é inerente, talvez por não terem sido tão patrióticos e cívicos.

#### **3.2.1.4 No contexto do Acre território federal e dos autonomistas – Quarto momento**

Finda as investidas bélicas, os arranjos diplomáticos formalizam, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, o que insistia em ser fato. Aquela parte territorial da Bolívia passa a integrar a nação brasileira na forma de Território Federal do Acre. Decisão esta que não agradou a oligarquia dos proprietários, seringalistas e comerciantes (os “revolucionários”), que, embora mantivessem o poder econômico na região, não o teriam sob o ponto de vista político-burocrático, já que a administração do Território seria realizada diretamente pela União Federal. Iniciam assim os processos de nomeação de governadores territoriais e magistrados e a manutenção sob seu controle os serviços de impostos frutos do comércio da borracha.

Com a transformação do Acre em território federal, tem início um debate em torno da ideia de autonomia da região com a sua elevação à Estado da

Federação. Eram as oligarquias lutando ainda pelo controle local, desta feita no plano da burocracia administrativa. Segundo Carneiro, a ideia de autonomia

...era uma proposta exclusivamente urbana em um Acre eminentemente rural. O movimento nada tinha a ver com o povo, essa era uma causa de parte da elite local, pois sequer a proposta gozava de unanimidade entre os abastados acrianos. Os autonomistas se diziam representantes do povo, no entanto, o povo não havia delegado a eles quaisquer poderes para tal. Blefavam quando se colocavam como porta-vozes do povo e história acabou materializando tais blefes, confirmando a ideia de que a autonomia era causa popular, mais um exemplo e manipulação dos fatos. (CARNEIRO, 2015, p. 49)

Para Carneiro, tal movimento perde força entre o período de 1920 e 1930 em razão da grande crise que se abateu sobre a economia da seringa, quando a arrecadação fiscal perde potência. Com isso, os autonomistas temiam que os repasses financeiros do governo federal diminuíssem (CARNEIRO, 2015, p. 50). Ademais, não valia a pena mais lutar por um território que perdera, com a crise, a sua força econômica. Mas será com o segundo ciclo da borracha, a partir de 1940, que o movimento ressurge com força.

E assim a Segunda Guerra Mundial fez com que a região acreana voltasse, de fato, a produzir seu maior trunfo econômico à época. O que, de acordo com Carneiro, fez reacender “*o ânimo dos autonomistas que aproveitaram o momento para exigir a condição de Estado para o Acre.*” E novamente, em nome – só em nome – da desgraça dos condenados, os autonomistas reclamavam ao Acre a condição de Estado “*como*

*reparação ao dano causado ao Acre pela migração dos soldados da borracha e pela miserável condição pela qual foram deixados ali após o término da grande guerra.” (CARNEIRO, 2015, p. 54)*

Segundo Francisco Bento da Silva, todo o período que vai da constituição do Território Federal do Acre (1904) a até se tornar Estado da Federação (1962) tem como prática originária o autoritarismo que se acentuou “...*de maneira mais evidente no período posterior a 64, com a instituição de sucessivos governos indicados pelos militares” (SILVA, 2012, p. 19)* Para o historiador, a base desse autoritarismo se encontra exatamente nos processos de mando que o governo federal instituiu sob a justificativa de integrar a região à esfera nacional, antes geopoliticamente inexistente para o Brasil. Afirma: “*Esta é a base em que se fundamenta a gênese do autoritarismo político no Acre, emanado a partir de vontades externas e sem ligação mais forte com o lugar em que elas se realizam” (Idem, p. 28).*

Voltando um pouco mais na história, é possível ver que a base do autoritarismo no poder político burocrático acreano foi constituída – no plano da história específica daquele território – muito bem antes. Ela foi fecundada regionalmente ali no regime do seringal – no *seringalismo* - nas relações de mando entre seringalista-patrão e seringueiro, indo cada vez mais se fortalecendo, inclusive muito fortemente no período da chamada Revolução Acreana em que, por exemplo, na derradeira fase, tinha um militar de formação, Plácido de Castro – e suas rotinas disciplinares - sob o seu comando. Foram anos de investimento na subalternidade dos seringueiros já oriundos do contexto do coronelismo

do sertão nordestino. Mas sua origem – para além da análise histórica de um dado território em si - pode ser melhor compreendida se formos analisar sob o ângulo da colonialidade instaurada na América Latina desde o século XVI.

Com efeito, o próprio autor nos oferece elemento histórico que vem a corroborar tal acréscimo, na medida em que compara os poderes exercidos no Acre Território, no caso do período de 1904 a 1920, aqueles praticados no Brasil colônia, conforme afirma “*Qualquer chefe do poder executivo parecia ter nas paragens acreanas um poder com o qual ele se achava capaz de tudo. De acordo com um cronista da época, os prefeitos departamentais se assemelhavam aos donatários das capitâneas, pois ‘enfeixavam em suas mãos poderes ditatoriais’*” (SILVA, p. 30) O colonizador original, sem dúvida, semeou o modo operante do domínio e da exploração que vem, em um *continuum*, sendo reproduzido e renovado no tempo histórico.

É possível saber a respeito das condições de vida dos seringueiros após a incorporação formal do território acreano ao Brasil, tornado território federal, a partir da perspectiva dos relatórios dos prefeitos do departamento do Acre, pelo coronel Cunha Matos, José Marques Ribeiro, José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza e Epaminondas Jácome, os quais governaram do período de 1905 a 1910. Embora nenhum deles, em seus relatórios, se apresente portador de características autoritárias e imorais nas suas gestões, é possível observar que alguns atribuem a outros tais práticas, caso, por exemplo das acusações mútuas registradas nos relatórios de Cunha Matos e Plácido de Castro (TJAC, 2003, v. II, p. 41, 101,102 e 103).

De qualquer modo, por estamos a tratar de um autoritarismo que se processa na concretude das relações de um lugar e uma época históricas determinados, seguimos com o historiador para, através dele (e de sua base historiográfica), conhecer o modo como o poder no Acre era exercido no período em que os governadores do Território Federal do Acre eram nomeados pelo executivo federal – de 1921 a 1963. De 1921 a 1930, existia a figura dos governadores. De 1930 a 1937, os governadores passaram a receber a denominação de interventores e, no período de 1937 a 1963, retornam àquela primeira nomenclatura.

O quadro político que se apresenta nesse período histórico pode ser assim sintetizado: *“Não ocorriam eleições livres plenamente idôneas; o sufrágio era limitado; o direito de competir pelos cargos públicos era rarefeito, já que a maioria do corpo burocrático era preenchido por indicações políticas.* (SILVA, 2012, p. 120) Ademais, acrescenta Silva, a imprensa era controlada pelo poder, existindo pouca liberdade de expressão e de associação. O próprio movimento dos autonomista era bastante restritivo e elitista, *“originados e conduzidos por setores reduzidos e estabelecidos de alguma forma nas estruturas de poder...”*. Com isso, segundo o historiador, *“Era uma sociedade cindida em uma ampla base destituída dos instrumentos mais básicos da cidadania e, no vértice, uma espécie de aristocracia que tutelava e conduzia, ao seu modo, o chamado ‘interesse público’, geralmente conjugado com os particulares.”* (SILVA, 2012, p. 120)



Nesse período histórico, o poder político permaneceu entregue às elites não necessariamente locais, visto que os governadores – normalmente militares e profissionais liberais – eram nomeados pelo Governo Federal e, por isso, invariavelmente eram de fora do Estado.

De acordo com o historiador, com o golpe de 1964, o Acre permaneceu até o fim da ditadura militar sob o julgo de um regime nada democrático, desta feita muito mais intenso. “*Se antes havia um autoritarismo mais fluido, com o golpe militar ele se exacerba e mostra-se em sua plenitude*”. (p. 121)

E mais uma vez, como aponta Carneiro, “*a história provou que a elevação do Acre à categoria de Estado não teve repercussão positiva na melhoria de vida dos acrianos como tanto prometera Guiomard dos Santos*.” (CARNEIRO, 2015, p. 66). Mais uma das tantas promessas a não se realizar como tantas outras que virão para sustentar a condição colonial de subordinação dos condenados da floresta.

### **3.2.1.5 O sopro de resistência coletiva dos povos da floresta – O quinto momento**

Este momento chama atenção em razão da breve e significativa experiência de resistência coletiva dos amazônidas acreanos à sua histórica condição colonizada.

Partimos das evidências históricas que colocam os seringueiros e os indígenas – os não proprietários e escravos – como personagens dessa

história quase nunca considerados nas decisões “revolucionárias” a não ser na condição de soldados – ainda dirigidos na cena de combate pelos patrões para lutar (e morrer) por uma causa, a dos proprietários seringalistas, que não era e nunca foi a sua.

Em 1908, anos depois da chamada revolução, o Coronel Gabino Besouro, então Prefeito do Departamento do Acre, iria registrar em relatório de gestão o regime em que eram tratados os seringueiros nos anos precedentes, os anos revolucionários. Segundo seu testemunho “*O regime de arbítrio, entretanto, que fez primitivamente de cada patrão um senhor feudal, criou uma população obediente*” (BESOURO, anos de conflito, II, p. 100)

Enquanto isso, para a propaganda historiográfica da revolução dos proprietários “*cada seringueiro era um soldado e cada soldado sabia amar o Brasil*” (RIBEIRO, p. 121). De fato, os combatentes eram fornecidos pelos coronéis proprietários dos seringais, a exemplo da marcha revolucionária, comandada por Plácido, constituída de 63 seringueiros fornecidos pelo Coronel José Galdino, do Seringal Vitória, os quais não tinham “*...noção algum de serviço militar*” (RIBEIRO, p. 109 e 111)

O que se depreende dos fatos históricos é que o envolvimento dos seringueiros limitados à parte bélica como soldados de frente de batalha, ocorriam, de um lado, em razão do poder de mando que os patrões seringalistas tinham sobre os fregueses, e, de outro, pelo compreensível convencimento da necessidade da revolução, não pelo o que ela defendia

às escuras, sob o ponto de vista econômico, mas fundamentalmente pela ideologia patriótica – “*cada seringueiro sabia amar o Brasil*” - que ela pregava com vigor na intenção de encobrir os reais interesses em jogo. Não se pode descartar uma terceira hipótese, fácil e igualmente crível, de que os “condenados despossuídos” tinham a ilusão/promessa de que ganhariam alguma coisa material – propriedade, por exemplo, ou sairiam, de outro modo, daquela condição escrava - com a vitória das insurreições. Afinal, sempre foi esse intento dos condenados desde as despedidas de suas miseráveis origens. Os registros históricos originais – todos da lavra dos “revolucionários” reproduzidos por uma historiografia simpática à epopeia, não atestam esta hipótese. Não sem razão, que é a razão histórica da colonialidade.

Eles, os revolucionários proprietários, também raramente registram a resistência explícita de seringueiro à participação nos movimentos insurretos, como soldados de frente de trincheira. É possível ver apenas um único caso informado por Plácido de Castro. Muito provavelmente usado para dar ênfase ao caráter militar da tal revolução e da disposição enérgica disciplinadora, por parte do comandante, ante a quebra da subalternidade. Trata-se do que Plácido considerou como ato de insubordinação praticado pelo soldado seringueiro Antônio Francisco da Silva, de 22 anos conhecido como ‘doutor’.

Sabe-se que os seringueiros eram incorporados aos batalhões por ordem de seus patrões – seus senhores feudais, no dizer de Besouro - e não por vontade própria. Nesse sentido, Plácido afirmava que: “*Precisava arrebanhar mais seringueiros e prepará-los para os combates...*”

“Guerra não se faz sem soldados. Por isso ele [Plácido] vai passar os próximos dias em franca atividade, ora num seringal, ora noutra, incorporando homens...” os quais, conforme já demonstramos neste capítulo, eram cedidos pelos patrões seringalistas (TOCANTINS, 1973, p. 492)

Tocantins assim narra o alegado ato de insurgência do seringueiro:

O ambiente estava minado pela propaganda de um moço de 22 anos, conhecido pela alcunha de ‘doutor’, talvez por ser pessoa bem falante, projeção entre os seringueiros, quase todos analfabetos.” Ele “quis persuadir aos grupos que o escutavam, atraídos pela sua palavra fácil, a abandonar a luta. O Acre é boliviano, dizia, usando argumentos do Governo brasileiro e por que insurgir-se contra isso? (TOCANTINS, 1973, p. 492)

Por persistir “na sua faina de desagregação moral da tropa”, justifica o historiador, “o jovem faltoso é levado ao pelotão de fuzilamento, à porta do cemitério do seringal.” (Idem, p. 501). “Uma voz ordena, de repente – Fogo! O corpo franzino do “Doutor” tomba sobre o chão enlameado.” (LIMA, 1973, p. 129). E arremata Tocantins:” era *um exemplo e uma advertência a todos os que não cumprissem com o seu dever: teria o mesmo fim*” (TOCANTINS, 1973, p. 501)

Mesmo destino não sofreram aqueles seringalistas que, do mesmo modo, questionavam e não aderiram (logicamente sob outros motivos) ao movimento revolucionário de Plácido. A revolução dos proprietários não aceitava resistência dos brasileiros não proprietários, patrões feudais, senão suas cegas adesões.

Mas a resistência coletiva haveria de surgir.

Até então, os registros da historiografia oficial não dão conta de que os indígenas e seringueiros tenham resistido, de maneira coletiva, às condições que lhes eram impostas pela ordem dos proprietários-patrões ao longo dos processos ditos revolucionários e também diplomáticos que culminaram, ao final, com a constituição daquele território boliviano à nação brasileira. Os registros históricos só vêm acusar reação coletiva resultante de alguma organização dos seringueiros - frente às condições de dominação/exploração a que estavam condicionados nos regimes de trabalho nos seringais - somente a partir do segundo ciclo da borracha.

E isto se deve, segundo Sobrinho, à nova migração desta feita realizada pelo Estado. É que, segundo este autor, neste ciclo, o recrutamento de mão de obra não se limitou à região nordestina, cujos migrantes tinham um perfil que interessava aos coronéis de barranco, comerciantes e elites dirigentes da região: *“ignorante e submisso, produto acabado das brutais relações de dependência e exploração imperantes nos sertões e agrestes do Nordeste”* (SOBRINHO, 1992, p. 82), constituíam assim *“requisitos indispensável para o homem que saia da tutela do coronel do sertão pela via da seca, para o trabalho compulsório nos seringais.”* (p. 74)

Segundo Sobrinho, a migração do segundo ciclo se dava também junto a centros urbanos e em cidades fora do eixo do nordeste, em que os perfis dos trabalhadores era outro bem diferente sobretudo no que diz respeito aos conhecimentos de seus direitos, razão pela qual passou a ser comum as condições de trabalho nos seringais serem questionadas, inclusive com um maior número de abandono de seringais por conta disto. (p. 50)

Insatisfeitos, os proprietários e patrões seringalistas começaram a forjar com o auxílio da imprensa uma imagem negativa desse novo perfil de seringueiro denominando-o de Arigó.

Será bem depois do fim da segunda guerra, já com o início das desativações dos seringais nativos de borracha, que se poderá assistir no Acre a formação de movimentos operários urbano e rural, cujo histórico Pedro Vicente Costa Sobrinho irá dividir em duas grandes fases: aquela que antecede ao ano de 1970 e a posterior ao mesmo (SOBRINHO, 1992, p. 52)

O autor divide a primeira fase em dois momentos. O primeiro que vai dos anos vinte até os anos cinquenta e o segundo que tem início com a elevação do Território Federal do Acre à condição de Estado. A segunda fase, iniciada nos anos setenta, tem como fatos marcantes a implantação, no lugar do extrativismo da borracha, da pecuária extensiva de corte e a criação de sindicatos rurais em quase todos os municípios do estado (p. 52)

De acordo com Sobrinho, num primeiro momento, as organizações de trabalhadores no Acre se iniciam com a criação restrita às áreas urbanas de sociedades mutuais voltadas para ações solidárias como socorros mútuos, recreativas e beneficentes, destacando: Centro Operário Beneficente do Alto Juruá, União Operária de Rio Branco, Centro Operário Taraucaense, Centro Regeneração e Fé de Brasília, a União dos pequenos Lavradores e Homens do Povo do Juruá, a Sociedade Beneficente dos servidores públicos do território federal do Acre, a Caixa

Auxiliadora do Território Federal do Acre, a Sociedade Beneficente Operária de Rio Branco. (p. 54/55)

No segundo momento, Sobrinho evoca dois eventos fundamentais que fizeram com que tivesse início a formação de organizações operárias efetivamente voltadas para a defesa de suas causas: a redemocratização do País ocorrida com o fim do Estado Novo pela qual foram instituídos vários partidos políticos, e a Revolução de 1952 ocorrida na Bolívia que alterou profundamente a estrutura agrária naquele País, o que não deixou de produzir alguma repercussão no Acre, especialmente junto aos trabalhadores do município fronteiro de Brasiléia, cuja tentativa de organização fora prontamente abortada pela ação de seringalistas, da polícia e também de seringueiros. (p. 94) Enquanto na esfera rural, a organização efetiva não acontecia, na urbana duas novas entidades, desta feita não limitada ao solidarismo, emergiram. Em 1956, foi criada a Associação dos Comerciários de Rio Branco e, em 1959, a Associação Profissional dos Estivadores de Rio Branco. (p. 97)

Em 1962, é instalada a Liga Camponesa de Rio Branco, e posteriormente a do município de Assis Brasil, cuja bandeira de luta estava centrada na defesa de uma reforma agrária motivada pela *“absurda concentração de terra nas mãos de poucos. Estimava que quase 300 grandes proprietários praticamente eram donos do Acre”* (p. 113) e também em face das condições históricas de trabalho dos seringueiros. Todavia, segundo Sobrinho *“o grosso das lutas envolvia [limitava-se a esfera dos] indivíduos, nunca toda uma coletividade do seringal”* (p. 115)

Informa ainda Sobrinho que a Liga era o único movimento organizado da área rural até agosto de 1963, ocasião em que a Igreja Católica cria a Cooperativa Nossa Senhora da Conceição. Segundo o autor, esta nova entidade se constitui em um “*núcleo de reação da igreja para tentar barrar a influência das Ligas e do sindicato de orientação esquerdizante junto às massas rurais*”. (p. 120)

Após mais de cinco décadas na condição de Território Federal, o Acre é, em 1962, elevado a Estado da Federação. No ano seguinte se realiza a primeira eleição democrática da história pela qual é eleito governador José Augusto de Araújo, o primeiro acreano a exercer um cargo no executivo, haja vista que, até então, os governadores eram nomeados pelo Governo Federal, através do Ministério da Justiça, cujos nomes invariavelmente eram de fora do Estado e, em sua imensa maioria, militares.

Importa registrar, para o que nos dispomos a analisar neste trabalho, o fato de que a imensa maioria da população não pode participar do processo eleitoral como votante em razão de ser analfabeta. Somente 12% da população estavam aptos a votar, dos quais 24% não compareceram às urnas (OLIVEIRA, 2000, apud SILVA, 2012, p. 84), o que equivale afirmar que com a tal democracia as minorias e suas oligarquias continuariam sendo legitimadas, visto que representou, segundo Francisco Bento da Silva “*a efetivação continuada dos mesmos segmentos políticos hegemônicos anteriores, ligados ao latifúndio extrativista e ao comércio ou indissociavelmente caudatários desse grupos*” (SILVA, 2012, p. 84). O fato é que o governador eleito não saiu



das hostes do “caciquismo dos generais” polarizadas pelos políticos e generais Oscar Passos e José Guiomard dos Santos, os quais dominavam a política local.

Muito embora existisse simpatia mútua entre as Ligas e o governo José Augusto - que revelava ter certa linha esquerdista a ponto de proteger veladamente aquelas - não se deu por muito tempo, conforme Sobrinho. Primeiro porque existia uma forte pressão da elite seringalista local que constantemente denunciava a posição do governo aos órgãos de segurança e exército, e segundo em razão da radicalização das Ligas no plano nacional, o que fez com que, desta feita, o governo investisse na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco (cujas bandeiras de lutas não eram tão radicais), que fora fundado em fevereiro de 1964, com a presença do governador, cujo presidente eleito, o seringueiro Francisco Limeira, pertencia às Ligas Camponesas. Em pouco tempo a Liga contaria com quase três mil associados (SOBRINHO, p. 127)

Dois meses depois da fundação do Sindicato Rural de Rio Branco, o golpe militar pôs-lhe fim, fazendo o mesmo com governo José Augusto e as Ligas Camponesas, que duraram um pouco mais de um ano, instituindo mais um regime político ditatorial no Brasil fazendo voltar ao antigo e conhecido sistema de governadores nomeados pelo governo federal, o que se sucedeu até 1982.

Pelo que nos traz Sobrinho, é possível relativizar a afirmativa de Paula pela qual “*até o limiar dos anos 70 ele [movimento dos seringueiros] permanecia ainda desprovida de representação política própria,*

*submetido a um regime de dominação que coibia suas iniciativas e o mantinha subordinado aos ‘donos do poder’ através de fortes laços de dependência pessoal”* (PAULA, 2005, p. 171). É que, como vimos, pode-se afirmar que o movimento social rural tenha provado, de alguma maneira, antes dos anos 70, de experiências coletivas de defesa de seus interesses. Não se pode desconsiderar, nesse sentido, a atuação das Ligas Camponesas.

Mesmo depois do golpe, o movimento social rural e urbano irá ressurgir em detrimento de outros passos tomados pelos poderes públicos, na trilha das receitas impostas no contexto do *sistema mundo moderno colonial* em nome de projetos de ocupações econômicas sob a promessa de modernização do território amazônico.

A efetiva e determinante crise no comércio da borracha, que se abateu de forma crescente nos seringais acreanos – e de toda a Amazônia produtora do látex - desde o fim da segunda guerra mundial, fez com que os seringalistas, endividados com as instituições financeiras de crédito, passassem a vender, arrendar ou até mesmo abandonar seus latifúndios no quais, sem saída, ficaram muitos seringueiros a continuar a exercer atividades de extração combinando com a agricultura de subsistência e criação de animais. (SOBRINHO, p. 141/142)

O Governo Federal, desta feita sob o comando dos militares, a fim de propiciar uma nova investida econômica na região relacionando-a a uma política de ocupação de fronteira, criou, em 1966 - no bojo da chamada “Operação Amazônia”, que visava “*modernizar a economia regional de*

*acordo com relações tipicamente capitalistas”* (REGO, 2002, p. 289) - a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o Banco da Amazônia S.A – BASA e o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia-FIDAM, os quais se constituem na expressão de uma política pública que proporcionavam incentivos fiscais voltados para ocupação econômica da Amazônia pelo grande capital. Tal sistema de incentivos fiscais foi fortalecido pela criação do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM. O fato é que *“os incentivos fiscais se constituíram no mais poderoso instrumento do Estado para ocupação da Amazônia pelo grande capital, materializado nos grandes projetos industriais, agropecuários, agroindustriais, minerais e minero-metalúrgicos”* (REGO, 2002, p. 293). No caso do Acre, os projetos, alicerçados fundamentalmente no grande latifúndio, se voltariam para a ocupação agrícola e em grande medida na pecuária.

Os militares no poder passam a imprimir um tipo de nacionalismo pelo qual qualquer ação que resista ou desvie *“o curso do desenvolvimento choca-se contra os ‘objetivos nacionais permanentes’ que a doutrina militar imputa à nacionalidade”* (...) Com efeito, *“...o nacionalismo vigilante perdura contra inimigos reais e imaginários, contrabandistas e cientistas estrangeiros, traficantes de drogas e missionários, multinacionais e guerrilheiros, aventureiros, indigenistas e agora ambientalistas.”* (ARNT, 1992, p. 66/67)

Depois vieram outras tantas medidas de políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, no período em que durou a ditadura militar e depois dele. O presente trabalho não se presta às suas análises.

Apenas citá-las como preponderantes em suas consequências para os povos da floresta e suas importâncias para as políticas locais e assim como propulsoras da resistência social, no caso específico do Acre.

Voltemos então à historiografia do movimento rural acreano proposta por Pedro Vicente Costa Sobrinho (SOBRINHO, 1992, p. 52), desta feita no que diz respeito à sua segunda fase que, como entende, começa nos anos de 1970 em pleno contexto daquelas primeiras políticas de desenvolvimento da Amazônia propugnadas pelo governo federal.

O governo estadual, iniciando pela gestão de Francisco Wanderley Dantas, que governou o Acre de 1971 a 1975, mobilizou uma grande campanha, no sul e sudeste do País, em que oferecia terras a preços muito abaixo daqueles praticados no mercado daquelas regiões. Muitos empresários sulistas responderam às ofertas comprando grandes áreas de terra, alguns para desenvolver, como incentivado pelas políticas públicas federais, a pecuária. Todavia, outros estavam interessados mais em investir em terras como reserva de valor. Não bastasse a aquisição por meios legais, muitas áreas foram adquiridas através do artifício da “grilagem” que fazia com que as áreas compradas ganhassem extensões muito maiores. Foi assim que os seringais foram se transformando em grandes pastos e imensos latifúndios apenas para especulação. Isto provocou uma modificação importante na região especialmente nos campos econômico, ambiental e social.

De fato, como aponta Paula, “*essa transição no sistema produtivo [do monoextrativismo da borracha para o agroextrativismo] implicou na*

*redefinição de posse e uso da terra e interferiu nas relações de poderes econômico e político, constituídas historicamente na sociedade regional*” (PAULA, 2005, p. 31)

É quando outras estratégias de violência contra os indígenas e seringueiros tomam conta outra vez do território ainda sob o histórico “argumento” do direito à propriedade e também em nome do progresso e do avanço do processo civilizatório. Têm início os processos de “limpeza” das áreas “compradas” pelos fazendeiros – então denominados indiscriminadamente “paulistas” - com as expulsões dos seringueiros e indígenas que nelas viviam. Para tanto, *“foram mobilizados advogados, oficiais de justiça, promotores, juízes, policiais, jagunços e pistoleiros”* (SOBRINHO, p. 148) afim de que a vontade dos fazendeiros fossem de alguma forma satisfeitas.

No princípio, tais atos violentos surtiram grandes efeitos fazendo com que os seringueiros expulsos migrassem ou para a Bolívia, aonde existiam seringais, ou para Rio Branco, a capital do Estado, formando, com isso, a sua periferia miserável.

Para se ter uma ideia do quadro fundiário no Estado na década de 1970, conforme o sociólogo Elder Andrade de Paula: 72% da população do Acre viviam na área rural em que havia um altíssimo índice de concentração de terra: somente 514 imóveis com áreas de tamanho acima de 1000 hectares representavam 93,59% das terras cadastradas, restando 4,63% de áreas de 101 a 1000 hectares e tão-só 1,78% de terras na faixa de 10 a 100 hectares. Ademais, de todas as famílias que ocupavam as terras cultiváveis no estado, 85,3% não eram proprietárias. (PAULA, 1999, p. 239/240; PAULA, 2005, p. 71/72; PAULA, 2006, 109/110)”

Segundo Sobrinho (p. 154), o movimento de resistência às investidas violentas dos fazendeiros teve início – podemos considerar este fato como simbólico - com a reação espontânea de 96 seringueiros-possesores do Seringal Catuaba que se armaram e resistiram às ordens de desocupação das terras em que viviam. A partir daí as investidas violentas dos “paulistas” passaram a ter resistência coletiva e organizada dos seringueiros-possesores.

Frente à agudização dos conflitos, pelo menos quatro eventos vieram contribuir para a organicidade do movimento rural no Acre na década de 70, especialmente para a criação de sindicatos: A Prelazia do Acre e Purus passou a tomar partido em sua defesa, o que se deu com a instalação do Conselho Indigenista Missionário-CIMI e da Comissão Pastoral da Terra-CPT, enquanto a Prelazia do Purus se manteve silente. O INCRA também passou a reconhecer aos pequenos possesores o direito adquirido e a questionar as grilagens. Foi instalada a Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG em Rio Branco, cuja ação principal era a organização de sindicatos rurais no Estado. E, por último, a posse de Geraldo Mesquita, que governou o Acre de 1975 a 1979, “*sensível às questões sociais*”, como governador que sucedia a Wanderley Dantas (SOBRINHO, p. 169)

Como resultado concreto: em setembro de 1975 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira. Em dezembro do mesmo ano foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. Em maio de 1976, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco. Em setembro e dezembro de 1976, era a vez dos Sindicatos dos Trabalhadores

Rurais de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, respectivamente. Os de Xapuri e Feijó foram criados, respectivamente, em abril de setembro de 1977. Muitos desse eventos tiveram a presença do governador Geraldo Mesquita - que foi eleito presidente de honra do sindicato de Xapuri (PAULA e SILVA, 2006, p. 111/112)) e de representantes da Igreja Católica (SOBRINHO, p. 172/173) Segundo Elder Andrade Paula, usando dados extraídos dos Anais do Congresso de Fundação da CUT-AC, em agosto de 1984 (p. 168), algo em torno de 20 mil trabalhadores estavam filiados a estes sindicatos até meados de 1980.

Em entrevista, o assessor da CONTAG especialmente nomeado e enviado para organizar os trabalhadores e fundar sindicatos no Acre, afirma que a missão da federação *“era em primeiro lugar fundar os sindicatos, divulgar os direitos dos trabalhadores e lutar pelo cumprimento da lei. O passo seguinte seria coordenar esse movimento até que completasse a sua estruturação no estado, ou seja, criasse a Federação”* (João Maia Filho, apud PAULA, p. 170)

Vale observar que o movimento sindical acreano naquele início tivera apoio exatamente de setores e instituições sociais, em regra, de índole conservadora. Um governador nomeado pelo governo federal de caráter ditatorial; um órgão desse governo voltado para a regularização fundiária da região (INCRA); a Igreja Católica (como instituição, apesar dos lampejos locais sob a teologia da libertação) e uma confederação de sindicatos de trabalhadores na agricultura, cuja função não revelada era, muito provavelmente, tirar os seringueiros do caminho da luta armada e *“evitar a formação de novos focos de guerrilha”* na Amazônia (é o que parece sugerir Elder de Andrade Paula in PAULA, 2005, p. 167) e

conduzi-los, ou melhor, institucionalizá-los a um sindicalismo rural, portanto para a arena institucional sob a tutela do Estado em defesa do campo do direito estatal estabelecido.

A luta teria como base e fundamento o direito positivo, o que vale dizer a legislação que dispunha sobre o direito de propriedade e o estatuto da terra. Esse quadro colocava os trabalhadores sob o controle do estado ditatorial – sem que isto fosse percebido efetivamente. Era a substituição das *“leis dos patrões para as leis do estado”* (PAULA, 2005, p. 170).

O resultado dessa “intervenção” da igreja católica e do Estado (INCRA e CONTAG) - que deu um norte de caráter mais legalista e moral ao movimento dos seringueiros e, portanto, no modo subjetivo de conceber a sua luta - está expresso na seguinte passagem do poema de um seringueiro da região: *“Está aqui meu povo, o sindicato que veio para nos ajudar, Que veio mandado por Deus para nos libertar [...] Que nos deu o direito e nos livrou dos paulistas e dos patrões”* (Jornal Varadouro, n° 13, dez 78, apud PAULA, p. 174)

É sob essa esteira que o movimento parece ir adiante, até que, em 1976, no Seringal Carmem, município de Brasiléia, 60 seringueiros, armados com as suas espingardas de caça, realizam o primeiro “empate” no Acre, pelo qual impediram que os “peões” daquela fazenda realizassem desmatamentos e, com isso, a expulsão dos seringueiros-posseiros. (PAULA, p. 174).



De acordo com Elder Andrade de Paula, “*essa forma de ação foi inventada pelos seringueiros e demais posseiros no decorrer das lutas de resistência pela posse da terra no Acre*”, afirmando “*a eficácia da ação coletiva como forma de pressão e conquista de seus direitos*”, e desfazendo a impressão de ato ilegal (tipo luta armada), eis que se fundamentava juridicamente nos códigos Civil e Florestal vigentes na época, os quais, respectivamente, previa o direito à defesa pessoal da posse e ilegalidade na derrubada de seringueiras e castanheiras (idem, p. 175).

Segundo Allegretti, tal ação dos seringueiros findou por constituir-se em um elemento inovador, que é a luta contra os desmatamentos. Segunda a autora,

Este elemento será um diferenciador deste movimento social em relação aos demais, surgidos na mesma época na Amazônia, principalmente por possibilitar estratégias de ação não convencionais na defesa de seus interesses e na busca de poder de influência sobre as políticas do Estado. (ALLEGRETTI, 2008, p. 41)

Mas essa estratégia de luta, embora importante neste momento inicial, não definiria, efetivamente, a maneira pela qual os conflitos seriam solucionados, e nessa senda, garantindo que os direitos de posse dos seringueiros fossem assegurados, definitivamente. É que o campo de sua “solução” estava sob a égide do Estado (especialmente o órgão federal de regularização fundiária) que, segundo Paula, tinha – a favor dos proprietários - como manobrar outras “*estratégias capazes de assegurar a legitimação das grande propriedade rural latifundiária*” (PAULA, p. 183)

O que se observa é que a questão central que passou a mover a luta dos seringueiros, especialmente dos anos de 1970 em diante – com o “fim do *seringalismo*” e a substituição do monoextrativismo para o agropecuarismo - passou a ser fundiária – sob a bandeira nacional da reforma agrária - o que se expressa não só pela busca, como forma de sobrevivência, da garantia do direito à terra, mas, intimamente relacionada a ela, o questionamento da concentração de latifúndios na região. E é exatamente em torno desta luta que as ações violentas – a mais do que existia - contra os seringueiros se intensificam na década de 1980 com a prática de assassinatos especialmente de suas lideranças, pelos fazendeiros ‘paulistas’ em nome dos interesses dos grandes latifúndios regionais.

A partir dos anos 1980, o movimento dos trabalhadores rurais passa a contar com novos apoios/adesões especialmente de dois atores sociais forjados dos movimentos sociais da sociedade civil das metrópoles nacionais e internacionais. O Partidos dos Trabalhadores-PT, que surge no limiar dos processos de redemocratização do país, e um insurgente movimento ambientalista de amplitude mundial que aparece questionando as políticas desenvolvimentistas predatórias especialmente aquelas postas pelos governos na Amazônia. Importante ainda dar relevância à criação da Central Única dos Trabalhadores-CUT e do Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS. Tais fatos iriam contribuir para significativas mudanças no ambiente sindical acreano.

Paula e Silva (2006, p. 114), analisando a trajetória do Sindicato Rural de Xapuri, têm que nesta fase houve um abandono da luta em defesa da pequena propriedade fundiária nos moldes do Estatuto da Terra (que movia a política de colonização posta pelo INCRA na região, gerando “*mais problemas que soluções*”) se distanciando com isso daquelas pautas da CONTAG. Esse novo sindicalismo dos seringueiros de Xapuri tinha como ponto de partida “*a crítica aquele modelo de ‘modernização’ por considera-lo incompatível com o ambiente regional (físico e social)*” (idem, p. 247) É assim que a direção da luta é alterada radicalmente em relação àquela propugnada pela CONTAG: “*Em Vez de lutar pelo ‘cumprimento das leis’, a questão passa a ser a de mudar as leis...*” (Ibidem, p. 248)

É quando é gestada a ideia de reservas extrativistas. Era o fim da luta sindical pelos títulos de propriedade privadas para os seringueiros. É quando a reforma agrária toma outro sentido na região. É que, com as reservas, as propriedades passariam a ser da União e os seringueiros para ocupá-las teria que celebrar com o Estado brasileiro, por meio de sua representação organizativa, um Contrato de Concessão Real de Uso. Dedicaremos parte do capítulo quinto para analisar as reservas extrativistas, como ideia e ação, no contexto da manutenção/atualização da colonialidade na Amazônia acreana, desta feita como sua aplicação em escala local, a qual passamos a denominar de *seringalidade*.

### **3.2.1.6 O terceiro breve ciclo de exploração - O caso dos colonos paranaenses – O sexto momento**

Importa mais um fato histórico extremamente relevante que é o que podemos chamar de uma terceira leva de migração rural para o Acre, ocorrida ao longo dos anos 70 e 80, desta feita vinda do sul do país estimulada pelos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e formada por famílias pobres, em grande parte, oriunda do Estado do Paraná, muitas das quais vítimas de expropriação de suas terras rurais resultante das inundações provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Tais famílias, que constituem na região um núcleo de trabalhadores rurais de caráter específico, passam a ser conhecidos como colonos. Segundo Elder de Andrade Paula, este fato fará com que haja uma alteração substancial no perfil sócio cultural na região, o que, segundo entende, vai interferir no âmbito da organização sindical no campo (PAULA, p. 228)

Segundo Nascimento (NASCIMENTO, 1994, p. 139), a colonização engendrada pelo governo federal no Acre, através do INCRA, tem início a partir de 1977, ocasião em que foram criados os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) Pedro Peixoto (abrangendo os municípios de Plácido de Castro, Senador Guiomar, Acrelândia e Rio Branco) e Boa Esperança (localizado em Sena Madureira), os PADs Humaitá (município de Porto Acre) e Quixadá (município de Brasília), em 1981 e, em 1982, Santa Luzia (Cruzeiro do Sul).

De acordo com Ricardo Azambuja Arnt, essa nova política de migração para a Amazônia do governo militar tinha, para além de interesses econômicos e voltados para a ocupação de fronteira, a busca do alívio de tensões que ocorriam em torno da estrutura política fundiária brasileira (ARNT, 1992, p. 71) No caso do Acre, conforme o geógrafo Silvio Simione da Silva (SILVA, 2011, 133), os projetos de assentamentos visavam legalizar a situação fundiária de posseiros/seringueiros ainda não expropriados, reassentar os expropriados e acomodar aqueles trabalhadores oriundos do Centro-sul, os sem-terra, atingidos por áreas de barragem, caso dos “paranaenses” em questão

Na esfera de suas expectativas e condições de vida, os colonos do Sul irão encontrar na floresta acreana aquele contexto de adversidades, dada as devidas proporções e em certa e importante medida, semelhantes às que sofreram os nordestinos nas experiências de migrações do passado (NASCIMENTO, 1994).

Nesse sentido, testemunha Francisco José Nascimento:

O caminho de vinda era a BR-364, no trecho Cuiabá e Rio Branco. O itinerário dos destemidos e sonhadores. Um flagelo para quem por ela ousasse se aventurar no período das chuvas amazônicas. Mas, para quem estava na aventura, o caminho era o da redenção: bendita terra! Tão esperada como quem espera o novo rebento. Aos poucos, eles foram chegando. Desconfiados e humildes a pedir licença para adentrar-se na nova casa. Novos caminhos; velhos sonhos; outros olhares. Os plantadores de sonho iniciavam a terceira grande migração para o Acre. (NASCIMENTO, 2006, p. 138)

A exemplo do que ocorria com as migrações anteriores, as famílias antes de serem assentadas teriam que aguardar nos chamados “*arraiais de adaptação*” que, conforme Nascimento, lembravam campos de concentração (p. 149). “*Os “arraiais” não passavam de acampamentos precários, sem nenhuma condição de higiene; montados em tendas de lona fornecida pelo Exército brasileiro.*” Para o autor “*tudo era improvisação e aventura*”, “*pioneirismo e heroísmo*”. As condições de trabalho do INCRA, afirma o autor, eram “*uma operação hercúlea travada com grandes dificuldades. Faltava equipamento. Faltava gente. Sobrava disposição.*” (NASCIMENTO, p. 140)

Os relatos de Nascimento são registros de quem sofreu as adversidades burocráticas e também ambientais, na condição de servidor do INCRA, e ainda de quem testemunhou os sofrimentos dos assentados, o que, em realidade, pelos relatos, não diferencia muito do que foram registrados nos dois primeiros ciclos migratórios. Senão vejamos também neste trecho:

Olhando do ponto de vista das famílias migrantes, a situação foi bem mais amarga, porque, nessa cena histórica, muitas vezes não representavam mais que meros dados estatísticos, necessários para prestar contas de recursos aplicados ou pleitear liberações de novas verbas. A luta pela sobrevivência iniciava ainda na viagem de vinda. Por outro lado, a própria adaptação das famílias ao novo habitat representava mais desafios. Se, de um lado, havia uma etapa desafiadora que era domar e tornar agricultável uma floresta majestosa, do outro, o sentimento de ‘acrianidade’, tão singular na população local, funcionou como uma espécie de cordão de isolamento, deixando, muitas vezes, essa gente fora do contexto político. Uma recepção com gosto de ‘você não são benquistos aqui.

Parecia impossível um ser humano sobreviver em locais parecidos com campos de concentração, onde, para não morrer de fome, os colonos chegavam a comer as sementes que eram distribuídas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Essa carência permeou em todos os projetos de colonização do Acre. Isto por falta de acesso permanente durante boa parte do ano impedindo a comercialização da produção, ou por inaptidão das famílias para trabalhar com agricultura na Amazônia. (NASCIMENTO, 2006, p. 140/141)

O relato do pesquisador faz lembrar as outras migrações dos *condenados da floresta* para as regiões acreanas. Desta feita, em plenas décadas de 70 e 80, não mais os nordestinos miseráveis, mas agora famílias, também miseráveis, dos sulistas sem-terra, cujas condições indignas se assemelhavam àquelas encontradas pelos nordestinos brabos que Nascimento irá comparar, os chamados assentamentos, “*parecidos com campos de concentração*”.

A promessa do Estado brasileiro (INCRA) e a realidade encontrada podem ser apuradas também a partir de uma série de depoimentos dados por assentados no corpo da tese da pesquisadora Eloisa Winter de Oliveira (OLIVEIRA, 1985). Como resposta à pergunta da pesquisadora – “*E lá o que o pessoal falou [prometeu] do Acre?*”, a assentada M, de 40 anos de idade e mineira, respondeu:

Eles falô assim ó – que o pessoal que quisesse vim prá cá, pegava querenta arquere de terra cada família e tinha financiamento o primeiro ano e tinha iscola pra criança e ytinha posto de saúde e tinha quatro arquere de terra derrubado já co a casa pra poder entrar. I quando a gente chegô praqui, a gente fico jogado nesses mato aí, sem tê istrada sem nada.

Sofreu que só Deus sabe. (OLIVEIRA, 1985, p. 87/88)

Por sua vez, L. 27 anos e gaúcha, respondeu:

Mas primeiro o INCRA mentiu lá pra nois. I Deus me livre! Já fizemo tanta coisa. Nós aqui agora tá de céu aberto, mas quando nós cheguelmo, foi que nem cachorro memo. Lá o INCRA falou que tinha casa prá nois, daí nós chegava e só entrava. Tinha istrada. Casa de tábua. I cheguelmo aqui e não tinha nada. Tinha mato pra nois entrar i caminho só pra nós enfrentar. (Idem, p. 88)

Segundo Silvio Simione da Silva, a falta de infraestrutura fez com que mecanismos de expropriação fossem acionados com a saída dos posseiros de seus lotes “*cedendo lugar a uma gradativa concentração de terra*”, possibilitando o domínio do capital sobre o território e assim a “desterritorialização do campesinato”, como também a formação de mão-de-obra para trabalhar nas atividades agropecuárias, além do fenômeno do “*amansamento da terra, isto é a derrubada e plantio de capim como primeira parte para a formação de pastagens*” (SILVA, 2011, p. 133)

É de se notar que, mesmo por estes novos condenados, a visão racializada a respeito dos seringueiros acreanos já estava fincada no imaginário moderno-colonial do país.

De fato, face às práticas recentes dos primeiros sulistas, os “paulistas”, qualquer “de fora”, no caso os colonos assentados paranaenses, passaram a não ser bem vistos pelos “de dentro”, os acreanos, como testemunhado por Nascimento. Não exatamente em razão do sentimento de “*acrianidade*” destes, como acredita o autor (essa invenção é contemporânea, é da *florestania*), mais muito provavelmente por se assemelharem (pela origem territorial, pela cor da pele branca e do cabelo



louro) aos “paulistas” aqueles “de fora” que estavam, ali pelas décadas de 1970 e 1980, levando/trazendo ‘o mal’ para a floresta.

Nascimento (apud PAULA, p. 231) observa que os colonos assentados, por seu turno, manifestavam uma certa superioridade cultural em relação aos seringueiros. A concepção mais em voga era que estes representavam o atraso enquanto aqueles o progresso.

Nesse sentido, Maria Cristina Lobregat tentando compreender tal postura sob a ótica da cultura, entende que

Os deslocados tinham um propósito definido: desenvolver a agricultura. Para isso foi preciso derrubar a mata e abrir o espaço para o plantio de grãos. Tentando compreender as práticas insistentes de derrubada da floresta pelos paranaenses, analisamos os propósitos que os moveram e refletimos sobre os discursos construídos dentro da ideia de ser homem do campo, agricultor, durante a época do deslocamento. Mais uma vez é possível ver o valor que o trabalho assume como significado de sobrevivência, e, aliado a ele da terra brotará o sustento desde que as ações humanas sejam materializadas partir da produção agrícola. É a valorização da intervenção humana na natureza, características daqueles que vieram para a Amazônia com o objetivo de produzir consagrando o discurso sobre “desenvolvimento” e “progresso.” (LOBREGAT, 2013, p. 88)

Também, Eloisa Winter de Oliveira observa em sua pesquisa de campo que “... *o trabalhador do Sul vê o acreano como um povo “rude”, alheio ao desenvolvimento, alheio aos reais valores do trabalho, desconfiados e passivos*” (OLIVEIRA, 1985, p. 129). De acordo com Paula, uma das

consequências disso é que “introjetou-se ‘*por baixo*’ na base social dos sindicatos, a ideologia do colonizador” (PAULA, *idem*).

Para Oliveira, essa visão que o colono do Sul sustenta sobre o seringueiro não tem consistência lógica interna, visto que - essa alegada superioridade do primeiro sobre o segundo, em razão de que este representaria o atraso e aquele o progresso - esbarra numa característica que é comum aos dois: independentemente de suas diferenças, ambos são explorados e expropriados exatamente pelo mesmo processo de exploração e expropriação praticado em nome do desenvolvimento, do progresso (OLIVEIRA, 1985, p. 131)

De fato, nos colonos do Sul já se encontrava introjetado, sob a capa da noção do trabalho produtivo, o construto mental da colonialidade com as suas epistemologias da modernidade/colonialidade.

### **3.2.1.7 A revolução dos proprietários, revolução de sua sustentabilidade – O sétimo momento**

O sétimo momento, aquele em que situamos como da contemporaneidade, sua exposição será desenvolvida no capítulo cinco da presente tese, quando trato especificamente da *seringalidade*, a manifestação da colonialidade em escala local, pela qual os dispositivos do desenvolvimento sustentável e da *florestania* vão desenhar o *status quo* que impera na atualidade e seus efeitos.

Antes de seguirmos para o próximo capítulo, tenho como necessário a seguinte informação pertinente ao entendimento da relação que envolve um capítulo ao outro como da compreensão global desta pesquisa.

O discernimento do fenômeno da colonialidade só será possível, em grande medida, pelo caminho historiográfico, razão pela qual, quanto à contextualização desses sete momentos, situo o último como base histórica do fenômeno moderno colonial que aqui cunho de *seringalidade* e que será desenvolvido no quinto capítulo. Quanto aos seis anteriores, situo-os como a base histórica do que aqui denomino de *seringalismo*, que será desenvolvido no capítulo seguinte.

O que aponta para anunciar, desde já, que estes três capítulos (o terceiro, o quarto e o quinto) são fundamentais para a compreensão de tudo o quanto se pretende defender como tese na presente pesquisa, mormente o que consta no último capítulo (o sexto), em razão de que o foco da minha interpretação, quanto às narrativas dadas, esteve na perseguição dos passos percorridos pelos indígenas e seringueiros na peleja (guerra) sem fim ante a dominação, exploração e racialização de que são alvos na vigência do padrão colonial de poder desde o início.

## 4 O *SERINGALISMO*

Nascemos como uma comunidade, articulados ao núcleo de acumulação de capital, mas ao custo de uma desumana exploração, intensa, violenta da força de trabalho, atraída para seringais como encantada pelos cantos da prosperidade que animavam o mundo do capital no centro do sistema. (LIMA, 2007)

Pretendo tratar, neste capítulo, da condição colonial instaurada pela modernidade em um território determinado, a escala local da Amazônia acreana, o que me fez pensar o *seringalismo* como categoria analítica, com a finalidade de entender/explicar, tendo o Acre como lócus territorial e epistêmico, o estágio inaugural da ocorrência histórica marcadamente moderno-colonial com a qual podemos perseguir o entendimento do fenômeno da colonialidade na Amazônia, especialmente tendo como norte a condição dos sujeitos ali colonizados e racializados.

### 4.1 A modernidade/colonialidade na Amazônia

A pesquisadora chilena Ana Pizarro, em estudo recente “*Amazônia, As vozes do rio – Imaginação e Modernização*” (PIZZARO, 2012), chama atenção para os discursos produzidos e difundidos pelos barões do caucho no Peru operados na história da exploração do caucheiro peruano na região amazônica do século XIX, o mesmo valendo para se pensar a exploração do seringueiro do lado brasileiro no mesmo período. Para lá, dos barões do Caucho. Para cá, dos seringalistas ou Coronéis de Barranco, tal como evidenciado no capítulo terceiro da presente pesquisa.

Segundo aponta, os discursos dos barões do caucho e dos coronéis seringalistas sempre invocam modernidade, a principal mercadoria que leva aquele lugar de atraso. É a modernidade que representa os valores da civilização e do progresso, por isso se auto classificam e são conhecidos como desbravadores... *“Os desbravadores foram ‘homens de empresa e de visão para o futuro [que] abriram para a civilização’ o espaço selvagem”* (Valdez Lozano, 1944, apud PIZARRO, 2012, p. 131).

Para Pizarro, *“É importante aqui a função da noção de civilização: a bandeira do ocidente, que será a justificativa da própria barbárie, assentada nos princípios da razão”* (PIZARRO, 2012p. 131/132) Para a pesquisadora,

A dualidade civilização-barbárie organiza o discurso, justificando-o. Trata-se aqui de uma nova civilização, não por ser diferente da ocidental cristã, mas por ter sido instalada num lugar diferente, em princípio vazio. Os estandartes da civilização são suficientes para agir frente ao que se encontra fora de seu círculo. (PIZARRO, 2012, p. 132)

A pesquisadora chama atenção para o fato de que a condição civilizadora propagada tanto pelos barões quanto pelos coronéis está intimamente ligada à noção de pátria, que é usada como justificativa para as tomadas de decisões, sobretudo quando a questão de fronteira estava em voga na região entre os séculos XIX e XX. Com efeito, os processos ditos revolucionários do Acre, que tinham à sua frente os seringalistas se constituem num exemplo perfeito disto. Tudo era realizado em nome da pátria brasileira, inclusive, paradoxalmente, a formação do Estado independente dela, com Galvez e Plácido de Castro, conforme demonstrei no capítulo anterior.

*Civilização, Pátria e Progresso* representam, segundo Pizarro, a tríade do pensamento positivista que vigorou nos séculos XIX e XX, “*dando sustento à forma adotada pela modernidade latino-americana em sua versão amazônica*” (PIZZARO, 2012, p. 135).

Por uma leitura pautada na crítica decolonial, é possível considerar as ideias de *civilização, pátria e progresso*, difundidas como justificativas do projeto colonizador dos “desbravadores” da Amazônia, como epistemes fundamentais da modernidade - não latino americana, tampouco amazônica, no sentido de que tenha sido obra deste continente - mas essencialmente eurocêntrica, forjada pelo eurocentrismo, portanto externa aquele continente latino, embora em função dele, e impingida e replicada internamente pelas suas elites locais, como já discorrido nos capítulos que antecedem o atual desta pesquisa.

A autora aponta uma contradição que é própria do padrão colonial de poder revelada por Anibal Quijano. A mesma modernidade que constrói o barão do caucho e o seringalista – estes modernos e civilizados – está assentada no que seria - pela lógica da própria modernidade que vai do passado primitivo ao presente moderno - a sua antítese, isto é, em bases materiais pré-capitalistas e estruturas econômica-sociais coloniais do sistema de aviamento e do trabalho escravo, que significa, numa palavra, colonialidade. (PIZZARO, 2012, p. 135)

É exatamente esta modernidade/colonialidade que instaura, pela hipótese aventada na presente pesquisa, o *seringalismo* na Amazônia acreana como padrão de poder colonial em escala local.

É a respeito dos elementos modernos-coloniais, os quais entendo darem substância ao padrão de poder dominante na região acreana, que irei tratar na sequência. Primeiro, discutindo as suas evidências e seus elementos constitutivos básicos – raça, sistema de exploração e propriedade - para depois problematizá-lo como categoria analítica com a qual se possa melhor compreender o fenômeno da colonialidade na região, na qualidade de estágio primeiro da manifestação da *colonialidade* em escala local na Amazônia acreana.

## **4.2 Os atributos do seringalismo**

O *seringalismo*, como fenômeno histórico-social instaurado no território acreano no período inicial da sua ocupação, se constitui, segundo será aqui defendido, a partir da junção de três elementos básicos, chaves que acionam na raiz o padrão de poder colonial: a racialização das populações migrantes nordestinas e de indígenas, o sistema de aviamento e a concentração fundiária. Passemos agora a pensar cada uma destas chaves tendo, para tanto, no que for necessário, o apoio teórico-analítico da teoria crítica decolonial.

### **4.2.1 A racialização**

Boaventura de Sousa Santos aponta que, a partir do século XVI, o Mundo Novo, o mundo tratado como colonial, passa a ser determinado pelos europeus como “*estado da natureza onde as instituições da sociedade civil não têm lugar.*” Para ele, isso vem tanto de Hobbes, quando “*refere-se explicitamente aos povos selvagens em muitos lugares da América como exemplo do estado da natureza*”, quanto de Locke, que afirma que

“no princípio todo o mundo foi América”. Por este prisma, Santos entende que o mundo colonial passa a ser entendido como o grau zero a partir do qual o novo que vem de fora da colônia exsurge para estabelecer as modernas concepções de saber e de direito que vão inaugurar a sociedade civil e com isso estabelecer uma linha abissal entre esta e o estado da natureza (SANTOS, 2010, p. 36)

Tal como ocorreu com as invasões europeias às terras ameríndias a partir do século XVI, as ocupações no século XVIII igualmente violentas às regiões do território das então *tierras non descubiertas* (hoje território acreano) constituem o início do alegado processo de sua “civilização” como “estado da natureza” em que se encontrava. Representou a instituição da condição colonial tanto daqueles que lá viviam e seus territórios, os indígenas, quanto daqueles exportados para lá, os transportados do Nordeste, ambos em regimes quase idênticos de colonialidade, elevados ao grau de seres diferenciados pela característica de inferioridade naturalizada. Os primeiros como inexistentes em suas humanidades (como seres selvagens, brabos quase sem valor como mão de obra) e os segundos como existentes de segunda classe por suas condições de sub-humanidades miseráveis cujo “valor” se expressa tão-só como mão de obra.

O que chega como modernidade ao território é fundamentalmente a sua medida, dada pela “civilização”, como objeto de valor que seus recursos naturais (por isso tido como “capital natural”) vão ofertar, e o uso dos recursos humanos (tidos também como “capital humano”) disponíveis/tratados como mão de obra (interno e para lá exportados). E



o que se mantém como estado da natureza são exatamente estes sujeitos considerados fora da modernidade, portanto, em condições coloniais.

É nesse sentido que Santos vai afirmar que “*a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna*” (SANTOS, 2010, p. 39). Exatamente por este raciocínio, quanto ao “encontro” ocorrido na Amazônia acreana a partir do século XVIII, podemos continuar com Santos para quem em situações como estas “*a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal*”. (Idem)

Para o sociólogo peruano Anibal Quijano

A região que hoje chamamos de América Latina foi se constituindo com e como parte do atual padrão de poder dominante no mundo. Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade como fundamentos e modos formadores do novo padrão de poder. Daqui partiu o processo histórico que definiu a dependência histórico-estrutural da América Latina e deu lugar, no mesmo movimento, à constituição da Europa ocidental como centro mundial de controle desse poder. E nesse mesmo movimento definiram-se também os novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade. (QUIJANO, 2006, p. 49)

Nesse passo, temos que a região amazônica, em qualquer tempo a partir de sua invasão pelos europeus, é parte intrínseca dessa constituição na qual aquele padrão foi (e vem sendo) se reproduzindo e se mantendo – com alguns matizes próprios - sempre de modo a resguardar, dar funcionalidade e também atualizar a operatividade dos dispositivos materiais e subjetivos inerentes à colonialidade.

Importa anotar o papel da Amazônia no contexto do *sistema mundo moderno colonial*, enquanto intralugar periférico de um continente e de um país assim também considerados.

No aspecto geopolítico, o historiador Pedro Martinello, analisando os períodos dos ciclos da borracha, aponta que as bandas amazônicas eram tidas, pelos países centrais, como

... importantes escoadouros para sua produção industrial, estas novas economias dependentes desempenhavam papel decisivo na produção de capitais nas metrópoles, pois o expediente usado pelo capitalismo era o de investir capitais na indústria extrativa e bloquear o surgimento de qualquer indústria interna. Destarte, estavam garantidos, por um lado, o mercado para os seus produtos manufaturados e, de outra parte, o fornecimento das matérias-primas de que tanto careciam. (MARTINELLO, 1985, p. 25).

Na mesma esteira, o sociólogo Pedro Vicente Costa Sobrinho afirma que:

O Acre, desde o início de sua incorporação ao território brasileiro, com o deslocamento de emigrantes nordestinos para o seu espaço geográfico (1878), já se formou fortemente integrado ao mercado mundial, com inserção dependente e especializada na divisão internacional do trabalho, na era do imperialismo. (SOBRINHO, 1992, p. 49)

Concordando com os dois pesquisadores, o sociólogo Elder Andrade de Paula, vai afirmar que, de fato,

Nos estudos sobre a ocupação econômica do território acreano, existe um consenso em torno da ideia de que esta teria sido determinada por contingências externas, decorrentes da divisão do trabalho no âmbito da acumulação capitalista em escala internacional. A economia regional teria sido impulsionada pela necessidade de suprir as crescentes demandas de borracha natural como matéria prima indispensável para abastecer as indústrias dos países mais avançados da Europa e Estados Unidos da América... (PAULA, 2005, p. 51)

Tal inserção, desde o seu nascedouro, manteve, segundo Sobrinho, “*durante quase cem anos as mesmas relações compulsórias de dominação e exploração da força de trabalho*”. (SOBRINHO, 1992, p. 49) Sendo, com isso, de acordo com a socióloga Leticia Mamed, o meio pelo qual “*o movimento do capital consubstancia a incorporação do Acre à divisão internacional do trabalho e nele instala um universo produtivo particular, organizado como manufatura, especializado no monoextrativismo da borracha e comandado pelo exclusivo seringalista*. (MAMED, s/d, p. 7)

O que vale dizer que esta região, mesmo antes de se constituir, formalmente, como território integrante da nação brasileira - visto que ainda era, pelo Tratado de Ayacucho, boliviano e, pelo Tratado de Madri, peruano - já estava adstrito ao *sistema mundo moderno colonial*.

Sob o ponto de vista econômico, isto ocorre quando - enquanto tido como periferia da periferia Brasil – limitada a fornecer, segundo condições e normas endógenas, matéria-prima para o centro do Brasil e do sistema. Sob o ponto de vista cultural, quando, com a sua colonização, se mantém como espaço de continuidade da reprodução interna da colonialidade – iniciada no século XVI, especialmente pelos processos conhecidos de racialização instituído pelos colonizadores europeus consistente na aplicação sistemática de violências física e epistêmica/subjetiva dirigidas às populações indígenas e aos próprios migrantes nordestinos tornados seringueiros.

Muito embora a história oficial apresente este território como resultado heroico de uma revolução do povo brasileiro contra a sua ocupação e controle pelo capitalismo mundial, indicando, para tanto, o *Bolivian Syndicate* (organização de capital internacional que arrendara parte do território boliviano, aquele então ocupado por brasileiros, para exploração comercial da borracha) como o símbolo dessa possibilidade patrioticamente impedida pela “revolução acreana”, na verdade, o capitalismo – representado pelos interesses fundamentalmente econômicos dos países centrais ao chamado ouro negro da Amazônia – dominava desde o início, tanto no primeiro ciclo – em que empresas internacionais controlavam todo o comércio, financiando-o, inclusive a sua estrutura de transportes fluviais, quanto no segundo e breve ciclo, quando o estado americano formalmente passou a intervir – senão dominar no aspecto que lhe interessava - na política interna brasileira no que concerne à produção de borracha em todo o período da segunda guerra mundial.

Com o contato/invasão “fundacional” das terras consideradas ainda *non descubiertas* pelos bandeirantes da região amazônica - que adentravam inicialmente em busca de informações para na sequência investir na extração de riquezas naturais – deu-se início a um regime específico de colonialidade que, a exemplo dos primeiros contatos/invasões do século XVI na América Latina, em nome da modernidade instituiu uma diferenciação hierárquica ontológica entre aqueles seres humanos considerados selvagens (os indígenas), tornados por isso naturalmente inferiores, e os automeados civilizados – os europeus - que para lá se dirigiam, vistos como naturalmente superiores. Por este regime, o

controle do trabalho vigia fundamentalmente pelo sistema de escravidão e servidão dos indígenas, posto que desconsiderados na sua alteridade.

E será exatamente sob condições subjetivas e materiais, isto é, sob discursos e sob o sistema de exploração econômica da borracha - com vistas a satisfazer no imediato aos mercados globais da indústria da *hevea brasilienses*, e, no mediato, em manter vigente o padrão colonial de poder, é que foi se instituindo um regime de escala local de colonialidade, ao qual, para efeito desta pesquisa, denominamos *seringalismo*, na sua fase da gênese estrutural, e *seringalidade*, na sua fase atual.

Pelo *seringalismo*, aquela diferenciação hierárquica ontológica passa a se expressar institucionalmente acrescido de dois novos sujeitos: do lado inferior, o migrante nordestino e também o indígena, ambos “amansados”, que passam a portar a identidade socioeconômica de seringueiros-fregueses e, de outro, no lado do domínio, o seringalista-patrão que age pautado e guarnecido pela cadeia mercantil/industrial/financeira vertical que constitui o sistema de aviamento – este como sua expressão institucional - que liga aqueles sujeitos às estruturas sociais vinculadas à exploração capitalística das sociedades local, nacional, regional e mundial, a maquinaria do controle do trabalho que vai compulsoriamente tornar o nordestino migrante e o indígena “amansados” – em relação direta aos seringalistas proprietários e indiretas a todo o sistema de exploração - escravos da dívida inevitável e inerente à relação de trabalho instituída/imposta que se consubstancia em caráter servil naturalizado.

#### 4.2.1.1 Sobre a racialização dos indígenas

As condições impostas pela colonização aos povos indígenas da Amazônia e que abriram caminho para a implantação do *seringalismo* – de genocídio, escravidão, exploração, catequização – enquanto modo racializado e assim inferiorizante de tratar o outro – seguem os métodos adotados desde o início da colonização na América, guardadas as devidas proporções, a que foram submetidos os povos ameríndios assim como os africanos sequestrados e trazidos ao Brasil como escravos. Não seria exagero comparar tais métodos aqueles empregados, já no século XX, aos nordestinos trazidos/levados para tornarem-se seringueiros, numa primeira leva, e os chamados *soldados da borracha*, numa segunda.

As *Correrias*, formas violentas – de destruição das malocas, matança de homens e sequestro e escravidão de crianças e mulheres - adotadas por caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros contra grupos indígenas, as quais, segundo Iglesias, “*constituíram mecanismos inerentes à exploração, à abertura e ao inicial funcionamento da empresa seringalista no Alto Juruá, bem como das atividades dos caucheiros peruanos, resultando num processo de (des) territorialização de boa parte dos grupos indígenas*” (IGLESIAS, 2010, p. 86)

Ainda segundo este autor, tais práticas tinham como fundamento a negação da humanidade aos indígenas. “*Equiparados a animais selvagens, ‘irracionais’, ‘feras’, considera-se legítimo matá-los e escorraçá-los, como se costumava fazer com certos animais selvagens que ‘infestavam’ a floresta, e representavam ameaças reais à vida dos seringueiros ou com eles competiam por certas fontes de alimentação.*”

Tal “animalidade” a eles atribuída, segue Iglesias citando Tastevin (2009), se dava pelas suas “incapacidades de civilização” e ainda de não terem almas (idem, p. 86/87)

Quanto ao regime nos seringais, Darcy Ribeiro é enfático:

Para o índio, o seringal e toda a indústria extrativa têm representado a morte pela negação de tudo que ele necessita para viver: ocupa-lhes a terra, dissocia sua família, dispensando os homens e tomando suas mulheres, destrói a unidade tribal sujeitando-a ao domínio de um estranho, incapaz de compreender suas motivações e de proporcionar-lhes outra. Enfim, submete o índio a um regime de exploração, ao qual nenhum povo poderia sobreviver. (RIBEIRO, 1985. p. 30)

De fato, as populações indígenas de tão nula humanidade no olhar dos invasores eram assemelhadas a toda sorte de adversidade (doenças, animais, insetos...) com a qual os bandeirantes da floresta encontrassem à sua frente na sua missão civilizadora. Nesse sentido, Genesco de Castro, irmão de Plácido de Castro, ao dedicar a obra que escrevera – *“O Estado Independente do Acre e José Plácido de Castro: excertos históricos”*, assim reproduz tal visão: *“em torno de Manuel Urbano da Encarnação gravitam os que morreram na conquista pacífica do Acre, em decênios de luta contra as edemias, os silvícolas, os insetos e répteis peçonhentos e as feras, e afrontando todas as incertezas do ignoto”* (CASTRO, 2005, p. 19/20). Os indígenas colocados no mesmo nível dos bichos irracionais e ferozes.

A tal respeito testemunha o padre Jean Baptiste-Parrissier em minucioso registro do que ocorreu, em 1898, na região acreana do Juruá:

Notem que essas correias são práticas ainda hoje. Quando um branco quer se estabelecer num terreno ocupado por uma tribo de índios, eis como procede. Ele arma cinco ou seis homens com bons fuzis, pega um para si também, e parte em busca da maloca. Quando a acha, ele e os seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e as crianças são levadas ao Juruá e vendidas como animais. Eu vi assim venderem na minha frente oito indiozinhos de quatro a cinco anos. As lágrimas me vinham aos olhos vendo estas pobres pequenas criaturas tratadas como animalzinhos. Infelizmente se fosse dizer tudo que sei sobre os índios, quantas cenas de barbárie atroz eu poderia citar! ((CUNHA, 2009, p. 55)

Felizardo Cerqueira, catequista de índios do Alto Juruá, depõe o que testemunhara em 1905:

Eu, que por diversas vezes, vi chegarem grupos de peruanos e brasileiros, trazendo consigo índias e meninos e contarem que lá ficaram inúmeros índios mortos, não me sentia bem com tremenda cena desumana. Sentia dentro de mim, não sei o que, uma compaixão pelos pobres dos prisioneiros das selvas que foram criados com tanta liberdade e em dado momento fugir de súbito da sua felicidade que outrora gozavam, para se ver prisioneiros e cativos de seus algozes, que sem compaixão jogavam-lhes nos mais brutais trabalhos. (Apud IGLESIAS, 2010, p. 266/267)

O general Glimeses Rego Barros, que foi prefeito do Departamento do Alto Juruá, entre 1912 e 1915, também registra:

Daí as lutas e terríveis represálias e a fuga ao jugo do homem branco rotulado de civilizado. Estes, organizando verdadeiras caçadas humanas. Retornavam às barracas trazendo à guisa de troféus, as índias adultas, e até ainda crianças, deixando distendidos no solo mortos ou feridos, os do sexo masculino e as anciãs. (BARROS, 1993, p. 122)

Em 1925, o padre Constant Tastevin registra semelhante ação no Rio Muru uma região acreana de Tarauacá:

Nada mais fácil que acabar com uma tribo incômoda. Reúnem-se de trinta a cinquenta homens, armados de



carabina de repetição e munidos cada um com uma centena de balas, e, à noite, cerca-se a única maloca, em forma de colmeia de abelhas, onde todo o clã dorme em paz. No nascer do sol, na hora em que os índios se levantam para fazer a primeira refeição e os preparativos para a caça, um grito convencional dá o sinal, e os assaltantes abrem fogo todos juntos e à vontade. Pouquíssimos sitiados conseguem escapar: levam-se as mulheres e as crianças que podem ser pegas vivas, mas não se perdoam os homens que, por sua vez, sem mostram sem medo e indomáveis. Felizmente isso não é mais do que história antiga. Em geral foram os peruanos semi-civilizados de Ucayali que, lançados pioneiramente à procura da castilloa elástica, se mostraram mais ardentes nestas correrias. Para eles, um índio não era mais do que um irracional que podia ser morto como um macaco. (CUNHA, 2009, p. 149)

Como se pode ver, nesta fase, os povos originários da região que depois passaria a se chamar acreana foram contatados – seguindo políticas de estado ou não – como seres selvagens, por isso, a merecer ou um tratamento de fundo violento, como a morte, por exemplo - ou um tratamento “civilizatório” - o amansamento catequizador, por exemplo - conforme as medidas da época.

No caso específico desta região amazônica – que a rigor não difere das demais – a ocupação da chamada civilização se deu por homens bandeirantes em busca de riquezas e catequização aos moldes civilizatórios de almas selvagens. Das formas de contato – todas igualmente violentas às suas maneiras – as mais conhecidas ficaram registradas como *Correrias* e também ações catequizadoras, estas últimas frutos de políticas demográficas de Estado, de interesses privados (comerciais) e também religiosos.

#### 4.2.1.2 Sobre a racialização dos seringueiros

Historicamente, vê-se que a gênese da figura social do seringueiro foi racializada à condição, juntamente com os indígenas, de “condenado da floresta” na Amazônia. Condição esta que, sob matizes várias (atrasado, primitivo, selvagem...em relação às suas antíteses moderno, avançado e civilizado), se mantém como se fosse algo inerente, integrante da sua natureza, de tão profundo nos discursos e práticas coloniais.

Seringueiro tornou-se uma categoria social que, no plano histórico, foi inventada em razão da constituição, na Amazônia do século XIX, da força de trabalho de migrantes nordestinos integrados no sistema seringal para a extração do látex no regime de aviamento, este baseado “*no trabalho compulsório fundado na dívida, num processo marcado pela reclusão social*”. (ESTEVEVES, 2010, p. 43).

Muito embora, de fato, a constituição inaugural da figura do seringueiro se deva a uma explicação, que é corrente, muito mais de fundo econômico (mão-de-obra para a produção da borracha ao mercado mundial) e também social (busca de saída de uma condição miserável dos nordestinos em seus lugares de origem), com o tempo tal constituição tomou outras dimensões, causas e consequências, sobretudo no plano da cultura e para além dela. O seringueiro passou a constituir uma relação humana com a natureza de tal modo “amazonizada” (BECHIMOL, 1992, p. 64)

São vários os testemunhos que registram o quadro em que o seringueiro foi tratado em relação ao qual Samuel Bechimol defende que “*não*

*podemos falar em emigração, mas em desterro. Em colonização, mas em assalto. Em esperança, mas em morte”* (BECHIMOL, 1977, p. 248)

Os motivos que levaram homens e mulheres (sobretudo homens, no período inicial) a sair de seus territórios originários e ir para um outro completamente desconhecido são vários, segundo os estudiosos. O historiador paraense Roberto Santos elenca alguns. A ilusão de que o trabalho na floresta seria livre em relação ao trabalho nos cafezais; a ilusão de enriquecimento rápido; a força das propagandas dos seringalistas do Pará e do Amazonas; os subsídios dos governos do Pará e do Amazonas para o transporte de imigrantes para a zonas agrícolas; a proximidade dos portos do Norte em relação ao do Sul; a ruptura da resistência por parte dos senhores de terras nordestinas em razão das fortes secas. Graham e Buarque de Holanda Filho também lançam o que entendem por motivos: o fato de que o recrutamento se dava dentre os desempregados e refugiados que se encontravam nos portos de Fortaleza, Natal e Recife; a psicologia dos sertanejos tinha mais a ver com El Dourado amazônico que do sul e o fato de que a Amazônia era mais perto do nordeste que o sul (apud MARTINELLO, p. 38/39)

Todavia, bastaria uma única razão para explicar o fenômeno migratório dos nordestinos para a Amazônia: a busca de condições de vida digna. A história, todavia, vai dizer que não foi exatamente uma vida digna que eles conseguiram encontrar. As más condições começavam no trajeto para os seringais cujo deslocamento *“era precário e as condições humanas lembram aspectos dos navios negreiros na sua travessia atlântica”* (RANZI, 2008, p. 129/130) Nesse sentido, Esteves acrescenta que

O percurso do Nordeste até o seringal se transformou numa espécie de rito de passagem, necessário para o surgimento de um outro personagem, que comporia a história comum das formas de exploração da força de trabalho: a servidão se intensificando tanto quanto a objetivada no 'sertão. (ESTEVEVES, 2010, p. 53)

O historiador Samuel Bechimol que, durante a migração do segundo ciclo da borracha (de 1942 a 1944), fez diversas entrevistas com os migrantes nordestinos, registra o seguinte testemunho de sua lavra quanto à condição colonial a que os mesmos estavam adstritos antes mesmo de chegar aos seringais:

...confesso que, talvez, a história das migrações humanas, nas suas crônicas, jamais tenha registrado um drama de igual proporção, somente comparável com o dos judeus no êxodo, diáspora e perseguição milenária; com o dos povos africanos, a bordo dos navios negreiros e na escravidão das senzalas; e os das tribos indígenas, expulsas de suas terras, após a destruição de suas culturas. (BECHIMOL, 2009, p. 206)

Euclides da Cunha, em missão oficial do governo brasileiro ao Acre, testemunha, em 1905, as condições dos seringueiros no Acre:

A propriedade mal distribuída ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que se limitam de um lado pelas beiradas dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia ou nula. (CUNHA, 2006, p. 66)

Ainda Euclides, a respeito das condições impostas ao nordestino enquanto seringueiro:

É que, realmente, nas paragens exuberantes das heveas e catiloas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De efeito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realizou uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se. (...)

É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impossibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. (CUNHA, 1999, ps. 13 e 15)

O General Clímedes Rego Barros, concordando com Euclides, registra que “*o povoamento do Acre deu assim origem a uma nova forma de escravidão, em que vegetava o seringueiro*” (BARROS, 1993, p. 144). Este autor notícia que “*o Eng<sup>o</sup> Alberto Masô certa vez declarou: ‘O seringueiro é quase sempre um escravo das suas dívidas.’*” (p. 142) Tal afirmativa do referido engenheiro foi justificada pelo depoimento dado por seringueiro ao prefeito da cidade de que trabalhara “*para um mesmo patrão durante 12 anos, sem interrupção e ao invés de ver amortizada a sua dívida, no fim desse período estava devendo ainda 8 contos de reis*”. (Idem)

Artur Cesar Ferreira Reis elabora um perfil dos modos extremamente violentos e autoritários como o patrão seringalista tratava o seringueiro freguês,

Disciplinados por excelência, tem de mostrar-se a altura quantos aos problemas lhe surgem principalmente a ordem que deve ser mantida nos barracões nos fabricos, nas tarefas do dia. Muitas vezes se mostra violento, indo mesmo a barbárie no trato com os seus homens. Seus métodos de ação por

isso mesmo, lhes têm valido a acusação de desumano, explorador do sangue de seus jurisdicionados, senhor de escravos, barão feudal.

Quanto os fregueses ousam fazer-lhes exigências, que pretendem abandonar o trabalho, cometem falhas, empregam processos condenados na extração do látex, os meios de punição ou de correção que aplica são realmente violentos. Tortura-os, prendendo-os no tronco, como se fossem negros da época da escravidão. Quando entende que sofreu uma desfeita que lhe macula a dignidade, pondo em jogo a própria honorabilidade, não treme na ordem para eliminar o ofensor. Age, assim, sem freios. Sua vontade é a lei.

...e disciplinador ele exerce em consequência, a seu modo, ignorando a dos outros, a autêntica, a legal, exerce-a de acordo com a concepção primária da vida, de moral, a que se habituou desde a infância. Faz justiça como lhe parece deva ser feita. (REIS, 1953. p. 114)

Para Pedro Martinello, *“o seringueiro estava entregue talvez a mais desumana estrutura de exploração jamais concebida numa sociedade livre”*. (MARTINELLO, 1988, p. 46). Para o historiador, a condição social do seringueiro *“era ambígua e mesmo paradoxal: socialmente era livre, porém sua condição real era a de um escravo. Escravizado pela dívida, pelo isolamento e solidão, pela rotina de trabalho e de vida na floresta”* (idem, p. 45)

Nessa mesma trilha de compreensão da condição do seringueiro no seringal, Marcio Souza afirma: *“o seringueiro era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentracionária do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão. Endividado, não conseguia mais escapar”* (SOUZA, 1978, p. 100)

Conforme notícia Martinello, disse o então senador Eloy de Souza a respeito das condições em que viviam e trabalhavam os seringueiros e as mortes daí resultantes,

...nunca em parte alguma do globo houve exemplo de tamanho sacrifício, nem indústria alguma custou jamais em país de civilização ocidental, um tão crescido número de vidas pelo abandono criminoso dos governos, despercebidos como estamos de que ali se perde o mais valioso capital da nação. (Apud MARTINELLO, 1988, p. 46)

O diplomata americano Walter Walmsley que, por ocasião do período da batalha da borracha, foi Secretário da Embaixada Americana no Brasil e como tal conheceu *in locu* as condições em que trabalhavam os soldados da borracha na Amazônia, fez a seguinte afirmação: “*a Amazônia é uma cadeia de intermediários, todos saciando no sangue dos pobres extratores*” (apud MARTINELLO, 1988, p. 280)

Em 1905, o então prefeito do Alto Juruá, Gregório Thaumaturgo Azevedo, questionando em seu relatório as condições pelas quais eram tratados seringueiros e indígenas, registrou que

"o 'tronco' era uma instituição. Extinguiu-se em 1888 o cativeiro dos negros, mas imperava ainda escandalosamente a escravidão branca, no regime do trabalho e dos castigos. Os índios eram perseguidos, massacrados, escravizados e vendidos... fiz prender alguns dos mais poderosos e temidos desses acusados, para mostrar aos demais que a ação da justiça começava pelos ricos e não pelos deserdados da sorte". (THAUMATURGO AZEVEDO, 1905).

O seringueiro era também relacionado, em sua mácula de inferioridade, a uma igualmente eterna incapacidade cultural e intelectual. O próprio

Plácido Castro o tinha como um “*homem sempre inculto*” e oriundo “*das classes inferiores da sociedade, ignorantes e supersticiosos...*” (CASTRO, p. 40, 2003).

Anos depois de tal afirmativa de Plácido de Castro, já nas décadas de 70 e 80, os seringueiros continuavam sendo vistos/tratados, desta feita pelos novos colonizadores (os latifundiários e pecuaristas), como “*povo ignorante*”, “*bárbaro*”, “*quase selvagem*”, “*atrasado tecnologicamente*” e “*preguiçoso*”, sendo considerados “*apenas como uma força de trabalho disponível*” (ESTEVES, 2010, p. 151).

É fato que a relação de dependência econômica, essencialmente construída e mantida pelos vínculos de trabalho no seringal, e a concentração fundiária, não vão sustentar, por si só, o *seringalismo* como manifestação da colonialidade não fosse, como já demonstrado aqui, também a condição racializada – que institui a inferioridade ontológica - pela qual os indígenas e seringueiros eram considerados e tratados (inferiores, atrasados, selvagens, incivilizados, burros, analfabetos, etc. e assim sujeitos naturalmente merecedores de extermínio, domínio e exploração).

Tanto na sua forma genérica quando na específica, a colonialidade se expressa através do dispositivo/critério básico - que vai imprimir o duplo ontológico contraditória superioridade/inferioridade – consistente na ideia de raça/etnia. Por ele, os indígenas e os nordestinos seringueiros estarão circunscritos/limitados ao campo/condição subalterna em relação a toda uma lógica econômica e cultural fundada nas ideias de domínio e



exploração em torno do *seringalismo* e quem em seu nome se relacionava, inclusive outros nordestinos. Pelo dispositivo étnico/racial, vê-se uma operação intencional de esvaziamento ontológico do ser colonizado com a qual se opera a sua transformação, à vista do dominador/explorador, em um nada, ou melhor, em um nada-meio, nada- instrumento a serviço da riqueza produzida e a manutenção das escalas de domínio e exploração mantido num grau maior pelo *sistema mundo moderno colonial*.

Tal duplo ontológico próprio da territorialidade social também é reproduzido em relação tanto ao espaço territorial interno e geopolítico (primeiro Bolívia, depois Acre sempre menores, inferiores, apesar da importância da riqueza de recursos naturais exploráveis de que dispunha) quanto ao natural (a natureza) com seus elementos que lhes constituem – aqueles sempre inertes dispostos ao consumo humano (floresta lugar em que se deve extrair – e destruir - seus recursos naturais). A mesma violência que se exerce sobre aqueles considerados primitivos/inferiores (indígenas e seringueiros) se exerce sobre a natureza, esse algo sempre disponível (SANTOS, 2005)

Não fosse a potência que a invisibilidade da colonialidade produz especialmente no campo histórico – seria inútil afirmar que antes do contato/invasão nas terras amazônicas todo esse construto mental e material instalado era inexistente.

Como demonstrado, é fato que uma das características mais marcantes do *seringalismo* seja a racialização dos sujeitos indígenas e seringueiros, de modo a considerá-los, especialmente para efeito de suas explorações e

domínios, como, respectivamente, não humanos e sub-humanos, o que tem funcionado como elemento legitimador da dominação e da exploração moderno colonial na região.

A racialização empregada no seringalismo se constituía na justificativa legitimadora da dominação e exploração dos indígenas e seringueiros. A condição colonizada e racializada funcionava/funciona como mero efeito da colonialidade, no caso, do seringalismo.

#### **4.2.2 Sistema de exploração, o aviamento**

O sistema de aviamento, segundo Chaves, vai se constituir em “*diferentes formas de troca de mercadorias sem a utilização do dinheiro.*” De acordo com esta pesquisadora, “*Na ausência de circulação monetária nos seringais, os gêneros utilizados pelos seringueiros e sua família eram fornecidos – aviados – [pelo patrão seringalista] para ser pago ao final do processo de produção (fabrico).*” (CHAVES, p. 35, 2011)

O aviamento vai instaurar a relação econômica e social na Amazônia especialmente ao longo dos chamados ciclos da borracha, mas que se mantém para além deles. Para Roberto Santos, ele se deu na medida em que o capitalismo europeu e sua racionalidade econômica se impõe sobre a sociedade amazônica (SANTOS, 1980, p. 159)

Segundo José de Souza Martins (MARTINS, 2009), o aviamento, como modalidade de exploração do trabalho humano, foi tentado sem sucesso fora da Amazônia sob outras denominações. Com o fim do tráfico negreiro em 1850, outros experimentos de trabalhos servis tomam conta do Brasil. O autor chama atenção para duas tentativas provadas no sul do

País. A primeira se deu com os “*coollies*” chineses, na cultura do chá no Rio de Janeiro. A segunda com o *colonato* que usava os imigrantes europeus nas fazendas de café em São Paulo. Em ambas, a exemplo do aviamento, predominava a servidão do trabalhador por dívida. Segundo Martins, o sucesso do aviamento na Amazônia e o fim de suas matrizes no Sul se deu, especialmente, porque, enquanto sobretudo os europeus eram protegidos por seus países, os brasileiros não contavam com ninguém que os protegesse, nem normas trabalhistas existia. O Estado cumpria o papel de seu maior exportador, caso do Ceará no período das secas.

Pelo aviamento, “*a nova escravidão imposta pelo barracão*”, aponta Martins “*O trabalhador ficava à mercê do poder pessoal do seu patrão, que ditava e executava a lei, e governava por meio de jagunços e pistoleiros*” (MARTINS, 2009, p. 10) Martins tem que, em nome do aviamento, “*a borracha criou imensa riqueza de uma burguesia parasitária e criou miséria dos trabalhadores que tiveram na própria selva os muros de sua prisão e de seu cativeiro*” (idem, p. 11)

Para Esteves, a dívida – de fato um dos elementos no aviamento que sustenta o vínculo de dominação/exploração entre seringueiro e seringalista – se constitui, na perspectiva do seringueiro, “*...em um referente classificatório do tempo histórico, traduzido como ‘tempo do cativeiro’*. Foi a categoria definida para expressar a dominação do cativeiro” (ESTEVES, 2010, p. 65).

Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves, o papel da dívida é, de fato, manter o seringal, no caso todo o sistema que integra o *seringalismo*, “*por meio da esperança do saldo*” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 174). Nesse sentido, sem a dívida, não se poderia falar em escravidão no *seringalismo*.

Quanto à dominação instituída no *seringalismo*, Teixeira elenca dois aspectos que vão caracterizar a estrutura social do seringal: uma, é o “*sistema de dominação tradicional associado à violência física e institucional*” e a outra, a forma de organização econômica cujo fim é dar suporte à tal dominação (TEIXEIRA, idem, p. 178/179)

De fato, como analisa Teixeira,

A dívida contraída no barracão parece se constituir menos num dado que torna possível calcular a força de trabalho, pelos meios de consumo que se fornecem ao trabalhador, e muito mais um artifício destinado a manter a sua submissão. Além disso, a dívida seria um instrumento eficaz de manipulação ideológica, na medida em que introduz entre os participantes a convicção do seu natural resgate, como se eles estivessem envolvidos numa verdadeira relação comercial. Tanto é assim que diante do ‘patrão’ o seringueiro considera-se ‘freguês’, ou seja, alguém que faz parte de sua clientela, e, nessa condição, goza de certos privilégios. (TEIXEIRA, 2009, p. 156)

Para este pesquisador, nessa linha de raciocínio a constatação é que a dívida supera a classificação a que lhes tem atribuído vários autores, que é a de categoria tão-só econômica. Ela, na verdade, “*estaria simplesmente encobrindo uma forma compulsória de trabalho e servindo como instrumento de coerção extra econômica*” (TEIXEIRA, 2009, p 155). Ou seja, ela funcionaria “*mais como um elemento da ideologia do aviamento*

*do que como real instrumento econômico.*” (p. 156), o que daria uma dimensão ampliada ao *seringalismo*, este para além de uma questão econômica, uma questão de domínio e exploração moderno-colonial.

Ademais, Esteves acrescenta mais um fator fundamental na relação instaurada no aviamento e que retira dele a supremacia do elemento econômico que a dívida financeira pressupõe concentrar. A pesquisadora fala dos significados morais do *favor* que o patrão prestava ao seu freguês, e pelo qual este se sujeitava. É quando a dívida, desta feita “*naturalizada pelos favores*”, cria mais uma razão moral que vai contribuir para a sustentação do projeto colonial de submissão na floresta (ESTEVES, *idem*, p. 77) E que vai com o tempo se manifestar significativamente para além dos vínculos clássicos do seringal – na sua vigência e depois dela – com os processos de escolha, pelo voto, das representações políticas locais (“favor se paga com voto”), desta feita dentro dos moldes do clientelismo. É um dos efeitos do *seringalismo* avançando na história colonial local.

Segundo Roberto Santos, o aviamento não se alimentava somente do produto borracha. A renda advinda dele com a qual nutria o sistema era resultante também da extorsão que o seringalista praticava contra o seringueiro, “*até o ponto de intolerância fisiológica, o máximo de rendimento com o mínimo de pagamento. O excedente era compartilhado pela rede de 'aviadores', transportadores, pelo governo, etc., inclusive pelos industriais* (SANTOS, 1980, p. 162).

Por estas circunstâncias – as econômicas e morais – a relação de dependência era construída, segundo Chaves “*para toda e qualquer atividade que exigisse dispêndio de recursos desde um batizado, remédios, uma viagem e outras*” e, mais que isso, a sua dimensão extrapolava as relações sociais, econômicas e morais, na medida em que ia “*constituindo-se numa forma de entender, ordenar, pensar, de ver o mundo*”, não se limitando, assim, às condições objetivas das relações de trabalho, “*as representações simbólicas dos agentes sociais se constituíam parte integrante e renovado desse processo*” (CHAVES, 2011, P. 36/37)

Como demonstrado, a conclusão óbvia é a de que sem os processos de domínio e exploração de cunho econômico – que se traduz em processo de dominação social – o seringalismo não existiria. Mais verdadeira ainda é tal assertiva se a racialização também operada em favor daquele modelo moderno-colonial de poder não fosse acionada, bem como a concentração fundiária ali não existisse. Passemos na sequência a tratar desta terceira chave do *seringalismo*.

#### **4.2.3 A propriedade e sua concentração**

Pode-se observar outro elemento determinante como um dos fatores que tem operado a colonialidade na Amazônia, que é a propriedade privada da terra. A questão da propriedade – sua concentração – vai se constituir também como um dos pilares do *seringalismo* (especialmente nos dois ciclos econômicos e migratórios da borracha) assim como preponderante no terceiro ciclo migratório com a pecuarização da Amazônia, atravessando toda a história de sua ocupação/invasão.

De fato, é nessa outra Amazônia, a Amazônia acreana do *seringalismo*, que se realizam estratégias de apropriação/expropriação de terra portadora de seringueiras e o uso da força de trabalho do nordestino migrado e também do indígena “amansado” que vão se tornando seringueiros. Por este conceito, o *seringalismo* – que tem origem no sistema de aviamento do seringal, especificamente no período dos primeiros ciclos da economia da borracha e migração nordestina na Amazônia – subsiste de fato a este tempo histórico da economia gomífera estando fortemente fortalecido pela política de concentração fundiária herdada pelos seringais que desta feita são transformados em campo agropecuário e também do mercado de terras.

Como muito bem apontam Jean Hebette e Edima Silva Moreira:

Até os anos de 1960, as terras – isto é, as matas – amazônicas ficaram sob o domínio do latifúndio extrativista, herdeiro geralmente ilegal das sesmarias coloniais e destinatários dos benesses do poder econômico e político regional dos diversos estados, em benefício também do capital estrangeiro. Para estes iam os lucros da exploração dos abundantes e muitos variados recursos da natureza – os mais lucrativos foram a borracha (1870-1920) e a castanha (1920-1970). (HEBETTE e MOREIRA, 2007, p. 90/91)

Mário Lima entende a estrutura da propriedade, desde o início, como fator essencial à instituição e manutenção do *seringalismo*, sem a qual, segundo entende, seria impossível a vinculação do trabalho à atividade gomífera. É que, aponta, a apropriação da terra pelo seringalista concede-lhe exclusividade da atividade extrativista “*ao tempo em que fechava o ciclo de subordinação do trabalho seringueiro ao capital industrial através do consumo compulsório de produtos industrializados* [vendidos pelo

seringalista aos seringueiros]” (LIMA, 1994, p. 16). Lima insiste que “*a base latifundiária permite, em primeiro momento, um controle sobre a produção que se completava, via sistema de aviação, através da agregação da produção gomífera realizada pela casa aviadora*”. (LIMA, 1994b, p. 16)

Ademais, conclui Lima, o seringal sob o total controle dos seringalistas impede que o seringueiro a use em seu proveito mesmo por meio de pequena produção agrícola para a sua subsistência. Com isso, a terra do seringal é toda voltada à submissão do capital, o que leva “*o seringueiro a trabalhar para o capital industrial e não para si, mas para gerar a produção externalizada*”. (LIMA, 1994, p. 16)

De fato, como afirma Mamed, “*a propriedade seringalista da terra, tal como ela se configurou na região acreana, é um dos elementos fundamentais na particularização da produção social nesta região.*” (MAMED, s/d, p. 12). Isto, tal ocorrência, se dá desde a origem. Nesse sentido:

...o processo de ocupação acabava seguindo um dos princípios sagrados da Lei de Terras de 1850, qual seja, a restrição do acesso à terra aos que dispusessem de recursos financeiros suficientes para pagar por ela. Por isso, a posse e o domínio das terras no Acre foram absolutamente restritivos, de maneira que as relações de propriedade da terra estão entre os elementos determinantes na reprodução das relações sociais sob o seringalismo. (MAMED, s/d, p. 12)

O acesso individual às terras (seringais) no Acre era de fato extremamente restrito. Era raro um seringueiro alçar a posição de seringalista, que significa, necessariamente, a posição de proprietário de terras, seringais.



Segundo informa Rosineide Bentes, “*o trecho de seringais mais densos, localizados no Distrito do Acre, foi apropriado por 105 empresas pertencentes a empresários e firmas comerciais-financeiras*” (BENTES, 2004, p. 126) Para esta autora, a propriedade na Amazônia era privilégio de poucos. “*Favorecidos pela posse de capital ou crédito, estímulo estrangeiro e certos privilégios legais, empresários, mais do que produtores familiares, apropriaram os seringais*” (*Idem*, p. 137)

Mas, como já afirmado alhures, a questão da concentração fundiária avança para além da crise da borracha, mas não do *seringalismo*, tornando-se ainda mais fundamental na medida em que deixa de exercer o papel histórico daquele lugar por excelência em que a exploração se realiza para se tornar fundamentalmente uma mercadoria e como tal se constituir em mais uma forma de esvaziamento da humanidade do outro pela sua condição de expropriado (indígena) e despossuído (nordestino) e, por isso, ainda, colonizado.

A concentração fundiária inaugurada na região com a formação de seringais – portanto do *seringalismo* - subsistiu e decorreu á/da crise da produção e comércio da borracha que “obrigou” ao abandono pelos seringalistas não só da atividade gomífera (que não dava mais lucro) como também, como consequência, de suas propriedades (e junto a isso ao descarte/abandono dos seringueiros como mão de obra agora inservível), gerando o endividamento dos seus proprietários com a instituição financeira estatal que financiava a produção de borracha – o Banco de Crédito da Amazônia S.A. Segundo Lima, foram as políticas públicas que permitiram “*à colagem da propriedade da terra*” como garantia nas

operações de crédito dos seringalistas. A falência destes, para Lima, “*correspondeu a formação da primeira equação de preços para a terra e a montagem das condições iniciais do funcionamento do mercado de terras*” (LIMA, 1994, p. 75).

Tal fato vai se acoplar ao avanço da fronteira de terras que se instaura na Amazônia entre o final dos anos sessenta e começo dos setenta. E assim, os seringalistas passam a comercializar as suas terras para poderem pagar suas dívidas bancárias.

É quando, pontifica Lima, a estrutura financeira e o estado não só reconhecem como dão sustentação à formação “*da base latifundiária da terra montada pelo seringalismo*”, possibilitando, como resultante, “*que tal estrutura fosse aprisionada pelos movimentos recentes da fronteira agropecuária*” (LIMA, p. 18) fazendo com que a propriedade de terras na região, que antes possibilitava a exclusividade da exploração do trabalho dos seringueiros/indígenas, consolide a formação de grandes latifúndios (LIMA, p. 93) e assim possibilite a manutenção de um estado de expropriação da terra na floresta abrigando a uma nova migração dos “condenados” desta feita para conformar nas cidades um exército de periféricos desempregados e mão-de-obra barata com as consequências sociais daí advindas como, segundo Lima, a definitiva marginalização – pelas elites regionais - da maioria da população de um projeto regional. É quando os seringueiros são desconsiderados pelas políticas públicas de desenvolvimento - constituindo-se, como entende, no mais violento processo de expropriação de grande parcela dessa população, especialmente aqueles despossuídos a quem as políticas fundiárias não

produziam qualquer benefício, muito pelo contrário (LIMA, p. 75). Tal movimento funda o fenômeno da periferização do Acre. “*Assim, depois de submeter aos seus desígnios gerações de migrantes, o seringalismo oferece-lhes como herança a desesperança das unidades urbanas regionais onde exangues resta-lhes o desemprego, a fome, o abandono*” (LIMA, p. 19)

De fato, a questão fundiária é historicamente um elemento fundamental não só para a definição do sistema colonial adotado na região acreana – *seringalismo* - mas para todos os demais, estando na gênese da invasão dos europeus às terras ameríndias – o que fez daí em diante indígenas expropriados de suas terras e, na sequência imediata, negadas aos africanos negros tornados escravos.

Na Amazônia, no Acre, o mesmo. Os indígenas expropriados e os seringueiros impedidos de seu acesso, funcionando deste modo – a propriedade fundiária – como o motor da relação de dominação e exploração do proprietário seringalista em relação aos indígenas e seringueiros. Aliado a isso, igualmente forte e decisivo, as suas racializações como sujeitos naturalmente inferiores. Os primeiros, de caráter étnico. Os segundos relacionado à sua origem nordestina. Ambos quanto aos seus saberes.

No sentido fundiário, devemos ter em conta a motivação dos processos da chamada “questão do Acre”. Como registra Allegretti, “*a Revolução Acreana ocorreu na passagem do século XIX para o XX, no momento em que os preços da borracha estavam altos, quando a demanda pela*

*matéria-prima era crescente e a oferta era exclusiva da região amazônica*” (ALLEGRETTI, 2002, p. 142). Segundo Bentes, “60% das propriedades (num total de 105) foram adquiridas no período de 1848 a 1907” (BENTES, 2004, p. 128/129). O que explica em grande medida os interesses dos heroicos brasileiros “revolucionários”. Seringalistas, verdadeiros amantes da pátria-propriedade.

Os interesses extremamente econômicos pelo domínio dos seringais, o que vale dizer pela propriedade rica em seringueiras, se alinharam aos interesses fiscais do Estado do Amazonas. Nesse sentido, afirma Allegretti:

O Acre apresentava essa possibilidade em função da grande concentração de seringais, de alta produtividade, e do fato destas terras estarem disponíveis à apropriação privada, à medida em que os indígenas iam sendo eliminados e/ou controlados. Foi o interesse do Amazonas em manter o Acre como parte do seu território e assegurar, dessa forma, o controle sobre os impostos da borracha, que o levou a se envolver na disputa com a Bolívia e a financiar as insurreições e o governo independente. (ALLEGRETTI, 2002, p. 142)

Por esse prisma, será o *seringalismo* - e não a “revolução acreana” patriótica - o motor e a definição dos contornos sociais que marcarão aquela sociedade fundada, nesse passo, não na suposta vontade genérica de “acreanos em ser brasileiros”, como motivação patriótica heroica-epopeica, mas como uma sociedade marcada, desde a sua gênese, pela condição colonial imposta aos indígenas e nordestinos tornados seringueiros e sujeitos despossuídos por natureza, em nome da propriedade concentrada em mãos de poucos selecionados e de extremas

explorações destes como mão-de-obra- racializada/inferiorizada no sistema de aviamento.

Foi o interesse econômico fundado no *seringalismo* o fator determinante na luta “revolucionária” combinada com “disposição” da mão de obra semiescrava e braços para os fuzis da frente de batalha. Os processos ditos revolucionários e suas razões “públicas” constituem as estratégias para se alcançar aquele fim. Sem o *seringalismo* o Acre não existiria.

Nesse sentido, não há como pensar de outra forma. A chamada revolução acreana, em todas as suas fases e faces, – diferentemente do que a historiografia oficial defende – não passa em larga medida de um conjunto de ações com vistas à defesa dos interesses comuns dos seringalistas e comerciantes e as oligarquias que as representavam (a proteção de suas propriedades e negócios), estes quem - instrumentalizando o *seringalismo* na direção de tal intento – a comanda e a financia, por exemplo, com a concessão de estrutura e soldados revolucionários, os seringueiros tirados da frente de extração para a frente das trincheiras bélicas.

A propósito, diz um ex-seringueiro da tropa de Plácido de Castro: “*eu tenho honra em ser veterano do Acre. Lutei com Plácido de Castro. Infelizmente ele morreu. Nós sofremos muito e não vimos nada. As terras ficaram para os patrões e nós não tivemos nada e morremos.*” Fala do ex-seringueiro Sérgio Bernardo Pinto, cearense, entrevistado por Samuel Bechimol em 1942 (BECHIMOL, 1977).

Tornados latifúndios, os seringais cumprem o novo papel de motor da concentração fundiária com os mesmos efeitos de afastar indígenas e seringueiros de seu acesso, senão na condição de meio/instrumento - mão-de-obra servil, a ser dominado e explorado bem como condenados a viverem em reservas – reservados - como eternos posseiros. Este aspecto será discutido nos capítulos seguintes.

Apresentadas, pelo nosso entendimento, as três principais chaves do *seringalismo*, vamos procurar entender e problematizar, na presente pesquisa, o seu sentido conceitual enquanto categoria analítica que possa melhor explicar o modo como a modernidade/colonialidade opera na Amazônia acreana.

### **4.3 Discutindo o *seringalismo* como categoria analítica**

No presente trabalho, parti da hipótese de que o *seringalismo* se constitui na expressão fundante da história colonial no Acre. É por ele que a condição moderno-colonial local será instituída. Nesse sentido, é que se pode afirmar ser o mesmo um fenômeno histórico que lançará as bases para a formação de um padrão local de poder contemporâneo o qual denomino de *seringalidade* (conforme capítulo seguinte). Na parte inicial do presente capítulo expus as três chaves – a racialização, o aviamento e a concentração fundiária - as quais entendo como responsáveis para o acionamento do padrão de poder local, na sua raiz, na sua origem, em escala local, ou melhor, no território geográfico e epistêmico da Amazônia acreana.

Iniciarei aqui apontando o uso da palavra *seringalismo*, de certo modo ou aparentemente indiscriminado, na literatura que trata dos processos históricos de ocupação social, política e econômica na região, em especial a acreana, para, na sequência, observar como a mesma tem sido determinada no plano conceitual, bem como sua contribuição teórica para o campo da teoria crítica decolonial como manifestação local do colonialismo na Amazônia acreana.

De início, cabe o registro da obra “*Seringalismo, Um novo modelo*”, do agrônomo José Samico de Oliveira (OLIVEIRA, 1997) muito mais para dissipar qualquer dúvida que porventura venha a ocorrer quando do acesso a tal título em face da raridade da obra. É que ela, não obstante trate de questões que envolvam a seringa e o seringal, portanto o universo do *seringalismo* no sentido genérico, faz uso desta palavra apenas limitado ao âmbito tecnológico do seu processo extrativo e do que lhe diz respeito “*aproveitamento racional dos seringais silvestres*”, o que inclui também a alteração de alguns procedimentos relacionados à produção gomífera como um todo (extrapolando inclusive o seu aspecto puramente técnico), de modo a modificar o trabalho tradicional do seringueiro, sobre o qual o autor desenvolve com bastante eficiência em razão dos anos de experiência como fiscal do Banco de Crédito da Amazônia dos seringais por esta instituição financiados. O novo modelo de *seringalismo* para o autor traduz-se especialmente na sua proposta de metodologia de trabalho na extração a qual denominará de Cernambi Virgem Prensado-CVP “*como único processo capaz de facultar o aumento do campo de trabalho do extrator e que lhe exige menor dispêndio de energia; (...) com mais dignidade social distribuir-se-á os réditos, a todos que participem do*

*trabalho; e dessa forma entende-se o novo modelo de seringalismo...”*  
(OLIVEIRA, 1997)

Alguns autores quando tratam da história da Amazônia e do Acre, especialmente quando analisam os processos sobretudo históricos relacionados ao extrativismo da borracha, têm usado a palavra *seringalismo* sem, no entanto, estabelecer seus contornos conceituais, deixando, assim, de emprestar à mesma o caráter de categoria, seja em que campo for do conhecimento.

Na presente pesquisa, posso apontar três pesquisadores que buscaram defini-la para o campo de conhecimento de seus estudos. Os economistas Mário José de Lima, Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti e a socióloga Leticia Mamed. Entre os três, o segundo muito embora não o tenha feito de forma explícita traz elementos importantes para a construção de sentidos a ele vinculados. Buscarei aqui dialogar com tais conceitos para pensar o *seringalismo*, para além de um neologismo, como uma categoria fundamental para a compreensão da colonialidade na Amazônia e como expressão dela localmente.

Antes, porém, vale apontar pelo menos quatro outros pesquisadores que fazem uso da categoria sem que seja expresso seu desenho conceitual. Veremos que o sentido que se pode extrair destas referências é semelhante aos daqueles pesquisadores que resolveram articular explicitamente seus elementos conceituais.



O antropólogo Jacó Piccoli faz referência a *seringalismo* em três passagens de sua tese *Sociedades Tribais e Expansão da Economia da Borracha na Área Juruá-Purus* (PICCOLI, 1993):

As duas primeiras, quando está tratando das Correrias:

As correrias constituíram-se no meio mais eficaz, engendrado pelo seringalismo e o caucherismo, para reprimir e destruir as formas de resistência contrapostas pelas sociedades nativas. Ao processo de dominação instaurado pelo extrativismo correspondeu necessariamente um contraprocessos de resistência e luta ativado e atuado pelos povos indígenas. (PICCOLI, 1993)

...estabelecia relações com outros seringalistas no intuito de fazer valer um código de ética que, em última instância, representava os interesses mútuos do seringalismo, enfim, procedia à exploração e administração econômica e social dos seringais. Ao nível produtivo e na base do sistema estava o seringueiro. A ele correspondia um máximo de deveres e um mínimo de direitos. Devia conformar-se ao regime de trabalho imposto pelo “barracão do seringal”; (PICCOLI, 1993)

A terceira quando está tratando sobre o sistema de aviamento e o capital mercantil:

2º) Tanto na região do Juruá como na do Purus, os diversos agentes do seringalismo lançaram mão dos mesmos métodos e fins praticados pelos caucheiros peruanos no sentido de eliminar, afugentar, escravizar, enfim, dominar de todas as maneiras possíveis as populações indígenas que habitavam essas regiões. As denominações de seringais, “Triunfo”, “Vitória”, “Novo Triunfo”, “Conquista”, etc., não constituíam apenas nomes ocasionalmente dados por seus proprietários. Assinalavam e representavam os êxitos obtidos pelos conquistadores ao longo de diversos cursos de rios, como o Juruá, o Tarauacá, o Envira, o Muru, o

Liberdade, o Gregório, o Amônea, o Breu, o Purus, o Acre, o Pauini, o Ituxi, o Iaco, e tantos outros (106). (PICCOLI, 1993)

Embora o autor não delimite *seringalismo* como categoria, preferindo usá-lo em sua tese como um conceito autorreferente que se explica por si só, temos que o mesmo está – de forma genérica - dentro do esquadro conceitual defendido por Lima (1994), conforme veremos na sequência.

O historiador Airton Chaves da Rocha, (ROCHA, 2006) em sua tese *A Reinvenção e Representação do Seringueiro na cidade de Rio Branco-Acre (1971-1996)*, faz uso do termo *seringalismo* em quatro oportunidades. Numa delas para fazer alusão à “*classes dominantes do seringalismo*” (p. 26). Noutra (p. 38), se refere às “*elites vinculadas ao seringalismo*” explicando nesta mesma página, em nota de rodapé nº 45, que “*Esse termo seringalismo foi cunhado pelo professor Mário José de Lima, como forma de designar a organização social do seringal*”. Por fim, Rocha continua à p. 154 relacionando *seringalismo* a “*grupos sociais*” do seringal articulados com “*setores dominantes nas cidades acreanas*”.

O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, em sua obra *Amazônia, Amazônias* (PORTO-GONÇALVES, 2001), faz uso do termo *seringalismo* sem também desenvolver o seu conceito, enquanto categoria analítica. No capítulo “*A Organização do Espaço Amazônico: contradições e conflitos*”, cria o subtítulo *Crise do Seringalismo, Vive-se Melhor na Amazônia* (p. 90). Mas é dentro do que desenvolve no subtítulo *Uma Geografia de Conflitos* que o autor vai fazer referência explícita nos seguintes termos: “*Já salientamos que esses padrões haviam melhorado*

*sensivelmente com a crise que atingiu o seringalismo a partir da década de 1910/1920”* (p. 104). Já na página 105, o autor atribui uma característica temporal ao seringalismo pondo-o em dois períodos distintos quando se refere à “*queda do velho seringalismo*” abrindo, com isso, a possibilidade da existência de um *novo seringalismo*.

O antropólogo Lino João de Oliveira Neves, em sua tese de doutorado *A Volta ao Começo: Demarcação Emancipatória de Terras Indígenas no Brasil* (NEVES, 2012), também utiliza *seringalismo* em quatro passagens de sua pesquisa. No último parágrafo da página 252 (no Capítulo Terceiro *A Conquista da Amazônia Indígena*), o autor faz uma distinção entre o que chama de ocupação contemporânea e ocupação anterior - esta que vai dividir entre o *seringalismo* e frente extrativistas:

Com relação às formas de ocupação contemporâneas, estas se distinguem do seringalismo e das frentes extrativistas anteriores pelo seu caráter industrial marcado mais pelo uso intensivo de equipamentos e maquinarias do que pelo contingente de mão de obra envolvida na sua atividade produtiva. (NEVES, 2012, p. 252)

O autor usa *seringalismo* em mais três oportunidades. Na página 263, para dizer que o chamado segundo ciclo da borracha, por ocasião da Segunda Guerra Mundial “*continuava a operar sobre as antigas bases alicerçadas pelo seringalismo.*” aquele, naturalmente, do primeiro ciclo da borracha. Na página 267, avaliando o *seringalismo* quanto aos interesse indígenas, afirma que o mesmo se constitui em “*um regime de produção que não trouxe qualquer contribuição duradoura para as suas vidas...*”. E por

fim, na página 270, faz alusão ao *seringalismo* como sistema que sofreu falência, entendendo com isso a possibilidade de seu fim.

Por sua vez, o economista Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti, em sua tese *A Política Ambiental na Amazônia: Um Estudo sobre Reservas Extrativistas* (CAVALCANTI, 2002), faz uso do termo *seringalismo* dando ao mesmo expressão mais substancial, isto porque, muito embora não a articule conceitualmente, a distingue, como fez Porto-Gonçalves, temporalmente entre um *velho ou tradicional seringalismo* e um novo *seringalismo*. O *seringalismo* é posto por Cavalcanti como sinônimo de extrativismo ocorrendo assim a distinção – para fins de ruptura - entre o novo extrativismo e o *velho seringalismo*. Nesse sentido, na página 78, o autor faz uso da ideia de “*velho extrativismo*”. Na página 113 segue fazendo referência à algumas novidades trazidas pelas RESEXs as quais, no seu entendimento, contribuiriam para a dissolução do *seringalismo tradicional*. Nas páginas 197 e 200, segue ainda se referindo às distinções marcadas entre o velho e o *novo seringalismo*.

Este autor entende que as reservas extrativistas vão significar a ruptura do *seringalismo* – que ele vai denominar o *velho seringalismo* – de onde são criadas as condições para a formulação da ideia de reservas:

Já nos capítulos 3 e 4, o movimento efetuado objetivou a construção do conceito de RESEX a partir da formação da economia extrativista da borracha. Para tanto, se procurou apreender as especificidades do processo de ocupação do espaço territorial acreano, em que a forma de acesso e o uso da terra são os elementos que fundam as bases dos atuais processos produtivos da região. É a partir desse estudo que é possível compreender os determinantes que possibilitam as RESEX se

estruturarem como uma ruptura às práticas sociais do seringalismo tradicional. Portanto, é na economia gomífera que são criadas as condições fundamentais para a criação das RESEX. (2002, p. 4/5)

Avançando ainda mais em sua análise, Cavalcanti entende que o *velho seringalismo*, com as RESEXs, se transmuda em uma nova realidade cultural que vai superar os limites estreitos do *seringalismo* como atividade econômica. Na passagem que se transcreve abaixo já é possível perceber que *seringalismo* significa o contexto em que a economia extrativista da borracha se fundou. Por isso a expressão “*seringalismo tradicional*”, tal é posto como um fenômeno social de ocorrência em um tempo passado.

A RESEX não foi construída apenas como uma resposta política alternativa a um determinado modelo de desenvolvimento regional mas, sobretudo, constituiu-se num movimento de resistência, em que a luta pela posse da terra era o elemento nuclear e unificador do movimento. Por outro lado, ao redefinir as relações sociais e culturais estabelecidas pela hegemonia do antigo seringalismo, estruturou uma dimensão social, que permite afirmar que esta proposta em geral, é uma reinvenção que supera os limites estreitos de uma simples atividade econômica, para se colocar como uma nova realidade cultural, um modo de vida, estabelecendo e redefinindo formas de apropriação e relação homem-natureza. (p. 8)

O autor atribui aquelas proposições resultantes do I Encontro Nacional dos Seringueiros como os fundamentos do *novo seringalismo*.

Desse encontro [*I Encontro de Seringueiros e Extratores ocorrido em 1985*] nasceu o primeiro formato das RESEX, cuja base inicial visava garantir e legalizar a posse da terra e, a partir daí, estruturar um novo seringalismo, rompendo com pelo menos três pontos fundamentais que se constituíam a base do seringal tradicional, a saber, a regularização fundiária, o exclusivo da comercialização, e a

obrigação do pagamento da renda para o antigo patrão, que chegava às vezes a 30% da produção. A base da proposta, portanto, era a superação das relações vigentes nos antigos seringais, consolidando um novo extrativismo. (p.109)

Certamente são esses os elementos fundamentais que, articulados, consolidaram a economia da borracha no Acre e possibilitaram sua reprodução por mais de um século. Assim, é através da análise do seringal tradicional e dos seus elementos, principalmente o ponto enfocado na luta política dos seringueiros, que se torna possível entender o novo extrativismo, notadamente naquilo que seriam os seus pontos de avanço e ruptura com o velho seringalismo. Parte substancial da controvérsia sobre o papel e importância da economia do extrativismo da borracha resulta, no nosso ponto de vista, do fato de se relevar esta trajetória. (p. 111)

Com isso, o *novo seringalismo*, segundo Cavalcanti, estaria contido na proposta de reserva extrativista apresentada pelos seringueiros por ocasião do Primeiro Encontro corrido em Brasília no ano de 1985, o que tinha como núcleo central a garantia da posse da terra que fora, posteriormente, acrescida da ideia preservacionista (p. 108)

Para este pesquisador, a RESEX surge para instituir um *novo seringalismo*, o que faz, segundo entende, rompendo com três pontos fundamentais da base do *velho seringalismo*: a regularização fundiária, o exclusivismo da comercialização e o pagamento da renda ao patrão, o que consolidaria um *novo extrativismo*. Para ele, no seringal tradicional, o que mantinha a estrutura de exploração sob os seringueiros era principalmente a forma de acesso à terra e o sistema de aviamento. O autor utiliza *seringalismo* e *extrativismo* como sinônimos, estabelecendo a marca temporal com os adjetivos velho e novo antepostos, ora ao

extrativismo, ora ao seringalismo. O novo estaria no âmbito da superação do velho, ou seja, “*das relações vigentes nos antigos seringais*” (p. 109). Interessante apontar que, muito embora a tese em questão tenha sido defendida no ano de 2002, portanto oito anos após a defesa da tese de Mário José de Lima, “*Capitalismo e Extrativismo: A formação da Região Acreana*” (LIMA, 1994a), e a publicação de seu livro “*Tempos e Temas do Acre*” (LIMA, 1994b) - em que *seringalismo* é tratado como categoria analítica fundamental para explicar a formação social e econômica da região acreana (o que veremos na sequência) – Cavalcanti não faz qualquer referência a tais estudos. De Mário Lima, usa em sua bibliografia apenas o artigo “*Reservas Extrativistas, Elementos para uma Crítica*” (que fora publicado em 1992 e em 1994b), sem, no entanto, fazer referência, posto que já neste artigo Lima usava a categoria em questão. Parece claro que *seringalismo*/extrativismo para o autor está diretamente relacionado com a prática de relações econômicas próprias de um período histórico e território determinados, quais sejam, a partir de meados do século XIX (com a instituição dos seringais) até os anos 70 do século XX (com a derrocada dos seringais) e na região acreana. Para ele, o *seringalismo* será superado pelo modelo de ocupação de seringal representado pelas RESEX, daí que este será o novo *seringalismo* e aquele o velho. Sobre esta questão discutiremos mais à frente.

Como é possível perceber, é comum em alguns trabalhos se tratar o *seringalismo* como sinônimo de *extrativismo* e vice-versa, caso, por exemplo, como já citado, de Cavalcanti (2002). O pesquisador Carlos Correa Teixeira, em sua tese de doutorado “*Seringueiros e Colonos: Encontro de Culturas e Utopias de Liberdade em Rondônia*”

(TEIXEIRA, 1996), muito embora não adote a categoria *seringalismo*, entende que esta não se confunde com o extrativismo:

Sem pretender formular qualquer teoria sobre tal manifestação, um seringalista com quem conversei diz estar convencido de que a cavernada faz parte do que ele chama a 'ideologia do seringal', incluindo assim o fenômeno nas condições do ordenamento do 'seringalismo', outra categoria, aliás que ele utiliza, e que parece mais adequada do que 'extrativismo', por ser esta demasiadamente ampla quando se quer compreender especificidade do próprio seringal. (TEIXEIRA, 1996, p. 136)

Entendo, como Teixeira, que são categorias distintas. O extrativismo não consegue abarcar a amplitude e profundidade do que ocorria no seringal e a partir dele, seja no aspecto social, econômico, político e cultural. Extrativismo está muito mais vinculado ao sentido do ato de extração pela mão de obra humana de produtos da natureza ou como fenômeno histórico o período em que predomina a extração de recursos naturais como atividade econômica. *Seringalismo*, tendo como base o território físico do seringal, vai além do extrativismo, envolvendo aspectos não contidos neste. É que a geografia física do próprio seringal - dividido entre Barracão (como sede do poder) e Colocação (como sede do trabalho) já dá toda a dimensão da divisão social, cultural, política e econômica ali corrente. O *seringalismo* de que estamos a tratar está baseado em lócus geográfico e epistêmico definidos, por isso próprio, particular, histórico-cultural.

O extrativismo é por demais genérico (quando se expressa como fenômeno histórico) para constituir e possibilitar uma dimensão analítica no plano histórico e cultural que só o *seringalismo* possui. O extrativismo é uma das dimensões do *seringalismo* não ele como um todo. O



extrativismo se ressent de um tempo e um lugar específicos pelos quais pode se apontar a sua singularidade histórica e territorial, o que o *seringalismo* tem.

Assim, quando trato aqui de *seringalismo* estou me referindo a um fenômeno histórico ocorrido especialmente na região amazônica acreana no período que vai da instituição dos seringais (meados do século XIX) até a década de 1970 (do século XX) quando os seringais, sem deixarem de existir territorialmente, perdem a centralidade de importância no que diz respeito especialmente à economia e à sociedade acreana mas que, enquanto instituição epistêmica “civilizatória”, subjaz ainda como elemento essencial, face a subsistência de seus fundamentos, na condução das políticas públicas de desenvolvimento do Estado do Acre, o que vale dizer na definição do poder, do saber e do ser locais.

É quando o *seringalismo* se torna *seringalidade*. Esta tem naquele a sua base essencial – que é a manutenção da estrutura de poder baseada na divisão geopolítica local entre quem continua mandando - aquele que detém propriedade, o ser - e quem continua na condição de mandado, o não-ser – o despossuído. Aquele, o Barracão que espalha por todo o território como simbologia da sede da concentração fundiária, econômica, política e social. A colocação como lugar do não-poder, do não saber, do não-ser. É quando o *seringalismo* rompe as barreiras do seringal e se amolda a outras estratégias sobretudo epistêmicas para o projeto/ação de mobilização da sociedade - por dispositivos históricos e de políticas governamentais - com vistas a adesão, subsunção, inclusão à sua racionalidade colonial conduzida e vigente deste o século XVI pelos

agentes/instituições do *sistema mundo moderno colonial*. Será por tais suposições que me proponho desenvolver a seringalidade no próximo capítulo.

#### **4.4 O seringalismo como colonialidade**

Mas, para os efeitos do que aqui se propõe a investigar, será o economista Mário José de Lima quem elevará, de forma expressa, o *seringalismo* à categoria analítica. Lima adota a palavra em 1992, quando publica o artigo “*Reservas Extrativista, Elementos Para Uma Crítica*” (LIMA, 1992), sem, a exemplo dos pesquisadores até aqui referidos, desenvolver expressamente um conceito a tal respeito, o que somente veio a fazê-lo em 1994 com a publicação do livro “*Tempos e Temas do Acre*” (LIMA, 1994a) - em que aborda em vários dos artigos a temática - e em sua tese de doutorado “*Capitalismo e Extrativismo, a Formação da região Acreana*”, também de 1994 (LIMA, 1994b).

Muito embora use o conceito em vários dos artigos que integram o seu livro de 1994, será no titulado *A Formação da Região Acreana* (apresentado bem antes por ocasião do encontro da SBPC em 1989) que ele elaborará, de forma expressa, o conceito. Segundo entende *seringalismo* será o

Conjunto das relações que reproduzem o seringal, constituindo a matriz que realiza o enquadramento das demais questões do todo social e assumindo a condição dos desdobramentos posteriores ao esfacelamento da economia da borracha. (LIMA, 1994b, p. 15)

Pelos elementos constitutivos enquadrados pelo autor, é possível entender que o *seringalismo* de que estar a tratar se encerra pelas relações sociais produzidas no âmbito do seringal tornando as mesmas uma matriz que vai enquadrar as demais questões (econômicas, culturais...) relacionadas aos vínculos da sociedade, fenômeno este que subsiste, se mantém para além, como diz o autor, do esfacelamento da economia da borracha, posto que como atividade econômica ela ainda não se encerrou, e para além do fim da hegemonia dos seringais como núcleo de produção monoextrativista na Amazônia.

Pelo menos três autores irão, cada um a seu modo, fazer coro à esse traçado conceitual.

Maria Benedita Esteves, embora não faça referência, na sua obra “*Do Manso ao Guardião da Floresta*” (ESTEVES, 2010), à categoria *seringalismo*, nos traz a dimensão - contida na formação do que ela vai denominar de *sistema seringal* - da exploração/dominação no campo do trabalho que lhe é próprio e para além dele, inclusive apontando, quanto a sua dimensão de dominação, sua origem fora de tal sistema, algo móvel que acompanha o condenado por onde quer que ele ande e permaneça.

Analiso as formas de dominação que estão na formação do sistema seringal, a partir da constituição da força de trabalho e das características que esta assumiu na extração do látex. Dominação que acompanhou o deslocamento físico e social dos migrantes nordestinos e se recriou na Amazônia, em outra atividade econômica, baseada no trabalho compulsório fundado na dívida, num processo marcado pela reclusão social. (ESTEVES, 2010, p. 43)

A socióloga Letícia Mamed, por seu turno, na mesma linha de Lima, vai conferir ao *seringalismo* o caráter de gerador de estrutura organizacional e produtiva na Amazônia, como afirma

No âmbito do contexto amazônico, os seringais acreanos apresentam, portanto, uma nova estrutura organizacional e produtiva, que chega a incorporar determinados melhoramentos técnicos com vistas a um maior volume da produção gomífera, de acordo com os níveis da demanda industrial internacional. A essa nova estrutura conferimos o nome de seringalismo, responsável por provocar a especialização do trabalho extrativista, direcionando-o de modo absoluto para o monoextrativismo da borracha; e, simultaneamente, submeter esse trabalho às relações monopólicas de comércio no interior do seringal (MAMED, idem, p. 13)

Mamed, no mesmo percurso que defende Lima, também entende que o *seringalismo* é produtor de uma forma de vida social forjada no aviamento (“relações seringalistas”) como “*forma exclusiva de organização da produção e do trabalho*” operada no momento histórico em que “...a partir da década de 1870...” tais relações “*predominam nas condições de reposição da forma particular de extrativismo assumido no Acre.*” (Ibidem)

Carlos Correa Teixeira, muito embora, como aqui já anotamos, não adote a categoria *seringalismo* nos seus estudos, entende que a forma de extrativismo constituída na Amazônia anterior à hegemonia da borracha – a chamada ‘drogas do sertão’ – era uma iniciativa quase só econômica, enquanto que a da borracha institui, em razão sobretudo do sistema de aviamento, uma ordem social e política mais estável (TEIXEIRA, 2009, p. 21). Isto se deve sobretudo porque, diferente das expedições nômades em buscas das “drogas do sertão”, o *seringalismo* assentava o homem na

terra o que possibilitava que fossem definidos seus movimentos sociais, econômicos e culturais no território.

O antropólogo Marcelo Pietrafita Iglesias, por sua vez, em sua obra “*Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*” (IGLESIAS, 2010), muito embora não utilize a palavra *seringalismo* - ora empresa seringalista, ora extrativismo - assim descreve

A consolidação da empresa seringalista como empreendimento que determinaria, a partir das duas últimas décadas do século XIX, as formas de apropriação territorial, de utilização dos recursos naturais e da organização das relações de trabalho e de comércio no Alto Juruá ocorreria simultaneamente ao principal período de atividade dos caucheiros peruanos. Ambos os empreendimentos extrativistas adotariam iniciativas semelhantes em relação aos grupos indígenas que ali viviam, a promoção de correrias. (IGLESIAS, 2010, p. 461)

Como o autor, nesta sua obra, está tratando especificamente deste fenômeno na região do Juruá, especialmente os seus efeitos em relação às populações indígenas, ele trará como elementos constitutivos do *seringalismo*, as formas de apropriação territorial, de utilização dos recursos naturais e da organização das relações de trabalho e de comércio, chamando atenção para os métodos violentos empregados não só pelos seringalistas como também pelos caucheiros - que são as correrias e também as catequeses - para a instalação e manutenção do *seringalismo* naquela região. Tais métodos são nada mais que a efetivação do tratamento racializado a que peruanos e brasileiros reservavam aos indígenas.

O *seringalismo*, tal como venho entendendo no contexto em estudo, se instaura, como fenômeno histórico, a partir da ocupação sistemática por certos grupos humanos e organizações comerciais no território amazônico objetivando usar a extração do leite da seringueira essencialmente para fins econômico-mercantil. Na lavra de Lima, nestes “*primeiros momentos da ocupação regional, inventaram as estruturas e as relações sociais que articularam a economia da borracha*” (LIMA, 1992, 170)

Tal ocupação se revertia em invasão e expropriação de territórios de sociedades ameríndias instaladas aonde existiam as seringueiras combinada com o uso de outros tipos de violência física como extermínios, e cultural, com exploração dos seus conhecimentos e da sua mão-de-obra. No mesmo movimento, o *seringalismo* alberga, como mão-de-obra “especializada” na extração “industrial” da seringa, migrantes nordestinos “arrebanhados” em seus lugares de origem sob promessa de vida melhor. Serão estes nordestinos, após serem transformados/amansados em seringueiros – os extratores da seringa – a mão-de-obra que sofrerá, em razão de dívidas contraídas pelo sistema de aviamento, um regime de escravidão. É assim que o *seringalismo* se forjará com o tempo em um modelo de relação social, econômica e cultural baseado no extrativismo, comércio da borracha, concentração fundiária e exploração de seres humanos na Amazônia.

Para Mary Allegretti,

...a manutenção do extrativismo e dos seringueiros nos seringais foi resultado de uma política governamental que privilegiou os interesses dos seringalistas permitindo que controlassem, também, em consequência, as estruturas locais de poder. O seringal era um mundo fechado em suas próprias tradições e raros foram os seringueiros que

conseguiram construir um futuro diferente.  
(ALLEGRETTI, 2002, p. 143)

Allegretti dá ênfase a, pelo menos, três normas básicas e comuns necessárias à relação de exploração entre o barracão e a colocação, as quais eram impostas unilateralmente pelos seringalistas: o seringueiro não podia deixar o seringal enquanto tivesse dívida; o seringueiro estava obrigado a adquirir bens de consumo somente no barracão, e as benfeitorias realizadas pelo seringueiro no barracão não seriam pagas pelo patrão se aquele saísse do seringal (ALLEGRETTI, 2002, p. 182/183)

Pela literatura a respeito, podemos também apontar outras normas consideradas fundamentais ao aviamento: a obrigação do seringueiro de só vender ao patrão a seringa por ele extraída; o pagamento pelo seringueiro de uma renda pelo uso das estradas de seringa; a proibição do seringueiro em manter atividade agrícola na colocação, devendo limitar-se à extração da seringa. Conforme a autora,

Se, por um lado, os regulamentos estipulavam tudo aquilo que um seringueiro devia fazer ou cumprir, por outro lado, revelavam o contrário, ou seja, os conflitos e disputas e, especialmente, a resistência dos seringueiros em se submeter aos seringalistas. Além disso, evidenciavam a tentativa dos seringalistas de exercer um poder absoluto sobre a vida dos seringueiros, na ausência de instituições públicas que pudessem mediar as relações entre eles.  
(ALLEGRETTI, 2002, p. 171)

De fato, o *seringalismo* se nutria para sobreviver de normas que lhes assegurassem o seu monopólio aos acessos pelo seringueiro à floresta e ao mercado, o controle sobre a sobrevivência alimentar do freguês e a garantia de que ele seria um eterno devedor, o que se dava com a soma das duas modalidades de endividamentos, o prévio e o permanente –

maneira eficaz de controlar/dominar/explorar o seringueiro e a sua produção.

Para Lima, o *seringalismo* “é uma perspectiva exclusiva da região acreana”. Samuel Bechimol, por outras palavras, também segue essa linha de entendimento ao sugerir a existências de duas amazônias quase sem comunicação. A que, em determinado momento, “*passou a existir e viver em função exclusiva da borracha*” E a outra não. Esta seria, por exemplo, a dos currais do baixo Amazonas, dos oleiros e vaqueiros de Marajó, dos castanheiros de Tocantins, dos cacauzeiros de Cametá, dos guaranazeiros de Maués... enquanto aquela, a dos seringueiros do Acre, vive “*à custa da exploração mais que destrutiva, sem amor ao mato e ao rio. Sagrando ‘madeiras’, decapitando o caucho, arrasando a balata para acabar e voltar*”. (BECHIMOL, 1977, apud PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 103)

O que importa mesmo nesta passagem de Bechimol é apontar que ele via uma especificidade em torno da atividade social e econômica praticada na Amazônia. Ele via, de algum modo, o *seringalismo* como expressão própria da região acreana. Noutro sentido, Bechimol seleciona um dos aspectos do *seringalismo*, que é o da destruição ambiental, de fato real e quase nunca observado pelos historiadores. O próprio Bechimol não aponta que naquela outra Amazônia tal destruição também seja uma realidade. Mas a ausência que chama mais atenção neste pequeno e significativo trecho diz respeito exatamente ao que a presente pesquisa procura imprimir mais relevo, porquanto essencial para a compreensão dos processos históricos de colonialidade nos quais a Amazônia e insere



– e que o *seringalismo* acreano tanto revela - que é, sem descurar da natureza, a dimensão e estratégias do domínio e da exploração do ser social amazônico.

Mário Lima, em sua pesquisa (1994a), a fim de melhor fundamentar a tese de que o *seringalismo* se constitui em um fenômeno exclusivamente acreano, lança mão e dialoga com a tipologia - adotada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho em seu artigo O Caboclo e o Brabo – fundada na existência de dois modelos básicos de seringa: o *seringal caboclo* e o *seringal do apogeu*, os quais Oliveira Filho prefere dar o caráter de “*modelo de organização das atividades produtivas*” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 126).

De acordo com Oliveira Filho, o primeiro tipo ocorreu cronologicamente nos primórdios da ocupação econômica da região Amazônia, especificamente no Amazonas e no Pará, e traz alguns traços que diferem frontalmente com o que ocorreu no período em que o extrativismo da seringa amazônica estava no seu apogeu no mercado mundial. Para o antropólogo, no *caboclo*, predominava a força de trabalho local normalmente indígena, que não era comum no do *apogeu* que importava mão de obra do Nordeste; coexistiam nele atividades agrícolas, de criação e animais e de extração, enquanto que no do *apogeu* a exclusividade era de monoextrativismo da seringa; no primeiro, não existia preocupação com a validade legal do apossamento da terra, o que não acontecia com o segundo em que a marcação da posse e a titulação eram fundamentais para o proprietário; e os esquemas de financiamento e comercialização eram diversos entre os modelos. Enquanto no *caboclo* quem o financiava

eram pequenos comerciantes locais (o que instituíra uma espécie de aviação tradicional), no do *apogeu*, o aviação ganha contornos para além das fronteiras locais e o financiamento e a comercialização atravessam o Atlântico. Ademais, segundo Oliveira Filho, no primeiro modelo a força de trabalho era familiar, enquanto que no segundo era formada pelo trabalhador isolado. (OLIVEIRA FILHO, 1979).

Para Lima, a tipologia de Oliveira Filho não pode ser adotada para toda a região amazônica. Segundo entende, “*qualquer das formas assumidas por Oliveira Filho não se põe como forma universal, hegemônica sobre todo o espaço geográfico que se forma sob a economia do extrativismo*”. (LIMA, 1994a, p. 107). Para o economista, a região acreana não provou do modelo do *seringal caboclo*, enquanto aonde este modelo era vigente – no Pará e no Amazonas – o modelo do *apogeu* se fez presente. Outra crítica que Lima faz à Oliveira Filho é a desconsideração deste, em sua análise sobre o extrativismo amazônico, da dimensão externa à região. Para Lima, há uma “*manifesta negação de um processo global*” na análise do antropólogo. Assim, pondera Lima, “*A consequência mais evidente, quando se assume o ponto de vista da re-inserção internacional, é uma melhor compreensão dos elementos referentes ao controle do capital, da terra e do trabalho que estão na base do processo de passagem para o seringal do apogeu.*” (p. 111) Como entendo, Lima está chamando atenção para a preponderância da atuação do *sistema mundo moderno colonial* nos ajustes e definição dos processos econômicos (e também sociais e culturais) relacionados ao extrativismo na Amazônia. O que foi fundamental – senão definidor - no período do *seringal do apogeu* mas não do *caboclo*.

Lima usará do modelo de Oliveira Filho para dizer que a experiência do Acre se amolda ao padrão do *seringal do apogeu*, que vigeu em outras regiões, mas que no Acre possibilita uma forma profundamente diversa da de qualquer outra, dando origem ao que justamente ele vai denominar de *seringalismo*. Segundo defende, é na região acreana que

O seringal assume contornos da forma exclusiva de organização da produção e do trabalho e, em torno de si, organiza e dá sentido à forma de vida social na região. As bases seringalistas condicionam, a partir de sua reprodução, a interposição de novas formas de controle social, à medida em que se desenvolvem e se desdobram as necessidades socialmente postas pela ampliação da massa populacional entre outros fatores.

É a partir da predominância das relações seringalistas nas condições de reposição da forma particular que a economia do extrativismo assume na região acreana, que se torna lícito falar em seringalismo. (LIMA, 1994a, p. 118)

Fácil observar que a categoria em análise, como pensada conceitualmente por Mário José de Lima, não faz alusão aquele elemento que julgo essencial como atributo inerente ao *seringalismo*, que é a racialização dos nordestinos tornados seringueiros e dos indígenas. É justamente o seu caráter racial que vai lhe tirar do cercado puramente economicista próprio das análises correntes do fenômeno social em questão.

E será justamente este aspecto de cunho cultural pouco observado que, em grande medida definitiva, possibilitará compreender a *colonialidade* como um fato histórico *continuum* na América Latina e Caribe desde 1492.

O *seringalismo*, sem quaisquer dos elementos chaves apontados e discutidos aqui não poderia concentrar a força que de fato concentrou afim de estabelecer e manter o domínio e a exploração na região como efetivamente estabeleceu e manteve, em detrimento dos indígenas e seringueiros, o que na atualidade se expressa como *seringalidade*, esta objeto de análise do próximo capítulo.

## 5 SERINGALIDADE

Mais que nunca, assim como os fenômenos locais não podem ser compreendidos fora das condições globais em que se desenvolvem, os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam. (CORONIL, 2000, p. 127)

No presente capítulo buscarei, seguindo inicialmente os passos do *seringalismo*, delinear a colonialidade na sua expressão contemporânea a partir de seus elementos constitutivos, seus principais dispositivos e seus efeitos históricos para o mundo social local. Por ele, buscarei demonstrar que o Acre vive sob a égide da colonialidade de cor local, a qual vou cunhar, como categoria analítica, de *seringalidade*. Interpelar a respeito do que estou anunciando, de sua substância epistêmica e como surge, qual a sua funcionalidade, que efeito produz no mundo social e o que lhe diferencia é o desafio do capítulo a fim de justificar teoricamente a manifestação de uma categoria analítica que possa nos ajudar a entender o mundo - ou parte dele - em que vivemos.

### 5.1 Seringalidade, a escala local da colonialidade

De fato, o *seringalismo*, visto, a princípio, como a forma social genérica que dá conta da relação entre o barracão e a colocação no território do seringal, se configura como um regime de poder colonial que o aviamento, a racialização das populações locais e a concentração fundiária da propriedade instauram e, pelo qual, os papéis sociais foram estabelecidos com base fundamentalmente na naturalização das hierarquias sociais, econômicas e culturais, em face dos indígenas e dos

nordestinos tornados seringueiros, naturalização esta que funciona como mecanismo a justificar as suas condições servis/subalternas e, por vezes, escravas nas relações de trabalho e também fora delas ali constituídas.

O seringalismo é o que dá origem à condição colonial dos povos da floresta, condição esta vinculada, senão dependente, ao *sistema mundo moderno colonial*, o que lhe constitui na relação assimétrica entre o local (tido como primitivo, atrasado, inculto) e o externo (que num nível interno do estado-nação está nas metrópoles amazônicas da época, Manaus e Belém, e externo na Europa) tido como moderno, civilizado, culto. A Europa ocupando o lugar de centro, a América Latina, o Brasil e suas regiões como periferias, lócus privilegiados em que se reproduz os mecanismos de controle do trabalho e da propriedade, como meios de exploração, e da subjetividade, pela racialização, para configurar uma sociedade dividida entre seres humanos superiores e inferiores.

E é assim, como regime de poder material e subjetivo - e como tal “*uma forma de entender, ordenar, pensar e ver o mundo*”, mas também de vivê-lo - que o *seringalismo* vai subsistir ao seu “esfacelamento” simbolizado não só pela chamada crise do extrativismo da borracha (que induz à ideia de fim dos seringais e com ele a lógica de poder por ele instituído), mas sobretudo pelo surgimento, em escala local, da ideia de reserva extrativista e da *florestania*, ambas intimamente relacionadas à ideologia do desenvolvimento sustentável.

De fato, a experiência colonial do *seringalismo* deixou marcas essenciais que ainda se conserva, desta feita sob a égide de um regime de poder, saber e ser que não só lhe mantém como o aperfeiçoa simbólica e

materialmente a fim de garantir que a condição moderno-colonial não deixe de operar seus efeitos históricos sob a ilusão de marcha civilizatória. Na sequência da presente pesquisa, procurarei demonstrar que o que segue – a *seringalidade* – carregará o seringalismo, sua lógica de poder/saber, como essência. É que, o que segue, continua, na manutenção dos seus pressupostos, desta feita revigorados por outros dispositivos dos quais dois lhes serão essenciais, o do desenvolvimento sustentável e o da *florestania*.

Tal conjectura segue entendendo que a *seringalidade* pode ser traduzida pelos modos como se manifestam as colonialidades do poder, do saber e do ser na contemporaneidade da Amazônia acreana, tendo em conta tanto a história deste território, as novas estratégias subjetivas (que buscam moldar simbólica e ontologicamente os condenados) quanto as materiais (que se impõe pelos interesses geopolíticos do mercado da natureza).

Com efeito, a *seringalidade* pode nos possibilitar distinguir e demonstrar os meios pelos quais as formas de dominação, exploração e racialização permanecem após o “fim do *seringalismo*” e a instauração da *florestania*, ocasião em que os prepostos do *sistema mundo moderno colonial* passam a dominar, com mais força e sutilidade, simbólica e materialmente, a realidade local.

Vou perseguir a suspeita para dissipá-la de que o seu marco histórico iniciador pode estar na criação da ideia de reserva extrativista e na eclosão do governo da *florestania*, eventos históricos vinculados intimamente – senão dependentes – à racionalidade econômica-ambiental difundida pela

ideia de desenvolvimento sustentável – invenção – com a cara de interesse ambiental - do *sistema mundo moderno colonial*.

Poder-se-ia pensar que estaria aí um certo encontro entre um suposto “saber local” – a ideia de reserva extrativista combinado com a de *florestania* – e um “saber global” – o do desenvolvimento sustentável. Suponho não ser este o caso. O grau de intervenção da governança moderno-colonial tem se dado de maneira bastante útil, sem perder a sua profundidade, abrangência e complexidade. Por isso pouca observada no seu aspecto mais obscuro, isto é, a violência que busca promover material, ontológica e epistêmica. Assim, não é crível aceitar a ideia de encontro senão uma espécie de intervenção que busca a tudo controlar no destino. O fato é que, como entendo, será a partir destas questões que se configura a expressão local da colonialidade global.

A conclusão que a pesquisa buscará também ter é que tais eventos são responsáveis, por outro lado, pela manufatura de estratégias de invenção de um sujeito amazônico vencedor face a um suposto passado histórico revolucionário de vitórias que o fez alcançar um presente de cidadania plena. Com isso, a dominação/exploração/racialização não se expressará só e exatamente no plano exterior – objetiva e materialmente - ocorrência esta muito própria do *seringalismo*, visto a facilidade de se observar a sua realização (conforme os tantos relatos, inclusive da historiografia oficial). Na *seringalidade* a dominação/exploração/racialização acontece fundamentalmente como estratégia de domínio do imaginário, da memória, do conhecimento. Seu aspecto físico é pouco visível face às complexas estratégias que buscam invisibilizar as suas manifestações.



Procurarei demonstrar, neste capítulo que, enquanto no *seringalismo* a dominação/exploração tinha lócus definido e latente, inclusive territorialmente (barracão/colocação ou colocação/latifúndio agropecuário), o que equivale dizer da dominação econômica - na *seringalidade* isto desaparece em grande medida com: i) *o desenvolvimento sustentável* que surge como a tecnologia ambiental e econômica de seus sonhos (busca fazer crer ser o de Chico Mendes) e a sua expressão empírica das reservas extrativistas - que “eliminam” o outro lado espacial da dominação/exploração: o barracão e, naquela outra fase histórica, o fazendeiro paulista, e ii) a *florestania* que, como governabilidade, encerra numa só expressão todo o imaginário a significar a vitória definitiva dos “de baixo”, os cidadãos da floresta, sobre “os de cima”, assim como com a historiografia difundida que ajusta/redireciona/induz a posição do seringueiro e do indígena como sujeitos de suas histórias, estas histórias que culminaram com o sucesso de suas aspirações.

Com tais elementos, suponho poder demonstrar que, na *seringalidade*, o investimento se dá exatamente pelo imaginário, portanto pelo interior, pela subjetividade, cuja estratégia mais usual ocorre pelos processos de assimilação, nos quais os povos da floresta estão – ou devem estar - subsumidos, do imaginário produzido e difundido pela *seringalidade*, produto da eficiência da “*mão invisível do mercado*” firmemente associado ao Estado.

Portanto, numa síntese, parto da suposição de que a colonialidade no Acre têm uma história e que esta história se divide em duas fases – a do *seringalismo* seguida da *seringalidade* – de modo que a segunda está intimamente baseada nos pressupostos da primeira e esta atualizando aquela. E ambas reatualizam e revigoram a colonialidade global. O que vale admitir, em princípio, por esta ordem de existência, que sem o *seringalismo* não seria possível a *seringalidade*. Com isso, no plano dos fatos históricos de origem institucional, tenho como plenamente factível a afirmação de que sem o *seringalismo* o Acre – este Acre do presente – também não existiria. Eis que é possível entender, como resultado histórico, a plena vigência do estado da *seringalidade*.

Ao assumir tais categorias para investir numa análise mais local, estou me propondo a usar os efeitos discursivos que a analogia pode possibilitar para pensar a questão da colonialidade em dada realidade – como a acreana – que carrega especificidades históricas e culturais próprias.

O desafio é, de algum modo, buscar atualizar/localizar as categorias históricas do colonialismo e da colonialidade cunhadas no bojo do pensamento crítico decolonial. É com esta pretensão teórica que optei por exercitar as similitudes tendo como base categorias decoloniais em voga. Nesse sentido, é fácil supor o que quero dizer como efeito analógico: o *seringalismo* está para o colonialismo assim como a colonialidade está para a *seringalidade*, ressalvadas as suas qualidades específicas estas que lhes dão substâncias internamente distintas, senão de nada serviria apostar no exercício semântico – que aqui se funda na análise teórica da

realidade - do uso de novas categorias, estas como tais de substancia teórica latente.

Na sequência, buscarei problematizar a respeito dos dois principais dispositivos básicos disciplinadores responsáveis pela instituição/manutenção, em escala local, do padrão de poder moderno-colonial. A ideia de desenvolvimento sustentável fundamentalmente calcada numa construção mais teórica que empírica e originalmente marcada por um discurso manufaturado e difundido nos e pelos centros do *sistema mundo moderno colonial* e que utiliza oportunisticamente o espaço territorial epistêmico da Amazônia, caso do Acre, para construir o seu modelo empírico que é o modelo da reserva extrativista. O segundo, muito embora fundado em discursos, tem a empiria como o seu lócus de experimentação pelo qual se revela como um modo específico de governar mentalidades utilizando políticas públicas para tal intento com os recursos do conhecimento, da memória e da imaginação.

### **5.1.1 O que é um dispositivo e suas funções**

Para efeito de delimitação conceitual a respeito do uso da categoria *dispositivo* neste trabalho, optei por adotar o sentido dado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (AGAMBEN, 2009), com a sua análise da intenção conceitual em torno desta categoria adotada por Michel Foucault a partir de pressupostos filológicos que carregam, pelo menos três pontos básicos: “*um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico*” (i) que “*tem sempre uma função estratégica concreta*” e (ii) se inscreve sempre

numa relação de poder e (iii) que “*resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber*” (p. 29)

Nesse passo, não deixando de considerar o sentido genérico, do senso comum, pelo qual designa o dispositivo como “*um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato*” (p. 34/35), o filósofo italiano resolve atualizar o conceito, o que fez entendendo-o como “*...qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes*” (AGAMBEN, 2009, p. 40)

Para Agamben, vivemos, no capitalismo, sob intensa acumulação e disseminação de dispositivos, os mais diversos, que podem ser instituições de poder, como defende Foucault, mas também objetos, saberes e a própria linguagem. (p. 41/42)

Agamben tem que todo *dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo*” (p. 46). Como Foucault, Agamben entende que o dispositivo, no contexto de uma sociedade disciplinar, é utilizado, por meio de práticas, discursos e saberes, para assujeitar – com a criação de corpos dóceis - sujeitos “libertos” (p. 46). No caso em estudo, os dispositivos de que tratamos são de índole moderno-coloniais, sobre os quais a pesquisa pretende apontar e melhor desenvolver.

Por esta pesquisa, pretendo demonstrar que a *seringalidade*, como uma matriz local de poder moderno colonial, se vale de diversos dispositivos – manifestos em menor ou maior dimensão - voltados para manter a sociedade e os indivíduos sob controle, o que vale dizer, capturados à sua lógica/condição.

Na trilha conceitual do filósofo italiano, também para a presente pesquisa, os dispositivos aqui apontados se constituem num “*conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico*”, com funções estratégicas concretas que se inscrevem sempre numa relação de poder e que “*resultam do cruzamento de relações de poder e de relações de saber*”.

### **5.1.2 A modernidade e seus movimentos de apropriação e representação**

Para além desta funções, o dispositivo se orienta por dois movimentos básicos com os quais sua função de aparelhamento do real se realiza com mais eficácia.

Para Rolando Vásquez Melken, a modernidade – como se apresenta na forma de totalidade do real - se caracteriza por dois movimentos. O movimento da apropriação e o movimento da representação. Com aquele, ela “*se encarrega de converter tudo o que existe em objeto disponível, classificado e apropriável, o que inclui terras, organismos, os corpos, os minerais, etc...*” (MELKEM, 2014, p. 180). Com este, ela “*...se encarrega de produzir uma visão de mundo e também de controlar sua*

*compreensão.”* (Idem) Nesse passo, para o pesquisador, os movimentos de “*apropriação e representação se conjugam para estabelecer o domínio da modernidade sobre a existência.*” (Ibidem)

De acordo com a classificação com a qual me dispus a desenvolver a presente pesquisa, entendo que os dispositivos que acionam a *seringalidade* comportam estes dois movimentos, na medida em que - como manifestação da modernidade na Amazônia por sua epistemologia *desenvolvimento sustentável* e o modelo de *governança* sob a alcunha local de *florestania* – ambos se movimentam tanto para apropriar quanto para representar, no movimento dialético de apropriar para representar e representar para apropriar, de maneira a buscar instituir e manter domínio sobre a existência social, econômica e cultural.

Para a presente pesquisa, julgo apontar e analisar aqueles dispositivos que mais se destacam e lhe conferem identidade local sem perder o vínculo global. Um com ênfase no plano do saber – o do *desenvolvimento sustentável* - e o outro no do poder – o da *florestania*. Este como movimento moderno de apropriação e aquele como movimento moderno de representação. É claro que em ambos há uma coetaneidade dinâmica dos movimentos de saber/poder e de apropriar/representar, conforme veremos na sequência.

O *desenvolvimento sustentável*, aqui entendido como um dispositivo de saber-poder que visa capturar pelo conhecimento – portanto afeito ao movimento da representação, - e a *florestania*, entendido como um dispositivo de poder-saber, que objetiva a captura pelos mecanismos

institucionais, sobretudo de poder, vinculado ao movimento da apropriação. De modo que ambos estão comprometidos com a instituição e expansão de processos de subjetivação moderno-coloniais. Por esta classificação, o *desenvolvimento sustentável* se constitui em um dispositivo que busca estabelecer um conhecimento que se apresenta como a visão de mundo que estabelece a receita da felicidade universal (modo de vida ideal) a qual todos devem aderir, daí seu fator representacional e epistêmico. A *florestania*, por sua vez, traz a ideia de meio – como mecanismo institucional de ideias, estratégias e estruturas – pelo qual tudo pode ser apropriado, daí seu caráter mais de assenhoreamento e de poder.

## 5.2 O desenvolvimento

Historicamente sempre fomos buscar fora das fronteiras regionais as alternativas para um projeto regional de desenvolvimento. (LIMA, 1994)

O dispositivo *desenvolvimento sustentável* se projeta, de um lado, no aspecto teórico-discursivo, concentrado aqui na ideia de desenvolvimento sustentável como atualização discursiva da concepção-matriz de desenvolvimento, e, de outro, na dimensão empírica-simbólica representada pela ideia-experiência de *reserva extrativista*, como um de seus modelos territoriais mais representativos e significativos localmente. Nesta parte da pesquisa, vou apresentar o primeiro aspecto posto aqui em duas seções. Na primeira, vou perquirir o sentido de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável nas suas dimensões históricas e teóricas. Na segunda, buscarei apontar, nos discursos governamentais locais, como ele se expressa, se revela. No que toca à reserva extrativista, vou procurar

perseguir os processos que levaram à sua concepção no contexto do *seringalismo*, especialmente o do movimento social dos povos da floresta dos anos 70 no Acre.

O objetivo principal é demonstrar a importância da ideia de desenvolvimento sustentável e seu modelo local empírico, a reserva extrativista – que vão formar o esquadro do dispositivo em análise - como fundamentais à aparente derrocada do *seringalismo* e efetiva instauração e manutenção da *seringalidade*.

Parte-se aqui do pressuposto de que desenvolvimento se constitui desde sempre uma das epistemes mais significativas da colonialidade, e nessa condição herdeira direto da ideia de progresso - que fora gestada no contexto do *sistema mundo moderno colonial* a fim de dar conta à relação geopolítica cultural entre os países centrais, automeados de desenvolvidos, e suas periferias, a serem por aqueles desenvolvidas.

Para Júlio R. S. Pinto e Walter D. Mignolo, a ideia de desenvolvimento, juntamente com a de civilidade, de democracia e de direitos humanos, são correlatos da modernidade e, nesse status, “*não são somente realidades discursivas; são também narrativas articuladas a partir das experiências históricas e locais de diferentes povos europeus, ainda que se apresentem como verdades objetivas, ‘naturais’, universais, comuns a todos os povos que habitam o planeta.*” (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 386) Com isso, sob tais retóricas,

...também se oculta um projeto de dominação epistêmica, econômica e política do mundo, inicialmente liderado pela Espanha e Portugal (do



século 16 a meados do século 18), depois pela Holanda, Grã-Bretanha e França (de meados do século 18 a meados do século 20), e, finalmente, pelos Estados Unidos (de meados do século 20 aos dias de hoje). (Idem)

Segundo Gustavo Esteva (ESTEVA, 2000, p. 59), após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, a fim de manter sua hegemonia global, passaram a engendrar uma campanha pela qual fincaram a ideia de desenvolvimento como sua marca geopolítica. A data inaugural desta campanha, Esteva tem como a de 20 de janeiro de 1949, momento em que o então presidente norte-americano, Harry S. Truman, em discurso de posse, cria uma nova percepção do “eu”, como o desenvolvido, e do “outro” como não. Dizia o Presidente:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (Apud ESTEVA, 2000, p. 59/60)

Nesta brevíssima passagem do discurso, é possível perceber as epistemepromessas da modernidade/colonialidade vazadas - a partir e em relação à noção de desenvolvimento - nas ideias de *moderno, ciência, indústria, avanço, crescimento, progresso, justiça, democracia...* – criadas e formuladas por um dos estados-nação que naquele tempo mais representava o centro do *sistema mundo moderno colonial* – para tornar, desta feita, a sua periferia – agora carimbada de subdesenvolvida – desenvolvida. Foi assim que, segundo Esteva, “A *metáfora do*

*desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social.”* (idem, p. 63)

José de Souza Silva, numa síntese da relação entre progresso e desenvolvimento e o resultado disso, afirma:

La ‘idea de progreso’ en el pasado y la ‘idea de desarrollo’ en el presente camuflan la dicotomía superior-inferior creada a partir de la (falsa) premisa: existen razas superiores y razas inferiores, ocultando la intención de dominación para la explotación de mercados cautivos, materia prima abundante, mano de obra barata, mentes dóciles y cuerpos disciplinados. Las violencias de diferentes tipos, las desigualdades de distintas naturalezas, la vulnerabilidad de todas las formas de vida, las injusticias en todas las esferas de la vida, son las consecuencias más visibles de la violación histórica de lo humano, lo social, lo cultural, lo ecológico y lo ético, en nombre del ‘progreso’ en el pasado y en nombre del ‘desarrollo’ en el presente. El “desarrollo” como meta y principio rector de la experiencia humana fue instituido a través de una visión de mundo cuyas premisas todavía inspiran decisiones y orientan acciones a lo largo y ancho del planeta. (SILVA, 2011, p. 5)

Não há dúvida de que esta epistemologia esteja vinculada à modernidade e, por sua vez, à colonialidade e ao *sistema mundo moderno colonial*. Nesse sentido, afirma Carlos Walter Porto-Gonçalves: “... *a modernidade é incompreensível sem a colonialidade. Por isso, modernizar-se é, sempre, expandir uma determinada ideia de progresso e, com ela, de colonização dos povos e regiões que são diferentes*” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 65).

Assim, não sem razão que as ideias de progresso, modernidade e desenvolvimento sejam comumente tidas como sinônimos a significar “antes de tudo, e a partir da pretensão de universalização, a sujeição de

*cada uma das singularidades socioculturais e econômicas à lógica desenvolvimentista/economicista do sistema histórico global...*” (VALÊNCIA, 2012, p. 103).

### **5.2.1 Aspecto teórico-discursivo: *desenvolvimento sustentável***

A questão do desenvolvimento sustentável, no plano das Organizações das Nações Unidas-ONU, passa a ter relevo diante da crise da ideia de desenvolvimento econômico – que não cumpria a suas promessas de, por exemplo, acabar com a pobreza no mundo – razão pela qual seus críticos reclamavam a inclusão, para além do econômico, de outros objetivos tais como sociais, culturais, políticos e, sobretudo, ecológicos. O *sistema mundo moderno colonial* foi levado a sentir a necessidade de superação da crise a fim de que as suas receitas não perdessem a legitimidade que o sustentava.

Sua primeira grande medida foi a realização da *Conferência Sobre o Desenvolvimento*, realizada em Estocolmo em 1972, precedida da publicação, no ano anterior, do *Informe do Clube de Roma* intitulado *Os Limites do Crescimento*, oportunidade em que se confrontam ideias desenvolvimentistas (em que se defendia a manutenção da expansão capitalista sem limites) versus a ambientalista (que defendia limites). É em tal contexto que surge “*o núcleo a partir do qual se formulou a Questão Ambiental – convertida posteriormente em eixo do discurso do desenvolvimento sustentável*” (MACHADO, 2005) É quando o *sistema mundo moderno colonial* – por via da ONU, se institui como “*um locus privilegiado na produção e também na difusão de estratégias discursivas*

*que conformam a móvel trama do Discurso do Desenvolvimento Sustentável”* (idem)

Com isso, é criada a Comissão Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente-CMMAD, que produz o relatório *Nosso Futuro Comum*, pelo qual propõe uma agenda de conciliação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, o que seria, segundo Machado, uma reforma do modelo sem ofender à lógica desenvolvimentista. (Ibidem). É com a Conferência do Rio, em 1992, em que aquele documento fora apresentado, que a noção de desenvolvimento sustentável busca dá o tom de uma lógica do livre mercado na problemática ambiental, exatamente quando predominavam as políticas neoliberais como instrumentos hegemônicos de regulação no *sistema mundo moderno colonial*. (SOUZA, 2008, p. 50)

Desde então, “*Em todos os fóruns internacionais onde se debate a questão ambiental, os anos de 1990 marcam uma inflexão em direção à lógica mercantil, à lógica empresarial*”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 304) E o papel dos organismos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, é decisivo na construção do desenho de uma ordem ambiental neoliberal. (Idem, p. 306)

Conceitualmente, desenvolvimento sustentável foi apresentado pelo Relatório *Nosso Futuro Comum* como aquele “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer as suas necessidades*”. (CMMAD, 1988) Uma retórica que, de acordo Marin e Castro, se opera em outro sentido que é

...fazer o desenvolvimento econômico aparecer como necessário, por meio de sua combinação com o supremo valor reconhecido do meio ambiente. Desse ângulo, o desenvolvimento sustentável aparece como uma operação de encobrimento. Ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico.” Segundo a ideia de sustentabilidade produzida, o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas e das sociedades humanas. (Apud FERNANDES, 2006, p. 18)

Nesse passo, segundo Fernandes, o que tem sido apresentado como desenvolvimento sustentável é justamente toda uma política de gestão, monitoramento e controle internacional dos recursos naturais, o que se realiza por meio de instituições - como os bancos multilaterais de desenvolvimento - responsáveis pelo processo de expansão do capital (FERNANDES, 2006, p. 129)

Trazendo uma dimensão para além do econômico e do ambiente, mas assentado e a partir deles como epistemologias dominantes, Enrique Leff entende que a propalada problemática ambiental, de que emerge o desenvolvimento sustentável, “*Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da outridade.*” (LEFF, 2006, p. 15) A racionalidade ambiental, como entendida pelo autor, a qual possibilita desvelar as estratégias de dominação da natureza e da cultura (p. 18), surge da “*hipereconomização do mundo, do transbordamento da racionalidade coisificadora da modernidade, dos excessos do pensamento objetivos e utilitarista.*” (p. 16)

Para entender o modo pelo qual o desenvolvimento sustentável é operado, é fundamental entender que a sua força e a sua ação superam o reducionismo econômico tão em voga nos discursos eurocêntricos. As dimensões epistêmica e ontológicas de suas ações têm dado o norte de suas investidas, inclusive no campo e em favor do econômico. Para Leff, aquela *“economia fundada no tempo de trabalho foi substituída pela economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza.”* (p. 61) Nesse passo, afirma o autor,

*...a nova geopolítica da globalização econômica e do desenvolvimento sustentável e as estratégias de apropriação da natureza a ela inerentes não estão mais fundadas em uma teoria do valor, mas numa estratégia simbólica que tem por objetivo recodificar todas as ordens do ser em termos de valores econômicos. Da coisificação da natureza como condição de sua apropriação produtiva pelo capital, passamos a uma hipereconomização do mundo. (p. 65/66)*

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves, o *sistema mundo moderno-colonial* inaugurado em 1492, desde então, *“vem tentando impor uma mesma racionalidade econômica crematística bem expressa na ideia de dominação da natureza.”* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 454) Trata-se, em síntese, segundo Leff, com o desenvolvimento sustentável, de incorporação da natureza ao capital mediante duas operações: *“procura-se internalizar os custos ambientais do progresso atribuindo valores econômicos à natureza”* ao tempo em que *“instrumentaliza-se uma operação simbólica, ‘um cálculo de significação’ (Baudrillard, 1974) que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital.”* (LEFF, idem, p. 139/140)

### 5.2.2 - Das origens e suas heranças locais

A investida na Amazônia do *sistema mundo moderno colonial* sob o fundamento da ideia de desenvolvimento sustentável ocorre – se podemos estabelecer uma data – a partir da década de 90, especialmente com o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), instituído através do Decreto Federal nº 2.119/97, em que as ideias neoliberais conduziam as práticas postas pelos prepostos do *sistema mundo*, no caso o Grupo G7 e Banco Mundial, das quais a sua intervenção formal e expressa nos estados-nações passam a ocorrer com as formulações e conduções de políticas de desenvolvimento. (PAULA, 2013, p. 46)

Pelo art. 2º, do Decreto que o institui,

O Programa tem por objetivo a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável em florestas tropicais brasileiras, constituindo-se de um conjunto de projetos de execução integrada pelos governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, com o apoio técnico e financeiro da comunidade internacional. (BRASIL, 1997)

O PPG7 é fruto da *Convenção de Houston*, que reuniu os países que integravam o chamado grupo dos sete-G7 (Canadá, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Reino Unido). Seu objetivo estava centrado, segundo prometia, na proteção das florestas tropicais brasileiras. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio/92, o ratificou. A gestão do fundo criado para a sua execução foi administrada pelo Banco Mundial, que também coordenava o programa. Pode-se afirmar que neste projeto se encontram, em grande medida, as bases da implantação institucional do regime de *seringalidade* -

especialmente por dispor sobre um de seus dispositivos: desenvolvimento sustentável e seu modelo empírico de ação, a reserva extrativista - bases essas que irão determinar as demais investidas, especialmente na região acreana, por meio de outros financiamentos, das instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento, organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais.

Segundo Paula, este programa piloto se constitui na “*matriz que orientou a reterritorialização capitalista na Amazônia*” (PAULA, 2013, p. 48), cujas “*orientações estão rigorosamente subordinadas a uma concepção mercantilizada da natureza em geral e da ciência em particular.*” (Idem), sendo assim responsável pela mudança da “*forma como lidamos com as florestas tropicais no Brasil.*”, nas palavras de sua então coordenadora, Nazaré Soares (apud PAULA, p. 50), em vista de que “*criaram-se as condições materiais e subjetivas para repactuar os interesses do capital no acesso e na apropriação dos bens materiais da região*” (Idem).

Considerando a dimensão global dos interesses envolvidos no programa, Giorgi de Antoni tem que, de fato,

... o PPG-7 foi montado dentro de um contexto político específico da economia global, caracterizada pela formação de um bloco histórico que avanta a capital transnacional e garante a nova forma de produção introduzida pela globalização do mercado. Os criadores e promotores do Programa Piloto ligaram o destino de sua iniciativa a uma ordem mundial pré-estabelecida à qual confiaram de maneira irrefutável a proteção dos recursos naturais na Amazônia, sem colocar minimamente em discussão a eficiência dessa ordem. É nesse contexto que a iniciativa em favor da conservação das florestas tem que ser também tomada em consideração. (ANTONI, 2010, p. 303)



Ainda para Paula, foi justamente pelo PPG7 que se operou, no plano interno, um processo de envolvimento tanto do estado como da sociedade civil jungidos em favor “*da construção de um consenso em torno do capitalismo verde*” e também da difusão da ideia de desenvolvimento sustentável. (p. 50/51)

Dentre as suas ações mais significativas, estão o financiamento do Zoneamento Econômico-ecológico do Acre e a implementação do Plano de Desenvolvimento para Reservas Extrativistas (Projeto RESEX), plano este que, segundo Sheila Maria Palza Silva, “*proporcionou o financiamento e a disseminação das práticas, conceito e estratégia que serviram de base para a definição das normas que orientariam os futuros processos de criação e gestão das Reservas Extrativistas no estado*”. (SILVA, 2012, p. 68)

Como vejo, é nítido o quanto no PPG7 já estão postos parâmetros, modelos e ações, que viriam definir os demais programas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, importa observar os dados apresentados pela então coordenadora, Nazaré Soares (apud PAULA, 2013, p. 48/49), tais como: i) a construção das bases de parceria internacional em torno da área ambiental; ii) projetos de manejo florestal; iii) capacitação e envolvimento de 12 mil agricultores familiares e lideranças em 322 municípios; iv) fortalecimento da sociedade civil organizada, capacitada, vigilante, demandadora de políticas públicas ambientais para o desenvolvimento sem desmatamento; v) apoio ao macrozoneamento da Amazônia e zoneamentos estaduais; vi) alega que sem a aliança entre o governo, a sociedade brasileira e os países

desenvolvidos os resultados não existiriam; vii) deixou uma herança de políticas públicas e lições para novos programas e projetos; viii) a Lei de Florestas Públicas & Serviço Ambiental Brasileiro; ix) a atribuição de valor à florestas e às culturas tradicionais; x) valorização das cadeias produtivas em políticas públicas; xi) a parceria com o setor privado; governança ambiental estadual; xii) novos modelos de extensão e assentamento rurais na Amazônia que consideram as florestas e as culturas tradicionais como ativos fundamentais do desenvolvimento sustentável; xiii) planos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia...

De fato, tal herança pode ser encontrada facilmente nos programas que o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o Banco Mundial financiam no Acre a partir de 1999 com o Governo da Floresta. Desta feita, considerando a aprendizagem, novos mecanismos são introduzidos no sentido da manutenção e fortalecimento dos princípios estabelecidos pela ideologia do desenvolvimento sustentável. Segundo Giorgio Antoni,

O PPG-7 contribuiu consideravelmente à construção desta nova fase: prestando todo o know-how necessário para gerenciar os serviços produzidos pelas florestas tropicais; graças à rede notável de comunidades, de grupos étnicos, de ONGs, de setores dos Estados da Amazônia que ficaram engajados, a linguagem e a cultura do mercado se tornaram mais familiares até os lugares perdidos da vasta região. (ANTONI, 2010, p. 310)

Nesse sentido, para Elder Andrade de Paula, o Acre se constitui no Estado da Amazônia brasileira “*que incorporou de forma mais profunda e*

*articulada a ideologia e as políticas subjacentes ao capitalismo verde.”*  
(PAULA, 2013, p. 82)

Pelo escopo da presente pesquisa, diria que a expansão que os prepostos do *sistema mundo moderno colonial* estão a investir, no que ele carimba de subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento, supera o aspecto meramente econômico. Trata-se, como já se demonstrou, de um projeto moderno-colonial que teve início no século XVI e que caminha desde lá se atualizando em suas estratégias e epistemologias, uma das quais, a do desenvolvimento sustentável, tem se operado na Amazônia de forma sistemática via, especialmente, financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Por esta epistemologia, se tem forjado muito mais que um modelo de gestão da economia, pelo qual seres humanos e natureza são tratados como objetos de exploração. A investida da colonialidade avança no sentido de modelizar os humanos de tal modo até eliminar suas resistências diante das condições moderno-coloniais a que estão historicamente subordinados. O projeto agora se assenta fundamentalmente no plano das subjetividades, dentro da esfera que Anibal Quijano vai descrever como a “*capa mais profunda da existência*” em que “*se produz memória, imaginação e conhecimento*”. (QUIJANO, 2015), projeto este sobre o qual nos debruçaremos no capítulo cinco deste trabalho.

Parto da hipótese de que, a priori, a ideia de desenvolvimento sustentável expõe a parte externa da *colonialidade/seringalidade*, o que vale dizer o

seu aspecto objetivo que se substancia, pela voz da modernidade, em retirar da condição de miserabilidade os povos da floresta ao tempo em que diz proteger a natureza (o que representaria o desenvolvimento da região e de sua população), e, pela voz surda da colonialidade, continua o histórico processo de domínio/exploração do humano, especialmente aquele historicamente racializado, e dos recursos naturais, em que o capitalismo tem sido apontado como seu motor, cujo fim último, essencial, é a acumulação do capital e a espoliação a ela subjacente (PAULA, 2013). Estamos aqui a tratar do aspecto econômico que, de uma forma ou de outra, interessa sua exposição pela *modernidade/colonialidade*, na medida em que se presta a obscurecer aquele outro – mais profundo e de subsistência perene - que vige submerso no campo da subjetividade, o que quer dizer também da imaginação, da memória e do conhecimento.

### 5.2.3 Como ele realmente é no discurso governamental

Da ótica dos “paulistas”, eles representam as imagens dos novos colonizadores da região, como pioneiros, principalmente como os novos proprietários do Acre. Consideram-se como agentes do progresso que trazem inovações tecnológicas, muito dinheiro, o progresso, a justiça social, o direito etc. (AQUINO, 1982, p. 124/125)

Como defendido até aqui, considero que a *seringalidade* – como ideia – começou na definição - pelo movimento dos povos da floresta - da concepção de *reserva extrativista*, ali já influenciada pela de *desenvolvimento sustentável*. Considero, assim, que a expressão da colonialidade local só veio a se firmar institucionalmente com a ideia de *florestania* como modelo de governo e sua substância vinculada às

condicionalidades dos prepostos do *sistema mundo moderno colonial*, o que veio acontecer com a chegada ao governo, em 1999, da frente popular do Acre-FPA que, sob a condução do Partido dos Trabalhadores-PT, passou a governar o estado.

Nesse passo, entendo que a *seringalidade* tem sido sustentada institucionalmente pelas políticas de governo da Frente Popular do Acre, a partir de 1999, o que vale afirmar, por todas as suas gestões, desde então: as de 1999/2003 e 2004/2007, que teve Jorge Viana como governador; e de 2008//2011, que teve Binho Marques, e as de 2012/2015 e 2016/2019 que teve/tem Tião Viana. Todos filiados ao Partido dos Trabalhadores-PT.

Parto da premissa de que a *seringalidade* se manifesta primeiro por discurso, o que quer dizer, se manifesta por ideias com as quais o lócus de poder a procura naturalizar e consensualizar perante a sociedade objetivando que suas práticas sejam legitimadas e com isso a *governança* moderno-colonial siga e se mantenha institucionalmente sem ruído da resistência social.

Pelo registro feito pelo antropólogo Terry Vale de Aquino (conforme a epígrafe do presente subitem), na década de 1970, o que interessava aos “paulistas” (e também ao desenvolvimentismo da época), então inimigos dos seringueiros, não difere, segundo supomos na presente pesquisa, do que hoje interessa às políticas governamentais de desenvolvimentistas. Afinal, vale interpelar aqui: o que os “paulistas” queriam e o que a *florestania* quer não é senão, como “novos colonizadores da região”,

“agentes do progresso *que trazem inovações tecnológicas, muito dinheiro, o progresso, a justiça social, o direito etc.*”? Esta parte do trabalho se constitui também como parcela do desafio de procurar dar resposta a isto.

Afim de responder a tal questão, analisaremos os discursos contidos nos Planos Plurianuais- PPAs, relativos a quatro gestões governamentais seguidas – de 2004 a 2019 - assim como em alguns documentos relacionados aos contratos de financiamento referidos, de modo a apontar neles a substância da *seringalidade* que, junto às ideias de desenvolvimento e de reserva extrativista, à historiografia oficial e ao silogismo *florestania*, nos ajudará a oferecer o desenho discursivo necessário à compreensão contemporânea e local da colonialidade.

Portanto, a análise em questão estará limitada aos PPAs das quatro gestões, vale dizer: de 2004/2007, 2008/2011, 2012/2015 e 2016/2019. O plano do período de 1999/2003 não foi publicado, nem foi possível o seu acesso por outro meio, apesar de todos os esforços empreendidos. O objetivo básico é tentar decifrar, pelo corpus discursivo de promessas governamentais (posto que estamos tratando de planos), o que se revela – em suas epistemes - em nome da política de desenvolvimento sustentável e, com isso, no que caracteriza e com ela se relaciona a *seringalidade*.

## 5.2.4 Os Planos Plurianuais-PPAs

### PPA 2004/2007

No PPA de 2004/2007 (ACRE, 2004), é apresentado que o mesmo está apoiado em dois grandes projetos. Um voltado para a infraestrutura urbana, que será financiado pelo BNDES, e o outro para a “*criação de uma economia rural e florestal moderna*”, com financiamento do BID. Na sequência, vamos nos ater ao item Produção, que integra, é base, do segundo grande projeto, destacando o contido em seus subtítulos os quais são adotados de forma simbolicamente significativos para o entendimento geral do plano.

**A colonialidade como crise da modernidade – o povo como objeto -**  
Segundo é afirmado em sua apresentação, o PPA em questão se constitui em um

...plano nascido de um povo que aprendeu com os erros do passado, tomou a história em suas mãos e implantou um governo capaz de reconstruir o Estado. Um dos traços distintivos da sociedade acreana em seu período de formação foi a criatividade, a capacidade de adaptar-se ao ambiente amazônico criando novas formas de organização, cultura, convivência e sobrevivência. Esta disposição criativa, no entanto, foi quebrada em longos anos de crise econômica, em que grande parte da população foi empurrada para a miséria. A possibilidade de superação dos problemas sociais depende do trabalho (...) o trabalho social mais efetivo, portanto, consiste em recuperar a capacidade criativa e produtiva da sociedade. (p. 8)

Já aqui, o discurso, no primeiro parágrafo transcrito, elimina qualquer possibilidade de considerar uma sociedade histórica em que o conflito de

interesse é o que a move. Não há que falar em conflito. O plano foi criado por um povo etéreo este que aprendeu com o seu próprio erro do passado. Foi o povo quem errou e se considera culpado pelo erro. Uma auto culpa a merecer o autoflagelo, pois.

O povo, como apresentado, parece, a princípio, concentrar toda a sociedade acreana, todavia veremos que há uma referência histórica que vai reduzir esse povo aos seringueiros, de cuja formação são destacados dois traços: o da criatividade e o da adaptação ao ambiente amazônico (os nordestinos feitos seringueiros, menos os indígenas, estes não compõem aqui ainda a sociedade acreana). No entanto, lamenta o discurso governamental, a afamada criatividade foi quebrada por uma crise econômica (também etérea) que empurrou para a miséria parte da população (não quis dizer a sua maioria, nem aquela parte dos que vivem na floresta, os seringueiros). A miséria é um lugar, uma espécie de buraco, para aonde as pessoas são empurradas – não se sabe por quem, talvez pela malvada crise econômica, esta que foi provocada por ninguém. A modernidade insiste em esconder a colonialidade. Nesse festival de sujeitos ocultos, um deles é mais fácil identificar no corpo do discurso: a vítima de toda a história, que tanto pode ser o povo - no sentido genérico, mas concreto, não etéreo - quanto seringueiros e indígenas.

No trecho do segundo parágrafo, o fecho espetacular: só o trabalho redime o homem, o faz superar os problemas sociais (então, trabalha seringueiro!). Assim, basta ele, o seringueiro recuperar a capacidade perdida – em que tempo e em que lugar? – de criatividade e - agora vem o arremate fundamental – de produtividade!



Fácil ver que o seringueiro mesmo sendo posto no texto como sujeito (no caso, oculto por trás ora do povo ora da sociedade acreana) ele é reduzido a objeto no sentido substancial do discurso, pois é, continua sendo, manipulado pelos discursos e práticas governamentais coloniais, ao longo da história.

Sigamos.

Fôssemos juntar os subtítulos deste PPA aqui selecionados, um após o outro, poderíamos já ver sinteticamente construído o essencial da sustentabilidade proposta: *Buscando a sustentabilidade*”, *titulando a terra, com propriedade, valor da floresta, Tempo perdido, Florestania*.

Vejamos.

**A sustentabilidade florestal-mercantil como pressuposto natural** - No subtítulo “*Buscando a sustentabilidade*”, o PPA 2004/2007 decreta que tal busca deve ocorrer com o desenvolvimento de uma agropecuária moderna e competitiva aliada à modernização do extrativismo tradicional que gerarão produtos competitivos para a conquista do mercado internacional. Nesse passo, afirma o PPA, “*Nossa sustentabilidade econômica depende da modernização das atividades produtivas existentes e do desenvolvimento de negócios ligados à biodiversidade*”, só assim é possível alcançar a sustentabilidade. (ACRE, 2004, p. 87) O campo semântico do discurso vai definir, de forma clara, os objetivos da sustentabilidade proposta – o campo da modernidade que abarca os

campos da produtividade e da competitividade, aos quais qualquer produção florestal, agropecuária ou extrativista, deve se adequar. A racionalidade do mercado como algo sempre pressuposto, como algo sempre natural.

**O direito de propriedade de poucos** - No subtítulo “*Titulando a terra*”, o governo afirma que “*um dos maiores entraves ao desenvolvimento sustentável na Amazônia é a sua confusa e injusta estrutura fundiária*”. (p. 88) De novo, desde sempre, mas agora de forma expressa, o governo afirma textualmente, no subtítulo “*Com Propriedade*”, que “*uma das condições para o desenvolvimento é ter claramente definido o direito de propriedade*”. (Idem) Como vimos, historicamente, a gênese e o desenvolvimento do *seringalismo* estão fundados exatamente neste direito que se torna fundamental para a instituição e manutenção de todo projeto moderno-colonial, desde o século XVI, caso em estudo da *seringalidade*.

Interessante apontar que, muito embora a propriedade seja essencial para o projeto da sustentabilidade, ela não pode ser obtida pelos seringueiros, a quem cabe no latifúndio da seringalidade apenas o seu limitado usufruto em reservas estatais, como veremos na sequência deste capítulo. A propriedade privada é essencial para o desenvolvimento desde que não alcançada pelos condenados, desde que concentrada em favor dos neo-seringalistas.

**O mercado dos produtos inconciliáveis: economia competitiva e solidariedade** - No subtítulo o “*Valor da floresta*”, a pretensão do

governo como “*objetivo estratégico é situar o Acre no mercado nacional e internacional de produtos e serviços oriundos da maior floresta tropical do planeta, com uma economia moderna e diversificada, competitiva e internamente solidária pela sua forte base comunitária, cooperativa e empresarial*” (p. 93) Tudo que se queira vender tem um valor e um mercado, é moderno e competitivo. Só não dá para entender como entra nesse jogo a solidariedade senão como retórica.

**O novo extrativismo como fim dos empates e a aliança seringueiro-madeireiro** - No subtítulo “*Tempo perdido*”, o plano afirma que “*nunca existiram políticas públicas dirigidas ao extrativismo tradicional*”, o que assume ser uma dívida moral do Estado com as “*populações da floresta*”. No mesmo item, o plano expressa outro lamento: o fato dos madeireiros terem sido tratados, até então, com “*muita indiferença e preconceito*”. Por essas dívidas, com os seringueiros e madeireiros, o governo se propõe, pelo plano, ajudá-los com “*ações estratégicas, plantando as sementes do novo extrativismo e do novo setor florestal [madeireiro]*”. (p. 94).

Para justificar a falta em relação ao extrativismo, o discurso apresenta uma outra falta que julga está no mesmo nível de importância. Aqui ele iguala o extrativismo tradicional (o que seria o dos produtos não-madeireiros) com o de exploração madeireira. Colocando ambos, no plano retórico, no mesmo nível, é assim que o governo, em nome de uma suposta igualdade, justifica o apoio aos madeireiros, estes, segundo acredita, historicamente injustiçados pelas políticas públicas e pelo preconceito dos seringueiros. O tempo perdido a que o discurso se refere

é exatamente aquele que passou em que os madeireiros não eram considerados. Muito provavelmente, o discurso estatal esteja se referindo ao tempo dos “empates”.

O “novo” é a palavra de ordem que integra o campo da modernidade, do progresso, do desenvolvimento e, logicamente, da produtividade. O “novo” vem para alterar o “velho”, no caso o extrativismo (que terá que se adaptar à lógica do mercado da natureza) e a “visão preconceituosa” (certamente dos seringueiros) contra os madeireiros. O novo é ter estes como aliados na modernização produtiva da floresta. O novo é eliminar as diferenças (o que inclui, fundamentalmente, a resistência histórica dos condenados da floresta) em nome da “paz” do mercado da natureza.

Tanto que, entre as ações, o governo apresenta a criação do plano estadual de florestas pelo qual, por exemplo, são criadas “*florestas públicas para a produção florestal, que teve início em 2003 através do Projeto BID*”, além de diversas atividades voltadas para a instalação de Projeto de Manejo Sustentável do Mogno com vistas à sua comercialização com a Europa e os Estados Unidos, “*os principais compradores do mercado internacional.*” (p. 94) Neste item, o Plano aproveita para dizer que não está solitário nessa empreitada moderno-colonial, é que “*o governo brasileiro e as principais organizações ambientais mundiais*” o apoiam nesta missão de dar sustentabilidade ao mercado da natureza na Amazônia. (p. 95)

**O setlist da legitimidade manufaturada** - No subtítulo “*Florestania*”, sem dizer o que significa o neologismo criado pelo Governo da Floresta

– aqui já o tendo como autorreferente - e como se estivesse checando uma espécie de setlist das ações necessárias para alcançá-la (ou a realização do plano proposto), ao mesmo tempo em que checa a legitimidade para tanto, afirma que

O plano estratégico está pronto. As metas estão estabelecidas. As oportunidades foram mapeadas e os parceiros foram escolhidos. O Acre conquistou o respeito e a credibilidade das autoridades nacionais na área florestal. A população defende a opção pela floresta e avaliza o rumo apontado pela administração atual. (p. 97)

Vê-se, ainda, a preocupação pela credibilidade junto às autoridades nacionais da área florestal e a legitimidade junto à população, legitimidade esta manufaturada pelas estratégias de persuasão de massa – via propagandas governamentais que ao mesmo tempo em que se alimentam da historiografia oficial a reatualizam com seus novos mitos e seus dispositivos de poder e saber.

Não se pode deixar de considerar, por este trecho, que estava tudo certo para a operação *florestania* dar partida e iniciar – ou continuar – o seu curso. Vejamos a próxima estação.

### **PPA 2008/2011**

**O plano dos técnicos e dos que têm fé na sustentabilidade** - O PPA 2008/2011 (ACRE, 2008), já na sua apresentação, informa, também buscando legitimidade social, que é produto do plano de governo apresentado no período eleitoral em que participou a sociedade por meio de seminários, e mais de 120 técnicos, cujo resultado “*refletiu a disposição de manter o crescimento econômico com manejo inteligente*

*das nossas riquezas naturais e redução das desigualdades sociais.”* Arremata afirmando que o documento representa em sua essência os interesses de todos que acreditam e trabalham para o desenvolvimento sustentável do Acre”. (ACRE, 2008, p. 3).

É a continuidade dos dois governos anteriores (não poderia ser diferente), apenas uma novidade: como é disposto textualmente, o plano se diz voltado não mais para aquela entidade genérica (povo ou sociedade acreana) ou aquela outra específica – os seringueiros. Desta feita, ele representa os interesses aqueles que “acreditam e trabalham” para o desenvolvimento sustentável. Fechou o cerco. Como apresentado, o plano estava voltado apenas para os seus propositores diretamente interessados, os que “acreditam e trabalham” para o mesmo. Isto é significativamente crível. Sigamos!

**Manufaturando identidades e esperanças** - Na sua introdução, já é anotado que as bases do desenvolvimento sustentável já foram postas pelos dois governos anteriores, no que toca a infraestrutura e a criação de florestas estaduais de exploração, bem “*como foi ampliada a base para atrações e consolidação dos investimentos industriais.*” Período em que, segundo afirma, “*foi fundamental para a reconstrução da identidade e esperança do povo acreano.*” (Idem p. 11). Trata-se, aliado ao projeto material, o Estado manufaturando identidade e esperança em sua população. Eis garantidos os fundamentos das bases estruturais objetivas e subjetivas para a continuação do projeto da *seringalidade*.

**Sempre na promessa: o melhor lugar para se viver** - Para esta gestão, “o planejamento estratégico governamental definiu como visão de futuro: *ACRE O MELHOR LUGAR PARA SE VIVER NA AMAZÔNIA*”. (Como no original, p. 14). Estamos, agora, nos idos do ano de 2016, portanto oito anos depois dessa promessa (e quinze anos depois do início desse projeto de governo), e o Acre ainda não conseguiu ser o melhor lugar para se viver na Amazônia. Os dados estatísticos e as manchetes de jornais locais (não das páginas sociais mas das policiais) continuam a noticiar muita dor, pobreza e outras violências. Coisas desse futuro prometido que nunca chega mas teima em ser invocado, melhor dizer, sustentado pela *seringalidade*. Importa anotar aqui uma informação pertinente, talvez simbólica, e que é pública: terminado o mandato, o governador que fez essa promessa se mudou com toda a família para Brasília.

### **O empoderamento a favor do interesse privado e do controle do social**

- Três objetivos fundamentais serão perseguidos: i) no campo da gestão administrativa, garantir serviços públicos básicos de qualidade para todos; ii) no campo da economia, fortalecer o setor privado para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva em base florestal, e iii) no campo da participação social, promover o *empoderamento* das comunidades.

Aqui se ajusta cada vez mais a opção do governo em investir fundamentalmente no setor privado e na exploração competitiva do produto florestal no mercado da natureza. O *empoderamento* social, por iniciativa governamental, faz parte do projeto de condução e controle dos movimentos sociais e da sociedade como um todo afim de que se integrem, de uma forma ou de outra, aos interesses daqueles que

acreditam e trabalham para o desenvolvimento sustentável. Esta é a parte da “inclusão social” excludente sobre a qual vamos ainda falar.

Aquele modelo de Estado de índole totalitária que a tudo e a todos controla, na *seringalidade* busca muito mais: criar identidade social sob parâmetros oficiais, inculcar na sociedade a ideia de esperança (a esperança como o investimento na ideia de espera teológica de “quem espera sempre alcança”) e instituir um regime de *empoderamento* social pelo qual ele vai estabelecer as necessidades e os meios, sob controle oficial, de seus acessos no sentido de que o poder social é concedido pelo estado mediante regras por ele previamente estabelecidos. É por este regime que a democracia de cooptação tem lugar e é por ela que, no campo dos movimentos sociais, a *seringalidade* tem se operado.

**O grande parque industrial para exportação da floresta** - O PPA em análise reserva um capítulo para a economia sustentável, dividindo-o em quatro componentes. *Economia florestal. Agropecuária, agroflorestal e extrativismo; políticas transversais; turismo e meio ambiente.*

O plano, no subtítulo *Ampliação e Consolidação da Economia Florestal*, informa que existe um grande investimento numa base produtiva florestal voltada para a exportação, o que tem se dado, por exemplo, com o Programa de Desenvolvimento Sustentável conhecido como Projeto BID. São investimentos direcionados basicamente para a criação de florestas públicas de exploração, atração de indústrias de processamento florestal, a formação de “*capital humano e adensamento da organização e capacitação de gestão de comunidades*”. Segundo assegura o discurso do



PPA, “*em breve o Acre contará com uma atividade econômica realmente forte e assentada em bases sustentáveis, garantindo renda e bem-estar para a sua população hoje e no futuro.*” O Projeto BID é voltado para criar uma gestão “*eficiente e regulação criteriosa de exploração dos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros do Estado.*” (P. 18)

**O reino das minas de madeira** - Nesse passo, a indústria florestal criada pelo governo está garantida pelo suprimento de matéria prima, a madeira através dos planos de manejo florestal sustentável, das florestas públicas e dos desmatamentos autorizados pelos órgãos estadual e federal de controle ambiental. Segundo dados (e linguagem) do Plano, o Acre possui uma “*mina de madeira*” aberta para a exploração. São cerca de 6 milhões de hectares de floresta potencialmente aptos para serem derrubados ou, como o discurso prefere amenizar, “*aptos para o suprimento de matéria prima para a indústria florestal*”. Desta “*mina*”, 2,7 milhões são reservas extrativistas e Projetos de Assentamento Extrativista, 1,5 milhão são florestas públicas e 1,8 milhão estão reservados ao manejo florestal empresarial, além de outras áreas como florestas estaduais e Viveiro da floresta. (p. 19) Como visto, nada fica de fora – é protegida – da sanha mercadológica que transforma o extrativismo em selo para a “*derrubada legal*”.

O plano promete ampliar ainda mais os programas que facilitem e incentivem a iniciativa privada investir na “*derrubada legal*” da floresta acreana, como a criação de políticas de créditos voltadas para tais atividades mediante manejo, e também buscar garantir um ambiente de segurança ao produtor e investidor florestal. (p. 21)

**A exploração sob as bênçãos da lei, da ciência e da tecnologia** - A *seringalidade*, por seu dispositivo desenvolvimento sustentável, criou toda uma estrutura legitimada pela lei e pela ciência e tecnologia para a exploração madeireira, o que faz graças ao financiamento das instituições financeiras internacionais e suas condicionalidades (que possibilitam, de um lado, a infraestrutura necessária ao escoamento dos produtos e, de outro, o preparo das mentes locais para não só não impedir, não “empatar”, como aderir a ele), que representam os interesses do mercado mundial da natureza (os aviadores internacionais), “reservando” áreas florestais públicas de exploração e também aquelas que não são, autorizando suas explorações – derrubadas - mediante o manejo, tudo sob o seu próprio controle, posto que o governo do Estado tem a direção dos órgãos ambientais de fiscalização e seus regulamentos.

Com efeito, após 2005, o controle total para autorização de exploração madeireira e não-madeireira – que era da União Federal, através do IBAMA, passou a ser exclusivamente do Estado do Acre. O que foi realizado por meio de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o IBAMA e o Estado do Acre, por meio de sua Secretaria de meio Ambiente(SEMA), o Instituto de meio Ambiente-IMAC e da então Secretaria de Estado da Floresta (SEFE), esta transformada em Secretaria de desenvolvimento florestal, da indústria, do comércio e serviços sustentáveis (SEDENS). (Conforme se pode apurar em ACRE, PROSER, 2012, p. 23 e 30)

**Estado como neo-seringalista** - Desde modo, o Estado faz as vezes – melhor seria dizer: ocupa literalmente o lugar - de seringalista-

proprietário, exatamente como o que estabelece as normas atinentes à relação/negócio e também “controla”, pelos seus órgãos de fiscalização, o empreendimento no latifúndio em que será explorado o produto madeireiro para exportação – e assim está garantida a perpetuação da condição colonial do seringueiro e da milenar divisão internacional do trabalho em que a velha periferia cumpre o seu papel de exportador de sua matéria prima – a madeira - para o também velho centro (Europa e Estados Unidos da América).

**O modo de se comportar para o des-empate** - O seringueiro da reserva, por exemplo, pode entrar nessa história apenas com a não-ação, com a postura do não-empate (em razão talvez por ser induzido a aceitar que a lei e o manejo estejam acima de seu poder/conhecimento) ou, às vezes, como pequenino mercador das madeiras que possui na sua colocação que não é sua, a fim de aumentar a parca renda ou complementar alguma “bolsa” que recebe do Estado. Os demais trabalhadores da floresta podem alcançar o seu bocado nesse quinhão prestando serviços de “peão” na derrubada, no transporte, nas medições para o manejo... Todos, o que é tão importante quanto, legitimando o mercado da floresta e assim incluídos no escopo da racionalidade econômica-mercadológica da natureza que a *seringalidade* lhes impõe.

Tem mais. O plano informa que está promovendo a regularização fundiária de posseiros, com 300 titulações em andamento, tornando suas propriedades em áreas privadas de manejo. Em outras palavras, o Estado está criando “proprietários laranjas”, isto é, usando os posseiros como meio de legitimar/legalizar áreas para derrubadas, tudo na forma da lei, claro! Pior. A *seringalidade* acreana, com o seu jeito de desenvolver

sustentavelmente os interesses mercantis na floresta, neste aspecto, segundo o plano, está servindo de modelo para os demais estados, em razão de tornar-se pioneiro na gestão de floresta pública. (p. 21)

Melhor ficar só no plano da madeira. Por ele é fácil vê como caminha o desenvolvimento sustentável frente às aspirações sociais... Este exemplo se basta pelo seu caráter simbólico. Afinal, não era a defesa da floresta em pé junto com o questionamento fundiário o que moveu o movimento social rural acreano na década de 70? Deixemos para responder com mais vagar quando discutimos as reservas extrativistas, o que é feito no próximo item desta capítulo. Sigamos para o PPA dos próximos quatro anos.

## **PPA 2012/2015**

**Desenvolvimento como modernidade implantada** - O PPA 2012/2015 (ACRE, 2012) tem um tema - *Desenvolver e servir* - e também traz uma epígrafe – um trecho do discurso de posse do então governador – ambos particularmente para o que estamos a analisar bastantes significativos.

Afirma o governador na epígrafe do seu PPA: “*Que nós sejamos humildes o suficiente para reafirmarmos o valor da convivência fraterna e da modernidade implantada*”. (ACRE, PPA 2012, p. 12)

Quanto ao tema, tudo a ver com *seringalidade*. “Desenvolver”, adequar ao modelo, ao padrão de desenvolvimento exógeno (das bulas do sistema mundo), nesse sentido tornar civilizados os colonizados “de dentro” para assim servir – o velho sentido de servidão - aos modernos colonizadores

“os de fora”. Adotar a bula desenvolvimentista posta pelos prepostos do *sistema mundo moderno colonial* a fim de continuar servindo, prestando, sendo útil à modernidade/colonialidade, como tem sido prática há mais de 500 anos.

O trecho da epígrafe na sua parte final segue o mesmo princípio. A *seringalidade* nada mais é do que o projeto secular de “*modernidade implantada*” na região acreana. A história da colonialidade tem como marco fundador a implantação daquela modernidade eurocêntrica que olha para si enquanto coloniza o outro sob a égide de uma suposta *convivência fraterna*, num regime de poder em que a ideia de fraternidade não passa de um conceito abstrato, de uma retórica, de uma epistemologia moderno-colonial. Tema e discurso perfeitos no sentido conceitual e contextual.

**O discurso do auto-elogio que se coloca em primeiro** - Na sua parte introdutória, a exemplo dos anteriores PPAs, o discurso centra-se naquela estratégia de se auto elogiar como provedor de política pública que revoluciona o Acre ao adotar o modelo de desenvolvimento sustentável “*que permite ao mesmo tempo gerar e distribuir riquezas, melhorar os indicadores sociais e conservar a floresta.*”, de modo que “*os avanços alcançados são surpreendentes colocando o Estado entre os mais competitivos a investimentos públicos e privados da região norte.*”. (p. 21)

O discurso indica a existência de uma espécie de concorrência posta entre os estados da região para se saber quem mais recebe investimentos

privados e públicos, no caso, para derrubar! Chama atenção para a sua investida no sentido de “*induzir a instalação de empreendimentos industriais, com alicerce no desenvolvimento da economia florestal.*” (p. 21)

**A expressão do campo semântico da racionalidade econômica “neoliberal”** - O PPA em questão retorna ao discurso de participação social empregado com mais ênfase no início do projeto de governo da *florestania*, e, para legitimá-lo, o vincula a “progresso” econômico, à “gestão pública moderna”, ao “espírito libertário” de seu povo e logicamente ao seu “capital natural”, que diz ter alcançado:

Pelo crescimento econômico do Acre”, o que para tanto elenca requisitos tais como “o desenvolvimento de capacidades, tecnologias, inovações e espírito empreendedor para romper paradigmas, padrões atuais da economia e da iniciativa social e construir uma gestão pública moderna, que contribua na geração de resultados e indicadores dignos de um Estado amazônico influente não pujante e democrático à altura do espírito libertário, da operosidade, da criatividade do seu povo e do seu gigantesco capital natural que se ergue como base da economia do futuro. (p. 21)

Temos aí um elenco de categorias moderno-coloniais essenciais para a constituição discursiva de qualquer projeto “civilizatório” na esteira do que estamos a analisar. São conceitos operativos fundamentalmente vinculados ao campo semântico da racionalidade econômica neoliberal (*crescimento econômico, desenvolvimento, moderno, capital natural, economia do futuro*) que expressam uma certa despreocupação em esconder, sob os rótulos da sustentabilidade adotados até então, o foco – a opção - na questão econômica em detrimento da socioambiental. Por

este PPA, parece que o campo está liberado justificar tudo pelo econômico.

### **O Acre cumprindo seu papel na divisão internacional do trabalho -**

Saiamos da introdução e sigamos para o subtítulo que nos interessa: eixo 1 do plano que trata da *economia sustentável*, do qual vale chamar atenção para o seu programa de industrialização cuja sustentabilidade econômica está fundada na política de exportação dos produtos florestais. O plano informa com orgulho que a Zona de Processamento de Exportação-ZPE se constitui em “*um grande instrumento para aumentar as exportações do Acre, que no período de 1999 a 2010 cresceu mais de 1500%*”. Notícia ainda que por estar localizado no centro de uma área em plena expansão econômica, o Acre, com a sua ZPE, tem destinado 80% de sua produção ao mercado externo. Por fim, expõe como uma das suas vantagens o acesso direto ao Pacífico, o que facilita “*a ligação aos mercados asiáticos, costa oeste americana e canadense.*” (p. 50)

Fácil ver que a meta de se tornar o maior exportador de matéria prima florestal da região para os países centrais está dando mais que certo, provando a eficiência dos investimentos que o *sistema mundo moderno colonial*, por seus prepostos Banco Mundial e BID e sua epistemologia da colonialidade mais significativa – o desenvolvimento sustentável.

### **PPA 2016/2019**

**O reino da economia – e não do meio ambiente – sustentável** - Já pelo seu título, “**GOVERNANÇA E ECONOMIA SUSTENTÁVEL**”, o PPA

2016/2019 (ACRE, 2016) demonstra continuar mantendo a ideia de economia sustentável – veja que a economia substitui o desenvolvimento - confirmando-o como núcleo essencial das políticas de governo iniciadas no final dos anos 90, e reafirmando, com isso, a coerência histórica de suas ações e ideias pela sustentabilidade econômica da *seringalidade* no Acre. Como na apresentação é explícito:

O Plano Governança e Economia Sustentável 2016-2019 integra um projeto estadual de desenvolvimento sustentável que se consolidando há mais de dezesseis anos e que concilia o crescimento econômico, a distribuição de renda e a inclusão social com a preservação das nossas riquezas naturais. (ACRE, 2016, p. 10)

**A governança do Acre no contexto do sistema mundo moderno colonial** - O plano acrescenta – no seu título - a palavra *governança* a qual, muito embora faça parte da gramática do desenvolvimento sustentável – posto que difundida há bastante tempo pelos prepostos do *sistema mundo moderno colonial*, como o Banco Mundial, “*adicionada às condicionalidades do ajuste liberal dos anos 1980*” (ACSERALD, 2006, p. 18), não era assumida, pelo governo local, de forma tão explícita como foi agora neste documento oficial. Existia razão para não ser no passado como existe para ser no presente. Vejamos.

De acordo com Henry Acserald, este termo nasce a partir do momento em que os técnicos do Banco Mundial precisavam, com as injunções/condicionalidades das agências multilaterais de desenvolvimento aos estados-nação, separar a ideia de gestão política – que defendiam ser puramente soberana - da gerencial, que não seria. A



saída foi tratar o receituário destas agências como algo autônomo à soberania das nações – “*o sonho liberal de separação entre os mercados e os espaços da política.*” (p. 20), nomeando como governança o que entendiam não ser injunção política. Nesse sentido, os “*novos espaços institucionais da ‘governança’ seriam, portanto, aqueles capazes de escapar aos limites do Estado e que, incluindo redes sociais, hierarquias e articulações, exerceriam ao mesmo tempo algum tipo de coordenação extra estatal da subotimalidade do próprio estado.*” (p. 20)

Por este sentido, quando o governo do Acre adota, explicitamente, no seu plano, a ideia de *governança* estará, em tese, assumindo que suas ações – muito embora soberanas – não estarão adstritas ao controle de tal soberania, haja vista a supremacia das condicionalidades dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Agindo deste modo, o governo estaria sendo – de forma rara – franco.

Como entendo, isto tem um significado relevante sob o ponto de vista do discurso e da política. O Estado do Acre, ao empregar tal palavra – que é uma atitude - no título de seu PPA, demonstra, de um lado, o quanto o governo local está vinculado/dependente ao *sistema mundo moderno colonial* e, de outro, a total ausência de subterfúgio discursivo para a não revelação de tal fato, ou seja, o quanto isto pode ser revelado sem que haja qualquer receio de que tal vínculo possa prejudicar a legitimidade do governo.

De fato, como alerta Fanon:

Os governos burgueses dos países capitalistas superaram há muito tempo essa fase infantil do poder

[de governar com o povo e para ele]. Friamente, eles governam com a ajuda de leis, de seu poder econômico e da polícia. Não são obrigados, agora que o seu poder está solidamente estabelecido, a perder tempo em atitudes demagógicas. Governam no seu interesse e têm a coragem do seu poder. Criaram uma legitimidade e acreditam no seu direito. (FANON, 2005, p. 209)

Adaptando para hoje, posso dizer que a gestão moderno-colonial do governo do Acre não depende da legitimidade do povo (senão talvez só no período eleitoral), face à força da simulação de participação que a democracia formal-eleitoral produz. É que o governo local é gerido, em maior ou menor grau, pelo governo global – o *sistema mundo moderno colonial* – e isto tem sido uma convenção estabelecida “por cima” cuja ciência o povo – “de baixo” – ignora inteiramente.

Essa forma de governo possibilita – num plano mais objetivo – a emergência do que Boaventura de Sousa Santos vai denominar de “*nova forma de governo indireto*” em que a obrigação política do estado é substituída por obrigações contratuais privadas e despolitizadas, ou seja

*...quando o estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados. Poderosos atores não-estatais adquirem desta forma controle sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações, quer seja o controle dos cuidados de saúde, da terra, da água potável, das sementes, das florestas ou da qualidade ambiental. (SANTOS, 2010, p. 45)*

No caso da *governança* de que trato aqui, o que se vê é que, tanto a formulação de política pública quanto a prestação de serviços públicos, têm sido transferidos, seja por interesse em primeira instância de caráter

colonizador – caso das políticas de desenvolvimento sustentável – seja por interesse em segunda instância econômico-mercadológico, caso específico, só para ficar em um exemplo, do papel do estado enquanto regulador dos recursos naturais, papel transferido para empresas privadas de certificação florestal, como aponta Carlos Walter Porto-Gonçalves: “*Para certificar-se, um produto florestal, seja uma empresa ou uma comunidade, contrata ou paga a uma das certificadoras. Constitui-se, assim, um novo mecanismo de intermediação que exclui o Estado da regulação do setor e joga todas as cartas no mercado. Não podia ser mais liberal.*” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 358/359)

Ainda para Fanon isto “*simboliza, na realidade, a decisão da casta burguesa de dirigir o país subdesenvolvido [logicamente como gestor do sistema mundo] primeiro com o apoio do povo, mas logo contra ele.*” (Idem, p. 210)

O que significa, para além do compromisso local com a colonialidade global, a segurança de que é fato a ausência de resistência social importante, face ao grau de domínio sob a população local que a *seringalidade* tem exercido. Significando ainda outro fato histórico, o de que quem tem governado o estado não são os seus governos eleitos, mas a estância global da colonialidade, desde há muito tempo. Nesse sentido, se confirma a existência de um padrão local de poder – a *seringalidade* - pelo qual a colonialidade global realiza a sua *governança*.

Sigamos.

**A “nova economia” que a tudo transforma** - Nos oito objetivos estratégicos postos no Plano, por coerência, continuam mantidos aqueles que têm substanciado a *seringalidade* - por seu dispositivo desenvolvimento sustentável - que são a busca por um “*expressivo salto no desenvolvimento econômico*”; sem perder a oportunidade de se valer sempre da ideia do novo, o que faz anunciando a construção de uma “nova economia” que a tudo (da natureza e do humano) transforma em valor de troca sempre “*pelo uso econômico da floresta, do solo já deflorestado, da água, da beleza cênica, do patrimônio arqueológico, da cultura própria e identidade*”...; ao tempo em que continua perseguindo a ideia de *consolidação da economia de base florestal ambientalmente sustentável, competitiva, de alta rentabilidade e que faça a justa distribuição de renda*, e, sem se esquecer da dimensão ontológica em que a subsunção dos povos da floresta à racionalidade econômica – o que nomeia de emancipação social deles – com objetivo de “*ampliar a emancipação econômica das comunidades locais pela sua integração ao processo e resultados do desenvolvimento.*” (p. 11)

**Mais mercados: as cadeias produtivas dos chamados serviços ambientais** - O Plano expressa, nas suas primeiras páginas, dando um relevo especial, o que chama de “*Mecanismos inovadores [sempre a ideia de ‘novo’ no discurso] de financiamento da economia do baixo carbono*” (p. 14). E se coloca como um estado “*paradigma, tanto pelos resultados obtidos no controle do desmatamento, como também em função da adoção de um complexo Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais-(SISA)*” (p. 14). Segundo informa, tal sistema

...visa estimular a adoção de práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais, e induzir, através de

sinalizações positivas, a adoção de tecnologias e processos produtivos sustentáveis nas diversas cadeias produtivas para atrair investimentos de alto impacto positivo e inclusão social. (p. 14)

De início, importa, nesta passagem, observar a semântica do discurso. Começemos por observar o uso das palavras (ou ideias de) ‘positivo’ e ‘produtivo’, constantes em duas oportunidades no brevíssimo parágrafo reproduzido acima: “*Sinalizações positivas*”/ “*impacto positivo*” e “*processos produtivos*”/“*cadeias produtivas*”. Vemos que suas adoções estão contextualizadas, não por acaso, com “*uso dos recursos naturais*”, “*adoção de tecnologias*”, “*atrair investimentos*” e “*inclusão social*”.

De fato, no plano, o governo é direto quando declara seu maior intento: a “*sustentabilidade do desenvolvimento*”: “*O novo desafio é destinar recursos públicos para fazer crescer a economia, contribuir para a resolução da questão social, assegurar a infraestrutura e a proteção dos recursos naturais, almejando a sustentabilidade do desenvolvimento.*” (p. 19)

Com a Lei Estadual que implementa o SISA (Lei nº 2.308/10), o governo do Acre se diz “*orientado na busca da sustentabilidade econômico-financeiro desse modelo*”, (p. 15) com o qual “*visa implementar modernas práticas comerciais e estruturas financeiras para o financiamento de novos empreendimentos*”. (p. 15). Também, segundo estabelece, “*as diversas cadeias produtivas serão alvo e os projetos estruturados com base nos modelos societários já desenvolvidos e complementados por planos de negócios detalhados, permitirão processos profissionais de captação de recursos.* (p. 15)

É a gramática da sustentabilidade econômica (BID) e da inclusão social (Banco Mundial) - os fundamentos do desenvolvimento sustentável acreano - estabelecendo, com forte sotaque da modernidade, as epistemes da racionalidade mercantil no manejo (uso) da floresta e da subsunção (inclusão) de suas populações, o que seria “positivo” e “produtivo” para a *seringalidade* e suas nominadas “*modernas comerciais*” “*práticas sustentáveis*”.

Mas não se trata tão-só de, aqui, se apontar a coerência do discurso mas também a sua íntima correlação com a prática orientada historicamente no campo do desenvolvimentismo, no caso, sustentável. O PPA em análise coloca com bastante ênfase – como até então não havia feito – esta nova política voltada especificamente para o estabelecimento de um novo mercado desta feita voltado para a prestação de serviços ambientais. Para tanto, o Estado criou um complexo sistema de instituições e normas voltado para regular e fazer mover uma série de incentivos à produção e manutenção desses serviços, seja por desmatamento evitado - o que reduz a emissão de gases de efeito estufa, modalidade mais conhecida por REDD – seja por reflorestamento, recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima, conservação do solo...

Tais iniciativas – a exemplo das demais nesse campo – são impostas a todos pelos seus reais interessados. Nesse sentido, Michael Schmidlehner, afirma que, no contexto internacional, o REDD busca transferir a responsabilidade que é das sociedades industriais para as comunidades das florestas. Tais demandas não são reclamadas pelas comunidades locais. Na verdade,

...sendo apresentado como se fosse uma solução para a crise, [no caso do] REDD tende a mascarar o problema real (que é basicamente a queima de combustíveis fósseis), bem como impedir que as sociedades reconheçam a urgência e a necessidade de abordar as causas principais (produção e consumo excessivos por parte das sociedades ricas). (SCHMIDLERHNER, 2015, p. 02)

Para Schmidlehner, *“no Brasil a implementação do REDD faz parte de um amplo processo de transferência do controle sobre os recursos naturais”* (p. 02), concentrando sob o poder das oligarquias locais e as corporações multinacionais, como o Banco Mundial e a WWF, em detrimento dos pequenos agricultores e das comunidades tradicionais. Processo esse, segundo o autor, apoiado nas históricas estruturas de poder coloniais *“reforçadas durante o período da ditadura e paradoxalmente reiteradas no atual governo do Partido dos Trabalhadores.”* (Idem)

Analisando a experiência de implementação do REDD+ no Peru (desde 2009, como projeto piloto exatamente do Banco Mundial), Joana Cabello afirma que, de fato, *“O propósito do REDD+ é inserir as florestas na lógica de mercado, criando um valor financeiro para o dióxido de carbono armazenado em florestas e solos, ou melhor, sua capacidade de absorver carbono.”* (CABELLO, 2013)

De fato, lá no Peru como no Acre, seguindo a constatação de Joana Cabello, tais serviços ambientais levam a que se reduza *“o problema do desmatamento ao monitoramento e à comercialização do dióxido de carbono, despolitizando e escondendo as relações de poder entre os atores envolvidos, e prejudicando, ainda sem resolver, as terras e territórios indígenas, bem como os direitos de seus povos.”* (Idem)

Por sua vez, a organização denominada Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais-DHESCA, produziu o documento *Economia Verde, Povos da Floresta e Territórios: violações de direitos no estado do Acre* (DHESCA, 2015), pelo qual afirma que o SISA, de fato, se constitui na “*consolidação institucional, política e jurídica do capitalismo verde no Acre*”.

O documento investigou as primeiras experiências de projeto privado de incentivo a serviços ambientais no Acre: o Projeto REDD+ Purus, localizado no Município de Manoel Urbano, e o Valparaíso e Russas, estes localizados no Município de Cruzeiro do Sul. Para se ter uma ideia do grau de manipulação das populações tradicionais envolvidas, o documento concluiu que “*As famílias que vivem na região, também posseiros, demonstram desconhecimento e incertezas sobre o significado e conteúdo do projeto, tendo como no caso do Projeto Purus, assinado o documento sem conhecer as informações nele contidas.*” (p. 25)

Também, no aludido documento, pode se ver uma série de manifestações pelas quais organizações sociais local, nacional e internacional questionam a lógica mercantil inerente às políticas de estímulo aos serviços ambientais, caso do SISA, empregada à questão ambiental. Por exemplo, para a Cúpula dos Povos na Rio +20, “*botar preço nos bens da natureza não vai preservá-los, mas facilitar a sua apropriação pelas corporações multinacionais*” (DHESCA, p. 63)



Não há dúvida de que os denominados serviços ambientais se constituem em mais uma das invenções do *sistema mundo moderno colonial*, no campo ambiental, com vistas à manutenção e revigoramento de suas táticas de mercadorização da natureza, obscuramento de seus reais interesses e, mais ainda, o envolvimento social dos povos da floresta para a sua – dele, do *sistema mundo* - legitimação e sustentação.

Nesse sentido, para entender melhor a situação acreana – e o fato de que o sistema mundo opera em várias frentes com seus prepostos, como o Banco Mundial, por exemplo - basta dar uma olhada, por exemplo, na experiência pela qual a região peruana já passou no que diz respeito ao tema, conforme Joana Cabello nos relata e analisa.

Como o objetivo aqui não é analisar pormenorizadamente cada passo dado no sentido da instituição e manutenção do que estamos a nomear do padrão local de poder, temos que, no caso do SISA, o que aqui trazemos seja suficiente para dar uma ideia de sua dimensão e importância no contexto do discurso institucional trazido no PPA 2016/2019. Aliás, a ênfase extremada dada ao SISA pelo próprio documento oficial revela o quanto do seu valor, para a lógica/projeto moderno-colonial, para a *seringalidade*.

Na sequência, veremos que os PPAs estão plenamente de acordo com as condicionalidades, impostas pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, nos programas de desenvolvimento que financiam no Acre.

### 5.2.5 Os programas de desenvolvimento

O Estado do Acre tem operado, desde o final do século passado, no campo das políticas públicas de desenvolvimento, basicamente com dois grandes programas fundamentados nas ideias de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental: O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre-PDSA e o Programa de Desenvolvimento Econômico e Inclusão Social do Acre-PROACRE. Importa ressaltar que outros programas integram o conjunto estratégico – ou como gostam de dizer: o portfólio de parcerias e investimentos - das políticas desenvolvimentistas do Acre, caso do Projeto de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, do Fundo Amazônia, e o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável, financiado pelo BNDES, entre outros, cujas análises no presente trabalho não será possível realizar mas que, de qualquer modo, perseguem os mesmos objetivos e, nas suas substâncias, tratam do mesmo objeto: política pública desenvolvimento do Acre.

Os programas de políticas públicas em questão estão voltados especificamente para os territórios da floresta – especialmente para as reservas indígenas e de seringueiros (extrativistas). O foco das ações desenvolvimentistas dos programas estão direcionados exatamente para onde se encontram vivendo os condenados da floresta.

Três objetivos modernos coloniais justificam tal escolha: **i)** tirar os condenados da condição de miseráveis, face ao apontado déficit material para viver uma vida digna, o que pressupõe classificá-los como tais; **ii)** tirar os condenados da condição de subdesenvolvidos, face ao apontado déficit especialmente de saber (em razão do atraso técnico-científico), o

que pressupõe também classificá-los como tais; **iii**) estas duas classificações apontam para uma terceira, que é o de déficit ontológico que a miserabilidade e a condição subdesenvolvida denunciam – nesta condição os condenados são não-ser; **iv**) e as três classificações irão justificar a inclusão dos condenados à racionalidade desenvolvimentista, como totalidade, fazendo com que os mesmos, como parte exterior, se integrem – simbólica e ontologicamente - à razão moderna de tal racionalidade desenvolvimentista que empresta à natureza e seus produtos uma feição instrumental mercadológica, racionalidade esta oferecida como única possibilidade de suas emancipações das condições de miserabilidade material e subdesenvolvimentismo intelectual, o que os tirará da condição de não-ser – do déficit ontológico e epistemológico – para a de ser.

Na perspectiva crítica decolonial, os objetivos i, ii e iii serão enquadrados como retóricas da modernidade, enquanto a sua justificativa (iv) como a lógica da colonialidade, o lado obscuro daquela (MIGNOLO, 2010).

O que aparece para os condenados é o discurso moderno-colonial como retórica que os inventa como povos cidadãos da floresta (“*florestanos*”), os coloca numa condição de inferior (miserável e subdesenvolvido) e promete tirá-los da mesma com os programas de políticas públicas de desenvolvimento sustentável adotadas pelo estado da *florestania*, estado este posto, pelo seu próprio discurso, como fiel protetor dos condenados. Com isso, o objetivo mais subjetivo é fazer com que o condenado absorva e assim seja subsumido à lógica da modernidade pela qual se mantenha na condição de seu produto e, mais ainda, seu reproduzidor. Tudo para que,

com isso, o sistema moderno colonial de dominação, exploração e racialização mantenha seu percurso histórico intacto.

Os PPAs analisados – que irão dar conteúdo ao governo da *florestania*, estão cobertos por estes programas, de onde emergem os seus pressupostos fundamentais, em especial, aqueles concebidos pela modernidade/colonialidade.

Para o que se destina a presente pesquisa, temos que o programa BID – o PDSA (ACRE, 2003; ACRE, 2012a; ACRE, 2013) - tem como fundamento a sistematização concreta e objetiva do uso econômico da floresta. Para tanto, a parte estrutural do território, de suas normas e da máquina administrativa do Estado, a fim de que uso econômico da floresta ocorra plenamente, no que ele mais investe, é de fundamental importância. Já o programa do Banco Mundial – o PROACRE (BANCO MUNDIAL, 2008) – o seu objetivo se volta para o aspecto humano da floresta. Seu fundamento se assenta na modelação dos condenados a fim de, racializando-os sob novos parâmetros, incutir/modelá-los a/à racionalidade econômica-mercadológica, em especial, como buscamos demonstrar nesta pesquisa

O PDSA, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, vem se realizando em duas fases distintas: a Fase I, com um custo total de US\$108 milhões, dos quais US\$64 milhões foram financiados pelo Banco (Contrato de Empréstimo nº 1399/OC-BR, período de 2002 a 2010) e a fase II, com um custo total de US\$120 milhões, dos quais US\$72 milhões foram financiados pelo Banco (Contrato de Empréstimo

nº 2928/OC-BR, período de 2011 a 2014). Os objetivos deste programa, na primeira fase, centraram-se na melhoria da qualidade de vida da população acreana e na preservação do patrimônio natural do Estado a longo prazo. Agora, na segunda fase, busca aumentar a contribuição do setor florestal para o crescimento econômico e a redução da pobreza no Estado.

O PROACRE, financiado pelo Banco Mundial-BIRD (Acordo nº 7625-BR), se encontra em operação desde 2010 com a previsão de se encerrar em 2016. Seu objetivo geral é *“promover a inclusão social e econômica das populações mais pobres e mais desfavorecidas, vivendo tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais isoladas ou remotas do estado”*. Em 2012, as partes acordaram um financiamento adicional nominado de Programa de Saneamento Ambiental Integrado e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER. Seus objetivos básicos, como expressa, são promover o desenvolvimento sustentável do Estado com inclusão social.

É a partir e em torno de tais programas que vem sendo construído, para fins de sua sustentação jurídica, científica e política, um variado e complexo arcabouço de normas, ações político-administrativas, produção historiográfica e midiática, como também de discursos e práticas governamentais tecno-científicas os quais têm o desenvolvimentismo como mola epistêmica mestra, fontes das quais se pretende extrair análises com vistas à comprovação das diversas hipóteses advindas de sua compreensão nos contextos do *sistema-mundo moderno colonial*, nos âmbitos global e local.

Referidos programas se encontram, de fato, em volta de todo um complexo campo institucional histórico-discursivo que serve para justificá-los ao mesmo tempo em que são também por eles justificados num *continuum* de mútua legitimação afim de estabelecer ares de normalidade e naturalização dos processos econômicos, culturais, sociais e ambientais que vêm projetando, difundindo e realizando.

Por certo que o modelo de gestão na *seringalidade* se funda também na posse da dimensão objetiva da máquina estatal, sua porção material de governo. Nesse sentido, toda estrutura de estado – administrativa, jurídica e política – se coloca a seu serviço. E, como governo, ela vai tomando forma pelas normas que vão dar o norte de suas políticas públicas e os processos de legitimidade que tais políticas venham a reclamar. É sobretudo pela estrutura do estado que a *seringalidade*, muito mais do que o *seringalismo*, tem se incrustado, se mantido, se aprofundado e se legitimado ao longo dos anos de *florestania*.

Tanto a primeira quanto a segunda fase do PDSA se constituem empréstimos de valores do BID ao Estado do Acre para que este execute “seu” programa de desenvolvimento sustentável. A princípio, tais contratos parecem não passar de negócio como outro qualquer do mundo financeiro com as garantias que lhes são inerentes. Nesse sentido, os contratos firmados entre as partes estão revestidos das formalidades – as mais rigorosas – tanto no sentido de sua execução quanto de sua contraprestação financeira, tal qual condiciona o Banco. Neste aspecto, a rigor, a instituição financeira também nada tem a perder.

Para a presente pesquisa, não nos interessa adentrar no âmbito financeiro do empréstimo e as formalidades que lhes encerram. Nosso foco está centrado nos objetivos para os quais o empréstimo busca realizar, sua substância, sua razão de existir. Nos interessa aqui é buscar entender o conteúdo das condicionalidades impostas pelas instituições financeiras multilaterais, condicionalidades estas que não têm caracteres do mundo financeiro, mas para além dele, em profundidade e extensão.

### **O PDSA fase I**

A propósito, tive – em outra pesquisa em que analisei o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, a sua fase I (SOUZA, 2008) - a oportunidade de apurar as condicionalidades, impostas pelo BID antes até da assinatura do contrato de empréstimo - voltadas para a adequação legal do estado para poder suportar as ações de fundo – na área ambiental – com vistas a práticas de mercantilização da natureza. Por elas, o Estado teve que estabelecer em lei políticas públicas de incentivo às atividades industriais (Lei 1.361/00), tributário para empresas cooperativas e associações de produtores dos setores industriais, agroindustrial, florestal, extrativo vegetal e da indústria turística (lei 1.358/00), assim como a criação da Agência de Negócios do Acre (lei13.51/00), tudo para que o mercado e seu aparato industrial estivesse preparado para as mudanças que adviriam das ações do programa. (SOUZA, 2008, p. 122)

Nesse exato sentido, segundo ali foi apurado nos documentos oficiais desta primeira fase do PDSA, o governo acreano lançara uma Nota

Técnica pela qual se comprometia a atender a receita imposta vazada nos seguintes objetivos específicos do Programa:

**a)** modernizar a capacidade reguladora, administrativa e supervisora da máquina pública para assegurar o uso eficiente dos recursos naturais em longo prazo; **b)** incrementar a rentabilidade econômica do setor silvoagropecuário e fomentar investimentos produtivos estratégicos como mecanismo para elevar as taxas de crescimentos econômicos o Estado do Acre, geração de emprego e renda, bem como melhorar os níveis de empregos existentes; e **c)** elevar a qualidade da infraestrutura pública a fim de incrementar o nível de competitividade econômica do Acre” (ACRE, 2002). (Apud SOUZA, 2008, 133/134)

Pode-se dizer que as condicionalidades reproduzidas na forma de objetivos carregam em si, de forma concomitante, tanto a agenda declarada quanto a oculta. Diferentemente do que acontecia na década de 80 - em que, como apurou Eric Toucssanti, a agenda oculta não era revelada no discurso - a partir dos anos 2000, quando o neoliberalismo já estava plenamente em vigor no Brasil, ambas passam a ser expressas nos discursos oficiais de modo que a antes oculta é oferecida como solução para a declarada.

É que, como se pode observar no objetivo geral do Programa BID-fase I, a promessa era de que se promoveria *“o crescimento econômico ambientalmente sustentável e a diversificação produtiva no Acre a fim de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do Estado em longo prazo.”* (ACRE, 2002)” (apud SOUZA, 2008, p. 133). Noutras palavras, a mercantilização da natureza (o que seria a agenda oculta) justifica, segundo o programa, plenamente a agenda



expressa que é melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do Estado.

Esta prática vem se reiterando no PDSA, fase II e também no PROACRE, como será demonstrado aqui.

### **PDSA fase II**

Na segunda fase, conforme Anexo Único do contrato, tem-se apenas um objetivo geral que é *“aumentar a contribuição do setor florestal e agroflorestal ao crescimento econômico e à redução da pobreza no Estado do Acre, mantendo o controle sobre o desmatamento no Estado”*. Esta fase está estruturada também em três componentes. Um voltado para a *“expansão e consolidação de áreas protegidas e florestais comunitárias para uso sustentável”* (responsável por 30,98% do financiamento). O segundo voltado para a *“promoção de cadeias de valor florestais e agroflorestais competitivas e sustentáveis”* (responsável por 44,94% do financiamento). E o terceiro centrado no *“fortalecimento da gestão pública florestal e agroflorestal”* (responsável por 14,34% do financiamento).

Aqui também, muito mais explícito que na primeira fase, o fundamento econômico dá a tônica do Programa, quando, como na primeira, condiciona a redução da pobreza e o controle do desmatamento ao crescimento econômico advindo da contribuição – ou melhor, da exploração – do setor florestal e agroflorestal. Mais. Pelos componentes, se buscará: o uso econômico “sustentável de áreas protegidas e florestas comunitárias; a promoção de cadeias de valor florestais e agroflorestais

competitivas, e o fortalecimento das gestões pública do patrimônio natural. Não é sem razão esta segunda fase do PDSA a continuidade efetiva da primeira.

Tal perspectiva fundamentalmente economicista, em ambas as fases do Programa, se expressa, inclusive, na distribuição do financiamento, para aonde serão alocados os mais expressivos valores. Na primeira fase: 64,70 para a promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e a “infraestrutura pública de desenvolvimento”, enquanto 15,90% para a gestão sustentável e conservação de recursos naturais. Na segunda fase: 75,92% para investir no uso sustentável das áreas florestais protegidas e comunitárias e somente 14,34% para o fortalecimento da gestão pública das áreas florestais.

## **O PROACRE**

Quanto ao PROACRE, seu objetivo, segundo consta é voltado para *promover a inclusão social e econômica das populações mais pobres e mais desfavorecidas, vivendo tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais isoladas ou remotas do estado*. (ACRE, 2008, p. 13)

O programa, com vistas aos seus objetivos, é realizado por meio de cinco ações: (i) a promoção de serviços básicos para comunidades isoladas (com o acesso ao ensino básico, aos serviços básicos de saúde e e implementação de sistemas sustentáveis de produção agroflorestal); (ii) a inclusão social e econômica em áreas rurais (com a melhoria da qualidade de ensino, dos serviços de saúde e dos níveis de renda da população); (iii) a promoção do empreendedorismo nas comunidades urbanas marginais

selecionadas (com a promoção de empresas comunitárias, microcrédito e treinamento profissionalizante); (iv) instituição de política pública para o fortalecimento institucional (com intervenção nos setores públicos e privados para a capacitação para a produtividade e a eficiência de seus serviços e produtos para o mercado, assim, como fortalecimento organizacional das organizações indígenas para que promovam o desenvolvimento sustentável em seus territórios) e (v) a gestão do programa e disseminação de informações (com a eficácia e qualidade de suas operações). (ACRE, 2008)

Pode-se ter uma ideia do que é prioridade para o programa observando a distribuição dos valores que nele serão gastos, isto é, US\$120.000.000 (cento e vinte milhões de dólares americanos). O programa foi dividido em 5 componentes: O 1 – serviços básicos para comunidades isoladas (saúde, educação e implantação de sistemas produtivos) é destinado 15,5 milhões de dólares. O 2 – inclusão social e econômica em áreas rurais (saúde, educação, fortalecimento da cadeia de valor para produtos agrícolas florestais selecionados, desenvolvimento agroflorestal em terras indígenas é destinado 40,6 milhões de dólares. E o 3 – empreendedorismo em comunidades urbanas marginais selecionadas (saúde, educação, desenvolvimento do empreendedorismo em comunidades ZAPs, é destinado 37,4 milhões de dólares. O 4 - políticas públicas e fortalecimento institucional, intervenção na gestão do setor público e fortalecimento institucional de organizações indígenas é destinado 21,3 milhões de dólares. E o 5 – e gestão do projeto e disseminação de informações é destinado 5,2 milhões de dólares. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 15/23)

Como se pode observar, a função primordial deste programa é incluir social e economicamente as populações mais pobres e desfavorecidas. Tal inclusão, sob o ponto de vista social, se entende como fazê-las acessar os serviços básicos de educação e de saúde como, no plano econômico, incluir as populações pobres e rurais na racionalidade econômica do mercado florestal. (ACRE, 2008)

Aqui o programa revela duas constatações importantes. A primeira, é o histórico déficit de prestação de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, aos povos da floresta. O Estado continua sem garantir, desde sempre, aos povos da floresta, o gozo dos direitos humanos fundamentais, caso destes dois em questão. A segunda, diz respeito à resposta precária do Estado a tal déficit, tendo em vista não só que as atividades, no caso de saúde, serão em grande parte realizadas por “equipes móveis do Programa de Saúde da Família”, mas principalmente que os serviços garantidos pelo programa serão prestados no limite temporal previsto para a sua execução – que é de seis anos. Depois disso, tudo volta ao que sempre foi, sem estrutura permanente de ação naqueles áreas primordiais para a vida da população, com a sustentabilidade da condição colonial dos condenados da floresta.

Já quanto à inclusão econômica, se deseja integrá-las no campo econômico da produtividade com a promoção do empreendedorismo, das empresas comunitárias, do acesso ao microcrédito, o chamado empoderamento econômico, como também por meio de seus treinamentos profissionalizantes de modo a tornar cada indivíduo útil – a

princípio como mão-de-obra, empreendedor ou consumidor - ao mercado. Também é explícito o objetivo do programa em buscar incluir as organizações indígenas no campo econômico produtivista para que as mesmas promovam o desenvolvimento sustentável em seus territórios.

Para o Banco Mundial, o objetivo geral do programa é *“promover a inclusão social e econômica das populações mais pobres e mais desfavorecidas, vivendo tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais isoladas ou remotas do estado.”* (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 13) Para tal fim, o programa buscará oito impactos: na área de educação, com o acesso a programas educativos de qualidade nos níveis de pré-escola, primário e secundário; acesso a programas de alfabetização e programas continuados de desenvolvimento profissional, e capacidade técnica do governo para fornecer serviços básicos de educação. Na área de saúde: acesso a serviços básicos de saúde; acesso de serviços de melhor qualidade aos maternos e neonatais; capacidade técnica do governo para fornecer serviços básicos de saúde. Na área de produção, inclusão econômica às comunidades rurais por meio de acesso a serviços de extensão agrícola e cadeias mais fortes de mercado para produtos selecionados; engajar comunidades urbanas pobres em iniciativas empreendedoras; e patrimônio natural com maior segurança por gestão florestal sustentável. (p. 13)

Como já anotamos aqui, a finalidade do PROACRE é voltada para o investimento, não na estrutura produtiva como acontece com o PDSA, mas especialmente nas populações urbanas e rurais mais empobrecidas, a fim de incluí-las por meio de ações envolvendo os setores da saúde, da educação e da produção. Mas, de qualquer modo, tal intento é tido pelo Banco Mundial como parte integrante das ações desenvolvimentistas,

conforma afirma: “*Todas as atividades planejadas do projeto são direcionadas a promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.*” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 37)

Como as ações do programa são voltados especificamente para as populações urbanas e rurais pobres do estado, o que inclui as indígenas, o território acreano foi mapeado e dividido em Zonas de Atendimento Prioritário-ZAP que serão divididas entre ZAPs urbanas (que serão instaladas apenas nos município de Rio Branco, com 9, Sena Madureira, com 1, e Cruzeiro do Sul, com 1) e ZAPs rurais, que terão três categorias:, a) as Comunidades de Atendimento Universal-CAUS, b) as Comunidades de Atendimento Prioritário-CAPs, e Comunidades Polos-COPs. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 14) O programa considera também as Zonas Especiais de Desenvolvimento-ZEDs que, embora não estejam no patamar das outras de vulnerabilidade social e econômica, sofrerão ações governamentais no sentido de reinserir e mantê-las no polo produtivo. (p. 59)

Dentre as ações do Programa, a que mais nos interessa para a presente pesquisa, em razão de sua inteira relação com a ideia de desenvolvimento adotada, diz respeito àquelas voltadas para o que ele chama de *produção*, isto é, que dizem respeito à inclusão econômica das populações urbanas e rurais, inclusive as indígenas, no espectro da racionalidade produtivista com ações de educação para o empreendedorismo e formação de agentes de desenvolvimento comunitário e local. E é sobre estas ações que iremos nos deter em parte do capítulo seguinte, em razão de que as finalidades profundas do programa vão dizer respeito não exata e especificamente à

colonialidade do poder e do saber – muito embora sempre o poder e o saber estarão no foco – mas na colonialidade do ser.

Importa dizer que o trabalho analítico, em torno dos discursos contidos nos planos e nos programas, não se encerra neste ponto da tese. Em outros lugares, quando adequados, referidos documentos estarão sendo objeto de análise.

### **5.2.6 aspecto empírico-simbólico: reserva extrativista**

Não, nós nunca nos colocamos como ambientalistas, até porque pra nós ambientalista era aquele que defendia só uma coisa ou outra. Nós não tava aqui pra defender. Até na época alguns ficaram chateados que eu disse: ‘Ó pessoal, nós não estamos defendendo, não vamos aqui trabalhar pra defender só o meio ambiente, nós queremos defender o ambiente inteiro. A gente não tinha noção disso. Porque nós achamos que uma das questões que tava muito ligado a isso era a Questão Fundiária, e os ambientalistas eles não tinham essa preocupação com a questão fundiária. (Osmarino Amâncio, 2004)

Neste item, trago para discussão esta tensão – questão ambiental/questionamento agrária - posta por Osmarino Amâncio, ao se referir ao que pensava, na época em que a luta dos seringueiros culminaram numa proposta institucional – que se realizou - de reserva extrativista. O processo de debate e no que, ao final, resultou a luta, para os efeitos de se pensar a *seringalidade*, é o que me interessa daqui pra frente.

### 5.2.7 As reservas da *seringalidade*

Mary Allegretti (2008) entende que as reservas extrativistas se constituem uma política pública específica de reforma agrária e proteção ambiental.

Para ela, os movimentos sociais rurais da floresta, caso do Acre:

... ao buscarem solução para conflitos fundiários, alteraram a correlação tradicional de forças políticas, formularam políticas públicas inovadoras e construíram um projeto de futuro diferenciado daquele que normalmente ocorre no meio rural brasileiro: perda dos meios de produção pela concentração fundiária, migração e marginalização urbana. (ALLEGRETTI, 2008, p. 40)

Será que hoje – o futuro da proposição das reservas e também do texto de Allegretti - é possível afirmar que o projeto de futuro diferenciado, segundo ela, que se constitui o das reservas extrativistas, não resultou no mesmo do que ocorre em relação a outras iniciativas do meio rural brasileiro? Será que com as reservas do Acre, por exemplo, não existem mais concentração fundiária e que migração e marginalização urbana, em razão dela, são coisas realmente do passado? Precisamos também interpelar sobre o aspecto da proteção ambiental, elemento sobre o qual o trecho não faz referência, mas que é, pela proposta, profundamente íntimo àquele projeto. São questões a respeito das quais não se pode pensar – como entendo - sem partir da ideia de que há um padrão de poder histórico-estrutural que as determina. É por esta premissa que continuo este capítulo. Sigamos.

Com isso, irei procurar entender melhor o seu papel na *seringalidade* como um dos seus dispositivos, partindo, para tanto, na busca dos processos discursivos de sua concepção até o estágio em que se encontra, especialmente nas políticas engendradas pelo Estado do Acre por seus



programas de governo financiados especialmente pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento

As reservas extrativistas se constituem como uma das modalidades de unidades de conservação criadas pelo Estado brasileiro para a consecução de sua política ambiental em todo território nacional. Sua concepção legal tem atendido aos ditames da ideologia do desenvolvimento sustentável – que a tem como um dos seus mais preciosos exemplos empíricos – cujo objetivo difundido é o de aliar proteção ambiental e social com desenvolvimento econômico.

No Acre, as RESEXs, não constituem, como parece ser, o todo da sua política de desenvolvimento sustentável. No entanto, ela é ofertada como seu símbolo maior, seu carro-chefe, isto também por razões históricas. É que sua concepção original se deve em grande medida à luta do movimento social dos seringueiros acreanos nas décadas de 1970 e 1980 - e também por razões de interesse político instrumental quanto ao seu uso simbólico no sentido de envolver, no plano interno, a autoestima local (especialmente dos povos da floresta) e, nos demais planos, passar uma ideia de desenvolvimento comprometido efetivamente com o ambiente, sua proteção, e o social, com a vida digna para todos.

A sua história está íntima e particularmente vinculada à história da organização social dos seringueiros do Acre, tendo em vista ter sido a mesma engendrada por estes no afã de que a histórica condição colonial fosse superada por um modelo de vida efetivamente baseado na existência digna e humana dos homens e mulheres da floresta.

No plano histórico, não se pode duvidar que o movimento social rural acreano das décadas de 1970 e 1980 se constitui em um raro momento – com todas as limitações – de resistência coletiva efetiva contra o *seringalismo* no Acre, o que vale dizer, contra a condição colonial dos seringueiros (de explorados e despossuídos). E foi esse movimento e também a ideia de reserva extrativista que, de alguma forma, contribuíram para o fim do *seringalismo* e começo da *seringalidade*, no bom e mal sentidos. Na verdade, foi a *seringalidade* que se aproveitou deles – do movimento e das suas ideias - como será demonstrado. A reserva extrativista, nesse passo, trafega no campo de um importante sopro de descolonização da condição dos seringueiros - o que contribui para esfacelar o *seringalismo* - à sua instrumentalização moderno-colonial - o que a faz contribuir para a emergência da *seringalidade*.

### **5.2.8 As “colocações” de Mauro**

O artigo, *As Colocações: Forma Social, Sistema Tecnológico, Unidades de Recursos Naturais* (ALMEIDA, 2012) de autoria do antropólogo Mauro Almeida, é de grande valor para o pensamento produzido em torno do *seringalismo/seringalidade* e as lutas sociais de resistência rural no Acre as quais culminaram com a ideia de reserva extrativista como a solução para a saída da condição colonial a que se encontravam (e se encontram) historicamente os seringueiros. É um artigo reescrito, no percurso de mais de vinte e quatro anos, período que vai dos primórdios dos fundamentos das reservas (década de 1980) até o contexto de suas plenas existências (2012), por um intelectual engajado política e

academicamente na questão dos povos da floresta no Acre. Nesse passo histórico, ele parte do otimismo – plenamente oriundo da concepção/gestação da ideia - ao pessimismo - obtido na experiência de sua realização/gestão.

Segundo Almeida, o seringal funcionava como “*uma organização territorial e social apoiada no trabalho de seringueiros, e que visava lucros para a classe de patrões*”. (ALMEIDA, 2012, p. 141) O antropólogo parte do princípio de que “*o modo de vida nas colocações é a base do conceito de reserva extrativista proposto pelo movimento social dos seringueiros amazônicos na década de 1980*”. (ALMEIDA, 2012, p. 121). Para o autor, a colocação não pode ser reduzida a um simples lócus de produção da borracha. Ela é uma unidade de recursos da floresta, de seu manejo e uma forma de organização social e cultural construída ao longo da história pelos seringueiros. O seu sistema social não pode ser visto apenas como relação entre seringueiro e patrão. Existe ali um sistema microcosmo social e natural específico intra colocação. Para os seringalistas a colocação não passava de um conjunto de estradas de seringa. Almeida defende a tese de que, em razão dessa especificidade, havia uma certa autonomia dela em relação ao barracão, o que talvez refletisse na relação entre seringueiro e patrão. A partir de dados empíricos coletados em seringais do Acre na década 70, o antropólogo observa que havia uma disputa no interior do seringal que revelava o desejo dos seringueiros de se tornarem “*camponeses florestais sem patrão*”, o que o autor entendia como uma revolução. (p. 143)

O autor parece deduzir de suas observações e conclusões uma espécie de gênese do que estava a se formar, ao tempo da feitura do artigo (lido em Rio Branco em 1988, publicado em 1990 e republicado com alterações em 2012), a ideia de reserva extrativista. Para ele, de fato, a colocação possuía potencial para se tornar o modelo de uma instituição coletiva de uso da floresta pouco agressiva com a natureza e que pode dar uma boa vida aos seus habitantes. Sua análise inicial – de cunho compreensivelmente otimista - deixava de fora das relações intra seringal o “mundo externo” a elas, tanto ali como potência, tanto no depois com a coisa funcionando (proteção ambiental e felicidade e boa vida dos seringueiros).

Mas essa preocupação não deixou de ser expressa pelo autor quando a revela não exatamente em relação às reservas, mas, partindo da premissa de seu sucesso, com o entorno dela:

O problema que as reservas extrativistas terão de considerar é, por exemplo, como redistribuir as famílias na colocação sem arbítrio, quando a qualidade de vida elevar-se notavelmente nelas, sobretudo se as ‘reservas’ se converterem em ilhas numa de colonos miseráveis... (ALMEIDA, 2012, p. 135)

Como posto, parece que a solução do problema histórico pelo qual passava o seringueiro – de exploração no *seringalismo* e não só no seringal – está na extinção do barracão como núcleo central de poder do seringal (que parece ser a origem de todos os males do mundo, pelo menos para o seringueiro, certamente) – e elevação da colocação como unidade de recursos naturais autônoma com as suas micros relações sociais, econômicas e culturais.

Almeida tem que as reservas devem substituir o seringal como unidade territorial abrangente e também como unidade administrativa e de regulação coletiva. Substituir o poder de classe dos patrões. (p. 133) E assim é que, parece, buscou-se firmar. A preocupação – ou melhor o foco da análise - não é exatamente com o que pode continuar acontecendo no entorno (o “mundo de fora” das reservas). Este - com a concentração de terras e exploração dos colonos e até mesmos seringueiros não contemplados com o direito de uso nas reservas - que continue.

Não parece razoável aceitar a máxima de que, no caso específico a que estamos a analisar, os interesses dos seringueiros coincidam exatamente com aqueles da sociedade. Para não ir tão longe, fiquemos no entorno dessa “ilha”, a do “*mar de colonos miseráveis*” e dos latifúndios preservados. Cada um, a seu modo, com os seus interesses heterogêneos, muitos dos quais díspares entre si.

Quanto ao mérito das reservas, de fato, o otimismo que caracteriza a primeira versão do artigo em questão (1988/1990) parece se desmoronar vinte e quatro anos depois quando, em 2012, o autor, em observação acrescida ao texto, expõe o choque de realidade da proposta com a sua efetivação. Assim parece lamentar Almeida: “*Mas a construção do ideal de modo de vida de colocações florestais sem a exploração patronal contido nessa palestra enfrentou injunções inevitáveis da história real...*” (p. 123) ou seja, o “mundo de fora” (não o do “*mar dos colonos miseráveis*”, mas o dos latifúndios preservados) se impôs sobre o “mundo de dentro” – da ilha das reservas.

Ao final de sua reflexão, já numa outra passagem acrescentada em 2012, o autor elenca uma série de tipos de “*injunções inevitáveis da história real*”, muito bem conhecidas na história colonial brasileira, valendo chamar, com efeito, atenção para aquela de caráter econômica-ambiental vazada na última oração do artigo: “*E as promessas de um valor da floresta em pé do ponto de vista do ‘mercado para a biodiversidade’ estavam longe de se transformarem em realidade...*”. (p. 144), aspecto que parece afetar as essências da concepção de reserva - conservação e produção com vistas a atingir o seu maior propósito que é o benefício social para o seringueiro e a proteção ambiental (ALLEGRETTI, 1994, p. 20 e 46) - já que a garantia de um valor da floresta em pé para o “*mercado da biodiversidade*”, ao fim, não passa de promessa.

Parece que o artigo ora analisado quer expressar, por outros modos, é que, afinal, podemos até estar diante da possibilidade do fenômeno do fim do seringal, ou melhor, de alguns seringais - considerando que as reservas não alcançam todo o território (falo no sentido concreto mas também simbólico) - mas jamais do *seringalismo*, que quer dizer contemporaneamente *seringalidade*, cuja escala do alcance das “*injunções inevitáveis da história real*” – as quais, apesar dos sistemas micros de resistências, é o que vai definir o comando colonial, porquanto - está baseada na medida de extensão do tamanho e do poder do “*mundo de fora*”, que é o mundo do *sistema mundo moderno colonial*.

### 5.2.9 O começo da resistência e as reservas

Por considerar um período negligenciado – isto é, não pesquisado - na historiografia da região, período este que inicia com a grande crise da borracha e finda no início da segunda guerra mundial, Carlos Walter Porto-Gonçalves vai desenvolver, em sua tese de doutorado (PORTO-GONÇALVES, 2003), um processo afinado de reconstrução histórico-analítico desse parcial vazio historiográfico da história acreana (sob o ponto de vista do *seringalismo* e suas consequências imediatas), o que faz, de fato, para apontar a formação de um novo padrão de organização social com características próprias que, segundo entende, substituirá o modelo anterior, o da *territorialidade seringalista* que vigia desde o primeiro ciclo da borracha na região .

Este vazio historiográfico que o pesquisador busca preencher vai apontar o germe, segundo entende, não só da resistência efetiva dos seringueiros à condição moderno-colonial, mas também a formulação do que o autor vai denominar de *territorialidade seringueira*, cuja ideia de reserva extrativista vai melhor simbolizar sua saída do cativeiro para a plena liberdade. Vejamos como isto ocorre.

Como entendemos na presente pesquisa, Porto-Gonçalves estará tratando aqui de duas gêneses, a do início da *seringalidade* e a do final do *seringalismo*.

Com a crise da borracha na Amazônia – um de seus aspectos: a falta de comprador desse produto em razão da forte concorrência que os baixos preços oferecidos no mercado asiático produziram, fazendo com que o

mercado da borracha, que até então a Amazônia brasileira monopolizava nos mercados internacionais, migrasse especialmente para a Ásia - os mercados internacionais perderam o poder de influência que tinham até então com as fortes intervenções das casas aviadoras de Manaus e Belém. Muitas foram as consequências para a região acreana, das quais podemos apontar, pelo menos as seguintes que vão surtir efeitos-dominó. A falência dos seringalistas fez com que suas propriedades fossem arrendadas, vendidas ou até abandonadas fazendo surgir, de um lado, a figura do seringueiro liberto ou autônomo e, de outro, o fato de que, assim, o mercado local deixa de ser um elemento de motivação, sobretudo no seu aspecto mercantil, sendo substituído por outros mecanismos de relações econômicas forjadas na própria região. É quando, acrescenta o autor, *a colocação passa a ser o novo locus de determinação da organização social do espaço e não mais o barracão.* (PORTO-GONÇALVES, 2003, 213)

Segundo Porto-Gonçalves, a base fundamental desse novo padrão está disposta num tripé de fatos histórico-culturais ocorridos até então inéditos: a presença da mulher na região e, por consequência, da família e da instituição do espaço doméstico; a instituição de um novo padrão de relações técnicas de produção, resultante da saída da cultura exclusiva do monoextrativismo (da borracha) para o uso múltiplo de recursos naturais, fazendo com que a partir daí houvesse um auto abastecimento, e a formação de uma nova configuração inter-étnicas, quando os indígenas se assumem enquanto tais e passam a se relacionar pacificamente com os seringueiros, o que possibilitou a assimilação por estes dos conhecimentos daqueles e vice-versa, derivando o que o autor vai cunhar



de matriz de *racionalidade indígena-cabocla*. Porto-Gonçalves, tem que, com isso, se destacarão duas territorialidades, a do Coronel de Barracos e a do seringueiro liberto ou autônomo.

Segundo o geógrafo, a dimensão da autonomia dos seringueiros – no sentido de “...*dar-se as suas próprias normas, regras...*” - se pôs a partir desta nova experiência, de modo a que essa ideia de autonomia se colocasse “*como parte instituinte da nova organização do espaço*”. (p. 236)

Este pesquisador aponta três motivos que justificam essa autonomia:

1) o isolamento em que vive e o domínio sobre os processos de trabalho com a seringa, que seria resultante da natureza dispersa de suas atividades, o que, acredita o autor, não é incompatível com o poder exercido nas relações que se submete a outros segmentos sociais, caso do marreteiro (para o seringueiro liberto) ou do coronel de barranco (para o seringueiro cativo).

2) A constituição de um outro padrão de medida do espaço, no caso, fundado, não na medida de extensão usual (hectare, metro...), o que caracteriza a propriedade da terra, mas em outras referências tais como a quantidade de seringueiras, aonde se encontra a caça ou a castanha, o que dá um caráter totalmente diferente daquele usual de imóvel (estático) em vista de que a mobilidade da ocupação vai depender da produtividade da natureza. Para o autor, este é “*um dos aspectos fundamentais do contexto de reprodução da autonomia dos agricultores(a)seringueiros(a)s: suas*

*formas de apropriação, de propriedade, isto é, seus sistemas de tornar próprio os recursos naturais.”* (p. 247)

3) A terceira dimensão fundamental de autonomia, segundo o autor, estaria na *“importância para o mundo que os seringueiros se atribuem”* ganhando uma dimensão patriótica na medida em que, entende Porto-Gonçalves, *“manifestam uma forte consciência de que foram responsáveis pela afirmação da soberania brasileira”* no caso da *“revolução acreana”*. (p. 248/9) O autor faz referência a parte do *Hino do Seringueiro* em que se conclama a se dar valor ao seringueiro e à nação. Transcrevo a letra:

“Vamos dar valor ao seringueiro  
 Vamos dar valor a essa Nação  
 Pois é com trabalho desse povo  
 que se faz pneu de carro e pneu de avião.  
 Fizaram chinelinha, fizeram chinelão  
 Inventaram uma botina  
 que a cobra não morde não  
 tanta coisa da borracha  
 que eu não sei explicar  
 encontrei pedaço dela  
 em panela de pressão.  
 (apud PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 240)

Indubitavelmente, a ideia de autonomia vai estar contida na mente de qualquer sujeito que esteja sob a histórica condição colonial imposta aos povos da floresta na Amazônia. Todavia, as três razões elencadas pelo autor que, segundo defende, afirmariam o sentido de autonomia dos condenados da floresta, talvez não sejam fortes o suficiente para dar suporte na conformação de uma certa autonomia dos seringueiros no esquadro de uma luta mais ampla de resistência social desse povos no plano da *colonialidade*. Tal questionamento se orienta não só por suas razões em si – as quais serão expostas na sequência - mas nas

consequências que esse sentido de autonomia vai produzir no futuro com a ideia de reserva extrativista. Problematizar essa semente de autonomia pode nos possibilitar entender porque ainda persiste a condição colonial na região. Vale na sequência dialogar com o autor nesse sentido.

Vamos às três ordens de autonomia do seringueiro.

Quanto à primeira - que trata do seu isolamento na atividade cotidiana da colocação - esse grau de autonomia que o isolamento do seringal produz – em relação ao sentido trazido pelo autor “...*dar-se as suas próprias normas, regras...*”, possui, a rigor, qualquer pessoa nos movimentos que faz no interior de sua casa, de seu trabalho e qualquer outro espaço que ele domine minimamente. O grau de liberdade e independência que se tem em seu espaço residencial e até de trabalho não se constitui como algo excepcional. Não seria nada impossível acreditar que tal grau de autonomia fosse plenamente coeva com o regime do barracão. Mauro Almeida oferece indícios de que isto é crível, o que nos permite compreendê-la como ainda bastante insuficiente para ser consagrada como autonomia política importante frente ao *seringalismo*.

Assim – e justamente pelo que acabo de concluir no parágrafo anterior - tenho que, no caso das colocações, a autonomia se caracteriza por limitações, afinal os movimentos ali eram comumente predeterminados. Não se pode esquecer que a rotina é fruto de ensinamento pelos mansos aos brabos que, por sua vez, têm origem nos regulamentos dos patrões. Para ser manso – condição para permanecer na colocação - haveria que se comportar de acordo com aqueles ditames comportamentais e restrições

sociais. Não se pode descurar, nos movimentos dos seringueiros, tal grau de condicionalidade. Condicionalidade que limita – senão determina - a autonomia como capacidade de agir e de exercer um poder determinante. Nesse sentido, penso que essa autonomia não é relevante, ela é - em última análise no caso em questão - prefixada, condicionada sociologicamente.

O seringueiro foi “amansado”, não devemos esquecer. Nesse sentido, a sua autonomia é circunstanciada à sua atividade profissional cujas regras são postas, em última e definitiva instância, não exatamente por sua vontade, mas pelo poder potestativo de quem os contrata. Afinal, a Colocação sempre manteve, no *seringalismo*, sob os olhos rígidos e atentos do seringalista fundados na subordinação, exploração e opressão.

Noutro aspecto, tanto o seringueiro considerado liberto e principalmente o cativo, nenhum deles, com ou sem o aviamento, consegue ter autonomia nos processos econômicos com o Outro (o que define em última análise o seu movimento). Considerando, no contexto do *seringalismo*, a colocação como constituinte do ethos mercado – posto que produtora de bem mercantilizável – será este, portanto algo externo, quem vai determinar, de forma importante, a despeito das suas vontades, da pretensa, nesse caso, autonomia. O “...*dar-se as suas próprias normas, regras...*” é possível, mas, infelizmente para o seringueiro, não na dimensão devida para configurar autonomia efetiva, o que quero dizer de dimensão social.

Nesse exato sentido, Paula chama atenção para um importante fator não considerado por Gonçalves que é a presença do marreteiro como elemento que vai relativizar essa autonomia. Segundo este autor:

Ele [o seringueiro] não é mais subordinado ao seringalista, mas permanece subordinado ao ‘marreteiro’. Interessava a esse intermediário não só a compra do produto do seringueiro, mas também a venda de mercadorias, de onde ele extraía uma maior taxa de lucros. Para se ter uma ideia da magnitude dessa exploração, basta notarmos que os preços no interior dos seringais chegavam a atingir uma taxa de dois a três mil por cento superior a praticada na zona urbana. (PAULA, 1991, p. 67)

No que diz respeito à segunda ordem de autonomia, a racionalidade no uso do espaço produtivo pelo seringueiro, esta nada mais é do que aquela forma empregada pelos indígenas para quem, de fato, as noções de propriedade e de suas medidas (cercamento) bem como dos seus proveitos econômicos são totalmente por eles originalmente ignoradas. A diferença básica entre uma e outra talvez esteja no fato de que o seringueiro, diferentemente do indígena, tenha a exata noção de propriedade (no sentido de valor de troca) e, mais que isso, de sua importância econômica, afinal ele foi forjado, como um despossuído, nessa racionalidade. No primeiro sentido, usurpa de forma consciente a noção de limites e no segundo talvez o faça pelo fato de ter consciência das consequências econômicas que podem ser a ele favoráveis. Enquanto no caso dos indígenas teríamos a expressão do seu *modus vivendi* – pelo qual a noção de propriedade e de valor como praticado inexistem originalmente - no caso dos seringueiros isto se configuraria como a expressão do seu modo de sobrevivência que, aliás, herdada dos seus padrões seringalistas quem, efetivamente, “inventou” ali a cerca (mesmo usando as seringueiras como

referência – não podemos esquecer quão interessava aos seringalistas a propriedade e o seu uso) e o seu valor econômico.

Já quanto à terceira ordem de autonomia, ter a consciência de seu valor é pressuposto básico para qualquer projeto pessoal ou coletivo de autonomia, aqui no sentido de ver-se reconhecido pelo Outro. O Hino do Seringueiro, na passagem transcrita, reclama exatamente a ausência de tal reconhecimento que na sua expressão se configura na ausência de valor a se lhe atribuir. Toda a história do *seringalismo* está pautada exatamente nesta ausência, isto é, na consideração do seringueiro como um não-ser, aquele que para além de não ter valor, o que pressupõe pelo menos existir (ser reconhecido na sua humanidade) não existe enquanto humano digno. Por outro prisma, a proposição de que esse valor está vinculado ao patriotismo inventado pela historiografia seringalista - que coloca o seringueiro genérico como o responsável pela defesa da uma igualmente ideia genérica de Pátria brasileira (o que, segundo o autor, seria *uma ideologia de caráter nacionalista que se faz presente no imaginário dos acreanos tanto dos 'de cima' quanto dos 'de baixo'*”, p. 302) - penso que aí cabe refletir o quanto a força da indução patriótica – tanto no período do fato quanto depois – forjou um imaginário ilusório que busca apagar, ou melhor, nem aparecer, os reais interesses da época demonstrados nas suas consequências históricas nada favoráveis aos “condenados da floresta.” Nesse sentido, o Hino continuará sempre atual. A velha grita dos povos colonizados. Vamos *dar valor a quem trabalhar*, no sentido posto pelo hino, o que significa, numa interpretação decolonial, um: vamos considerar nos povos condenados da floresta a humanidade que lhes é inerente.

Estas considerações são aqui lançadas no sentido de problematizar a honesta crença do sério pesquisador de que a gênese da autonomia (como um “*dar-se às suas próprias regras*”) estaria indiciada (segundo ele, afirmada) por estas três noções de autonomia que o território oferece aos seringueiros “*como um valor instituinte, co-fundador do padrão de organização do espaço acreano desde a década de 20*” no Acre. (p. 236) Essa minha descrença tem como base a dimensão histórica da condição colonial a que os seringueiros foram e continuam sendo sujeitos. Suponho no caso que a autonomia creditada não se confunde com ato de resistência. Aquela, enquanto posição consolidada frente ao poder moderno-colonial, esta enquanto processo histórico *continuum* meio pelo qual se busca concretizar o poder de “*dar-se às suas próprias regras*”.

Pela pesquisa em questão, o que persiste é, cada vez mais, a ideia de autonomia social (ou melhor, a sua possibilidade) se distanciar da ordem em que os povos da floresta estão inseridos, e isto tem enfraquecido, também cada vez mais, o processo histórico de resistência face ao contexto moderno-colonial a que estão adstritos. A *seringalidade* como a atualização do *seringalismo*, é a garantia de que isto seja historicamente verdade.

Assim, muito embora, de fato, as mudanças levantadas pelo geógrafo no período do chamado vazio historiográfico (dos anos de 1920 aos anos de 1940), tenham pertinência para o *seringalismo* - especificamente quanto ao seu enfraquecimento como padrão único de ordenação econômica e social no Acre e as consequências relativamente positivas daí advindas para a vida dos seringueiros (o não pagamento de renda e o exclusivismo

no comércio dos produtos) – parece ser um exagero afirmar que o ali ocorrido tenha significado alteração de tal monta – “*com parte instituinte da nova organização do espaço*” - a ponto de outorgar autonomia aos seringueiros e pôr fim ao que Porto-Gonçalves vai denominar de *territorialidade seringalista*.

Penso que - não a autonomia mas - uma frente (sopro) de resistência social não necessariamente organizada dos povos da floresta tenha empurrado por algum tempo, portanto momentaneamente (no período acusado pelo autor como o do vazio historiográfico), o *seringalismo* para o canto (consequência de uma breve crise de cunho mercantil local) sem que, todavia, este fato signifique (nem material nem subjetivamente) o seu fim, tendo em vista que - em que pese a importância dos fatores que alteraram (ou suprimiram por um instante) a relação barracão x colocação - a condição colonial, fator impeditivo de qualquer autonomia dos condenados frente à estrutura de poder ali constituída – continuou em vigência tanto coetaneamente quanto nos novos capítulos da história do *seringalismo* em que o Estado-nação brasileiro e o *Sistema Mundo Moderno Colonial* participam de forma explícita, por ocasião da “Batalha da Borracha”, da Segunda Guerra Mundial. Esta conclusão pode ser também observada nas colocações de Mauro Almeida (ALMEIDA, 2012), conforme exposto acima.

E como sopro de resistência, como movimento de descolonização, Porto-Gonçalves passa a ter razão - no que Paula também concorda (PAULA, 1991, 68) - quando afirma a importância desses eventos históricos como preparatórios para a instituição de um movimento efetivamente



organizado dos seringueiros do Acre a partir dos anos de 1970, movimento esse estimulado/movido – senão provocado – pelo confronto da experiência de ser seringueiro “autônomo” no período da crise da borracha com o risco de deixar de sê-lo com o que lhe sucedia, a frente de expansão da pecuária de corte e do mercado de terras, que os expulsava dos seringais.

O que estava em jogo era uma instituição em processo da possibilidade que a posse de terra criava – algo mais próximo da autonomia no sentido estrutural, no plano do seringal, em razão do “sumiço” do seringalista. Nesse sentido, é possível afirmar que sem aquela experiência germe de resistência de que fala Carlos Walter Porto-Gonçalves – em que foi projetada a possibilidade estrutural e não precária da propriedade/posse e assim a liberdade frente aos grandes latifúndios - talvez os seringueiros não produzissem a organização que vieram a produzir nos anos de 1970 e 1980 responsável não só por atos/lutas de resistência com os empates como também por proposições em seus favores a exemplo da ideia de reservas extrativistas.

Vejamos como isto se deu e no que resultou.

### **5.2.10 Nos passos de Frantz Fanon – A RESEX no contexto da propriedade**

O pressuposto básico a partir do qual se analisa o *seringalismo* e a *seringalidade* é que os povos da floresta nasceram e ainda permanecem histórica e estruturalmente sob a condição colonial. Foram condenados a

este estado que se matiza em suas diversas expressões (para parecer a sua negação) sem no entanto deixar de surtir seus efeitos heterárquicos, sem deixar de existir.

Uma promessa de descolonização dos povos da floresta se ajustaria à garantia, no dizer de Frantz Fanon, de que “*os últimos serão os primeiros*” (FANON, 2005, p.53). Senão inverter a relação de domínio – o que seria precisamente querer o impossível no âmbito da vigência da colonialidade – eliminar o domínio e colocar o dominado no mesmo patamar do dominador, conforme é difundido/prometido hoje pela *florestania*, por exemplo.

Segundo Fanon: “*Para o povo colonizado, o valor mais essencial, porque mais concreto, é primeiro a terra: a terra que deve garantir o pão e, é claro, a dignidade.*” (FANON, 2005, p. 61) A terra desejada pelos seringueiros e pelos indígenas (aquela destes últimos tomada e daqueles negada) não lhes foi concedida no sentido de que a sua concessão o igualaria aos demais como – todos - donos de terra. Não importa para este efeito o modo como cada um irá utilizá-la.

Fanon tem que “*O famoso princípio que pretende que todos os homens sejam iguais encontrará a sua ilustração nas colônias, logo que o colonizado afirmar que é igual ao colono.*” (FANON, 2005, p. 61) Talvez a eliminação da diferença entre ser proprietário ou ser despossuído seja um desses elementos que poderia lançar uma certa igualdade - a igualdade existente entre aqueles que são proprietários e os que não são. Importante observar que a afirmação de igualdade, segundo Fanon, deve partir,

exclusivamente, do colonizado e não do colono (colonizador): “*logo que o colonizado afirmar que é igual ao colono*”, o que terá um significado profundamente diferente se for o colonizador que afirmar. Aliás, é o que este tem assim afirmado, no plano formal, tão-só.

A luta dos trabalhadores rurais na região acreana da década de 1970 – em nome dos interesses dos seringueiros autônomos, posseiros e colonos – era por uma reforma agrária que garantisse terra para todos. Afinal, “*72% da população do Estado vivia no campo e que 85,3% das famílias ocupadas no setor não eram proprietárias das terras que cultivavam*” (SILVA, 1982, p. 48, apud PAULA, 2006, p. 110) Ademais, “*514 imóveis com áreas cima de 1.000 ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas, 526 estavam na faixa de 101 a 1000 há, equivalente a 4,63%, na faixa de 1,0 a 100 ha, correspondentes a 1,78% da área cadastrada*” (INCRA, 1998, apud PAULA, 2006, p. 109/110)

A “*terra que deve garantir o pão e, é claro, a dignidade.*” Tal desejo é o desejo de romper com este alicerce da condição estrutural colonial – de restrição/concentração de terra – instituída e mantida pelo *seringalismo* e para além dele. É preciso entender que terra para todos significava naquele contexto a possibilidade da sobrevivência em um lócus territorial específico, um desejo de liberdade entrelaçado com a natureza que representava fundamentalmente a garantia de que a floresta permanecesse em pé, dado o risco de extingui-la, que a frente de expansão da fronteira agrícola e pecuária extensiva de corte, aliada ao mercado de terras, vinha produzindo na região. Assim, na Amazônia e para os seringueiros, terra

vai significar a floresta protegida da devastação, garantia de pão e dignidade para quem dela vive, especialmente na cultura do extrativismo. Ocorre que, com a reserva extrativista, a dimensão estatal e ambiental da reforma alcança muito mais força que aquela outra forma de democratização ao acesso à terra na Amazônia pautada mais nos interesses dos seringueiros sem-terra (que não diverge da proteção de seus habitats) em serem, finalmente, donos de suas colocações.

É quando a questão agrária ganha uma dimensão particularizada de “*reforma agrária dos seringueiros*” (PAULA, 2005, p. 246), pela qual o fator preservacionista estatal passa a determinar a sua finalidade e - não mais a propriedade da terra mas - o seu uso por concessão estatal vai definir o meio de seu acesso pelos seringueiros. Saída esta que vai diferir, em grande medida, da gênese da proposta formulada pelos seringueiros da sua reforma agrária. E mais que isso, sob o ponto de vista histórico, a possibilidade de quebra de um dos fundamentos do *seringalismo* – a concentração fundiária da propriedade - ficou mais distante. Vejamos como isso se deu.

### **5.2.11 Sobre sob escolhas**

A ideia de reserva extrativista foi formulada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros a partir de um ciclo de reuniões acontecidas em Brasileia-AC, dos dias 6 a 10 de dezembro de 1986. Antes, porém, seu desenho já havia sido exposto como programa por ocasião do I Encontro Nacional dos Seringueiros, acontecido em Brasília-DF, um ano antes, de 11 a 16 de outubro de 1985. É o que narra Mary Allegretti uma das suas mais ativas

participantes na condição de assessora dos seringueiros (ALLEGRETTI, 2002).

A sua gênese, para Allegretti, advém das reuniões preparatórias do encontro que ocorreram no Amazonas, em Rondônia e no Acre, em que tudo girava em torno, fundamentalmente, da questão do acesso e permanência pelos seringueiros à terra, como afirma:

Em todas as reuniões preparatórias a questão central eram os conflitos em torno da terra; no caso do Amazonas, em função da falta de titulação e de regularização das posses daqueles que moravam há gerações seguidas nos rios, inseguros diante da aquisição de seringais por grandes empresas; nos casos de Rondônia e Acre, em decorrência do avanço dos desmatamentos; no Acre, principalmente promovidos pelos grandes fazendeiros e, em Rondônia, pelos projetos oficiais de colonização. (ALLEGRETTI, 2002, p. 412)

No Amazonas, a prioridade era "*terra própria para os seringueiros*". O que, segundo Allegretti, significava:

...divisão da terra específica para as áreas de seringais nativos; a idéia de que todo seringueiro deveria receber uma área de terra que tivesse de uma a três estradas de seringa; deveria possuir um título definitivo, específico, onde rezasse que ele não podia vender, arrendar, aforar, ou fazer qualquer tipo de comércio com a terra; a área de terra pertencente a cada seringueiro, além das estradas de seringa, deveria possuir uma reserva florestal para a execução de seus projetos de plantação e cultivo de seringueiras nativas, castanheiras, fruticultura e agricultura. (p. 412/413)

Em Rondônia, a demanda era a mesma, expressada pela proposição: "*terras livres para os seringueiros onde não haja exigência do INCRA*

*para este se transformar em colono. O documento geral de Rondônia reafirmou a demanda por terra doada aos seringueiros e não extinção dos seringais existentes.”* (p. 413)

Numa síntese, Allegretti afirma que:

O resumo das demandas dos seringueiros em relação à questão fundiária estava em duas propostas: impedir o desmatamento dos seringais e regularizar as posses de forma a assegurar a continuidade da atividade extrativista da borracha. Enquanto o Acre já estava bastante organizado nessa direção, no Amazonas era ainda incipiente a movimentação dos seringueiros no sentido de garantir suas posses e, no caso de Rondônia, a situação era crítica, uma vez que o processo estava se dando de forma acelerada, como parte de um programa oficial do governo federal de colonização da região. (p. 413)

Depois, a ideia passou por vários crivos estatais, no plano federal e estadual, caso do Acre, tanto nas esferas administrativas do campo ambiental quanto do agrário. Foi um caminho longo até chegar ao Decreto Federal 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que dispõe especificamente sobre RESEX, e, dez anos depois, à Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, entre as quais as RESEXs passam a ser entendidas.

Tentarei seguir, de forma cronológica, os passos dessa construção procurando compreender como a concepção de hoje foi construída e no que resultou não só em relação à vontade dos grupos que a conceberam, o que inclui o poder estatal e seus interesses, quanto frente à histórica condição moderno colonial das populações amazônicas, caso dos seringueiros.

Começo pelo que foi decidido pelos seringueiros no encontro de 1985. Para tanto, selecionei duas passagens do seu documento final em que a questão das RESEXs é colocada:

1. Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza. 2. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica. (CNS, 1985)

Ainda neste encontro se arrola o conjunto de pressupostos do que viria a ser a proposta das Reservas Extrativistas, registrado no seu documento final integrando as reivindicações de reforma agrária:

1. Desapropriação dos seringais nativos. 2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa. 3. Não divisão das terras em lotes. 4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas assegurado seu uso pelos seringueiros. 5. Que não haja a indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros. 6. Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo à realidade extrativista da região. 7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembleia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas. (CNS, 1985)

Por esta proposta, a finalidade da reforma agrária dos seringueiros estava fincada, na linha do que os encontros no Amazonas e em Rondônia pugnaram, no duplo: desconcentração fundiária da propriedade/acesso à terra para todos - com a desapropriação dos seringais nativos sem custo para os seringueiros. Rechaçavam aquela política histórica de desenvolvimento na Amazônia que sempre favoreceu as “*grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza*”. Também a divisão das propriedades era desejada que fosse realizada não por lotes, mas por colocação, de modo a obedecer à realidade extrativista da região.

Vamos daqui pra frente reproduzir o belo registro de Allegretti dos passos históricos dessa construção, o modo e as razões como se queria conceber as RESEXs. Em sua tese, no ítem “5.4.3 Reserva Extrativista: Meio Ambiente e Reforma Agrária”, ela registra:

O ano de 1986 foi muito rico em debates sobre a figura jurídica e institucional que a Reserva Extrativista deveria adquirir. A discussão ocorreu junto aos órgãos fundiários e ambientais, tanto nos estados quanto no governo federal. Depois de reunidas todas as informações necessárias e esgotado o debate, com as lideranças e os assessores, em reunião do CNS, realizada em dezembro, em Brasília, foi tomada a decisão final sobre a formalização que os seringueiros entendiam que deveria vir a adquirir a proposta por eles formulada. Partiu-se de um conceito preliminar, definido no início de 1986 e sistematizado no documento encaminhado ao PMACI, “Conservação de Áreas de Economia Extrativa na Amazônia”, que assim caracterizou a Reserva Extrativista:

Área destinada prioritariamente à exploração dos recursos naturais predominantes na região amazônica, tanto para consumo pessoal quanto para comercialização, criada a partir da regularização da



forma atual de ocupação dos seringais – as colocações. Essa regularização tanto poderá ser através da propriedade privada da colocação, como da sua definição como área pública, para destino exclusivo dos seringueiros. (ALLEGRETTI, 2002, p. 518/519)

Aqui já é possível ver que os seringueiros não estavam certos se as reservas seriam privadas ou públicas. Essa indefinição vai abrir espaço para o Estado e sua concepção, como veremos na sequência.

Tendo essas definições preliminares como referência, vários pareceres técnicos foram elaborados, dentro do governo, procurando compatibilizar a proposta de Reserva Extrativista com os dispositivos legais existentes.

No campo ambiental, a alternativa indicada como sendo a mais adequada, pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), foi a de inserir a ideia de Reserva Extrativista na modalidade de unidade de conservação denominada de APA – Área de Proteção Ambiental, por ser a única a prever a existência de populações humanas. Criada pela Lei 6.902, de 27 de abril de 1981 e regulamentada pelo Decreto N. 88.351, de 01 de junho de 1983, a APA tem a finalidade de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais. Nestas áreas não são feitas desapropriações, podendo, então, ser compostas de terras da União ou de particulares. As atividades culturais locais ou regionais nelas desenvolvidas são mantidas, sendo proposto apenas o disciplinamento do uso do solo (Salati 1986). (ALLEGRETTI, 2002, p. 520)

(...)

Ao final das discussões com os órgãos responsáveis pelas duas alternativas legais existentes, a SEMA e o IBDF, percebeu-se que a proposta de Reserva Extrativista exigia uma legislação própria, uma vez que os seringueiros buscavam uma combinação específica de elementos que não estava prevista em nenhum dispositivo legal: o reconhecimento da posse, a proteção ambiental e a utilização dos recursos florestais. Se a APA assegurava a proteção

ambiental e a FLONA a exploração econômica, nenhuma delas partia da realidade existente, ou seja, do reconhecimento da existência de populações humanas vivendo da utilização dos recursos florestais, protegendo o meio ambiente e tendo direitos legais sobre as áreas ocupadas. Ficou evidente que as modalidades de unidades de conservação existentes no Brasil estavam sendo transpostas de outros países e não refletiam a complexidade histórica da região amazônica. (ALLEGRETTI, 2002, P. 522/523)

Como a vontade dos seringueiros tinha que se adequar ao Direito Estatal, a ideia de propriedade condominial ganha força, conforme relato de Allegretti:

O estudo [realizado pela antropóloga Ligia Simonian] partiu das alternativas existentes no âmbito do IBDF e da SEMA, descartou a figura de Floresta Nacional e considerou compatível a de APA. Analisou as diretrizes do PNRA e destacou os avanços do PRRA do Acre, mostrando que existia possibilidade da proposta dos seringueiros ser inserida na reforma agrária. Argumentando que o aspecto central da proposta dos seringueiros era a indivisão dos seringais e castanhais nativos, ampliou o escopo da análise ao apresentar a ideia de propriedade condominial: "...o próprio Estatuto da Terra, promulgado ainda em 1964, já fornecia instrumentos para a viabilização das reservas extrativistas, especialmente na medida em que o mesmo assegura o direito à propriedade condominial e à defesa das condições naturais dos ecossistemas regionais" (Simonian 1986:3). Afirmou ser este o instrumento legal mais adequado pois o mesmo podia assegurar não apenas a posse e usufruto da terra e dos recursos naturais, mas também a propriedade. Seu estudo concluiu com um resumo das recomendações principais:

As reivindicações dos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas em torno da desapropriação dos seringais nativos, da indivisão dos mesmos e da constituição das reservas extrativistas são perfeitamente compatíveis com o vigente Plano Nacional de Reforma Agrária, assim

como eram passíveis de concretização desde 1964, ano da promulgação do Estatuto da Terra.

A propriedade condominial responde à proposição de indivisão das colocações dos seringueiros e dos castanhais; o direito à propriedade condominial está consagrado no Código Civil Brasileiro e caracteriza-se como um direito pleno.

A superposição de uma Área de Proteção Ambiental a uma reserva extrativista condominial objetiva, principalmente, garantir mais um respaldo jurídico para a proteção dos recursos naturais, em especial dos seringais e castanhais, o que se encontra perfeitamente equacionado no Código Florestal, no Estatuto da Terra, no PNRA/1985 e nos PRRA/AC e PRRA/RO, em sua versão legal. (p. 527)

Na sequência, veremos algumas passagens do debate ocorrido nas reuniões de Brasília em que o Conselho Nacional dos Seringueiros, consubstanciado nas informações e análises trazidas por seus assessores, busca definir a modalidade de propriedade em que a reserva extrativista estaria adequada, se privada individual, se privada condominial ou se pública, da União Federal. Segundo Allegretti:

Depois desse debate e para ter mais elementos para a elaboração da estratégia de ação, decidiu-se fazer a discussão sobre Reservas Extrativistas e isso ocorreu no dia 8 de dezembro. Neste caso, a política já estava definida, ou seja, a criação de Reservas Extrativistas era a modalidade de reforma agrária e de proteção da floresta que haviam escolhido em outubro de 1985 e que havia sido discutida nos vários encontros ocorridos durante aquele ano. O tema da discussão, agora, era outro: a modalidade de propriedade da terra e de administração da reserva. Existiam três alternativas: propriedade privada, condominial e área da União cedida para usufruto para os extrativistas. Essa talvez tenha sido a discussão mais importante de todas as que aconteceram durante os anos iniciais do movimento dos seringueiros, porque permitiu não somente que fosse tomada uma decisão definitiva e que nunca mais foi alterada, como se conseguiu estabelecer as bases do modelo jurídico que deu

origem ao Decreto que instituiu as Reservas Extrativistas em 1990. (p. 541)

Neste início, a ideia de Estado no domínio das reservas está descartada frente à vontade da manutenção de uma autonomia dos seringueiros. É que a propriedade privada significava dizer naquele contexto maior liberdade frente ao domínio estatal:

Osmarino Amâncio: Vamos conseguir um seringal e colocar tudo que é necessário nessa reserva, administrada pelos seringueiros da área e por pessoas ligadas ao CNS e tentar fazer com que o governo dê manutenção. Seria a forma de preparar o pessoal. Mas uma reserva teria que ter tudo: escola, hospital, médico. Seria uma reserva modelo. (p. 541/542)

Gumercindo Rodrigues: O pessoal coloca logo a imagem da Reserva Indígena e o aparato da Funai. Não tem que ter nada de fora, deixa que o pessoal administra, com a intermediação do Sindicato. O pessoal sempre recorre ao Sindicato, deixa o pessoal resolver essas coisas dessa forma. Não devemos mudar isso. (p. 543)

Raimundo de Barros: Meu argumento é igualzinho ao que os companheiros estão colocando. A reserva é essa, como o Jaime e o Gumercindo colocaram. É Reservas Extrativistas. Ela não pode ser propriedade do seringueiro mas ela passa a ser propriedade dos seringueiros, um grupo de seringueiros que saiu da mão, do controle do patrão e passou pra mão dos seringueiros. Se procure fazer que acabe de uma vez por todas, essa do seringueiro vender estradas de seringa. Nós não devemos nos autodenominar dono de uma estrada de seringa. Nós temos um trabalho investido naquela estrada. Mas não as estradas ser da gente. O dia que a gente for querer sair dali tem por direito receber algum pagamento pelo trabalho, por todas as benfeitorias que a gente construiu, pelas mãos da gente. (p. 543)

Mary Allegretti: Quando o Gumercindo falou como propriedade da União, não é a mesma coisa que o Raimundo falou, como propriedade dos seringueiros. São coisas diferentes. Se é propriedade da União, não é dos seringueiros, eles tem uma concessão de uso,

eles usam aquela terra, mas não é deles. É preciso clarear a questão da propriedade. Se é uma propriedade da União, os seringueiros têm direito ao uso; se é propriedade de um conjunto de seringueiros, coletiva, pode ser uma alternativa que chama condomínio, que cada um tem um pedaço e as áreas são comuns e administradas por todos. E tem a propriedade individual. Isso não está claro e precisa discutir. (p. 544)

Cristina: GUAPORÉ: Os seringueiros do Rio Ouro Preto reivindicam que a terra seja deles, isso é muito importante, eles dão muito valor à propriedade individual. Condomínio é uma alternativa, como define o Código Civil, mas é preciso mais informações sobre a parte legal. (p. 545)

Na passagem seguinte, Allegretti chama atenção para um fato significativo naquela época e também agora: os papéis das instituições financeiras multilaterais e do próprio Estado, no controle/domínio dos seringueiros. Naquele momento, ela fazia referência à experiência de Rondônia.

Além disso, tem uma característica de Rondônia, que é a presença forte do Estado em todas as iniciativas populares. Rondônia foi criada com recursos do Banco Mundial em cima de estradas e projetos de colonização e qualquer iniciativa tem uma presença muito pesada do Estado. Tem que discutir aqui de que forma o Conselho vai estabelecer uma relação com o Estado, nestas condições. Em todos os movimentos essa questão é crucial. O Estado repassa recursos, cria cooperativas, associações, e o problema principal é o pessoal manter autonomia. (p. 545)

Aqui Allegretti também se manifesta extremamente realista quanto ao que estava para acontecer. Aconteceria desgraçadamente independentemente da vontade dos seringueiros.

São duas situações com as quais o Conselho vai se defrontar. Na minha opinião o Conselho tem que estar presente, mas não vai ser possível organizar os seringueiros até as reservas serem criadas. As

reservas vão ser criadas independentemente da organização dos seringueiros. Isso precisa ser analisado prá ver as consequências que tem. Essa é a verdade. E vão ser criadas porque o governo precisa se justificar perante os organismos internacionais. O Estado vai criar e vai capitalizar e é difícil se opor a isso porque não vai adiantar. (p. 545)

Mauro Almeida também chama atenção para os interesses do poder público na questão. Para ele, a questão ambiental sobrelevará à social.

Comparando os seringueiros com a situação indígena. Existe uma legislação federal que assegura para os índios o direito de reivindicarem os locais onde moram. Junto com isso tem toda uma legislação que garante ao Estado o controle sobre isso. Isso não quer dizer que automaticamente o Estado vai ter, em todos os locais, o mesmo controle do que se passa no nível local. Em cada local do país os índios estão em níveis diferentes de desenvolvimento político. Precisa ganhar para essas reivindicações dos seringueiros, o reconhecimento nacional na Constituinte; no nível estadual os governos estão entrando e é preciso marcar os princípios, primeiro, de quem é a propriedade, se é da União com o direito do seringueiro utilizar. Lutar pelo princípio de que a Reserva Extrativista é reconhecer o direito ao seringueiro do local onde ele mora. É um direito, não é um favor. E segundo, é o controle, de quem administra isso são os seringueiros. Acho que o Estado vai entrar com tudo querendo negar esses dois princípios. Apresentar não como um direito mas como uma iniciativa do governo de preservar a floresta e querer o controle sobre isso. É preciso ter uma estratégia porque esse espaço político passa pelo Estado, seja no nível federal, seja no nível local. Agora a luta para que o controle seja dos seringueiros é o movimento social que vai fazer. (p. 546)

Mauro Almeida defende que as reservas sejam propriedade da União mas que o seu controle seja feito pelos seringueiros.

Quando a propriedade é da União tem poder de barganha e pode cobrar a infraestrutura, tem um peso e uma força política maior, se estiver bem organizado internamente. Essa é uma luta que tem que ser feita.

A idéia é que essa administração interna fosse garantida por um conselho dos seringueiros, um conselho interno da reserva. E que nenhuma política fosse definida para as reservas sem a participação dos seringueiros. (p. 548)

Allegretti, já antevendo a opção pela propriedade da União, questiona a respeito da propriedade individual se defendida pelos seringueiros. Ele reclama uma postura a respeito do Conselho.

Vamos supor que fica definido que Reserva Extrativista é propriedade da União com usufruto, não sei se permanente, dos seringueiros. E nos casos onde a propriedade individual é reivindicada? Onde os seringueiros reivindicarem a propriedade privada, como o Conselho se posiciona? (p. 548)

Fátima levanta problemas que, naquele contexto, a propriedade privada cria.

A necessidade de ser proprietário vem da insegurança na terra, porque qualquer um pode chegar e invadir. Na medida em que há uma definição, vamos supor que seja essa, esse problema desaparece, porque está claro como está definido o uso dessa terra. A questão de querer ser proprietário é porque qualquer um chega e invade. Na questão do condomínio tem que trabalhar muito com as pessoas para evitar problemas. E corre o risco de um se tornar o dono de tudo. Tem situação de um seringueiro comprar um colação e depois comprar outra e acaba se tornar um marreteiro e explorando os outros. (p. 548)

Após o debate, Allegretti informa que os membros do Conselho Nacional dos Seringueiros se reuniam separadamente de seus assessores, após o que, pela voz de Osmarino Amâncio, anuncia a sua decisão quanto ao caráter de “propriedade” a que deve a reserva extrativista se constituir, se privada individual, privada condominial ou pública:

A gente quer colocar para o pessoal as decisões que a gente teve na reunião só do Conselho. Nós discutimos sobre os três pontos, como é que ia ficar,

que tipo de Reserva Extrativista nós queremos: a proposta da propriedade individual, do condomínio e da Reserva Extrativista como propriedade da União e usufruto do seringueiro, ou seja do extrativista. Depois que os companheiros começaram a entender mesmo a discussão, chegou-se à conclusão que a melhor proposta dessas três, pensando no que poderia acontecer com o condomínio, a gente decidiu ficar com a proposta da Reserva Extrativista sendo a terra da União e o usufruto do seringueiro. O pessoal tá bem claro sobre isso e todos os companheiros que participaram da discussão podem fazer a defesa dessa proposta. (p. 549)

O que se pode observar é que a decisão se pautou por pelo menos três razões as quais Osmarino e Raimundo Barros irão elencar. Vejamos, nessa ordem, as falas dos dois seringueiros.

Osmarino Amancio: E do momento em que isso venha acontecer. O Conselho vai fazer um plano de trabalho prá levar ao conhecimento de todos, aquilo que a gente está pensando e que interessa ao seringueiro. Se vai haver modificação? Quem sabe... Parece até que a gente está com a Reserva Extrativista organizada, tudo pronto. A gente não sabe nem se vamos conseguir dessa forma, com o governo! Talvez, quem sabe não vamos conseguir com o governo, vamos conseguir na marra, na base do empate. O governo não quer legalizar, nós vamos legalizar por nossa conta própria. E isso aí vai depender do movimento, conforme ele vai tendo adesão e vai crescendo. São propostas de negociação, pode até alimentar a ilusão de que vão ser aceitas pelo governo. A gente já colocou: a Reserva Extrativista sendo terra da União com usufruto dos seringueiros, porque nós sabemos que o governo, jamais ele vai desapropriar os seringais e entregar prá um grupo de seringueiros, prá ele não meter mais a mão lá. Duvido. Eu acho que no caminhar da carroça que as batatas de ajeitam. No caminhar da organização que a gente vai descobrindo as melhores formas. (p. 550)

Raimundo Barros: O papel do Conselho é, em primeiro lugar, fazer o máximo para que seja trabalhado nesse esquema; esse deve ser o esquema modelo prá todo canto, justamente prá evitar que no



futuro venha a acontecer o que a gente descobriu, e que é a verdade nua e crua, da propriedade particular e da propriedade condominial. É uma foram muito fácil prá terra fugir do trabalhador, sair do trabalhador e ir pro latifúndio. (p. 550)

Osmarino Amâncio: Outra coisa que a gente deve pensar, não é no sentido de que a gente vai levar a verdade nua e crua, já pros seringueiros, pronto. É o que a gente tá vendo no momento, é o que nós conseguimos perceber, como uma forma de começar essa negociação prá defesa da floresta. Se ela não é viável e aparecer outra que nos convença que é melhor que essa, sem dúvida de que nós vamos aderir. No momento nós vamos defender essa proposta porque nós estamos vendo que ela é a melhor. Prá esse momento. Esse é um dos fatos. Se num outro canto, a Reserva Extrativista não é boa, porque nós também, logo no início, a gente pensava que o condomínio ia ser o melhor, vamos trazer a terra, os seringueiros vão receber o título e vão tomar de conta disso aqui e o governo não mete a mão. Mas aí depois, eu citei até o exemplo, a questão da Funai. Os índios tem as suas reservas, mas o governo é o responsável pela manutenção e pela assistência. E no caso da gente ter o condomínio, com terra titulada, tudo legalizado e tal, é uma propriedade privada de um grupo de pessoas. E todos os recursos que vão ser levados para aquela área, é através deles, e não como obrigação do governo. Porque o governo não vai fazer estrada, se for preciso, lá numa fazenda. O fazendeiro que vai ter que pagar. O governo não tem compromisso sendo uma terra de propriedade privada. E se tem a questão do usufruto do seringueiro, a terra sendo da União, toda a assistência, tudo que for necessário prá lá, os seringueiros vão exigir do governo, que ele tem a obrigação de fazer. (p. 550/551)

A primeira razão, posta por Osmarino, é fruto do senso de realidade histórica que o movimento tinha claro (a que Allegretti faz referência na sua fala: os limites políticos do movimento). Eles não acreditavam que a condição colonial histórica de não proprietários seria extinta por um passe

de mágica e por vontade dos despossuídos. O movimento tinha aquela saída como a possível e não a desejada naquele contexto histórico. A segunda razão, apresentada por Raimundo Barros, está no fato de temer a armadilha que a propriedade individual em lotes (exemplo dos assentamentos do INCRA) colocava para os assentados. A de não ter outra saída senão vender ao latifúndio a sua propriedade, em face da impossibilidade de se manter em suas terras sem a infraestrutura necessária para o trabalho e para se viver. Era a força do mercado de terras se impondo na Amazônia. A terceira razão é Osmarino quem apresenta. Baseado na experiência dos loteamentos dos assentados em que o governo não se obriga a proteger por ser propriedade privada e naquilo a que está obrigado, mas não cumpre, Osmarino pugna pela presença do Estado para garantir que os seringueiros usufruam de seus serviços públicos. Por esta via, Osmarino acredita que o Estado, por ser o proprietário das reservas, garantiria aos seringueiros o gozo dos direitos sociais, por exemplo (aqui a fala de Mauro Almeida sobre as reservas indígenas deve ter sido importante).

Não sem motivo histórico, os prepostos do *sistema mundo moderno colonial* – O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - logo aprovaram a ideia:

A posição do Banco Mundial a favor das Reservas Extrativistas foi logo seguida pelo BID e foi, também, apoiada por uma parte do governo brasileiro, o INCRA, como resultado das articulações realizadas em janeiro em Brasília. E em abril, teve início a construção da primeira proposta de reforma agrária fora do conceito convencional de projeto de colonização. (p. 577)

A transformação das então “*posses agrárias dos seringueiros*” (BENATTI, 1994, p. 555) – que naquele período estava em franco conflito com os interesses dos que se apresentavam como seus proprietários – em unidades de conservação de interesse ambiental para o Estado, retira definitivamente a possibilidade de o seringueiro continuar nessa condição de posseiro (no presente) ou ser delas (no futuro) efetivamente proprietários.

De fato, ao final, em 1990, dois anos após o assassinato de Chico Mendes, a chamada e desejada “reforma agrária dos seringueiros”, a reserva extrativista, é tornada norma jurídica com o Decreto Federal nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, criado para atender à previsão da Lei 6938/81, no seu art. 9º, IV, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Por este decreto, as reservas extrativistas são propriedades da União Federal cuja exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais será concedida às populações extrativistas mediante contrato de concessão real de uso. O órgão federal do meio ambiente fica a cargo da fiscalização das áreas para acompanhar o cumprimento das condições contratuais e também da aprovação de seu plano de utilização. Dez anos depois, as reservas migram, no plano legal, para a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza. Agora, para efeito ambiental, elas são unidades de conservação de uso sustentável voltada para a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. A ausência de autonomia na sua gestão aumenta.

A solução das reservas foi: nem posse (nos moldes daquela agrária), nem propriedade aos seringueiros. O âmbito jurídico a que a questão deles foi alocada não é fundiário/agrário, mas ambiental. Com isso, as reservas irão significar uma solução frente a histórica privação jurídica aos direitos tanto de posse quanto de propriedade, solução esta que, no caso dos seringueiros, representa, em última instância, a manutenção do *status quo ante* no sentido imediato de despossuído de propriedade. Lhes restará o direito de usufruir sob condições as quais, pelo seu caráter coercitivo, deixam de levar em consideração o fato de que o modo de viver dos seringueiros na floresta sempre foi inerente à ideia da conservação de seu entorno, posto que condição de sua subsistência e, mais que isso, de sua sobrevivência. Sem a floresta, eles deixam de existir. É como se a opção dissesse que, se os seringueiros fossem posseiros ou proprietários, o compromisso deixaria de ser cumprido, como se a ideia de preservação ambiental não fosse – como efetivamente é historicamente – constitutiva da vida do seringueiro no seringal. Segundo Chico Mendes, em palestra que realizou no Departamento de Geografia da USP em maio de 1988, “*O que os fazendeiros desmataram na década de 70, todos os seringueiros da Amazônia não desmataram em cem anos.*” (MENDES, 1988)

No que resultou ao final tal proposta tem, de fato, um caráter um tanto diverso. Primeiro, porque a condicionalidade de cunho ambiental dizia respeito às atividades inerentes àquelas praticadas pelos seringueiros, sendo assim desnecessário, portanto injustificáveis, normas impositivas e condicionantes ao acesso e uso dirigidos exclusivamente a eles. Segundo, porque a proposta não parece ser um projeto de negação da posse e da propriedade, tampouco de imposição legal de serviços não remunerados

de vigilantes estatais da preservação ambiental das florestas, como, ao final, ficou sendo. Terceiro, porque os seringais passaram a integrar, desta feita como reservas extrativistas, o rol das unidades de conservação estatais, ou seja, constituíram parte da política ambiental do Brasil e não, como desejavam os seringueiros, também da política fundiária. No fundo, com as unidades de conservação da qual as RESEXs fazem parte, não se pode falar em reforma agrária, mas em reforma de cunho ambiental, pelo menos neste princípio, e de cunho econômico, como ficou melhor esclarecido com o tempo (PAULA, 2006).

E assim passou-se a conviver, juntamente com os regimes civis de posse e de propriedade, com este novo regime de acesso à terra na forma de reserva/unidade de conservação ambiental cuja restrição de acesso e uso é muitíssimo maior em relação aqueles outros regimes, além do que órfão do status de propriedade, esta que significava no plano histórico a autonomia pretendida pelos seringueiros.

Nesse sentido, década depois, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Telles de Carvalho Cunha, afirmou que:

Hoje viver na reserva extrativista significa você está atrelado a uma série de limites, que eu, particularmente, sempre digo que a existência dessa classe ela tá ameaçada por falta de espaço pra continuar vivendo e praticando as atividades que é de tradição dela. (SOUZA, 2012, p, 38)

Chico Mendes, por sua vez, desejava em 1987:

Eu acho que a reserva extrativista hoje ela acena como a maior bandeira de luta dos últimos tempos dos povos da floresta, porque é através da reserva extrativista que os seringueiros e os índios vão

conquistar a sua liberdade, que para nós a reserva extrativista é a reforma agrária do seringueiro, é a forma de se contrapor à política violenta do latifúndio.

Então, eu acho que a reserva extrativista que nós defendemos é a reforma agrária dos seringueiros é uma reforma agrária que realmente vem garantir o nosso futuro e respeitar a nossa tradição, nosso costume, a nossa maneira de viver nessa floresta.”  
 “Eu acho que a reserva extrativista hoje ela acena como a maior bandeira de luta dos últimos tempos dos povos da floresta, porque é através da reserva extrativista que os seringueiros e os índios vão conquistar a sua liberdade, que para nós a reserva extrativista é a reforma agrária do seringueiro, é a forma de se contrapor à política violenta do latifúndio. (Chico Mendes em entrevista concedida à Siã Kaxinauwa, em 1987, e publicada pela revista N’ativa, revista de ideias, n. 4, dez/95)

Com isso, é possível entender que a “resposta” dada pelo Estado aos seringueiros, frente ao seu desejo e sua luta de e por reforma agrária na Amazônia – o meio pelo qual os seringueiros seriam libertos - tenha sido a de negação à eliminação de sua estrutural condição colonial (entendendo aqui condição colonial como a condição histórica de despossuído imposta pelo *seringalismo* aos seringueiros), e não exatamente ao contrário.

Afinal, uma reforma agrária então desejada não equivaleria a uma efetiva desconcentração fundiária na Amazônia? Não significaria a concessão/divisão fundiária para todos os não proprietários no campo/floresta? Tal feito não poderia significar a separação entre proprietários e não proprietários e, com isso, os últimos se igualariam aos primeiros, podendo, com isso, o “*colonizado afirmar que é igual ao colono*”? A resposta é não, pois colocaria em questão justamente um dos

pilares do regime moderno colonial que é a necessária existência entre proprietário e não proprietário, o que significa neste aspecto a manutenção da condição colonial na Amazônia. É que o colonizado não pode se igualar ao colonizador.

Com as reservas extrativistas - terra de propriedade do Estado brasileiro concedida sob condição para uso dos seringueiros - pode se supor que os últimos continuam sendo os últimos, usando aqui como referência os fatores gêmeos: a aquisição de terra por todos/desconcentração de terra em nome de poucos. O que nos faz deduzir permanecerem mantidos, com as reservas, alicerces da condição colonial firmados no *seringalismo*: a concentração fundiária, que significa a manutenção – no plano do seringal – da divisão entre uns poucos grandes proprietários e o “resto” não proprietários – e toda as suas gerações - a continuar a trabalhar e a viver em terras alheias. No regime capitalista, a defesa da propriedade vai significar ao mesmo tempo a defesa da não propriedade. Para que alguns a possuam é necessário – condição *sine qua non* - que os demais não a possuam.

Com efeito, Carlos Walter Porto-Gonçalves afirma que “*privar é tornar um bem escasso e, assim, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso. Assim, é o princípio da escassez, assim como a propriedade privada, que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação de recursos naturais.* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 289). Em mundo da propriedade, o mal não estaria necessariamente na constituição da propriedade privada em si, mas na sua concentração em mãos de poucos, ou seja, na ampliação de sua privação. Ora, um mundo em que todos são proprietários é bem diferente

de um mundo em que só alguns são. Parece que a opção das reservas se aproxima muito mais desta última possibilidade – cujo regime de posse continua a sustentar o de propriedade concentrada/escassa - alternativa que comanda o *sistema mundo moderno colonial* e que reafirma/mantém a condição de despossuído do colonizado. É o caso em que “*A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador*” (Clavero apud LANDER, 2000, p. 27)

Noutro sentido, pode-se também supor que a saída moderno-colonial (e não da colonialidade) com a criação da ideia de reserva – indígena e extrativista – continuou sendo uma saída ainda dentro dos contornos racistas da condição anterior. Ao invés de negar a existência (ou o direito de possuir), a nova opção é separar, reservar.

Voltemos a Fanon: “*Esse é o mundo colonial. O indígena é um ser confinado. O Apartheid é apenas uma modalidade de compartimentação do mundo colonial. A primeira coisa que o indígena aprende é ficar no seu lugar. E não passar dos limites.*” (FANON, 2005, p. 69). Talvez essa ideia de reserva que, num certo sentido (simbólico com certeza), separa, afasta, confina, tenha um significado mais racial que não. Não só na acepção de manter o que é distinto em seu devido lugar (quem é da colocação é da colocação, quem é do barracão é do barracão), impondo como lei a diferença, posto que passar dos limites é perigoso para o poder moderno colonial.

Tais limites – uma criação do pensamento moderno-colonial - é que constituem as posições abissais que produzem pensamentos e, assim.



modos de ser profundamente diversos que, segundo Boaventura de Sousa Santos, impossibilitam a copresença dos dois lados da diferença e visibiliza, epistêmica e ontologicamente, apenas um dos seus lados. Para Santos:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2010, p. 31/32)

Os condenados são produto desse pensamento e por isto são postos no “outro lado da linha”, de que fala Santos. Confinados na compartimentação do mundo moderno-colonial, nas palavras de Fanon. Nesse sentido, as reservas – como ilhas num universo latifundiário - poderiam ser consideradas parte desse apartheid aludido por Fanon. Só que, desta feita, com uma diferença fundamental. Esse “outro lado da linha” colocado num território de reserva – portanto, de exclusão - não desaparece enquanto realidade, tampouco se torna inexistente, como imagina Santos. Ele tem sido usado, na sua condição de exclusão territorial, como realização se prestando como o modelo “deste lado da linha”, a matriz da qual é subsumido pela estratégia de tutela sobre o que falaremos na sequência.

Junto a tal ideia de compartimento/reserva, combinada se expressa outra, a da tutela. A condição colonial continua tendo os colonizados como seres

infantes cuja maturidade – de saber e de ser – ainda depende de proteção “paternal” do Estado e do mercado. Assim, ao invés de negar a existência (ou o direito de possuir), melhor é separar, reservar, confinar e manter sob o controle, por meio de tutela, o que equivale a continuar a tratar como algo inferior, tanto no aspecto do saber (racismo epistêmico) quanto no do ser (racismo ontológico). Também a condição colonial de imaturo e impotente pode explicar o fato de não ser dada aos seringueiros a confiança/crença de que, na condição de proprietários, poderiam manter suas áreas reservadas. Como posto, a explicação para as RESEXs pode também estar assentada no entendimento de que a única maneira de se preservar seringais só seria possível na medida em que suas áreas fossem de propriedade estatal (do grande pai), e não dos seringueiros (os pequenos filhos). Esta falta de confiança – ainda por serem imaturos – pode traduzir noutra maneira de manutenção da condição colonial racializada.

É assim - com estes três elementos constituintes da herança colonial racializada (a tutela, a reserva e a desconfiança) – que os condenados são mantidos sob controle, o que significa ainda sem autonomia diante da condição colonial.

Pela dimensão e profundidade histórica da colonialidade, é possível afirmar que as RESEXs representam, em grande medida e também sob aspectos outros de caráter contemporâneos, a manutenção da condição colonial a que foram colocados, desde sempre, os indígenas e seringueiros no *seringalismo*. A extinção física e simbólica do barracão não afetou a estrutura moderno colonial que o mantém tanto como mentalidade quanto

como função econômica social a cumprir seu papel desta feita sob outras nomenclaturas e prepostos.

O seu regimento – que regula o modo de acesso e de uso – tem sido agora ditado pelo Estado que se interpõe no novo aviamento fazendo, por seus prepostos, as vezes de seringalista e servindo de ponte entre o condenado e os interesses de domínio e exploração do *sistema mundo moderno colonial* a serviço da manutenção de um mercado da natureza que avança cada vez mais sobre a região.

Mas será que essa distinção que fundamenta o debate em torno da concepção de reserva extrativista (que opõe a ideia de terra territorializada - que seriam as reservas - e terra mercantilizada - que seriam os lotes individualizados) consegue realmente justificar a opção pelas reservas em razão de que elas não representariam a condição colonial dos condenados?

A resposta pode ser dada por duas respostas. E, já adiante, nenhuma delas, frente a experiência empírica da escolha, consegue responder positivamente. Uma, no plano de uma decolonialidade (como processo histórico de negação total da colonialidade), e outra, no plano de uma descolonização (como processo histórico negação parcial, o que quer dizer no plano da sua ainda manutenção).

Para a distinção analítica entre decolonialidade e descolonização, farei uso da apontada por Eduardo Restrepo e Axel Roxas (2010, p. 16/17) para quem esta – a descolonização - diz respeito à superação do

colonialismo/*seringalismo*, o que a mantém numa esfera parcial de alteração do status moderno-colonial, enquanto que aquela – a decolonialidade – objetiva a transcendência da colonialidade/*seringalidade*, o que representa uma transformação muito mais profunda a significar a subversão efetiva do padrão de poder colonial. Vamos à problematização.

**Sob a ótica da decolonialidade** - Pela primeira, essa distinção de opções dadas aos seringueiros é falsa sob o ponto de vista da colonialidade. É que, tanto a reserva (enquanto propriedade estatal), quanto o lote (enquanto propriedade privada), estão imersos de condição colonial, razão pela qual nenhuma das opções conseguirá por si só decolonizar o condenado da condição moderno colonial, haja vista que o elenco de opções dadas torna a escolha não livre.

Se as coordenadas se limitam a centrar na ideia de ter e não ter propriedade, então nada de novo no plano da colonialidade que possa retirar o condenado da condição histórica-estrutural em que se encontra. Seria o mesmo que optar entre não ser colonizado (despossuído de propriedade) e ser colono (possuidor de propriedade). Ser e não ser proprietário – dentro do contexto da colonialidade em que a propriedade funciona como elemento básico de diferenciação social - é constitutivo do *sistema mundo moderno colonial* e sua matriz colonial de poder.

Seria o mesmo o que Slavoj Žižek, citando Lenin, aplica em relação a falsa escolha imposta no campo das liberdades formais, quando afirma:

E aqui se deve arriscar a reintroduzir a oposição leninista entre liberdade formal e efetiva: em um ato de liberdade efetiva, use-se precisamente quebrar

esse poder sedutor da eficácia simbólica. Aí reside o momento de verdade da acerba réplica leninista a seus críticos mencheviques: a escolha verdadeiramente livre é aquela na qual eu não simplesmente escolho duas ou mais opções no interior de um conjunto prévio de coordenadas, mas escolho mudar esse próprio conjunto de coordenadas. (...)

Isso significa que a liberdade efetiva, como ato de modificar conscientemente esse conjunto, ocorre apenas quando, na situação de uma escolha forçada, age-se se como se a escolha não fosse forçada e “escolhe-se o impossível. (ZIZEK, 2013)

Fazendo uma alusão à distinção de Lenin, trazida por Zizek, podemos afirmar que a sua concepção de “liberdade formal” se adequaria àquelas em que os seringueiros se encontraram na questão da definição da substância das RESEXs, o que retira deles a possibilidade da “liberdade efetiva”. Tendo em consideração que *“a liberdade formal é a liberdade de escolher no interior das coordenadas das relações de poder existentes, enquanto a liberdade efetiva designa o lugar de uma intervenção que solapa essas próprias coordenadas ”* (ZIZEK, 2013)

Optar pela “proteção” estatal ou pela “proteção” do mercado de terras – o que significa condicionar-se aos pressupostos de tais proteções no capitalismo, seria não ter opção fora do esquadro de manutenção da condição colonial.

Sendo mais específico, optar por não ser proprietário em razão de que no regime de propriedade não se obterá melhor proteção do Estado proprietário (conforme intuiu Osmarino Amâncio em 1985), o que equivaleria dizer modo pela qual se estará livre de tudo o quanto se busca se livrar historicamente (no caso do tratamento moderno colonial, como

um condenado a ser mão de obra e reprodutor das relações economizadas), é optar por se manter exatamente na mesma condição, em razão de que continuará sob o controle do poder moderno colonial que se exerce, por meio do Estado, por seus prepostos nacionais e internacionais, caso do que, ao final, resultou.

As escolhas colocadas para os seringueiros naquela reunião de Brasília: propriedade privada ou propriedade coletiva (condomínio) ou propriedade da União, todas elas amarram o sujeito colonial à lógica do domínio da colonialidade, posto que todas estão circunscritas à ideia de propriedade capitalista.

Ademais, o argumento de que na terra pública a dimensão de valor de uso é exclusiva, diferentemente do que na terra privada em que é o valor de troca que se impõe, não elimina – na verdade encobre - a relação sob a qual os seringueiros estarão (estão) desde sempre adstritos no mercado da natureza pela qual tudo que existe no solo ganha a dimensão de recursos naturais intrinsecamente envolvidos como valor de troca. No capitalismo, a floresta é em si um bem de valor de troca. Tal concepção é própria da ideologia do desenvolvimento sustentável que impera como modo de fazer nas reservas extrativistas e é induzido e financiado à prática conforme os programas das políticas de desenvolvimento do Estado do Acre.

Nas reservas, a propriedade não precisa ser colocada à venda, bastam os seus recursos florestais, estes, sim, a mercadoria necessária à venda. Assim como no *seringalismo*, muito embora o latifúndio seja essencial à

economia extrativista, mas de que valeriam em si, naquelas circunstâncias, se não tivessem seringueiras? A retirada daquele espaço territorial do mercado de terras não significa retirar o que nela existe do mercado da natureza. Os programas de governo de desenvolvimento sustentável que estão voltados para estas áreas de proteção ambiental e social confirmam exatamente isto.

Tudo até aqui está centrado na ideia de propriedade enquanto elemento fundamental da condição colonial econômica – na esfera do ter ou não ter. Noutra aspecto, no da racialização, ocorre o mesmo, tendo em vista que, como se vem aqui repisando, a condição colonial não se resume à condição econômica; a ela estão integradas – e vice-versa - as condições hierárquicas racializadas que podem ser daquele independentes. O que vale afirmar que as opções postas em nada alteram as relações de poder baseadas noutras hierarquias diversas da econômica. Por exemplo, sendo proprietário ou não, tanto os indígenas quanto os seringueiros continuarão sendo tratados/vistos como sujeitos inferiores epistêmica e ontologicamente, o que vale dizer, racializados pelos saberes (tido como não científicos) e pelas origens antropológicas (caso dos índios) e regionais (caso dos seringueiros). O mesmo vale, em proporção ainda maior, quando os sujeitos racializados por tais condições sejam mulheres e homossexuais.

Nesse exato sentido, nada garante que a forma de propriedade (territorializada ou não) que institui hierarquias econômicas, irá fazer com que sejam extintas aquelas outras coevas modalidades de hierarquias racializantes epistêmicas e ontológicas constantes do padrão de poder

colonial deste o século XVI (manufaturadas e exercidas de fora para dentro e reproduzidas internamente) sob as quais os indígenas e demais populações da floresta se encontram historicamente submetidos.

**Sob a esfera da descolonização** - A segunda resposta entraria na possibilidade de descolonização – o que quer dizer – nas saídas parciais – as que não eliminam os sujeitos racializados – da condição colonial. Mesmo nestas, a “escolha” que o *sistema mundo moderno colonial* produziu para a escala local não foi a mais próxima mesmo da ideia de descolonização. Vejamos.

Importa deixar claro que a análise sob tal foco está ligada umbilicalmente à origem das relações instituídas no *seringalismo*, pelas quais entre os elementos originários e mantenedores da condição colonial tem-se, de um lado, a violenta despossessão de territórios dos indígenas (com estes, a ideia de propriedade será diversa da “ocidental”) e, de outro lado, a igualmente violenta negação de acesso à terra aos nordestinos feitos seringueiros. Sob tal foco, a terra e a sua negação – e tudo que isso representa no contexto da dominação/exploração e racialização - funcionará aqui como dispositivo (negativo ou positivo) da condição colonial.

Não há dúvida de que a efetiva desconcentração fundiária da propriedade combinada com o acesso a todos à terra colocaria (e ainda coloca) a estrutura moderno-colonial da propriedade em questão.



Pelo prisma do *seringalismo*, a escolha pela reserva tirou das mãos dos seringueiros a possibilidade de exercerem o direito de serem proprietários e deixarem a condição histórica de despossuídos. Várias foram as razões postas para que tal tenha ocorrido. E por tais razões buscam justificar que o sistema de reservas é a melhor opção sob o ponto de vista cultural, por exemplo.

Com isso, tem se colocado o espaço físico das reservas em relação aos de assentamentos como forma de distinguir naquela uma territorialidade e nesta a sua ausência. A individualização da terra em lotes não elimina o sentido de coletividade/unidade de um grupo específico – e não retira a sua identidade, enquanto coletivo. Sabe-se que as colocações eram constituídas por terra também individuais e o que dava unidade – uma unidade cultural – era o território do seringal. O espaço físico, como se sabe, pode e é superado pelo cultural. A unidade concreta da terra e sua separação em lotes não é redutora, por si só, de sentidos e de identidades. Habitada, ela se territorializa. Assim, um loteamento, caso de assentamentos, não pode por si só ser considerada, em razão da divisão, avessa à ideia de unidade cultural conquanto não haja unidade física do espaço. O espaço é territorializado quando quem o habita tem em comum uma história, um modo de viver. Os seringais ganharam territorialidade, uma territorialidade diversa da que existia antes da ocupação pelos nordestinos tornados seringueiros. Deste modo, o sistema de lotes, a exemplo do de reservas, pode ser e é territorializado. O fato de ser um ou outro não vai retirar o sentido de pertencimento e identidade coletiva de seus habitantes.

Ela pode ser também plenamente coletiva, informal ou formalmente. Do mesmo modo que as reservas podem não ser coletivas no aspecto informal – independentemente das formalidades legais que a têm inerente e formalmente como coletivas. As colocações podem se mover singularmente, assim como os lotes podem se agrupar em processos coletivos.

Tanto as reservas quanto os lotes podem se assentar no sentido de tradicionalidade exatamente pelas razões culturais e não jurídicas (divisão de terras) acima expostas.

Usa-se também o argumento de que nas reservas, embora os seringueiros não sejam proprietários, eles dominam o espaço com autonomia. Isto não parece de todo substancialmente verdadeiro. Conforme o decreto 4.340/02, que regulamenta a Lei 9.985/00 - que trata sobre as unidades de conservação, entre as quais as RESEXs - tal domínio é restrito de modo que, por exemplo, há um poder de mando externo que vai determinar, de forma significativa, o uso da terra. Por exemplo, quem decide a respeito de visitas, de realização de pesquisas científicas e, principalmente, dos planos de manejo (instrumento este que, inclusive, definirá o conteúdo dos contratos de uso) é um conselho formado por prepostos estatais e outros sujeitos estranhos ao território da reserva. O habitante tem assento em tal conselho, mas um assento de poder decisório extremamente limitado por ser minoria.

Noutro aspecto, a propriedade por ser individual não é necessária e naturalmente mercantilizável. Os lotes familiares não podem ser

comparados a lotes imobiliários cuja destinação destes se encerra na sua mercantilização.

O que pode ocorrer também tanto num caso como noutro – mais fortemente nas reservas – é a sua subordinação à lógica economicista imposta pela ideologia do desenvolvimento sustentável. No caso dos lotes, em razão das políticas públicas/regras do mercado. No caso das reservas, idem. Nesta, isto está nos seus pressupostos intraconcepção legal. É que a mesma tem sido conduzida pela ideologia do desenvolvimento sustentável, esta que impera pelas políticas públicas nas unidades de conservação em que a exploração econômica é regularmente liberada e facilitada em nome da melhoria de vida seus habitantes. Por esta ideologia, as reservas têm se tornado bolhas de escola/indústria de produtividade a partir dos recursos da natureza. Elas são criadas e dirigidas pelo Estado para funcionar de acordo com racionalidades mercantil, científica e tecnológica. E quem decide que seja assim é a lei nacional e os programas governamentais locais de cooperação internacional (cujos princípios atendem às formulações do *sistema mundo moderno colonial*) – a pré-condição para a adesão social – e a gestão da reserva que, como já se apurou – é externa à sua comunidade e constituída por prepostos do estado-mercado.

Ainda sob o ponto de vista econômico, as reservas extrativistas – tal como os seringais do *seringalismo* - têm sido levadas, como demonstrado neste trabalho, por certos imperativos sistêmicos do capitalismo: “*o imperativo da concorrência, da maximização dos lucros e da acumulação, que*

*inevitavelmente exigem a colocação do valor de troca na frente do valor de uso e do lucro na frente das pessoas.”* (WOOD, 2014, p. 24)

Mas, muito mais que uma bolha em que a economia do capital se instala, se desenvolve, se aprofunda e se difunde, as reservas têm sido manipuladas simbolicamente como a realização empírica da sustentabilidade, entendendo sustentabilidade sobretudo como fundamentalmente proteção/conservação social e ambiental. Na verdade, são esses objetivos que estão colocados como condição/promessa para um tal desenvolvimento que tirará da condição colonial - de subdesenvolvidos, primitivos, antimodernos...as velhas e renovadas promessas da modernidade - não só a região como, por consequência, os seus habitantes, os condenados.

Por tudo isto, dentro das possibilidades de uma descolonização, a defesa de que a propriedade individual (em lotes) trazia em si a pior opção para a reforma agrária dos seringueiros perde por completo força. No que resultou a “escolha” deles – a resposta do Estado - foi a impossibilidade de deixarem – com todos os limites aqui já expostos – de gozarem do direito de propriedade da terra em que vivem e trabalham. O que significa o direito de serem iguais a quem é proprietário. Se historicamente o que distinguia colono de colonizado era o fato de um ser proprietário e o outro não, se a ideia de liberdade estava fincada na posse e se a ideia de igualdade também, então tal condição continua vigente. O *seringalismo*, de fato, continua na *seringalidade*.

No sentido de Fanon, é lícito afirmar que o colono (colonizador) continua incólume numa esfera diferenciada do colonizado. E não foi no evento das reservas que o condenado pode afirmar que é (conseguiu ser) igual ao colono.

E assim, o que resultou não só deixou de atender a uma decolonialidade efetiva da condição histórica dos condenados (que significaria a transcendência da colonialidade/seringalidade) como, o que seria (e é) pior, os envolveu – por um potente processo de adesão à mentalidade mercantil florestal – em nome de uma suposta descolonização - constante do projeto que submergiu com as RESEXs que tinha (tem) fundamento na ideologia do desenvolvimento sustentável, uma das mais contemporâneas epistemes da colonialidade global.

### **5.2.12 O movimento social em questão**

Elder Andrade Paula (2005), procurando entender tal processo de adesão do movimento social aos interesses diversos e históricos dos condenados, tem nos caminhos porque passou o Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS uma boa explicação. Para tanto, vai apontar as três fases políticas em que o CNS adota estratégias nitidamente diferenciadas entre si.

Na fase inicial, que vai de 1985 a 1988, ele centrava sua luta na resistência dos seringueiros contra a destruição, pelo modelo de desenvolvimento implantado, do seu território de reprodução social – a floresta. As RESEXs surgem nesse contexto, segundo Paula, como o contrapondo fundamental a tal modelo, o que o fez se aliar ao movimento ambientalista nacional e internacional.

Na sua segunda fase, que se inicia com a morte de Chico Mendes e vai até 1995, o CNS passou a ser um importante ator nas proposições de alternativas ao desenvolvimento regional, sendo marcado por uma trajetória de reivindicação de políticas públicas para o extrativismo e o apoio recebidos de organizações internacionais. Suas diretrizes para ação se resumem basicamente em “1) *resolução dos conflitos fundiários e criação de novas RESEXs*; 2) *dotação de infraestrutura social e produtiva nas áreas reformadas*; 3) *desenvolvimento de pesquisas e tecnologias apropriadas para as RESEXs*; 4) *subsídios e garantias de mercado para a borracha natural oriunda dos seringais nativos.*” (PAULA, 2005, p. 254)

A terceira fase inicia com as medidas tomadas no seu IV Encontro Nacional, realizado no ano de 1995 em Brasília, pelas quais, segundo Paula, se ratifica a sua relação com as políticas públicas então adotadas na Amazônia. É quando a organização passa a ser mantida pelo Governo Federal e o Banco Mundial. Para Paula, essa adesão, se por um lado beneficiou alguns poucos grupos familiares com subvenções e outras estratégias de cooptação, por outro, manteve a maioria das populações extrativistas em condições precárias. (PAULA, 2005, p. 257). Importa aqui fazer referência, nesse sentido, ao registro que Benedita Maria Gomes Esteves faz à dimensão do exercício de poder no interior das RESEXs, o que pode explicar, como propõe Paula, num plano caseiro, muito do que acontece e aconteceu envolvendo a questão e a importância disto como reprodução das técnicas de poder muito próprias do exercício de domínios oligárquico/colonial:

As lideranças imbuídas das responsabilidades de dar respostas concretas, assumiram tais iniciativas através de suas comunidades de origem. Os trabalhos restringiram-se a alguns seringais por falta de condições operacionais, entre as quais acompanhamento técnico e recursos financeiros. Essas experiências transformaram-se em modelos padrões. Dois seringais transformaram-se em uma espécie de vitrine, durante certo período: o Cachoeira, onde mora a família Mendes (herdeira de Chico Mendes) e o Dois Irmãos, onde mora a família de Júlio Barbosa, ambas sustentáculos de duas lideranças que marcaram o movimento.

Tais modelos repercutiram positivamente, tanto fortalecendo a proposta de reserva extrativista nacional e internacionalmente, quanto dinamizando as comunidades, alterando o cotidiano dos seringais. Aparentemente, as forças que apoiavam a ideia sentiam-se contempladas. No entanto, são os desdobramentos dessa prática que nos interessam.

A alteração no processo de trabalho representou, também, o fortalecimento da representação política. O processo de diferenciação em curso teve por base as relações de parentescos consanguíneos e afins, estruturas definidoras das relações de poder. A escolha desse seringais ou dos grupos favorecidos era definida pela liderança que ocupava o cargo de direção, reforçando o poder de seu grupo familiar, aos mesmo tempo em que reproduzia sua liderança. De outro modo, para os seringueiros não beneficiados diretamente, os efeitos multiplicadores não surtiam os resultados esperados. (ESTEVES, 2010, p. 184)

É precisamente, segundo Paula, a partir desta última fase que o movimento social dos seringueiros, tendo à sua frente como interlocutor principal o CNS, adere, de forma definitiva e explícita, ao modelo de desenvolvimento sustentável difundido pelo Banco Mundial, o qual *“logrou afirmar a sua hegemonia nas estratégias políticas adotadas pelo Estado (no sentido ampliado)”* (PAULA, 2005, p. 261)

É quando o seringueiro “*deixou de ser interpelado como expressão do “atraso” e passou a ser considerado como um dos suportes fundamentais para a construção de novas “alternativas de desenvolvimento sustentável” na região.*” (PAULA, 2005, p. 262). No mesmo passo, é quando quem passa a afirmar a igualdade é o colono e não o colonizado, o que, para Fanon, não terá validade/fundamento como efetiva saída da condição colonial.

Na verdade, estamos a tratar, ainda na sua gênese, de um marco na instituição/manutenção da *seringalidade* no Acre, a sua nova fase de colonialidade. História que só está no seu começo. A literatura crítica de escala local tem apontado o quanto tal mudança de direcionamento do movimento sindical rural tem surtido efeito nefasto para a consecução daquela tão sonhada saída do estágio histórico da condição colonial em que se encontram os condenados da floresta desde o *seringalismo*. E o que é pior: tal estágio tem sido difundido pela historiografia oficial como a realização do sonho de Chico Mendes, o que induz a dedução de que o que está acontecendo expressa a consecução do desejo de libertação da condição colonial (com a decolonização, no sentido profundo, ou a descolonização, no parcial), seja como a expressão do desejo de manutenção da condição colonial.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Telles de Carvalho Cunha, nos traz uma outra dimensão, em relação ao papel das RESEXs, pela qual toda e qualquer medida relacionada aos condenados não deve descurar, que é, efetivamente, melhorar a sua



qualidade de vida, independentemente do regime de acesso à terra, Vejamos por suas palavras:

As reservas extrativistas foram uma necessidade de se encontrar uma forma de regularização fundiária adequada a realidade dos extrativista. E se denominou de reserva extrativista, mas a finalidade dessa reserva, o principal objetivo dela era garantir a subsistência, ou seja, a continuidade da subsistência dessas populações tradicionais, sem ter esse fim exclusivo da preservação. É claro que a preservação ela estava inserida no projeto porque sem floresta não tem população tradicional e vice-versa, mas o principal objetivo era garantir a sobrevivência dessas populações e melhorar a qualidade de vida a partir dos cuidados com a saúde, educação...enfim, qualidade de vida é um termo amplo para se ter qualidade de vida, a gente precisa ter saúde mental, ambiental e social. E era esse o objetivo da reserva extrativista que infelizmente, a partir do início do “governo da frente popular” foi desvirtuado esse objetivo. SOUZA, 2012, p, 38)

### **5.2.13 As RESEXs e o discurso da crise**

É profundamente significativa, para o que estamos a analisar, a manifestação de Mary Allegratti, avaliando as condições pelas quais se encontram as reservas extrativistas, em face de uma matéria publicada no jornal O Valor Econômico (“*Reservas Extrativista Sucumbem à Força da Pecuária*”, assinada pela jornalista Bettina Barros, de 09/07/2008), em que informa que a RESEX Chico Mendes estava virando pasto de boi.

Vejamos o que diz a matéria, a qual, pela extrema importância, passamos a transcrever em seu inteiro teor e, depois, o que diz a antropóloga.

Sem opção econômica, comunidades optam pela liquidez e bom preço do boi. Cordeiro, do Chico Mendes: faltam política pública e dinheiro para as Resex.

Símbolo do desenvolvimento sustentável na Amazônia, as reservas extrativistas personificadas pelo seringueiro Chico Mendes estão cedendo à pressão da pecuária de corte. Em algumas, sobretudo no Acre e em Rondônia, o número de cabeças de gado bovino já se iguala ou ultrapassa a de habitantes.

Segundo o governo, que ainda vê passivamente o problema, as estimativas apontam para a existência de até 40 mil cabeças nas principais reservas do bioma Amazônia, criadas nos anos 80 justamente para impedir a substituição da floresta por pasto. "Podemos falar em uma cabeça por habitante", diz Alexandre Cordeiro, coordenador-geral de Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável do Instituto Chico Mendes, órgão (cindido do Ibama) que cuida das unidades de conservação do país.

É o desdobramento irônico - e perverso - do conceito que tenta viabilizar economicamente as populações tradicionais da Amazônia, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. Mas a falta de alternativas motivou o processo conhecido como "pecuarização" das reservas. "O boi virou uma alternativa de renda porque tem bom preço e liquidez. É a poupança para os momentos de dificuldade dessas populações, não dá para competir com os preços em queda da borracha e da castanha", explica Paulo Amaral, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém.

Das 33 reservas extrativistas (Resex) florestais federais no bioma - algo como cinco milhões de hectares na Amazônia -, nenhuma obteve ainda o plano de manejo, que determina o que pode ser retirado da mata, de onde e de que forma. Detalhe: algumas reservas estão próximas de completar 20 anos desde sua criação.

Tampouco há conselhos comunitários formados para administrar todas essas áreas de proteção. "Não há política pública", admite Cordeiro, do governo. "Não temos dinheiro, não temos gente, não conseguimos atrair iniciativas público-privadas", dispara. "É

lógico e óbvio que a pecuária está lá. Que vantagem tem o seringueiro se ele está vendo o vizinho se capitalizar rapidamente? A pecuária é o modelo econômico que dá resultado. Os pecuaristas têm apoio financeiro dos bancos, os extrativistas não".

A pressão do modelo econômico desenvolvido na região coopta com mais voracidade os extrativistas de Rondônia e do Acre, berço dos debates do conceito de reservas extrativistas. Ali, produtos não-madeireiros como a copaíba, a castanha e a borracha estão longe de ser significativos para as comunidades - estima-se que a borracha represente só 10% da renda familiar no Acre hoje.

É uma tristeza ver que a luta de Chico Mendes terminou assim, com os próprios seringueiros desmatando a floresta", disse Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), durante um recente seminário em São Paulo, citando a simbólica Resex Chico Mendes, em Xapuri (AC). Ela tem 1,5 mil habitantes e algumas centenas de cabeças de bois.

Outra referência na "pecuarização" das Resex é a Verde para Sempre, criada em 2004 no Pará para conter o desmatamento e a exploração madeireira predatória, além de garantir a regularização fundiária de cerca de 100 comunidades. Segundo Amaral, do Imazon, os animais (no caso, búfalos) ultrapassam a casa de mil.

Segundo o Grupo de Trabalho da Amazônia, a Resex Jaci-Paraná, de Rondônia, perdeu 37,5 mil hectares até julho do ano passado, 20% de sua área total. Após a derrubada da mata e venda da madeira, deve entrar o gado.

A pastagem nasce sobretudo ao longo das rodovias que cruzam esses Estados, casos da BR-163, BR-364 e da 317, que no Acre liga Rio Branco, Xapuri e Assis Brasil, perto da fronteira com a Bolívia. É nesse eixo que ocorrem os maiores índices de desmatamento do Acre e de Rondônia, e onde o boi flerta com o seringueiro. "A comunidade acabou ficando vendida

a esse modelo econômico", diz Cláudio Maretti, superintendente de conservação do WWF Brasil.

Nesse raio estão também unidades do JBS/Friboi, o que, de certa forma, pressiona ainda mais o modelo econômico em vigor na região. A chegada do Bertin em Marabá (PA) também despertou tensão entre ambientalistas.

No curto prazo, a chance de mudanças parece pequena. "Precisaríamos de R\$ 210 milhões só pra fazer o básico nas Resex. Temos R\$ 100 mil", diz Cordeiro.

(<http://maryallegretti.blogspot.com.br/2008/07/reservas-extrativistas-no-foco-da.html#links> apud ALLEGRETTI, 2008)

A antropóloga, em sua avaliação do quadro exposto pela matéria jornalística, prefere entender o que ali se passa como resultante de crises de caracteres conceitual, de política pública e de liderança. No aspecto conceitual, defende:

As reservas extrativistas não são somente um tipo de unidade de conservação com gente dentro que precisa ser ouvida quando se trata de fazer um plano de manejo ou criar um conselho consultivo. As reservas extrativistas são unidades criadas como solução a um conflito fundiário, pela iniciativa e vontade das comunidades que vivem na área, para reconhecer direitos e para assegurar que os recursos naturais - dos quais essas pessoas dependem para viver e que se encontram ameaçados - continuem sendo utilizados e protegidos, em benefícios delas e da sociedade. Os direitos fundiários são reconhecidos **na forma de unidade de conservação** por uma opção destas comunidades e em benefício público.

Se cada área ocupada por uma família extrativista se transformasse em um lote de um projeto de assentamento teríamos mais 4.4% da Amazônia destruída diretamente e, pelo menos o dobro, indiretamente.

A crise conceitual deriva do fato de que, depois de criadas, as reservas extrativistas passam a ser entendidas como unidades de conservação de propriedade do governo e as comunidades como um mero detalhe, ou seja, moradores a serem tolerados, ensinados, educados, moldados à burocracia. E deveria ser, no mínimo, uma relação entre iguais: as comunidades optam por uma unidade de conservação e o Estado fornece a elas os meios para desempenhar essa função. In <http://maryallegretti.blogspot.com.br/2008/07/repactuar-o-contrato-estado-comunidades.html>

Não entendo como crise a atual situação das reservas. Crise é algo hodierno que vai passar, que é temporário, um estágio excepcional de caráter negativo do presente que não acontece no passado e no futuro, e se acontece traz em si o germe do passageiro. Não é o caso das reservas que já nasceram justamente baseadas nos propósitos – estes questionados pela antropóloga, - em que se ajustaram e se radicalizaram melhor com o tempo.

No entendimento de Allegretti, as RESEXs não foram criadas para serem unidades de conservação de propriedade do governo “*e as comunidades como um mero detalhe*”. Ora, mas é justamente o que está na Lei. A questão não é conceitual no sentido de interpretação, a questão é estrutural. Desde o início, viu-se que o conflito fundiário ocorrido na região acreana tinha como fundamento a questão da terra e de sua propriedade. A solução foi exatamente, como já disse alhures, retirar o direito dos seringueiros de serem proprietários de suas posses. E como foram condenados a viver em terra alheia, condenados permaneceram à condição colonial de serem, como questiona Allegretti: “*tolerados, ensinados, educados, moldados à burocracia.*”

Mas a questão não se encerra nesta dicotomia de ser proprietário ou não. O que ali acontece tem uma dimensão muito mais profunda, haja vista que os seringueiros e as reservas extrativistas têm sido – como imagem – manipulados para legitimar uma concepção/modelo de desenvolvimento baseado no uso mercadológico da floresta. E têm sido subsumidos ontologicamente à racionalidade mercantil. Muito mais que “*ensinados, educados, moldados à burocracia*”, têm sido *ensinados, educados e moldados* à conceber a floresta, fundamentalmente, como negócio e mercado. Para tanto, as reservas foram moldadas não exatamente enquanto conceito mas, em essência, como estrutura. Por isto, a questão não reside exatamente no agora da crise, mas no de lá da concepção, sobre a qual o poder de decisão não era, em última instância, dos condenados, senão dos prepostos dos colonos (colonizadores).

Talvez a crise seja efetivamente de legitimidade discursiva – e não conceitual - em torno das reservas e tudo que lhe fundamenta ideologicamente, na medida em que aquele discurso - pelo qual os condenados foram levados a acreditar – não vê relação com o que acontece. E o que acontece tem registro tanto na matéria jornalística quanto na fala da presidente do sindicato de Xapuri.

Allegretti entende que se cada área ocupada pelas famílias de seringueiros se transformasse em lote de assentamento (uma das saídas propostas na época) a destruição de 4,4%, ou o dobro disso, da Amazônia seria certa. É uma hipótese. Uma hipótese que não leva em consideração nem o fato de que os assentados em questão são seringueiros –aqueles que são conhecidos pela sua índole preservacionista - nem o fato de que os lotes

seriam territórios de seringais – territórios extrativista. Também não leva em consideração outro importante elemento: o fato de que o dono dos lotes não seria o Estado mas os próprios seringueiros. Numa síntese, não considerou o fato histórico de que muitos seringueiros viveram, por anos, na condição de posseiros agrários sem destruir a floresta. Por que então ao se tornarem proprietários seriam necessariamente destruidores da floresta?

De outro lado, a antropóloga também deixa de levar em consideração o fato de que as tais unidades de conservação serem, também por medida legal, portanto estrutural, muito mais unidades de exploração econômica dos seus recursos naturais, acobertadas pelo viés ambiental. Para ficar somente em um exemplo, o boi e a madeira estão justamente no direcionamento que no Acre advém da ideologia do desenvolvimento sustentável constante da política pública financiada/condicionada pelos agentes multilaterais financeiros prepostos do *sistema mundo moderno colonial*. Quem assim reconhece é o próprio governo, por seus planos plurianuais-PPAs e seus programas de políticas públicas de desenvolvimento (como o PDSA e o PROACRE), conforme já demonstramos aqui.

Nesse sentido, Darcy Teles é pontual: “*falam de uma sustentabilidade e ao mesmo tempo, o foco da política é de desenvolvimento através da chamada exploração madeireira das florestas, né.*” (SOUZA, 2012, p. 39)

Portanto, a opção por venda de madeira e criação de gado é parte da política, é parte da estrutura de poder moderno-colonial para alimentar mercados internacionais da natureza e manter os locais e seus habitantes como eternos fornecedores de matéria prima e mão de obra barata racializada.

Desde modo, se as populações estão sendo, de algum modo, levadas a aderir à lógica do mercado da natureza, lógica esta financiada, teórica e empiricamente, pelos programas governamentais de desenvolvimento sustentável (caso do PDSA e PROACRE), não se pode apontar este fato como uma crise senão como a ratificação de um objetivo moderno-colonial. O que está em questão não é exatamente a concepção de reserva, mas a legitimidade de um discurso que se revela, para quem quer ver, como enganoso, desde a sua origem, posto que, analisando do lugar dos seringueiros, o que se pode observar é a manifestação/manutenção da estrutura da sua histórica condição colonial (mais do que sem propriedade, sem qualidade de vida), o que estamos aqui a denominar, em escala local da colonialidade, como *seringalidade*.

Israel Pereira Dias de Souza, analisando os processos de privatização das florestas acreanas, o que inclui as RESEXs, diante do fato de que as mesmas estão postas às margens da BR 364, aponta que isto se deve não exatamente a objetivos de proteção da natureza e salvação dos seringueiros, mas para torná-la ainda mais acessível ao capital (SOUZA, 2014, p. 171)

Tenho como pertinente registrar o que Mary Allegretti afirmou na palestra *Reservas Extrativistas: 25 anos depois*, que proferiu, em julho de 2014,



na UFAC, por ocasião da 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, conforme anotações deste pesquisador que assistiu pessoalmente a tal evento de natureza científica. (Vale registrar que o uso desta anotação – que considero pertinente ao que proponho discutir na presente pesquisa - se dá em razão de que a autora não a publicou - pelo menos é o que consta de seu currículo lattes atualizado até a data de 21/02/2016, que não aponta a publicação não só da palestra em forma escrita como de qualquer outra produção científica a tal respeito de sua lavra após a data do evento.)

Muito embora insista na força das RESEXs e na ideia desenvolvimentista, Allegretti considera que aquele pacto firmado com a instituição das reservas (pelo qual o seringueiro protege a natureza e o estado lhes garante melhores condições de vida) não foi descumprido por aqueles mas por este. Allegretti vai afirmar categoricamente ao final de sua palestra que aquela agenda/pauta de 1985 (a que os seringueiros produziram por ocasião do seu I Encontro Nacional) ainda não foi alcançada. Conclusão muito semelhante a de Mauro Almeida, ao que me parece.

Pelo todo aqui colocado, tenho que as RESEXs se inserem como parte do dispositivo do desenvolvimento sustentável, dispositivo este que se aciona, seja como concepção seja como experiência empírica, para conformar a *seringalidade* como, não só símbolo da satisfação dos interesses históricos dos condenados da floresta – estes, nesse prisma, tidos “*como linha de frente da modernidade*” (ALMEIDA e CUNHA, 2009, p. 277) - mas também e sobretudo o meio pelo qual a máquina de subjetividade manufatura na mente dos condenados - sua memória, sua

imaginação e seu conhecimento - a ideologia da mercantilização da natureza como algo natural.

Assim, a sua gênese e seu fundamento partiram, para ser concebidos, i) da experiência do conflito interno – próprio do *seringalismo* - representado pela divisão econômica-cultural contida no seringal entre barracão e colocação, e da necessidade de sua superação como libertação da condição colonial, conforme o antropólogo Mauro Almeida desenvolve (ALMEIDA, 2012); ii) ganha ambiente para ser concebido face ao momento histórico da constituição do novo padrão de organização social dos seringueiros, de que fala Carlos Walter Porto Gonçalves (PORTO-GONÇALVES, 2009), iii) emerge como proposição concreta com a efetiva atuação política-sindical dos seringueiros, iniciado com os encontros preparatórios e com a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros e pelas decisões do Conselho Nacional do Seringueiro, conforme relata Mary Allegretti (ALLEGRETTI, 2002), e, finalmente, iv) quando é elevada à categoria jurídica, num primeiro momento, com o Decreto Federal nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, e num segundo, dez anos depois, com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e daí pra frente com a adesão especialmente do Conselho Nacional dos Seringueiros à ideologia do Desenvolvimento Sustentável (PAULA, 2005) e a adoção planejada como política governamental do Estado do Acre sob a alcunha de *Florestania*.

### 5.3 A *Florestania*

A florestania é uma visão compartilhada entre o governo e a sociedade sobre uma nova estratégia local de desenvolvimento. (BANCO MUNDIAL, 2008)

Como já anunciado nesta pesquisa, a *florestania* se constitui como outro dispositivo fundamental para a instauração e manutenção da *seringalidade*. Para efeito de sua análise, dividiremos o que segue, problematizando, de início, a sua constituição conceitual a partir de algumas produções teóricas, normativas e as resultantes dos discursos oficiais. Na sequência, daremos ênfase para dois de seus elementos fundamentais sob os quais a mesma se apoia: a estrutura de governo que a sustenta materialmente e a historiografia responsável pela condução subjetiva de suas diretrizes.

#### 5.3.1 A *florestania* de início como conceito

No Acre, desde o início, a partir de 1999, os projetos governamentais de desenvolvimento adjetivados de sustentáveis elegeram a *florestania* como conceito fundamental para significar a promessa e consecução de uma favorável modificação histórica da condição social do sujeito amazônico acreano. De fato, a ideia de *florestania* - tal como é cunhada pelo projeto desenvolvimentista governamental em questão - contribui para que se possa melhor compreender seus objetivos não só no campo material mas, sobretudo, quanto às afetações ontológicas e simbólicas.

Nas linhas seguintes, pretendo acessar diversas pistas discursivas, levando em consideração que tal neologismo, muito embora tenha se

espraiado em diversos documentos oficiais, trabalhos acadêmicos e peças publicitárias, ainda não foi objetivamente categorizado. Em vista disto, partirei para análise de dois campos de discursos envolta dos quais o conceito vem sendo construído. Pela ordem, iniciarei com o campo teórico pelo qual alguns pesquisadores vêm se debruçando para entendê-lo. Depois, centrarei a análise no discurso governamental constante de normas e programas oficiais.

O que se pretende aqui é ir além do conceito posto, do conceito como promessa de gestão governamental e também do conceito como idealismo romântico. Nesse passo de intenção, procurarei entender a *florestania* no interior das práticas governamentais acionadas no Acre desde 1999 e em relação com o contexto histórico que as antecede e que as envolve no presente. Parto, como já anunciado, da hipótese de que o mesmo funciona como um daqueles dispositivos que fundamentam e acionam a *seringalidade*.

Antes de buscar compreender e problematizar como esse conceito se realiza no ambiente epistêmico dos discursos oficiais, considerando a existência de uma produção teórica a tal respeito, vejamos o que algumas delas nos trazem.

O pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas, talvez um dos primeiros a pensar o neologismo como conceito, escreveu o artigo “*Desarrollo Sostenible, Ciudadanía e la Construcción de un Nuevo Concepto: Florestania*” (GUDYNAS, 2003), especialmente para ser apresentado na cidade de Rio Branco, no mês de junho do ano de 2003, a convite do Governo do Estado do Acre.

Gudynas, como já anuncia o título de seu trabalho, tem este conceito vinculado à ideia de desenvolvimento sustentável, posto que o mesmo fora, de fato, construído no cenário histórico em que o Estado do Acre passou a incorporar a sustentabilidade como o fundamento de suas políticas públicas desenvolvimentistas.

O autor, demonstrando entusiasmo pela categoria, produz uma diferenciação teórica entre os conceitos de consumidor, cidadão e “florestano”. Segundo Gudynas, numa sociedade neoliberal os sujeitos sociais são reconhecidos tão-só como consumidores, estes que determinam as estratégias de desenvolvimento pautadas basicamente em racionalidades individual e econômica em detrimento do bem comum e de outros valores morais e culturais, concebendo o desenvolvimento limitado à ideia de crescimento econômico. O conceito de cidadania, por sua vez, segundo o autor, estaria numa ponta inversa. Os cidadãos estariam vinculados à ideia de bem comum tendo outros valores, especialmente os éticos – e não apenas o privatista e economicista – como essenciais. A *florestania*, por seu turno, acredita Gudynas, estaria numa posição de superação da cidadania assim como esta é para a ideia de consumidor. (2003, p. 08)

A superação que a florestania produz frente à cidadania (e assim para a concepção de consumidor) estaria, para Gudynas, no maior compromisso daquela associado ao desenvolvimento sustentável. (2003, p. 09)

Nesse passo, segundo entende, a florestania traz dimensões que lhes são próprias e, por tal motivo, é possível diferenciá-la com mais propriedade,

tendo em vistas as seguintes características: i) o contexto ecológico em que surge; ii) sua vinculação a uma concepção de economia que supera a ideia de mercado tradicional - pelo qual a relação utilitarista dos recursos naturais prepondera – usando de mecanismos sociais e ambientais de regulação dos mercados; iii) o protagonismo do sujeito social; iv) império da ética biocêntrica pela qual o sujeito social incorpora a natureza como algo próprio de valor em si e não em relação à utilidade mercantil; v) o compromisso ético com o ambiente possibilita uma formação identitária específica, e vi) uma política emancipatória em que inexistam tanto dominação sobre os humanos quanto sobre a natureza a partir de um estilo de desenvolvimento pautados nesta “ecologia da liberdade”. (2003, ps. 9/12)

Com tais características, Gudynas “*defende la idea de un florestano, como sujetos precisos de una praxis orientada a nuevas relaciones con a la Naturaleza.*” (2003, p. 13) Segundo o autor, para a consecução da condição “florestão”, não se pode deixar de lado os aspectos positivos das condições consumidora e cidadã, tendo em vista que, na realidade, não são todos os que, no caso da Amazônia, conseguiram galgar aquelas condições, em razão de serem excluídos do consumo de uma alimentação básica e também de direitos de cidadania sociais e políticos, os mais elementares.

Fica claro que o autor constrói uma vinculação - que se opera em seu discurso quase como natural - de uma ideia a outra. Para ele, é fato que a *florestania* não existiria se não existisse o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, para Gudynas, ela é o produto deste.

Um ano antes de Gudynas, o teólogo brasileiro Leonardo Boff, no artigo “*Florestania, Cidadania na Floresta*” (BOFF, 2002), também, com igual entusiasmo, se deteve à ideia para quem acabara de ser lançada no bazar das grandes novidades epistêmicas, assim expressa:

Cidadania se deriva de cidade e florestania, de floresta. Palavra nova e inteligente, criada pelo governo petista do Acre, representando conceito novo de desenvolvimento e de cidadania no contexto da floresta amazônica. Implementa-se cidadania nos povos da floresta mediante investimentos do estado em termos de educação, saúde, lazer e de formas de produção extrativista, respeitando a floresta. Floresta e ser humano vivem um pacto sócio-ecológico onde a floresta passa a ser um novo cidadão, respeitado em sua integridade, estabilidade e luxuriante beleza. Ambos são beneficiados, pois se abandona a lógica utilitarista da exploração e se assume a lógica da mutualidade que implica respeito mútuo e sinergia. (...)

Se a florestania for assumida num sentido amplo como postulado aqui, enquanto cidadania na floresta e da floresta, assistiremos a algo inédito no mundo. Na região da maior biodiversidade do planeta, na floresta amazônica, se inaugurará um novo ensaio civilizatório, referência possível para as demais florestas tropicais da Terra, assumidas como cidadãos. Graças a políticos, imbuídos de nova utopia, que não só administram o bem público, mas antes, cuidam do povo e da vida em sua esplêndida diversidade. (BOFF, 2002)

Percebe-se que os elementos vislumbrados por Boff são, em grande parte, similares aos que são apresentados nos documentos oficiais (como demonstraremos na sequência) e teorizados por Gudynas. Como ocorre com este teórico, Boff acredita numa vinculação natural da *florestania* com uma concepção de desenvolvimento – o da sustentabilidade –

significando este um novo modo civilizatório e aquela a realização estatal disso.

Dois anos depois de Boff e um de Gudynas, o jornalista acreano Antônio Alves, que foi membro das equipes de governo das primeiras gestões do Governo da Floresta - considerado um dos intelectuais mais influentes especialmente no plano da concepção da *florestania*, publicou uma obra de artigos, um dos quais intitulou de “*Florestania*”. (ALVES, 2004). Antônio Alves é considerado, junto com o produtor cultural já falecido, o acreano Jorge Nazaré, os que cunharam o ainda neologismo florestânia (SANT’ANNA, 2004) Pela importância de seu pensamento em torno da questão, vou na sequência registrar a sua concepção que extraio do corpo do referido artigo.

Alves informa que tal ideia partiu da constatação de que a cidadania “*deveria ser um pouco diferente*” daquela até então adotada, ou seja, deveria, como política de governo, levar em consideração a realidade local. (ALVES, 20014, p. 129)

Nesse sentido, Alves vai defender que na acepção de *florestania* vai conter a “*cidadania na floresta*”. Mas também, segundo Alves, ela vai significar um sentimento que se manifesta da seguinte forma: “*A floresta não nos pertence, nós é que pertencemos a ela.*” (p. 129). Para ele, tal sentimento induzirá o estabelecimento “*não apenas [de] um novo pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações com o ambiente em que vivemos*” (p. 129)



Pensando assim, a *florestania* vai representar para Antônio Alves a superação tanto do antropocentrismo como do etnocentrismo (p. 130), o que significa, segundo ele, o respeito “*ao ecossistema, aos povos indígenas e populações tradicionais*”, o que será fundamental para o que ele vai denominar de sentimento orientador da florestânia (p. 131)

O autor acredita que a *florestania* se constitui no olhar amazônico que podemos lançar sobre os dilemas e exigências do mundo contemporâneo.” E conclui Alves que a florestânia “*é a nossa contribuição no esforço que a humanidade faz para garantir um futuro sustentável.*” (p. 131)

A impressão que se tem é que os pensadores promovem um esforço teórico para justificar – fundamentar – o que ainda se encontrava no plano do discurso político de um governo ainda em plena construção e que se esforçava para prometer o “novo” a qualquer custo.

Como posto pelo trio, a política governamental titulada de *florestania* significava a eliminação da relação utilitarista dos recursos florestais; seria com ela que os mecanismos sociais e ambientais é que regulariam os mercados e instalaria o império da ética biocêntrica e, por fim, instituiria uma política emancipatória de tal modo a suprimir tanto a dominação sobre os humanos quanto sobre a natureza a partir de um estilo de desenvolvimento pautados nesta “ecologia da liberdade”.

Ora, não precisaríamos nem ir aos contornos teóricos e legais que o conceito de desenvolvimento sustentável possui para conferir a

inaplicabilidade da comparação. Bastaria um olhar d'olhos para ver que os malabarismos semânticos dos autores “forçam a barra” para vincular uma coisa (a florestânia imaginada) completamente diversa da outra (a ideologia do desenvolvimento sustentável), pelo menos no contexto do mundo real.

Sem o romantismo, o idealismo e a apropriação acrítica – ou mesmo de consciente e legítima adesão - outros pesquisadores analisaram a *florestania* não exatamente como um mero neologismo posto para explicar um mundo abstrato mas como a expressão concreta de uma política de governo em plena afetação na realidade local. Não por acaso, todos os autores que trarei na sequência são acreanos e suas análises se fundam não só pela vivência no lugar mas temporalmente a partir de anos de experiência governamental da *florestania*, diferentemente de Gudynas e Boff que se manifestam a respeito ainda nos seus primórdios e sem qualquer convivência local.

O jornalista e doutor em comunicação, Francisco de Moura Pinheiro, no artigo “*A Invenção da Florestania*” (PINHEIRO, 2009), nos traz uma outra dimensão – a de fundo propagandístico/ideológico - do uso de tal neologismo. Para Pinheiro,

Florestania, de acordo com os seus ideólogos, todos militantes do Partido dos Trabalhadores, foi uma forma encontrada para massificar uma ideia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto natural, baseado no equilíbrio das ações e relações entre homens e meio ambiente. (PINHEIRO, 2009, p. 4)

Segundo Pinheiro, partindo das informações que obteve na entrevista que fez com o Secretário de Comunicação da época, Anibal Diniz, a difusão massificante deste neologismo, especialmente nas emissoras de rádio e televisão públicas, era parte “*do projeto de veiculação do discurso governamental e, naturalmente, construção e sedimentação ideológica da ideia de florestania*”. Nas palavras do próprio secretário de estado: “*Nós construímos um sistema de radiodifusão e televisão públicas no Acre realmente a serviço da ideia de florestania*”. (PINHEIRO, 2009, p. 6)

No afã de materializar a referida ideia, aponta o autor, “*o citado grupo se apropriou de símbolos locais como o hino e algumas figuras históricas*”, buscando inventar um mundo, ou uma visão hegemônica do mundo, de modo que tal mundo “*pela repetição do discurso, passou a ser visto de uma forma diferente; pessoas foram mobilizadas, acreditando piamente na ideia;*” (PINHEIRO, 2009, p. 12)

De fato, a serviço da ideia e não da realidade. Seria o caso daquele esforço próprio do discurso propagandístico de buscar criar a realidade com a imagem que dela se deseja, em um sentido, o consumidor e, noutra, o criador do embuste.

Para o pesquisador, pela propaganda governamental, a história do Acre culmina na “*Era da Florestania*”, após passar pela sua anexação ao território brasileiro, a partir do fim do século XIX, e ser elevado à condição de Estado na década de 60. Pinheiro tem que *florestania* é uma ideologia inventada que tem a “*pretensão de, além de elevar a autoestima*

*dos nativos, provar ao planeta ser possível modelos de desenvolvimento sustentável em perfeita sintonia com os recursos de origem natural.”* (PINHEIRO, 2009, p. 7)

O autor questiona o caráter ideológico do neologismo inventado pelo governo acreano. Para ele:

O habitante da floresta acreana, muitas vezes até sem um único documento, o que o torna invisível para a sociedade, de repente, se viu, pelo menos do ponto de vista teórico, provido de todos os direitos, que incluem regalias inimagináveis para ele. (...) E se viu, igualmente, ainda do ponto de vista teórico do discurso do poder, provido de todos os direitos sociais (trabalho, alimentação, saúde, educação...). E se viu, ainda, sob o mesmo ponto de vista, provido dos direitos políticos plenos, podendo deliberar sobre a sua vida, além de poder expressar-se livremente, ‘sem recuar, sem cair, sem temer’, como num verso do hino do Estado.

Os três conjuntos de direitos citados, que comporiam os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Dez anos depois, a florestania teria estabelecido esses direitos aos destinatários? (PINHEIRO, 2009, p. 10/11)

Por sua vez, o pesquisador Isac de Souza Guimarães Junior, em sua dissertação *A Construção Discursiva da Florestania: Construção, Identidade e Política no Acre* (2006), também entende que a florestania se encerra em um projeto discursivo, criado pelo então auto denominado Governo da Floresta (a gestão de 1999/2003), como estratégia para “constituir no imaginário da sociedade acreana as conformidades e lealdades que permitissem sua legitimação, bem como a do modelo de desenvolvimento por ele proposto.” (GUIMARÃES JUNIOR, 2006, p. 13)

Para o pesquisador, o discurso da *florestania* busca sintetizar, especialmente por meio de difusão midiática (como demonstrou Pinheiro), a constituição “*de um modelo de identidade capaz de gerar engajamentos e consensos nos vários estratos sociais, assegurando, assim, a direção moral e cultural indispensável à hegemonia do bloco político liderado pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 1999.*” (p. 11)

Nesse passo, Guimarães Junior aponta que a *florestania* busca assumir uma função reordenadora da história do povo acreano de modo a selecionar os considerados eventos mais importantes, no caso os da chamada Revolução Acreana que, em nome da pátria brasileira, vence da Bolívia o território acreano - estes apontados como fundadores do Acre; o do Movimento Autonomista que culmina com a elevação do território acreano a Estado da Federação, e os eventos do movimento social dos seringueiros na década de 1970, que vencem os pecuaristas com a afirmação da causa ambientalista. Reordenação esta, segundo o autor, que está a serviço da legitimação do “*novo arranjo de poder, supostamente incorporando as prioridades de grupos até então excluídos dos processos decisórios, como índios e seringueiros*” (p. 23) em busca de alcançar “*um certo consenso em torno do modelo de desenvolvimento proposto para a região, calcado nos princípios do ‘desenvolvimento sustentável’*”. (p. 23)

Para Guimarães Junior, com tal discurso busca-se fazer uso da *identidade de resistência* historicamente construída pelos seringueiros, como

...principal capital político e simbólico mobilizado pelas instâncias agenciadoras, sobretudo pelas rupturas que estabelece, adquirindo um caráter fortemente propositivo que se converte numa identidade de projeto, expressa principalmente no modelo das reservas extrativistas propostas pelo grupo de Chico Mendes como forma de assegurar a existência de uma categoria social capaz de interferir no modelo de produção a ser adotado pelo Estado. (p. 23)

Já para o historiador José Sávio Costa Maia, em sua tese *A Florestania, O Desenvolvimento (in) sustentável e as Novas Fronteiras da Sociodiversidade do Vale do Rio Acre na Virada do Século XX: o Caso dos Trabalhadores Extrativistas* (MAIA, 2009), não foi o neologismo que chegou primeiro denominando as políticas e estratégicas governamentais do Governo da Floresta. Para o pesquisador, “*foram as ações práticas, as lutas dos trabalhadores extrativistas, dos sindicalistas, dos militantes políticos, dos agentes pastorais, dos agentes das ONGs, etc., que deram as bases para seu surgimento.*” (MAIA, 2009, p. 274)

Para o pesquisador, o neologismo, no início, queria significar “*levar cidadania para os povos da floresta*” como um mecanismo governamental de fazer chegar o poder público às populações desassistidas tanto das florestas quanto das cidades (MAIA, 2009, p. 275)

Depois, o termo foi se constituindo como ‘a nova cara do Governo do Acre’ e paulatinamente, foi sendo reconstruído, passando a significar um modo de vida, uma forma diferente de relacionar com a natureza, onde as experiências dos povos da floresta precisavam ser valorizadas reconhecidas nos espaços urbanos, transversalizando saberes e conhecimentos, técnicas e empiria para se chegar à inovações recíprocas. (MAIA, 2009, p. 275)

Quando o autor quer aduzir que a *florestania* é fruto dos movimentos sociais dos seringueiros e suas esperanças, talvez queira estar se referindo à *florestania* como projeto/promessa – frente ao desejo histórico dos povos da floresta - e não como realização. Como projeto, de fato, a promessa da *florestania* (só ficando no sentido de assegurar o gozo de direitos sociais, por exemplo) é fruto do desejo dos movimentos sociais e de qualquer daqueles sujeitos que vivem nas florestas amazônicas. Certamente também que o autor não esteja se referindo à dimensão ideológica com a qual o Governador da Floresta tanto manipulou.

No fundo, para ficar no plano burocrático, como Maia muito bem coloca, “*O que importa é estabelecer [com a ideia de florestania] um nível de gerenciamento do Estado (Governo) que aparente eficiência e crie a sensação (ilusão) de se está buscando um novo modelo de gestão.*” (MAIA, 2009, p. 314)

Diante do até aqui exposto, o que ocorre, no caso, é que a manipulação discursiva (apontada por Pinheiro e Guimarães Junior) é de tal modo tão sutilmente “eficiente” que a *florestania* é apresentada/entendida como dispositivo político-ideológico cuja função é, quando dirigido aos condenados da floresta, se postar como fruto de seu desejo histórico de sair da condição colonial (como Maia adverte) e, ao mesmo tempo, como realização/satisfação deste desejo por gestões que se dizem representá-los - pela via de um modelo de gestão governamental que emplaca um padrão civilizatório (como Gudynas, Boff e Alves acreditam).

### 5.3.2 A florestania segundo a florestania

Cabe na sequência procurarmos entender como a *florestania* tem sido tratada diretamente nos documentos oficiais do governo acreano.

A princípio e no princípio, a ideia de *florestania* foi institucionalizada pelo Decreto do Governo do Acre, de nº 10.680/04, pelo qual é criado o Prêmio Chico Mendes de Florestania, cujo §1º, do art. 1º, assim define:

[...] fica entendido como **conceito de florestania** um modo de pensar, criar, produzir e ser feliz, tipicamente amazônico, e que seja capaz de construir uma sociedade ao mesmo tempo tradicional e moderna, original e solidária, servindo de modelo de civilização neste terceiro milênio. (ACRE, ALEAC, 2004)

O que seria, efetivamente, “*um modo de pensar, criar, produzir e ser feliz tipicamente amazônico*”? Que algo é esse que “*seja capaz de construir uma sociedade ao mesmo tempo tradicional e moderna, original e solidária, servindo de modelo de civilização neste terceiro milênio*”? A resposta, para a norma estatal é: *florestania*! Resposta esta que vai significar nenhum entendimento.

Depois, após essa estréia normativa abstrata, ao nível dos discursos de Gudynas, Boff e Alves, tal conceito vem sendo oferecido em contornos mais objetivos e pragmáticos – muito embora sem uma elaboração textual direta - como se pode ver das seguintes passagens em que é apresentado nos programas PDSA e PROACRE, assim como nos PPAs, conforme as passagens que selecionamos e vamos analisar na sequência.

Parte desse exercício já realizamos noutro trabalho, tendo como parâmetro, inclusive, o estudo de caso relacionado ao discurso contido no



PDSA, I etapa. (SOUZA, 2008) Por ele, vamos insistir em buscar entender como a florestania se expressa nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável que se sucederam à etapa I do PDSA. Tentaremos extrair de seus objetivos e estratégias de ação a substância daquilo que denominam de *florestania* para então entendê-la dentro desse contexto histórico das ações governamentais que ora analisamos, para também retornar às características defendidas, com empolgação, por Gudynas, Boff e Alves.

Começemos pelo PDSA. Noutro estudo, concluí que o mesmo, na sua primeira fase, ao contrário do que prometia, produziu

Crescimento da degradação (com as farras da expansão desenfreada do boi e da madeira) ambiental que, combinado com o aumento da extrema pobreza, provocou, de outra parte, uma plena satisfação dos interesses da classe empresarial pelos altos índices da produção econômica atribuídos aos resultantes da implantação” (...) da prometida sustentabilidade ambiental e melhoria de vida aos povos da floresta. (SOUZA, 2008, p. 170)

E que,

Quanto à questão da legitimidade social (...) Ali se deduz o fator democrático do Programa a uma simples retórica de construção de um consenso de aparência... (SOUZA, 2008, p. 170)

Seja sob o ponto de vista econômico, seja sob o ponto de vista ambiental, seja sob o ponto de vista democrático, o que se pode extrair dos discursos e práticas contidos na política pública de desenvolvimento sustentável receitada, sob condição, ao Estado do Acre, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, é que a mesma tem se traduzido, na verdade, na irrealização dos objetivos pretendidos no PDS do Acre, que são: a melhoria da qualidade de vida da população acreana e a proteção do patrimônio ambiental do Estado, tudo com efetiva participação popular. (SOUZA, 2008, p. 171)

Por tal conclusão, fica difícil aceitar que tenha se operado, nesta primeira fase do PDSA, qualquer processo de garantia e construção da cidadania na floresta em vista de que não foi possível observar alguma ação favorável, concretamente falando, aos povos da floresta, senão a mesma promessa – não cumprida - de sempre.

A segunda fase se apresenta como “*continuidade das atividades do setor florestal, ampliando [seus] objetivos (...) de expansão da economia florestal, o que inclui o progresso da gestão pública, a criação de um ambiente favorável à expansão dos negócios e a inclusão social*”. (ACRE, 2012, p. 01 e 02). Com isto, o programa informa o compromisso com a Estratégia de País do Brasil formulada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID enquadrando nas seguintes ações: “*i) Produtividade e Infraestrutura, que prioriza o desenvolvimento das pequenas e médias empresas; ii) Pobreza, Equidade e Formação de Capital Humano, que enfatiza o alívio da pobreza, e iii) Modernização do Estado e Fortalecimento Institucional, que se encontra nas esferas subnacionais de governo.*” (ACRE, 2012, p. 02)

Fundamentalmente, nesta segunda fase, segundo o próprio programa,

O objetivo principal do PDSA II é aumentar a contribuição do setor florestal para crescimento econômico e a redução da pobreza no Estado do Acre. Para isso, serão realizadas ações cujos propósitos incluem: ampliar o manejo florestal sustentável; desenvolver a economia regional de base florestal por meio de investimentos públicos-privados, aumentando a atratividade do Estado do Acre no cenário nacional; e fortalecer as instituições responsáveis pela execução da política e gestão florestal. (ACRE, 2012, p. 03)

Para tanto, o programa se sustenta em três componentes básicos: o da ampliação do manejo florestal de florestas nativas; e de fomento a cadeias produtivas sustentáveis e o de fortalecimento da gestão pública florestal, o que se dará difusamente em todos os municípios do Estado, tendo como população beneficiada.

Mil famílias participantes das ações de manejo sustentável comunitário, somando-se a elas as dez mil famílias envolvidas nas cadeias produtivas florestais, mais cerca de mil pessoas a serem treinadas em manejo florestal, produção de madeira, gestão de negócios e auditorias, no âmbito das ações de pesquisa, desenvolvimento e capacitação. (ACRE, 2012, p. 05)

Vemos que o objetivo primordial do PDSA, também nesta sua segunda fase, como entendemos a partir de seus documentos, é a expansão da economia florestal com inclusão social. Noutras palavras, para os propósitos do presente estudo, se veria a efetiva participação dos povos da floresta nos programas de desenvolvimento estatais – o que significa no processo dessa anunciada expansão da economia florestal - agora como atores (executores) – já que incluídos e treinados para o “*manejo florestal, da produção da madeira, gestão de negócios...*”. Com isso, no plano ontológico e simbólico, eles deixam de ser oposição – como o foram coletivamente nas décadas de 70 e 80 - ao projeto estatal de desenvolvimento passando ao papel de seus legítimos reprodutores (ontológico) /representantes (simbólicos).

O pressuposto básico dessa alteração é explicado face à diferenciação do que seria um projeto de desenvolvimento econômico – provado antes dos programas em questão, portanto expresso como o passado – e o projeto de desenvolvimento sustentável – a novidade fundamental de agora, o

momento presente. Daí a explicação para a inexistência de cidadania até a chegada do estado de *florestania* que garante a cidadania da floresta.

O que seria, nesse diapasão governamental, ser um cidadão da floresta senão aquele que integra – como reprodutor/representante – os objetivos dos programas de desenvolvimento que se encontra em curso substancialmente condicionalizado pelas cartas de desenvolvimento dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Essa conversão onto-simbólica dos povos da floresta – tornados, ou melhor, empoderados, pelos aludidos programas à condição de efetivos cidadãos - está intimamente vinculada também à historiografia oficial e à propaganda governamental – ambas funcionais para o projeto de legitimação social das ações dos programas desenvolvimentistas.

Por estes dois meios de difusão social locais – que se projetam e são projetados nas ações governamentais do presente - quem seriam esses povos no contexto das ações desenvolvimentistas em questão? Seriam, como apontam os discursos governamentais, os idealizadores e construtores dessa ideia de desenvolvimento, razão pela qual totalmente incluídos nela. Vejamos, ainda pelos próprios discursos dos textos oficiais, isto.

Por ocasião do Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007 – Diretrizes e Estratégias, o então Governo do Acre, celebrando os 4 primeiros anos, como diz, da nova experiência de desenvolvimento – o sustentável - após apontar o passado como uma catástrofe histórica, dispôs que:

Em outubro de 1998, a população acreana começou a mudar essa história. Experimentou apoiar novas as

ideias e propostas e realizou a maior mudança já vista na política, que teve como resultado uma reorientação completa na economia e em todos os aspectos da vida social. A história dessa mudança é ao mesmo tempo a história da construção de um plano de desenvolvimento. O Governo do Estado acumulou, ao longo dos anos de sua formação, várias ideias: as propostas dos índios e seringueiros liderados por Chico Mendes para valorização da floresta, as reivindicações dos sindicatos e movimentos sociais, a experiência das ONGs em projetos econômicos e sociais, além das experiências de administração populares em outros estados. (ACRE, 2004, p. 5)

No Plano Plurianual seguinte – para o quadriênio 2008/2011, o Governo continuou reforçando a ideia de que suas ações são frutos históricos da vontade popular, no caso legitimado pelos Povos da Floresta:

Como herdeiros dos ideais de Chico Mendes, o Acre luta para mostrar ao Brasil e ao mundo que somos capazes de cuidar das riquezas aqui existentes, ao mesmo tempo em que podemos viver com dignidade e alegria. Para isso temos procurado compatibilizar nossa ação local com expectativas e possibilidades globais. Afinal, interessa ao mundo o que acontece aqui. (ACRE, 2008, p. 38)

Para o quadriênio 2012/2015 – Plano Plurianual – Plano Desenvolver e Servir – O Governo do Acre, desta feita sem dar ênfase, como fez nos planos anteriores, aos fundadores de suas políticas desenvolvimentistas (os povos da floresta), parte para um discurso sem meias palavras quanto aos seus objetivos fundamentalmente economicistas, senão vejamos:

A leitura dos números revela que os avanços alcançados são surpreendentes colocando o Estado entre os mais competitivos e atrativos a investimentos públicos e privados da região Norte. O Acre saiu de uma economia estagnada em 1998 para galgar altas taxas de crescimento econômico e níveis elevados de confiança e credibilidade junto ao Governo Federal, bancos e organismos multilaterais

de financiamento interno e externo. (...) Outro resultado importante foi a criação de mecanismos legais e de infraestrutura para induzir a instalação de empreendimentos industriais com alicerce no desenvolvimento da economia florestal. (...) O Plano vislumbra um salto de qualidade que depende de um amplo envolvimento e mobilização da sociedade pelo crescimento econômico do Acre. Isto requer o desenvolvimento das capacidades, tecnologias, inovações e espírito empreendedor para romper paradigmas, padrões atuais da economia e da iniciativa social e construir uma gestão pública moderna, que contribua na geração de resultados e indicadores dignos de um Estado amazônico influente tão pujante e democrático à altura do espírito libertário, da operosidade, da criatividade do seu povo e do seu gigantesco capital natural que se ergue como base da economia do futuro. (ACRE, 2012, p. 21)

A consideração aos povos da floresta – e também ao desenvolvimento sustentável – embora não tenha obtido neste plano a ênfase que teve nos anteriores, foi também registrado, no caso, especificamente quanto ao tratamento dado aos povos indígenas:

Desde 1999, o Governo tem incorporado as demandas dos povos indígenas ao planejamento e à execução de programas que conciliam o desenvolvimento sustentável do estado com melhoria das condições de vida nas Tis e valorização cultural dos povos que nelas vivem. (ACRE, 2012, p. 66)

Muito se pode tirar dessa sequência de pequenas passagens extraídas dos programas de governo do Acre, nesse período que vai de 2004 a 2015. No que toca ao que estamos nos propondo a analisar – a importância histórica dos povos da floresta nos discursos governamentais (e sua anunciada e prometida condição cidadã) – neste último plano de governo, a legitimação deles e, junto a eles, do discurso da sustentabilidade - não é tão preponderante e até negligente – em relação ao quanto o foi nos dois

primeiros planos, nos 12 primeiros anos de experimento governamental da sustentabilidade no Acre.

O que isto parece significar é que passou a ser dispensável, nos discursos governamentais, essa busca de legitimação social tão forte no passado recente. O que dá a entender a plena formação de um contexto de um dado grau de aceitação social a qual passa a prescindir – nos discursos de governo – qualquer esforço de convencimento tão indispensável naqueles começos. Noutras palavras, o campo se encontra aberto – sem resistências sociais - para que as ações governamentais avancem, como de fato demonstra no plano de 2012/2015, sem a preocupação discursiva de estar em contradição com os princípios fundadores de uma política de governo prometida quando havia resistência social às anteriores.

Nesse sentido, a ideia de inclusão dos povos da floresta está plenamente realizada. Uma inclusão na lógica desenvolvimentista a eles impostas e não a – no passado – desejada. Seria esse, de fato, o real sentido de *florestania*, de cidadania dos povos da floresta. Suas efetivas inclusões na lógica dos programas de desenvolvimento trazidos – para não dizer impostos pelas condicionalidades dos contratos de empréstimos - pelos organismos financeiros multilaterais e executados pelos governos locais. Seria o *tradicional* sucumbindo ao *moderno* e não, como prometido na norma, uma nova civilização em que ambos são plenamente conciliáveis. Pode se ver claramente como tal operação de inclusão tem se realizado. Além da ausência de questionamento importante - não se pode desconsiderar a solitária resistência do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Xapuri (nesse sentido DOSSIÊ ACRE, 2012), todavia sem força social

- e, assim, uma importante adesão passiva – pelo menos no campo das coletividades – impera.

Vejamos quanto ao PROACRE. Como já se disse, este programa tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social. Para tanto, suas frentes de ações se concentram nas áreas de saúde, educação e produção (ACRE, 2012, p. 7). Tal programa se presta, conforme anuncia, fundamentalmente a duas realizações governamentais: levar serviços de saúde e educação para aqueles lugares em que tais serviços não existem e que, portanto, têm sido, por anos, extremamente negligenciados pelo Estado – aqui estaria a ideia básica de “dar” cidadania a quem não tem – cidadania aqui entendido como gozo de direitos sociais básicos - e incluir os povos da floresta na lógica da mentalidade capitalista-desenvolvimentista, treinando-os e formando-os comerciantes das florestas, agentes de desenvolvimento e empreendedores.

De fato, quanto às ações na área de educação, o que se pode ver, pelos 5 eixos de ação do PROACRE – i) garantia de acesso à educação; ii) melhoria da qualidade; iii) fortalecimento da autonomia escolar; iv) modernização da gestão e v) correção da distorção do fluxo idade-série - é o compromisso mais que tardio de executar o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já impõe - como obrigação do Estado e direito de todo cidadão - desde o ano de 1996.

Por sua vez, no que toca à saúde, aqui também os eixos de ações se limitam ao compromisso da promoção de obrigações também há muito



tempo estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde-SUS (desde 1990), tais como fortalecimento da atenção básica, estruturação do segmento materno e neonatal e o fortalecimento da gestão do sistema, obrigações essas inclusive de responsabilidade dos municípios (o programa prevê a parceria com os entes municipais).

Por último, quanto à área de produção sustentável e desenvolvimento comunitário, como deixa claro o Programa, suas “*atividades objetivam o empoderamento das comunidades locais e a integração econômica e social das [suas] cadeias produtivas...*” (ACRE, 2012, p. 8)

Especificamente quanto a este intento produtivista do Programa, o que é denominado de “inclusão produtiva” (ACRE, 2012, p. 9), há informação de que, até o mês de agosto de 2012 (devemos ter em conta que o Programa está em processo),

523 produtores [já haviam sido] beneficiados com ações de Fomento e Comercialização da Produção Sustentável; [foram elaborados e iniciados] a implementação 15 Planos de Gestão das Terras Indígenas (PGTIs); 100 Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDSs) [havia sido] elaborados, sendo 70 em processo de implementação; e, 42 agentes de desenvolvimento comunitários [havia sido] capacitados. (ACRE, 2012, p. 9)

Pelo programa, o Estado produz e difunde conhecimento dirigido e a serviço para/da inclusão produtiva dos povos da floresta, cujos saberes estão voltados para o ensino do fomento e comercialização da produção, da gestão de terras indígenas, de desenvolvimento comunitários e a formação da figura do *agente de desenvolvimento comunitário*.

Ainda, no PROACRE:

O Acre optou por um modelo de desenvolvimento participativo que busca conciliar o uso econômico

das riquezas da floresta com a valorização do patrimônio sociocultural e ambiental, para crescer com inclusão social e proteção ao meio ambiente – o que descreve o conceito de ‘florestania’. (ACRE, PROACRE, 2012, p. 5).

O Governo do Acre estruturou uma estratégia de desenvolvimento baseada no uso sustentável de seus recursos e no conceito de Florestania, ou cidadania baseada na floresta. Sob esse paradigma, o projeto PROACRE apoia atividades que aumentarão o valor de suas indústrias extrativistas, tornando a rentabilidade da floresta competitiva com relação à rentabilidade da agricultura, e melhorando a educação e a saúde da população acreana. (ACRE, PROACRE, 2012, p. 07).

Percebe-se, nas passagens transcritas acima, pelos menos quatro campos de sentidos dados à ideia de *florestania*, que, afinal, no contexto, são plenamente conciliáveis.

No primeiro campo, em que o foco específico centra-se no sujeito que habita a floresta, a ideia de *florestania* se traduz naquela cidadania baseada – exercida e estendida – nos/aos limites deste espaço territorial – este é o sentido mais usual cuja compreensão torna-se mais fácil para o senso comum na medida em que relaciona conceitualmente uma ideia a outra enquanto garantia e exercício de direitos a partir de territórios delimitados. E a operação se configura de fácil compreensão: Cidadania está para cidade, assim como *florestania* está para a floresta.

A exemplo da cidadania, a *florestania* tem sido, em grande medida, servida como meio de escamotear a condição colonial dos povos da floresta, sob a capa do discurso de igualdade e da satisfação de direitos sociais. Em ambas, o discurso estatal se coloca como se os direitos não fossem produto dos processos históricos. Eles são postos como algo dado,

como naturalmente concedido como dádiva pelo bom governante ou escrito num papel pelo bom legislador, de modo a fazer com que a condição moderno-colonial não seja alcançada como tal pela observação/consciência do subalterno e para que este entenda a identidade cidadã como o status pelo qual - e somente por ele - é possível integrar-se à sociedade.

Para Haroldo Abreu, a cidadania “*não pode ser reduzida a uma forma superestrutural de conhecimento jurídico, moral, simbólico e político da participação do indivíduo na sociedade por meio de práticas reguladas por direitos e deveres instituídos.*” (ABREU, 2008, p. 14). É que, segundo este autor, “*esse modo de pensar a cidadania parte do suposto de que esta categoria expressa uma entidade naturalmente sobreposta às condições de existência da sociedade, e o seu desenvolvimento se processa de forma autônoma da totalidade social.*” (Idem). Nesse sentido, não há como desvincular esta categoria das condições moderno-coloniais que se mantêm como uma estrutura que move a sociedade e que não se encerra em si.

Para Abreu, partindo da totalidade social em movimento, as ideias de direito e de obrigação devem ser entendidas como “*resultantes dos complexos processos históricos que ordenam a vida social*” – no caso há que se ter necessariamente em conta a influência geopolítica nos governos locais cujos papéis, no caso das instituições financeiras multilaterais e dos organismos não governamentais, são determinantes - e não como algo alheio a tais processos. Nesse passo, segundo o autor,

...a cidadania, como categoria concreta e imantada na totalidade do processo histórico-social, se torna

inseparável das disputas hegemônicas que modelam o modo de pensar e agir dos indivíduos e das identidades coletivas, o que a transforma em modelação histórico-social cujo sentido e direção encontram-se em permanente processo de luta política, ideológica e social. (p. 15)

O pesquisador Horácio Antunes de Sant'Anna Junior, em sua obra "*Florestania – A Saga Acreana e os Povos da Floresta*" (SANT'ANNA, 2004), a fim de tentar entender a gênese e o significado deste neologismo, entrevistou, no ano de 2000, diversos membros do então governo da floresta, cujas passagens relativas à *florestania* vale observar:

Mas o espírito do governo, a alma do governo vem daquela história, é a alma da justiça de realizar bem as coisas no Acre, de eliminar a corrupção, de criar a cidadania, que a gente tá chamando de florestania." (Fala de Gilberto do Carmo Siqueira, apud SANT'ANNA JUNIOR, 2004, 253/4)

A Secretaria de Extrativismo não é a mais importante, mas tem a função de resgatar o extrativismo, que faz parte da história do Acre, implantando a florestania." (Raimundo Angelim, apud SANT'ANNA JUNIOR, 2004, 261).

Florestania foi um termo assumido no final de 1999 pelo Governo, e é uma cidadania com cara florestal, é uma cidadania para todos, desde o último morador do último rio até o do centro da cidade de Rio Branco. Esta florestania é uma verdadeira novidade, inclusive para quem criou a ideia. Agora é a hora da sua operacionalização. (Sebastião Machado apud SANT'ANNA JUNIOR, 2004, 295).

O que se vê, nesta brevíssima síntese das três falas, é que a *florestania* seria uma ideia criada pelo governo a ser implantada como uma "*verdadeira novidade, inclusive para quem criou a ideia*" (sic)!

A cidadania/*florestania*, se resumida a uma ideia, a um discurso, a uma idealização governamentais... ou, mais precisamente, a técnicas eleitorais

e meramente institucionais, então estará cumprindo a sua função ideológica no projeto de manutenção do *status quo ante*, haja vista que se expressa como algo que paira acima da sociedade, sendo naturalizada não como produto dos conflitos sociais, mas como dádiva do Estado cuja função é integrar o indivíduo (os condenados da floresta) à sua ordem. Face à condição colonial a que estão submetidos, no plano do *sistema mundo moderno colonial*, os países, as regiões, os estados e, sobretudo, os condenados, “*os compromissos com o bem-estar e com a progressiva democratização da vida social, introduzidos no estatuto da cidadania, cedem terreno a mera subsunção dos indivíduos e toda a humanidade, que ainda permanece muda ao reino cego da competição e da selvageria.*” (ABREU, p. 315)

Nesse passo, estamos diante de uma concepção de cidadania que “... *pode pensar a necessidade de ampliar ou restringir direitos e obrigações, mas nunca questionar as condições de existência, as possibilidades e os limites de seu estatuto, não permitindo pensar alternativas transcendentais a estas condições, possibilidades e limites*” (p. 320)

É que, de fato, como entende Ellen Wood, o capitalismo – ao que podemos acrescentar a colonialidade – “*é incompatível com a democracia, se por democracia entendemos tal como indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo*” (WOOD, 2007, p. 418) – popular e povo aqui como os condenados em todas as matizes.

É que, explica a autora,

A ênfase desta concepção de democracia não se encontra no poder do povo, mas sim em seus direitos passivos, não assinala o poder próprio do povo como soberano, mas sim no melhor dos casos aponta para a proteção dos direitos individuais contra a ingerência do poder dos outros. De tal modo, esta concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado. (p. 419)

Não poderíamos afirmar, como faz Wood (a partir de seu local de enunciação, os EUA) que, com a *florestania*, estamos diante de uma cidadania passiva formada por “*uma coleção de cidadãos – o povo – concebidos como massa de indivíduos atomizados*” e por isto despolitizados. (p. 426) Não parece ser esse o objetivo local. No caso em estudo, por suas especificidades, a estratégia moderno-colonial é, sob outros aspectos, tão eficiente quanto. Tem-se uma categoria social histórica e geograficamente determinada – os povos da floresta – que se presta (ou melhor, é manipulada simbolicamente) a exercer o papel de suposta representação do coletivo, a legitimar politicamente todo movimento do poder estatal em seu nome.

Muito mais que na concepção de cidadania (tendo em vista que a cidade, por seus cidadãos, se expressa por um difuso número de indivíduos ou coletividades de várias matizes), na *florestania* a concentração é finita portanto definida e, por isto, de fácil localização enquanto coletivo: no caso do Acre, eles são os seringueiros e os indígenas concentrados semanticamente na nomeada identidade coletiva de Povos da Floresta. Sob o ponto de vista simbólico, a eficiência discursiva é muito maior, daí a força/função mítica que o neologismo tanto produz.

No segundo campo, a ideia de *florestania* está vinculada ao compromisso estatal com a construção de um novo modelo civilizatório – dirigido a um modo de ser social – tido como tipicamente amazônico - pelo qual o *tradicional* convive com o *moderno*. O *tradicional* significaria aqui, certamente, os povos da floresta e seus conhecimentos – em sua histórica condição colonial - enquanto o *moderno* estaria representado no modelo de desenvolvimento sustentável e sua mais que íntima vinculação com a ciência e a tecnologia (a conhecida condição moderna – modernidade). Esta convivência, tida como harmônica, na prática é irrealizável, haja vista que o racismo epistêmico impera nas relações entre o Estado – com os seus técnicos – e os seringueiros e indígenas. Basta observar a supremacia dos conhecimentos técnico-científicos dirigidos à gestão do discurso do desenvolvimento sustentável, como aqueles relativos ao manejo florestal e à certificação dos produtos florestais.

Da maneira como a noção de tradicional é colocada - pelo conceito normativo da florestania - em posição relacional com a de moderno, vemos neste discurso uma reafirmação da ideia de que o tradicional é o passado do moderno, sendo este o cume para aonde deve todo tradicional caminhar, posto que “*associado à concepções de imobilidade histórica, de atraso econômico ou até mesmo de algo ultrapassado, arcaico, conservador*” (BARBOSA e GONÇALVES, 2014, p. 18) o que, pelo discurso moderno colonial, reforça a ideia hierarquizante a justificar que os tradicionais almejem a modernizar-se, o que significa desenvolver-se para sair daquela condição inferior e entrar na esfera superior, adiantada, moderna, desenvolvida... E ser moderno na seringalidade, como temos

procurado demonstrar na presente pesquisa, é conceber o outro e a natureza como objetos de sujeição mercantil e seus saberes, sem a qual – condição *sine qua non* dos programas desenvolvimentistas - a vida de atraso na floresta jamais melhorará.

No terceiro campo, aqui mais específico e pragmático, vê-se claramente a ideia de *florestania* integrar - junto com a estratégia de desenvolvimento baseada no uso sustentável dos recursos naturais – um certo modelo de desenvolvimento, que seria o modelo civilizatório prometido.

A *florestania* seria uma espécie de efeito da causa modelo de desenvolvimento, ou seja, dentro do contexto do PROACRE, na medida em que o mesmo “*apoia atividades que aumentarão o valor de suas indústrias extrativistas, tornando a rentabilidade da floresta competitiva com relação à rentabilidade da agricultura, e melhorando a educação e a saúde da população acreana*”. (ACRE, PROACRE, 2012, p. 07).

De fato, a *florestania* é articulada a um modelo de desenvolvimento participativo que busque um tipo de crescimento em que se conciliam o uso econômico da floresta, inclusão social e proteção ambiental. Nesse sentido, o uso econômico da floresta é condição para a garantia da *florestania*, ou seja, do gozo de direitos sociais (de educação e saúde) dos cidadãos da floresta.

No quarto e último campo, a *florestania* se expressa como um modelo de gestão governamental datado historicamente (de 1999 em diante) e localizado geograficamente (de um ente interno do Estado-Nação Brasil,



no caso o Estado do Acre). Nesse sentido é o governo da *Florestania* ou o *Governo da Floresta*, acepção esta também adotada como sinônimo nas primeiras gestões da Frente Popular do Acre. Este último campo de sentidos abrange os demais. A norma estatal e as promessas dos programas de desenvolvimento tratam de uma só coisa.

Fundado nestes campos de significado, posso aqui ensaiar uma definição genérica do que venha a significar *Florestania* como ela tem sido apresentada pelo discurso governamental. Ela surge como um neologismo criado e difundido institucionalmente pelo governo do Acre para dar conta, como conceito: i) da ideia de cidadania para os povos da floresta; ii) de uma filosofia de política pública que persiga um modelo de civilização que se diz conciliar, na Amazônia, as ideias de tradicional e de moderno; iii) de um modelo de economia que integre o desenvolvimento econômico com o social e o ambiental e, por fim, iv) de um determinado modelo de gestão administrativa governamental que se experimenta no Estado do Acre desde 1999.

De acordo com a nossa leitura, que se baseia nos pressupostos da teoria crítica decolonial, podemos ter a *florestania* como a máquina do estado em ação para dar, em nome da modernidade, efetividade à colonialidade no Acre, daí o seu caráter de dispositivo da *seringalidade*. Nesse passo, a *seringalidade* vai se valer do Estado-Nação, através da *florestania*, afim de se manter como o padrão de poder moderno-colonial no Acre.

Será, assim, o núcleo institucional pelo qual a colonialidade global se reproduz sob a base local do colonialismo interno movido pelas elites

locais normalmente oriundas das hostes da política partidária e de organizações sociais não-governamentais que se responsabilizam por instituir e manter os quadros técnicos dirigentes dos serviços públicos.

Como tal, se constitui, para a nossa pesquisa, em um dos dispositivos mais fecundos para a *seringalidade* que, junto com o outro – o do desenvolvimento sustentável – irão servir para que as pessoas no Acre se sintam modernas, ou seja, ambos os dispositivos servirão para estabelecer/manter um determinado modo de existência e sujeição fundado no padrão de poder colonial que, em escala local, passamos a denominar de *seringalidade*.

De fato, como se pode perceber, “*el concepto de Florestania a su vez presenta en el contexto del desarrollo sostenible*” (GUDYNAS, 2003, p. 5), razão pela qual se revela tão expressivo na linguagem oficial dos programas estatais de desenvolvimento sustentável que o Estado do Acre vem promovendo desde o final do século passado.

### **5.3.3 A dimensão estrutural da florestania**

Por certo que a *florestania*, como modelo de gestão, se apossa também da dimensão objetiva da máquina estatal, sua porção material de governo. Nesse sentido, toda estrutura de estado – administrativa, jurídica e política – se coloca a seu serviço. E, como governo, ela vai tomando forma pelas normas que vão dar o norte de suas políticas públicas e os processos de legitimidade que tais políticas venham a reclamar. É sobretudo pela estrutura do estado que a *seringalidade*, muito mais do que o *seringalismo*, tem se incrustado, se mantido, se aprofundado e se legitimado ao longo dos anos de *florestania*.

A possessão da máquina de governo de um Estado-Nação pelo *sistema mundo moderno colonial*, por seus prepostos, têm ocorrido especialmente pela via das condicionalidades impostas nos contratos de empréstimos.

Não se pode perder de vista o papel e a decisiva importância, nesse sentido, das organizações ditas não governamentais, locais, nacionais e internacionais, que também desenvolvem seus intentos e ações atreladas aos interesses, em muitos casos, vinculados aos prepostos do *sistema mundo moderno colonial* (CAMELY, 2009; SOUZA, 2014).

Nesta pesquisa, tenho observado que os programas de políticas públicas que têm sido financiados pelos bancos multilaterais de desenvolvimento são elaborados por estes e aceitos pelos governos. É por estes programas que as concepções de desenvolvimento do *sistema mundo moderno colonial* têm sido adotados passivamente pelos governos locais. São por eles que as máquinas administrativas – e todo o sistema jurídico - têm sido arrumadas para se adequar às ideias desenvolvimentistas formuladas externamente pelos técnicos de tais instituições financeiras, cujo interesse não é especificamente a garantia de que os valores emprestados sejam devolvidos (interesse bancário) mas que as ideias sejam efetivamente adotadas.

Isto tem sido prática, desde especialmente o pós-segunda guerra mundial, em todas às áreas de ação (educação, saúde, segurança, meio ambiente...) dos governos considerados subdesenvolvidos. Na década de oitenta, sob o nome de programas de reformas neoliberais, tal prática começou na América Latina com o governo chileno após a queda de Allende e a

eclosão ali da ditadura militar, expandindo-se progressivamente aos países da região que passaram adotar ajustes econômicos impostos por organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional-FMI, ajustes estes tidos como receitas válidas para superar as crises econômicas pelas quais passavam. (GENTILI, 1998, p. 13/14)

Segundo Pablo Gentili, tais receitas representavam “*um núcleo de doutrinas, assim como a retórica que pretende dar-lhes sustentação e legitimidade discursiva, fundou-se num aparente acordo global que foi penetrando capilarmente no senso comum das administrações governamentais latino-americanas*”. (p. 14) Acordo esse que passou a ser conhecido, a partir de 1989, como *Consenso de Washington* e estipulava vários tipos de reformas a serem implantadas pelos países latino americanos sob a coordenação dos Estados Unidos, tais como: “*disciplina fiscal; priorização e rigidez nos gastos públicos; reforma tributária desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização, desregulação; aprovação/reconhecimento da lei de patentes (propriedade intelectual)*” (FONSECA, 2005, p. 79)

A partir daí a estratégia passa a ser a mesma para todos os governos e todas as áreas. O *sistema mundo moderno colonial* – por seus prepostos do sistema financeira multilateral - passa a determinar, com a promessa de salvação - as políticas a que devem estar subordinados os estados-nação numa prática verdadeiramente intervencionista às soberanias nacionais. Nesse passo, em sua pesquisa sobre o papel do Banco Mundial no estabelecimento do sistema educacional brasileiro, nessa leva

neoliberalizante e seu caráter intervencionista, José Luís Sanfelice é taxativo:

É gritante o papel que as agências de financiamento internacional exercem aos ‘ajudarem’ os governos locais com recursos acompanhados sempre de condicionalidades. As condicionalidades funcionam como verdadeiras algemas, mas os competentes, subservientes e zelosos defensores dos interesses do capital local e/ou internacional, recebem-nas em nome de toda a sociedade: intervenção sim, mas com consentimento. (SANFELICE, 2002, p. xvii, prefácio, in SILVA, Maria Abadia. 2002)

Fonseca analisando o papel do Banco Mundial neste contexto, afirma que ele “*fundamentalmente se preocupa com a expansão do sistema capitalista, tendo na estabilidade sistêmica e no comércio entre as nações os eixos para tanto.*” (p. 83) O autor aponta ser fato inegável, o de que o BM “*expressa e representa os interesses de seus maiores acionistas – os países de capitalismo central (G-7), que detém as maiores cotas-parte.*” (p. 83)

O Banco Mundial tem todo um histórico como instituição mantenedora da condição moderno-colonial e, assim, preposta do *sistema mundo*, haja vista que, como aponta Eric Toussanti, vem apoiando ditaduras, governo de apartheid e potencias coloniais em “*projetos que permitem aumentar a exploração dos recursos naturais e dos povos em benefício das classes dirigentes das metrópoles.*” (TOUSSANTI, 2007, p. 19/20)

De acordo com Toussanti, o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio-OMC agem de forma colaborativa dentro da agenda do Consenso de Washington que se move com duas versões, uma expressa e outra oculta.

A agenda proclamada tende à redução da pobreza mediante o crescimento econômico, o livre jogo das forças de mercado, o livre comércio e a menor intervenção possível dos poderes públicos. A agenda oculta, a que se aplica em realidade, tende à submissão da esfera pública e da privada de toda a sociedade humana à lógica da busca do máximo benefício do quadro do capitalismo. Posta em prática esta agenda implica a reprodução da pobreza (não sua redução) e o aumento da desigualdade. (TOUSSANTI, 2007, P. 23)

Os programas financiados pelo BID e pelo Banco Mundial no Acre também se valem de condicionalidades pelas quais iniciam ajustando a máquina administrativa assim como o cabedal jurídico do governo local com o fim de adequá-lo à racionalidade econômica a ser implantada.

### **5.3.4 Aspectos da historiografia**

Como já temos afirmado, a historiografia formulada e difundida pelos governos locais tem um papel definidor como dispositivo que, acionado, se presta – nos planos da subjetividade, do conhecimento e da memória - a contribuir, juntamente com os demais aqui analisados, para a instituição e manutenção do padrão colonial de poder fundado, em escala local, na *seringalidade*.

No capítulo terceiro, nos desafiamos a oferecer uma breve interpretação da história do Acre – das chamadas origens até o presente - tendo, para tanto, como base, os fatos relatados até então pela sua historiografia em algumas de suas mais adotadas obras. A pretensão ali é tentar perseguir o caminho que os *condenados da floresta* percorreram sob tal condição – que é a condição moderno-colonial - de modo a pôr a mesma em relevo, o que quer dizer sob o plano da colonialidade. A tarefa e o resultado

empreendidos naquele capítulo serão de fundamental valia para este, tendo em vista a fundamental função do relato/versão oficial da história para a *florestania*.

É comum certa tendência historiográfica estabelecer o tempo histórico repartido em etapas lineares e “evolutivas” que vai da formação ao estágio-fim de desenvolvimento das sociedades e suas organizações sociais, tendo o Estado como a referência central a partir e sob a qual tudo existe e se movimenta. É por essa lógica de etapas/evoluções que as ideias de desenvolvimento e de progresso se assentam para criar a ilusão de movimento de um só tempo histórico linear num só espaço geográfico, negando a heterogeneidade histórico-estrutural. É por ela que tudo começa no mesmo lugar e tempo. É por ela que esse lugar e tempo originários vão explica mais que o presente a ideia-promessa de futuro. É por ela, segundo Castro-Gomes, na esteira de Edward Said,

...que a Europa moderna se apresenta a si mesma como a crença de que a divisão geopolítica do mundo (entre centro e periferia) é legítima porque se funda em uma divisão ontológica entre culturas. De um lado está a cultura ocidental (the West) representada como a parte ativa, criadora e dominadora de conhecimento, cuja missão é levar ou ‘difundir’ a modernidade por todo o mundo; de outro lado estão todas as demais culturas (the Rest), representadas como elementos passivos, receptores de conhecimento, cuja missão é receber o progresso e a civilização que vêm da Europa. (CASTRO-GOMES, 2005, p. 26)

É com esta visão – que naturaliza a ideia de superioridade epistêmica e ontológica, principalmente - que toda e qualquer colonização e toda a violência que a contem se justificam. Nesse passo, a história – a exemplo das outras disciplinas das ciências sociais de tom eurocêntrico - se torna

meio de violência epistêmica a contribuir com a manutenção do *sistema mundo moderno colonial* em que um de seus dois lados é exposto, a modernidade e sua ideia de civilização, e o outro é obscuro, a colonialidade, as más consequências daquele.

No caso da história do Acre, como exemplo, comecemos pelo clássico Leandro Tocantins. Sua conhecida obra, *Formação Histórica do Acre* (1973), tem como projeto a narrativa de eventos que, num tempo dado (do século XVI ao século XX) e lugares geográficos conhecidos (da Europa à América Latina), concorreram para a formação política do Estado do Acre, no caso até a formação da unidade territorial brasileira que culminou denominada de Território Federal do Acre.

Pela sua narrativa, os fatos dignos de registro - organizados como se fossem uma elaborada e planejada epopeia, aliás “*uma epopeia de característica impar na história pátria...*” (TOCANTINS, 1973, p. 22) - estavam todos, do lado brasileiro, comprometidos – por enquanto não importam os interesses locais - com a formação política-administrativa daquela parcela do território amazônico que viria, por vontade popular dos então “brasileiros do Acre”, a se tornar, agora a terra, brasileira.

Compreendendo a ocupação das “Tierras non Descubiertas” como parte do projeto civilizatório *continuum* da Europa na Amazônia, Tocantins convida o leitor que queira entender o Acre a ir, como ele se propõe, à “*origem remota dos fatos*” em que “*as mães nutrizas das nações sul-americanas*” (a Europa, com Portugal e Espanha) “*vieram a fixar os modos de vida peculiares aos povos daquelas duas ascendências europeias no Novo Mundo*”. (TOCANTINS, 1973, p. 23). Por esta



historiografia, a história do Acre começa com a civilização ocidental europeia, se forma em razão de tal civilização e segue seu rumo procurando alcançar ser um dia essa tal civilização.

Por este projeto, aqueles “brasileiros do Acre” estavam vinculados a uma missão de civilização - inaugurada com a chamada descoberta do Brasil - e, com ela, insistiam no desejo insuspeito de avançar patrioticamente as fronteiras para acomodar uma parcela do povo nacional liderado por quem ela supostamente nomeara como seus líderes – todos homens brancos patriarcais heterossexuais. Tudo parece se movimentar por uma unidade de objetivo – no plano geral – de criação de um território brasileiro e de conformação de um povo afim de que tenham a possibilidade de, baseados na busca pelo progresso e assim civilizados, terem uma vida digna no futuro.

Mas Tocantins não está absolutamente só nesta empreitada. Poderia citar todos os demais que, em relação à experiência histórica do Acre, seguem esse ritmo, mas basta ficar em mais um exemplo de produção mais recente. Sob o título de “*Raízes do Acre*” (RANZI, 2010), a historiadora Cleusa Maria Ramo Ranzi segue uma linha historiográfica tão eurocêntrica, no aspecto a que estamos tratando, quanto a que Tocantins havia lhe ensinado com aquela sua clássica obra. De início, já no seu primeiro capítulo, a autora parte da velha máxima eurocêntrica de que o mundo começa na Europa e que depois sai por aí com a sua ideia de progresso desenvolvendo a humanidade (o resto). Nas suas palavras, “*resultando daí oportunidades maiores de desenvolvimento oferecidas à humanidade através dos benefícios propiciados pelo progresso*”. (RANZI, 2008, p. 19).

Disposta a narrar, na referida obra, a “*evolução sócio-econômica-política do Acre no período histórico que vai de 1870 a 1912*”, sua referência será a Revolução Industrial (século XVIII) que, com o surgimento da indústria automobilística, provoca a ocupação produtiva da Amazônia (que detinha matéria prima para a produção de pneus) então “*desabitada e próspera em árvores detentoras de goma elástica*”, “*oportunizando à região supremacia produtiva, além de terem permitido que o Acre se tornasse brasileiro.*” (RANZI, 2008, p. 20).

É possível observar, pelo trecho acima transcrito, que a autora, seguindo a tradição historiográfica da Amazônia, se põe – a exemplo de Tocantins, inconscientemente - na fala do chamado conquistador – seu relato tem como lugar de enunciação aquele que “conquista”, oriundo daquele lugar originário e superior.

Por essa trilha, a historiadora faz uso de dois dos fundamentos mais importantes manipulados para justificar todo o processo de ocupação realizado pelos europeus nas terras ameríndias amazônicas, os quais ainda se mantêm até hoje: o vazio demográfico (“desabitada”), pela qual desconsidera existência de vida humana – e portanto de outras culturas - a ser considerada como tal antes das chamadas conquistas civilizatórias, e a riqueza natural a ser extraída (“*próspera em árvores detentoras de goma elástica*”). Nesse passo, justifica com naturalidade a empresa exploratória na região que tornava, de um lado, indígenas invisíveis (ou não-seres) e, de outro, concebe a natureza como recurso a ser explorado: “*pois a abundância de riquezas e a não ocupação do seu solo convidavam*

*à posse e à exploração.*” (RANZI, idem, p. 35/36) Com isto, restava perfeitamente justificada a posse e a exploração dos conquistadores em detrimento da “vida” lá existente então vazia, no plano ontológico, e rica para fins de exploração econômica.

Neste aspecto, semelhante raciocínio o produziu primeiro o mestre da historiografia acreana: *“a abundância de seringueiras e o solo desocupado sugeriam a posse e a utilização de seus recursos naturais.”* (TOCANTINS, idem, p. 132) Aqui também: *“O Acre, de fronteira vazia, passou a ser [com a conquista/colonização] uma fronteira pioneira.”* (TOCANTINS, idem, p. 131) e mais ainda: *“o nordestino, desprovido de tudo, venceu e domou o deserto acreano.”* (p. 132)

Para Porto-Gonçalves, quando se discute a Amazônia como uma questão nacional – e essa historiografia caminha por esse trilho – é comum *“...se estar diante de um vazio demográfico, de um espaço rico em recursos naturais inexplorados, enfim de uma natureza que precisa ser dominada, de um espaço que deve ser civilizado, de um deserto que precisa ser conquistado.”* (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 271).

Ademais, não se pode esquecer os elementos humanos em relação aos quais tal imaginário tem tudo a ver. Afinal, assim como os espaços (a natureza), os humanos que nele vivem também precisam – e são - seres explorados, dominados, conquistados e, acima de tudo, civilizados. Nesse sentido, ainda no plano da história desse imaginário sobre a Amazônia, Tocantins segue a classificação adotada por outro expressivo e respeitável historiador da Amazônia, Artur Cezar Ferreira Reis. Segundo Reis (apud

TOCANTIS, 1973, p. 77), a história da Amazônia pode ser dividida em quatro épocas, a da conquista, a do domínio (estes ocorridos nos séculos XVI, XVII e XVIII), a da experiência liberal-democrática e a do ouro-negro (século XX). Com tal classificação, a história sobre os acontecimentos na região amazônica será eminentemente a história de quem, em razão de seu vazio, de sua riqueza natural inexplorada e de sua incivilização, a “conquistou” e a dominou.

Apontar o caráter eurocêntrico da historiografia que se tem praticado sobre a historicidade acreana é apontar, no mesmo sentido, o tom adotado pela versão da história que os governos do Acre têm albergado desde sempre, mais, com a *florestania*, de forma sistemática, posto que atrelada a um projeto de poder muito mais consistente com os vínculos da colonialidade global.

No capítulo terceiro, mantive um esforço em apreender - a partir dos registros históricos mormente compromissados com uma historiografia de cunho oficial - os interesses moderno-coloniais, pouco expostos, em relação com as condições pelas quais os sujeitos da floresta têm sido colocados ao longo da história do Acre. Ali percorri os caminhos em que os seringueiros e indígenas trilharam/trilham desde o *seringalismo* até a contemporaneidade da colonialidade local que nomino de *seringalidade*. São caminhos em que se instaura, se aperfeiçoa e se mantêm as suas condições moderno-coloniais, cujas categorias explicativas, na presente pesquisa, se expressam como *seringalismo*, em sua fase fundadora, e *seringalidade*, em sua fase contemporânea.

Como parte fundamental das estratégias discursivas do padrão de poder colonial em escala local, a história sobre a formação do Estado do Acre tem sido formulada e reformulada, como medida governamental, especialmente a partir das gestões de 1999 – com a *florestania* - em diante, integrante do projeto de manutenção da contínua ocupação/exploração sobre os bens comuns e públicos e grande parte de sua população, no território amazônico do Acre, em favor dos interesses do *sistema mundo moderno colonial* e seus prepostos, o que envolve oligarquias e outros grupelhos caseiros locais e nacionais. Não que a história, por esta versão comprometida com os interesses privados sobre o público, não seja manifesta em outras épocas decorridas. Pelo contrário, sua presença se encontra exatamente desde a fundação historiográfica local. Segundo Eduardo Carneiro, nos eventos da *Questão do Acre*, por exemplo,

Tudo fica mais compreensível [*nessa historiografia fundadora*] se levarmos em consideração que os principais textos em português, escritos na época sobre a resistência brasileira contra o governo boliviano na região acriana foram escritos por pessoas comprometidas com a causa acriana. As narrativas eram monumento construído em homenagem a eles próprios. Em hipótese alguma produziram sentidos desabonadores de suas condutas. (CARNEIRO, 2014, 89)

Assim, o compromisso com a causa da colonização que, em escala local, se expressa comumente como privatização do público, constante das narrativas históricas no Acre, é a regra imperadora do seu discurso encobertos por motivos nobres, públicos e patrióticos. Como afirma Carneiro: “A ideia de um passado fundador glorioso realizado por uma geração de heróis está ligada ao interesse da elite gomífera em dissimular o jogo de interesses que envolviam a “*Questão do Acre*” (p.

93) Assim, a chamada Questão do Acre se constitui em um dos marcos fundamentais da historiografia sem o qual muito provavelmente, tanto o *seringalismo* quanto a *seringalidade* não se sustentariam, visto que se presta a encobrir o que lhe fundamenta profundamente, que é o seu caráter moderno-colonial.

Deste modo, o projeto de tal historiografia é um projeto *continuum* que localmente se funda no *seringalismo* – na verdade em função e em defesa dele – e se rearticula, se renova e se realimenta dos dispositivos contemporâneos que vão dar forma à *seringalidade*, cujas expressões contemporâneas mais fortes são a ideia de desenvolvimento sustentável e de *florestania*.

De fato, a historiografia local de caráter colonizadora serve aos interesses das elites locais concentrados, desde o início, em torno do *seringalismo* e que - após os processos bélicos e diplomáticos que marcaram a fase da chamada Revolução Acreana - vai se movimentando, agora face à anexação daquele território boliviano à nação brasileira, em torno dos interesses políticos desta feita voltados para a emergência do controle da máquina pública do então território agora desejado autônomo. O chamado Movimento Autonomista, por necessidade discursiva, será responsável pela reafirmação da versão epopeica da história com a qual passa a adotar Plácido de Castro, que em vida defendia a tese da autonomia, como o seu herói, e cuja imagem passa a ser explorada sobretudo após a sua morte. E assim a historiografia torna-se seu instrumento estratégico de persuasão lançada para o Governo Federal e também para os “locais”. “*Quanto mais fantástica fosse a história, mais*

*útil seria como instrumento e comoção, pois ela era utilizada para convencer a opinião pública de que o Acre merecia autonomia.*” (CARNEIRO, 2014, p. 94)

Segundo Carneiro, não será a iniciativa popular nem governamental quem primeiro promoverá a chamada Revolução Acreana e a heroificação de Plácido de Castro. Para este autor, isto partirá do Movimento Autonomista, que era formado por políticos, seringalistas, comerciantes e profissionais liberais (p. 124), com vistas a emprestar fundamento às ideias de “*unidade social, acreanismo e sentimento de potência*” (p. 105). Depois, isto se reproduzirá pelos discursos políticos de ocasião.

Para se ter uma melhor noção de como isto era traduzido nos discursos políticos da época (certamente de apelo populista), vale observar a fala de Guiomard dos Santos quando, em 1946, foi nomeado governador do então Território Federal do Acre: “*Temos que fazer uma nova revolução no Acre para compensar o sacrifício dos heróis [...] para a revolução sangrenta que o Acre para ser Brasil tenha, como corolário de justiça, a revolução branca que nós, brasileiros, devemos realizar para concretização do sonho de Plácido de Castro.* (Apud CARNEIRO, 2014, p. 112)

Muito embora, a versão da história do Acre de dimensão epopeica e cívica tenha sido criada e reforçada até a década de 90 – tendo, como vimos acima, uma função política importante especialmente por ocasião do movimento autonomista - foi exatamente com a *florestania* que se pode ver um projeto historiográfico oficial sistemático criado e manipulado

para servir ao padrão colonial de poder em escala local e, mais especificamente, para instituir e reafirmar estratégias de modelação simbólica e ontológica dos condenados da floresta.

Tal projeto historiográfico não se restringiu à narrativa histórica de eventos meticulosamente selecionados, partiu dela e ganhou, segundo Moraes (2008) concreticidade nas ruas e praças (com suas renomeações e estátuas), em sítios históricos, museus, salas de memória, prédios dotados de novos e velhos símbolos indenitários vinculados ao imaginário que se desejou imprimir na memória coletiva da população, como também por grandes atos comemorativos de datas cívicas alusivas ao centenário do Acre (CARNEIRO, 2014) e junto a eles aos heróis das “revoluções”, inclusive usando para tal a mídia televisiva, como a Rede Globo com a sua Minissérie televisiva “*Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*” (SOUSA, 2013), tudo muito bem sistematicamente difundido local, nacional e internacionalmente, com vistas à produção de autoestima cultural e, com isso, invenção de uma identidade acreana de maneira a amoldar o produto disso aos interesses políticos-ideológicos determinados pelo projeto moderno colonial a que temos aludido nesta pesquisa. (GUIMARÃES JUNIOR, 2006; MORAIS, 2008; PINHEIRO, 2008; CARNEIRO, 2015)

Segundo Eduardo de Araújo Carneiro, o poder político que passou a gerir o estado do Acre – sob a denominação de Frente Popular - a partir de 1999, passou a construir uma política simbólica estatal pela qual, usando a história, se auto concebia como herdeira da “*saga dos ‘heróis’ acrianos,*



*principalmente a de Plácido de Castro, a de Guiomard Santos e a de Chico Mendes*”, (CARNEIRO, 2014, p. 160).

Para o historiador, tal política simbólica se expressava de modo a: i) criar a ideia de que a fundação do Acre foi gloriosa; ii) estimular orgulho aos acreanos por terem lutado para ser brasileiros; iii) fazer crer a todos ser a revolução um projeto inacabado e iv) aceitarem a ideia de que aquele grupo político havia resgatado os ideias revolucionários com os quais conduzia no presente uma nova revolução. (CARNEIRO, 2014, p. 160/161)

Maria de Jesus Moraes também aponta que o aludido projeto historiográfico governamental da *florestania* se fundou no enquadramento da memória coletiva da população acreana com fins de inventar sua identidade, pelo discurso identitário da *acreatividade*, partindo, para tanto, dos três eventos históricos: A Revolução Acreana (1899-1903), o Movimento Autonomista (1957-1962) e o Movimento dos Povos da Floresta (1970-1980). (MORAIS, 2008, p. 15) Para a pesquisadora,

A questão territorial perpassa a construção identitária da acreanidade. O território é o eixo estruturador dos eventos históricos nessa construção identitária. Com a Revolução Acreana (inventada e imaginada como o mito fundador do Acre e dos acreanos) o território significa um recurso econômico e também desempenha um papel simbólico na construção do acreano. (MORAIS, 2014, p. 215/216)

Nesse passo, observa-se que a história, em sua versão construída pela frente popular, foi manipulada de modo a vincular os eventos da saga civilizatória da região – que vai desde a Questão do Acre até o “sonho de

Chico Mendes” - com uma suposta, inventada, identidade local – a *acreanidade* – com vistas a legitimar o projeto de governo da *florestania*. Como acionada, a historiografia se constitui em um importante mecanismo de invenção de um imaginário social a serviço de um controle necessário para que fosse legitimada – e, pelo tom autoritário, consensualizada socialmente - toda e qualquer ação que viria a ser praticada no sentido da manutenção do poder moderno-colonial local. Daí em diante, a modernidade (aquela que o governador Tião Viana anuncia no PPA como implantada) - ou seja, toda e qualquer medida fundada na promessa de progresso e desenvolvimento - passou a dominar/fundamentar o discurso governamental sempre para justificar as decisões concretas para a consecução, no fundo, de objetivos contrários, ou seja a *colonialidade*.

### **5.3.5 Da florestania funcional – Caso da modernidade de Hugo Carneiro, de Guiomard dos Santos e da *florestania***

Por fim, trago aqui um exemplo da funcionalidade da *florestania*, procurando com ele demonstrar o fato do quanto, sob o seu escudo, o presente da *seringalidade* está comprometido com o passado do *seringalismo*, e do quanto é sempre contemporânea a modernidade e a colonialidade na *florestania*.

O historiador Sergio Roberto Gomes de Souza, em sua dissertação de mestrado “*Fábulas da Modernidade no Acre: A Utopia Modernista de Hugo Carneiro na Década de 1920*” (SOUZA, 2002), estudou a gestão 1927-1930 do então governador do território do Acre, o advogado e

engenheiro Hugo Carneiro, especialmente a sua política de modernização da cidade de Rio Branco que desejava que fosse o modelo, para todo o território, como espaço social asséptico em detrimento, segundo entendia, do atraso e primitivismo que ali vigorava. Carneiro buscava a cidade ideal que representasse e na qual se praticasse os valores e hábitos modernos, civilizados. Afirma Souza que

Sempre esteve presente nas falas do governador uma forte representação do cenário das cidades do Território do Acre como espaços onde o ‘atraso’ insistia em se fazer presente, seja nas construções em madeira que compunha a paisagem urbana, ou nos hábitos da população caracterizados pelo governador como ‘condenáveis’. Essa perspectiva vai ser importante na constituição de um discurso que vai opor o ‘atraso’ ao ‘moderno’ criando um antagonismo entre a cidade ‘real’ e a ‘imaginária’. (SOUZA, 2002, p. 25)

A cidade moderna para o governador seria aquela pautada na concepção urbanística europeia do século XIX – tipo Paris, e até o Rio de Janeiro - que alterava não só o espaço físico mas também o comportamento de seus habitantes. (p. 26/29)

Como relata Souza, para tanto, uma das primeiras ações do governador foi isolar os portadores de hanseníase em suas residências e depois enviá-las para um espaço distante da cidade denominado de leprosário, atos dos quais participaram a Diretoria de Higiene e também a polícia. Depois o governador partiu para instituir uma nova estética de construção de prédios públicos como o Mercado Municipal, o Quartel da Força Policial e o Palácio do Governo. O que existia em madeira foi derrubado e levantado em alvenaria. (p. 30/31) Segundo Souza, Carneiro projetava uma cidade que simbolizasse a recusa da floresta, haja vista que

objetivava fazer com que as construções em madeira fossem transformadas em alvenaria. Como se o espaço da floresta representasse o atraso, o passado, e a cidade o progresso, o futuro. (p. 50) Como se o primeiro fosse naturalmente insalubre e de “estética censurável” (p. 52) José Guiomard dos Santos, já na década de 1950, quando governador do então território Federal do Acre, também perseguia uma modernização do Acre consistente em um “*processo caracterizado pela substituição de uma paisagem ainda de ‘colônia’ por uma aparência tipicamente ‘moderna’*” (MORAIS, 2010, P. 36), o que envolvia, necessariamente, o aspecto arquitetônico e material dos prédios públicos, mas também os meios de transportes como a aviação. “*As suas aspirações para trazer o ‘progresso e o desenvolvimento’ fez com que, pela primeira vez na história do Acre, se realizasse o transporte de bovino por via aérea*”. (p. 39)

A tentativa de Hugo Carneiro e de Guiomard dos Santos – a de tornar os acreanos modernos – se repete, desta feita, com o governo da floresta. Com a *florestania*, a vedete da modernidade não será mais a alvenaria, mas a madeira. Agora é a vez da floresta, justamente pelos seus recursos (no plano mercantil) e sua simbologia ambiental que passa a se expressar pelo valor que lhe contém. O discurso ambientalista passa a comandar o discurso do poder local fundado na expressão global de uma governança ambiental modelo posta pelo *sistema mundo moderno colonial*.

Esse caráter de modernidade da floresta é ambíguo e contraditório, por duas razões. A primeira, enquanto, de um lado, serve ao discurso mercantil, pelo valor de mercado da natureza – o que pressupõe sua

derrubada - de outro, serve ao discurso da conservação. A segunda, enquanto simboliza atraso por advir de território incivilizado, é, porém, desenquadrado desta condição porque dá lucro e designers modernos, o que, por consequência, traz progresso.

Aquela aversão à floresta (e seus produtos) de Hugo e Guiomard, como representação do atraso, perde agora, com o discurso “florestânico”, força. É que o meio ambiental florestal e seus recursos são tornados referência de modernidade, enquanto os tijolos (a alvenaria) não representam mais, como representava no passado, o progresso. Noutras palavras, o urbano, no discurso da *florestania*, não se apresenta superior ao rural da floresta. E é justamente pelo discurso da *florestania* e somente por ele é que os valores (simbólicos) são investidos.

De qualquer modo, tanto com Hugo e Guiomard, quanto com a *florestania*, o objetivo é criar um Acre moderno, um Acre do futuro, asséptico o mais próximo possível do padrão europeu de modernidade (como estilo de vida, como modelo de cidade e suas arquiteturas...). A promessa de mudar os hábitos da população era o mesmo, assim como o de transformar o Acre no “*melhor lugar para se viver na Amazônia*”, como prometera o Plano Plurianual da gestão de 2007/2011 (ACRE, PPA), exatamente como consequência da valorização mercantil da floresta e seus produtos, ou como sonha um outro dos seus governadores em “*transformar o Acre numa Finlândia ou numa Costa Rica ou nas duas, pela qualidade de vida que elas oferecem a seus moradores...*” (VENTURA, 2003, p. 221/222).

Como observa Souza, Hugo Carneiro relaciona a ideia de sanitização da sociedade com a de progresso. Os pobres (como o avesso do progresso), eram os alvos de suas políticas intervencionistas posto que *“vistos pelas elites como os principais agentes propagadores de doenças e hábitos contestáveis”* (p. 71) Eis que, conforme Souza, emerge um outro importante senão definitivo aspecto da política higienista de Hugo Carneiro, que é o racismo como tecnologia de poder do Estado, definido por Michel Foucault como biopoder, pela qual se realiza uma espécie de *estatização do biológico* em que o corpo passa a ser o alvo do poder com o *“isolamento dos indivíduos, seja pelo fato de tornarem improdutivos para o trabalho devido à idade, enfermidades e outras ‘anomalias’”* (p. 72/73).

As vítimas desse racismo eram exatamente os seringueiros (os pobres da região), duplamente penalizados a serem separados (reservados!) da sociedade. Primeiro pela condição social e segundo pela condição de saúde. Conforme o então Diretor de Higiene e Saúde Pública Dr. Amaro Damasceno Junior,

Certos coagidos a deixarem os seringaes, onde no tempo de sua saúde desenvolviam atividades, os leprosos aglomeraram-se pelas cidades e povoações territoriais, dando, ao forasteiro, que aqui aportava, uma péssima impressão, pelo elevado número de hansenianos em proporção com o resto da população desses núcleos. (Apud SOUZA, 2002, p. 78)

Vê-se que a limpeza que se desejava dizia respeito à imagem local. Leprosos nas ruas davam ao visitante a impressão de atraso, daí os seus isolamentos para fora do perímetro urbano da cidade, ou seja, os seus retornos à floresta, ao exato lócus do passado, do primitivo, do atraso,

aonde certas espécies humanas – as racializadas - devam ser mantidas, reservadas. Mas não deveria ser qualquer lugar senão um especial – um lugar que se nomeou de leprosário localizado em um território afastado do convívio social - haja vista que os seringueiros acometidos da doença eram expulsos dos seringais para não contaminarem a mão de obra local (p. 79). Mas o discurso e a prática higienista do Estado não se limitavam aos hanseníases, dizia respeito a qualquer doença contagiosa inclusive se dirigia àquelas pessoas que viviam ou frequentavam as zonas de meretrícios. (p. 85)

E assim, a sociedade acreana foi sendo levada a se comportar de acordo com a vontade do Estado sob pena de medidas coercitivas (garantido por um Código de Postura da cidade de Rio Branco) e a partir fundamentalmente dos conhecimentos técnicos e científicos no campo da saúde pública. Ainda manipulando pressupostos Foucaultianos, Souza conclui que ali naquele território acreano *“a medicina [ocidental] passa então a constituir-se em um saber/poder que vai agir, não apenas no corpo das pessoas, mas sobre a população.”* (p. 95)

Este fato histórico – um dos tantos da história local mas não da sua historiografia - serve como um exemplo, ocorrido em escala local, do modo como as estratégias moderno-coloniais de poder, saber e ser se constituem e se reproduzem para a manutenção da condição colonial de uns (os condenados) a partir do poder imperial de outros. É um caso a partir do qual pode-se entender a função racializante do conhecimento eurocêntrico, tanto a ideia de modernidade e tudo dela advindo como modelo civilizatório ideal, quanto o saber científico da medicina e da

organização arquitetônica ocidentais e sua imposição expressada como saber superior sobre outros saberes. Também os dispositivos de poder com os quais o Estado cumpre o papel privilegiado como instrumento educativo e coercitivo na manutenção dos comandos que sustentam as estruturas de dominação e exploração. E ainda como mecanismo de racialização que vai estabelecer quem pode ser considerado dentro do esquadro da humanidade e quem fica fora. Quem tem, quem não tem e quem não merece ter uma resistência ontológica digna.

Este modo de operar iniciado com o *seringalismo*, ao fim deste regime moderno-colonial, sobrevive senão se alimenta de seus pressupostos para sustentar, por todo o caminho histórico adiante, a *seringalidade* expressa contemporaneamente por suas várias e complexas matizes de dispositivos que lhe dão vida.

Com a *florestania* podemos relacionar o saber/poder imperante nos anos de 1920 do século XX do Acre, com o saber/poder que move o final deste século e o começo do seguinte.

Quanto ao aspecto arquitetônico, passados mais de 90 anos, o desejo de dar um ar moderno ao centro da cidade permanece e - agora com a *florestania* - de forma bastante sistemática. Os três prédios construídos por Hugo Carneiro continuam cumprindo a sua função simbólica para a qual foram criados. O Mercado Municipal foi revigorado, é que precisava de assepsia para o olhar estrangeiro moderno. Como informa Souza, estava todo ele envolto de diversos becos com pensões, pequenos comércios de bebidas e produtos populares, se transformando à noite zona



de meretrício. Tudo derrubado, tudo limpo (de gente suja: bêbados, prostitutas, loucos...). Hoje é point turístico. O Palácio do Governo deixou de ser usado como espaço burocrático e foi transformado em Museu da Revolução, mais um point turístico para a divulgação da versão oficial da história. Já o Quartel da Força Policial, aonde até hoje guarnece o comando da Polícia Militar Estadual, foi mantido intacto. Todavia, a Praça central que fica à sua frente foi também revigorada com ares arquitetônicos também modernos e seu nome foi alterado para Praça da Revolução.

No todo, esta política de modernização arquitetônica e também de controle de corpos tem seus efeitos “positivos”, em alguns casos para os “de fora”, muito embora sejam endereçados com vigor para os “de dentro” com finalidade de “*legitimação de uma memória selecionada*” (MORAIS, 2008, p. 17).

Vale observar como o sentido de modernidade (esse dado sentido de modernidade) é muito bem recepcionado nas impressões do jornalista Zuenir Ventura, em sua obra “*Chico Mendes, Crime e Castigo*” (VENTURA, 2003), na qual faz um registro do Acre 15 anos depois de sua última visita, quando, em 1989, faz uma série de reportagens para o Jornal do Brasil sobre o julgamento dos assassinos de Chico Mendes, ocasião em que conheceu as cidades de Rio Branco e Xapuri.

O jornalista registra, segundo a sua percepção, as mudanças ocorridas nas cidades visitadas. É por sua visão que podemos observar os efeitos produzidos pela *florestania* – seus discursos e visualidades, no afã de

tornar o território, pelo menos do centro da cidade, com aspectos modernos.

No texto “O Fim do Sobrosso”, do Capítulo III “Quinze anos depois”, Zuenir passa a comparar as mudanças sofridas pelas cidades desde a última vez que nelas esteve (quando a *florestania* ainda não havia sido implantada). Exatamente como esperado, a sua medida está nas metrópoles e, ainda, a ideia de modernidade (esta certa modernidade) no comportamento e na arquitetura da cidade. A sua referência é o modelo do que considera melhor, superior, avançado, coisa de “*estética moderna*”. Como nas grandes metrópoles, o aeroporto da cidade de Rio Branco passou a ser distante do seu centro. Existem as opções de vários hotéis. “*Luz para leitura na mesinha-de-cabeceira*”, raro em hotéis do interior. (p. 181) Aponta o jornalista que “*Realmente, muita coisa parecia ter mudado. Aquela feiura de Rio Branco, da qual eu falava tão mal na primeira viagem, a ponto de preferir a pequena cidade de Xapuri, já não era a mesma.*” (p. 182)

Para Zuenir, “*havia agora uns três ou quatro lugares para encantar os olhos de qualquer turista.*” (p. 182) O jornalista passa a comparar a cidade de Rio Branco (melhor seria dizer o seu perímetro central) com os modelos de cidades tidas por ele como modernas. Nesse exercício, compara os arcos do Parque da Maternidade (localizados em Rio Branco) com os da Lapa da metrópole Rio de Janeiro. Cita que os frequentadores do referido Parque chegam a compará-lo com o Central Park, de Nova Iorque-EUA. (p. 182) Compara o Calçadão da Gameleira, que chama de Orla da Gameleira, que margeia o Rio Acre, também no centro de Rio Branco, com os calçadões de Copacabana e Ipanema. Chega a considerar

estes, inclusive, três vezes menos largos. A busca pela relação é tão intensa que o jornalista procura ver mar no rio quando afirma que os *“barcos ancorados chegam a dar a ilusão à noite de uma paisagem marinha.”* (p. 183) A descrição deste espaço, nos olhos do jornalista, supera à mera descrição arquitetônica. Para ele, naquele calçadão em que estão casais de namorados, velhos passeando, ciclistas, brisa da noite e salão de forró *“o ambiente traz um tom de festa ao ar livre que não conheci outra vez.”* (p. 183)

Zuenir não poderia deixar de observar, é claro, um daqueles símbolos da modernidade instalados por Hugo Carneiro:

Outra mudança com carga simbólica é a sede do governo, o Palácio Rio Branco, que expressava a degradação da época em que conheci o Acre. O prédio sujo, cheio de mato e de goteiras estava sendo pilhado. Até imensos e pesados lustres de difícil transporte haviam sido roubados. Depois de anos de restauração, o palácio está aberto ao público e funciona como museu, cujas salas foram concebidas e ambientadas por Bia Lessa, enquanto as mais de cem peças de madeira do interior, entre sofás, cadeiras e mesas, têm a assinatura da designer Etel Carmona. Como se diz com orgulho no Acre, *“é o primeiro palácio com selo verde no mundo.* De fato, a madeira dos móveis é manejada e tem selo de certificação de origem. Entre as obras-primas desenhadas, destaca-se a enorme mesa de sucupira maciça para reuniões. Pelo mobiliário, o espaço constitui umas das *“joias da floresta”*, para usar o nome do movimento integrado por Etel, Cláudia, Moreira Salles, Carlos Motta, Isay Weinfeld, e cuja inspiração é a Amazônia. (p. 183)

Vê-se que a madeira, o maior produto de exportação da era da *florestania*, agora manipulada pela última palavra em designer e da tecnologia do manejo e da certificação, saiu da condição de produto do atraso (nos

tempos de Hugo e de Guiomard) e passa a refletir o que há de mais moderno na região, a ponto de ser usada como vitrine – exemplo para todos - dentro do maior espaço simbólico do poder local.

Importante registrar que a madeira no Acre passou a ser produto raro para os pobres, especialmente pelos preços praticados no mercado. A madeira passou a ser produto de exportação, o que eleva o seu preço para o mercado interno. Mas o que parece é que o desejo da população é ter uma casa de alvenaria e não de madeira. Não só pelo seu alto preço. É que o modelo de modernidade de Hugo e Guiomard, com o discurso da *florestania*, ficou colado no imaginário da população. Talvez porque para ela a floresta ainda represente o atraso e não a modernidade como quer a propaganda governamental. Ora, não se pode duvidar também do poder da mídia na difusão do estilo de progresso. O que se vê na televisão e suas novelas do sudeste, como modelo de moradia, não são casas de madeira. Isto é plenamente válido também para o próprio governo da *florestania*, tendo em vista que, paradoxalmente, os seus conjuntos habitacionais de casas populares – as residências e toda a estrutura que lhe contém - são em alvenaria. É que o discurso governamental continua sendo um discurso para os “de fora”. Não é à toa a sua fácil aceitação por parte de turistas e jornalistas pouco desconfiados posto que modernos.

Segundo Morais (2008), o Palácio Rio Branco foi a primeira obra revitalizada pelo Governo da Floresta em razão da sua condição como o principal símbolo do poder político estadual. Atitude ancorada nos feitos dos governadores Hugo Carneiro (que começou a obra em 1929) e José Guiomard dos Santos (que a terminou em 1948), “*considerados como*

*aqueles [governadores] que empreenderam obras públicas que ‘romperam’ com o atraso do Acre. Os dois têm em comum as iniciativas de construir um ‘Acre definitivo’, um ‘Acre em alvenaria’” (MORAIS, 2008, p. 229) Ainda de acordo com Moraes, assim como Hugo, Guimard dos Santos também objetivava “substituir a ‘barbárie’ local por uma ‘civilização’, baseada em uma visão de cidade metrópole.” (p. 230)*

Para o historiador Gerson Albuquerque - em entrevista concedida na dissertação de mestrado de Ana Paula Bousquet Viana, sobre o Palácio Rio Branco (VIANA, 2010) - muito embora a *florestania* tenha transformado o Palácio em um museu, este espaço nunca deixou de ser visto como um espaço de poder em que o povo não tem acesso, e não tem (e continua a não ter) poder. Daí que, segundo observa, a grande resistência da população em visitá-lo, limitando-se a espaço para turistas, como Zuenir. Nesse passo, o historiador, questionando a mais nova manipulação simbólica daquele Palácio, desta feita pelo Governo da Floresta, é enfático:

Agora o que me chama atenção quando o governo começa a fazer essa promoção do civismo, da autoestima do Acre e a dizer que estava recuperando, resgatando uma tradição acreana. Ora, mas essa tradição recuperada não era a tradição que a gente esperava, a tradição dos vencidos. Era a tradição dos vencedores. Que o governo trazia. Eram os símbolos de toda a herança histórica da classe dominante no Acre. Era a Tentamen, era o Calçadão da Gameleira, portanto, essas não são as camadas populares sociais, porque os comerciantes detinham o poder e eles estavam afinados com o projeto de dominação. Eram, por exemplo, o barracão do [seringal] Bom Destino, a sede do Bom Destino, quer dizer, símbolo do poder, símbolo da Revolução Acreana, dos coronéis, dos proprietários e depois o Palácio que você está aí vendo. (Apud VIANA, 2011, p. 90)

O jornalista carioca estava testemunhando fatos que, com a *florestania*, simbolizavam a continuidade da história do poder local fundamentalmente baseado na experiência e no saber da modernidade eurocêntrica.

Por fim, em sua gana de caçador de modernidades, Zuenir também observou outro fenômeno. No seu retorno, viu que o Estado passara a controlar a vida das pessoas na medida em que proibia, em nome da segurança, a comercialização pelos bares e casas noturnas, de bebidas alcoólicas – vigia agora a chamada Lei Seca. (p. 182). O jornalista, no entanto, não conseguiu alcançar o processo asséptico pelo qual a cidade passou, especialmente em um dos espaços criados por Hugo Carneiro – O Mercado Municipal – que integra o projeto de revigoração da *Florestania* com a instituição de orlas turísticas do Centro da cidade. O seu registro - da Rio Branco edênica e “florestânica”, portanto moderna - e o seu silêncio - da Rio Branco outra, colonial - demonstra que ele não conseguiu ver, como viu naquele outro Rio (o de Janeiro), que aqui também a cidade é partida. O olhar do jornalista foi capturado pelo da *florestania* que teima em “cenografar” uma só.

Zuenir talvez tenha visto (ou desejado ver) a modernidade, jamais a *colonialidade*, isto porque a modernidade de Hugo, de Guiomard e da *Florestania* faz com que a colonialidade seja invisível – no sentido de que suas políticas não sejam avistadas como manifestação de um padrão de poder colonial que – racializantes - se alimentam e reproduzem, desde sempre, no plano externo, do *sistema mundo moderno colonial* e, no plano interno, das ações executadas pelas oligarquias crioulas locais em suas

buscas mesquinhas de ficar com as melhores migalhas que sobram do regime colonial que não acaba nunca. No mesmo movimento em que busca invisibilizar a colonialidade, a modernidade se investe, desde o *seringalismo*, como se fora o melhor – senão o único - modelo universal de vida pelo qual todos devem se seduzir e almejar.

#### **5.4 Notas quase derradeiras**

Para efeito de uma breve conclusão deste capítulo, entendo como demonstrado que os dispositivos da *seringalidade* – enquanto máquinas de subjetivação e máquina de governo - se prestam tanto para apropriação – sua esfera de poder - quanto para representação – sua esfera de saber - que buscam converter tudo em algo disponível para exploração, dominação e racialização, quanto produzir visão de mundo que a justifique e obtenha adesão. O que empresta à *seringalidade* uma dimensão muito mais complexa do que o que ocorre no *seringalismo*.

Os dispositivos da *seringalidade* possuem, em primeira instância, a função essencial de fazer subsistir as condições coloniais instituídas com o *seringalismo* para na sequência instituir outras funções para a sua manutenção revigorante. Irão funcionar como instrumentos eficazes voltados para o governo do presente e do futuro dos povos da floresta e se prestam à captura, inclusão e subsunção desses povos com o intuito de modelá-los ao projeto da racionalidade moderno-colonial de vigência. Sua separação – em *desenvolvimento sustentável e florestania* - se dá muito mais por uma função didática, isto porque estão intimamente

entrelaçados. Por eles, como dispositivos, o par saber-poder está tão irmanado quando o par apropriação-representação.

É com eles que a *seringalidade* busca operar no imaginário social um *modus vivendi* e um *locus vivendi* de tal modo ideal que cumpre uma forte função desarticuladora de qualquer intensão questionadora e insurgente. Eles, de forma muito importante, tendem a se expressar sob o plano epistêmico e por isso, fundamentalmente, subjetivo, baseado nos planos da memória, do imaginário e do conhecimento.

Enquanto no *seringalismo*, como afirma um certo seringueiro: “*ter um patrão não é um fato ocasional, mas natural, faz parte da ordem do mundo, sempre foi assim*” (ALLEGRETTI, 1987, p. 32, apud CHAVES 2011), na *seringalidade* a ilusão de sua inexistência nas *reservas extrativistas* é o que passa a conduzir seus movimentos graças à eficiência da operatividade daqueles dispositivos com os quais se narra a saga do seringueiro (ou a epopeia de sua história e da história do Acre) como que um percurso linear e evolutivo que vai do cativo (e seus dispositivos essenciais: aviamento, barracão, dívida...) à liberdade frente a histórica condição inacabada de dominação, exploração e racialização.

Por eles, se coloca a falta de cidadania – de vida indigna - como algo do passado, forjando a *florestania* como instrumento que por si só instaura uma condição ideal de vida na floresta; se apresenta a reserva extrativista como o modelo concreto - lócus – que libertou a colocação do barracão e o conceito mágico do desenvolvimento sustentável que fez real uma aliança social e econômica de tal modo eficaz que elimina do imaginário



social dos seringueiros a figura do patrão e assim coloca todos unidos numa só ideal: a produtividade racional do mercado da natureza, ideal este encoberto pelo discurso de desenvolvimento – o que vai eliminar a pobreza da Amazônia – e do meio ambiente – a prometida proteção da natureza.

É com a ideia de *reserva extrativista* – formulada pelo discurso da *seringalidade* como o manifesto prático-teórico dos povos da floresta - que tem se anunciado o fim do *seringalismo* e a vitória da tradição, posto que baseados na vontade e conhecimentos dos seringueiros. Como uma espécie de subconjunto e “modelo empírico” do desenvolvimento sustentável, as reservas irão se valer das contribuições teóricas formuladas tendo em conta as estratégias de resistência dos povos da floresta acumuladas historicamente no *seringalismo* e que foram transformadas em pautas de lutas sociais assumidas pelo movimento sindical rural dos seringueiros a partir da década de 70. O movimento sindical rural acreano é posto como o seu símbolo maior (SANTILLI, 2005).

É uma produção em grande medida local fundamentalmente baseado no dispositivo da sustentabilidade, este como que se oferece como manifesto prático-teórico de âmbito global e caráter civilizacional, que tem sido difundido como a saída para a crise ambiental e também desenvolvimentista, representando a modernidade, posto que coberto pelos conhecimentos tecnocientíficos produzidos pelos países centrais – sendo ele próprio criação forjada pelo *sistema mundo moderno colonial*, por suas instituições financeiras multilaterais (SOUZA, 2008).

Tal conceito, de fato, engloba, no plano local, a *reserva extrativista* como uma das suas manifestações empíricas que o realiza *in concreto*. Vai se basear no cabedal teórico construído e acumulado a partir das conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento, cujos fundamentos econômicos-ambientais têm sido postos como condicionalidades nos contratos de financiamento das instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento, organizações não-governamentais internacionais e instituições estatais de países ditos desenvolvidos, condicionalidades estas amplamente aceitas sem qualquer reserva por governos estaduais (caso do Acre).

A florestania, muito embora tenha como neologismo produzido e difundido pela gestão governamental do Governo da Floresta (iniciado em 1999), passou a ganhar contornos teóricos em razão das análises do contexto em que foi formulado, especialmente por estar na base - e por isso justificá-lo - dos fundamentos do padrão de poder colonial local. Nesse sentido, alguns autores passaram a produzir análises mais no desejo de tentar entender e com isso pressupor elementos teóricos que o constituem. É com a florestania que a memória de Chico Mendes – ou o que se imagina dela - é manipulado pela mídia e documentos oficiais como o seu maior símbolo (MORAIS, 2012). A *florestania* e o *desenvolvimento sustentável* – segundo a peças publicitárias oficiais - seriam a concretização de seu sonho. Seria ela, a florestania, a possibilidade de convivência da tradição (no sentido de velho, primitivo) com a modernidade (no sentido de novo, moderno) e assim representaria o símbolo de uma nova civilização – construída historicamente - surgida da floresta que por sua vez traria à tona uma nova espécie de cidadania,

até então inimaginável historicamente, que é a cidadania na floresta, com a qual os seringueiros e indígenas passariam a gozar do status de cidadão no sentido de sujeitos de direitos.

Tal dispositivo vai também procurar se assentar na versão historiográfica que busca justificar a *seringalidade* como resultante de uma história revolucionária ocorrida no *seringalismo*, de cunho linear e evolutiva (que culmina no progresso, no desenvolvimento e na civilização), de lutas e heroísmos do povo acreano da floresta (seringueiros, em específico), tendo este como o representante legítimo dos interesses locais (apenas para efeito simbólico, todavia). Versão esta cuja função é de fato dar à narrativa da *florestania* o caráter de construção histórica, com a qual busca apresentar o presente político-econômico-social-cultural porque vive a sociedade acreana, em especial os povos da floresta, como resultado imediato de um passado que lutou para ser o que é. A *seringalidade*, com a sua historiografia, busca forjar uma identidade acreana totalitária posto que resultante de uma suposta sociedade de caráter uno e sem conflitos. Nela a figura dos povos da floresta tem sido manipulada apenas simbolicamente para fins de legitimar um presente de conteúdo, em essência, diverso ao que simboliza.

Através da narrativa da *florestania*, as reservas extrativistas são apresentadas como o modelo exemplar de sucesso do *desenvolvimento sustentável*, fruto de um percurso histórico de lutas sociais revolucionárias dos seringueiros que culminou hoje numa civilização diferenciada na Amazônia porquanto instituiu uma nova espécie de

cidadania, a cidadania dos povos da floresta, reduzido pelo conceito de *florestania*.

Por este percurso, fica patente que a *seringalidade* tem servido para manter o status da violência estrutural – que nela se afirma simbólica e sistematicamente (ZIZEK, 2014, p. 18), embora todo o seu investimento discursivo esteja concentrado para demonstrar o inverso deste quadro. É que ela procura inverter simbolicamente as relações de poder de tal modo a fazer crer que vivemos sob uma república dos povos da floresta pela qual a vontade desses sujeitos históricos houvesse prevalecido – num primeiro momento, com a chamada Revolução Acreana e - num segundo - com o mito da realização do sonho de Chico Mendes/reservas extrativistas. E é justamente em razão dessa prevalência imaginada que o discurso e a prática da florestania buscam anunciar a morte do conflito na floresta. Centrando em um só pensamento – o pensamento do desenvolvimento – a ideia de utopia – a utopia da modernidade – para a qual todo ato político deva se dirigir para a libertação das amarras coloniais. E tudo passa a ser dito em nome desta libertação, embora tudo continue, em última análise, sendo feito contra ela.

A condição moderno-colonial dos povos da floresta não é visível. A sua negação como ser se oferece de forma subliminar no discurso paternal/tutelar que se funda no eterno compromisso-promessa de libertar o sujeito colonizado do estado de subalternidade/miserabilidade histórica em que se encontra. Nesse sentido, todo programa governamental de desenvolvimento do Estado tem como objetivo expresso a melhoria da qualidade de vida dos condenados da floresta. Na linguagem local, seria

dar-lhe cidadania que, por sua vez, representa, na retórica da *seringalidade*, outorgar a *florestania* esta que, no discurso do *desenvolvimento sustentável*, estaria no plano do seu “*empoderamento*”. Ser cidadão da floresta pressupõe aceitar o estatuto da racionalidade “florestânica” (fundada na ideia de *desenvolvimento sustentável*), pressupõe alterar a forma de pensar a fim de que a adaptação ao “novo” não pareça uma imposição. O “novo” tem que parecer brotar “de dentro” (da vontade livre do sujeito colonizado) e não “de fora” (da vontade do patrão seringalista) como ocorria no *seringalismo* com o aviamento, por exemplo. Nesse sistema, o “novo” deve parecer algo bom, moderno, avançado, civilizado, em relação ao “velho”, coisa ruim, atrasado, primitivo, selvagem. Estamos falando o tempo todo do duplo modernidade/colonialidade. O “novo” é o manifesto da desconsideração de todo o resto, este reduzido a “velho”. É que, segundo Quijano e Wallerstein (2014, p. 75), “*A definição e a reificação da novidade, ela mesma um derivado da fé e da ciência, e um pilar da modernidade.*”

O novo, no contexto da *seringalidade*, por seus dispositivos - também se manifestará pelo discurso da racionalidade do mercado. E será por meio desta racionalidade que toda a vivência na floresta deva se pautar. Racionalidade esta que se valem dos *imperativos sistêmicos do capital* como os da “*concorrência, da maximização dos lucros e da acumulação, que inevitavelmente exigem a colocação do valor de troca na frente do valor de uso e do lucro na frente das pessoas*” (WOOD, 2014, p. 24). Mas na retórica da *seringalidade* há possibilidade de o “velho” ser “digno de consideração” pelo “novo”, o que só ocorre se aquele estiver subordinado hierarquicamente a este, no que resulta em um efeito

puramente discursivo que objetiva a instrumentalização do “velho” para a glorificação (legitimidade) do “novo”.

Por exemplo, a tecnologia do manejo para a exploração da floresta amazônica, como expressão genuína do “novo” na *seringalidade*, sempre será considerada, pelo discurso competente dos experts da engenharia florestal e economistas, como o conhecimento mais eficiente produtivamente que aqueles considerados tradicionais. No máximo, este pode ser considerado em algum aspecto, jamais a suplantará aquele.

A ciência e a tecnologia modernas (o “novo”) são consideradas o topo do desenvolvimento do saber da humanidade, enquanto o conhecimento dito tradicional (o “velho”) se encontra no plano histórico linear lá nos cafundós da fase primitiva daqueles conhecimentos. Isto é difundido como uma verdade indiscutível. Ser cidadão da floresta é aceitar esta verdade como pressuposto, o que equivale fundamentalmente aceitar a floresta como espaço de produção de riquezas – não para todos - e assim ambiente mercadológico da natureza. Esta aceitação glorifica a captura, pelos dispositivos do saber e do poder – do desenvolvimento sustentável e da florestania – que se concretiza por meio de processos de modelação para adesão (inclusão), jamais, nesse sentido, de exclusão.

## 6 OS CONDENADOS DA FLORESTA

Foi o colono [o colonizador] que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial. (FANON, 2005, p. 52)

O que se pretende no presente capítulo é discutir a dimensão ontológica da colonialidade – a colonialidade do ser – com o fito de demonstrar, de modo mais específico, as estratégias discursivas e empíricas dos racismos epistêmico e ontológico, estratégias estas formuladas e operadas no *seringalismo* e na *seringalidade* que vão possibilitar a constituição dos *condenados da floresta e sua* afetação pretendida pelo padrão de poder colonial em estudo. É possível que se possa concluir a análise não exatamente proclamando o resultado como algo concreto e acabado nos processos de captura dos dispositivos estudados. Posso encontrar pelo caminho dos dados e análises alguma tensão decolonial – inédita ou pouco observada - que registre um estado de permanente re-existência no campo ontológico muito mais que no de poder e saber. O capítulo serve inclusive para tal problematização.

Uma das premissas a partir da qual será desenvolvido o presente capítulo é a de que “*A modernidade [quando se expressa pelo discurso do desenvolvimento] é uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vidas concretas.*” (CASTRO-GOMEZ, 2000, p. 169).

Por este quadro, exporei os traços constitutivos da categoria *condenados da floresta*. Para tanto, trarei os aportes teóricos pelos quais a ideia de *colonialidade do ser* é construída.

O percurso a se seguir aqui será o que aponta para a constituição de um projeto moderno/colonial de invenção/inclusão/conversão/adesão do outro - na condição de *não-ser* - aqui suposto como os chamados *povos da floresta* - em *ser* - desta feita como *cidadãos da floresta* e, assim, “agentes do desenvolvimento”, portanto um projeto de alteridade, com fins de ajustes da natureza e “*da vida dos homens [e das mulheres] ao sistema de produção*” (CASTRO-GOMES, 2000, idem, p. 172) e de controle social a serviço da manutenção e reprodução da colonialidade. Discutirei o fato de que esses modos de existência que são forjados pela *colonialidade do poder* e pela *colonialidade do saber* investem na instituição e manutenção do ser em estado de condição moderno-colonial, o que faz engendrar a *colonialidade do ser* e seus produtos como *os condenados da floresta*. Indicarei como isto ocorre na vigência do padrão global de poder em escala local.

Após as leituras a respeito das categorias *colonialidade do ser* e de *condenado da floresta*, seguirei o capítulo trazendo um rol de situações moderno-coloniais que irão ilustrar o esforço teórico até aqui realizado. Começarei enfrentando as acepções de racismo, no sentido de que, do todo até aqui discutido, os discursos e práticas têm instaurado e promovido uma espécie contemporânea de racismo de contornos epistêmicos e ontológicos. O que faço expondo alguns casos concretos chamando atenção para a construção discursiva da condição de



condenado da floresta forjada pelo discurso/tratamento racial epistêmico e ontológico produzido na origem, quer dizer no *seringalismo*, por um, senão o maior, de seus ícones da história oficial, que é Plácido de Castro. Os modos igualmente racializantes como foram tratados os caboclos do Juruá, os indígenas “amestiçados” pelos discursos coloniais. Os dois silenciamentos historiográficos – o que entendo como manifestação de racismo epistêmico - a que foram (têm sido) condicionados os indígenas e os negros no *seringalismo/seringalidade*. As armadilhas da seringalidade que aponto na historiografia produzida pelos indígenas do Acre. No segundo subitem do capítulo, vou trazer as estratégias da seringalidade no interior das reservas extrativistas e aquelas que são produtos das suas políticas de modelização dos condenados, empreendidas especialmente por seus planos de desenvolvimento comunitário, dos cursos de formação de agentes do desenvolvimento e também de empreendedores. Ao final desta parte, farei uma análise desse projeto de inclusão-excludente que busca produzir o que vou chamar de condenado de segunda geração. Na última parte do capítulo, vou dedicar a dois casos pelos quais intento analisar práticas decoloniais, por parte de um ex-soldado da borracha e de indígenas. Nesta parte da pesquisa, busco demonstrar que, apesar de toda a maquinaria racial-totalizante da *seringalidade*, é possível a resistência ontológica.

## **6.1 A colonialidade do ser e os Condenados da Floresta**

O grande patriarcado rural vivera de índio e em seguida de negro. Mas, liberto o índio ou desaparecido, e liberto o negro, restava a escravidão por outros processos. O branco pobre substituiria o índio ‘reduzido’ e o negro comprado. Criar-se-iam tais condições econômicas para ele que, em todo o tempo, seus braços estariam, permanentemente,

alugados ao latifundiário. E foi o que se deu. E foi desta subcamada infeliz que saíram os povoadores do Acre. A marcha para o Acre foi, sem dúvida, uma irresistível marcha de libertação. (Abguar Bastos, 1960, p. 23)

Entre o homem proprietário da margem e o homem assalariado do ‘centro’, a diferença era esta: um suave em meditação, o outro em sangue. Um devia dinheiro, o outro a vida. Um caía e se levantava, o outro caía e rastejava. Um podia ter dinheiro, o outro devia ter obrigação. Um sofria reclamando e exigindo, o outro sofria, agradecendo e humilhando-se. (Abguar Bastos, 1960, p. 16)

A categoria *colonialidade do ser* foi melhor sistematizada, dentre os pensadores decoloniais, pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, especialmente no artigo seminal “*Sobre la Colonialidad del Ser: Contribuciones al Desarrollo de um concepto*”, em que articula, a partir de Martin Heidegger, Emmanuel Levinas, Enrique Dussel e Frantz Fanon, a ideia de ser com vista à formulação da categoria em questão (MALDONADO-TORRES, 2007).

O autor parte analisando as premissas dos pensamentos desses autores no que toca a ontologia. Enquanto Heidegger desenvolve uma ontologia do poder, o que, na acepção de Emmanuel Levinas, constituía numa filosofia cúmplice da violência e que “*provocava cegueira com respeito à desumanização e o sofrimento*”, este partia de uma filosofia em que o ser humano e a ética são determinantes. Levinas tinha em mente as experiências do antissemitismo e do holocausto contra os judeus. Enrique Dussel surge inspirado por Levinas acrescentando em sua ontologia a experiência da colonização ocorrida em outras partes do mundo, em

especial a da América latina. Dussel chama atenção para a conexão entre o ser e o colonialismo o que vai gerar o ser colonizado. (p. 128/129)

Segundo Maldonado-Torres, a ideia de colonialidade do ser - tendo inicialmente como referência, em especial, as reflexões de Dussel - irá surgir dos debates ocorridos nos encontros do grupo colonialidade/modernidade com as iniciais formulações de Walter Mignolo. (p. 129) Segundo os debates - considerando que a *colonialidade do poder* se refere às experiências de exploração e dominação, que a *colonialidade do saber* tem a ver com a produção de conhecimento e reprodução de regimes de pensamento colonial - a *colonialidade do ser* dirá respeito à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem. (p. 130)

É com Frantz Fanon que se passa a articular “*as expressões existenciais da colonialidade, em relação com a experiência racial e em parte também com a experiência da diferença de gênero.*” (p. 130) Segundo Maldonado-Torres, Fanon elabora o que se pode denominar de “*aparato existencial do sujeito produzido pela colonialidade do ser*” (...) “*o que levaria a uma exploração da linguagem, da história e da existência.*” (p. 130)

Maldonado-Torres, procurando responder o que vem a ser a *colonialidade do ser*, constata inicialmente que a ontologia de Heidegger não leva em consideração como ser (o que para ele é o *dasein*, o *ser que está aí*) o colonizado das américas senão tão-só o europeu. Aliado a tal constatação, o filósofo porto-riquenho constata que a máxima cartesiana “*penso, logo*

*existo*” carrega duas afirmações significativas para a definição do ser. Sob o “*penso*” poderíamos ler: outros não pensam, e sob o “*sou*” podemos ver que “*outros não são ou estão desprovidos do ser*”, o que leva a uma “*noção mais complexa, porém mais precisa, histórica e filosoficamente*”, na medida em que afirmar que:

O privilégio do conhecimento na modernidade e a negação de faculdade cognitivas nos sujeitos racializados oferecem a base para a negação ontológica. No contexto de um paradigma que privilegia o conhecimento, a desqualificação epistêmica se converte em um instrumento privilegiado de negação ontológica ou de subalterização. ‘Outros não pensam, logo não são’. Não pensar se converte no sinal de não ser na modernidade. (MALDONALDO-TORRES, p. 145)

Nesse sentido, para Maldonado-Torres, é a partir de Descartes que a dúvida – se é que ela houvesse – em relação à humanidade dos outros se torna em certeza quanto à ausência de razão e pensamento nos colonizados/racializados. Deste modo, para a modernidade, a falta de racionalidade estará intimamente vinculada com a crença de que falta ao sujeito racializado resistência ontológica.

Será Fanon, segundo Maldonado-Torres) quem melhor irá demonstrar que “*o ceticismo misantrópico e o racismo trabalham junto com a exclusão ontológica*” (p. 145) Para ele, em um mundo racista, na visão dos brancos sempre faltará ao negro resistência ontológica. O negro e o colonizado será o ponto de partida com que Fanon pensará a colonialidade do ser. (p. 146)

*O condenado da terra* será para Fanon a categoria que melhor poderá expressar a posição do negro/colonizado em relação à sua histórica

condição colonial. Ele é o que *Dasein* é para Heidegger. Maldonado-Torres compreende que se para este filósofo europeu o *Dasein* é aquele que está ai, o *condenado da terra* será aquele que não está ai. (p. 146)

Entende o filósofo porto-riquenho que para compreender a *colonialidade do ser* será ainda preciso ter claro as três espécies de diferenças ontológicas que guiam as reflexões de Fanon, quais sejam: i) a *diferença trans-ontológica* – que estabelece a diferença entre o ser e o que está além do ser; ii) a *diferença ontológica*, que apresenta a diferença entre o ser e os entes, e iii) a *diferença sub-ontológica* ou *diferença ontológica colonial*, que oferece a diferença entre o ser e o que se encontra abaixo do ser. (p, 146)

A diferença sub-ontológica vai se referir à *colonialidade do ser* como produto da *colonialidade do poder e do saber*. Maldonado-Torres tem que esta modalidade de diferença pode ser dividida em diferença epistêmica e ontológica. A primeira relacionada mais à *colonialidade do saber* e a segunda à *colonialidade do ser*, ambas pertinentes à *colonialidade do poder*, esta como dominação, exploração e controle. Deste modo, sintetiza o autor, esta diferença é produto das três formas de colonialidade, estando mais vinculada a do ser. (p. 147)

Para o filósofo porto-riquenho, a *colonialidade do ser* pode ser melhor compreendida a partir da análise das modalidades existenciais do *condenado da terra*, assim como Heidegger procurar entender a sua ontologia fazendo análise existencial de seu *dasein*. (P. 147)

Enquanto o ser de Heidegger - o *dasein* – existe e está projetado para o futuro, podendo antecipar sua própria morte, o ser de Fanon – o *condenado da terra* - não tem esperança de futuro e vive a morte como uma aventura diária. “*A existência infernal no mundo colonial carrega consigo os aspectos raciais e de gênero que são características da naturalização da não-ética de guerra na modernidade.*” (p. 148)

A violência corporal e a morte na guerra são fatos habituais do mundo colonial em que os condenados são vítimas cotidianas. É que o extraordinário (como a guerra) torna-se ordinário no ambiente colonial e está inscrito nos corpos colonizados dos seres humanos cuja pele é negra, sendo eles vistos como excessivamente violentos e eróticos, por exemplo. Com isso, ser morto e ser violado, por ser racializado, faz parte de sua essência no mundo colonial anti-negro “*é parte de um contexto de sentido mais amplo, no qual a não-ética da guerra se transforma gradualmente em uma parte constitutiva de um suposto mundo normal.*” (p. 149) É por isto que, segue o filósofo porto-riquenho, todos os atos inumanos próprios do ambiente de guerra são legitimados e normalizados na modernidade, através da ideia de raça, desde que praticados contra os sujeitos racializados, negros e indígenas, naturalmente.

Como se pode ver, a *colonialidade do ser* é o meio pelo qual se naturaliza, contra os sujeitos racializados, a não-ética da guerra. E para Maldonado-Torres a diferença ontológica é o dispositivo pelo qual produz tal naturalização tendo a ideia de raça como fundamento. É por isto que, para Fanon, a *diferença sub-ontológica* determinará, de forma aguda, a vida ordinária no mundo colonial.

Assim, conclui o autor, é que o condenado será na modernidade reconhecido não como um ser – um *ser ahi*, um *dasein*, como um europeu de Heidegger, mas como um não-ser, aquele que é invisível, que não contém humanidade. Com isso, “*a invisibilidade e a desumanização são expressões primárias da colonialidade do ser.*” (p. 150) Será da *colonialidade do ser* que emergirá o *condenado da terra* (p. 150/151).

Maldonado-Torres, quanto à diferença trans-ontológica, vai afirmar que a mesma tem a função de fundamentar a diferença ontológica, em razão de que, segundo Levinas, a dimensão do ser deve sua existência e obtém seu sentido a partir da necessidade da justiça na ordem trans-ontológica, o que vai demandar a ética pelo Outro criando relações horizontais entre eu e o Outro. (p. 152) Nesse sentido e por outras palavras, a colonialidade de ser, segundo o filósofo porto-riquenho, pode ser considerada a traição do trans-ontológico, o que ocorre quando a ética da guerra é naturalizada pela ideia de raça.

Ao longo deste trabalho adotamos a classificação moderno-colonial dos seringueiros e indígenas, na história da Amazônia acreana, como os *condenados da floresta*.

Esta categorização é uma clara referência a Frantz Fanon com a sua conhecida obra “Os Condenados da Terra”. Os condenados da terra são os colonizados racializados que a experiência intelectual e empírica de Fanon conheceu. A relação direta se deve ao contexto em que os indígenas e seringueiros foram forjados no *seringalismo* e os papéis sociais que esta matriz de poder instalado no Acre desde a origem lhes

foram reservados: racializados às respectivas categorias de seres não humanos e seres sub humanos, abaixo da linha da humanidade.

Com efeito, os condenados não são uma realidade do passado tampouco restrito a um só espaço territorial. É que o passado colonial ainda não passou. São os que, na lavra de Homi Bhabha, “*sofreram o sentenciamento da história*” (BHABHA, 2007, p. 240). Dessa história que nunca acaba.

Esta categoria fanoniana continua sendo atualizada pelo diálogo realizado entre as realidades locais e globais. Nesse passo, como resultante disso, os *condenados da terra* no Acre, para os efeitos da presente pesquisa, são da floresta mas também da cidade.

Nesse sentido, entendo por *condenados da floresta* populações indígenas originárias e aquelas vindas do nordeste brasileiro, em maioria, tornados seringueiros, o que inclui mulheres e negros invisibilizados, que, ao longo da história local, sofreram e continuam sofrendo as consequências violentas do regime moderno-colonial de dominação, exploração e racialização. Tenho, também nesse passo, que, na *seringalidade*, os *condenados da floresta* são todos aqueles, urbanos e principalmente rurais, para quem os programas de desenvolvimento - concebidos e financiados pelos prepostos do *sistema mundo moderno colonial* - se voltam para o fim de torná-los – ou “salvá-los” em - sujeitos modernos. Eis a eterna condição a que estão desde sempre condenados.



Tanto nos condenados de Fanon quanto nos daqui, a condição colonizadora a que estão submetidos continua, em essência, sendo a mesma. É que, como afirma Fanon, “*a zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem, mas não a serviço de uma unidade superior.*” (...) *Elas obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais.* (FANON, 2005)

Mas esta condição colonial e a exclusão recíproca que lhe é inerente não foram eliminadas – como o discurso moderno salvacionista insiste em fazer crer - pela descolonização promovidas pelas independências das colônias (caso de Fanon), nem pelo fim do *seringalismo* (nosso caso local). Tudo se transformou em um mundo da colonialidade que a modernidade teima, esse é um de seus papéis, em encobrir.

Do que pretendo falar no presente capítulo não é mais a respeito da máquina de violência expressa, objetiva, como que o colonialismo – ou nosso *seringalismo* – se portava – e ainda se porta - num tempo primevo. É que agora, como muito bem atesta Fanon, “*o colonialista responde com a estratégia do enquadramento...*” (FANON, 2005, p. 88) A *seringalidade* investe, desta feita, na função primordial de não mais negar o ser – pelo menos é assim que se parece - senão produzi-lo, remodelá-lo, subsumi-lo, senão enquadrá-lo no esquadro de sua racionalidade heterárquicas e, assim, ainda, racializantes.

É que, como aponta Fanon,

A ideologia burguesa [moderna-colonizadora] que é a proclamação de uma igualdade de essência entre os homens, se esforça para continuar sendo lógica consigo mesma, convidando esses sub-homens a

humanizar-se através do tipo de humanidade ocidental que ela encarna. (FANON, 2005, p. 191)

E essa humanidade ocidental que a *seringalidade* encarna – fundada nos pressupostos da sua modernidade eurocêntrica racial mercantil – se manifesta por meio de dispositivos de saber e de poder, de apropriação e representação pelos quais forja modos de existências para que todos passem a ser modernos - ou melhor, passem a desejar a se sentir modernos, enquanto alguns até se sentem. A ideologia do *desenvolvimento sustentável*, como um modelo de cosmologia moderna de vida, e a *florestania*, como o padrão local de governança moderna-colonial - cumprem esse papel, como temos procurado demonstrar aqui. Os condenados não seriam condenados, sob o ponto de vista da *colonialidade*, não fossem fundamentalmente racializados.

## 6.2 Ainda os racismos, suas feitura

O regime do seringal foi efetivamente responsável pelo desenvolvimento dessa estratificação sócio racial em escala local pela qual são situados indígenas e seringueiros como portadores de identidades coloniais negativas, ou seja, como naturalmente incapacitados/inferiores, justificando com isso por merecer os encargos servil e escravo (daí explorados e dominados), e do outro lado, os demais, seus patrões capacitados/superiores (daí dominadores, exploradores). Essa classificação constitui o racismo no *seringalismo* intimamente relacionado com o controle do trabalho, da autoridade e da subjetividade. Segundo Ramon Grosfoguel, o racismo não é produto em si de manifestação de preconceitos individuais ou de grupos determinados de

modo que teria fim bastando para tanto que a pessoa/grupo deixasse de ter preconceito que tinha. Para o autor, o racismo é fundamentalmente institucional, sistêmico e estrutural. Ele nasce e se mantém a partir de uma institucionalidade. (GROSFOGUEL, 2012)

O *seringalismo* – como instituição - funda o racismo no seringal como princípio organizador das relações ali instituídas, como fenômeno classificatório do humano a priori vinculado às relações de mão de obra no contexto da divisão internacional, dado que, no dizer de Abril Trigo,

... opera conjunto a um mercado mundial posto a serviço da acumulação do capital, assim como o racismo é uma montagem ideológica post hoc elaborado a posteriori da conquista para legitimar filosófica, jurídica e psicologicamente (quer dizer, para justificar ideologicamente) a dominação das populações conquistadas, a exploração de seus recursos naturais e a extração de sua força de trabalho (TRIGO, 2014, p. 18)

Com efeito, no *seringalismo*, a condição de explorados/escravizados imposta aos indígenas e seringueiros é explicada/justificada em razão de que são tidos como naturalmente inferiores, a carga que lhes cabe na divisão social do trabalho.

Para Immanuel Wallerstein, o racismo funciona como “*justificativa ideológica da hierarquização da força de trabalho e da distribuição, altamente desigual, da recompensa.*” Com isso, a tendência é o racismo aparecer como afirmações ideológicas “*segundo as quais traços genéticos ou ‘culturais’ duradouros de vários grupos seriam a causa principal da sua localização diferenciada em posições da estrutura econômica.*” (*Idem*). (WALLERSTEIN, 2001, p. 68) É o caso em que indígenas e

nordestinos, muito dos quais negros, foram posicionados na estrutura econômica e social do *seringalismo* em escalas inferiores fundamentalmente por seus traços genéticos [cor da pele e étnicos] ou culturais/regionais (origem nordestina, por exemplo) duradouros.

Originalmente, por razões históricas, inclusive, as populações indígenas são as primeiras vítimas do racismo no seringalismo seguida das segundas, migrantes nordestinos tornados seringueiros, estes conquistados ainda em seus territórios originais (o Nordeste) sob a ilusão da libertação do estado de miserabilidade econômica em que se encontravam.

Grosfoguel vai definir racismo a partir de Franz Fanon para quem o racismo se manifesta quando se divide os humanos entre aqueles que estão na linha do ser (são os superiores) e os que estão na linha do não-ser (são os inferiores) (GROSFOGUEL, 2012). Ramon Grosfoguel, nessa linha, entende que o critério de inferiorização – que definirá quem será considerado abaixo da linha do humano - vai depender da história local colonial que pode definir-se ou se marcado pela condição religiosa, étnica, cultural, origem territorial e de cor. Ademais, sintetiza este autor

Para Fanon, o racismo é uma hierarquia global de superioridade e inferioridade sobre a linha do humano que tem sido politicamente produzida e reproduzida como estrutura de dominação durante séculos pelo sistema imperialista/ocidentalcentrico/cristãocentrico/capitalista/patriarcal/moderno/colonial. (GROSFOGUEL, 2012, p. 93)

Por sua vez, para Ella Shohat e Robert Stam, o racismo se constitui num *“aparelho institucional discursivo construído historicamente através da*

*desigualdade drástica de distribuição de recursos e oportunidades, da divisão injusta da justiça, da riqueza, do prazer e da dor” (ELLA SHORAT e STAM, 2006, p. 52)*

Para estes autores, pelo menos seis mecanismos se destacam na expressão do racismo, os quais cabem muito bem para confirmar a condição racializada dos condenados da floresta: i) a afirmação de uma ausência – a falta de racionalidade, por exemplo; ii) a obsessão pela hierarquia, a superioridade de quem é proprietário em relação a quem não é, de quem sabe em relação a quem não; iii) culpar a vítima, os seringueiros como vítimas de si próprios na qualidade de ignorantes (Plácido de Castro) e explorados (Euclides da Cunha); iv) recusar empatia; v) desvalorização sistemática da vida, a fácil adoção de genocídio e de outras formas de violência, e vi) um discurso de discriminação ao contrário, que ocorre com a defesa da meritocracia em relação a de tratamento igualitário, pelo qual os cultos e os proprietários/patrões sairão perdendo. (ELLA SHORAT e STAM, 2006, p. 52/54)

No *seringalismo* as atividades servis e escravas eram reservadas aos indígenas e aos seringueiros. Pode-se ter aqui o critério étnico para os indígenas e o de origem territorial para os nordestinos. Na seringalidade, o critério pode ser inclusive pautado no racismo epistêmico (o que define como inferior em razão do nível de conhecimento formal em relação aquele superior por ter maior conhecimento) e também ontológico, que tem como inferior naturalmente o indígena por ser indígena (em razão de toda uma história de sujeição e subalternidade) e o seringueiro por ser seringueiro (e sua história também de sub humano).

Na *seringalidade*, os indígenas e seringueiros continuam sendo tratados como ignorantes e inferiores (exatamente frente ao conhecimento moderno manifestado pelos científicos e tecnológicos) – motivo pelo qual posto em “campos de reservas” - na medida em que o estado, por suas instituições e as chamadas organizações não-governamentais, os tratam como se tratasse incapazes de viver por si, pensar e criar. Para tanto, passam a inventar a respeito dos mesmos “identidades” que lhes reduzam a uma coisa (sob determinada condição, a subalterna, por exemplo) com a qual se possa melhor explorar.

Noutro sentido, prometer tratar a floresta com sabedoria, como prometem os discursos salvacionistas da sustentabilidade, é afirmar que os condenados a trataram até agora sem sabedoria, justamente no longo período em que a mesma se manteve em pé. Com isso, é o sistema cultural de produção de subjetividade, como a ideia de raça, concatenado com o modo de produção econômica e de conhecimento que, juntos, ajustam e operam a *colonialidade*.

De fato, foi o seringalismo como instituição (de saber/poder) quem definiu, na escala local, quem estaria, sob a sua estrutura de poder e de saber baseado no aviamento (os nordestinos) e também fora dele (os indígenas), na linha do humano e abaixo dela. Sob o estatuto do ser estavam logicamente todos aqueles ocupantes dos postos hierárquicos acima daqueles considerados abaixo, os nordestinos transformados em seringueiros, e bem mais abaixo, as populações indígenas. Assim, o

racismo estruturado pelo seringalismo sob a capa de estratificação social vai permanecer na seringalidade sob outras estratégias, desta feita sutis. Tivemos oportunidade, na presente pesquisa, de demonstrar amplamente o status de sub-humanidade reservado aos “condenados da floresta”, tanto aos chamados nativos quanto aos importados do Nordeste.

Mas o racismo empregado em torno do seringalismo pode ser observado ainda fora dele – na verdade o racismo vem de longa data - sob o ponto de vista territorial, mormente em um breve exercício de comparação dos tratamentos conferidos a dois tipos de mão de obra utilizada na época: a do imigrante europeu e a do migrante nordestino. Nesse sentido, vejamos o registro de Oliveira Sobrinho à apropriada observação que Mário Guedes fez em sua obra *Os Seringaês (pequenas notas)*, de 1914:

A perspicácia de um autor como Guedes (1904: 190-4) possibilita uma comparação extremamente elucidativa entre o processo de acolhida ao imigrante estrangeiro e ao seringueiro nordestino. Com passagem paga e viajando em navios regulares de passageiros recebidos em hospedarias especiais e conduzidos às colônias agrícolas, os imigrantes estrangeiros eram preparados pelo governo para tornarem-se proprietários agrícolas ou, na pior das hipóteses, trabalhadores livres. Ao contrário a política ‘espontânea’ de importação de braços para a seringa visava, a cada etapa, o endividamento do migrante e o seu enquadramento na condição de trabalhador dependente: desde o momento em que sai de sua terra o futuro seringueiro já vai se tornando prisioneiro do agenciador e depois do seringalista, tendo que pagar-lhe todas as despesas que realiza até e para a obtenção da primeira safra. (OLIVEIRA SOBRINHO, p. 135)

É bem sabido que já existia no período do *seringalismo* manifestações de racismo intra-territorial no Brasil - das regiões sul/sudeste (tidas como superiores) em relação às regiões Norte/Nordeste (tornadas inferiores). O caso dos desterrados para o Acre é um eloquente exemplo disso. O atos de governo de envio para o Acre de desterrados entre os anos de 1904 e 1910, conforme demonstram estudos de Francisco Bento da Silva, *Acre, a Sibéria Tropical – desterros para as regiões do Acre em 1904 e 1910* (2013), a respeito do qual já falei neste capítulo.

A propósito, quanto ao aspecto racial de cor da pele, Jorge Fernandes demonstra que – embora a historiografia regional tenha invisibilizado a presença do negro na região acreana desde os primórdios do seringalismo – a sua presença chegou a ser muito maior do que a população indígena, visto que a sua formação demográfica se deu com as migrações nordestinas cujos contingentes eram, em grande medida, constituídos de pessoas de cor negra. Segundo o autor, “*a superpopulação de negros no nordeste brasileiro, por ocasião da ocupação das terras acreanas, resultou na vinda dum contingente de negros superior ao imaginado pelo senso comum*” (FERNANDES, 2012, p. 198)

É possível afirmar que, em relação à presença dos negros no Acre no período do *seringalismo*, a sua invisibilidade – tal como aquela indiferença historiográfica em relação à presença indígena na Revolução Acreana, mormente na região do Acre – se constitui, por si, em um traço forte do racismo baseado na cor da pele. Parece que o fator origem e a condição miserável, quanto aos migrantes nordestinos, já bastava para



suprir as razões da estratificação – que os coloca no polo naturalmente inferior - da então sociedade do *seringalismo*.

Mas tal estratificação étnica, racial e territorial não termina com o “fim” do barracão. Os indígenas, os seringueiros e os negros, nordestinos ou não, continuam mantidos do lado da subordinação, condição colonial inferior, que a sociedade racista do seringalismo os colocou. É no âmbito da *seringalidade* que, em 2012, Jorge Fernandes, em sua obra, interpela com veemência:

Por que a maioria das pessoas negras do Acre não conseguem chegar à Universidade Federal do Acre? Por que a maioria das pessoas no Acre residem em bairros desassistidos de investimentos governamentais como saneamento básico, creches pedagógicas e pré-escolas? Por que [o contingente de] os presidiários negros acreanos são oito vezes superiores [em quantidade] aos presidiários brancos? (Idem, p. 199)

O próprio pesquisador, que colheu dados em todos os municípios acreanos, nos informa que neles as pessoas negras estão em maioria quanto àquelas sub desempregadas, dependentes de programas sociais do governo e residente nas periferias cuja estrutura urbana e serviços básicos não chegam até lá. (Idem, p. 199)

Tanto as interpelações quanto os resultados-respostas da pesquisa realizada pelo autor são factivamente cabíveis em relação aos indígenas e seringueiros os que buscam sobreviver nas periferias da capital acreana, cujas condições já são pouco visibilizadas, e as que ainda se mantêm no interior da floresta, estas que são o foco privilegiado dos programas governamentais de desenvolvimento sustentável.

Na seringalidade, não será mais a instituição do seringalismo quem vai estabelecer a linha do humano para dizer quem é superior ou inferior – aqui não se trata mais de associar o ser ao patrão e o não-ser ao servil/escravo.

Na seringalidade, o não-ser será aquele cujo déficit de humano se caracteriza pela ausência de “civilidade econômica” – agora é a racionalidade econômica/mercadológica o parâmetro pelo qual se estabelece quem está acima ou abaixo da linha do humano desenvolvido, moderno (superior) ou subdesenvolvido, tradicional (inferior). Nesse sentido, racismo continua sendo o ato de tratar o outro como inferior dado que necessitado, em déficit, de um elemento inerente ao civilizado, que é a racionalidade econômica/mercadológica, condição para sair do “estado permanente de necessidade”.

E, assim, haja política governamental a investir na salvação das almas que ainda não estão incluídas em tal racionalidade, o que vai resultar ao mesmo tempo processos de exclusão tendo em vista que a subsunção de uma racionalidade em relação a outra não vai significar o fim do racismo haja vista que a linha divisória não deixará de existir, posto que a inclusão se faz por pura estratégia de uso instrumental (este como meio da reprodução daquela racionalidade) e modelar (pela sua modelação/adequação àquela racionalidade) do excluído. Continua sendo uma inclusão para excluir e vice-versa. A finalidade permanece sendo a mesma, é teológica, ou seja, fazer com que se acredite – se tenha fé - na

economia e no mercado como redenção dos “condenados da floresta” para o reino dos céus da colonialidade.

Muito embora *seringalismo* e *seringalidade* estejam fundados no tratamento racializante dos povos da floresta, o que vai distinguir fundamentalmente um do outro é que, no âmbito do primeiro, não havia preocupação em ocultar tal intento, já na esfera do segundo uma parte do seu esforço é investido em fazer com que isto não apareça e a outra metade está concentrada na eliminação simbólica daquela condição – o que não significa a sua extinção objetiva - por meio de políticas de inclusão, subsunção e captura desses povos para a racionalidade que os racializa. São as chamadas políticas de exclusão includente, conforme temos discorrido neste trabalho.

No âmbito do *seringalismo*, se negava a existência dos “condenados da floresta” (os indígenas como seres humanos, os nordestinos como humanos dignos). No estado da *seringalidade* se inventa um tipo de existência ontológica que satisfaça os interesses do criador, se produz sujeitos para a sujeição sem resistência. A *seringalidade* é muito mais do que um modo de domínio/exploração do ser, é um modo de produção de ser, tornando-se esta a condição para aquela. Por isso que o regime adotado pela *seringalidade* é muito mais profundo e complexo do que do *seringalismo*. Este se fundava basicamente em um tipo de exploração em que a violência era manifesta à vista de todos, seja a física inerente à relação de domínio e exploração objetiva, seja a subjetiva racializante. Já a violência empregada para o sustento da condição colonial na *seringalidade* se assenta exatamente em dispositivos discursivos que não

só a negam como se valem da capacidade de transformá-la, no imaginário de todos, no seu oposto de modo fundamentalmente dissimulado.

As condições criadas pela colonização (e que, sob outros modos, se mantém na contemporaneidade) aqui reproduzidas e interpretadas, pelas quais – fato – estavam/estão, em regra, submetidos os indígenas e os seringueiros que os situam numa condição indiscutível de presa da dominação, da exploração, da racialização - não retira outro fato muito pouco registrado nestes termos pela historiografia que é a sua resistência - sua luta contra a submissão, o seu protagonismo, de algum modo (são várias as formas de resistências) - e também até a sua adesão que vezes se confunde com estratégia momentânea de defesa, vezes é efetivamente engajamento para a reprodução por interesse pessoal. Nada disso pode extrair, a partir do olhar moderno colonial, a sua condição – em essência – de condenado.

A violência do *seringalismo* – no seu sentido mais profundo - não pode ser compreendida como um fato histórico datado, eventual, tampouco local, senão inerente à estrutura-histórica própria do padrão de poder colonial que se espalha por todo o *sistema mundo moderno colonial* afetando aqueles racializados desde o século XVI especialmente nas colônias europeias situadas nas terras ameríndias.

Não se pode deixar de considerar que tal violência, muito embora tenha como alvo privilegiado - as populações racializadas - pode ser, também, como já aventou-se aqui, reproduzida por elas. Tal fenômeno de caráter sócio psíquico ocorre graças à sedução do discurso eurocêntrico em sua

versão universal que consegue fazer com que a retórica da racionalidade hierarquizante se sobreponha. Fanon deixa patente esta dimensão.

Ter isto claro – o fato de que a mentalidade moderno-colonial se reproduz inclusive nas mentes de suas próprias vítimas - não elimina, não desfaz, não impossibilita resistência.

Entendo que, nesse sentido, o condenado da floresta não é um ser monolítico – ele é diverso em suas várias identidades – o que é, na forma do que entendo, monolítico é a condição de condenado a que o padrão de poder colonial lhe tem determinado - reservado - historicamente.

### **6.2.1 A sentença de Plácido de Castro**

Não é sem motivo a importância dada pela historiografia da *florestania* a José Plácido de Castro, com o que o coloca como um dos mais relevantes, senão o maior, dos seus símbolos-heróis, não só localmente mas também nacionalmente, posto que tal personagem histórico foi elevado ao grau de herói nacional. Por isso, vale insistir em demonstrar como Plácido faz jus à condição de representante da *seringalidade*.

Plácido de Castro foi prefeito interino do Acre no período de 1906-1907. Nesta condição, o mesmo apresentou, de sua lavra, ao então Ministro da Justiça, o *Relatório do Prefeito Interino* (PLÁCIDO, 2005). Tal peça, de elaboração minuciosa e extensa, se presta a informar ao governo brasileiro os atos administrativos praticados no período, apresentar um elenco de problemas enfrentados e de pedidos de providências. É neste documento

de onde se pode extrair um sintético perfil dos nordestinos tornados seringueiros, estes a quem Plácido foi comandante nas investidas bélicas por ocasião da chamada Revolução Acreana e, após ela, patrão-seringalista. É por esta descrição que se pode apurar o modo como Plácido – e o que ele representava no *seringalismo* - concebia tais sujeitos.

Para o Herói da Pátria, os nordestinos seringueiros “*são oriundos das classes inferiores, ignorantes e supersticiosos (...) na maioria dos casos, são completamente avessos às regras elementares de prophylaxia...*” (CASTRO, 2005, p. 208) São “*indivíduos [quando] doentes e já depauperados [que] resistem a qualquer tratamento racional a que se pretenda sujeitá-los, preferem sempre as promessas dos santos, as rezas diversas e uma multidão de outros recursos ineficazes às prescrições dos profissionais.*” (CASTRO, 2005, p. 208) “*O seringueiro, homem sempre inculto...*” (CASTRO, 2005, p. 209) “*De índole muitíssima perdulária*” (p. 205) “*Vítimas da própria ignorância*” (205)

As apontadas condições de inculto, ignorante, supersticioso e irracional – que acusa a ausência das faculdades cognitivas dos condenados - conduzem à constatação de que, por isto, são oriundos de classes inferiores ou, de outra maneira, podemos entender que por serem classificados como classes inferiores tal condição é que determina a suas condições de irracionais.

Mais. Esta dupla condição tanto ontológica de inferior quanto epistêmica de irracional, dar-se por sua própria culpa. O fato de não saber – a sua apontada ignorância – e por isto pertencer às classes inferiores - é o que o

torna vítima. Deste modo, o saber – ou seja o domínio da racionalidade moderna – e o pertencimento às classes inferiores é o que vão determinar a condição colonial do condenado e por isto justificada a negação ontológica epistêmica. Se tem conhecimento, será livre; se não, sofrerá as consequências desta condição só reservada aos inferiores. Portanto, plenamente posto na exterioridade da totalidade do ser que domina o saber.

O olhar de Plácido representava certamente o olhar da elite local proprietária – a pertencente às “classes superiores” - que, em primeira instância, exercia o poder de estabelecer o domínio, a exploração e a racialização dos nordestinos seringueiros. De fato, os caracteres colocados com vistas a desenhar, de forma genérica, o perfil dos nordestinos seringueiros, buscam estabelecer a diferença ontológica e epistêmica no *seringalismo* entre quem domina, explora e racializa e quem é posto como mero objeto disso.

Assim, vê-se um manifesto racismo ontológico, na medida em que aponta tais sujeitos como inferiores em relação aos sujeitos não nordestinos seringueiros. Também se consagra, ao mesmo tempo, um racismo epistêmico, na medida em que tem como incultos aqueles que não dominam o saber da “cultura da civilização” e, por isso, os reduz à condição de inferioridade em relação aos que detêm tal saber, os cultos.

Desde modo ajustado, constituem seres humanos inferiores por serem colocados na condição de ignorantes, supersticiosos e irracionais, eis que – por se comportarem dentro do esquadro da irracionalidade segundo os

parâmetros da racionalidade moderna - justificado a falta de resistência ontológica e daí a justificada condição e tratamento sub humanos. Tudo pronto e autorizado, campo aberto e legitimado para o trato nessa exata medida.

O que não é nada incomum para quem professa tal crença – na verdade é a parte, senão a essência, moderna dele - é que, por outro lado, Plácido tinha um discurso salvacionista – a retórica salvacionista - em favor do lugar e da sua população, seja como “revolucionário”, seja como político (quando prefeito interino do Acre) seja como seringalista-patrão.

Não foi por outro motivo – o racial e o retórico - que o mesmo foi justamente coroado, em função da história oficial - aquela que relata a história da modernidade e não da colonialidade - e pelo governo brasileiro como o “Libertador do Acre”, introduzido no Panteão da Pátria e da Liberdade e inscrito no livro dos Heróis da Pátria.

Com tal discurso, o herói da modernidade no seringal reproduz exatamente o modo de operação próprio do racismo moderno colonial. Inventa hierarquias (e se apropria e reforça as já existentes) para prometer aboli-las. Ele faz uso dos mecanismos da dominação ontológica e também epistêmica pelos quais a racionalidade, como totalidade, se impõe à sua exterioridade, esta como fora (a falta) daquela, negando a quem se encontra (é posto na condição de) excluído a capacidade de ser. Com isso, adotar o índio como não-ser e o nordestino seringueiro como quase-ser é condição *sine qua non* para as suas promessas de salvaçãoes moderno-coloniais.



E será fatalmente a manifestação racializantes dos condenados da floresta como seres inferiores - que fundamentará – justificará – o tratamento e eles reservado de dominação e exploração.

É com o racismo que se tem a medida exata do que é e do que não é humano. E tal medida tem – na verdade é essencial que tenha - seus efeitos concretos para o mundo social. Afinal, foi o *seringalismo*, como instituição, que definiu quem estaria na linha do humano como superior (os seringalistas) e inferior (os nordestinos seringueiros). Havia, porém, quem o *seringalismo* conseguiu desconsiderar como humano, os indígenas.

### **6.2.2 Os caboclos do Juruá**

As marcas de racialização sofridas pelos índios Kaxinauí do Vale do Juruá, notadas pelo antropólogo acreano Terry Valle Aquino em sua obra *Índios Kaxinauí: De seringueiro caboclo a peão acreano* (AQUINO, 1982), muito mais do que exemplares históricos - quanto a este aspecto - pelas quais as populações indígenas em todo o estado foram e continuam sendo tratados, se constituem na revelação epistêmica de um dos elementos fundantes da colonialidade que ainda a alimentam até hoje.

Após reproduzir dezenas de frases raciais que são proferidas contra indígenas Kaxinauí por seringalistas-patrões e gerentes de seringais da região do Juruá, Aquino organiza em duas séries o que vai chamar de estereótipos/imagens falsas atribuídas aos indígenas que são

denominados de caboclos quando trabalham na atividade de extração da seringa.

Na primeira série, o autor seleciona as que dizem respeito ao racismo sofrido pelo indígena em relação à categoria trabalho: *preguiçoso, vagabundo, ocioso, irresponsável, nação sem ambição, inconstante, nação sem futuro*. Na segunda série, temos, segundo Aquino, que as palavras dizem respeito à negação de sua humanidade: *traíçoeiro, sebosos, vingativos, feiticeiros, parecidos com animais*.

Nas palavras de Aquino:

A persistência da linha étnica mantém, portanto, a função latente de justificar a super exploração da força de trabalho indígena na região. É nesse sentido que se pode dizer que não se é caboclo impunemente na região do Alto-Juruá e, provavelmente, em toda a Amazônia brasileira. (AQUINO, 1982, p. 121)

Como vemos, o antropólogo entende que o racismo tem uma finalidade típica para o tratamento moderno colonial na medida em que atribui a racialização dos Kaxinauí às suas explorações no *seringalismo*, o que “*teria como função reforçar ainda mais a exploração da força de trabalho dos diversos grupos indígenas engajados na empresa seringalista e nomeados indistintamente de caboclos.*” (p. 212) De fato, o tratamento racializantes sofrido pelos caboclos funciona ali não só como justificativa e reforço da exploração da força de trabalho mas também, desta feita no *seringalismo*, como renovação do salvo conduto para a contínua dominação, exploração e racialização dos condenados.

Aquino registra ainda que o racismo só cessa quando os Kaxinauí são enquadrados na “*categoria de ‘cruzado’ ou ‘misturado’, ou seja, quando*

*o pai ou a mãe é classificado como cariu* [branco]”. (p. 123) Mesmo assim, é possível que esse “cessar” seja relativo em razão de que, de qualquer modo, esse estado genético híbrido produzirá um novo tipo de diferenciação o qual, também de algum modo, estabelecerá igualmente um novo tipo de racialização. Afinal, não se estará diante de um “sangue puro”, nem para um lado nem para um outro.

Nos passos das lições de Frantz Fanon, Lewis R. Gordon entende que “*o racismo e o colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele*”. (GORDON, 2008, p. 15) Com isso, aponta este autor que,

A questão da língua também levanta outras questões mais radicais sobre o seu papel na formação dos sujeitos humanos. Fanon argumentava que a colonização requer mais do que subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e de se entenderem. (GORDON, 2008, p. 15)

Este fenômeno Gordon vai denominar de colonialismo epistemológico, o que, como entendo, vai produzir um racismo epistemológico também. Ocorre, ainda, especialmente no rol da segunda série, o que podemos denominar de colonialismo ontológico que produz racismo ontológico, isto porque ambos buscam afetar o ser em sua humanidade de modo a expressar a intenção de negá-la.

Aquino vai registrar outro fenômeno criado pelo racismo no *seringalismo* que é a sua reprodução na mente dos próprios sujeitos racializados. O que ocorre quando os Kaxinauá passam a

Desesperadamente assemelhar-se ao ‘cariu’, atribuindo estas mesmas qualificações [racistas] a

outros grupos indígenas que eles conhecem ou de que ouviram falar, na região:

Tem muitas nação de caboclo. Cariu pensa que é uma nação só. Tem os campa, os Culina, os Papavô, os Natukinas. Eles é que são culpados dos cariú falar mal dos caboclos, porque pensa que tudo é uma nação só. Eles é que não corta seringa, é que são preguiçoso e perigoso. Eles só vivem do roubo, não tem legume, não tem canto certo vive de arribada que nem queixada. Eles é que bota feitiço. Eles é qui são o caboclo malfazejo. Nós caboclo Kaxinauí tiramo tudo pela moda cariú'. (AQUINO, 1982, p. 122)

Essa busca “desesperada” de identificação com os Cariú funciona como meio de fuga da condição racializante a que são vítimas. Afinal, registra Aquino: “*A identidade do caboclo é a identidade de segunda categoria da empresa seringalista.*” (p. 124)

Esta posição Frantz Fanon já observou no negro racializado: “*Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco*”. (FANON, 2008, p. 28)

Para o caboclo, seu destino era Cariú. É quando: *Nós caboclo Kaxinauí tiramo tudo pela moda cariú’.*” Nesse sentido, do mesmo modo que “*para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco*” (p. 93), para o Kaxinauí sua alteridade era o Cariú. O mesmo branco de lá é o de cá.

Aquino vai apontar que com a *frente agropecuária* outra modalidade de racismo epistemológico vai surgir com a instituição de um novo par relacional de identidades pelo qual é possível se estabelecer/manter o critério racial para o continuado regime de dominação e exploração. De Cariú versus Caboclo agora temos Paulista versus Acreano, sempre de modo a representar, como afirma Aquino, a marca da “*superioridade dos primeiros como contrapartida à inferioridade dos segundos.*” (p. 124)

Da ótica dos paulistas, eles representam as imagens dos novos colonizadores da região, como pioneiros, principalmente como os novos proprietários do Acre. Consideram-se como agentes do progresso que trazem inovações tecnológicas, muito dinheiro, o progresso, a justiça social, o direito etc. (AQUINO, 1982, p. 124/125)

É de se observar o campo semântico adotado pelo discurso dos “*novos colonizadores*”, os “*novos proprietários*”, “*agentes do progresso*” com as suas “*inovações tecnológicas*”, “*muito dinheiro*”, “*justiça social*”, “*direito*”.

E assim, passam a usar

...dos mesmos estereótipos com o que o cariú discrimina o caboclo, para qualificar os acreanos, como preguiçoso, malandro, vagabundo, gente sem mentalidade, sem pensar no futuro, atrasado, não sabem trabalhar com a foice, mão-de-obra de baixa produtividade, invasores de terra etc. (p. 125)

Na sequência desta passagem, o antropólogo, de novo, reitera a função de tal racismo, quando afirma que:

Tais estereótipos são racionalizações justificadoras do domínio e da espoliação da força de trabalho dos acreanos. Estes são definidos como o resultado do cruzamento do índio com o cearense e com o peruano, resultando dessa mistura um ser ambíguo e inferior. (p. 125)

Todavia, Aquino vai, ao final, concluir que

Na nova frente, o elemento étnico perde a sua eficácia social como classificador ideológico. Para os paulistas, tanto faz que suas forças de trabalho seja indígena ou não. Todos são caracterizados como acreanos e portanto peões em potencial para o trabalho nos desmates. (p. 128)

Nesse sentido, para Aquino “*A linguagem que expressa as novas relações sociais engendradas na frente agropecuária desvanece a linha étnica e*

*possibilita a emergência de uma linha de classe, de uma forma mas marcada socialmente.”* (p. 129)

Para Aquino, o que passa a emergir são agora duas classes, a dos proprietários da terra e a dos trabalhadores, razão pela qual a ideologia não será mais étnica senão de classes.

Como entendo, contrariamente ao que supõe Aquino, o elemento étnico – que é o elemento racial a imperar no *seringalismo* – não perderá, em favor da ideia de classe, a sua eficácia sob a égide dos “paulistas”, só porque os “caboclos” passaram a ser tratados por estes como “acreanos” e “peões”. Penso que a alteração semântica, no caso, não serve para alterar o pressuposto racista que alberga as relações no *seringalismo*. Com efeito, o “acreano” e o “peão” continuam a comportar os mesmos caracteres estruturantes da inferioridade contidos nos “caboclos”, o que significa dizer, na linguagem relacional, que os “cariús” e os “paulistas” também comportam os mesmos caracteres estruturantes da superioridade. Nesse exato sentido, é o próprio Aquino quem afirma que são os “paulistas” que passam a manipular “*os mesmos estereótipos de “preguiçoso”, “atrasado”, “sem ambição”, “sem futuro” etc que o patrão seringalista antes atribuía ao seringueiro “caboclo” para qualificar os acreanos e, assim, justificar a exploração da força de trabalho.*” (p. 138)

Como os “acreanos” e o “peões”, na visão dos “paulistas”, passam a ser o símbolo de não-ser (como eram os caboclos), os paulistas (como os Cariús) continuam na condição de ser, segundo eles próprios.

O que equivale dizer que o elemento racial resiste - isto é, é contemplado/absorvido também pela *frente agropecuária* e uma possível ideia de classe - haja vista que continuará justificando os processos de domínio e exploração dos condenados não exata e tão-somente porque são mão-de-obra - e por isto se colocam no polo do *trabalho* frente ao do *capital* - mas porque são tidos historicamente como naturalmente inferiores epistêmica e ontologicamente. É possível concluirmos que o racismo, como um princípio estruturante de hierarquização racial na organização social moderno-colonial, continua a justificar a exploração e dominação de classe, desde o início da colonialidade, daí pressuposto do *seringalismo*, da *seringalidade*.

### **6.2.3 Os silenciamentos e armadilhas da historiografia oficial**

Começamos procurando apontar um dos modos de sentenciamento dos condenados, isto é, o que falta nos relatos da história tradicional e/ou oficial, o que quer dizer, o que eles buscam encobrir. Os indígenas e os negros constituem as invisibilidades mais marcantes da historiografia acreana. Vejamos como isto se dá em relação a cada um deles.

#### **6.2.3.1 Índios, os estorvos (in) úteis da história e uma certa historiografia indígena**

Os indígenas, muito embora inexistentes nos relatos da chamada “Questão do Acre” (como é fácil ver pela sua versão oficial da *Revista Acre em Números nas suas edições até 2013*), quando aparecem no plano

dos relatos da colonização da região estão reduzidos como algo - senão uma coisa animal, portanto não-humana - a ser extirpada do caminho, se resistente, ou adotada como servil, quando subsumida como produtivo. Nas duas opções, necessariamente destituídos de seus territórios, suas culturas, suas humanidades.

Nesse sentido, a sua ausência na historiografia nada mais é do que a reprodução do desejo e da realização dos fatos moderno-coloniais daquele tempo então presente. Sua existência re-existência só se faz digna de registro para dar lugar como contraponto aos fundamentos da modernidade: *o novo, o progresso e a civilização*. Para justificar tais fundamentos será preciso colar lado a lado – a perspectiva binária - os seus inversos – tão bem simbolizados pelos indígenas - representados, segundo o discurso moderno-colonial, no *primitivo, no atraso e na barbárie*.

Segundo Manoel Estébio Cavalcante da Cunha,

Esta mentalidade foi adequada para justificar a ocupação de um território que embora densamente povoado por numerosas etnias indígenas fosse considerado como deserto, e objeto de intensa disputa litigiosa envolvendo três nações: a brasileira, a boliviana e a peruana. Nenhuma delas considerava qualquer possibilidade de reconhecimento de direitos às dezenas de etnias já presentes no território, e que constituíam uma população estimada, segundo Calixto et all, (1985 p.16), em cerca de 60.000 (sessenta) mil habitantes. (CUNHA, 2009, p. 73)

Depois de afastados do caminho – que seria o do processo civilizador da floresta - pelos caucheiros peruanos e bolivianos e pelo *seringalismo* brasileiro, a historiografia acreana, especialmente por sua parte mais epopeica - a Questão do Acre - puderam seguir suas traçadas rotas



produzindo, entre “bandeirantes da floresta”, seus heróis brancos e embranquecidos, o modelo de civilização moderna.

Por outro lado, tem-se construído uma historiografia, digamos específica e de circulação restrita, sobre a história dos indígenas no Acre, pela qual a mesma é dividida temporalmente em cinco momentos distintos e sucessivos: o Tempo das Malocas; o Tempo das Correrias; o Tempo do Cativo; o Tempo dos Direitos e o Tempo da História Presente (IGLESIAS e UCHOA, 1996)

Tal periodização se encontra originalmente na *Cartilha História Indígena*, editada pela Comissão Pro-Índio do Acre em 1996. Segundo seus organizadores

História Indígena é a primeira cartilha da disciplina de história destinada às escolas da floresta, dentro do Projeto de Educação ‘Uma Experiência de Autoria’ que a Comissão Pro-Índio do Acre desenvolve desde 1983. Os textos foram produzidos pelos professores índios do Acre e do Sul do Amazonas durante o XIV, XV e XVI Cursos de Formação, ocorridos nos anos de 1995 e 1996, bem como em trabalhos de pesquisa desenvolvidos em suas aldeias. (IGLESIAS e UCHOA, 1996)

Esta historiografia tem sido reproduzida por estudiosos indígenas e não indígenas e também por edições oficiais. Por exemplo, o indígena, da etnia Apurinã, Ywmonyry Mywtymanety (Francisco de Moura Candido) a adotou em sua dissertação de mestrado *BR 364: Análise da Sustentabilidade das Medidas Mitigadoras e Compensatórias na TI Colônia 27* (CANDIDO, 2012). Tentaremos, de um fôlego, reproduzir em parte a leitura deste pesquisador quanto a esta periodização.

O Tempo das Malocas é o tempo mais antigo dos indígenas do Acre, o tempo das origens em que não havia contato com os brancos e que a liberdade vigia para todos. Depois veio o Tempo das Correias, quando tem início na região as investidas dos caucheiros peruanos e do seringalismo pelos quais os indígenas eram expulsos de suas terras, eram assassinados, as mulheres e crianças sequestradas tornando-se servis dos seringalistas para a extração da seringa. Período em que os indígenas *“eram vistos como barreiras ao dito desenvolvimento.”* (P.32) Na sequência veio o Tempo dos Cativeiros que eram a continuidade do Tempo das Correrias, quando os indígenas foram levados a trabalhar para os seringalistas na produção da borracha obrigados a se submeterem ao regime do aviamento que, a exemplo dos seringueiros nordestino, os transformavam em escravos dos patrões. O Tempo dos Direitos surge na década de 70 com a chegada da FUNAI e a *“sensibilização de outras entidades, como: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pró-Indígena do Acre (CPI) e Conselho de Missão entre Indígenas (COMIM).”* (p. 35) Nesse período, a luta dos indígenas se dava em torno principalmente pela *“demarcação de suas terras e a retirada dos ocupantes não indígenas dessas terras”*. (p. 32) É quando surge o chamado movimento indígena para a defesa de seus direitos, quando é criada a União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia-UNI. O Tempo da História do Presente, segundo Candido muito embora tenha se caracterizado pela abertura de diálogo entre as comunidades indígenas e as esferas governamentais, *“os povos indígenas continuam enfrentando resistências na busca por uma política adequada e que atenda de fato suas diferentes necessidades.”* ((p. 39)

Esta periodização da história indígena no Acre nos possibilita levantar pelo menos quatro questões significativas para se pensar a historiografia local sobre as quais vale a pena problematizar, no contexto do presente trabalho.

A primeira é que, com este relato, os indígenas passam a possuir sua própria versão sobre a qual a historiografia tradicional/oficial local tem sido indiferente. É quando os indígenas passam a dominar os relatos sobre si próprios quebrando a hegemonia que possui aquele tipo de historiador (e de relato historiográfico) mormente legitimado pelo aparato epistemológico e institucional da academia de forte tendência eurocêntrica e também dos registros oficiais do estado.

A segunda questão é que, mesmo com todo o seu significado positivo - enquanto uma historiografia de resistência paralela afirmada pelos próprios indígenas - o que se observa é que a mesma parece receber uma influência determinante da historiografia ocidental- eurocêntrica quando contém traços de cunho linear/diacrônico, evolutivo e universal.

O que se percebe é que essa periodização em forma de etapas de tempos cada qual com uma característica própria - momentos históricos sucessivos, e ainda como se o tempo seguinte fosse a superação do anterior - conduz a uma visão da história fundamentalmente determinada pelos ciclos do relato moderno ocidental que procura abolir a heterogeneidade histórica-estrutural se pautando num relato universal dentro de uma linha espacial e temporal a partir do que tudo (todo tempo e todo espaço) fosse determinado por um tempo e um espaço centrais e

únicos. Eliminando a possibilidade de coetaneidade de tempos e de espaços.

Como posto nesse sentido, é como se o tempo das malocas não mais existissem, como se eles tivessem evoluído para um tempo sem maloca. É como se correias e cativeiros – que poderíamos reduzir à violência que sofrem os indígenas em suas mais diversas matizes - fossem definitivamente eventos do passado. É como se o tempo dos direitos tivesse suplantado o tempo dos não direitos. E que este direito posto – no caso o direito positivo estatal - fosse o direito esperado diante do não-direito. Aqui parece se eliminar a possibilidade de ter o próprio direito, senão aquele positivado. É o tempo do pior substituído pelo tempo do melhor. É quase como se se quisesse dizer – e se aceitar – que haviam tempo e espaço primitivos dos quais as sociedades primitivas têm sido, paulatinamente, em períodos históricos, retiradas. É quase como se quisesse dizer – e se aceitar – que a civilização tem sido responsável pela superação daquele passado, na medida em que aboliu a barbárie, o caos, o atraso, quando instituiu o direito, por exemplo. Parece que a história, por esta linha de periodização linear, evolutiva e universal, caminha do ponto zero – quando tudo era atraso – para o ponto da modernidade – quanto tudo é liberdade, progresso, desenvolvimento...

Para Santiago Castro-Gomes

Temos que aprender a pensar a história em termos de agenciamento maquínicos e não em termos lineares e etapistas.”

(...)

Nenhum dos dispositivos históricos que marcaram a evolução do capitalismo desaparece, senão se integram a máquinas mais complexas, mais globais,

mais multifacetadas.” (CASTRO-GOMES, La reforestación del mundo de la vida, s/d.)

Adaptando, diria que os métodos de violência que os condenados foram vítimas no *seringalismo* não deixaram de existir senão se mantêm sob outras formas mais complexas, mais globais, mais multifacetadas.

Na esteira de Nelson Maldonado-Torres, fundado em Fanon, diria que hoje há um só tempo para os condenados, e esse tempo é o tempo da guerra permanente na qual lutam para não morrer, e não morrer é resistir ontologicamente o tempo todo, tempo todo que é sempre o tempo atual. É possível perceber indícios daquilo que Edward Said vai chamar de algumas ideias pelas quais se sugere ou implementa o domínio imperial, o que aqui vou entender como domínio da episteme da modernidade que a historiografia indígena parece inconscientemente conter. A primeira se entende como a recusa da “*simultaneidade (Johannes Fabian)*” temporal e espacial sobre a qual fizemos referência no parágrafo anterior e que vai possibilitar a centralidade do discurso do outro ante a (sua) periferização do resto. A segunda, com esquemas ditos evolucionários que vai “*das raças primitivas, passando pelas raças submetidas, até por fim chegar aos povos superiores ou civilizados*”. A terceira, com a ideia de que o ocidente tem dominação ativa sobre o mundo não ocidental, o que obriga aquele a assumir o fardo da missão civilizatória (o direito como um dos seus instrumentos). A quarta, com o poder de modelação sobre o outro que a dominação possui (aceitar o relato do outro já se constitui na aceitação dessa modelação). E quinta, com o poder criativo das atitudes imperiais, digo, moderno-coloniais) “*pela capacidade de gerar imagens*

*estéticas e intelectuais curiosamente autônomas.”* (SAID, 2011, p. 183/186)

É claro que tais ideias, entre outras do estilo, têm se constituído a base da sedução utilizada pela modernidade com a qual a *seringalidade* tem se servido para o exercício do domínio, da exploração e racialização dos demais condenados da floresta. Ideias tais que têm sido reproduzidas e internalizadas amplamente.

A terceira questão, é que, pelo conjunto das partes que constituem tal historiografia, é possível perceber que aquela periodização fortemente influenciada pelo discurso historiográfico ocidental não resiste à prova de realidade histórica. Afinal, não consegue, como intenciona no fundo (com toda legitimidade que tem a esperança de um condenado), culminar com um final feliz para a luta/vida dos indígenas no Acre. Final feliz que seria a saída da condição colonial a que são mantidos – em maior, médio ou menor grau (se é que se pode graduar a violência) – desde o início da colonização.

Não importando o grau da condição moderno-colonial, o fato é que tal condição ainda permanece malgrado cada vez mais invisível (pelo menos para grande parte da população). No nosso entendimento, entendimento esse que pauta a presente pesquisa, a condição colonial a que os indígenas sempre estiveram adstritos desde o *seringalismo* no Acre ainda continua na seringalidade (com seus agenciamentos maquínicos, com aponta Santiago Castro-Gomes), desta feita, certamente, com outras características, as modernas, as quais têm conseguido camuflar a

*colonialidade* com seus dispositivos dos quais *desenvolvimento sustentável* e *florestania* se destacam. É o que temos procurado demonstrar aqui.

A quarta e última questão diz respeito, segundo entendo, à necessidade e importância de se contextualizar historicamente, numa dimensão de longa duração e global, os cinco tempos da historiografia indígena. O que equivale reclamar uma leitura da condição moderna colonial porque têm sofrido as populações indígenas no Acre, no Brasil, na América latina, desde o século XVI. Compreender a questão indígena no Acre – a partir da sua condição moderno-colonial – é ir além do Acre não só geopolítica como epistêmica e ontologicamente. Pensar a sua historicidade – mesmo que em forma de tempos históricos locais - fora do contexto do *sistema mundo moderno colonial*, limita, sobretudo sem considerar o fato de que estamos sob o império *continuum* de um padrão histórico de poder colonial de longa duração que os racializa para inferiorizá-los. E, o que é pior, pode – como sói tem acontecido - nos tornar presa fácil – reprodutor, inclusive - do domínio, da exploração e da racialização que lhe tem sido profundamente inerente. Como nos propõe a teoria decolonial, as histórias locais não podem e não devem ser explicadas por elas mesmas, senão pela sua localização na densa rede de relação de poder no *sistema mundo moderno colonial* e das epistemologias dele advindas.

Sob o ponto de vista decolonial, quero sugerir que, para o condenado da floresta, o indígena especialmente, somente existirão dois tipos de tempos: de um lado, o tempo da paz (e da liberdade), quando não havia contato com o mundo moderno colonial, e de outro, o tempo da guerra

(MALDONALDO-TORRES, 2007), isto é, da dominação, da exploração e da racialização - quando o condenado passa a ser tratado como não humano, como não ser. Podemos chamar o primeiro tempo como o *tempo de antigamente* e este segundo como o *tempo presente*. Aquele, como o tempo que acabou, e este como o tempo que não acaba nunca.

Há um belo poema *Tudo está diferente* (VINNYA; UCHOA; TEIXEIRA, 2006, p. 46/52), de autoria do indígena Nani Yawanawá, do povo das cabeceiras do Rio Gregório, no município de Tarauacá, em que o autor estabelece estes dois tempos, o de antigamente e do presente. É destes dois tempos de onde a sua fala se coloca. O poema é um verdadeiro inventário histórico em que o autor registra dois tempos distintos, descrevendo o que se passa em cada um deles, por um exercício de comparação. Sempre, ao final das descrições/versos, vem a frase que se repete o tempo todo como se fosse uma oração: *tudo mudou, tudo está diferente*. Vamos aqui mostrar a primeira série de versos e depois o verso final.

**Tudo está diferente (Nani Yawanawá)**

Antigamente tudo era diferente  
para os índios Yawanawá.  
Os índios caçavam, pescavam e  
não tinham terra demarcada.  
Hoje já está diferente, os índios  
Yawanawá não podem mais caçar,  
pescar  
fora das suas terras demarcadas.  
Tudo mudou, tudo está diferente.

Antigamente os índios Yawanawá  
moravam  
todos juntos num Kupixawa só.  
Hoje já está tudo diferente.



Cada família em suas casas.  
Tudo mudou, tudo está diferente.

Antigamente os Yawanawá não  
tinham rádios,  
toca fitas e nem rádio de  
comunicação.  
Hoje já todos os índios compram,  
usam, gravadores e toca fitas.  
Tudo mudou, tudo está diferente.

Antigamente os índios Yawanawá  
não dormiam  
na cama nem nas redes  
industrializadas.  
As redes eram feitas por mão  
própria, confeccionados com  
fibras de  
tucum e algodão  
Hoje todos os índios já usam e  
compram redes e cobertores.  
Tudo já mudou, tudo já está  
diferente.

Antigamente os índios Yawanawá  
não tinham motores  
e nem o conheciam.  
Para viajar de barco só usavam  
remo e varejão.  
Hoje já tem motores yamar,  
moto-serra.  
Tudo mudou, tudo está diferente.

Antigamente os índios Yawanawá  
não falavam  
a língua portuguesa, todos  
falavam língua nativa.  
Hoje já está tudo mudado.  
Os jovens, as crianças  
falam a língua portuguesa.  
Tudo mudou, tudo está diferente.

(...)

Tudo era fácil e tudo era difícil.  
Hoje as coisas mudaram muito.  
Cada macaco no seu galho.

Por isso, continuo dizendo  
tudo mudou, tudo está diferente.

E, no último parágrafo do poema, Nani Yawanawá irá acrescentar duas fortes e significativas características com vistas a distinguir o tempo histórico do antigamente - onde “*tudo era fácil e tudo era difícil*” - do tempo do presente - em que se vive ao modo de “*cada macaco no seu galho.*”

A tal respeito, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha vai concordar que “*Sem dúvida, a história indígena tem duas eras. Como disse Marawê, índio Kayabi do Parque Nacional do Xingu, a história deveria ser bipartida em A.B e D.B (Ferreira 1989), ou seja, antes do Branco e depois do Branco.*” (CUNHA, 2009, p. 129)

Quero ainda sugerir que Nani Yawanawá está falando do tempo e não de si, de sua ontologia, de seu ser. Muito embora afirme que no tempo presente tudo mudou, tudo está diferente, ele próprio demonstra não ter mudado ou se transmutado junto ou em função desse tempo. Essa possibilidade de imutável – que no caso é concreta - pode ser encontrada exatamente na sua fala. Uma fala que observa os tempos, convive com eles – senão neles - mas não se entrega às suas mutações ou é por eles atingido em seu ser. É que ao vê-lo, resiste. Ver é ter dele consciência. É que o tempo presente não é o seu tempo – no sentido de que é o tempo da guerra, o tempo da modernidade/colonialidade, o tempo de *cada macaco no seu galho*, o tempo das reservas, o tempo do individualismo, da divisão da alteridade - senão aquele de antigamente, o do fácil porém difícil, o da união, o da comunidade.

### 6.2.3.2 Os seringueiros sem cor

Em *Os Negros na Amazônia Acreana* (FERNANDES, 2012), o pesquisador Jorge Fernandes levanta elementos históricos contundentes do quanto foi negado o registro da presença do negro no Acre, desde as origens do seu “processo civilizador”. Como constatam Pacheco e Albuquerque no prefácio desta obra, os negros no Acre, em razão de sua invisibilidade como integrantes do “silêncio historiográfico”, são tratados como “*uma população batizada com outras identidades historicamente atribuídas, invisibilizadas em suas matrizes étnico-raciais.*” (PACHECO e ALBUQUERQUE, 2012, p. 9)

Fernandes, em meio a franca dificuldade de encontrar elementos probatórios explícitos da presença do negro na região no *seringalismo*, seleciona peças do quebra-cabeça da história não registrada, numa tarefa, ainda que precária, de remontagem historiográfica buscando revelar outros territórios, outros tempos, outras vidas coevas à história oficial acreana, esta que busca reduzir a heterogeneidade histórico-estrutural a um relato monolítico dos fatos históricos, dos territórios e dos saberes e pensamentos, tarefa tão própria da modernidade/colonialidade.

O autor começa citando o registro do historiador Marcos Vinicius Neves em seu artigo *A cor do invisível* (NEVES, s/d, p. 11) de que o diretor de índios Manoel Urbano da Encarnação era negro. (p. 28/29) Tal afirmação, de fato, se deve à manifestação do pesquisador inglês Willian Chandless a quem Encarnação “serviu de guia” numa das expedições que fez na região em meados do século XIX (TOCANTINS, 1973, p. 95).

Fernandes também chama atenção para o fato de que existia na Vila Rio Branco (hoje capital Rio Branco) um bairro (hoje Seis de Agosto) cuja rua principal denominava-se de Rua da África (em alguns documentos cartorários era registrada como Rua Africana), justamente, segundo o historiador Marcus Vinicius Neves (Idem, p. 13), porque ali residiam famílias negras. (p. 30/31) Seguindo suas buscas de indícios, Fernandes aponta o registro de Italva Miranda da Silva, em sua dissertação de mestrado *Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana* (SILVA, 2009) segundo a qual os negros aportados na região acreana, justamente na Rua da África, eram originários tanto do nordeste quanto de Barbados, ilha caribenha, estes vindo para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e fugiam para o Acre (p. 34), também confirmado por Neves na obra aqui citada.

Segundo Neves “*A única lacuna existente a esse respeito se refere ao fato de que ainda não encontramos vestígios arqueológicos ou históricos que revelem a presença de quilombolas em terras acreanas. Apesar dessa presença ser perfeitamente possível...*” (NEVES, p. 12) Ainda de acordo com o historiador, grande parte dessa memória se deve à história oral, como é o caso raro dos registros da cor da pele de dois combatentes na revolução acreana, Capitão Ciríaco, “*um caboclo escuro*”, e Pio Nazário, (NEVES, p. 13)

Outro assentamento digno de nota – sobretudo porque nele se pode ver a marcha invisibilizante do negro no Acre - é o de que dois movimentos revolucionários ocorridos na cidade do Rio de Janeiro – A Revolta da

Vacina e a Revolta da Chibata – fizeram com que as autoridades locais realizassem “limpezas sociais” na cidade expulsando/desterrando “as classes perigosas”, formadas por pobres e negros, “*o destino dos negros rebeldes cariocas no início do século XX, ao final da Revolta da Vacina.*” (p. 37) e também da Revolta da Chibata, com os marinheiros negros.

O historiador Francisco Bento da Silva, em sua obra *Acre, a Sibéria Tropical – desterros para regiões do Acre em 1904 e 1910* (SILVA, 2013), realiza uma profunda pesquisa a tal respeito, e, muito embora seu interesse historiográfico não esteja voltado para apurar a presença de negros no Acre, sua conclusão a este respeito é de que, realmente,

O pessoal” que estava seguindo para o Acre era basicamente composto de negros e mestiços, como atestam as fotos, as charges, as matérias de jornais e os processos criminais que foram coligidos sobre alguns dos desterrados. Isso é válido tanto para os desterrados de 1904 quanto para aqueles de 1910. (SILVA, 2013, p. 110)

De fato, frente ao “silêncio historiográfico” sobretudo escrito, Itálva Miranda da Silva entende que “...é possível observar nas fotografias dos pioneiros nordestinos que ao contrário do que propagam os meios oficiais, a comunidade negra teve aqui [no Acre] importante participação na formação étnica da população.” (SILVA, 2009, p. 22) Como ilustração desse registro imagético ante a mudez da palavra, podemos apontar, na obra de Francisco Bento da Silva, a forte presença, entre os condenados ao “acricídio”, de homens e mulheres negras, graças, sobretudo, aos registros fotográficos e de charges jornalísticas da época, como é possível demonstrar.

No plano das imagens, a charge da capa da obra de Silva (SILVA, 2013) – que mostra um soldado de cor negra (representando o Estado) escoltando um homem de cor branca (o deserdado) para o Acre - não vai condizer efetivamente com a imensa maioria das imagens que constituem a obra pelas quais se vê a inversão desses papéis. Senão vejamos. Na charge 02, “A separação na Ilha das Cobras” (p. 115), é fácil observar que as “mulheres do pessoal” e seus filhos são todos negros e o chefe da polícia branco. No fundo, vê-se também policiais brancos diante de presos negros. Na charge 03, “A flor da gente” (p. 117), vê-se não só pelo desenho como pelos apelidos de três dos personagens (Chico Beirão, Cortiça Queimada e Tônico Garnizé) que todos são negros. Segundo o próprio Silva, “o autor da charge procurou associar a Flor da gente aos negros e mestiços, reforçando assim certos estereótipos já existentes naquela sociedade sobre pessoas.” (p. 118) Na charge 04, “Pobre D. Bernada!...” (p. 120) em que se retrata a personagem observando os presos sendo levados para o embarque para o Acre, entre eles negros. Na charge “Confidências a bordo” (p. 123) que ilustra a capa da parte II da obra, estão dois sujeitos, um de cor escura e outro menos cujo diálogo iniciado com a seguinte frase: “- *Aqui está o que nós cavamos: cá vamos para o Acre – hein? Crioulo!*” Na foto 05, “Os prisioneiro das Ilhas das Cobras” (p. 153) vê-se negros entre eles.

Mesmo diante destas evidências, os pesquisadores da história acreana, de acordo com Fernandes, em sua grande maioria, quando não dizem que “a participação africana praticamente inexistiu na formação geral do Acre (RANCY, 1986, p. 62)”, preferem o silêncio, caso do livro *História do*

*Acre*, do historiador Carlos Alberto de Souza (SOUZA, 1995) o mais adotado como livro didático de história do Acre nas escolas acreanas, no qual não se faz, como aponta Fernandes, em toda a sua extensão, sequer menção à palavra *negro*. (FERNANDES, 2012, p. 199/200).

### **6.3 Sobre algumas estratégias da *seringalidade***

A *seringalidade* tem se manifestado por muitos e variados modos entre os quais, de um lado, pela desconstrução, na prática, de seus discursos (o que é possível ver, por exemplo, dentro das reservas extrativistas), e, de outro, pela atualização de sua retórica salvacionista dos condenados (com os planos e formação de agentes de desenvolvimento e de empreendedores). O presente item tratará de tais estratégias hodiernas.

#### **6.3.1 As reservas do presente – breve panorama por dentro das RESEXs**

Alguns pesquisadores têm entrado literalmente dentro da floresta acreana, especialmente das reservas extrativistas em suas relações, de onde têm extraído informações importantes não só para a compreensão de seus papéis na atualidade mas também para, em grande medida, se apurar o dissenso entre a propaganda governamental e a realidade dos condenados. Na sequência, vou apresentar um pequeno painel a partir dos trabalhos de Carlos Estevão Ferreira Castelo, Gisele Elaine de Araújo Batista Souza, Maria do Perpétuo Socorro Alves da Fonseca, Nazira Correia Camely e Karina Furini da Ponte, dos quais colhi alguns dados

que considero pertinentes para melhor compreensão do contexto de minha pesquisa.

Carlos Estevão Ferreira Castelo (CASTELO, 2015) pesquisou a vida dos seringueiros de Xapuri, o que fez ouvindo suas falas pelo método da história oral, no ano de 2012. A ênfase dada por Castelo em sua pesquisa é voltada para perquirir sobre a vida cotidiana dos seringueiros e os impactos, positivos e negativos, de suas relações com as políticas de desenvolvimento sustentável do Acre, especialmente após a morte de Chico Mendes.

Castelo, quanto à comercialização da borracha na floresta, informa que a única compradora de látex da região é a Fábrica de Preservativos masculinos-NATEX. Segundo apurou, “...*após a inauguração da NATEX, em Xapuri-AC, quem passou a definir mesmo o período de corte das seringueiras foi o gerente da fábrica*” (CASTELO, 2015, p. 78) Também constatou que, “*Se a fábrica estiver com problemas de matéria prima mesmo no inverno, as seringueiras são sangradas*”. (p. 78) O pesquisador conferiu que as dificuldades de transportes dos seringueiros têm sido solucionadas para parte deles; é que a abertura e manutenção de ramais passaram a acontecer nos “*‘varadouros’ onde existia uma maior concentração de fornecedores de látex para a fábrica.*” (p. 102) Castelo fez questão de reproduzir a frase de um seringueiro, de apelido Branco, igualmente significativa: “*agora a NATEX pensa que eu sou funcionário dela*”. (p. 78) Como apurado, a impressão é que tudo passou a se movimentar em torno do neo seringalista NATEX.



Castelo também apurou que em quase 100% das colocações que visitou, “*observou-se o recebimento do ‘Bolsa Família’*”. (p. 90) Tal dado nos informa que a condição de miserabilidade na floresta permanece, após 26 anos de RESEX.

O pesquisador chama atenção para outro fator que tem determinado substancialmente a vida dos seringueiros na floresta. Com o “Projeto Luz Para Todos”, os hábitos dos moradores têm sido alterados especialmente com a troca do rádio (de pilha) pela televisão (que depende de energia elétrica). E a televisão trouxe a indústria do consumo que fez com que os seringueiros passassem a ter “*desejos por coisas da cidade*”, como afirma Dercy Teles, ex-presidente do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, quem Castelo ouviu para a sua pesquisa:

[...] o ramal e a rede de energia criaram uma nova onda de consumo que até então não existia. E a televisão estimulou este consumo. Quem tinha cavalo passou a desejar uma bicicleta. Depois não é a mais a bicicleta, [...] é uma moto. Agora não é mais moto, é um carro. (Apud CASTELO, 2015, p. 105)

Com isso, uma segunda constatação determinante para a vida dos seringueiros:

Para realizar os novos desejos os seringueiros passaram a necessitar, a cada novo dia, do acúmulo de maior quantidade de dinheiro. Dinheiro que passou a ser obtido de forma mais rápida, principalmente através da criação de gado (é mais fácil fazer dinheiro com a pecuária). (CASTELO, p. 107)

Inclusive, como apurou Castelo, está havendo uma espécie de troca de estilo de vida dentro da floresta. Neste aspecto, o pesquisador coleta o seguinte depoimento da moradora do Projeto de Assentamento Extrativista Cachoeira Arlete Ferreira da Silva: “*Ninguém quer calçar o*

*sapato de seringa aqui, agora só o tênis, a sandália importada, só coisa chique, ninguém quer calçar o sapato de seringa. Menino vai calçar o sapato de seringa. Mãe, vão rir de mim (risos)...”* (apud CASTELO, p. 106)

Perquirindo sobre o desejo dos seringueiros continuarem na floresta, Castelo registra que:

...os mais jovens querem sair (estão saindo). Então, se considerar que os mais velhos morrerão em um prazo não muito longo estar-se-ia diante de um problema sério para os territórios de reserva e assentamento extrativistas na região. Ou seja, a floresta poderá estar esvaziada de pessoas (ficando à disposição para a exploração de suas riquezas no futuro). (p. 112/113)

Por sua vez, Gisele Elaine de Araújo Batista Souza (SOUZA, 2010) buscou em sua pesquisa entender como se dá a gestão na RESEX Chico Mendes, especialmente a ideia de gestão compartilhada prevista nos documentos oficiais. Embora o intento inicial da pesquisa tenha sido de fato apurar isto, Souza constatou muito mais.

No que a pesquisadora apurou, é pertinente para a presente pesquisa dar relevo a duas questões fundamentais para a ideia de reserva extrativista. O sistema de comercialização/exploração do trabalho do seringueiro e também da exploração madeireira no seu interior.

As condições de comercialização do látex na reserva – no período em que a pesquisa havia sido realizada, isto é, de 2009 a 2010, no fundo se revelavam as mesmas daquelas sempre praticadas antes das reservas, haja visto que, no lugar do monopólio do seringalista o monopólio substituto

era da NATEX, o único comprador do látex na região, acrescido da figura de um novo atravessador (este devidamente autorizado pelo neo seringalista comprador e o Estado), a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre-COOPERACRE para quem os seringueiros vendiam seus produtos e ela, por sua vez, vendia à fábrica. (p. 149)

Ainda quanto à comercialização da borracha naquela reserva, é de se chamar também atenção para outro ponto revelado pela pesquisa em questão. A existência de marreteiro/atravessador que atua fora do “esquema” oficial de comércio NATEX/COOPERACRE e que funciona para o seringueiro como única saída do esquema para vender os produtos (quando havia algum impedimento à comercialização dentro do “esquema”) ou por buscar melhores preços – os seringueiros reclamavam do valor baixo imposto pelo comprador e condições. (p. 151 e 154) Importante anotar a presença do Estado em todo esse processo. A tal respeito, como bem observa a pesquisadora: “A entrada deste novo agente na cadeia da borracha, revela a permanência do *seringueiro no esquema da dominação econômica. Este marreteiro é um elemento da composição do que se chamou arranjo institucional da reserva.*” (p. 154)

Uma segunda constatação, tão significativa quanto, é a de que, por necessidade financeira dos seringueiros, os mesmos estavam sendo impelidos a entrarem em outro esquema criado pela política de desenvolvimento sustentável – acrescentado nas reservas via Conselho Gestor - que consistia na comercialização de madeiras extraídas

legalmente sob o selo legal do manejo floresta madeireiro comunitário, que é ampla e abertamente incentivada pelo Estado. (p. 174)

A pesquisadora relata os processos de alteração do Plano de Utilização da Unidade, pelos quais a “cultura” da exploração madeireira na reserva, sob o rótulo de manejo, foi incluída como uma necessidade local. (p. 174/175) Também aponta indícios de uso de estratégias de simulação do caráter comunitário do manejo tendo em vista que, na prática, quem o realiza são empresas especializadas. (p. 176)

Por fim, vale transcrever a lúcida constatação da pesquisadora ante, no caso, o completo desvio de finalidade não só das reservas como do próprio instituto do manejo e também do papel dos seringueiros, todos manietados pela *seringalidade*.

...seria fundamental criar formas de agregação de valor à matéria-prima na própria Unidade de Conservação, sob pena dos moradores da reserva assumirem o papel de meros fornecedores de matéria-prima para as grandes empresas madeireiras e assim se beneficiarem com a menor fatia no bolo monetário e a maior fatia do passivo ambiental. (SOUZA, 2010, P. 180)

Conclusão semelhante chegou outra pesquisadora – Maria do Perpétuo Socorro Alves da Fonseca – em seu estudo de caso, de 2008, sobre a política de desenvolvimento sustentável adotada pelo estado do Acre na Floresta Estadual do Antimary (FONSECA, 2008)

A pesquisadora vai revelar exatamente que a experiência de manejo do tipo empresarial praticada pelo governo do Acre na Floresta Estadual do Antimary atribui ao seringueiro – “*este desprovido do conceito de*

*sustentabilidade*” - uma nova função que é a de “vendedor de árvores” tão-somente. (p. 58 e 76)

A economista e pesquisadora Nazira Correa Camely, em estudo de 2001, analisa o modo como funcionava à época a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-CAEX, que introduz a fábrica de beneficiamento de castanha na cidade de Xapuri, especialmente as relações sociais de produção e de trabalho. (CAMELY, 2001)

A pesquisa de Camely vai registrar a forma simulada com que a cooperativa age nas relações de trabalho com aqueles e aquelas que seriam seus cooperados, os quebradores de castanha. Segundo apurou a pesquisadora, os trabalhadores *“identificam nos gerentes das cooperativas e da usina os patrões”*, aqueles que detêm *“poder de decisão sobre a produção e sobre os empregos, à semelhança dos antigos patrões seringalistas”*. (p. 79)

A pesquisadora registra ainda outros fatos decisivos para a definição da suposta nova relação pós fim do barracão. Relata Camely que a cooperativa, instaurando a flexibilização na produção, resolveu demitir as trabalhadoras e firmou novos contratos pelos quais as obreiras passaram a realizar os seus trabalhos nos seus próprios domicílios obedecendo, é claro, aos padrões de produção e higiene impostos pela Usina. O que fez com que, para alcançar o valor do salário mínimo da época, as trabalhadoras tinham que laborar até doze horas por dia, inclusive usando a mão de obra de familiares.

Ademais, registrou Camely que a partir desta flexibilização, as quebradeiras passaram a receber também em mercadorias nos moldes do sistema de aviação tão repellido historicamente mas que, de algum modo, ainda perdurava com a experiência das cooperativas. (CAMELY, 2001)

Karina Furini da Ponte (PONTE, 2014), por seu turno, analisa em sua pesquisa o papel da fábrica de preservativos Masculinos de Xapuri, sua relação com as políticas de desenvolvimento sustentável e seus efeitos na vida dos seringueiros da região.

A pesquisadora tem que a NATEX é utilizada pela política de desenvolvimento sustentável do Acre como “*um instrumento de controle social materializado na sujeição do trabalho e do território do seringueiro ao capital*” (. P. 325)

Ponte chama atenção para esta estratégia do poder público de sujeição do seringueiro aos seus intentos “desenvolvimentistas”. E duas são as frentes de sujeição. A primeira de cunho socioeconômica, conforme relata a pesquisadora:

...as precárias condições socioeconômicas vivenciadas pelos seringueiros devido à dificuldade em garantir sua sobrevivência a partir de seu território, juntamente com a falta de assistência do Estado à produção e às necessidades básicas como saúde, educação, infraestrutura de ramais, já denuncia uma forma de controle, pois diante das dificuldades materiais e da necessidade de sobrevivência de sua família, degrada-se a natureza e o próprio homem na busca por alternativas de assegurar suas condições de vida. (p. 328)

A segunda é de cunho político que se realiza por meio de duas estratégias, a de cooptação de lideranças que tem servido como porta-vozes dos projetos políticos da *florestania* nos seringais (p. 329) e a de apropriação das formas de representação coletiva dos seringueiros, como associações, cooperativas e os sindicatos (p. 329)

Assim, segundo Karina Furini Ponte:

...é através da fragilização socioeconômica e política dos seringueiros que o Estado expande/exerce o controle social, atingindo ao mesmo tempo a racionalidade e a subjetividade que lhes são fundantes para a manutenção da reprodução da família, da vida, do trabalho na floresta e do entendimento do equilíbrio entre estas dimensões. (Idem)

A pesquisado vai apontar que a ideologia do desenvolvimento sustentável e a NATEX – que se sustentam no discurso como a melhoria de vida dos seringueiros mas que atuam como mecanismos utilizados para o controle social deles - tornam ao fim e ao cabo “*os sujeitos seringueiros em meros seres produtivos já que somente sua força de trabalho passa a ser relevante para o capital/estado.*” (p. 332).

Uma outra questão de relevância para o presente trabalho diz respeito a um fenômeno apontado pela pesquisadora que é o poder de resistência dos seringueiros – apesar de todo o investimento do estado da *seringalidade* no seu assujeitamento à racionalidade moderno colonial. Para Ponte, o seringueiro não sofre uma desestruturação por completo na sua racionalidade e subjetividade e na gestão de seu território justamente pelo peso – ou contrapeso – exercido pelo trabalho familiar, o trabalho coletivo da família. Conclui a pesquisadora,

É o trabalho coletivo da família que faz com que os seringueiros ainda se mantenham na área, vinculados à floresta, por conseguir dar conta de realizar o trabalho ‘especializado’ para a fábrica, e ainda assegurar a lógica da relação metabólica com a natureza e com o seu território de vida. (p. 334/335)

Ocorre, todavia, que é justamente esta família que está correndo o sério risco de se desarticular face aos processos da *seringalidade* dentro dos seringais consistentes na sedução da indústria do consumo, da indução da necessidade de dinheiro e da falta de “futuro” nos seringais (CASTELO, 2015), que impele aos mais jovens o abandono das colocações rumo às cidades em que serão subsumidos definitivamente como seus cidadãos deixando livre o território das colocações para o manejo mercantil da natureza pelo capital. É a forma de extinção do ser amazônico e seus efeitos positivos para a seringalidade.

### **6.3.2 Estratégias de modelização: planos e agentes de desenvolvimento e empreendedores**

...o Acre precisa manter-se vigilante para assegurar que os pobres do estado e as comunidades geograficamente isoladas sejam incluídas no progresso recente... (BANCO MUNDIAL, 2008)

Na sequência demonstrarei que o PROACRE, como uma das suas investidas coloniais, se presta a buscar instituir, na mentalidade dos condenados da floresta, a racionalidade moderna que, no caso, se apresenta como plenamente justificada pelas condições, nomeadas por esta mesma racionalidade, de atraso e miséria daqueles que ainda resistem na floresta e dos que são periferizados nas cidades.



O programa governamental é apresentado como um manifesto de *bondade* do estado, o seu fardo de “cidadanizar” tais populações – como induz o silogismo/dispositivo da *seringalidade* florestania - garantindo a elas o usufruto do status de desenvolvidas. Tais estratégias buscam adotar nas suas comunidades a *ratio* do planejamento, ao tempo em que aplica a sua concepção de desenvolvimento para modelar os sujeitos - seus agentes e cidadãos - empreendedores.

O PROACRE está fundamentado na ideia de inclusão social e econômica das populações ditas miseráveis. Para tanto, sua estratégia de ação nas comunidades alvos (ponha alvo nisso) é operada por um tripé de política pública de inclusão nas áreas de saúde, educação e produção.

A saúde e a educação entram no programa como se fossem passaporte para a cidadania dos condenados. Afinal, lhes é inculido que quem tem saúde e educação – instrumentalmente falando: quem goza dos tais serviços estatais ‘gratuitos’ – não importa as suas qualidades - pode se considerar um pleno cidadão. Para quem mora na floresta esta promessa tem uma importância que não se deve negligenciar. Nas comunidades rurais – isto é desde sempre - não existem hospitais, profissionais da medicina e da enfermagem, assim como não existem escolas e profissionais da educação. Quando existente serviços de saúde e de educação, tudo, em regra, se reduz a pequenos e grandes arremedos – tipo programas de “saúde itinerante” - muito dos quais verdadeiros faz-de-contas.

Efetivamente, o discurso da cidadania, ou melhor, da *florestania*, por si só não tem mais tanto poder em vista de que, na prática, as populações

vão concluindo que, afinal, essa condição tão propagandeada, concretamente não lhes satisfaz tanto assim como tem sido alastrada. Por isto, será preciso outros mecanismos discursivos que possibilitem muito mais que se acreditar ser objeto das políticas públicas como sujeito da *florestania*.

Com efeito, é preciso fazer com que a população tenha outra percepção pela qual creia integrar – ser responsável – pelos seus próprios destinos sociais, no caso, pelas formulações de políticas públicas de seus interesses, enquanto comunidades e enquanto sujeito individual. O poder depende muito dessa crença por ele manufaturada.

Aqui temos o primeiro sentido de inclusão. E será por ele que o poder público forjará, numa frente, comunidades participativas porquanto responsáveis pelo planejamento de seus destinos (primeira estratégia) e, mais que isso, por seus desenvolvimentos (segunda estratégia). Forjará também noutra frente, de dentro dessas comunidades, sujeitos agentes e empreendedores (terceira estratégia), verdadeiras extensões da larga mão do poder moderno colonial.

### **6.3.2.1 A inclusão social**

Buscarei aqui demonstrar que, na realidade, esta modalidade de inclusão se revelará em uma mera simulação de participação inclusiva. Denominarei esta modalidade, para efeito de análise, de inclusão social. Procurando abarcar todo o território do estado, especialmente nas áreas rurais em que o poder público ainda não chegou com a sua racionalidade

desenvolvimentista, o PROACRE prevê a criação de 300 planos de desenvolvimento local a serem feitos nas comunidades.

A análise aqui realizada parte da hipótese de que é possível afirmar que os Planos de Desenvolvimento Comunitários-PDCs se constituem, em regra, em um exercício de simulação de protagonismos, tanto nos processos de sua produção, quanto no que ele substancialmente resultou, enquanto produto de desejo, e quanto no que diz respeito às respostas a ele por parte do poder público. As suas análises – que não precisam de muito esforço intelectual - no dão a exata dimensão destas simulações.

Com base em seus pressupostos, o Estado faz um mapeamento em todo o seu território com vistas a encontrar o perfil de cada comunidade para ordenar as suas políticas de desenvolvimento. Para elas, com a formulação de seus planos, ele promete melhorar as suas vidas com serviços básicos de saúde e educação; promover o fortalecimento comunitário e consolidar estratégias de produção sustentável com foco na floresta. Tudo isso por processos de envolvimento das comunidades.

A previsão do programa é agir sobre as comunidades polos. A prioridade é alcançar aquelas mais isoladas. A presente pesquisa teve acesso a 100 planos que foram distribuídos, para suas elaborações, entre Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Acre-SEMA e as seguintes organizações não governamentais: SOS Amazônia; Fundação Amigos da Amazônia-FUNAAM; Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre-PESACRE; Conselho Nacional das Populações Extrativistas-CNS

(o antigo Conselho Nacional dos Seringueiros) e Centro dos Trabalhadores da Amazônia-CTA.

Este material é extremamente revelador, não só pelos dados objetivos que levanta e pelos procedimentos adotados, mas sobretudo, em razão dos resultados, pelo o que significa no contexto da *seringalidade*. Para o que nos dispomos aqui, ficaremos preso apenas ao aspecto voltado para as estratégias e mecanismos de participação na sua feitura. Queremos saber como de fato ocorre esta inclusão participativa. Para tanto, analisaremos um exemplar de cada plano realizado pelo estado e pelas ONGS, o que é realizado tendo em vista o padrão de ação instituído para todos os planos. Assim, poderemos ter a tal respeito uma ideia em meio a diversidade de procedimentos.

Há, ou deveria haver, um procedimento comum tendo em vista que os seus elaboradores deveriam seguir as prescrições impostas pelo Guia Metodológico para Construção dos PDC's, no qual consta o Guia Prático para Elaboração do PDC, previamente elaborado pelo Programa que estabelece cinco etapas para a sua elaboração. (i) A definição da equipe técnica; (ii) o levantamento das informações; (iii) a organização logística; (iv) a sensibilização e mobilização das comunidades e a (v) realização de oficina de trabalho. (ACRE, 2011)

Centrarei o meu olhar a partir da ideia de participação quando da elaboração do PDC o que julgo o momento chave pelo qual se possa afirmar a ideia de participação efetiva ou, na linguagem do programa, um protagonismo/empoderamento das comunidades.

Da SOS Amazônia, entre os PDC's que realizou, trago o do *Polo Bom Futuro* (ACRE, 2011), localizado na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, no município de Tarauacá, na qual participaram 29 pessoas. Do PESACRE, o *Polo Alto Pentecostes* (ACRE, 2011, localizado na área rural da cidade de Mâncio Lima, na qual participaram 45 pessoas. Da FUNAAM, o *Polo Novo Oriente* (ACRE, 2011, na área rural do município de Feijó, na qual participaram 42 pessoas. Do CNS, o *Polo Amapá Centro*(ACRE, 2011, da Resex Chico Mendes, no Município de Brasília, na qual participaram 41 pessoas. e da SEMA, o *Polo Alagoas*(ACRE, 2011, da Resex Alto Tarauacá, no município de Tarauacá. A SEMA não informou a quantidade de pessoas participantes da oficina.

A oficina foi realizada em apenas um dia, algumas poucas horas dele. É por elas que a comunidade local deve tomar ciência (i) da “proposta” do PROACRE; (ii) do trabalho a ser realizado naquela comunidade; (iii) dos objetivos; (iv) das etapas e metodologia a ser empregada; além do que é o momento em que (v) é levantada informações gerais da comunidade e (vi) é construído o Plano de Ação baseado nas demandas priorizadas pelos comunitários; (vii) da formação da comissão gestora do PDC, e da (viii) escolha de candidato a agente de desenvolvimento comunitário (PDC) – foi realizada em apenas um dia (ACRE, 2011 p. 15)

Todos os Planos de Ação daquelas comunidades foram supostamente elaborados naquelas ocasiões das oficinas – em que as comunidades tomam ciência de todas a informações, refletem e produzem seus planejamentos de futuro - em apenas um dia.

Na verdade, eles foram mesmo elaborados fora dali e por outras cabeças – longe do poder comunitário. Vejamos, por exemplo, o Plano da Comunidade Alto Pentecostes, que foi elaborado pelo PESACRE (ACRE, 2011).

É significativo o fato de que no texto que abre o Plano (este texto está em todos os planos) - sob o título *Palavra do Governador* – o então governador Tião Viana faz a seguinte afirmação “*estamos entregando para a comunidade Alto Pentecostes o Plano de Desenvolvimento Comunitário...*”. (p. 3) O PDC era entregue pelo governo às comunidades e não ao contrário. De fato, partia dele, do governo, o plano, motivo pelo qual o que estava sendo entregue, pelo que podemos concluir, não era exatamente aquilo que a comunidade realmente produziu/desejou, mesmo com toda a precariedade das oficinas. Nesse passo, vale analisar um pouco mais o conteúdo deste plano da Comunidade Polo Alto Pentecostes (ACRE, 2011)

Observando com mais vagar veremos que, na verdade, o simulacro de participação é ainda mais “perfeito”. Segundo o plano, “*Nessa reunião não foi trabalhado os eixos de saúde e educação em função do pouco tempo, dado por problemas de deslocamento dos participantes, atrasando demasiadamente o início da reunião*”. (p. 59) Deve-se lembrar que eram apenas três eixos (saúde, educação e produção) dos quais apenas o de produção foi supostamente objeto de debate e deliberação. Um dia para fazer tudo e a culpa do pouco tempo ainda recai sobre a cabeça dos condenados.

De qualquer modo, para todos os efeitos formais/simbólicos – o que interessa, além da definição do eixo da produção - reza o texto do plano: “*pois a elaboração deste instrumento contou com a efetiva participação da comunidade...*” (p. 73) garantindo com isso a “*soberania da comunidade*” (p. 72)

Se este plano não tiver o caráter de uma flagrante simulação de participação/protagonismo/empoderamento dos condenados da floresta... então as palavras aqui perdem o seu completo sentido. Definitivamente, os sentidos de participação, protagonismo e empoderamento social neste contexto só podem ser traduzidos como simulacros.

Acresce-se a este fingimento de democracia - cuja demonstração bastou apelarmos para o fato empírico registrado pelos próprios documentos oficiais - um outro vinculado à ideia de planejamento a ser inculcada na comunidade, para o que passamos a refletir a partir de brevíssimas anotações de Arturo Escobar (ESCOBAR, 2000). De início, Escobar aponta que a ideia de planejamento “*esteve inextricavelmente ligada ao progresso da modernidade ocidental*” (p. 211) motivo pelo qual tem sido estabelecida

Devido aos imperativos de uma ‘sociedade moderna’ [pelos quais] planejar significava sobrepor-se às ‘tradições’, ‘obstáculos’ e ‘irracionalidades’ ou erradicá-los completamente, isto é, uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes, para substituí-las por outras consideradas racionais. (p. 215)

Levá-la à floresta significa buscar eliminar a irracionalidade de uma vida local substituindo-a pela racionalidade de uma vida global, que o

desenvolvimento sustentável, manufaturado pelo *sistema mundo moderno colonial*, difunde.

O antropólogo colombiano lembra que a primeira missão enviada, pelo Banco Mundial – o mesmo que hoje financia o PROACRE - a um país subdesenvolvido, no caso a Colômbia, em 1949, objetiva um “*programa abrangente de desenvolvimento*” pelo qual “*seria possível romper o círculo vicioso da pobreza, ignorância, da doença e da baixa produtividade.*” (p. 215) Tudo a ver com a ideia de salvação, de missão colonial civilizadora que para o autor representará “*na prática é a transferência para o terceiro mundo de toda uma experiência específica de racionalidade e de civilização*”, o que se constitui em “*matéria prima técnica e social para uma aplicação do planejamento*” que moldará o local para que se adeque à “*sociedade desenvolvida*”(p. 216.)

Mais. Para Escobar, ao mesmo tempo, a ideia de planejamento busca induzir a que se acredite – no caso os condenados da floresta - que as mudanças sociais podem ser realizadas quando desejadas. O que significa dizer que o simples fato de se planejar significará que a mudança ali pretendida acontecerá. (p. 211)

Nesse passo, os planos de desenvolvimento comunitário se prestam a estabelecer um outro campo de fingimento. Para o Banco Mundial é fato que “*a apropriação e a inclusão econômica comunitária é central à abordagem do projeto para o desenvolvimento sustentável.*” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 136) Quanto à participação comunitária no PROACRE, o BM insiste no fingimento: “*o projeto adotou uma*



*abordagem “de baixo para cima” para a gestão dos recursos naturais, para dar às comunidades a chance de definirem e adotarem os seus próprios modelos, assim criando um público efetivo para o desenvolvimento sustentável.” (Idem)*

Não é à toa que a instituição financeira coloque as aspas na expressão “*de baixo para cima*”, é que o significado de modelo de participação da comunidade no PROACRE se apresenta como uma dádiva que a instituição financeira multilateral concede às comunidades – tão-só para lhes dar uma “*chance de definirem e adotarem seus próprios modelos*” - tudo para que seja criado um público (algo passivo que assiste, que observa) efetivo para o desenvolvimento sustentável. De fato, as comunidades de condenados têm sido tratadas – como já vimos – como um público quase “bestializado” (CARVALHO, 1987) a tudo assistir sem entender o que se passa. Um protagonismo ou, como o BM gosta de denominar, um *empoderamento* (digo eu) de fachada.

Quanto aos indígenas, segundo a instituição financeira multilateral, o principal instrumento a ser utilizado no PROACRE para o desenvolvimento agro-florestal sustentável em terras indígenas serão

...os Planos de gestão de Terras Indígenas (PGTI's), que serão similares aos PDCs desse projeto (ou seja, a construção da visão comunitária do desenvolvimento através da participação ativa dos comunitários). Entretanto, os PGTIs terão como principal diferença dos PDCs o fato de serem especificamente orientados para as populações indígenas do Acre e suas respectivas culturas, sistema de posse da terra e padrões de assentamentos. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 19)

Se não for pior, pelos critérios de análise aqui postos, certamente que não é diferente – eis que “similares” às aparências ofertadas aos condenados “brancos”.

O fato é que, noutra sentida, desta feita o material, a gana mercantil (disfarçada de ambiental), em relação às terras extrativistas e indígenas, aonde as operações de planejamento se desenvolvem, é assim manifestada pelo Programa:

As áreas das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas correspondem a aproximadamente 45,66% do território, conforme ilustrado na Figura 1. Se, por um lado, essa imensa reserva de recursos naturais abre um leque de possibilidades econômicas e ambientais, por outro, coloca o Estado em uma situação de grande responsabilidade para gerir e garantir o acesso das gerações futuras a este formidável patrimônio natural. (ACRE, 2012, p. 15)

### **6.3.2.2 A inclusão ontológica pela epistêmica**

A segunda modalidade de inclusão se destaca pelo caráter ontológico. Por ela, as ações do estado buscam fazer com que a inclusão dos condenados se opere por suas adesões mentais-epistêmicas à racionalidade desenvolvimentista mercantil. Esta modalidade, de cunho muito mais subjetiva, busca forjar dois sujeitos fundamentais para a modernidade. Um desenvolvimentista, para a floresta, e um empreendedor, para as cidades (é nesse sentido que o programa separa). Torná-los crentes de sua condição produtiva é o que pode melhor significar a sua salvação da condição de não-ser – como sujeito não desenvolvido e assim improdutivo – tornando-o, finalmente, um ser, posto que prestável, porquanto agora, muito mais que consumidor de ideias, difusor para a

manutenção da racionalidade moderno colonial. O condenado, então não-ser, é projetado para ser, ser espécie de replicante da mentalidade que lhe domina.

O estado do Acre tem criado todo um aparato institucional de produção e reprodução de saber com vistas a não só difundir conhecimentos moderno-coloniais mas também, em consequência disso, modelar os condenados a uma racionalidade desenvolvimentista especialmente por meio do dispositivo do desenvolvimento e toda carga epistêmica que lhe forja e por ele é forjado.

Este complexo de organizações e ações visa fundamentalmente manter um campo de difusão de conhecimento pautado na racionalidade sustentável mercantil com o qual se busca o controle social e sua manutenção na *seringalidade*. O que nos impele a analisar estas ações é procurar entender como elas se operam no sentido de produzir o que almeja nos campos epistemológico e ontológico para além de seus objetivos econômicos.

Podemos apontar as instituições estaduais de ensino como o Centro de Educação Profissional e Tecnológica Roberval Cardoso – a Escola da Floresta, e o Centro de Educação Profissional e Tecnológica do Juruá – a CEFLORA, ambos, entre outras instituições de difusão de saber, vinculados ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Greci, criado pela Lei 1.695, de 21 de dezembro de 2005, a quem compete formular e implementar a política e o plano estadual de educação profissional.

No nível superior, temos, pelo menos, quatro núcleos de produção, reprodução e difusão de conhecimento. O Curso de Engenharia Florestal, da Universidade federal do Acre-UFAC. O Programa de Residência Florestal, como modalidade de curso de especialização, criado pela Lei estadual Lei 2.426, de 21/7/2011, cujas despesas são decorrentes da Secretaria da Floresta (hoje extinta) e do Fundo Estadual de Floresta. A Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa-FAPAC, criada pela Lei Estadual nº 10.742, de 5/7/2012 para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no estado. O Programa Estadual de Promoção e Fomento do Conhecimento da Sustentabilidade, criado também pelo estado através da Lei 2.356, de 30/11/2010, pelo qual implanta o polo de conhecimento de Xapuri no sentido de torná-lo uma referência de desenvolvimento sustentável na Amazônia (art. 4º) e um polo internacional de conhecimento e de excelência em estudos de desenvolvimento sustentável (art. 5º, XIV). Dois são os objetivos deste polo, conforme seu art. 4º: fomentar o desenvolvimento local e formar “*capital intelectual*” vinculados ao processo de desenvolvimento sustentável na região amazônica.

O Programa Estadual de Promoção e Fomento do Conhecimento da Sustentabilidade prevê também a criação de núcleos de apoio à pesquisa na *Floresta Estadual de Antimary*, no *Parque Estadual de Chandles*, no *Complexo Florestal do Gregório* e na *Área de Relevante Interesse Ecológico do Japiin* (art. 11, §1º). O que demonstra o completo interesse no uso econômico destas unidades de conservação, posto que o campo semântico em que a lei foi elaborada enquadra a ideia de pesquisa toda

orientada para o uso racional, o que vale dizer, científico, tecnológico, produtivo e cultural dos recursos ambientais (arts. 2º, I, e 5º, I), assenta a divisão entre o que vai denominar de conhecimento tradicional e indígena com o científico (art. 5º, X), estabelecendo apoio a empresas e empreendimentos visando adoção de sistemas produtivos sustentáveis (art. 5º, XVIII).

E mais, ainda, podemos apontar que o estado não descarta da educação promovida na floresta, pelo menos para assegurar que na mesma a racionalidade desenvolvimentista não seja negligenciada. Por exemplo, na Resolução do Conselho Estadual de Educação, de nº 168/2013, que ordena as diretrizes, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à educação básica do campo, existe espaço para que a racionalidade desenvolvimentista seja posta como fundamento da educação a ser levada para os filhos dos condenados “do campo”, a respeito do qual podemos chamar atenção para o parágrafo único, do art. 2º, que dispõe: “*na definição de identidade, a escola do campo deve-se considerar: a) a diversidade regional; b) as tradições culturais e a modernidade; c) aos avanços científicos, tecnológicos que alimentam as fontes temáticas da sustentabilidade, da economia, da natureza e da sociedade.*” (ACRE, 2013)

### **6.3.2.3 Os agentes de desenvolvimento**

Passemos agora para a questão da formação específica com as formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Local

Não bastasse o nível de tal institucionalidade do saber desenvolvimentista, o PROACRE institui duas importantes ações básicas de formação de mentalidade desenvolvimentista destinada aos condenados. Uma se realiza por uma frente de formação de *agentes de desenvolvimento local-ADL e agente de desenvolvimento comunitário-ADC*, voltada para as comunidades rurais, e outra de formação de *empreendedores* dirigidas para comunidades urbanas.

Os agentes de desenvolvimento são formados pelo estado, por meio de cursos técnicos-profissionalizantes específicos “*em consonância com as diretrizes das políticas de desenvolvimento local do Estado do Acre...*” cujos objetivos, intimamente vinculados ao PROACRE e em razão dele, são os de “*...valorizar, intensificar e expandir os conhecimentos sobre educação, saúde, produção sustentável, por meio de processos educacionais técnico-profissionalizantes...*” (ACRE, SEPLAN, Manual ADL e ADC, p. 8)

Os agentes são escolhidos, por ocasião da reunião que define o Plano de Desenvolvimento Comunitário, entre aqueles que “*desempenham na comunidade o papel de articulador e fomentador do desenvolvimento local e exercem liderança comunitária.*” (p. 9), desde que tenham concluído o ensino médio, tenham a idade de 18 anos ou mais, sejam de família de área rural, possam fazer o curso de formação do respectivo curso técnico de ADC ou ADL e passem pelo processo seletivo. (p. 9/10) O fato de que a participação nos cursos tem como condições a idade mínima e sobretudo ter cursado o ensino médio já indica imposições que não levam em consideração as realidades locais em que os conhecimentos do lugar não se limitam aos dos bancos escolares (até porque raros são os

lugares em que o estado oferece todos os níveis da educação). No campo do conhecimento, por exemplo, o requisito de grau de escolaridade aponta para este indício.

Os agentes de desenvolvimento são de duas espécies. O Agente de Desenvolvimento Comunitário-ADC, com Habilitação Técnica em Agroecologia, e o Agente de Desenvolvimento Local-ADL. O primeiro se destina a “*prestar orientações técnicas básicas*”, “*acompanhar os processos de implementação das ações advindas do Planos de Desenvolvimento Comunitário de forma integrada com a comunidade*”, “*garantir o envolvimento e a participação ativa das comunidades...*”. (p. 8/9) O segundo, a coordenar e acompanhar a implementação dos sistemas de produção sustentável nas CAP’s e CAU’s, *acompanhar os processos de implementação da Unidades de Referência (UDs) de agricultura sustentável e práticas de manejos naturais que servirão de modelos de desenvolvimento sustentável.*” (p. 9)

Como desenhado, o ADC parece indicar uma dimensão mais “técnica” e o ADL mais “política”. Ambos legitimados, seja como técnico, seja como político, pelo fator liderança que exerciam e exercem nas suas comunidades, requisito este essencial para as suas escolhas por ocasião da reunião na comunidade para a formalização de seus planos de desenvolvimento comunitário.

É que o estado necessita de tal legitimidade, isto porque, “*No âmbito do PROACRE, os agentes de desenvolvimento (ADC e ADL) se constituirão no principal elo entre o governo do Estado e as ações a serem*

*implantadas nas Zonas de Atendimento Prioritários – ZAPs pelas secretarias de Estado” (p. 21)*

Importa informar que todo aquele que participar dos cursos de formação de agente recebem bolsas educando, no valor de R\$150,00 para o ADL, e R\$300,00 para o ADC. Certamente que tal pagamento se torna uma forma de persuasão para que haja participação nos cursos.

A grade curricular dos ADLs se divide em duas áreas. A área de *desenvolvimento social* - que se subdivide em *sustentabilidade e organização comunitária* - e a área de *recursos naturais* -que se prende à noção de *sistema de produção*. (p. 13)

A grade curricular dos ADCs, em razão da Habilitação Técnica em Agroecologia, é mais extensa. Se divide em três eixos. O *sociocultural* - que se subdivide em 4 temas: *sustentabilidade, educação e pesquisa, organização social e políticas públicas*; o *socioeconômico* - que se subdivide em dois temas: *gestão e agregação de valor*; e *produção e conservação de recursos* – que se subdivide em dois temas: *sistema de produção agroecológico e uso sustentável da floresta*. (p. 17)

Por tudo aqui conhecido, fácil ver a importância dos agentes para o projeto da *seringalidade*, este enquanto meio pelo qual que se busca transformar lideranças locais das áreas rurais do estado – os condenados da floresta - em seus agentes difusores da racionalidade desenvolvimentista. Com isso, o estado retira seus técnicos de campo – ou pelo menos não os coloca mais na linha de frente - e nomeia novos representantes ao lançar os seringueiros, colonos e indígenas como seus



agentes especializados em propagar e ensinar as comunidades da floresta a serem desenvolvidas.

O PROACRE, com os cursos dirigidos aos condenados da floresta, visa não só formar mentes desenvolvimentistas como transformá-los em seus prepostos difusores desta racionalidade no interior da floresta, ao tempo em que busca seduzir/induzir a que pensem que têm poder – poder que não é histórico, mas “dado” que é não-poder - quando só estão emponderados pela *seringalidade*

*e.*

#### **6.3.2.4 O empreendedorismo do “governo parceiro e do povo empreendedor”**

Como já foi informado aqui, a atual gestão do governo do Acre tem como lema “*Novo Acre, Governo Parceiro, Povo Empreendedor.*” Não por acaso, um dos componentes do PROACRE, o de nº 3, tem como objetivo a “*promoção da inclusão social e empreendedorismo nas ZAPs urbanas*”. (ACRE, 2012, p. 12)

Dispõe o programa:

Sob esse foco, os pequenos negócios industriais, comerciais, de serviços e a economia solidária serão opções estratégicas que apoiarão a emancipação socioeconômica da população acriana, principalmente as situadas nos municípios isolados e, para tanto, contarão com políticas públicas indutoras da competitividade, financiamento e profissionalização dos empreendimentos produtivos. As ações voltadas para os pequenos empreendimentos urbanos, individuais ou coletivos, com promoção de micro negócios urbanos e apoio a criação e a expansão de pequenos e médios empreendimentos industriais, comerciais e de

serviços dinamizarão a economia e funcionarão como um importante gerador de postos de trabalho, elevando a participação da iniciativa privada na ocupação produtiva e tornando a economia mais fortalecida na geração de riquezas. (ACRE, 2012, p. 12)

Não há dúvida de que é nas Zonas de Atendimento Prioritário-ZAP's – parcelas do território consideradas pelo Programa como urbanas em que habitam os miseráveis – que se encontram os condenados que escaparam ou foram, de algum modo, expulsos da floresta. Excluídos do floresta mas não da cidade. Nesta, condenados à subsunção da racionalidade do empreendedorismo, e eles prometido como a saída de suas históricas condições moderno colonial, como uma forma de emancipação social e econômica.

Segundo Camila Souza Betoni,

Por via de suas instituições ou teorias, os discursos em defesa do empreendedorismo estão unificadamente fundamentados no pressuposto de que o enriquecimento de alguns investidores privados – empreendedores – traz como resultado, quase que mecânico, o desenvolvimento coletivo. (BETONI, 2015, p. 93)

E a ideia de desenvolvimento, para esta pesquisadora, está vinculada ao empreendedorismo como relacionada às noções de “*modernização, criação de riqueza, ampliação do consumo e progresso*” (p. 94), “*de modo a naturalizar e destituir de história a ordem do atual modo de produção e suas instituições.*” (p. 95)

Betoni chama atenção para uma característica do discurso do empreendedorismo característica esta que pode muito bem ser

relacionada ao que ocorre com as posições dos seringueiros no contexto das reservas extrativistas.

Para a pesquisadora, o discurso do empreendedorismo induz a ideia de que - na medida em que, por ele, é possível ser *dono de seu próprio nariz* - é possível viver sem a figura do patrão ou quem - de algum modo - tenha o poder de exploração e dominação. Aduz a pesquisadora que “*o fato de que a simples ausência de um patrão não pode ser confundida com o cancelamento da relação capital-trabalho*”. (p. 104).

Semelhante estratégia discursiva de indução já apontamos, no capítulo 5 da presente pesquisa, quando analisamos a instituição das reservas extrativistas pelas quais é decretada o fim do barracão e o império da colocação, como se o barracão e tudo que ele representa deixasse de existir representando tal fenômeno na liberdade e autonomia tão sonhada pelos seringueiros. A realidade demonstra a falácia deste discurso.

A pesquisadora nos traz uma conclusão que serve ao seu caso e a este aqui analisado. Para ela, “*...frente ao mercado - a que todos esses tipos de trabalho e negócios devem submeter-se - todas as promessas de autonomia se evaporam definitivamente.*” (p. 105) Afim de adaptarmos melhor ao caso em questão, podemos aplicar à ideia de mercado (em que tudo vira negócio) à de *seringalidade*, da qual o mercado, sobretudo quando tratamos de *desenvolvimento sustentável*, é integrante.

Esta comparação nos indicia o quanto as estratégias discursivas moderno coloniais se manifestam baseadas neste piso *continuum* da história da

modernidade/colonialidade. Assim, nada mais significativo, por tudo que aqui já foi exposto e analisado, a marca para efeitos de marketing do governo acreano atual (2016): “*Novo Acre – Governo Parceiro, povo empreendedor*”.

Tal lema carrega em si a dimensão da modernidade quando adota a ideia de novo que sempre remete ao sentido de moderno, desenvolvido, avançado, progressivo, civilizado, sentidos em relação aos quais subjazem os seus pares negativos, enquanto sentidos opostos configurados em tradicional, subdesenvolvido, atrasado, velho, sem progresso, selvagem. E é sob a ideia de novo que a relação do estado com o seu povo se configurará uma nova relação entre ambos, que é a de parceria. Uma parceria de nova espécie entre o estado e o povo, como se fossem instituições que se relacionam em iguais condições – o público e o privado – entre empreendedores.

Nesse sentido, empreendedorismo vai cumprir uma função importante na reprodução específica do capitalismo no Acre (que não se confunde com as expectativas dos condenados), segundo atestam Barros e Costa em estudo que realizaram sobre a dimensão histórica do discurso relativo ao empreendedor.

Para estes autores:

...a ideia de empreendedorismo adquire papel primordial na sociedade: assegurar que cada indivíduo assuma, como suas, as metas de reprodução do sistema capitalista. Pode-se argumentar então que esse procedimento se desvia da busca pela emancipação humana e, ao contrário, promove formas opressivas de comportamentos individuais por meio de expectativas adequadas e

formas certas de conduta, que buscam alcançar – em última análise – apenas os objetivos do capital. (BARROS et al, 2011, p 192)

Ademais, Julia Salgado, analisando a política do estado brasileiro voltada para o empreendedorismo (especialmente com a instituição, pela Lei Federal Complementar de nº 128/2008 que institui a figura do empreendedor individual), entende que o objetivo da política estatal nesse campo se constitui na busca de reduzir o papel do estado no mercado de trabalho. *“E, ao associar o empreendedorismo à possibilidade de erradicação da miséria, tais discursos endossam a responsabilização dos indivíduos não apenas por seu estado de desemprego, mas também de pobreza e miséria”* (SALGADO, 2012, p. 133)

Ainda segundo esta pesquisadora, outro intento do empreendedorismo está fundado na *“progressiva aculturação dos trabalhadores (seja formais, informais ou desempregados) aos valores e práticas oriundos do mundo empresarial.”* (p. 136)

Com o empreendedorismo, conclui Salgado, se busca *“capilarizar até o nível mais individual os valores empresariais”* (p. 141) de modo a tornar *“todo e qualquer indivíduo um agente capaz de fazer a economia florescer através de práticas empreendedoras.”* (p. 142)

### 6.3.3 Os condenados de segunda geração – as políticas de inclusão excludente

Então, nós damos um salto do mais atrasado, que é o coletor, o extrativista, para o lá na frente, que é o manejador da floresta, que é o que negocia com o mercado internacional do carbono, que é o que contribui para o equilíbrio climático da terra e que faz parte, portanto desse mercado, dessa negociação que pula por cima cem anos da indústria, que é o período que vai talvez de 1880 até 1980. Nós pulamos por cima desses cem anos, para pegar o que havia lá atrás, o índio, o seringueiro cortando a árvore e fazê-lo negociar com o mercado de carbono, que é do século XXI. Sem necessariamente ter que passar pela Primeira e pela Segunda Guerra Mundial). (Antônio Alves, in SANT'ANNA, 2004, p. 318)

Com a *seringalidade*, como entendo ter demonstrado até aqui neste trabalho, se tem forjado no Acre construções discursivas com vistas à produção de ambiente propício à difusão/sustentação da mentalidade moderno-colonial e de renovada reafirmação histórica de sua legitimidade como projeto civilizatório.

O todo até aqui discutido, no que diz respeito à constituição do *povo da floresta* à condição de *condenado da floresta*, pode ser sintetizado pela extraordinária fala, então governamental, de Antônio Alves na epígrafe acima.

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro elabora um quadro singular nessa perspectiva usando outros elementos para a análise e a partir de um outro lugar de enunciação:

Com efeito, transformar o índio em pobre, que é o que pretende o explorador, é também a realização

objetiva da visão de mundo do ‘progressismo de esquerda’ que se aboletou no Estado, mas que prolifera igualmente fora dele, em nossa esquerda de ascendência intelectualmente branca e europeia: a saber, aquela visão que concebe o índio como uma subespécie de pobre. Essa metamorfose intelectual faz do índio o bem vindo objeto de uma pressurosa necessidade, a de transformá-lo, paternalmente, em um não-pobre, retirá-lo de sua abjeção e torná-lo cidadão, passar de uma condição de ‘menos que nós’ à de um ‘igual a nós’. A pobreza é condição que deve ser remediada, é diferença, é injustiça que deve ser abolida. E tome programa de governo... (VIVEIROS DE CASTRO, 2015)

A condição de pobreza de que trata Viveiros de Castro é, no plano da *seringalidade*, a condição de atrasado de que fala Alves. E atrasado é aquele que não é desenvolvido, aquele que, para Alves, não é “*manejador da floresta*” que não “*negocia com o mercado internacional de carbono*”, assim como pobre é aquele que não é cidadão, que não tem a seu favor uma condição justa. Nesse diapasão, ser desenvolvido e ser cidadão é ser um igual ao sujeito-referência que a modernidade instituiu. A promessa de libertação da modernidade reside nesta operação: deixar de ser o que é para ser o que outro quer que seja.

A modernidade inventa o monstro para vender suposta proteção às suas presas. Proteção esta que nada mais é do que o canto da sereia do poder colonial, a *seringalidade* como manutenção da condição de condenado dos pobres e atrasados da floresta.

Antônio Alves engoliu a isca da colonialidade, Eduardo Viveiros de Castro não.

O produto dessa equação, no plano discursivo da *seringalidade*, será um constructo mental que representa e simboliza o novo sujeito social e ontológico da Amazônia – não mais aquele primitivo, bárbaro, não-civilizado, antimoderno e antieconômico (por isto excluído), mas aquele que represente o seu inverso como ativo operador-reprodutor do projeto civilizatório do mundo ocidental desenvolvido. Não mais o *não-ser* mas agora o *ser*, posto que transmutado de bárbaro para civilizado. Não mais o vencido mas o vencedor, posto que empreendedor-dominador do mercado da natureza – limitado à condição de reprodutor/legitimador – *agentes do desenvolvimento* - não sendo, todavia, ao final, o seu efetivo beneficiário.

Tal projeto ao mesmo tempo que é simbólico busca ser ontológico. Seu grau simbólico se oferece enquanto discurso, um discurso de invenção da imagem do *não-ser* em *ser* para puro efeito de difusão ideológica (de aparentar o que não é) com fins de legitimação, em instância primeira, política, e também ontológica.

É de dimensão ontológica pelos processos de afetação concreta que se busca realizar na mentalidade do sujeito da floresta, no seu cotidiano, buscando operar nele um outro modo de sentir o mundo (modo esse tido como superior e melhor) em detrimento de sua maneira de ver e viver (tida como inferior e pior). Quando busca desconstruí-lo enquanto *ser* social histórico – um *não-ser* para a estrutura moderno-colonial - para reconstruí-lo *ser* acomodado em conformação com o mundo moderno-colonial que o mercado do desenvolvimentismo econômico-ambiental propugna. É que, na condição de exterioridade negada (*não-ser*) da



totalidade cêntrica (*ser*), aquele é simbolicamente acoplado/incorporado a este para representar o que efetivamente não é mas que, pelo projeto ontológico inerente à *colonialidade do ser* que se processa, deverá ser a fim de que a negação e subordinação histórica moderno-colonial (que domina, explora e racializa) não cessem.

Esse novo sujeito é o cidadão da floresta, cuja inclusão nos sistemas de saberes e poderes modernos há de ser realizada por atos formais de governo – do “*governo da floresta*” – e especificamente pela via da *florestania*, e entendidas neste trabalho como uma construção epistêmica institucional elevada à força normativa que procura dar conta de um relato de inclusão, daqueles agentes sociais que integram o rol dos povos da floresta (seringueiros, indígenas...), ao estado democrático de direito desenvolvimentista e ao seu par, mormente o mercado internacional dos produtos da Amazônia – condição esta supostamente só alcançada, até então, pelos cidadãos, aqueles sujeitos das cidades.

Nos processos desenvolvimentistas provados em períodos anteriores, os sujeitos da floresta – alguns dos quais até enquanto deixarem de servir à nação como “Soldados da Borracha” – eram excluídos de seu ambiente territorial e tornados invisíveis socialmente tendo em vista que, não só eram vistos como atrasados para a modernização produtiva da Amazônia – servindo tão só como mão de obra barata e/ou escrava – mas também porque ofereciam resistência a tal investida (o que ocorria por último pela via dos movimentos sociais), daí os processos históricos com vistas aos seus “amansamentos”, de “limpeza” das áreas para dar espaço à agropecuária (caso dos seringueiros) e “correrias” indígenas de seus

territórios originais com as expulsões – portanto exclusões físicas e mentais - desses sujeitos que, sem saída, partiam/partem para a formação das periferias nas cidades centrais (os aldeamentos marquês pombalinos modernos) – modo pelo qual se acoplam à cidadania urbana industrializadores desse tipo de *ser*.

Agora, esse *ser-sujeito* cidadão da floresta é, pelo projeto desenvolvimentista atual, a substantivação de um ideal de sujeito social sobre o qual a *colonialidade* busca plasmar como uma unidade cuja condição ontológica de *não-ser* – o sujeito historicamente subalterno – o condenado da floresta - deve ser elevado simbólica e ontologicamente à condição de *ser*, isto é, de incluído, na qualidade de representante e difusor – *o guardião da floresta, agente do desenvolvimento* e empreendedor - na lógica mercantil da sustentabilidade econômica.

Essa inclusão dos excluídos não tem outro sentido senão frente à seguinte condição, como aponta Alejandro Moreno ao falar dos sistemas de mercado e de cidadania: “...os excluídos do sistema são chamados ou à inclusão ou ao desaparecimento lento ou acelerado, imediato ou tardio, não à sobrevivência como externos, como alteridade radical.” (2000, p. 189) Daí a razão dos aldeamentos/amansamentos, enfim, de seus encapsulamentos à razão moderno-colonial.

Esse novo sujeito social – sem perder o seu *status* de mão de obra barata racializada - passa a ser visibilizado “positivamente” pelo padrão colonial de poder – o que significa alcançar o *status* de *ser* no contexto do mercado da natureza e do *Estado da Florestania* (o tentáculo fundamental daquele)

na medida em que é incluído no rol de um dos seus operadores/consumidores e simbolicamente legitimadores como mercadores cidadãos, empreendedores e *agentes do desenvolvimento*, cujos benefícios não são, à toda evidência histórica, alcançados pelos mesmos.

O que era o *não-ser* social torna-se, no plano simbólico do discurso e se projetando para o ontológico, o *ser*. O que equivale afirmar que tal processo já é em si uma negação do então *não-ser* – aquele sujeito da floresta – bárbaro, primitivo, atrasado - sobre o qual não há controle. Nesse passo, o projeto de mudança ontológica tem como condição em si a negação daquele *não-ser* enquanto ser social e cultural. É a negação que faz com que se busque naquele *não-ser* o *ser* – esse outro conformado no plano da racionalidade econômica racializada. Com isso, a negação do *não-ser* é a condição de possibilidade do *ser*. O processo se dá pela exclusão para a inclusão. O que faz do sujeito, quando tratamos de um dos efeitos da *seringalidade*, “não-econômico” (aquele *não-ser*) um “sujeito econômico” (agora o *ser*).

Assim, essa transformação que, pelo plano do discurso, parece, à primeira vista, voltar-se para a eleição de identidades seringueira e indígena como expressão externa do *ser* – o modo como ele é visto e nomeado – ganha contornos de afetação ontológica tendo em vista que busca tornar efetivamente – e não só simbólica e epistemicamente - o outro possuidor de uma racionalidade (fundamentalmente econômica/desenvolvimentista) diversa daquela que lhe é ontologicamente inerente (não fundamentalmente

econômica/desenvolvimentista). Conforme Valência, “...*não é em todo lugar que se pode ver homens e mulheres econômicos, nem todos os campos e espaços da atividade sociocultural são mercados*”. (VALÊNCIA, 2012, p. 24)

Nessa nova condição de *ser*, esse sujeito social é colocado, na qualidade de suposto agente, como meio-instrumento através do qual, o outro tipo de *não-ser* - a natureza - é afetado. Assim, a relação de dominação e exploração, na qual o considerado *não-ser social* tem sido historicamente vítima, passa/continua a ser reproduzida por ele próprio em face da natureza, que figura mais fortemente agora (é que nunca deixou de ser) como o suposto *não-ser*, portanto seu (dele do primeiro não-ser) oposto a quem deve dominar na condição restrita de executor *agente do desenvolvimento*.

Com efeito, até metade do século XX, com o capitalismo industrial, a natureza foi construída como objeto, como algo externo a ser transformada pelo homem. A partir dos anos 60, ela passa a ser encarada como ambiente e nessa condição engrenagem do eco capitalismo que a captura e a inclui através do discurso do desenvolvimento sustentável (CAJICAS-ROTUNDO, 2008, p. 282/283), sem, no entanto, deixar de continuar a ser encarada como objeto e, assim, um não-ser, no sentido antropocêntrico.

Essa relação de alteridade – produzida pela colonialidade – tendo como um terceiro “sujeito” (a natureza), se desenvolve partindo da ideia de exterioridade/inferioridade de ambos – o *ser social* cidadão da floresta e

a natureza. Tal ocorre como condição para que o objeto social da alteridade – o cidadão da floresta – cumpra o papel de suposto representante da racionalidade econômica/colonial. É por meio dessa função simbólica que desta feita o nomeado sujeito sustentável se apresenta, pelo projeto moderno/colonial da sustentabilidade, como o guardião da natureza, o “guardião da floresta”, ou melhor, o guardião-agente do que ela pode oferecer economicamente para a sustentabilidade do padrão de poder ocidental moderno colonial.

Nessa disposição de fazer o outro representar o seu (dele) próprio oposto, o projeto moderno-colonial busca, na verdade, é afetar ontologicamente o *não-ser* social para reconfigurar o seu modo de agir e pensar ajustado à racionalidade econômica nos projetos desenvolvimentistas.

Por essa equação, o outro da sustentabilidade moderno/colonial tende a deixar de existir em razão de que, pelo consenso forjado, todos os sujeitos sociais estão irmanados num só objetivo, que é o de desenvolver-se, ou melhor: ser desenvolvido. Pode, alternativamente, esse outro se encontrar em lugar nenhum ou genericamente em todo aquele que, contra os parâmetros científicos e legais desse projeto moderno/colonial da sustentabilidade econômica, queime e derrube a floresta. Ou então, ainda, esse outro pode ser – e é - a própria natureza, o foco histórico da racionalidade antropocêntrica - que se encontra no mesmo lugar de onde nunca saiu - contra quem a racionalidade econômica luta em nome da proteção do “homem”, de sua sobrevivência e da garantia de que tenha uma vida melhor para a vida melhorar.

É na esfera da colonialidade do saber (com a sua racionalidade tecnocientífica) que esse processo se desenvolve tendo como suporte estrutural a colonialidade do poder (sob os auspícios da força do Estado-Nação e suas instituições). A alteração da gramática do conhecimento - a projeção dominante do saber sobre o território como o saber tecnocientífico, as ideais a ele vinculadas como produtividade, mercado, valor de troca, lucro, eficiência... a natureza como objeto... - faz com que essas expressões epistêmicas da racionalidade econômica construa, para o consumo da mentalidade tanto individual quanto social, a ideia de um mundo de possibilidade para a realização de uma vida melhor - a promessa pela qual a vida sempre vai melhorar ao alcançar o padrão dos desenvolvidos - aquele padrão da realização das necessidades e desejos criados - o que busca alterar, no campo das subjetividades, o conteúdo-modelo de uma vida cuja nova racionalidade a signifique dentro de um mundo não só oferecido como o melhor, mas, ainda, como o único, posto que superior porque racional e assim desenvolvido.

O *ser social em questão*, nesse processo, é resultante da articulação entre o poder e o saber - produzidos e difundidos no plano da modernidade/colonialidade - restando, ao fim, no projeto ontológico planejado e definido como o *ser* do desenvolvimento ou o *ser* desenvolvido ou, nos termos locais: o ser da *florestania*, o *cidadão da floresta* e, assim, o *agente do desenvolvimento*.

Esse sujeito tem sido inventado - no contexto dos discursos e práticas das planificações governamentais de suas políticas públicas nos vários campos de ação - também através dos diversos processos educativos -

formais e informais – propugnados e executados pelos sistemas estatais de educação e difusão de informação. A historiografia oficial, de concepção linear e acumulativa dos fatos, exerce um forte papel no sentido da construção de um sujeito ideal do passado que, repaginado pelo olhar moderno-colonial do presente (sob o *Estado da Florestania* e a alcunha de cidadão da floresta), cumpre sua missão tão-somente simbólica - na cena dessa nova ordem - de conduzir para a conservação e a passividade social necessárias à efetivação dos projetos desenvolvimentistas em curso. Acrescente-se, mais, os alicerces ocidentais da modernidade como o Estado-Nação e o que lhe dá sustentação básica – com as concepções de democracia, cidadania e direito - servem como eixo fundamental para a garantia de que esse sujeito seja gerido e visto como resultante da mais alta e indiscutível legitimidade social.

Chico Mendes – após esvaziado de sua importância decolonial – isto é, pelo que fez e pensou enquanto efetivo operador de resistência colonial (PORTO-GONÇALVES, 2001; SOBRINHO, 1992) - é um dos mitos forjados pelo projeto historiográfico do Governo da Floresta (que alimenta os discursos governamentais para fora e para dentro do Acre), em relação ao qual as ideias de exploração econômica da floresta – ou economização da natureza e ecologização da economia (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 452) – são, após sutis manipulações epistêmicas/discursivas (MORAIS, 2012; CARNEIRO, 2014; 2015), vinculadas em favor da legitimação dessa “nova ordem” como condutoras simbólicas da *florestania* e, portanto, do projeto de *desenvolvimento sustentável* para a Amazônia.

Com o uso de sua imagem, manipulação de suas ideias e abafamento de sua resistência no tempo atual - a história dos povos da floresta está sendo reescrita não exatamente para apagar as lutas do passado mas para difundir-las – como que congeladas - como satisfeitas no presente e garantidas no futuro. O que se supõe é que a estratégia moderno-colonial desse padrão de poder não é mais a de eliminar ou invisibilizar o colonizado.

De fato, isto por conta de que ele agora tem sido reduzido a uma espécie de “garoto propaganda” – um rótulo de um produto cujo conteúdo se mantém historicamente o mesmo. Com isso, o invisível não é mais o colonizado – o *não-ser* – o invisível agora busca ser/permanecer sendo, no mundo moderno-colonial, a sua colonização e seus processos e produtos. A estratégia agora é de marketing. Os povos da floresta foram inventados produtos, cuja manipulação sedutora dos mercado de símbolos tem a capacidade espetacular de os tornar consumidores de si mesmos - enquanto invólucro que carrega outro conteúdo - o que alimenta, no cotidiano, aquele projeto moderno-colonial de sua afetação ontológica. Esta operação de marketing os forja enquanto objetos-símbolo daquilo que almejam ser no passado e agora no presente: simbólica e ontologicamente não colonizados/mercantilizados.

É importante advertir que o sujeito de que se fala até aqui não é, nos planos socioculturais, simples e homogêneo (muito embora tenha se buscado inventá-lo assim). A sua constituição é complexa e heterogênea. Não se pode conceber os indígenas, inclusive entre si, uniformes e no mesmo patamar histórico-cultural dos demais sujeitos sociais que se



encontram racializados no estandarte “inferior” da condição moderno-colonial na Amazônia. A princípio, o que lhes concederia o estatuto da semelhança é exatamente esta condição - a qual mesmo assim carrega contornos - que suas histórias tatuam como - diferenciados sociológica, filosófica e antropologicamente. O que os assemelha é condição de condenados da floresta. Quem os assemelha é a colonialidade/seringalidade.

Portanto, se, a curto prazo, o objetivo da *florestania* - como projeto de colonialidade do poder, do saber e do ser - se oferece como a invenção discursiva do cidadão da floresta (aqui compreendido como capa-escudo de seu diferente), a médio e longo prazos suas intenções são mais profundas.

De uma parte, porque é consequência daquela invenção/inclusão - que busca a legitimidade social do projeto desenvolvimentista (a garantia de sua sustentabilidade política) - a efetiva afetação ontológica daqueles sujeitos de modo a elevar a sua condição de invólucro (simbólico) para a de conteúdo (ontológico), mantendo intactas e, por isto, legitimadas, ainda no século XXI, as estruturas-padrão de poder/saber/ser inventados há mais de 500 anos no *sistema-mundo moderno colonial*.

De outra, com os mesmos objetivos elencados acima, porque o que está em questão é - com o denominado *desenvolvimento sustentável* - um processo de redução da natureza à condição de capital natural e, como tal, a de valor de mercado e de meio de produção e fonte de riqueza (exclusivamente para alguns poucos) sempre buscando reintegrar não só o humano (certo tipo dele) mas também a natureza à razão do econômico,

à racionalidade do capital, conforme Enrique Leff (LEFF, 2005, p. 25/26), para quem se busca produzir, com tal estratégia discursiva da sustentabilidade, “*uma operação simbólica – ‘um cálculo de significação’ (Baudrillard, 1974) – que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital.*” (Idem, 2005, p. 23), como se não fosse o bastante recodificar o condenado da floresta como sub e não humano.

## **6.4 Certas tensões decoloniais**

Por fim, trago, na sequência, dois casos emblemáticos pelos quais é possível notar atitudes decoloniais que irão promover uma tensão importante frente a todo arsenal de poder e saber moderno-colonial. O que faço para buscar fazer visível, caso não tenha sido nas linhas pretéritas, a resistência dos condenados.

### **6.4.1 Contra a condenação “perpétua” – o ocaso dos ex-soldados da borracha**

Como já anotado no terceiro capítulo da presente pesquisa, *soldado da borracha* é a denominação dada aos, ainda em maioria, nordestinos recrutados e contratados, no período de 1939 a 1945, para, desta feita, em nome e à serviço da pátria brasileira, extrair seringa na Amazônia, se integrando, com a sua mão-de-obra, como parte do exército nacional na frente de aliados da Segunda Guerra Mundial.

Esta breve anotação não se presta a descrever as condições também análogas à escravidão pelas quais estiveram sujeitos estes nordestinos no

período, a exemplo dos que os antecederam. Nesse sentido, quanto a eles não precisamos também nos valer destes relatos para demonstrar o quanto aquilo não acaba nesse eterno presente do pretérito. Não estou falando no tempo da fala, estou a tratar do tempo da vida.

Vamos aqui começar pelo quase fim, senão pelo fim, isto porque para a maioria dos soldados da borracha, não há falar mais em presente.

Estamos no dia 10 de dezembro do ano de 2014 - data em que se comemora mais um aniversário da Declaração Universal do Direitos Humanos – e que as defensorias públicas do Estado do Pará e da União Federal ingressaram, em conjunto, com ação civil pública em face da União Federal buscando em nome destes condenados, os soldados da borracha, uma reparação histórica concernente em a) indenização para cada um deles (extensível aos dependentes) ao pagamento de, no mínimo, R\$200.000,00; b) indenização por danos morais coletivos no valor de R\$25.000.000,00 a ser revertido para os fundos de direitos difusos Federal e Estadual; c) construção de monumento em prol da memória dos soldados da borracha; d) inclusão do tema soldados da borracha nos livros de história do Brasil; e) disponibilização em meio digital dos acervos sobre os soldados da borracha a fim de democratizar seu acesso; f) criação de Comissão específica para preservar a memória histórica e a construção pública da verdade sobre os soldados da borracha. (*BRASIL, 2014*)

Na ação, as defensorias acusam o estado brasileiro de violar de modo permanente os direitos humanos dos soldados da borracha, seja quando os abandonou – mais do que já os tinha abandonado - após o final da

segunda guerra, seja quando instituiu um tratamento desigual em relação aos pracinhas ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, não só pelo não reconhecimento efetivo sob o ponto de vista simbólico - enquanto os pracinhas recebem honrarias militares, têm um monumento nacional na cidade do Rio de Janeiro em que acomoda um museu com a história e homenagem aos mortos, os soldados da borracha nada disso receberam do estado - mas também material - enquanto os pracinhas recebem um soldo equivalente ao que recebe um segundo tenente do exército brasileiro, os soldados da borracha somente a partir de 1988, com a Constituição Federal, passaram a receber dois salários mínimos de aposentadoria e somente agora com a emenda constitucional nº 78, de 14 de maio de 2014, 70 anos depois do final da guerra, passaram a ter direito a uma irrisória indenização, em uma única parcela, de R\$25.000,00.

Vale transcrever o trecho da ACP nomeado de “epílogo trágico”, pelo qual é traçado o estado atual desses condenados:

### **1.5 EPÍLOGO FÁTICO**

A atual situação dos Soldados da Borracha é de completo abandono. Toda a exploração, coisificação e humilhação por eles sofrida não foi capaz de sensibilizar os mandatários da nação e as maiorias parlamentares no sentido de implementar mudanças concretas para reversão da dura realidade enfrentada pelo grande contingente de flagelados.

Uma conclusão salta aos olhos: o governo brasileiro, durante a Guerra, preocupou-se, unicamente, com a produção de borracha, esquecendo-se da situação dos trabalhadores, enquanto seres humanos dotados de dignidade.

Após o conflito, os sobreviventes foram relegados à própria sorte. Sequer houve responsabilização das autoridades públicas e privadas que engendraram a catástrofe descrita nesta peça e que foi tão bem analisada no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a campanha da borracha.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, as medidas assistenciais não se efetivaram, sendo irrisória a indenização prevista na Emenda Constitucional n.º 78, de 14 de maio de 2014, a qual não foi capaz de recompor a dívida da República Federativa do Brasil para com os nordestinos utilizados na exploração da borracha durante a Segunda Guerra Mundial.

Os soldados da borracha também são verdadeiras vítimas da Segunda Guerra Mundial e da ditadura de inspiração fascista conhecida como Estado Novo, cujo ultraje amargado também tem que ser reparado pela parte ré. (BRASIL, 2014, p. 11)

Para as defensorias públicas, sob o ponto de vista do direito brasileiro e internacional, os soldados da borracha vêm sofrendo, de modo *continuum*, graves violações aos seus direitos humanos previstos na carta das Nações Unidas de 1945, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direito Cívico e Político, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, além de violações à constituição brasileira, especialmente no que diz respeito ao direito à vida, à integridade pessoal, à honra, à dignidade, à proteção à família, à igualdade, à verdade e à memória...

Segundo informa a ACP, dos 7725 soldados da borracha do Acre, 6640 já morreram. Dos 17 do Amapá, 17 já morreram. Dos 2047 do Amazonas, 2003 já morreram. Dos 1255 do Pará, 1220 já morreram. Dos 1855 de Rondônia, 1812 já morreram e dos 37 de Roraima, 35 já morreram (dados do ano de 2012).

Por fim, a peça judicial – embora muito bem posta no sentido jurídico - não estaria, ao meu ver, com a força de que necessita para traduzir a condição moderno colonial dos soldados da borracha e a sua mais digna indignação se não tivesse em seu corpo a fala do condenado.

Era um dia de cerimônia, dia de festa no Congresso Nacional. Dia solene da promulgação da Emenda Constitucional nº 78/2014 pela qual os soldados da borracha eram agraciados com a indenização de R\$25.000,00 por toda uma vida de serviços prestados nesta condição à nação brasileira. De novo, a festa não interessava aos condenados muito embora toda ela feita em seu nome. Mas quem vai dizer isto é um deles. Belizário Costa, naquela data com 96 anos. Belizário veio a falecer depois, no dia 20 de janeiro de 2016. (FOLHANOBRE, 2016)

Um raro momento histórico em que um não-ser – aquele ser invisível/abandonado para o poder moderno colonial - tem a palavra no congresso nacional e – surpresa - diz o que pensa a respeito da lei – e de todo o arcabouço ideológico sobre o qual é produzida – a lei feita sob encomenda para fazer de conta que satisfaz seus interesses como um cidadão condenado. A lei que continua a manter esse condenado da floresta no seu lugar histórico colonial. Foi preciso aquele a quem a história oficial costuma não possibilitar a expressão da palavra, a quem a história (na versão do poder) sempre falou em seu nome. Foi preciso ele, depois de uma longa vida condicionada ao silêncio, foi preciso a sua fala, uma fala precisa.

Conheci um camarada que diziam que era nosso chefe. Trabalhei 4 anos, comendo só caça com

farinha d'água, daquela que vem de Bragança, com sal. Felizmente, hoje eu estou contando o caso para vocês nessa idade. Graças a Deus, eu nunca tive doença. Nós Soldados da Borracha ganhamos a guerra. (Palmas.) Fomos nós Soldados da Borracha que ganhamos a guerra. E os nossos governantes não estão nos dando valor.

Outra coisa. Quem tem pais que foram Soldados da Borracha — agradeço à Sra. Perpétua Almeida, que disse que o pai dela é Soldado da Borracha. Ela fez a nossa derrota. O dinheiro que nós estamos ganhando é o dinheiro que o Deputado usa no café, e disseram que dos Estados Unidos vem muito dinheiro para nos pagar, mas como não pagam, gente?

Presidenta, tenha coração. Se fosse o pai dela, o pai dele ou alguém da família, garanto que ela pagava direitinho o dinheiro merecido, mas como somos nós, Soldados da Borracha, fomos jogados naquela mata, comendo tudo quanto era coisa ruim na vida, passando necessidade; havia dias que dormia e dias que não dormia, porque tínhamos que botar a lamparina na cabeça, chamada poronga, e irmos para a mata cortar seringa para mandar para os Estados Unidos. Viu, meus amigos?

O patrão ainda disse assim: “Olha, Arigó, se vocês não pagarem o que estão levando para comer, vocês nunca mais saem daqui”.

Meus amigos, eu dormia com o meu rifle em cima do peito. Ele falou para mim: “Olha, seu Belizário Costa, uma bala dessas que você vai gastar custa 1 quilo de borracha”.

Quando eles foram nos contratar, nos prometeram tudo, até o avião no céu nos prometeram, e hoje em dia, meus amigos, eu estou nesta idade de 96 anos sofrendo, nem casa eu tenho. Eles prometeram tudo e nem casa eu tenho. Eu não vou mentir para vocês, eu não tenho uma casa, moro numa casa alugada, pago aluguel, ganho 2 salários mínimos que não dão nem para comer, porque a carestia hoje em dia está horrível.

Meu amigo, se todos vocês que estão nos ouvindo estivessem no meu lugar, os senhores fariam a mesma coisa que eu estou falando. Eu estou agradecendo à Dona Perpétua. O que ela ganhou para fazer isso conosco? Eu estou agradecendo a Dona Perpétua o que ela ganhou para fazer isso conosco. Ela não era para ser Deputada pelo Acre, ela não gosta do povo do Acre, ela está é fingindo que gosta do povo do Acre.

[...].

É dureza! Se fosse uma pessoa que tivesse consciência, se a senhora tivesse consciência, não teria falado certas coisas para nós. Ganhar uma mixaria como essa que não dá para viver. Queria que nós ganhássemos 1.500 reais. O que nós fazemos com 1.500 reais por mês? O que a senhora pensa? Vinte cinco mil. O que é que dá para o sujeito viver hoje em dia? Vinte e cinco mil é para um Deputado tomar café de manhã.

Nós vivemos nessa dificuldade. Tenho 96 anos, saio de Porto Velho de ônibus, venho para cá lutar para ver se adquire o que é nosso. Nós temos o direito de receber o que é nosso. Gente, tenha dó! Quem tem coração, isso não é possível! Eu tenho sofrido demais! Eu sofri muito na mata. Sofri muito! Vi muitos companheiros morrerem, e morrer à míngua, porque não tínhamos nem um comprimido para tomar. Morreram milhares e milhares deles. Nós éramos 55 mil, disse um tenente para nós quando estávamos em Belém. Hoje, se tiver muito, são 20 mil. E não tem!

Meus amigos, olhem aquele pobre velhinho ali. Ele é meu colega. O único Soldado da Borracha que está tendo aqui é aquele velhinho ali, que é meu colega. O que esse velho vai fazer com uma mixaria dessas? O que ele passa eu passei. O que eu passei na vida, todo Soldado da Borracha passou. Sem dormir, ou dormir numa tarimba de vara, arriscado a qualquer hora um índio matar e carregar para comer.



O sujeito sair às 4 horas da manhã com uma lamparina na cabeça para cortar seringa para, à tarde, defumar a borracha para poder fazer a comida para comer. Quantas vezes eu comi leite de castanha feito pirão com farinha d'água. Aconteceu isso comigo. Assim como aconteceu comigo, aconteceu com muitos deles.

Meus amigos, vocês vão me desculpar, porque eu sou um analfabeto, mas sinto muito por ter a Dona Perpétua feito essa ingratidão com os Soldados da Borracha. Viu? Não foi só ela, como a nossa Presidência da República, que não tem o reconhecimento que o Soldado da Borracha trabalhou, e lutou, e ganhou a guerra nos Estados Unidos e no Brasil inteiro, porque, senão, Hitler era dono do mundo, está compreendendo? Eu sei, tudo isso eu sei, eu aprendi, viu? Eu tenho isso por escrito; eu tenho por escrito, dentro da minha casa; eu tenho por escrito. A nossa valência é que nós ainda estamos ganhando esse dinheirinho. Agradeço àqueles dois senhores ali, o seu Carioca e o advogado ali, senão nós estávamos na pior, está compreendendo?

É isso aí pessoal, vocês vão me desculpar se eu ofendi algumas pessoas; vocês vão me desculpar, que eu apenas sou um ignorante, eu não tenho leitura, sou analfabeto, mas eu tinha muita vontade de falar essas coisas, viu? Getúlio Vargas mandar nos convocar como soldados, dizendo ele que nós íamos ganhar bem e além de tudo ser um grande oficial. Todos íamos ser oficiais e nada disso nós tivemos. Qual é a promoção que nós temos? A promoção que nós temos é a necessidade que nós passamos.” (Apud BRASIL, 2014, p. 25/26)

A reprodução que faço aqui da fala de Belizário não se deu com a finalidade de analisar o seu conteúdo à luz de dados historiográficos, por exemplo, e, com isso, apontar as suas contradições certamente valorizadas por quem espera ver num subalterno um mero reproduzidor do discurso colonial. Tenho que, ao invés de enfrentar esse nível de disposição

analítica fundada não no sujeito histórico – o condenado – em seu preciso lugar de enunciação, mas do sujeito no lugar em que ele reproduz o que é levado a reproduzir – prefiro ver o seu gesto, sua indignação, o caráter insurgente de sua fala, a sua versão, no caso, decoloniais.

O que se vê é o representado na casa dos representantes (Congresso Nacional) usando do poder insurgente de se auto representar – como ato legítimo de sua própria representação, sem que seu conteúdo – a sua fala e seu gesto se combine – manifeste coerência - com as decisões praticadas em seu nome embora em seu desfavor. “Qual é a promoção que nós temos? A promoção que nós temos é a necessidade que nós passamos.”

Com efeito, opto – é uma opção de leitura do mundo - por esta versão: ao mesmo tempo em que Belizário Costa ao final diz que é “ignorante”, que “não tem leitura”, que é “analfabeto” (como se auto flagelasse com a reprodução do racismo epistêmico), ele usurpa dessa condição subalterna - a que a história moderna-colonial lhe tem procurado impor – que é a condição ao silêncio e usa para além da palavra o gesto: como soldado da borracha que é, negou-se ali a continuar a bater continência.

#### **6.4.2 A tensão da decolonialidade ontológica: caso Ywmonyry Cândido**

Daqui pra frente, vou analisar um trabalho acadêmico produzido por um indígena a respeito de uma experiência prática no contexto atual da seringalidade no Acre.

Ywmonyry Mywtymanety é o nome indígena de Francisco de Moura Cândido. O primeiro nome foi dado por seus pais Kulinas, da terra indígena Camicuã. O segundo, como afirma, foi “*registrado pelos brancos no cartório do município de Boca do Acre-AM*”. (CANDIDO, 2012, p. 18) Ywmonyry Mywtymanety teve educação formal dos brancos. Francisco de Moura Cândido é grato pela existência e também a educação que teve de seus pais, existência e educação que o mantém indígena. Este fato será determinante para entendermos o que se passa hoje com os indígenas no Acre no contexto da *seringalidade*.

Ywmonyry Mywtymanety carrega no nome e na vida essa “dupla identidade” a que tem que responder como sujeito social e também psicológico, o que vai lhe dando significados “para fora” – quando epistêmica – e, para dentro, quando ontológica. Na verdade, essas duas significâncias vão definindo, no que resulta seu ser, vezes branco indígena, vezes indígena branco ou um branco simbólico, um indígena ontológico. Frantz Fanon diria: *pele indígena, máscara branca*. Essas separações certamente que são do mundo da epistemia, talvez o mundo do ser isto não tem tanta cisão assim. O fato é que temos a nossa frente um sujeito – sem dúvida um sujeito na mira da *colonialidade* - cuja vida reside nessa tensão fanoniana de ser ou não-ser moderno. Não há garantias de que esta questão seja resolvida.

Tentar entender como isto se dá no contexto da *seringalidade* é o nosso desafio daqui para frente. Para tanto temos um caso. Um caso em que quem vai narrar é ele. Vamos nos centrar nas próprias palavras Ywmonyry Mywtymanety. É ele, pela sua escrita, quem vai nos conduzir

pelos caminhos das possíveis respostas a perguntas tantas. E nos conduzirá, a partir de agora, como Ywmonyry Candido. Denominação aparentemente conciliatória (pela junção de nomes indígena e português) mas que carrega uma certa tensão no simbólico (Ywmonyry significa ‘*vento forte*’), a mesma tensão que vai residir no ontológico. Afinal, a linhagem clânica Mywtymanety é “*considerado tradicionalmente o povo do porquinho e também guerreiros.*” (p. 18)

Ywmonyry Candido escreveu um trabalho dentro dos cânones da cientificidade ocidental. Ele tem o título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável. Sua dissertação *BR 364: Uma Análise da Sustentabilidade das Medidas Mitigadoras e Compensatórias na TI Colônia 27*, é fruto de sua pós-graduação realizada no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília-UNB (CANDIDO, 2012).

Será por meio desta obra que procuraremos seguir seus passos – suas palavras, suas reflexões, dúvidas, certezas – passos que tem dado ao longo da vida no sentido de procurar entender a sua existência como um condenado da floresta. Será por ela que também seremos levados a conhecer uma experiência concreta de tratamento colonial contemporânea com todas as suas complexidades.

Ao mesmo tempo, será possível analisar como os dispositivos da *seringalidade* – a ideologia do *desenvolvimento sustentável* e a *florestania* – funcionam de acordo com a experiência de Ywmonyry Candido.

A dissertação é dividida em quatro capítulos. No primeiro, ele vai falar de suas “trajetórias pessoal e profissional”. No segundo, vai tratar da historiografia indígena no Acre. No terceiro, relata os processos da construção da BR 364 nas terras indígenas e as promessas da *seringalidade* de mitigar e compensar a violência. E no quarto e último, ele vai se dedicar a falar especificamente sobre a terra indígena Colônia 27 no cenário da *seringalidade*, mormente diante dos impactos das ações do *desenvolvimento sustentável* e da *florestania*. E, principalmente, dando ênfase ao olhar dos indígenas a respeito.

Duas advertências antes de seguirmos. A primeira é que na fala de Ywmonyry Cândido não há qualquer referência às categorias da colonialidade, muito embora elas, no meu entendimento, estejam lá o tempo todo. A segunda é que daqui pra frente nossa ocupação será também não fazer, pelo menos explicitamente, uso delas. Será um grande esforço. É que, do mesmo modo, será desnecessário. No entanto, impossível abrir mão da companhia estrondosa de Fanon. Vejamos.

#### **6.4.2.1 A experiência de um ser racializado**

Começemos justamente pelo começo. Ywmonyry Cândido fala de sua experiência de sujeito racializado quando criança e frequentador da escola do branco como uma: “*tensão que marcou a minha relação com os não indígenas e que tem sido repetida na relação de outros indígenas com a sociedade envolvente.*” (p. 18) Aqui o autor demonstra a consciência de que, para si, a racialização não é pessoal senão histórica, social e

estrutural, posto que “*repetida na relação com outros indígenas com a sociedade envolvente*”.

No plano individual, o seu sentimento é o mesmo sentimento do racializado de que fala Fanon. Para Ywmonyry Cândido, “*o fato de ter sido vítima de preconceito gerou sentimentos antagônicos: ao mesmo tempo em que queria estar com os meus familiares na aldeia, passei a sentir vergonha de ser índio*” (p. 18). Fanon atesta que “*por mais dolorosa que que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco* (FANON, 2008, p. 28)

Assim, do mesmo modo como “*o negro não é um homem*” (p. 26) - o que quer dizer, não é um humano por não ser branco, ele é um não-ser – o indígena assim tem sido considerado, como testemunhou Ywmonyry Cândido.

Os professores fundamentavam suas aulas naqueles livros que diziam que Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral tinham sido os grandes heróis do descobrimento do Brasil e que os indígenas eram sinônimos de inferioridade e de empecilho para o desenvolvimento do país. (CANDIDO, 2012, P. 20)

Para o menino Ywmonyry Cândido,

Isto instigava os meus colegas de classe a me chamar de ‘caboco fedorento’ e a deferirem várias perguntas direcionadas a mim, como: ‘caboco, vocês tomam banho?’ ‘É verdade que vocês comem gente?’ Ainda faziam alguns afirmações do tipo: ‘os indígenas são preguiçosos’. A minha resposta sempre era o silêncio. (p. 20)

Foi na adolescência que Ywmonyry Cândido revela manifestar “*vergonha de ser indígena e da minha própria origem. Como na cidade em que morava ser indígena era sinônimo de imprestável, de selvagem, isso me*

*levou a negar minha identidade cultural para ser aceito socialmente*". (p. 20/21) Foi assim que Ywmonyry Cândido precisou ser branco e, como diria Fanon, ter máscara branca em pele indígena.

Após passar por escolas de regime de internato, no Educandário Espírito-Santense Adventista, em Colatina-ES e no Educandário Nordestino Adventista, em Belém de Maria-PE, pelas quais fez o 1º Grau, Ywmonyry Cândido concluiu, na cidade de Boa Vista-RR, o ensino médio, no curso de Técnico Agrícola da Escola Agrotécnica vinculada à Universidade Federal de Roraima-UFRR. (p. 21)

Chama atenção um fato. As instituições de ensino em que Ywmonyry Cândido estudou até o ensino superior estão vinculadas a uma formação cristã protestante (adventista), a respeito do qual o mesmo não faz nenhum comentário em toda a sua dissertação.

Ywmonyry Cândido conta que passou 10 anos trabalhando em Rio Branco e sem estudar.

Nesse intervalo, ocorreu algo inusitado na minha vida, que considero o mais relevante de todos os acontecimentos – senti necessidade de retornar às minhas origens e de fato conhecer as minhas histórias vivenciadas pela ancestralidade do meu povo e contadas pelos mais velhos. Passei a querer falar novamente a minha língua materna e, sobretudo, conhecer alguns segredos guardados na floresta. Diante desse anseio, retornei para a aldeia Camicuã e, a partir daí, dei início a um processo de reintegração cultural. Permaneci nesse lugar um período suficiente para alcançar meu propósito. (p. 21/212)

Daí podemos entender este retorno como um momento em que Ywmonyry Cândido recupera suas forças de indígena – quando sua

consciência de racializado lhe situa - para poder suportar à esta condição racializada e, com isso, viver sem precisar usar máscaras brancas. “*De uma vez por todas, realidade exige uma compreensão total*”. (FANON, 2007, p. 29). E que tal compreensão não se dará de outra forma pela consciência epistemológica, senão pela compreensão do valor do saber – e que tipo de saber - no processo de colonialidade pelo qual estava adstrito, bem como a importância fundamental disso para a sua constituição ontológica.

Foi quando percebi que novamente estava numa sala de aula. A diferença agora era que os ensinamentos que seriam apreendidos de fora para dentro, como ocorre com o conhecimento científico, mas de dentro para fora. Os meus professores tinham como missão fazer com que eu acessasse minha natureza mais essencial, que buscasse a partir de conhecimento de meu povo a minha sabedoria. (CANDIDO, 2012, p. 22)

Ywmonyry Cândido revelará que esta experiência será responsável pelo seu retorno, como afirma, ao seu “*verdadeiro mundo, permitindo, ao longo do anos de minha autoafirmação como indígena Apurinã e reforçando meu propósito de trabalhar profissionalmente com a questão indígena.*” (p. 23)

Por fim, no plano de sua formação acadêmica, fez graduação em Gestor de Recursos Humanos, na Universidade Norte do Paraná-UNOPAR. Depois, em 2010, iniciou seu mestrado na UNB, este que culminou com a dissertação em análise. Com isso, aponta que “*Desde então, tenho me enveredado pelos caminhos do diálogo de saberes e da sustentabilidade, tentando manter a relação entre o científico e cultural.*” (p. 23)



Quanto à trajetória profissional, Ywmonyry Cândido relata que suas atividades profissionais foram todas desenvolvidas em Rio Branco. Afirma que até tentou trabalhar em Manaus-AM mas não obteve êxito voltando à capital acreana aonde, por não conseguir emprego relacionado à sua área de formação, trabalhou em loja de tecidos e de eletrodomésticos. Depois, em 2001, foi colaborador na organização não governamental União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia-UNIR. (p. 23)

Em 2002, foi contratado como técnico em indigenismo, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos recursos Naturais do Acre-SEMA, para trabalhar em projeto de etnolevanteamento de recursos naturais nas TIs Campinas/Katukina, Cabeceira do Rio Acre, Rio Gregório, Kaxinauá do Igarapé do Caucho, Kaxinauá da Colônia 27, Katukina/Kaxinauá, Jamunawa do Rio Caeté e Mamoadate, localizados em território acreano. Em 2003 passou a trabalhar na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Acre-SECTEMA, na equipe responsável pela execução de ações de mitigação. Depois, passou a ocupar o cargo de Gerente de Desenvolvimento Comunitário na Secretária Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Acre-SEPI. Em 2010, foi remanejado para o Departamento de Estrada de Rodagens, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Estado do Acre-DERACRE, onde exercia atividades no Setor do Componente Indígena (CI), responsável pelas ações de mitigação em terras indígenas nas construções de estradas, caso das BR 364. Por fim, a partir de 2011, Ywmonyry Cândido passou a fazer dos quadros de servidores da Coordenação regional Alto Purus/FUNAI, no cargo de chefe da Divisão Técnica. (p. 23/27)

Percebe-se que todas as atividades profissionais Ywmonyry Cândido estarão vinculadas ao poder estatal e diretamente relacionadas aos programas de desenvolvimento articulados na *seringalidade*, sob a operatividade dos dispositivos do *desenvolvimento sustentável* e da *florestania*. Nesse sentido, será a sua fala que dirá a respeito de sua resistência decolonial diante da condição dupla de racializado e, na qualidade de agente do estado, suposto componente operador dos dispositivos da *seringalidade*.

Passemos para o segundo capítulo, pelo qual Ywmonyry Cândido busca encontrar para a sua dissertação uma base histórica que possa divergir da oficial e tradicional. Para ele será a historiografia indígena acreana. E é exatamente nesta rara experiência de construção de conhecimento que pode-se começar a perceber o quanto a historiografia indígena local é influenciada pela historiografia de prumo eurocêntrico, conforme já dissertamos aqui neste mesmo capítulo, em que tratamos das duas ausências da historiografia colonial acreana. É possível aqui neste capítulo já apontarmos uma das primeiras armadilhas epistêmicas armadas pela *seringalidade*, conforme desenvolvido no capítulo citado e de acordo com o que temos dissertado no corpo deste trabalho.

De qualquer modo, a realidade definitivamente não é o discurso que se faz a seu respeito. Quando vai tratar do tempo presente, Ywmonyry Cândido vai apontar que os povos indígenas – muito embora tenha, pela historiografia adotada, seguindo um percurso de progresso - “continuam

enfrentando resistência na busca por uma política adequada e que atenda de fato suas diferentes necessidades.” (p. 37)

O terceiro capítulo vai tratar dos processos que envolvem a construção da BR 364, os impactos sofridos na TI Colônia 27 e as ações de mitigação e compensação relacionados. Pelo que nos traz Ywmonyry Cândido, é possível perceber a relação posta pela política governamental de desenvolvimento sustentável e o aparado da *florestania* frente à histórica condição moderno colonial indígena no Acre. Por seu testemunho, pelas informações que traz, as diversas ações dos programas financiados pelos prepostos do *sistema mundo moderno colonial* (BID e Banco MUNDIAL), as quais parecem isoladas, ganham uma organicidade de tal modo a possibilitar olhá-las como a continuidade do projeto histórico estrutural moderno colonial iniciado há mais de 500 anos.

Também é possível ver como Ywmonyry Cândido, muito embora tenha claro a condição histórica e atual de racializado/colonizado, no entanto, parece na sua fala não conseguir alcançar a dimensão geopolítica (a do *sistema mundo moderno colonial*) e também local (*seringalidade*) das ações que pratica. Só parece, pois, apesar disto, ele consegue elaborar importantes reflexões que podem nos levar – e nos levam - à compreensão global e local de sua histórica condição.

#### **6.4.2.2 Tem uma aldeia no meio da estrada ou tem uma estrada no meio da aldeia**

Começa pelo resgate da história da construção da BR 364 no percurso em que se encontram as terras indígenas-Tis em questão, resgate esse que vai possibilitar justamente que se confira a relação reclamada anteriormente. A tal BR é parte constitutiva dos projetos de desenvolvimento desde sempre. Ela passa por seis estados do Brasil (de SP, MG, MT, RO e AC), sendo a sua “porção norte” conhecida como a “saída para o Pacífico”, idealizada ainda pelos governos militares na década de 1960 e concluída ou quase isso justamente no governo da *florestania*. (p. 49)

Pode-se afirmar que esta estrada – com tudo que ela representa para a ideia de desenvolvimento na Amazônia - conta a história, desde a década de 60, da afetação moderno colonial às terras e interesses dos condenados da floresta, especialmente no Acre. O que não quer dizer que mesmos processos não sofreram os condenados ao longo de seu percurso de São Paulo até o Acre, no extremo oeste de seu território (Município de Rodrigues Alves), caso mais emblemático –visto que mais visível – é Rondônia. Esse é o caminho que tem prometido modernidade, todavia, para os condenados tem deixado quase tão-só colonialidade.

E assim Ywmonyry Cândido reproduz o que tem ouvido e lido:

A principal justificativa governamental para implantação de rodovia tem sido o desenvolvimento econômico e social, principalmente nas regiões de fronteira, que supostamente seriam áreas vulneráveis às invasões estrangeiras caso não estejam ocupadas. (p. 51)

O discurso como promessa é o mesmo, desde sempre. E Ywmonyry Cândido se interessa por contar a história mais recente a respeito da construção desta estrada. Faz referência ao Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas-PMACI criado para, na construção da BR 364 trecho Rio Branco-Porto Velho, se evitar o que aconteceu no trecho Cuiabá-Porto Velho: danos ecológicos e sociais, especialmente às terras indígenas. No bojo, da obrigação da FUNAI em agilizar os processos de regularização das TI's... (52/53)

Daí o outro processo na parte interna do Acre em que os diversos governos vêm alternando entre promessa, o faz-de-contas e a realização em prejuízo dos condenados. Até que com o Governo da Floresta, a partir de 1999, começa, segundo o autor, uma nova fase em que a ideia de participação ganha força com outras ideias de oficinas comunitárias, audiências, diagnósticos, tudo no sentido de se atender às normas ambientais afim de que a estrada fosse finalizada no trecho que liga Sena Madureira, Manuel Urbano e Feijó. (p. 59)

E eis que Ywmonyry Cândido, inclusive como participante de grande parte desse processo – obviamente sem qualquer poder de mando - atesta uma triste realidade, cujo registro da lavra do autor vale a pena transcrever.

Contudo, a maior parte dos profissionais que constituíram as equipes de consultoria vinha de fora do estado, eram pessoas que desconheciam a realidade da região acreana e, principalmente, dos povos indígenas. Isto comprometeu os resultados dos trabalhos e gerou alguns transtornos, que talvez pudessem ter sido evitados se algumas medidas preventivas tivessem sido adotadas, tais como:

- a) informar os indígenas, antecipadamente, sobre a visita dos consultores em suas comunidades, evitando situações constrangedoras para ambas as partes;
- b) garantir a participação efetiva dos indígenas em todas as etapas das atividades, inclusive na construção das propostas;
- c) esclarecer os indígenas detalhadamente sobre os projetos propostos e os trabalhos realizados, para que eles se apropriem das questões e assuntos em pauta;
- d) utilizar uma metodologia específica para cada terra e povo, levando em conta vários fatores internos como: cultura, organização social, iniciativa local etc. (p. 69)

Numa síntese, Ywmonyry Cândido atesta que o que os consultores produziram, sob a denominação de plano de mitigação e compensação, foi *“a construção de programas com ações pensadas de fora para dentro. Tal fato retirou a oportunidade de se pensar medidas baseadas nas reais necessidades das comunidades indígenas...”* (p. 69)

Ademais, quanto às audiências públicas, o autor nos informa que elas *“... foram realizadas em apenas um dia em cada município, tempo insuficiente para estabelecer um diálogo transparente e consistente do ponto de vista da construção de perspectivas positivas e sustentáveis.”* (p. 120) Fatos estes que - numa constatação mais que óbvia, todavia necessária ser dita, ante o violento desrespeito com os condenados da floresta (seguindo a tradição colonial) - *“inviabiliza a eficácia e a sustentabilidade das ações, pois quem realmente conhece as dificuldades e os problemas internos da comunidade são os moradores das aldeias.”* (p. 70)

E tem mais.

A violência também avançou para a fase de execução das ações nas Terras Indígenas. Ywmonyry Cândido aponta que as empresas terceirizadas contratadas não sofreram qualquer fiscalização do Estado, resultando em péssimos serviços, além da prática de atos de desrespeito com o modo da vida local, a exemplo de envolvimento dos funcionários com mulheres indígenas, a caçada com cachorros e o uso de bebidas alcoólicas. (p. 70) Mais ainda. A empresa de consultoria (mais uma) contratada pelo governo para avaliar as ações de mitigação nas TIs “*não apresentou subsidio suficiente, muito menos parâmetros para que houvesse de fato uma avaliação que possibilitasse corrigir os erros do passado sem comprometer os resultados das futuras ações.*” (p. 70)

Para não fugir à regra da violência governamental, Ywmonyry Cândido informa que o governo “*deu seguimento à execução das ações de mitigação de forma homogênea e sem conexão entre as instâncias governamentais e comunidades indígenas, gerando a duplicidade e a ineficiência das atividades como fazia anteriormente.*” (p. 70)

Constata-se que, de fato, o interesse do governo não é mitigar e compensar nada. É investir na manutenção da violência colonial que se perpetua na *seringalidade*. Tudo isso sob o rótulo de *desenvolvimento sustentável* e *florestania* (a modernidade prometida) o que confere o sucesso que o acionamento de tais dispositivos promove na região (a colonialidade).

### 6.4.2.3 Os programas e projetos criados na carona da BR 364

Além do faz de contas da mitigação e compensação, o governo aproveitou para introduzir nas TIs outras ações, desta feita com forte participação de instituições financeiras como a multilateral BID e a nacional BNDES, além de ONGs internacionais como GTZ (atual GIZ) e a WWF. Todas as ações ali desenvolvidas, segundo Ywmonyry Cândido, se deram no período de 2001 a 2010, período em que os dois grandes Programas de Desenvolvimento Sustentável do Estado, o PDSA I e II e o PROACRE, vêm sendo aplicados na região. (p. 71)

Ywmonyry Cândido informa os programas implantados pelo governo: de gestão ambiental nas aldeias; de formação de agentes agroflorestais; de remuneração dos serviços ambientais prestados pelos agentes; de fomento e assistência técnica; de formação de professores indígenas; de política de educação escolar indígena e também de formação profissional. Tais ações, muito embora tenham sido iniciadas pelo PDSA, ganharam continuidade com o PROACRE, razão pela qual as aldeias foram incluídas nas Zonas de Atendimentos Prioritários (ZAPs) com a formatação de planos de gestão. Desta feita, o chamado fortalecimento institucional das organizações indígenas passou a ser realizado por um dos componentes do PROACRE. Infelizmente, neste item, Ywmonyry Cândido não detalha a respeito das implantações dos programas, tampouco faz avaliação acerca dos resultados.

Uma pausa para mim.

Fundamentalmente, as ações denominadas de desenvolvimento implementadas nas TIs estão fundadas nos objetivos de introjetar nas



aldeias uma racionalidade de gestão, que se apresenta sob a máscara de gestão ambiental, formação de mentes para a produtividade e controle – também por meio de formação – das organizações indígenas – o que vale dizer, de seus líderes, sob o rótulo de seus fortalecimentos institucionais e outra forma de injeção cultural falseadamente posta como fortalecimento cultural das comunidades indígenas.

É que todas as ações pressupõem ensinar o que o índio não sabe – ser desenvolvido - de modo que, neste saber ensinado, estão projetados a racionalidade do desenvolvimento como algo que venha fortalecer o que é fraco, débil, insuficiente, imperfeito, incapaz, inábil, inferior - o que sempre foi tratado como tal, a cultura, a economia, a língua, a organização indígenas... Como a estrada e as ações de mitigação e de compensação, sobre cuja decisão os indígenas não fizeram parte (na verdade, isto lhes foi violentamente negado), certamente que todos estes programas seguiram, em maior ou menor grau, a mesma estratégia.

Voltemos a Ywmonyry Cândido. Ele ainda tem muito a falar.

#### **6.4.2.4 Exercícios de decolonialidade epistêmica**

Ainda neste capítulo, ele dá uma pausa – uma substancial pausa - para refletir a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, o que é essencial para a sua própria pesquisa e sobretudo para a compreensão do saber, do poder e do ser em que todos estamos envolvidos na colonialidade. E ele justifica afirmando que sua pesquisa tem o “*caráter de provocar uma análise sobre inúmeros assuntos e conceitos que são levados para dentro da aldeia sem que haja primeiramente algum tipo de*

*trabalho que sensibilize, prepare e qualifique tanto os executores das atividades, quanto os indígenas.”* (p. 76) Com isso, Ywmonyry Cândido relaciona as ações impostas pelo governo à falta de domínio dos indígenas sobre conceitos igualmente impostos julgando o autor que isto “*influenciou diretamente no resultado das ações*”. (p. 76)

Ywmonyry Cândido tem claro que não há saber superior na relação entre o conhecimento científico do homem branco e o do indígena. Para o autor, o que impede a compreensão e o diálogo de ambos - o que se confunde e é posto como ignorância de um e sapiência do outro - é que o científico não se faz traduzir para os indígenas. Para Ywmonyry Cândido,

A maior parte dos assuntos que adentram as aldeias são de conhecimento dos indígenas. No entanto, a maneira como estes são abordados e a linguagem técnica utilizada fazem com que a comunidade não encontre ressonância dentro da sua cultura e não alcance o significado real dos termos utilizados. (Idem)

Como exemplo, o autor traz o sentido de sustentabilidade para seu pai:

Tsora nosso Deus, criou tudo que existe na floresta. Deixou muitas frutas para os Apurinã se alimentar, mas essas frutas também devem ser partilhadas com os animais que comem delas, além de deixar cair uma boa quantidade na terra para que ela possa se reproduzir. Se fizermos dessa maneira, nós sempre teremos frutas, assim como nossos filhos e netos, que irão fazer parte das futuras gerações. Algo semelhante ocorre com os animais que servem de alimento. Não podemos matar além da quantidade que iremos consumir naquele dia, não somos permitidos guardar para o dia seguinte, pois não sabemos se estaremos vivos, e ainda somos castigados caso desobedecemos aos costumes deixados pelos nossos ancestrais. (Katāwyry

Apurinã, Rio Branco, depoimento em: 18 de outubro de 2012, apud CANDIDO, 2012, p. 76).

O pressuposto da relação ideal em que as coisas funcionem como exatamente dito, para Ywmonyry Cândido, está no entendimento mútuo na comunicação. Para ele, se os indígenas entendessem o que a linguagem científica diz, talvez tudo seria melhor. O mesmo vale para os brancos (quem sabe), se eles entendessem o que os indígenas dizem.

Eis aqui a segunda armadilha em que o autor é levado a cair. Ele é induzido a acreditar no poder da palavra, no caso da palavra oca de interesse, aquele tipo que não teria relação com o poder do domínio, da exploração e da racialização numa sociedade moderno colonial capitalista.

É claro que ele tem razão quando afirma que *“a maior parte dos assuntos que adentram as aldeias são de conhecimento dos indígenas”*. Nesse sentido, não se pode dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável, adotado pelas Nações Unidas (*o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações*) não seja exatamente aquele que o pai de Ywmonyry Cândido tão belamente descreveu. Nem precisa no caso se operar uma complementação de um sentido em relação ao outro, como deseja o autor para propor o fim da divergência (p. 77). Acontece que a questão não está exatamente na compreensão do conceito, senão na intenção e realização daquilo que ele possa representar de acordo com o interesse de quem o manipula o discurso.

A questão, insisto, é que o conhecimento da ciência quando manipulado como discurso da economia de mercado, recebe o carimbo do domínio e da exploração. Da mesma forma que nada passa por aquele conhecimento e naquelas condições, sem que receba o carimbo do racismo, da racialização, numa sociedade colonial.

Assim, muito embora, pelas palavras postas das Nações Unidas e do Apurinã, o sentido de desenvolvimento sustentável possa ser entendido como exato no papel (ou seja com o mesmo fundamento de que todo ser humano seja feliz hoje e amanhã), será o contexto cosmológico imperante em cada sistema de saber e do poder que irá determinar, ao final, o significado operante. Não se pode descurar ainda que este conceito carrega tantos outros, como o de economia, por exemplo, que é determinante. Por este prisma, para a *seringalidade*, desenvolvimento sustentável tem sido exatamente o oposto do que é para os Apurinã.

Com isso, é belo o esforço que realiza Ywmonyry Cândido, esforço este que orienta para a possibilidade de que tudo pode ser compreendido e tratado de outro modo que não este usual moderno colonial que atravessa os tempos, inclusive com a função de silenciar, abafar e, assim, impedir diálogos.

#### **6.4.2.5 As histórias e falas dos condenados**

Vamos agora para o quarto e último capítulo da obra ora analisada no qual quem fala agora são os Huni Kui que habitam a terra indígena colônia 27, povo que foi e ainda vem sendo objeto das ações governamentais de

*desenvolvimento sustentável*, especialmente a pretexto de ações mitigadoras e compensatórias com as obras da BR 364 em suas áreas.

Ywmonyry Cândido começa o capítulo registrando a história de três membros da comunidade por ele considerados importantes no passado e no presente daquela terra indígena. Eles são Alfredo Sabino da Silva (Maná), Afonso Manduca Mateus (Pagé Alfonsinho) e Manoel Kaxinauá. Os três são lideranças na TI colônia 27. Eles não nasceram neste território. Na verdade, nenhum deles vivia em seu território, em território considerado indígena. Todos nasceram em seringais, seringais diversos em que passaram a trabalhar. Seus pais também levavam a mesma vida. Maná Nasceu no Seringal Santa Cecilia, depois foi para o Seringal Mato Grosso, para o Veneza, para o Acaraú, para o Curralinho e para o Baré. O Pajé Alfonsinho nasceu no seringal Fortaleza, depois foi para o Independência, para o Cachoeira, para o Simpatia, voltou para o Independência, foi para o Atena, voltou para o Fortaleza, para o Seringal Seretama, e para a fazenda do senhor Ramis. Manoel Kaxinauá nasceu no seringal Tamandaré, depois foi para o Restauração, para o Macaca, para a Fazenda Cinco Estrela, para o seringal Liés, para a colocação Timbaúba e cidade de Rio Branco. (p. 92/100) Perguntado porque ele trocava tanto de seringal, Alfonsinho respondeu que “*os patrões não queriam pagar devidamente os trabalhos prestados. Muitos davam apenas a comida em troca de suas atividades*”. (p. 95)

A história dos três indígenas retrata a histórica condição deles de desterritorializados da floresta, sua própria casa, condição esta que teve início desde a instauração do *seringalismo*, quando os primeiros

habitantes da Amazônia foram violentamente expulsos de seus territórios em Correrias, quando passaram a viver, os que sobreviveram, uma precária vida de eterna fuga, desterrados em suas próprias terras. Mas existem aqueles que não tiveram saída ou cansaram das fugas e foram tornados servís dos patrões seringalistas e fazendeiros.

É a *seringalidade* em ação. Condenados a não ter floresta (não ter território), a trabalhar para seringalista e fazendeiro (ser mão de obra barata ou ainda escrava) e também a continua a ser tratado como um inferior, racializado, sofrendo a violência que essa condição carrega. Eis o pacote completo a manufaturar o condenado da terra na Amazônia.

Hoje, os três estão instalados, vivem com as suas famílias, nesta área denominada colônia 27 em que têm sido, inclusive, confundidos com colonos em razão de que a área nada mais era – na sua origem – que um loteamento do INCRA (p. 93) e, pior, “*praticamente sem nenhuma cobertura vegetal*” (p. 102) Obra de favor de patrão/político, como reproduz o autor no relato de Maná:

No ano de 1972, seu antigo patrão se tornou o prefeito do município de Tarauacá, levando os quatro amigos a procurá-lo para solicitar um pedaço de terra para morar com suas famílias. O então prefeito indicou uma área que estava sendo loteada pelo INCRA para que ele pudesse morar. (p.93)

Por esta trilha de tratamento contínuo, não é de se estranhar a violência relatada por Ywmonyry Cândido, quando da construção da BR 364 e as simulações de ações mitigadoras e compensatórias. Quem teve um tratamento racializado a vida toda é para merecer este, fatalmente. Esta é a regra que a modernidade/colonialidade alimenta.

A análise que fazemos diz respeito à estrutura colonial implantada desde o *seringalismo* e que se mantém enquanto estrutura que petrifica, de um lado, as condições de quem domina, explora, impõe saber e racializa e, de outro, as condições de quem é seu objeto.

A par disso, não é possível entender as chamadas ações mitigadoras e compensatórias – mesmo que efetivamente realizadas - como ações que possam decolonizar (destruir) esta estrutura, razão pela qual não conseguimos nos encantar com as “bondades” de certas medidas que se apresentam como melhoria da vida dos condenados. O que nos interessa é apontar que há um padrão histórico de poder colonial instaurado e em plena vigência, cujos pressupostos e dispositivos modernos não param de produzir condenados, exatamente como meios – por isso também mão de obra, modelados e racializados - para a consecução dos interesses dos que – interna e externamente - saem ganhando.

Segundo Ywmonyry Cândido, os indígenas da Colônia 27 continuam com a mesma vontade que sempre tiveram de “... *proporcionar às futuras gerações uma vida diferente da qual eles passaram, e ainda passam em virtude das dificuldades apresentadas pela área que ocupam atualmente.*” (p. 115)

Mas Ywmonyry Cândido parece ter uma fixação na sua pesquisa. Uma fixação de caráter epistêmico. Ele tem interesse nos sentidos das palavras que são manipuladas na relação entre os indígenas e os não-indígenas no contexto da políticas de desenvolvimento sustentável. Sua fixação é do

campo do saber e do poder, ele busca pelo saber mas também pelo poder que contém as palavras e a verdade que elas podem ou não garantir/transmitir. Nesse sentido, ele resolve encerrar o seu último capítulo apresentando certos conceitos a partir da visão dos Huni Kui. Aquela fixação se junta a outra tão importante quanto, que é fazer com que os condenados falem por si na sua obra acadêmica. Ele instaura com isso um campo epistêmico em sua obra científica cuja origem e parâmetros não serão - por tudo que temos aqui discutido - considerados científicos. E o resultado é uma fantástica desconstrução do discurso/sentido daquela epistemia moderno colonial levada pelos técnicos do desenvolvimento sustentável.

Perguntado sobre o que é mitigação no contexto das ações de desenvolvimento sustentável na colônia 27, o cacique Txanamashã respondeu ao Ywmonyry Cândido.

É a implementação de ações pontuais como forma de aliviar o diálogo entre as terras indígenas e o Governo”. No nosso caso, muitas atividades só ocorreram na base da pressão, chegando ao ponto dos moradores prenderem servidores na comunidade por não cumprirem os acordos firmados nas datas estabelecidas em reuniões. (p. 128)

O cacique não responde como certamente um técnico do governo responderia ou como um teórico faria. Por exemplo, podemos encontrar na própria dissertação de Ywmonyry Cândido o conceito por ele trazido de Santilli (2005), que se apresenta na literatura do campo ambiental como consagrada, para quem “*as medidas mitigadoras [são] destinadas a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados*” (p. 66), conceito esse vazio de contexto e de tensão da realidade



pulsante de conflito. Ações mitigadoras para o indígena calejado são ações pontuais que o governo usa para aliviar/frear as pressões da sociedade, e não exatamente para resolver as suas demandas, tal como aconteceu na terra indígena em questão. Veja que o sentido de mitigação para o governo é um, e para o indígena será outro. Assim como o indígena não recebe do governo a resposta que precisa, ele também se julga no direito de responder não como o governo quer, mas como ele entende e deseja.

Quanto ao sentido de compensação, o cacique seguiu a mesma pegada.

Tivemos audiências que falavam no asfaltamento da BR-364. O governo alegava que a estrada traria diversas coisas boas para os indígenas situados às margens dela e as coisas ruins que fossem provocadas pelas obras seriam compensadas com infraestrutura ou qualquer outra ação que os moradores achassem importante implantar, mas não foi o que ocorreu durante a execução. Essa conversa bonita ficou apenas no discurso, tornou-se uma relação de troca de favores. Por diversas vezes, tentamos manter um diálogo verdadeiro, mas o que se pactuava era sempre descumprido pelas entidades executoras, que realizavam as ações previstas no momento que achavam convenientes. (p. 128)

Ao invés de responder o que é, caso em que o deixaria vinculado ao sentido posto – o que, como entendo, o subordinaria não só em relação à episteme mas também à ação - ele reclama da falta de execução da promessa pelo governo. Optou pela ação e, nesse sentido, pela insubordinação.

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável,

Posso afirmar que atualmente nós moradores da aldeia estamos fazendo o que acreditamos ser esse tal de desenvolvendo sustentável, principalmente pela

falta de recursos naturais. Soubemos aproveitar bem o apoio que foi concedido a nossa comunidade. Enfrentamos inúmeras dificuldades, mas graças ao comprometimento dos moradores, onde alguns tiveram que usar dinheiro do próprio bolso, hoje, podemos dizer que a nossa aldeia possui uma cara nova e que isso reflete diretamente no melhoramento da nossa qualidade de vida. (p. 128)

E também de sustentabilidade,

...de maneira alguma podemos afirmar que estamos vivendo a mil maravilhas, mas estamos trabalhando para tornar nossa comunidade uma referência no que tange o desenvolvimento sustentável e com isso garantir a sustentabilidade das famílias por meio dos aspectos econômico, social e cultural. (p. 128)

Vemos que o cacique também - do mesmo modo que o pai de Ywmonyry Cândido faz quando lhe é perguntado a respeito - não só elabora à sua maneira o sentido que entende sobre o conceito – como – o que parece ser mais importante - afirma, segundo este sentido e não o do governo, que toda aquela comunidade a cumpre. Pode estar dizendo, a contrário senso, que tal não é o comportamento do governo. Como Ywmonyry Cândido, o cacique não distingue epistemia de ética.

Nesse passo, a autoridade da palavra do não-indígena é questionada pela indiferença, ou melhor, pela sua substituição, pela sua reapropriação que a resubstancia – quando reatualiza para a cosmologia indígena – e, assim, a questiona, enquanto poder de ação – na sua concretude – e não simplesmente abstrata e subjetiva. Vejo aí uma ruptura epistêmica, portanto uma atitude, nesse sentido, decolonial.

Ywmonyry Cândido pergunta ainda se esses conceitos foram abordados pelos técnicos do governo na terra indígena. O cacique responde que

Foi discutido superficialmente, dando a entender que o governo não queria que nós compreendêssemos o

que seus servidores estavam falando. As lideranças entenderam muito pouco do que estava acontecendo e, por isso, não conseguiram passar as informações para os outros. (p. 128)

Resposta mais lúcida não vejo como possível.

Muito embora seja, em alguns momentos, visível o fato de que o autor da pesquisa, por vezes (não muitas), produz uma fala que é a fala do governo (fato este compreensível ante o fato dele ser um agente governamental), fácil ver que, mesmo dentro desta esfera, ele tem claro o prumo analítico que o faz divergir do discurso oficial: *“o real significado da sustentabilidade não se limita às ações de recuperação de área degradada ou aos projetos de geração de renda”* (p. 133) – tal como o discurso moderno colonial quer que seus agentes e, sobretudo, os indígenas concebam a ideia de sustentabilidade.

Ywmonyry Cândido é direto em afirmar que as comunidades indígenas *“especialmente aquelas que sofreram os impactos das construções das BRs 317 e 364, não alcançaram ainda a sustentabilidade social, ambiental, econômica e, principalmente, cultural”*. (p. 133)

O que se percebe, tanto na fala de Ywmonyry Cândido quanto nas dos demais indígenas, é que o que eles querem não é nenhuma revolução material a fim de que possam sair da condição colonial que os mantém há séculos, isto porque seus desejos, nesse plano, ainda parecem estar mais circunscritos às esferas de mudança manipuladas pelo poder colonial, ainda no cercado da descolonização e não da decolonização.

Pois então. O pesquisador atesta o desejo: “... *proporcionar às futuras gerações uma vida diferente da qual eles passaram, e ainda passam em virtude das dificuldades apresentadas pela área que ocupam atualmente.*” (p. 115), desejo este que no plano instrumental tem sido muito bem manejado pela racionalidade moderno colonial quando busca vincular sempre a ideia de futuro com a de progresso (desenvolvimento) e melhoria de vida, desejos estes martelados que são - em escala local, pelos dispositivos do *desenvolvimento sustentável e da florestania* - nas mentes ávidas, sempre ávidas, por sair da condição a que estão condenados de nunca terem futuro, isto é o sentido de futuro que entendem e não aquele imposto há mais de 500 anos que nunca chega.

#### **6.4.2.6 A re-existência decolonial**

E Ywmonyry Cândido conclui a sua pesquisa acreditando que, no plano concreto, o desafio instrumental é do governo, no sentido de implementar políticas públicas que respeitem os indígenas e não sejam violentas como têm sido com eles. (p. 133) O agente e o indígena foram – têm sido - ensinados a desejar “*consistentes programas que promovam o empoderamento, o protagonismo e a autonomia das comunidades e organizações indígenas*”(p. 134)

Como a pesquisa atesta, o que eles desejam não poderão encontrar logo exatamente de onde tem-se investido no contrário. A *seringalidade* -o padrão de poder colonial sob o qual vivemos no Acre - é dependente, para se manter, da condição dos condenados da floresta, de sua dominação, de sua exploração e de sua racialização. Afinal, condenado que tem poder,

protagonismo e autonomia não é condenado. Na modernidade/colonialidade, só é possível possuir estas características no plano simbólico, tal como a *florestania* tem investido tanto.

Nesse sentido, não vislumbro grandes resistências dos indígenas no campo objetivo em que impera esse padrão de poder com as suas instituições e seus dispositivos. Penso que eles têm claro que as suas armas não conseguem enfrentar – corpo-a-corpo - as do poder colonial. Continuam lúcidos. Essa clareza é histórica.

No entanto, Ywmonyry Cândido consegue por si e pelo que nos traz em sua pesquisa nos dizer que há resistência que pode ser atestada em dois campos. É uma resistência epistêmica e também ontológica. Ywmonyry Cândido tem esta percepção quando reproduz a seguinte fala de Maná: “*o mundo vive em constantes mudanças, já o povo Huni Kui permanece sempre o mesmo, apesar de sofrer forte pressão todos os dias pra sermos diferente. Mas, caso isso aconteça, nós deixamos de ser indígenas Huni Kui*”. (p. 116)

E Ywmonyry Cândido tem isto como um princípio exatamente por que ele próprio passou por estes desafios e se mantém Apurinã, assim como Maná, Pajé Alfonsinho e Manoel Kaxinauwa são sempre Huni Kui. Permanecer o mesmo é resistir à pressão para ser diferente – e ser diferente do que é deixar de existir ontologicamente.

É por isto que os tempos históricos ocidentais - aqueles da modernidade e do progresso - nunca servirão para os indígenas. É que eles vivem um

tempo só, o tempo da eterna guerra da resistência ontológica à condenação à morte pela modernidade. Na colonialidade, o tempo das malocas, das correias, do cativeiro, dos direitos e do presente são um só tempo, aquele atual da guerra que só pode acabar quando o padrão de poder que lhes mantém nesta condição chegar ao fim.

Ywmonyry Cândido tem claro que “*os programas governamentais destinados às populações indígenas apontavam sempre para o desenvolvimento sustentável das TIs*” (p. 130) dispositivo cuja função, como já demonstrado nos capítulos daqui, é capturá-los.

A *seringalidade* o que mais persegue junto aos condenados da floresta é a modelação ontológica. No caso, é fazer com que os Huni Kui deixem de ser Huni Kui. Do mesmo modo que Ywmonyry Cândido deixe de ser Ywmonyry para ser Cândido e Nani Yawanawá se deixe mudar juntamente com o tempo, esse tempo da modernidade/colonialidade. Isto vale para os seringueiros, para os soldados da borracha. Que todos capitulem diante do engano e sobejos da seringalidade.

A minha suposição, com a pesquisa de Ywmonyry Cândido, é que, se a colonialidade do poder tem lá suas “vitórias” – e elas representam as “derrotas” da vida dos povos e da natureza pelo uso supostamente democrático do estado-nação especialmente a serviço dos mercados mundiais e das elites crioulas locais - o mesmo não se pode dizer em relação a do saber e, sobretudo, a do ser. Vejo aqui neste caso a mais contundente, embora sutil, expressão da resistência epistêmica e ontológica do *condenado da floresta* ante a *seringalidade*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como pressuposto a existência de um padrão de poder colonial de escala global, o presente trabalho se dispôs a procurar confirmar as seguintes hipóteses: a de que tal padrão de poder global ganha contornos locais e que, a exemplo dele, a sua expressão local tem historicidade, atributos e dispositivos próprios, cuja origem categorizei de *seringalismo* e, quando operado na contemporaneidade, de *seringalidade*. Também se dispôs a lançar e confirmar outra hipótese básica que é a de que o aludido padrão de poder local tem mantido - sob condições de dominação, exploração e racialização - seringueiros e indígenas que, também no curso da pesquisa, foram categorizados de *condenados da floresta*.

Para perseguir seus objetivos, este trabalho se valeu do marco teórico fundado na *Teoria Crítica Decolonial*, apresentando-o por suas categoriais principais. Também realizou um breve apanhado do modo como tem operado a colonialidade, na região tida como periférica do *sistema mundo moderno colonial* – a América Latina e sua parte amazônica brasileira - bem como traçou, a partir de uma leitura particular sobre a historiografia local, o percurso dos eventos históricos sobre a formação do Acre – o lócus empírico - por onde foi possível observar a força da *colonialidade* não só no estabelecimento do padrão de poder local como também de um de seus mais significativos efeitos, a constituição dos *condenados da floresta*.

Estas três tarefas, concentradas respectivamente nos três primeiros capítulos do presente trabalho, foram fundamentais para o que se produziu na sequência da pesquisa, tendo em vista possibilitarem as bases teórica

e historiográfica necessárias para a formulação das categorias analíticas – *seringalismo*, *seringalidade* e *condenados da floresta* – com o que foi possível, ao final, confirmar as hipóteses levantadas.

De fato, com a colonização da região amazônica acreana, os elementos básicos da colonialidade estavam postos. São justamente tais elementos, digamos pré-constituídos com a “civilização do território”, aliados com a realidade encontrada e a dinâmica histórica que irá se processar a partir daí, é que vão dar uma escala local à colonialidade e com isso um caráter particular à mesma. A pesquisa demonstrou que serão basicamente as relações econômicas, sociais e culturais em torno do *seringalismo* - num primeiro momento - e da *seringalidade*, num segundo, é que vão possibilitar a constituição desse caráter diferenciado e assim a expressão da *colonialidade* no Acre e um dos seus mais marcantes efeitos em face, mais diretamente, dos seringueiros e indígenas.

Para tanto, primeiro foi preciso entender o *seringalismo* como uma categoria analítica que vai expressar o princípio constitutivo e organizador da sociedade acreana. O que foi realizado ao se apontar e analisar os atributos moderno-coloniais que vão lhes constituir e sintetizar como fenômeno histórico ocorrido na região acreana desde a sua ocupação em volta inicialmente da atividade econômica do extrativismo da borracha: **i)** a racialização pela qual indígenas e seringueiros são visto/tratados como seres naturalmente inferiores epistêmica e ontologicamente, por isto legitimados à condição de dominados e explorados; **ii)** a adoção de um processo de exploração humana em torno do sistema de aviação, pelo qual, para além de uma exploração



econômica como de fato foi, se investia numa relação de dominação social colonial duradoura; **iii**) e o uso/função da propriedade - associado intimamente à sua expropriação e negação aos indígenas e seringueiros - como elemento essencial ao sistema de aviamento sem a qual, na sua forma concentrada, aquele sistema não existiria, pelas características da exploração, então em vigor.

Na sequência, passei a demonstrar que, com o suposto fim dos seringais, o que ocorreu foi uma espécie de revigoração empírico-simbólico do fenômeno *seringalismo* em razão da adoção da ideia de *desenvolvimento sustentável* e seu modelo empírico, as *reservas extrativistas*, combinado com a emergência do modelo de governo/governança local denominado de *florestania e a* base historiográfica por ela adotada.

Segui apontando que esta espécie de transmutação – do *seringalismo* à *seringalidade* - de nenhuma maneira significou o fim da condição à qual o seringueiro e o indígena foram submetidos no regime do seringal. Nesse exato sentido, demonstrei que, de fato, o *seringalismo* não tem fim mas se revigora como padrão de poder colonial, o que passa a acontecer quando o estado e o mercado, aqui genericamente falando, ocupam o lugar do seringalista instaurando um novo modo de exploração/aviamento quando mantêm a sua cadeia ao acrescentar dispositivos estruturantes subjetivos e objetivos instrumentalizados para conservar (reservar) os seringueiros e os indígenas, muito mais que sob o seu controle, mas como um aliado involuntário na empresa de sua própria exploração/dominação, regime pelo qual deva se movimentar como se a sua luta fosse reduzida

para se manter na condição de explorado/dominado, conforme profetiza Euclides da Cunha, tanto lá no *seringalismo*, quanto cá na *seringalidade*. É quando a pesquisa possibilitou a categorização do que vai ressurgir, no percurso histórico, como *seringalidade* - também como uma segunda categoria analítica e princípio constitutivo e organizador da sociedade acreana que expressará, de forma renovada, o padrão de poder colonial em escala local, pelas seguintes diretrizes:

i) Mantém os atributos e as condicionantes históricas moderno-coloniais do *seringalismo*: a) nas reservas, os seringueiros continuam na condição de despossuídos de propriedade. Vivem em propriedade do estado, condição histórica – herança do passado colonial - para si e também para as suas gerações que virão. Continuam condenados a não ser proprietários; b) a propriedade privada e, sobretudo, a concentração fundiária nas mãos dos mesmos na região, não foram afetadas, continuam mantidas. As reservas públicas, espécie de latifúndios estatais, continuam a ser exploradas economicamente pelo próprio estado e pelo mercado da natureza legitimadas por um tipo de discurso da sustentabilidade; e c) a lógica que movia a exploração no *seringalismo* não foi abalada e permanece como que invisível a controlar/ditar as relações econômicas e de trabalho na floresta. As relações mercantis apenas passaram de mão – saiu do seringalista para outro tipo de aviador interno, como as empresas públicas, privadas e cooperativas, por exemplo. No plano externo, o mercado com as suas regulações, que controlam, por exemplo, os preços dos produtos extrativistas, continua intacto no lugar em que sempre esteve: fora do seringal, “no mundo”, no mundo do *sistema mundo moderno colonial*;

ii) O estado, pelo modelo de gestão moderno-colonial que vem adotando sob a alcunha de *florestania*, passa a ter, como referência fundamental para as suas políticas desenvolvimentistas, os receituários dos prepostos do *sistema mundo moderno colonial*, os quais estão fundados na racionalidade econômica sob o invólucro de ambiental e social;

iii) como uma das consequências, em razão do modelo pelo qual as reservas vêm se formando ao longo do tempo, os indígenas e seringueiros são induzidos e até “ensinados” pelas políticas de governo a agir como operadores/instrumentos – e assim legitimadores - das experiências científicas e tecnológicas (o saber moderno e superior) que ensinam a executar formas de como destruir legal e “racionalmente” a floresta, ou melhor, de como fazer das florestas os *shopping centers* da natureza, no qual os habitantes das reservas – e não os capitalistas “de fora” dela - assumem o ofício de “mercadores da natureza”; na verdade, meros coadjuvantes dos processos mercantis ali processados. O que significa dizer que o regime de racialização se aprofundou com estratégias governamentais voltados para as subsunções dos condenados – desta feita nos papéis de agentes do desenvolvimento e do empreendedorismo - à racionalidade econômico/mercadológica da natureza.

Os investimentos de Estado, no âmbito da *seringalidade*, têm sido operados a partir do *sistema mundo moderno colonial* por seus propósitos que no local recebem plena guarida - na manutenção renovada da colonialidade do poder global e assim também na manutenção da condição colonial de parcela da população e de seu território, este como objeto de exploração mercadológica. A dimensão institucional do

racismo, advindo desse tipo de investimento, se encontra fundamentalmente na paternidade/tutela manifestada nos planos e programas governamentais desenvolvimentistas como forma de afetar a alteridade das populações locais – especialmente indígenas e seringueiros - considerando-as inferiores ontológica e epistemicamente, na medida em que lhes coloca no polo daqueles a quem se deve preencher pela crença do outro (face a alegada racial insuficiência da sua), condenando-as a obedecer aos parâmetros culturais que não são os seus, tudo em nome de suas salvaçãoes do espectro de suas histórias, da suas condições ditas miseráveis de vida e de seus apontados limites epistêmicos e, por tudo isso, também ontológicos.

Nesse passo, foi possível apontar que a *seringalidade* parece se conformar muito mais como um regime de produção subjetiva com vistas à modelação/adaptação dos povos da floresta às estruturas de poder e saber moderno-coloniais do que como um regime de produção objetiva com vistas ao domínio e exploração material na Amazônia. Este segundo regime, sob certa medida, parece não depender de forma importante daquele outro. É que, por sua índole material, ele parece ser mais próprio do *seringalismo* em que a violência era de outro tipo, expressa e muito menos epistêmica e ontológica como tem sido, de fato, caracterizado o regime da *seringalidade*.

No fundo, em certos aspectos, as estratégias subjetivas e materiais na *seringalidade* e suas consequências podem ser – e muitas vezes são - coetâneas. Como coeva, a *seringalidade* ao tempo em que investe como formulação e execução de um regime de produção

subjetiva/epistêmica/ontológica busca também instituir e manter condições de produção objetiva com vistas ao domínio e exploração material dos seres, da terra e dos recursos naturais. De qualquer modo, em ambas subsiste a redução racializada dos povos da floresta, sendo aqui onde reside um dos seus atributos mais marcantes.

Com efeito, no plano fático, parece ser mais ostensivo o seguinte quadro: enquanto o PDSA figura se centrar em ações de cunho objetivo-material, isto é, aplicar suas condicionalidades na adoção de políticas que possibilitem a exploração dos recursos naturais e humanos, o PROACRE se assenta na exploração de cunho subjetivo-epistêmico-ontológico, ou seja, busca formar/tornar os condenados em agentes dos propósitos moderno-coloniais para que aquele intento material se realize fundado não só na ausência de resistência local mas e sobretudo na legitimidade social e sem perder aquela condição objetiva/material que reduz o ser à mão-de-obra e o território em mero produtor de riquezas naturais. O fato é que - é manifesto - tais objetivos estão claros, sistemáticos e simultâneos, nos planos e ações governamentais que analisamos.

Como procurei demonstrar, a *seringalidade* é um projeto em pleno curso - como ideia de pensamento/ação do passado com vistas ao futuro e uma realidade presente de fundo estruturante que objetiva moldar o poder, o saber e o ser, no domínio das relações sociais, econômicas e culturais da sociedade acreana, em específico, dos povos da floresta, em sua condição colonizada e racializada.

Sua função essencial é seguir ordenando a sociedade acreana, no que busca resultar no domínio de suas instituições com fins, preferencialmente, por um lado, de exploração de seus recursos e suas populações, e, por outro, de modelação epistêmica e ontológica em especial daqueles os quais tem tratado como seus condenados à eterna condição colonial. E assim persegue a instituição/manutenção de um modo próprio de ver e se relacionar com o mundo. É, especialmente, com os programas de desenvolvimento financiados pelos prepostos do *sistema mundo moderno colonial* que tais propósitos têm caminhado simultâneos; o que significa, em síntese, a busca permanente pela subordinação material e subordinação enquanto saber e ser. A velha e atual sujeição colonial.

A pesquisa perseguiu a tarefa de fazer uma leitura do que se passou e se passa no território acreano em sua experiência inacabada do *colonialismo/seringalismo* tendo como referência básica os pressupostos analíticos desenvolvidos em torno da teoria social de caráter decolonial frente aos quais me dispus a propor uma contextualização de sua categoria mais cara que procurei atualizar, em escala local e temporal. Fundamentalmente, quis apontar que o alvo de todo o projeto da *seringalidade* é o ser humano, não o dito universal, mas o colonizado, no caso, o “seringalizado”, por isto tornado *condenado da floresta*.

Nesse sentido, procurei centrar a pesquisa em torno dos efeitos produzidos pela colonialidade intra-território acreano e mais especificamente em relação aqueles efeitos que se operam em desfavor da

parcela de sua população, razão pela qual se justificam os esforços realizados especialmente nos capítulos terceiro e sexto.

Vale também dizer que a eleição que se possa ter como reduzida, tantos dos atributos do *seringalismo* quanto dos dispositivos da *seringalidade*, não tiveram o condão de limitar o leque que a realidade certamente vai dispor para o olhar científico, tampouco descurar de suas profundidade e complexidade. Sem desconsiderar os tantos que certamente existem, me ative naqueles que, pela minha leitura teórica e empírica, são decisivos em suas potências e efetividades para a constituição, seja em conjunto ou separadamente, da escala local da *colonialidade* que me foi possível avistar e apontar.

Nesse diapasão, procurei imprimir um olhar radicalmente local não só sobre os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais internos mas também sobre as categorias que buscam lhes traduzir na sua forma também textual.

Numa medida que julguei ser adequada, objetivei, nos últimos três capítulos, um exercício analítico e uma produção textual mais livre das categorias pré-estabelecidas pela teoria, medida essa que julgo ter sido importante sobretudo porque possibilitou o exercício teórico, segundo entendo, muito mais criativo – foi justamente graças a este exercício que foi possível apontar outras possibilidades conceituais.

Penso que cada capítulo em si e em conjunto - as diversas questões que lhes constituem- ensejam um debate fecundo que envolve os mais

diversos campos do saber e suas disciplinas acadêmicas, o que se realizou sem a preocupação de pensar em separado a fenomenologia de cada ramo do conhecimento disciplinar. Há um todo que impera quando se propõe trabalhar na perspectiva interdisciplinar. Perspectiva esta determinada pelo marco teórico. Um todo no sentido de quebra de fronteiras disciplinares e também no sentido, como propõe a teoria crítica decolonial, da heterogeneidade histórico-estrutural.

Tenho claro que a teoria crítica com a qual me apego para pensar a realidade é – por ela mesma – um espaço de reflexão teórica que julgo fazer com que o pensamento crítico latino americano se valha de instrumentais teórico-analíticos antes não provados – embora latentes - e assim se eleve, especialmente pela academia brasileira, à categoria de conhecimento válido para se pensar desde o lugar geohistórico em que estamos vivendo - no meu caso, a América Latina, o Brasil, a Amazônia, o Acre - e não a partir de outros lugares epistêmicos que nos tratam como não-lugar (o lugar da exterioridade), o que vale dizer lugar indigno enquanto lugar epistêmico e ontológico.

O que aqui se buscou foi apresentar uma outra possibilidade teórica de analisar, desta feita desde dentro, os fenômenos históricos e sociais locais, contando com pressupostos conceituais raramente adotados pelos quais foi possível o exercício teórico de pensar categorias originárias dos processos analíticos pertinentes com algum perfil que lhe empreste particularidade e na construção de saberes com os quais seja efetivamente possível colaborar para a reflexão crítica sobre o lugar em que vivemos,



em razão dele, de seu diálogo com o entorno e do que externamente a ele se impõe.

Talvez a maior contribuição da teoria crítica decolonial como substrato para uma leitura atenta da realidade local - para além de apontar uma dimensão histórica e global dos regimes de poder, saber e ser moderno-coloniais, seja fazer com que se possa ter o elemento da racialização como chave para se compreender a instituição, manutenção e revigoração do padrão de poder colonial local, como força determinante material e subjetiva. O olhar sobre a racialização dos povos da floresta possibilita avistar os contornos da violência estrutural que o racismo institucional emprega, que é plena e manifesta no *seringalismo* mas profundamente sutil na *seringalidade*. Em ambos, a luta contra a condição racial será também uma luta contra a condição colonial.

Espero, com esta pesquisa, ter contribuído para o rol de olhares críticos daqueles que buscam pensar o que passou, o que passa e o que passará, o que significa perseguir a tarefa sempre inacabada de refletir a respeito do que disto tudo permanece -que não seja um futuro que repita o passado (ah, esse passado sempre presente!), como atesta o poeta - que é o que vai nos constituindo histórica e simbolicamente.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos.** Cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ACSELRAD, Henri, Selene Herculano e José Augusto Pádua. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania.** – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACOSTA, Alberto. **La Maldición de la Abundancia.** Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua;** trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGOSTO, Patrícia. **Immanuel Wallerstein y la crisis del Estado-Nación.** Madrid, España: Artes Gráficas Cofás S.A., 2003.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras.** Rio Branco: EDUFAC, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes.** 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Biologismos, geografismos e dualismos:** notas para leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: Antropologia dos arquivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Júlia et.al.(orgs.). **Crítica pós-colonial:** panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à Floresta e ambientalismo:** seringueiros e suas lutas. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19. Nº 55, 2004

\_\_\_\_\_. **As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos.** Revista Mediações, Londrina, v. 17 n.1, p. 121-152, Jan./Jun. 2012.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental.** In Cultura com aspas e outros ensaios. Manuela Carneiro. São Paulo; Cosac Naif; 2009

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Reservas Extrativistas:** Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônica. In O destino da Floresta: reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Antony Anderson...(et al); Ricardo Arnt. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba. 1994

\_\_\_\_\_. **A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros.** Brasília: Tese de Doutorado. UNB. 2002.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social de Políticas Públicas – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros.** Brasília: Revista Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba: Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Práticas ambientais no Brasil:** definições e trajetórias. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2012.

ALLAD, Jean; Eva Golinger. USAID, NED y CIA – **La agresión permanente.** Caracas, Venezuela: Ministerio del poder popular para la comunicación y la información, 2009.

ALVES, Antonio. **Florestania** in Artigos em Geral, Rio Branco. Valcir, 2004

ANDERSON, Anthony et al. **O destino da floresta:** reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; trad. Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTONI, Giorgio de. **O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil(PPG-7) e a globalização da Amazônia**. In; Revista – Ambiente e Sociedade, jul-dez. - V.XIII, n.2 – p.299-313 – Campinas: 2010.

AQUINO, Terry Vale de. **Índios Kaxinauá: De seringueiro ‘Caboclo’ a peão ‘Acreano’**.s.ed.,1982.

AYERBE, Luis Fernando. **O Ocidente e o resto**: a América Latina e o Caribe na cultura do império. 1ª Ed. – Buenos Aires: Clacso, 2003.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**; trad. Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIAS, Patricio Guerrero. **Usurpación simbólica, identidad y poder** – La fiesta como escenario del lucha del sentidos – Quito,Ecuador: Corporación Editora Nacional,2004.

ARMIJO, Mercedes de Vega (org.). **La búsqueda perpepua**: lo propio y lo universal de la cultura latinoamericana. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Dirección General Del Acervo Historico Diplomático, 2011.

ARNT, Ricardo Azambuja. **Um artifício orgânico**: transição na Amazônia e ambientalismo – Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**; trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BARBOSA, Aline Miranda e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira. Descolonizando o pensamento.** In Desafios aos Estudos Pós-Coloniais. As Epistemologias Sul-Sul. Org. Maria Paula Meneses e Iolanda Vasile. CES-Universidade Coimbra. Coimbra. Portugal. 2014, p. 12-27.

BARRETO, Ana Cristina Ramírez (org.). **Filosofía desde América –** Temas, balances y perspectivas (simpósio Del ICA 53). Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2011.

BARROS, D. F., CARVALHO, J. L. F., & Costa, A. M. **A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo.** RAC, Curitiba. V. 15, n 2, art. 1, pp. 179-197, mar/abr. 2011

BARROS, Glimes Rego. **Nos confins do extremo oeste: a presença do capitão Regos Barros no Alto Juruá (1912-1915).** Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

BASTOS, Abguar. **A conquista Acreana.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **Utopía y revolución – El pensamiento político contemporáneo de los índios en América Latina.** México: Editorial Nueva Imagen, S.A. 1981.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Geramond, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia-Formação social e cultural.** 3ª Ed. – Manaus,AM: Editora Valer, 2009.

\_\_\_\_\_. **Amazônia. A Guerra na Floresta.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1992.

\_\_\_\_\_ **Amazônia: um pouco antes e além depois.** Manaus-AM: Umberto Calderaro, 1977.

BENATTI, José H. **Formas de acesso à terra e a preservação da floresta amazônica:** uma análise jurídica da regularização fundiária das terras dos quilombolas e seringueiros. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

BENTES, Rosineide. **A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das rubber plantations.** Revista de História, núm. 151, Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil, 2004, pp. 115-150

BETONI, Camila Souza. **O espírito dos donos: empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude.** Florianópolis: Em debate/UFSC, 2015

BHABHA, Homi K. **O local da cultura;** trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIDASECA, Karina. **Perturbando el texto colonial: los estúdios (pos)coloniales en América Latina.** Buenos Aires: Editorial SB, 2010.

BLANCO, Juan. **Cartografía del pensamiento latinoamericano contemporáneo** – Una introducción- Cuadernos Winaq. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2009.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOLLE, Willi et al. (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo** – São Paulo: Globo, 2010.

BONILLA, Heraclio (org.). **Os conquistados: 1492, e a população indígena das Américas**; trad. Magda Lopes. – São Paulo: Hucitec, 2006.

BONILLA, Adriana Gómez. **La colonialidad de la naturaleza** – reflexiones a partir del caso mexicano. Artigo acessado em 05.04.2013 aqui

[http://www.academia.edu/2088805/La\\_colonialidad\\_de\\_la\\_naturaleza\\_r\\_eflexiones\\_a\\_partir\\_del\\_caso\\_mexicano](http://www.academia.edu/2088805/La_colonialidad_de_la_naturaleza_r_eflexiones_a_partir_del_caso_mexicano)

BORON, Atílio Alberto. **Império & Imperialismo**: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BRASIL, <https://pt.scribd.com/doc/252068916/ACAO-CIVIL-PUBLICA-SOLDADOS-DA-BORRACHA>. 2014. Acessado em 02.03.2015.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª Ed. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**: cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder – Teorías sobre la sujeción**; trad. Jacqueline Cruz. Madrid, Spain: Universidad Alberto Hurtado, ediciones Cátedra, 2001.

CABELLO, Joana. **Mascarando a destruição REED + na Amazônia Peruana**. in Revista "Biodiversidade, sustento e culturas" No. 79, publicada conjuntamente pela organização GRAIN, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e Amigos da Terra da América Latina e do Caribe (ATALC) em dezembro de 2013.

CABRAL, Alfredo Lustosa. **Dez anos no Amazonas(1897-1907)**. Brasília,DF: Gráfica do Senado, 1950.

CAJICAS-ROTUNDO, Juan Camilo. In DUPAS, Gilberto (org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNES, 2008.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri**: contribuição à história das ideias políticas. Rio Branco, AC: FEM. 2003.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira**: um estudo sobre o estado do Acre - Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói: [s.n.], 2009.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas e trabalhadores da pós-modernidade**: o estudo de caso das quebradoras de castanha da Usina Chico Mendes. Niterói,RJ: Universidade Federal Fluminense (dissertação),2001.

CANDIDO, Francisco de Moura. **BR 364: análise da sustentabilidade das medidas mitigadoras e compensatórias na TI colônia 27**. Brasília-DF: Universidade de Brasília (tese), 2012

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **América Pré-Colombiana** – 8ª Ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O Discurso Fundador do Acre: Heroísmo e Patriotismo no Último Oeste**. Dissertação de Mestrado. UFAC, 2008.

\_\_\_\_\_ **A Fundação do Acre**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. Rio Branco. 2014. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social. UFAC/USP

\_\_\_\_\_ **A epopeia do Acre e a manipulação da história no Movimento Autonomista no governo da Frente popular**. Rio Branco: EAC editor, 2015a.



\_\_\_\_\_. **A Formação da Sociedade Econômica do Acre:** ‘sangue’ e ‘lodo’ no surto da borracha(1876-19140). Rio Branco: AEC editor, 2015b.

\_\_\_\_\_. **A Fundação do Acre:** uma história revisada da anexação (fase invasiva, fase militar& fase diplomática). Rio Branco: EAC, 2015c.

CARVALHO, Guilherme; Letícia Tura (orgs.). **A integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na Implementação do IIRSA.** Belém,PA: FASE, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias.** Rio de Janeiro: editora AMCGuedes,2015.

CASTRO, Carlos Pontilara Ramos de. **O encontro de apelo com a floresta:** ciências sociais, Ocidentalização do mundo e a Amazônia. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 2008.

CASTRO, Edna. **Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea. In Amazônia:** Região Universal e Teatro do Mundo/organização Willi Bolle, Edna Castro e Marcel Vejmelka. – São Paulo: Globo. 2010.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). **Faces do trópico úmido:** conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA- NAEA, 1997.

CASTRO, Genesco de. **O estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro.** Brasília: Senado Federal, 2005.

MARTINS, José de Souza. Prefácio in TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva –** O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

CASTRO, Plácido. **Relatório de governo (1906-7)**. In: Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). Acre: relatórios de governo – 1899 a 1905 (Os anos do conflito, Vol. 2). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Acre, 2003.

CASTRO-GOMES, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños. Colombia**: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

\_\_\_\_\_. “[Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes](#)”. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007.

\_\_\_\_\_ et. al. **Teorias sin disciplina** (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate). México, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.) **Pensar(en) interstícios**: teoria y práctica de la crítica poscolonial; trad. Mercedes Guhl et. al. – Santa Fé de Bogotá: CEJS: Instituto Pensar, 1999.

\_\_\_\_\_ **Teoria Tradicional y Teoria Critica de la Cultura**. In Revista Impulso, V. 13, Nº 29, Editora UNIMEP, São Paulo. 2011

CASTRO-GOMES, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo: **Giro decolonial, teoria crítica y pensamieto heteráquico**. In: *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre,RS: Veraz Editores, 2003.

CATELLI, Laura. **Términos claves de la teoria poscolonial latinoamericana: despliegues, matices, definiciones**. Rosario, Argentina: UNR Editora, 2012.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política ambiental na Amazônia**: um estudo sobre as reservas extrativistas. Campinas: IE/ UNICAMP (tese), 2002.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4ª Ed. – São Paulo: Cortez; Recife:PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**; trad. Anísio Garcez Homem.- Blumenau,SC: Letras Contemporâneas, 2010.

CHAGAS, Marco Antonio. **Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade: de Augusto Antunes a Eike Batista**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**; trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **De ‘Cativo’ a ‘Liberto’- O processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas**. Manaus: Editora Valer,2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**; trad. Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**; trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COELHO, Maria Célia Nunes; Ligia Simonian; Nobert Fenzl (orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2000.

COLOMBRES, Adolfo. **América como civilización emergente**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

COLOMBO, Cristovão. **Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**; trad. Milton Person. – Porto Alegre: L&PM, 2010.

COSTA, Alessandra Mello et al. **A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo.** (Artigo).

Disponível > [www.anpad.org.br/rac](http://www.anpad.org.br/rac). Acessado em 12.junho.2015.

COSTA, Francisco de Assis. **Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia:** A experiência da Ford Motor Company (1922-1945). (Mestrado) p.245-254 – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre.** Brasília: Senado Federal, 2005.

COSTA, Rafael Gomes de Sousa. **Cultura, poder e Diferença:** por uma teoria política pós-colonial das estratégias de representação e empoderamento subalternas. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra- dissertação, 2010.

SOBRINHO, Pedro Vicente da Costa. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental:** contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez; Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1992.

CUNHA, Euclides. **À margem da história.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um paraíso perdido** (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia). Rio de Janeiro: José Olympio; Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto do Governo do estado do Acre, 1986.

CUNHA, Manoel Estébio Cavalcante da. **O Acre e a educação escolar indígena, intercultural, diferenciada e bilíngüe.** Dissertação de mestrado. UFAC. Rio Branco. 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs). **Enciclopédia da floresta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **Tastevin, Parrissier. Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá.** Rio de Janeiro: Museu do índio, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo; Cosac Naif; 2009.

\_\_\_\_\_. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **“Oprimidos pero no vencidos”** – Luchas del campesinato aymara y quechwa de Bolívia(1900-1980). Genebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el desarrollo Social, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ch’ixinakax utxiwa: Uma reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais;** trad. Alda Porto. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil:** Um estudo de história ecológica; trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Nobel, 1989.

D’INCAO, Maria Angela; Isolda Maciel da Silveira (orgs.). **Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana; André De Castro C. Moreira (orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001,

DIJK, Teun A. Van. (org.). **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. **Teoria Crítica e (semi) periferia.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_; Maria Maneiro(org.). **América Latina hoje: conceitos e interpretações**; trad. Silvia de Souza Costa. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DOSSIÊ ACRE, **O Acre que os mercadores da natureza escondem**. Documento especial para a cúpula dos povos. Conselho Indigenista Misionário-CIMI. Rio de Janeiro, 2012

DUCHROW, Ulrich y Hinkelammert. **La vida o el capital. Alternativas a la dictadura global de la propiedad**. San José, Costa Rica: DEI, 2003.

DUFOUR, Dany-Robert. **A Arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**; trad. Sandra Regina Felgueiras.- Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_(org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNES, 2008.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de la Liberación**. México: FCE, 2011.

\_\_\_\_\_. 1492. **El encubrimiento del outro** – Hacia el origen del ‘mito de la Modernidad’. – Colección Académica. La Paz, Bolívia: Plural Editores, Centro de Información para el Desarrollo, CID, 1994.

\_\_\_\_\_ et. al. **El pensamiento filosófico latinoamericano del Caribe y ‘latino’(1300-2000): historia, corrientes, temas y filósofos** . México: siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la educación de Adultos em América Latina e el Caribe, 2009.

DUTRA, Manuel Sena. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável: considerações sobre um discurso de inferiorização dos povos da floresta**. In: *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Marcionilia Fernandes e Lemuel Guerra [orgs]. Belém. Associação de Universidades Amazônicas/Universidade Federal do Pará. 2006.

ELLA SORHAT e STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**; trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **El final del salvaje** – Naturaleza, cultura y política em la antropología contemporânea. Bogotá, Colombia: Giro Editores Ltda- cerec, 1999.

\_\_\_\_\_. **La invención del Tercer Mundo** – construcción y deconstrucción del desarrollo – trad. Diana Ochoa. Colômbia: Grupo Editorial Norma, 1996

\_\_\_\_\_. **La invención y deconstrucción del desarrollo**; trad. Diana Ochoa. – Colombia: editorial Norma S.A., 1998.

\_\_\_\_\_. **Mundos y conhecimentos de outro modo** – O programa de investigação de modernidade/colonialidade latinoamericano. Colômbia: Revista Tabula Rasa. Nº 1, 2003.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2010. 212p.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce A. Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**; trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Vol. 1 e 2; 12ª Ed. – São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTINO, Cristiane; Fabrina Furtado. **Economia verde, povos das florestas e territórios**: violações de direitos no estado do Acre – Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Rio Branco-Ac: DHESCA –Brasil,2015

FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de ‘Latin America’ nos Estados Unidos**. Bauru,SP: EDUSC, 2005.

FERGUSON, Niall. Civilização: **Ocidente X Oriente**; trad. Janaína Marco Antonio. – São Paulo: Planeta, 2012.

FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2012.

FERNANDES, Marcionila e Lumel Guerra. (orgs.). **Contra-Discurso do desenvolvimento sustentável**. 2ª Ed. – Belém,PA: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**; trad. Marise Manoel. – Campinas,SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOLHANOBRE. Acessado em 02.03.1916 em <http://folhanobre.com.br/2016/01/21/aos-96-anos-morre-soldado-da-borracha-belizario-costa-pena/18621>

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: editora Hucitec, 2005.

FONSECA, Maria do Perpétuo Socorro Alves da. **A certificação florestal e os Vendedores de árvores**: um estudo da Floresta Estadual do Antimary. Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre-dissertação, 2008.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALBRAITH, John Kenneth. **Uma viagem pelo tempo econômico**: um relato em primeira mão; trad. Nivaldo Montingelli Jr. – São Paulo: Pioneira, 1994.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.



GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**; trad. Heloísa P. Cintrão; Ana Regina Lessa. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GEFFRAY, Christian. **A opressão paternalista: cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro**. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GESCO. **Modernidade/Colonialidad/Descolonialidad: Aclaraciones y réplicas desde un proyecto epistêmico en el horizonte del bicentenario**. In Pacarina del Sur. Revista de pensamento crítico latinoamericano. Acessado em 24.05.2013: <http://www.pacarinafelsur.com/home/abordajes-y-contiendas/108-modernidad--colonialidad--descolonialidad-aclaraciones-y-replicas-desde-un-proyecto-epistemico-en-el-horizonte-del-bicentenario>

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**; trad. Raul Fiker. – São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil – Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência – 2ª Ed.** Petrópolis,RJ: Vozes, 1991.

GORDON, Lewis R. **Prefácio de Pele Negra, Máscaras Brancas**. Frantz Fanon. Salvador. EDUFBA. 2008.

GOTTERT, Jones Dari; ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Discurso do movimento e movimento do discurso: dos empates pela terra ao “não-conflito” agrário na fala das lideranças sindicais do Acre (Amazônia Brasil)**.

<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/10%20GT%20Jones%20Dari%20Gouettert.pdf>, acessado em 30/10/2010.

GRAY, Jhon. **Al Qaeda y lo que significa ser moderno**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

GROFOGUEL, Ramón. **Para decolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In Epistemologias do Sul. SANTOS e MENEZES (orgs) São Paulo. Cortez, 2010.

GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens**; de Cristovão Colombo a Blade Runner; trad. Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. **Nueva Corónica y Buen Gobierno**. Tomos I, II, III. Trad. Jan Szeminski.- Lima, Peru: FCE, 1993.

GUDYNAS, Eduardo. **Desarrollo sostenible, ciudadanía y la construcción de un nuevo concepto**: Florestania. Textos Amazônicos SERE. Rio de Janeiro: Instituto Sere, 2003.

GUIMARAES JUNIOR, Isac. **A Construção Discursiva da Florestania**: Construção, Identidade e Política no Acre. Dissertação de mestrado, UFF; Rio de Janeiro, 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições; trad. Luiz Sérgio Repa; Rodney Nascimento. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; trad. Tomaz Tadeu da Silva. 7ª Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sin garantias: Trayectorias y problemáticas en estúdios culturales.** Restrepo, Eduardo et. al. (editores). Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

HARVEY, David. **Condições pós-moderna.** 4ª Ed.; trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo,SP: Edições Loyola,1994.

HEGEMANN, Helmut. **Bancos, incendiários e florestas tropicais:** o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras- Rio de Janeiro: FASE, IBASE e ISA, 1996.

HEMMING, John. **Árvores de rios: a história da Amazônia;** trad. André Luiz Alvarenga. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

HISSA, Eduardo Viana. **Saberes ambientais:** desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da Ordem mundial;** trad. M.H.C. Côrtes. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KLEIN, Estanislau Paulo. **História da Saúde Pública do Acre,** Rio Branco, Fundação Elias Mansour, 2002

KOTHE, Flávio R. **O cânone colonial:** ensaio. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1997.

KOZLAREK, Oliver( coord.). **De la Teoria Crítica a una crítica plural de la modernidad.** 1ª Ed.- Buenos Aires: Biblos, 2007.

KISHI, Sandra Akemi Shimada; John Bernhard Kleba. (orgs.). **Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais:** direito, política e sociedade. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: a serpente do capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antonio e Jirau)**. Rio Branco:EDUFAC, 2015.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

IGLESIAS, Marcelo Pietrafita. UCHOA, Maria Luiza P. Org. **Cartilha História Indígena, Comissão Pro-Índio do Acre**. Rio Branco. 1996.

LANDER, Edgardo (ed.), **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Caracas: Clacso, 2000.

LANG Miriam y Dunia Mokrani. (orgs.).**Más allá del Desarrollo**. 2ª Ed. Quito, Equador: Ediciones Abya Yala, 2012.

LAS CASAS, Frei Bartolomé. **O Paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias**; trad. Heraldo Barbuy. – Porto Alegre,RS: L&PM, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LATOUCHE, Serge. **Decrecimiento y posdesarrollo** – El pensamiento creativo contra la economía del absurdo; trad. Aldo Andrés Casas. España: El viejo Topo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**; trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LE PRESTE, Philippe. **Ecopolítica internacional**; trad. Jacob Gorender. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**; trad. Eliete Wolff. – São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Aventuras da epistemologia ambiental:** da articulação das ciências ao diálogo de saberes; trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável; trad. Jorge Esteves da Silva. – Blumenau, SC: Ed. Da FURB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza; trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder; trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez Editora. 4ª edição. 2007.

LÉNA, Philippe e Elimar Pinheiro do Nascimento. (orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento:** sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental:** risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LEONELLI, Domingos. **Uma sustentável revolução na floresta- notas sobre a governabilidade e Agenda 21 no Amapá** – São Paulo: Editora Viramundo, 2000.

LEROY, Jean-Pierre; Maria Clara Soares (org.). **Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil:** dilemas e desafios. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Plácido de Castro:** um caudilho contra o imperialismo. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1973. Reedição, 1998.

LIMA, Mário José de. **Tempos e Temas do Acre**. Rio Branco: Editora Casa da Amazonia. 1994a.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Extrativismo** – A formação da região acreana. Campinas-SP: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (tese), 1994b.

\_\_\_\_\_. **Ainda resta superar o seringalismo**. Rio Branco: A Gazeta(Acre)-jornal, 28.10.2007.

\_\_\_\_\_. **Reservas Extrativistas** – elementos para uma crítica. p. 168-174. In: revista São Paulo em Perspectiva-janeiro/junho, 1992

LINERA, Álvaro Garcia. **Geopolítica de la Amazonía – Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista**. La Paz, Bolívia: Vicepresidencia del Estado Plurinacional; presidência de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2012.

LOBREGAT, Maria Cristina. **Pedra que canta, lembranças que latejam: vozes de deslocados de Itaipu para Amazônia Acreana**. UFAC: (Dissertação), 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI** – Novas formas de desenvolvimento. São Paulo, Editora Empório do Livro, 2009.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Brasília: Tese (Universidade Federal de Brasília), 2005.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Ocupação Desordenada da Amazônia** – e seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos. Brasília,DF: Gráfica e Editora Completa Ltda, 1990.

MAIA, José Sávio da Costa. **A florestania, o desenvolvimento (In)sustentável e as novas fronteiras da sócio-diversidade no vale do rio acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas**.

Porto Alegre,RS: Universidade Federal do rio Grande do Sul- UFRGS, tese, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “[Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto](#)”. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores.2007.

MAMED, Leticia. **Amazônia Ocidental (1870-1970) o processo de incorporação do artesanato pela grande indústria na formação social do Acre.** s/d. in <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/leticiamamed.pdf> – acessado em: 30.06.2014.

MARTI, José. **Nossa América - Nuestra América.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Prefácio de Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia.** Carlos Correa Teixeira. Manaus: Editora Valer/Edua,2009.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico.** São Paulo: Universidade Federal do Acre, 1985.

MARTINEZ Alier, Juan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular;** Trad. Armando Melo Lisboa. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998.

\_\_\_\_\_. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração;** trad. Maurício Waldman. – São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINEZ-ANDRADE, Luís. **La reconfiguración de la colonialidad Del poder y las construccions Del Estado-nación em America Latina.** *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, 15 | 2008, [En línea], Puesto en línea el 29 juin 2009. URL : <http://alhim.revues.org/index2878.html>. Acessado em 10/12/2010.

MARTINS, Mônica Dias. (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MATHIAS, Fernando; Henry de Novion. (orgs.). **As Encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

MÉDICI, Alejandro. **La constitución horizontal – Teoria constitucional y giro decolonial**. San Luis Potosí: Centro de estudios Jurídicos y Sociales Mispat; Educación para las ciências en Chiapas, 2012.

MELLINO, Miguel. **Descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estúdios poscoloniales**. 1ª Ed. - Buenos Aires: Paidós, 2008.

MELO, Mauro Martini de. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**; trad. Marcelo Jacques de Moraes. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**; trad. Marcelo Jacques de Moraes. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEIRA, Augusto. **Autonomia Acreana**. Rio Branco-Ac: Fundação Cultural do Acre, 1998.

MELKEN, Rolando Vázquez. **Colonialidad y Relacionalidad**. In Los desafíos decoloniales de nuestros días : pensar en colectivo / Walter Mignolo ... [et.al.] ; compilado por María Eugenia Borsani y Pablo



Quintero. - 1a ed. - Neuquén : EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MENESES, Maria Paula G. **O “Indígena” Africano e o colono “europeu”**: A construção da diferença por processos legais. Artigo acessado em 12.11.2013 em <http://tudosobreangola.blogspot.com.br/2012/02/o-indigena-africano-e-o-colono-europeu.html> .

MENDES, Armando Dias. **A casa e suas raízes**: ensaios em economia, ecologia e ecomenia. Belém: Cejup, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Invenção da Amazônia**. 2ª Ed. – Manaus, AM: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Amazônia – modos de (o) usar**. Manaus: Editora Valer, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.) **Amazônia e civilização**: uma trajetória de 60 anos. Vol. I e II- 2ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

MENDES, Chico. **Palestra proferida no Departamento de Geografia da USP, São Paulo, em maio de 1988**. Video acessado na internet: [https://www.youtube.com/watch?v=S5\\_hUt-mvhk](https://www.youtube.com/watch?v=S5_hUt-mvhk). Data de acesso: 15 de dezembro de 2015.

MENDES, Chico. **Entrevista concedida à Siã Kaxinauwa**, em 1987, in Revista N’ativa, revista de ideias, Rio Branco. n. 4, 1995.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica**. 2ª Ed. – Blumenau,SC: Edifurb, 2002.

MIGNOLO, Walter. (org.), **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**: El eurocentrismo y la filosofía de la liberación em el debate intelectual contemporâneo. – Buenos Aires, Argentina: Ediciones Del Signo, 2001.

\_\_\_\_\_. et. al. **Des-colonidad del ser y del saber. (vídeos indígenas y los límites coloniales de la izquierda en Bolivia)**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desobediencia epistêmica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

\_\_\_\_\_. **De la Hermenéutica y la semiosis Colonial al Pensar Descolonial**. Quito, Ecuador: Editorial Universitaria Abya-Yala, 2011.

\_\_\_\_\_. **El vuelco de la razón: diferencia colonial y pensamiento fronterizo**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2011.

\_\_\_\_\_. (org.). **Género y descolonialidad**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**; trad. Solange Ribeiro de oliveira. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **La teoría política en la encrucijada descolonial**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2009.

\_\_\_\_\_. **La Idea de América Latina – La herida colonial y la opción decolonial**; trad. Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona, España: Editorial Gedisa S.A., 2007.

MIRES, Fernando. **O discurso da natureza: ecologia e política na América Latina**; trad. Vicente Rosa Alves. – Florianópolis, SC: Ed. da UFSC; Bernúncia Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **La colonización de las almas: misión y conquista en hispanoamérica**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. **Seringal, terra e conflito: Trilogia da Ocupação do Acre (1900-1910)**. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação), 1989.

MORAIS, Maria de Jesus. **Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana**. Tese. Programa de Pós-graduação em Geografia-UFF. Rio de Janeiro. 2008.

MORAIS, Maria de Jesus. **Usos e abusos da Imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”**. In DOSSIÊ ACRE, **O Acre que os mercadores da natureza escondem. Documento especial para a cúpula dos povos**. Conselho Indigenista Missionário-CIMI. Rio de Janeiro, 2012.

MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie européias**; trad. Daniela Cerdeira. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Finatec, 2007.

MURILLO, Susana. **Colonizar El dolor: la interpelación del Banco Mundial en América Latina**. El caso argentino desde Blumberg a Cromañón – 1ª Ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2008.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; João Nildo S. Viana (orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NASCIMENTO, Francisco José. **Os Plantadores de Sonhos**. in Ministério do Desenvolvimento Agrário. Memória Incra 35 anos, Alberto Marques. Antônio Fernando Mattza. Antônio Francutti (et all) Brasília: MDA: Incra, 2006

NEVARES, Salvador Reyes. **Historia de las ideas colonialistas**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1975.

NEVES, Lino João de Oliveira. **Volta ao começo:** demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil. ((tese). Coimbra: Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, 2012.

NEVES, Marcos Vinícius. **A cor do invisível** (artigo). Revista Negro no Acre. Rio Branco: NECNIRCN s/d.

NOBRE, Marcos (org.) **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

NOVAES, Adauto (org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

NOVION, Henry; Raul Valle. **É pagando que se preserva?** Subsídios para políticas públicas de compensação por serviços ambientais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

O’CONNOR, James. **Causas naturales** – Ensayos de marxismo ecológico. México: Siglo Veintiuno editores, s.a. de c.v., 1998.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América:** reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir; trad. Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Bellotto. – São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O caboclo e o brabo:** notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-140. (n. 11).

OLIVEIRA, Heloisa Winter. **“Rumo da Terra: Rumo da Liberdade. Um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre”**, tese, UFSC, 1985

OLIVEIRA, José Samico de. **Seringalismo:** um novo modelo. Belém: Graficentro, gráfica e Editora Ltda. ,1997.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana**. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

OLIVIERI, Antonio Carlos e Marcos Antonio Villa (orgs.). **Cronistas do descobrimento**. 4ª Ed. – São Paulo: Ática, 2009.

OMAR, Sidi Mohamed. **Los estúdios post-coloniales: una introducción crítica**. Castello de La Plana, España: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007.

ORDUNA, Jorge. **Ecofascismo**. Buenos Aires: Martinez Roca, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso fundador** (org.). Discurso fundador. 3ª Ed. - Campinas,SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª Ed. – Campinas,SP: Editora da UNICAMP, 2008.

OTO, Alejandro J. de. **Tiempos de homenajes/ tiempos descoloniales: Frantz Fanon América Latina**. 1ª ad. – Buenos Aires: Del Signo, 2012.

PACHECO, Agenor Serraf; ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Prefácio de Negros na Amazônia acreana**. Jorge Fernandes. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2012.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

\_\_\_\_\_. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PAGET, Henry et al. **El color de la razón**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2008.

PALERMO, Zulma (org.). **Arte y estética en la encrucijada descolonial**. 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2009.

PANQUEVA, Diego Rodriguez. **Capitalismo verde** – una mirada a la estratégia del BID en cambio climático – Bogotá, Colômbia: Censat Agua Viva, 2011.

PAULA, Elder Andrade. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PAULA, Elder Andrade e SILVA, MAURO Cesar R. da. **Sindicalismo Rural, Política e Ambientalismo na Amazônia**. In Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural/Elenise Scherer e José Aldemir de Oliveira (orgs). – Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

PAULA, Elder Andrade de e PINTO, Marilina Serra. **A Epistemologia da Floresta e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes** – uma experiência. In Processo de Territorialização e Identidades Sociais – volume I. VALÊNCIO, Norma. PAULA, Elder Andrade de. WITKOSKI, Antonio Carlos, organizadores – São Carlos: RiMa Editora, 2010.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões**: Amazônia no espelho de Caliban. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

\_\_\_\_\_; SILVA, Silvio Simione(org.) **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia- Acreana**. Rio Branco,Ac: EDUFAC,2006.

PAULA, Elder Andrade. **Seringueiros e Sindicatos**: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991. (Dissertação de mestrado)

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais, Diversidade e Pensamento Único na Amazônia**. Rio Branco, 2005a.

\_\_\_\_\_. **O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a representação política dos interesses dos seringueiros.** IN: PAULA, Elder (Org.). Trinta Anos de Sindicalismo no Acre, Rio Branco: ADUFAC/UFAC, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Conquista da Terra nas Florestas do Acre.** IN: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo & LEITE, Sérgio Pereira (Organizadores). A Formação dos Assentamentos Rurais: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.

\_\_\_\_\_. **Impactos regionais dos assentamentos rurais:** dimensões econômicas, políticas e sociais. Equipe da Universidade Federal do Acre – UFAC. Relatório FINEP/CPDA/UFRRJ/UFAC, 2002.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post scriptum;** trad. Eliane Zagury. – Rio de Janeiro,RJ: Paz e Terra, 1984.

PEREIRA, Lucia Helena Mendes. **A Colonialidade de um Brasil:** Geopolítica ambiental na região amazônica. Artigo acessado em 23.02.2014

aqui  
[http://www.academia.edu/4047211/A\\_Colonialidade\\_de\\_um\\_Brasil\\_geopolitica\\_ambiental\\_na\\_regiao\\_amazonica](http://www.academia.edu/4047211/A_Colonialidade_de_um_Brasil_geopolitica_ambiental_na_regiao_amazonica)

PERRET, Bernard. **O capitalismo é sustentável?** Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo,SP: Edições Loyola Jesuitas, 2011.

PICCOLI, Jacó Cesar. **Sociedades Tribais e a expansão da economia da borracha.** São Paulo: PUC, (Tese em Ciências Sociais),1993.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias.** 2ª Ed. – Manaus: Editora Valer, 2008.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter. **A modernidade é de fato universal?** Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul-set. 2015.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **A Invenção da Florestania** (artigo). Intercon- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação- XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro-07 a 09 de 2009.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização; trad. Rômulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri-(AC). Presidente Prudente,SP: UNESP, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Amazônia, Amazônias** - São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade(seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 12ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação; trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. – Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 4ª Ed. – Curitiba-PR: Juruá, 2009.



QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** In *La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas.* Edgardo Lander [org]. Caracas: Clacso, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os fantasmas da América Latina.** In NOVAES, Adauto (org.). *Oito visões da América Latina.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do poder e classificação social.** In *Epistemologias do Sul.* SANTOS, Boaventura de Souza e MENEZES, Maria Paula [orgs.] São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade e Modernidade/Racionalidade.** In BONILLO, Heraclio (org.) *Los Conquistados.* Bogotá: Tecer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

QUINTERO, Pablo e PETZ, Ivana. **Refractando La modernidad desde La colonialidad** – Sobre la configuración de um lócus epistêmico desde La geopolítica Del conocimiento e La diferencia colonial. In *A Gazeta de Antropologia*, nº 25/2, Buenos Aires: 2009.

RAMOS, Alcida Rita (org.). **Constituições nacionais e povos indígenas.** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2012.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana.** 2ª Ed. Florianópolis: Insular, 2012.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre.** Rio Branco, AC: EDUFAC, 2008.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e políticas públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar.** São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

REIS, Artur Cesar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 1953.

\_\_\_\_\_. **Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **A questão do Acre**. Manaus: Phenix, 1937.

RESTREPO, Eduardo e Axel ROJAS. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Editorial Universidad Del Cauca, 2010.

REVISTA BRASILEIRA DO CARIBE: Revista do centro de Estudos do Caribe no Brasil/Universidade Federal de Goiás, vol.2,nº 3(jul/dez). Goiânia, ed. Cegraf, 2001

REZENDE, Cláudia Barcellos; Yvonne Maggie(orgs.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização: etapas de evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras; publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os índios e a civilização**. 10ª edição; São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**: Paisagens e passagens. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_; Arturo Escobar. (orgs.). **Antropologias mundiais**: transformações da disciplina em sistema de poder; trad. Flávia Lessa de Barros, Alcida Rita Ramos, Erica Bernhardt. – Brasília: Editora UnB, 2012.

RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e os seus heróis**: contribuição para a história do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

RIBERA, Hernán Messuti. **La dramática desmembración del Acre**. Cobija-Pando, Bolívia: Editorial Granz Tamayo, s/d.

ROCHA, Airton Chaves da. **A Reinvenção e Representação do Seringueiro na cidade de Rio Branco-Acre (1971-1996)**. Tese. Programa de Pós Graduação em História da USP, São Paulo, 2006

RODRIGUES, Écio; Aurisa Paiva. **Sustentabilidade na Amazônia**. Rio Branco: Associação Andiroba, 2010.

ROFFINELLI, Gabriela. **La teoría del sistema capitalista mundial – Una aproximación al pensamiento de Samir Amin**. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ROMANO, Ruggiero. **Os Mecanismos da Conquista Colonial: Os Conquistadores**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1973.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**; Paulo Freire Vieira(org.)- São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Wolfgang. (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**; trad. Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_.(coord.). **Num Mundo Frágil** – Memorando para a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável; trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro,RJ: Fundação Heinrich Boll, 2002.

SADER, Emir; Pablo Gentili. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo;** trad. Denise Bottmann.- São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente;** trad. Rosaura Eichenberg. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGADO, José Guadalupe Gandarilla. **Asedios a la totalidad: poder y política en la modernidad desde un encare de-colonial.** Barcelona, España: Anthropos Editorial; México: Universidad Nacional Autónoma de Humanidades, 2012.

SALGADO, Júlia. **Corpo miserável, espírito empreendedor: empreendedorismo, pobreza e desemprego no Brasil.** P. 129-147. EM PAUTA-revista. Rio de Janeiro-2º semestre de 2012.

SANJINÉS, C. Javier. **El espejismo del mestizaje.** La Paz: Embajada de Francia; IFEA- Instituto Francés de Estudios Andinos; Fundación PIEB, 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos** – São Paulo: Peirópolis,2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. (org.) **A Globalização e as ciências sociais.** 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del estado en América Latina** – perspectivas desde una epistemología del sur- Lima, Peru: Instituto Internacional de derecho y sociedad, 2010.

\_\_\_\_\_. (org.). **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_.(org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitada. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton et. al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800/1920).** São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_(org.). **Pensamiento y opción descolonial.** 1ª Ed. - Buenos Aires: Del Signo, 2010.

SCHINKE, Gert. Ecoplamento- **Teoria que explica o processo da assimilação do colapso ecológico por parte do sistema capitalista global.** Florianópolis: Insular, 2013.

SCHLOSBERG, Jed. **La crítica posoccidental y la modernidad.** Quito, Ecuador: Universidad Andina Simon Bolivar; Abya Yala; Corporación editora Nacional, 2004.

SCOTTO, Gabriela et. al. **Desenvolvimento sustentável.** 3ª Ed. – Petrópolis,RJ: Vozes, 2008.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha.** Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo**; trad. Lenita R. Esteves. – São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SHAKESPEARE, William. **A tempestade**. Trad. Beatriz Viégas-Faria. – Porto Alegre: L&PM, 2011.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente** – perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia; trad. Dinah Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaya, 2003.

SHULTZ Jim; Melissa Crane Draper. **Desafiando la globalización – historias de la experiência boliviana** – La Paz, Bolívia: El centro para la Democracia/Plural editores, 2008.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical**: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA Edições, 2013.

\_\_\_\_\_. **Autoritarismo e personalismo no poder executivo acreano (1921-1964)**. Rio Branco: EDUFAC, 2012.

SILVA, JOSÉ DE SOUZA. **Hacia el día despues de desarrollo**. Descolonizar la comunicación e la educación para construir comunidades felices com modos de vidas sosteniveis. Campina Grande: ALER, 2011.

SILVA, J. de S. **Hacia el ‘Día Después del Desarrollo’: descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles**. Asunción: ALER: SICOM, 2011b. 243 p.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Nilson Euclides da. **Um governo na floresta**: política, mito e história do Acre contemporâneo. – São Paulo: Baraúna, 2010.

SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas públicas e ambientalismo no agroamazônico**: um estudo de caso do Acre (1999-2010). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Tese, 2012.

SILVA, Italva Miranda da. **Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana**. Rio Branco: (dissertação)UFAC, 2009.

SILVEIRA, Tissiano da. **Memória e Representação da Resistência Seringueira(1970-1989)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, dissertação,2012.

SIMIONE DA SILVA, Silvio. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário – uma análise da realidade amazônico-acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2011. 414p.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. **Chico Mendes, a trajetória de uma liderança**. In Revista São Paulo em perspectiva, 6(1-2): 175-186, janeiro/junho 1992.

\_\_\_\_\_. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez. Rio Branco, AC: UFAC, 1992.

SOLÍS, Ángel Octavio Álvarez. **La persistência de los márgenes. Reflexiones epistemológicas em trono a la obra de Walter Mignolo**. México: Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofía, política e Humanidades. Ano 12. Nº 21. 2010.

SONNTAG, Heinz R.(coord.). **Nuevos temas Nuevos contenidos? – Las ciências sociales da América Latina y el Caribe ante el nuevo siglo**. Caracas, Venezuela: UNESCO y Editorial NUEVA SOCIEDAD, 1989.

SOUSA, Maria de Nazaré C. de. **Intermedialidade e Interculturalidade na Minisérie Amazônia: de Galvez a Chico Mendes**. Tese de Doutorado. UFSC. 2008.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**.- primeiro grau- Rio Branco: M.M. PAIM Representações e comércio,1995.

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. **Reserva Extrativista Chico Mendes AC: os desafios de gestão (com)partilhada**. Dissertação de Mestrado. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa. 2010

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Agir, 2001.**

\_\_\_\_\_. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SOUZA, F.M. **O Apagar das Porongas**: manejo florestal madeireiro e desvalorização dos saberes na Amazônia sul ocidental. Rio Branco: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Acre. 2009.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Democracia no Acre – notícias de uma ausência**. Rio de Janeiro: Publit, 2014.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha**. In DOSSIÊ ACRE, O Acre que os mercadores da natureza escondem. Documento especial para a cúpula dos povos. Conselho Indigenista Missionário-CIMI. Rio de Janeiro, 2012

SOUZA, João José Veras de Souza. **O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre**: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Florianópolis: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008

SOUZA, Sergio Roberto Gomes de. **“Fábulas da Modernidade no Acre: A Utopia Modernista de Hugo Carneiro na Década de 1920”**. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**: Primeiros registros sobre o Brasil; trad. Angel Bojadsen. – Porto Alegre-RS: L&PM, 2011.

STARLING, Heloisa Maria Murgel et al. **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

STOKES, Charles Eugene Jr., **The Acre Revolutions (1899-1903)**: A study in Brazilian expansionism. Michigan: All Rights Reserved, 1975.

SUBIRATS, Eduardo. **A penúltima visão do paraíso**: ensaios sobre memórias e globalização; trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Studio Nobel, 2001.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.



TEIXEIRA, Carlos Correa. “**Seringueiros e Colonos: Encontro de Culturas e Utopias de Liberdade em Rondônia**”. Campinas. Tese. Unicamp. 1996

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre** –. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro,RJ: Conquista, 1973.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**; trad. Beatriz Perrone Moisés. 4ª Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**; trad. Elia Ferreira Edel. – Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

TOUSSAINT, Eric. **Banco Mundial el golpe de Estado permanente** – La agenda oculta del consenso de Washington; trad. Raúl Quiroz. – Quito, Ecuador: Editorial Abya-Yala, 2007.

\_\_\_\_\_. **La bolsa o La vida: las finanzas contra los pueblos**. 2ª Ed. Trad. Miguel Angel Djanikian. – Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SILVA, JOSÉ DE SOUZA. **Hacia el día despues de desarrollo**. Descolonizar la comunicación e la educación para construir comunidades felices com modos de vidas sosteniveis. Campina Grande, ALER, 2011

TRIGO, Abril. **Uma Leitura Materialista da Colonialidade**: Nativas, nº 3, 2014, p. 18

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de bárbaros** – o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos( séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. (org.). **Abrir las ciencias sociales** – Informe de la comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciências sociales; trad. Stella Mastrángelo. 10ª Ed. – México: Siglo XXI editores S.A., 2007.

\_\_\_\_\_. **Análisis de sistemas-mundo:** una introducción; trad. Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista;** trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Conocer el mundo, saber el mundo:** El fin de lo aprendido – Una ciência social para el siglo XXI; trad. Stella Mastrangelo. 2ª Ed. – Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, S.A., 2002.

\_\_\_\_\_. **O Universalismo europeu:** a retórica do poder; trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALSH, Catherine et al. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.** 1ª Ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2006.

WALSH, Catherine. **Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras?** Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. Colombia: Revista Nómadas. Nº 26. 2007.

WEFFORT, Francisco C. **Espada, cobiça e fé:** as origens do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WRIGHT, Ronald. **Uma breve história do progresso;** trad. Carolina Araújo. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** uma história: Alto Juruá, Acre(1890-1945)- São Paulo: Hucitec, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos.(org.). **Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do capital.** Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

VALENCIA, Olver Quijano/ Javier Tobar (org.). **Discursos y prácticas del desarrollo globalocal.** Colombia: Universidad del Cauca,2006.

\_\_\_\_\_. **Ecosimías – Visiones y prácticas de diferencia econômica/cultural en contextos de multiplicidad.** Ecuador: Universidad Del Cauca, 2012.

\_\_\_\_\_. **De sueño a pesadilla colectiva.** Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2003

VALENCIO, Norma; Elder Andrade se Paula. Antonio Carlos Witkoski. (orgs.). **Processos de territorialização e identidades sociais.** São Carlos,SP: RiMa Editora, 2010.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** – São Paulo: Editora 34, 2013.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente & desenvolvimento.** São Paulo: Editora do Senac São Paulo: 2006.

VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo:** quinze anos depois, o autor volta ao Acre para concluir a mais premiada reportagem sobre o herói dos Povos da Floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VERNE, Júlio. **Os conquistadores;** trad. Antônio Carlos Viana. – Porto Alegre,RS: L&PM, 2010.

VIANA, Ana Paula Bousquet. **Palácio Rio Branco:** O Palácio que Virou Museu. Dissertação de mestrado. FGV. Rio de Janeiro. 2010.

VIANA, Gilney et. .al. (orgs). **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, Liszt. (org.). **Identidade e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIEIRA, Pedro Antonio et. Al.(orgs). **O Brasil histórico:** passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora,2012.

VINNYA, Aldaiso Luiz. OCHOA, Maria Luiza Pinedo. TEIXEIRA, Gleyson de Araújo. (Orgs.) **Costumes e Tradições do Povo Yawanawá. Comissão Pró-Índio do Acre** / Organização dos Professores Indígenas do Acre. – Rio Branco, 2006.

VIOLA, Eduardo J. et. al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O Índio em devir**. Prefácio de Baré Povo do Rio. Marina Herrero e Ulysses Fernandes(orgs.). SESC; São Paulo; 2015

ZANONI, Mary Allegretti. **Os Seringueiros**. Estudo de caso em um seringal nativo. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1979.

ZANOTELLI, Jandir João. **América Latina: raízes sócio-político-culturais**. 3ª Ed. – Pelotas,RS: EDUCAT, 2007.

ZARIN, Daniel. J. (org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** trad. Rutecleia Portilho Zarin e Patrícia Delamônica Sampaio. – São Paulo: Peirópolis; Brasília,DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao Ocidente**; trad. Marcelo Mori, Maria Helena Trylinski, Marielara de Oliveira. – São Paulo: Cortez, 2011.

ZIMMERMANN, Roque. **América Latina- O não ser; uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Serra Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **O amor impiedoso**. São Paulo:Autêntica, 2013.

ZHOURI, Andréa et. al. (org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

**Fontes documentais**

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 1999.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2001.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2003.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2005.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2006.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2007/2008.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2009.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2011.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Acre em Números. Rio Branco: SEPLANDS, 2013.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. Fase I. Rio Branco: SEPLAN, 2002.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. Rio Branco: SEPLAN, 2012a.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Plano Plurianual-PPA 2004-2007: Rio Branco: SEPLAN, 2004

ACRE. Governo do Estado do Acre. Plano Plurianual-PPA 2008-2011: Rio Branco SEPLAN, 2008

ACRE. Governo do Estado do Acre. Plano Plurianual-PPA 2012-2015: Rio Branco SEPLAN, 2012b

ACRE. Governo do Estado do Acre. Plano Plurianual-PPA 2016-2019: Rio Branco SEPLAN, 2016

ACRE. Governo do Estado do Acre. PDSA II – Expansão da Economia Florestal. Relatório de Avaliação Ambiental. 2012c.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE-PROSER. Avaliação Ambiental – Financiamento Adicional. Rio Branco: SEPLAN, 2012d.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- PDC Comunidade Polo Auto Pentecostes. Mancio Lima: SEPLAN, 2011b.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- PDC Comunidade Polo Amapá Margem. Sena Madureira SEPLAN, 2011c.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- PDC Comunidade Polo Bom Futuro. Tarauacá: SEPLAN, 2011d.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- PDC Comunidade Polo Auto Novo Oriente. Rio Branco: SEPLAN, 2011e.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- PDC Comunidade Polo Auto Amapá Centro. Brasília: SEPLAN, 2011f.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- PDC Comunidade Polo Alagoas. Rio Branco: SEPLAN, 2011g.

ACRE. Governo do Estado do Acre. PROACRE- Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Local. SEPLAN, 2011h.

BANCO MUNDIAL. Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre-PROACRE. Documento de Avaliação do Projeto. 2008

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-BID.  
PDSA, fase II. Manual Operacional, 2013





